UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular

Carmen Silvia Maria da Silva

Recife
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular

Tese apresentada por Carmen Silvia Maria da Silva ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. Remo Mutzenberg, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em sociologia.

Recife
2016

Catalogação na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

S586m Silva, Carmem Silvia Maria da.
Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares : processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular / Carmem Silva Maria da Silva. – 2016.
361 f. : 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016.
Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Feminismo. 3. Movimentos sociais. 4. Mulheres – Condições sociais. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-45)

CARMEN SILVIA MARIA DA SILVA

MOVIMENTO DE MULHERES, MOVIMENTOS FEMINISTAS E PARTICIPAÇÃO DE MULHERES POPULARES: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 06/05/2016.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº Dr. Remo Mutzenberg (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª. Drª. Maria Eduarda da Mota Rocha (Coorientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº. Dr. Rogério de Souza Medeiros (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

_____
Profª. Drª. Laura Duque Arrazola (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Conclui este trabalho em um momento de muita turbulência no país que afeta diretamente a minha vida. Isso só foi possível porque me sinto apoiada por muita gente. A estas pessoas eu gostaria de agradecer com um abraço forte. Na impossibilidade de chegar a todas elas com meu corpo, registro aqui o meu desejo.

A todas as feministas que se dedicam a Articulação de Mulheres Brasileiras, em especial as do Fórum de Mulheres de Pernambuco, com quem tenho andado junto na última década, e que alimentam minha esperança nas lutas cotidianas que enfrentamos coletivamente. Agradeço profundamente as militantes feministas desta articulação que abriram as portas de suas reflexões para mim em entrevistas e no grupo focal e, que, portanto, favoreceram que esta tese se desenvolvesse. Também gostaria de abraçar agradecida as feministas que participaram do outro grupo focal, aquelas que tendo chegado no feminismo há pouco tempo, porque poucos anos de vida possuem, já nos podem brindar com reflexões tão profundas que me dão certeza que este movimento é realmente de longa duração. Com elas, abraço os novos coletivos feministas.

Um agradecimento muito especial às minhas companheiras do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, sem as quais esta tese não seria possível. Compartilhar com vocês este espaço de trabalho, reflexão, estudo e militância política, me dá coragem para seguir adiante. A convivência diária na rapidinha no corredor ou nos longos e acalorados debates nas reuniões foram fundamentais para fazer fluir o pensamento escrito aqui. Abraço a todas naquelas que aceitaram a missão de acompanhar mais de perto esta labuta e forçaram o tempo para que ele se alargasse e permitisse fazer o que vocês fizeram: Verônica, Analba, Betânia e Silvia.

Um abraço grande, apertado e agradecido a todas as moradoras e aos moradores do Cortiço da Torre. É um pessoal que alegra minha vida quando se reúne à volta da mesa pra comer ou pra conversar sobre conjuntura e até nas assembleias para falar dos planos da vida e dividir tarefas domésticas: May, Domi, Lara, Flavio e Mateus. Em especial agradeço a Lara, que ajudou muito nas formas acadêmicas de fazer as coisas, e a Flavio Lyra, companheiro de todas as horas, pela sua contribuição inestimável e pelos intensos debates sobre teorias de movimentos sociais e a mudança de ciclo político no Brasil.

Ao orientador, prof. Remo Mutzemberg, agradeço a partilha de conhecimentos, a relação respeitosa e a dedicação minuciosa a esta tese. À co-orientadora, Maria Eduarda da Mota Rocha, agradeço a presença, as observações e indicações bibliográficas, cuja validade vai muito além do tempo deste trabalho.

O movimento de libertação das mulheres
– o feminismo –
é um texto que se desenvolve, não uma tese.
É uma linha melódica, não uma marcha militar.
É uma inspiração, a inspiração de um sopro.
O feminismo se respira mais do que enuncia.
De tanto dá o último suspiro, ele renasce.

Françoise Collin

RESUMO

Nesta tese discuto a relação e interpelações mútuas entre movimentos de mulheres, movimentos feministas e mulheres de classes populares, à luz da sociologia dos movimentos sociais e da teoria feminista. Enuncio o problema contextualizando-o no interior do campo político dos movimentos sociais, configurado nos ciclos de mobilização e processos organizativos no período da Ditadura Militar no Brasil, até os dias atuais, e seu esgarçamento na crise institucional de 2015/2016. Discuto o processo de alinhamento do quadro de referência do movimento feminista e as mudanças no perfil de classe das mulheres que o compõem. Analiso, especialmente, a construção dos marcos interpretativos de referência da Articulação de Mulheres Brasileiras, articulação movimentalista nacional, de caráter feminista antissistêmico composta majoritariamente por mulheres negras e de classes populares. Por fim, discuto o processo de construção de identidade política feminista de mulheres populares participantes desta articulação e as interpelações que apresentam. Considero que o movimento feminista brasileiro é, hoje, bastante diferenciado do período inicial na década de 1970, dado a diversidade de suas articulações, de suas pautas políticas e de sua composição e que, a AMB constituiu-se como uma articulação feminista de caráter popular quanto ao seu projeto político e a sua composição interna.

Palavras chaves: feminismo; movimentos sociais; mulheres de classes populares.

ABSTRACT

This thesis discuss the relationship and mutual interpolations between women's movements, feminist movements and women of popular class in the light of sociology of social movements and feminist theory. Enunciate the problem contextualizing it within the political field of social movements, set in cycles of mobilization and organizational processes in the period of military dictatorship in Brazil, to the present day, and its fraying in the institutional crisis of 2015/2016. Discuss the process of alignment of the framework of the feminist movement and the changes in the class profile of the women who make it up. Analyze, especially the construction of interpretive frameworks reference Articulation of Brazilian Women*(Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB)*, national movimentalist joint, anti systemic feminist character mostly composed of black women and popular classes. Finally, we discuss the process of building feminist political identity of popular class women participants of this joint and interpellations they present. I consider that the Brazilian feminist movement today is very different from the initial period in the 1970s, given the diversity of their joints, their political agendas and their composition and that the *AMB*was established as a feminist articulation of popular character as its political project and its internal composition.

Keywords: feminism, social movements, popular class women

RÉSUMÉ

Cette thèse discute la relation et interpolations mutuels entre les mouvements de femmes, les mouvements féministes et les femmes de la classe populaire, à la lumière de la sociologie des mouvements sociaux et la théorie féministe. Énoncer le problème par le contextualiser dans le champ politique des mouvements sociaux, définir dans des cycles de mobilisation et de processus organisationnels dans la période de la dictature militaire au Brésil, jusqu'à nos jours, et son usure dans la crise institutionnelle de 2015-2016. Discuter du processus d'alignement du cadre du mouvement féministe et les changements dans le profil de la classe des femmes qui la composent. Analyser, en particulier la construction de cadres interprétatifs référence à l'Articulation des Femmes Brésiliennes (*Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB*), joint national de movimentalista, avec un caractère féministe anti-systémique surtout composée de femmes noires et des classes populaires. Enfin, nous discutons le processus de construction de l'identité politique féministe des les femmes de la classe populaireparticipants de cette articulation et des interpellations qu'ils présentent. Je considère que le mouvement féministe brésilien aujourd'hui est très différente de la première période dans les années 1970, compte tenu de la diversité de leurs articulations, leurs agendas politiques et de leur composition et que l'AMB a été créé comme une articulation féministe de caractère populaire que son projet politique et sa composition interne.

Mots clés: le féminisme; les mouvements sociaux; les femmes de la classe populaire.

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

AFM - Articulación Feminista Marcosur

ALCA – Aliança do Livre Comércio das Américas

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

AMNB - Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais

ANEL – Articulação Nacional de Estudantes Livre

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CMTR-CONTAG – Comissão da Mulher Trabalhadora da Confederação de Trabalhadores da Agricultura

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNPM - Conferência de Políticas Públicas para Mulheres

CONCLATs - Congressos das Classes Trabalhadora

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

ENCLATS - Encontros das Classes Trabalhadora

FAO – Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas

FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

FIPPS - Fórum Itinerante e Paralelo pela Previdência Social

FMAP - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMPE - Fórum de Mulheres de Pernambuco

FNMN - Fórum Nacional de Mulheres Negras

FSM - Fórum Social Mundial

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTT – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MMM - Marcha Mundial de Mulheres

MMTR – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMR - Organização de Mulheres da Roça

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas –

PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PL – Projeto de Lei

PNDH3 - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano

SNMT-CUT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores

SPM - Secretaria de Política para Mulheres

SUMÁRIO

Introdução..... 14

1. Feminismo, movimentos de mulheres e movimentos sociais..... 25

1.1. Movimentos de mulheres e movimento feminista: iguais e diferentes..... 27

1.2. Feminismo: um ponto de vista teórico e epistemológico..... 39

1.3. Subjetividades coletivas, a categoria mulheres e movimentos sociais..... 53

1.4. Mulheres, classes e consubstancialidade das relações sociais..... 71

1.5. Percurso teórico-metodológico..... 85

2. As mulheres de classes populares na história do feminismo brasileiro..... 93

2.1. Contexto de formação do campo de movimentos sociais..... 96

2.2. Movimento de mulheres e movimentos feministas: dos grupos de reflexão ao planeta fêmea..... 110

2.3. Relação movimentos de mulheres, movimentos feministas e campo político dos movimentos sociais..... 131

3. Movimentos de mulheres e feminismo contemporâneo..... 141

3.1. Movimentos sociais, participação institucional e articulação internacional..... 142

3.2. Movimento de mulheres e movimentos feministas: da conferência de Beijing à primavera feminista..... 156

3.3. Agregação em momentos fortes de mobilização..... 173

3.4. Articulações movimentalistas: unindo forças..... 186

3.5. A crise nos movimentos sociais e o feminismo..... 196

4. A Articulação de Mulheres Brasileiras e a constituição de um feminismo popular..... 214

4.1. Trajetória da AMB: organização e projeto político..... 216

4.1.1. Modo de organização e participação interna..... 224

4.1.2. Modo de atuação e marcos de referência..... 332

4.2. Composição e identidade coletiva feminista na AMB..... 247

5. Feministas e populares: uma identidade em construção..... 257

5.1. Origens de classe e situação de vida..... 260

5.2. Atuação em movimento e identidade política feminista..... 268

5.3. Interpelação de mulheres populares na AMB..... 285

6. Considerações finais..... 303

7. Referências bibliográficas..... 315

8. Anexos..... 331

Introdução

Quando, há cinco anos, comecei a formular um possível problema de pesquisa, que agora será apresentado nesta tese, algumas revistas da mídia empresarial discutiam o fim do feminismo. As matérias difundidas afirmavam que o feminismo não seria mais necessário porque as conquistas em torno da igualdade para as mulheres já teriam sido realizadas. Outras indicavam que as mulheres, especialmente as mais pobres, desejavam não ter que trabalhar fora de casa para poderem se dedicar à maternidade, situação que teria sido imposta pelas reivindicações feministas. E havia ainda aquelas, cuja linha se manteve em evidência neste período, que cultuam a imagem da mulher bonita, mãe e profissional, ou seja, que é, ao mesmo tempo, consumidora de todos os produtos e processos de incidência sobre o corpo para se subordinar ao padrão de beleza, mãe abnegada e cuidadora da família, e profissional com cargo de chefia ou empreendedora bem sucedida.

Na minha participação política, no movimento feminista, eu vivenciava uma situação bem distinta desta. Convivia com várias mulheres para as quais o trabalho com rendimentos continuava sendo uma realidade desejada e imprescindível, ainda que associado ao infortúnio da realização solitária do trabalho doméstico, não remunerado, no seio de suas famílias; mulheres que seguiam associando vários afazeres e responsabilidades sociais e tendo pouquíssimo tempo livre para si, para a participação política, para seu autocuidado com o corpo e a mente e também para a reflexão, estudo e contemplação, que permitem transcender o cotidiano e fruir a vida de forma mais livre. Participei de várias atividades nas quais muitas criticavam o consumismo e o padrão de feminilidade e de realização predominantes e seguiam se mobilizando em torno da defesa e da vivência de direitos, exigindo respostas do Estado em termos de leis e políticas públicas garantidoras deste usufruto e atuando para promover alterações culturais na sociedade. A mídia, à época, não via o que seus interesses corporativos não permitiam ver: a pujança das organizações e mobilizações sociais de mulheres, suas ações coletivas de luta por direitos e as consequentes alterações nas condições de vida, cujas conquistas podem impor algumas fissuras nas estruturas de dominação, promovendo deslocamentos nas relações de poder.

Neste ano, em 2015, este procedimento tradicional da mídia corporativa de ocultamento dos processos sociais de luta e resistência das mulheres foi inviabilizado pela amplitude das mobilizações nas ruas e nas redes sociais, a chamada primavera feminista e a

onda de hashtags nas redes sociais a exemplo de *#oprimeiroassédio*, *#meuamigosecreto* e *#seráqueéracismo?*, antecipadas pela campanha *#chega de fiufiu*.

As manifestações massivas nas capitais e grandes cidades em torno da manutenção do direito legal ao aborto, nos termos conquistados na década de 1940, e da bandeira 'Fora Cunha', como expressão do repúdio ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que tem defendido várias proposições contrárias aos direitos estabelecidos no período da redemocratização pós Ditadura Militar e o impedimento da presidenta da República, tornaram-se pauta obrigatória em vários meios de comunicação. Ao mesmo tempo, as mulheres exigem o direito ao aborto, reconhecida proposta feminista, e manifestam-se em defesa da institucionalidade democrática, se contrapondo ao que foi caracterizado como um golpe contra o governo eleitoralmente instituído, bandeira que congrega diversos movimentos sociais e muitos outros setores da sociedade brasileira. Este momento conjuntural, portanto, deu maior relevância a esta pesquisa, ao mesmo tempo em que gerou grandes dificuldades para sua conclusão, uma vez que estive bastante envolvida neste processo.

A inquietação que me move para esta pesquisa é refletir sobre processos de organização e ação coletiva de mulheres de classes populares e sua identificação com o feminismo. Ela nasce da atuação cotidiana, no interior dos movimentos sociais, e da busca por uma elaboração sociológica, conectada com o contexto latino americano no qual estamos inseridas, que crie possibilidades de analisar criticamente estas experiências. Esta necessidade me suscita uma profunda inquietude epistemológica e metodológica. Preciso estar posicionada frente aos modos de produção de conhecimento de formas a me permitir um método de conhecer que se faça a partir das mulheres, numa relação sujeito-pesquisadora e sujeitos-pesquisados, sendo eu mesma parte do que quero conhecer. Este é o desafio que enfrento e o deleito.

Tomo como ponto de partida, para a reflexão que apresento nesta tese, a minha experiência pessoal, uma mulher de família rural, resultado de um enlace de um português pobre com uma negra ex-escravizada, meus bisavôs, vista como morena e tendo vivido em cidades grandes durante toda a minha existência, nascida no nordeste brasileiro e em situação de pobreza, mas sempre criando as condições para mudar o destino previsível e gerar outras possibilidades de vida. Construí uma trajetória de militância em distintos movimentos sociais no campo político de esquerda, de forma conjunta com o esforço de compreensão da realidade e de atuação sobre ela e isso me encheu os pulmões de ar, me permitiu reflexões antes não imaginadas. Neste caminho, desde muito cedo, as interdições à participação política das mulheres, colocadas pelo patriarcado e o capitalismo, se impuseram. Às dificuldades

materiais se somaram às lutas mais íntimas por construção de uma identidade não subjugada, uma subjetividade de resistência aos imperativos da ordem na vida cotidiana e nos espaços políticos de atuação. Esforço com o qual continuo, junto com outras mulheres, neste momento em que me dedico à construção do movimento feminista como um movimento social e, ao mesmo tempo, como uma perspectiva teórica que contribua para explicar o mundo e, também, para transformá-lo.

Entendo que nós mulheres formamos um grupo social, que se distingue de outros, mas que é constituído por diferenças e desigualdades no seu interior. Além das relações sociais de sexo, que conformam este grupo social, as desigualdades produzidas pelas relações raciais e de classe têm fortes consequências sobre as mulheres. Esta pesquisa tenta elucidar a relação entre organização e atuação política de mulheres das classes populares em movimentos de mulheres, com o feminismo. Interessa-me observar as formas de organização, articulação, participação, lutas e protestos sociais que mobilizam as mulheres da classe trabalhadora, em seus vários segmentos, em especial as mulheres populares.

Atualmente, um conjunto diversificado de organizações de mulheres, articulado em redes, impulsiona ações coletivas a partir do enfrentamento a diferentes problemáticas existentes na sociedade ou frente ao Estado. Toda essa gama de organizações e redes de organizações de mulheres se vê e é compreendida por muitos estudos como compondo o que chamamos movimentos de mulheres (ROWBOTHAM, 1981; FOUGEYROLLAS-SCHHWEBEL, 2009; PEDRO, 2010; ABERS, 2011; SCHERER-WARREN, 2008; GOHN, 2008; ALVAREZ, 2003). Os sujeitos da minha pesquisa são mulheres populares que participam deste movimento.

Os processos de resistência e as experiências de contraponto à dominação e à exploração das mulheres, na sociedade brasileira, têm sido pouco estudados na sociologia. Os movimentos sociais constituem um campo com densa produção sociológica no Brasil, mas são poucas as pesquisas que se detém sobre os movimentos de mulheres e movimentos feministas a partir da categoria analítica de movimento social, pensando-os em relação à composição, marcos de referência política, identidade coletiva, diversidade de ações, ciclos de protesto e em sua relação conflitiva, no contexto brasileiro, com outros movimentos sociais e com o Estado. É comum estudos sobre a situação social das mulheres e as propostas acerca dos direitos e da efetivação como políticas públicas desenvolvidas em uma perspectiva feminista. O que não ocorre, na mesma frequência, com os processos organizativos, de participação política e de ação coletiva das mulheres.

Donatella dela Porta e Mario Diani, buscando construir uma síntese de distintas teorias

sobre os movimentos sociais, formulam o que considero uma pergunta chave para o estudo de movimentos sociais: "como as ideias, os indivíduos, os acontecimentos e as organizações se conectam entre si através de amplos processos de ação coletiva com certa continuidade no tempo?" (DELLA PORTA; DIANI, 2011, p.25). Referenciando-se às elaborações de Melucci, eles conceituam movimentos sociais como processos sociais nos quais atores envolvidos na ação coletiva "se envolvem em relações conflitivas com oponentes claramente identificados, se vinculam em densas redes informais e compartilham uma identidade coletiva diferenciada" (DELLA PORTA; DIANI, 2011, p. 43). Este conceito dará base à minha reflexão. Como estou preocupada com a continuidade dos movimentos sociais de mulheres, tomarei este conceito para discutir tanto as organizações como as mobilizações sociais. Grande parte da sociologia dos movimentos sociais os vê a partir dos processos conflitivos que geram grandes ciclos de protestos, que podem ou não obter resultados, passando em seguida a uma certa desmobilização e/ou institucionalização. As teorias que me servem de referência nesta tese trabalham com a dupla possibilidade: movimentos sociais como mobilizações e ciclos de conflito e como estruturas organizativas que impulsionam estas mobilizações.

Nesta mesma linha, entendo movimentos de mulheres como processos conflitivos que geram ações coletivas protagonizadas por mulheres em torno de defesa de suas causas, por elas delimitadas, e, ainda, incorporando, nesta noção, as estruturas organizativas que elas constroem nesses processos de mobilização social e que garantem certa permanência ao longo do tempo. O movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, ou seja, congrega as organizações e manifestações cujas participantes assim se identificam, como feministas (ÁVILA, 2005; LOVELL, 1996), o que significa a adoção de uma perspectiva crítica radical à situação social das mulheres e uma agenda de enfrentamento à dominação e exploração à qual nós mulheres somos submetidas. Esta diferença existe na prática política e também nos estudos acadêmicos sobre os movimentos, como uma perspectiva analítica

> Cabe fazer uma diferença entre aqueles movimentos protagonizados por mulheres, mas que se estruturam ao redor de demandas diversificadas tais como os direitos humanos, a qualidade de vida, o consumo, a moradia, a saúde, etc., que podemos chamar de movimentos "femininos", e aqueles que levantam bandeiras relativas à problemática específica da mulher, que chamaremos "feministas". Esta distinção é analítica, porque frequentemente ambas as dimensões se complementam e se misturam no interior de um mesmo agrupamento feminino (JELIN e CALDERÓN, s/d, p.1).

Em alguns estudos, existe uma indiferenciação entre movimentos de mulheres e movimentos feministas, usando-se um termo como substituto do outro, ou ambos de forma acoplada, sem estabelecer uma distinção. Na minha compreensão, os movimentos sociais de

mulheres pressupõem mulheres organizadas e mobilizadas em defesa de qualquer causa que decidam coletivamente e cujas reivindicações entrem em conflito com aspectos do sistema social e/ou da política de governo. Os movimentos feministas também se constituem de mulheres organizadas e mobilizadas em defesa de qualquer causa que decidam coletivamente, mas cuja orientação se pauta em agenda feminista, ou seja, que tem como fim alterar a situação social de dominação e exploração na qual vivem as mulheres, o que exige capacidade de análise crítica e proposição criativa no enfrentamento ao sistema de poder ao qual estão submetidas. Esta é a razão pela qual o feminismo se desenvolveu historicamente como um movimento social, mas também como um pensamento crítico, ou seja, a existência deste movimento exigiu ampliar a capacidade de elaboração analítica sobre as mulheres e sobre as suas lutas. Neste sentido, o feminismo é mais amplo que o movimento feminista, ele é um pensamento social e comporta também diversas práticas e âmbitos de atuação, encontra-se em estudos e pesquisas, em políticas governamentais, em ações artístico-culturais, e em projetos de vida. Nesta tese tomo como referência especificamente o movimento social feminista e sua relação com o movimento de mulheres, como uma categoria mais ampla que o inclui.

Na pesquisa utilizo o conceito de movimentos sociais como uma possibilidade analítica sobre movimentos de mulheres e movimentos feministas e o campo político dos movimentos sociais, tomados empiricamente. Estes movimentos – de mulheres e feministas – por sua vez, comportam estruturas organizativas e processos mobilizatórios, ambos articulados em torno de marcos interpretativos comuns que consubstanciam identidades coletivas. Frente a complexidade destas referências, para facilitar a comunicação, utilizarei o termo "articulações movimentalistas" para me referir a estas diversas expressões organizativas, entendendo que o movimento de mulheres (assim como o movimento feminista) as transcende e inclui os ciclos de protestos e outras formas de ação coletiva. Eu poderia adotar o termo rede movimentalista, no sentido de Ilse Scherer-Warrem (1993, 2012), que tem similaridade, não o faço devido ao debate no interior dos movimentos sociais sobre a caracterização de rede enquanto uma proposta organizacional menos hierárquica, o que poderia trazer este pressuposto à pesquisa e dificultar a descrição do objeto empírico. Articulações movimentalistas são, portanto, neste trabalho, as organizações nacionais de movimentos de mulheres e movimentos feministas, tomadas individualmente, ou seja, cada uma delas será tratada com seu nome próprio, por exemplo: Articulação de Mulheres Brasileiras, Marca Mundial de Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas etc. Não posso nomeá-las simplesmente organizações porque, em geral, elas congregam no seu interior diversos tipos de organizações de menor porte.

O problema de pesquisa diz respeito a processos de construção de identidades coletivas por mulheres de classes populares participantes de movimentos sociais de mulheres e sua relação com o feminismo, ou seja, mulheres que participam de suas articulações movimentalistas. Trata-se de um exercício para compreender que elementos são acionados pelas mulheres de classes populares[1], no processo de construção de suas identidades políticas, do ponto de vista individual e coletivo, e se isso se insere e como se insere na relação com o feminismo. Faço isso tendo como foco uma articulação movimentalista específica: a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, buscando contextualizá-la a partir da referência a outras articulações movimentalistas nacionais e ao campo dos movimentos sociais no Brasil. O intuito é o de discutir as interpelações recíprocas, ou seja, por um lado, as influências mútuas entre movimento de mulheres e movimento feminista, a partir das mulheres populares.

Ao projetar esta pesquisa eu tinha como objetivo analisar a experiência de construção de identidades coletivas de mulheres de classes populares que participam de movimentos sociais de mulheres identificados com o feminismo. Para isso, pretendia discutir as diferenças e similaridades entre movimentos de mulheres e movimentos feministas na busca de elucidar as tensões existentes; mapear as articulações movimentalistas de mulheres existentes hoje no Brasil, a partir de documentos com os quais elas demarcam a sua presença pública na sociedade brasileira e analisar a composição de classe, o manejo de dispositivos para se posicionar como sujeitos da ação coletiva e a sua relação com o feminismo. Pretendia também analisar experiências de identificação de mulheres de classes populares com o feminismo a partir de suas trajetórias de vida e dos processos de construção de identidades coletivas nos movimentos de mulheres. Não foi possível atingir estes objetivos plenamente. No decurso do trabalho percebi que não era possível atingir estes objetivos se tomasse o conjunto das articulações movimentalistas de mulheres. Foi necessário fixar minha reflexão em apenas uma das articulações inseridas no levantamento inicial, daí dirigi meus esforços para aquela com a qual eu tenho mais familiaridade, a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, o que me deu condições de realização em tempo hábil. A escolha da AMB foi motivada principalmente pelo lugar aglutinador que ela ocupou na trajetória recente de construção do movimento de mulheres e do movimento feminista.

A teoria dos movimentos sociais e o pensamento feminista têm aportado para a compreensão das experiências de organização e ação coletiva das mulheres. Existem, no Brasil, análises sobre o feminismo como movimento social considerando a chamada segunda

[1] Desenvolverei o sentido que estou dando à expressão mulheres de classes populares ou simplesmente mulheres populares no capítulo 1.

onda[2], que teria iniciado na década de 1970 (SOARES, 1994; TELES,1999; PEDRO, 2006; PINTO, 2003; SARTI, 2004a e 2004b). Em alguns destes trabalhos, discute-se também as ações que as feministas realizavam junto a grupos populares de mulheres nos anos 1970 a 1990. Estudos, particularmente dos anos 1970 a 1990, mostram a composição do movimento feminista como sendo composto por mulheres de classe média, universitárias e profissionais liberais, já os poucos estudos sobre movimentos de mulheres apresentam estes como parte dos chamados movimentos populares (SADER, 1988; DOIMO, 1995). Refletir sobre este processo, a partir de uma visão geral dos elementos acionados como referência para enquadramentos interpretativos na construção de identidades coletivas, nestes movimentos, foi o desafio que me impus. No processo percebi que seria necessário acionar outros conceitos da teoria feminista e da sociologia dos movimentos sociais para discutir as bases materiais nas quais estas identidades são construídas. Significa dizer que eu estou procurando desenvolver esta reflexão articulando o debate sobre fatores estruturais das condições de vida das mulheres militantes e o processo de construção de suas identidades políticas, como identidades coletivas em movimentos sociais de mulheres.

Discutir a relação entre mulheres de classes populares, movimentos de mulheres e movimentos feministas exigiu uma reflexão sobre como as dimensões de raça e classe social, que tem sido abordadas na teoria e na prática política dos movimentos de mulheres, uma vez que é sabido que as mulheres negras, majoritariamente, são também as mais pobres. Além disso, os movimentos feministas, parte do movimento de mulheres, têm sido visto historicamente como um movimento de classe média, de mulheres brancas e intelectuais, as quais realizam trabalhos sociais e educativos com as mulheres de classes populares, mobilizando-as para ação coletiva (PEDRO, 2006, RAGO, 2003; SARTI, 2004). Seguindo esta linha de raciocínio, as respostas às minhas questões já estariam dadas a priori. Eu teria apenas que localizar os conflitos de classe entre as mulheres no interior do movimento. Mas isso me parecia muito simplificador da complexidade deste processo. Foi preciso, então, retomar a trajetória histórica do movimento de mulheres nos últimos anos, refletindo sobre suas dinâmicas, relações, lutas e desafios, bem como sobre sua inserção no campo político dos movimentos sociais e na conjuntura política à época. Não construí uma historiografia destes

2 O debate sociológico sobre movimento feminista nos remete para uma origem no Século XVIII, durante o período da Revolução Francesa. No Brasil, o que tem sido majoritariamente considerado pelas estudiosas situa a sua emergência na luta pelo voto das mulheres, mobilizações ocorridas na primeira metade do século XX, que ficou conhecido como sufragismo e, teria sido a primeira onda. A segunda onda é situada a partir da re-emergência do feminismo na década de 1970. Para algumas autoras, estaríamos em uma terceira onda, a partir dos estudos de gênero e da crítica à categoria 'mulher' como unificada, o que teria ensejado vários feminismos e/ou um pós-feminismo (GONÇALVES e PINTO, 2011, p.30).

movimentos, porém se fez necessário recorrer a diversos trabalhos já realizados em torno do objeto em questão, para situar os elementos que conformam o problema de pesquisa.

Nesta pesquisa, procurei verificar qual o estágio atual do manejo político da noção de classe social pelos movimentos de mulheres no Brasil em seus documentos de apresentação pública. Para isso retomei a trajetória discutindo as diferenças e similaridades entre movimentos de mulheres e movimentos feministas na história recente, com base em seus processos organizativos e de mobilização. Procurei apresentar e elucidar as possíveis tensões existentes no que diz respeito à questão de classe social, discutindo as interpelações mútuas. Procurei também formular uma visão panorâmica sobre distintas articulações movimentalistas hoje, com base em pesquisa documental. Para chegar às mulheres de classes populares, sujeitos pesquisados, analiso uma articulação movimentalista de mulheres em particular, a AMB, que se afirma como um movimento feminista. Busco verificar como a questão classe social é acionada politicamente na construção dos processos de organização e ação da AMB e nas identidades políticas individuais das mulheres de classes populares que participam desta articulação e se identificam como feministas. A intenção foi discutir em que medida isso incide para uma reconfiguração do movimento feminista hoje.

A questão racial é bastante discutida nos movimentos de mulheres e nos movimentos feministas, razão pela qual ela não será aprofundada neste trabalho, ou seja, será vista apenas a partir de sua relação com o processo histórico de constituição do movimento de mulheres. Do ponto de vista teórico esta questão tem sido colocada na pauta pelo feminismo negro (DAVIS, 2013; HOOKS, 2013; CARNEIRO, 2005, 2011; BARRIOS, 1995; CURIEL, 2007). Do ponto de vista político a questão racial tem contribuído para a organização de mulheres negras feministas em coletivos, organizações formalizadas e articulações movimentalistas próprias e tem conformado o que se chama movimentos de mulheres negras ou feminismo negro, dependendo da evocação ou não do feminismo como componente da identidade política.

O debate sobre classes sociais, que predominou nos anos 1970 e 1980, hoje tem sido mais desenvolvido nas articulações de mulheres vinculadas aos movimentos sindicais e rurais, muito possivelmente em função destes movimentos serem organizados em torno da identidade coletiva e da luta por direitos de classe trabalhadora e/ou camponesa. Entretanto, do ponto de vista teórico, a reflexão que articula classe e sexo tem um longo lastro nos estudos feministas sobre trabalho feminino e na sociologia do trabalho de forma mais geral (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2001, 2010). O debate latino americano sobre a existência de um feminismo hegemônico no continente que não considera a questão de raça e classe,

relacionado à colonialidade do poder e do saber, parece ter desconhecido feminismos contra hegemônicos que foram se consolidando ao longo da história do movimento de mulheres feministas na experiência brasileira.

A pesquisa me levou a problematizar a concepção predominante, nos estudos desenvolvidos no Brasil, que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas. Percebo que a presença ampla de mulheres populares e negras nas articulações movimentalistas de orientação feminista atualmente existentes, mais especificamente na AMB, demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria identidade política de mulheres feministas das classes populares exige novas reflexões.

Ao longo da tese vou discutir estas questões. No capítulo um me dedico a construir um marco teórico no qual me referencio à análise, articulando elementos centrais dos estudos feministas e da sociologia dos movimentos sociais. Procuro articular a perspectiva epistemológica feminista, a crítica descolonial e as elaborações sínteses sobre de movimentos sociais. A partir da teoria de subjetividades coletivas de Mauricio Domingues, me permito interpretar o grupo social mulheres, como categoria, e também os movimentos sociais, em especial a partir do nível de centramento que incide sobre a capacidade de ação coletiva deles. Tomo um elemento fulcral no centramento, o processo de identificação coletiva, à luz das formulações de Melucci, e, procuro situar como o enquadramento interpretativo incide para a sua conformação, utilizando para isso a perspectiva síntese de Tarrow, Diani e Della Porta. Por fim enuncio a problemática dos marcos são mobilizados pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas, e pelas mulheres populares, no processo de identificação coletiva vis-à-vis identidades individuais. Por fim, apresento o percurso metodológico que trilhei.

No capítulo dois, a partir de levantamento bibliográfico, apresento elementos sobre o contexto da década de 1970 aos meados da década de 1990, situando os movimentos de mulheres e movimentos feministas no Brasil. Discuto, assim, as relações e tensões entre eles e de como a questão da conformação das identidades coletivas esteve situada e como o elemento classe foi tomado como referência, nestes contextos. Reflito também sobre as relações destes movimentos com o campo político dos movimentos sociais que se formou à época da redemocratização brasileira, igualmente chamado campo democrático e popular e/ou campo de esquerda, e especulo sobre a incidência deste processo político na minha questão de pesquisa.

No capítulo três, apresento o contexto dos meados da década de 1990 até 2015 e

enuncio, brevemente, as "novíssimas" expressões político-organizativas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, refletindo sobre as relações que estabelecem. Ainda neste capítulo, discuto os dados construídos a partir da pesquisa documental sobre as articulações nacionais do movimento feminista hoje, analiso elementos relevantes sobre manifestações públicas dos movimentos de mulheres e busco elucidar as tensões entre movimentos de mulheres e movimento feminista.

No capítulo quatro, apresento a investigação sobre a AMB e como sua identidade coletiva está enunciada atualmente no que diz respeito à sua trajetória, organização atual, visões sobre si mesma, seu método de auto-organização e sobre a sua ação política. Reflito sobre os quadros interpretativos que emergem na trajetória e geram coesão e permanência a esta articulação. Discuto a sua composição interna, especialmente no que diz respeito à classe social e as percepções da questão de classe no marco de referência e na prática política deste movimento.

No capítulo cinco, com base em entrevistas com mulheres integrantes da AMB, analiso a relação entre a identidade política feminista de mulheres de classes populares e a construção da identidade coletiva da AMB como articulação feminista. Enuncio as tensões latentes a partir das percepções de mulheres de classes populares e as interpelações à AMB e ao movimento feminista como um todo, discutindo qual o lugar que a questão de classe ocupa nesta relação.

Nas considerações finais, saliento a reconfiguração do movimento feminista e os desafios de pesquisa a partir da teoria de movimentos sociais e do feminismo. Faço isso a partir da articulação movimentalista analisada, a AMB, mas anuncio algumas possibilidades para outras pesquisas sobre movimentos de mulheres no campo da teoria social feminista e da sociologia dos movimentos sociais. Nesta pesquisa analiso os processos de organização e mobilização política das mulheres e sua relação com o feminismo no interior do debate sociológico sobre movimentos sociais. Esta é uma diferença em relação a outros trabalhos sobre feminismo que o tomam no sentido amplo, que comporta elaborações e ações de mulheres feministas não organizadas em articulações movimentalistas, presentes em governos, partidos políticos, núcleos de pesquisa, na mídia e em outras formas de atuação política. Entendo que tudo isso compõe o movimento feminista, no sentido de um amplo movimento social de longa duração, capaz de abarcar distintas formas culturais no seu interior e de obter resultados que tem impacto na sociedade e no Estado. Todavia, nesta tese, minha preocupação dirige-se aos movimentos de mulheres e movimentos feministas com base no que vem sendo construído teoricamente como 'movimentos sociais', a partir dos conflitos que enfrentam com

seus antagonistas, das mobilizações que promovem, das expressões organizativas que constroem e das referências com as quais interpretam a realidade das mulheres e seus processos de luta social. O ponto a partir do qual eu vou discutir este problema é a referência à classe social. Não vou fazer propriamente uma análise de classe, mas discuti como os movimentos de mulheres utilizam a referência à classe social na construção de seu projeto político e que implicações isso tem para a identificação feminista das mulheres de classes populares.

Sendo uma pesquisa em movimentos sociais, é também uma pesquisa feminista, uma vez que este é o horizonte utópico que me inspira na produção do conhecimento e na ação política. Em função disso, a linguagem que uso tenderá a me situar no interior do grupo social "mulheres" e buscará, sempre que for possível sem ferir as normas acadêmicas, dar visibilidade à produção teórica das mulheres feministas, o que implica em grafar o nome completo e não apenas o sobrenome, que tende a tornar o sexo indefinido, o que fortalece o grupo social "homens", dominante nas relações sociais patriarcais. Procurei escrever de uma forma simples e coloquial, apesar de ser uma tese acadêmica, e tratar de um problema complexo. Esta tentativa se deve ao modo como concebo a produção de conhecimento e ao desejo de que ela possa ser lida pelas mulheres que são as interlocutoras desta produção.

Capítulo 1

Feminismo, mulheres e movimentos sociais

Capítulo 1

Feminismo, mulheres e movimentos sociais

Movimentos de mulheres e movimentos feministas: trata-se do mesmo movimento social ou são diferentes? Mas, afinal, o que são movimentos sociais? As mulheres são uma categoria social válida para pensarmos sobre movimentos sociais? Se as mulheres vivem realidades desiguais, do ponto de vista socioeconômico e racial, que implicações tem isso para pensar em termos de movimentos sociais de mulheres? É possível pensar nas mulheres de classes populares separadas deste conjunto? Que impacto tem essa separação para análise dos movimentos de mulheres? O que significa adotar uma perspectiva feminista para entender esses movimentos?

Comecei este trabalho de pesquisa com todas estas perguntas povoando meu pensamento. O percurso foi tumultuado e intrigante. Eu queria fazer um trabalho que colocasse em diálogo as experiências de movimentação feminista, os movimentos de mulheres, as mulheres de classes populares e as teorias de movimentos sociais. No transcorrer deste período fui deixando de lado a abrangência inicial com a qual eu sonhava. Não era possível, nas condições de possibilidade, penetrar nos meandros de articulações de movimentos nacionais sobre os quais eu tinha pouco conhecimento. Aos poucos a questão de tese foi se impondo.

Assumi o desafio proposto por Telma Gurgel (2004) para quem

> O desafio epistemológico é uma análise com ênfase na materialidade da vida social, na qual se desenvolve os processos de singularização e subjetivação das mulheres, enquanto seres sociais, inseridos numa diversidade de experiências (...). Um campo privilegiado para esta perspectiva analítica é a história do feminismo e o processo de sua construção teórica sobre a condição das mulheres, situando-as enquanto sujeito do conhecimento e ação frente a uma realidade fragmentada nas dimensões da opressão (GURGEL, 2004, p. 140).

Eu pretendia saber a concepção que mulheres de classes populares, participantes de movimentos sociais de mulheres identificados com o feminismo, têm sobre sua identificação com o feminismo. Isso porque eu via que muitas feministas de classe média falavam e falam destas mulheres como aliadas, mesmo elas participando das mesmas ações coletivas. Porque elas não são consideradas feministas? Porque não estudaram a teoria feminista ou não escreveram sobre ela? Muitas mulheres de classe média também não são muito estudiosas ou intelectuais. Porque a vida de mulheres populares é vista como sendo mais submetida aos ditames do patriarcado? Quem pode garantir isso? Na convivência, no interior dos

movimentos feministas, tive a oportunidade de conversar com muitas mulheres e comecei a perceber que ter ou não atitudes feministas, diante dos problemas da vida, não está dado *a priori* por você se declarar feminista, mas também não se estabelece pela sua situação de classe. Então, porque esta diferenciação? Quem está autorizada a dizer o que é ser feminista?

No decorrer da pesquisa percebi que para analisar este problema seria necessário discutir qual o lugar que a questão de classe social ocupou na trajetória da relação entre movimentos de mulheres e movimentos feministas no Brasil nas últimas décadas e qual lugar ocupa hoje. O movimento feminista latino americano foi descrito, na sociologia clássica dos movimentos sociais e em vários estudos feministas, como um movimento de classe média, compostos por mulheres brancas, intelectuais, de tendência liberal, apesar da existência do feminismo radical e do feminismo marxista, que teriam sido minoritários (TOURAINE, 1989). Touraine conclui que, no Brasil, "todos os esforços feitos pelas feministas mais politizadas para divulgar seus temas nos bairros populares fracassaram, o que levou a cisões no interior das associações de mulheres" (TOURAINE, 1989, p. 114). Mas, ele escreveu isso no final da década de 1980, portanto, faz-se necessário uma revisão duas décadas e meia depois.

Para refletir sobre estas questões, revisitei o feminismo e tentei sistematizar a concepção teórica e epistemológica que tenho assumido, a partir da construção coletiva com a qual me vinculo. Percorri também a sociologia dos movimentos sociais. Diante de inúmeras contribuições relevantes nesta área para pensar os movimentos de mulheres, tive que fazer um recorte que se adequasse ao justo tamanho do meu problema de pesquisa. Na primeira parte deste capítulo, apresento a perspectiva feminista que adoto, articulando-a com os desafios em questão. Na segunda, discuto os conceitos fundamentais das teorias de movimentos sociais que considerei necessários para analisar os dados construídos e, por fim, apresento o caminho metodológico percorrido.

1.1. Movimentos de mulheres e movimentos feministas: iguais e diferentes

É comum em textos feministas, teóricos e políticos, a referência conjunta aos movimentos de mulheres e movimentos feministas sem, para isso, estabelecer as distinções necessárias que possibilitariam compreender as diferenças e a razão do uso das duas expressões, já que os movimentos feministas são também movimentos de mulheres. Presumo que a razão disso é a necessidade de distinguir a especificidade do movimento feminista no interior deste mais amplo movimento de mulheres. Mas, quais seriam os critérios para esta distinção? Em geral se afirma que "é feminista quem se considera", ou seja, que movimento

feminista é relativo à articulação movimentalista de mulheres que declara a sua identidade feminista publicamente. O mesmo servindo para distinguir mulheres feministas. Será suficiente esta explicação? Penso que não. É comum, entre mulheres populares, e também entre recém-chegadas ao feminismo, jovens ou não, a crítica ao fato de não serem vistas pelas outras (as que são feministas há mais tempo) como feministas. Isto demonstra a importância que é dada a identidade feminista e também questiona o reconhecimento ou não desta identidade.

Maxine Molyneux (1984) desenvolveu teoricamente as categorias interesses das mulheres e interesses de gênero, que estariam supostamente por trás desta distinção. Os interesses das mulheres seriam de difícil definição em função da composição interna deste grupo social, o que tornaria as generalizações difíceis. Já interesses de gênero representariam os interesses em comum entre as mulheres. Ou seja, ela escolheu fazer as generalizações com base na ideia de interesses de gênero, que poderiam ser divididos em práticos e estratégicos. Para Molyneux os interesses estratégicos são os que derivam da análise das relações de subordinação feminina, e estes seriam os interesses propriamente considerados pelas feministas como reais e exigiriam consciência feminista para lutar por eles (MOLYNEUX, 1984, p. 183). Os interesses práticos de gênero, por sua vez, surgem a partir das condições materiais concretas em que vivem as mulheres. Seriam uma resposta a uma necessidade percebida, associada aos papéis de gênero, os quais para se concretizarem não necessitariam de mudanças radicais como a emancipação das mulheres ou a equidade de gênero. Os interesses práticos apresentam conexões evidentes com classe e, diante disso, coloca Molyneux, são as mulheres pobres que em maior medida se mobilizam por questões relativas à sobrevivência de suas famílias (MOLYNEUX, 1984, p. 183).

Claudia Pons Cardoso (2012) utiliza o estudo de Molyneux para discutir o movimento de mulheres negras brasileiro. Segundo ela

> O estudo de Molyneux expressa uma posição em que os interesses precisam ser percebidos em conjunto, sem distinção de relevância. A autora defende, na reconfiguração de gênero, a interligação do mesmo com outros marcadores sociais e afirma que as especificidades históricas, culturais, econômicas, políticas têm força para mediar os interesses das mulheres. (...). É importante frisar que Molyneux não defende a cristalização dos interesses estratégicos e práticos de gênero de modo a produzir hierarquização, o que não tem impedido, porém, que trabalhos apoiados em suas ideias definam os diferentes movimentos de mulheres a partir dos interesses práticos e estratégicos de gênero, revelando compreensões apressadas (CARDOSO, 2012, p.249).

Esta elaboração de Molyneux, embora possa contribuir para explicar as diferenças

entre movimentos de mulheres e movimentos feministas, toma o conceito pelo sujeito. Entendo que gênero é um conceito para análise de relações sociais e não um sujeito que possa ter interesses próprios. Mesmo, adaptando a ideia para os interesses das mulheres, ainda assim ela é difícil de ser aceita, pois se torna uma normativa. Entendo, como Thompsom (1981), ao fazer a crítica jocosa à Althusser acerca dos chamados interesses da classe operária, que "interesse é aquilo que interessa às pessoas", ou seja, é preciso fazer análise de cada situação concreta para identificar o que interessa às mulheres realmente existentes em um dado contexto. Isso só pode ser feito verificando quais as motivações para suas lutas coletivas, quais suas pautas, o que reivindicam. Desta forma a questão dos interesses, vista à priori, não pode ser um elemento de distinção entre movimentos de mulheres e movimento feminista. Recorro aqui à elaboração de Molyneux porque compreendo que ela foi usada para construir uma concepção hierarquizada entre feministas e outras mulheres, assim como entre o que seria movimento feminista e movimento de mulheres. Concepção esta que perdura, politicamente, até os dias atuais. O uso dos dois termos, movimentos de mulheres e movimentos feministas, geralmente no plural, pode ser também um indicador que diz respeito à concepção de articulações movimentalistas de mulheres que não se declaram feministas e o reconhecimento que existem diversas articulações e não um só movimento. Trabalhando com a possibilidade das duas hipóteses, por enquanto, é suficiente afirmar o que estou querendo dizer ao me referir a um objeto empírico nestes termos.

Utilizo movimento(s) de mulheres para fazer alusão ao processo constituído por um conjunto de formas organizativas e mobilizações sociais, sejam ciclos de protesto ou outras ações coletivas amplas de incidência pública, realizadas por mulheres. Nesta tese, utilizo a expressão "articulações movimentalistas" para distinguir as formas organizativas nacionais, enquanto unidade, que tem nome próprio, ou seja, organizações nacionais do movimento. Não as denomino organizações porque este termo também é utilizado para unidades menores que as compõem. Também não as denomino rede, dado o caráter mais voltado ao pluralismo e diversidade que este termo tomou no debate político e teórico (SCHERER-WARREN, 1999). Chamo movimento(s) feminista(s) a um processo semelhante, mas cuja identificação política afirma o feminismo, o que não ocorre nas formas anteriores. Nesse sentido, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB é uma articulação movimentalista que é parte do movimento de mulheres e, dentro deste, também está incluído o movimento feminista. No entanto, existem articulações movimentalistas que são somente movimento de mulheres ou são um tipo de movimento de mulheres específico, a partir da referência a uma outra identidade política, como movimento de mulheres negras, camponesas, lésbicas, etc. quando não se identificam

com o feminismo.

O feminismo é, por sua vez, mais amplo que o movimento feminista, enquanto movimento social. É um pensamento crítico e também um movimento social (ÁVILA, 2005). Esta afirmação, tão presente no movimento feminista do qual participo, significa, para mim, que a movimentação de mulheres em confronto com a ordem, para seguir existindo, exigiu um pensamento subversivo capaz de encontrar novas interpretações para si e para o mundo. Como movimento, ele pode ser compreendido pela sua longa trajetória de ações conflitivas ou pelas suas expressões particulares de organização, participação e ação pública em tempos e espaços determinados. Já como pensamento, o feminismo apresenta-se em várias vertentes, vinculadas ou não às distintas correntes teóricas. Ele alimenta projetos profissionais de diferentes grupos e indivíduos que atuam em universidades, em governos, na mídia, em organizações não governamentais e em quaisquer espaços nos quais possa ser colocado em prática. Mas, além disso, ele é também uma referência para modos de vida particulares adotados por diferentes indivíduos. No discurso predominante, entre as ativistas feministas, tudo isso é chamado "movimento feminista", mas, neste trabalho, eu denomino apenas "feminismo".

O pensamento ou teoria feminista procura responder por que as pessoas do sexo feminino são subordinadas socialmente, que estruturas sociais e/ou processos de interação as mantêm numa situação desfavorável de poder em relação aos homens, em diferentes dimensões da vida social? Esta pergunta expressa duas grandes vertentes da teoria sociológica com as quais correntes feministas se vinculam: aquela que se funda na análise das estruturas sociais e a que se baseia nas interações. As respostas articulam-se com uma compreensão geral sobre os processos sociais e sobre a produção do conhecimento. Articulam-se também com a ação do movimento, em suas diferentes prioridades políticas, estratégias e de modos de atuação. Penso não ser o caso de ampliar a reflexão da tese nestes termos.

A reflexão, sobre este problema, procura discutir quem e o que são as 'mulheres' e o que caracteriza a situação social das mulheres. As formulações teóricas dão maior ou menor ênfase a uns ou outros elementos identificados como centrais nas análises sobre subordinação das mulheres: a *relação de poder* entre homens e mulheres; a *divisão sexual do trabalho*; o *controle sobre o corpo e a sexualidade*; a *violência sexista,* entre outros (CAMURÇA, 2007). Na perspectiva que advogo, estes quatro elementos são centrais na explicação das relações entre o grupo social composto pelos homens e o grupo social composto por mulheres, e as

relações sociais de sexo[3] que os definem permitem compreender a situação de exploração e dominação à qual nós mulheres estamos submetidas, desde que associadas às relações sociais de classe e raça. Significa dizer que eu entendo "as mulheres" não como grupo definido pela biologia e sim pelas relações sociais.

A adoção de 'mulher' como uma categoria de análise é questionada no interior do feminismo acadêmico, imputando-lhe um caráter universalista e essencialista. A isso diversos movimentos feministas têm respondido com o uso da categoria 'mulheres', reconhecendo as desigualdades no seu interior e discutindo as contingências que os movem. Ao falar sobre o sujeito do movimento feminista, Judith Butler questiona a categoria 'mulher'. Para ela

> É a unidade necessária para a ação política efetiva? Não será precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a unidade da categoria das mulheres não é nem pressuposta nem desejada. Não implica a unidade uma norma excludente de solidariedade no âmbito da identidade, excluindo a possibilidade de um conjunto de identidades, ou que busquem precisamente efetuar essa ruptura como um objetivo político específico? Sem a pressuposição ou o objetivo da unidade, sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade (BUTLER, 2010, p. 36).

Na prática política cotidiana de movimentos de mulheres e movimentos feministas, a unidade vem sendo construída não em torno de uma suposta identidade pré-existente, essencialista, mas em razão de momentos conjunturais, formulações propositivas e estratégias de luta comuns entre diferentes articulações movimentalistas, que, por sua vez, reivindicam para si distintas identidades referidas às mulheres, motivo pelo qual se mobilizam como movimentos de mulheres e/ou feministas. Como Silvia Camurça (2007), eu entendo que é preciso afastar tendências essencialistas sobre 'a mulher' e o feminino universal, que seria apenas o outro lado do sujeito masculino universal da modernidade, e negar a validade de uma identidade homogênea comum a todas as mulheres, No entanto, é preciso afirmar a categoria, mulheres, como identidade política, razão de ser dos movimentos de mulheres que se definem pelo feminismo.

> Segue sendo necessário um movimento de mulheres, formado por mulheres com consciência feminista de sua opressão e exploração e, mais importante, tendo bem identificados os inimigos comuns que sustentam o sistema de

[3] Utilizo relações sociais de sexo no sentido construído por Heleieth Saffioti e pelas feministas materialistas e marxistas no debate brasileiro. Entendo que sexo, assim como gênero, é uma construção social. O não uso do termo relações sociais de gênero tem o intuito de não estimular esta dissociação predominante que tende a restringir o sexo ao plano biológico, essencializando-o (SAFFIOTTI, 1992; MATHIEU, 2014 , DEVREUX, 2011).

> dominação. Ou seja, compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e compartilhando formas de lutas e articulação (CAMURÇA, 2007, p.16).

Na segunda parte deste capítulo discutirei como a categoria ‘mulheres’ pode ser entendida como uma subjetividade coletiva, o que confere ainda maior legitimidade a sua organização política e ação política. Por enquanto, vejamos brevemente como a teoria feminista relaciona mulheres com a questão de classe social, chave para este estudo.

A clássica distinção entre concepções teóricas feministas, que tem como marcadores o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo marxista, se ampliou em função dos diálogos com a teoria crítica, a psicanálise freudiana e lacaniana, a fenomenologia, o pós-estruturalismo, a semiótica, os estudos culturais, o neomarxismo e as teorias pós-coloniais. Entretanto, às várias correntes teóricas feministas não correspondem, necessariamente, diferentes expressões político-organizativas dos movimentos feministas e/ou dos movimentos de mulheres em geral, embora possam ter alguma relação. Na América Latina, estudos sobre a construção histórica destes movimentos apresentam imbricações de várias vertentes teóricas no interior das articulações e organizações políticas (VALENTE, 2000; CURIEL, 2005; GARGALLO, 2013).

Nesta tese não é necessário discutir estas distintas correntes do pensamento feminista, mas sim reconhecer que, diferente das outras, no feminismo marxista a questão de classe tem lugar preponderante, como não poderia deixar de ser pela força da explicação elaborada por Marx sobre a exploração capitalista. As relações sociais de classe, baseadas na exploração do trabalho, são estruturantes da vida social e, portanto, da situação social das mulheres. Entretanto, muitas feministas abandonaram ou nunca transitaram pelo pensamento marxista e hoje, o marxismo é julgado necessário, embora insuficiente, por muitas entre as quais me incluo, ou, para outras vinculadas ao pensamento pós-moderno, é visto como uma meta narrativa totalizadora, o que dificulta perceber suas contribuições e também suas lacunas de elaboração. Em especial, me são caras as contribuições do método dialético e da explicação das relações de exploração que fundam o capitalismo e considero relevante reconhecer, entre outras, a pouca elaboração no pensamento de Marx sobre a dominação das mulheres.

Verônica Ferreira (2006), discutindo esta relação, indica outro elemento relevante, a existência do sujeito, que assumo, no sentido que a autora se refere a uma dada corrente de pensamento feminista e não ao feminismo em geral. Esta autora afirma que:

> o mesmo pensamento pós-moderno que atinge em cheio o marxismo e afirma sua total superação, atinge, também, o coração do pensamento feminista, pois em seu cerne está a ideia de “morte dos sujeitos”. Feminismo

> e marxismo encontram-se, na contemporaneidade, na defesa do "sujeito" e, portanto, da possibilidade de transformação das relações sociais existentes. (...). Ambas as teorias se dedicam à compreensão das relações sociais em sua historicidade, desnaturalizando-as, e em seu caráter antagônico, desvelando as desigualdades instituídas nestas relações. Assim, a ideia de múltiplas determinações do real e de síntese dialética são caras ao feminismo, na medida em que a realidade é apreendida como síntese dos antagonismos, contradições e antíteses das relações sociais (FERREIRA, 2006, p. 20).

Discutir as lacunas do marxismo para explicar a situação das mulheres é afirmar que o feminismo marxista não é suficiente, embora necessário, neste debate sobre a questão das classes sociais na construção da identidade coletiva feminista. A perspectiva marxista é importante para desnaturalizar as relações sociais de classe e, neste sentido, contribui para realizar tarefa semelhante em relação às relações sociais de sexo e de raça. O debate sobre sujeito, importante no feminismo marxista, também é central para uma reflexão sobre movimentos sociais de mulheres e, dentre eles, os movimentos feministas, daí a assertiva de que a tarefa mais importante realizada pelo feminismo foi, justamente, instituir as mulheres como sujeito político (ÁVILA, 2005). Comungo com a visão de Judith Astelarra (1988), para quem o feminismo, como movimento social, é um movimento político, no sentido de ter, como objetivo, alterar as relações de poder entre homens e mulheres e, neste sentido, redefinir o campo da política e transformar a sociedade.

Embora a teoria feminista tenha pouca elaboração sobre movimentos sociais, ela reúne condições para formular categorias que permitem analisar as dimensões feministas implicadas, sempre que mulheres se organizam politicamente em torno das suas próprias causas e se envolvem em ações coletivas, ou seja, sempre que realizam lutas sociais e políticas, ainda que não autodeclaradas feministas. A teoria feminista pode também fornecer categorias que permitam analisar as atitudes feministas presentes em histórias de vida das mulheres. Neste sentido o feminismo é um pensamento crítico que, além de uma utopia, demarca uma concepção de luta política e de projeto de vida. As histórias de vida e as práticas políticas dos movimentos de mulheres são também tomadas como objeto de análise e podem alimentar as respostas que buscam explicar a situação das mulheres.

Segundo Josette Trat (2009), o que caracteriza o feminismo como movimento social é sua duração. "Quaisquer que sejam as intermitências de mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa, ademais esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade" (TRAT, 2009, p.151). Nesse sentido, lutas coletivas das mulheres, baseadas nas contradições fundamentais, seriam lutas feministas. Mas quais são as contradições fundamentais? Ora, isto não está dado a priori, depende da

definição do sujeito da luta, ou mais precisamente neste caso, depende de quem analisa a luta e a classifica como feminista ou não.

Embora a visão de Trat proceda em linhas gerais, se abraçarmos a ideia de que o feminismo é capaz de produzir referências para análise das lutas das mulheres ao longo da história, o propalado marco inicial da Revolução Francesa se perde, uma vez que poderiam existir mobilizações feministas e expressões de resistência à dominação bem antes da Revolução Francesa, e até mesmo anteriores ao estabelecimento da ordem burguesa. Para Betânia Ávila (2000), um marco histórico relevante ocorre nos anos 1960

> Desde as revoluções do século XVIII que as mulheres vêm lutando por igualdade, mas apesar das conquistas importantes do século XIX e XX, como o direito à educação e ao voto, o modelo de igualdade aspirado estava referenciado na igualdade masculina. A questão do sujeito não estava colocada. É o feminismo que emerge nos anos sessenta que traz o questionamento radical da forma como as relações sociais estão estruturadas. As análises feministas, a partir daí, têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontado caminhos e meios para sua superação (ÁVILA, 2000, p. 15).

Os anos 1960 são, no meu entendimento, um marco para o feminismo, enquanto teoria e enquanto um movimento social específico e para o caráter de sujeito político. Mas, podemos trabalhar, para a análise das ações coletivas de mulheres, com a noção de 'luta feminista', daí este tempo histórico será muito mais longo, e seguramente pode nos ajudar a compreender processos de mobilização e ação de mulheres ao longo de toda a história da humanidade, sejam como lutas políticas sejam como formas de resistência. A noção de luta feminista, com o qual tenho trabalhado, ajuda a elucidar esta dimensão.

> O que distingue uma determinada luta de um movimento social como luta feminista? A resposta simples é a capacidade que estes movimentos adquiriram ao falar, reivindicar e propor a partir da análise da situação das mulheres. E a resposta complexa pode estar na capacidade construída pelos movimentos de mulheres de desenvolver processos de lutas que contribuam com a desnaturalização do lugar instituído socialmente para as mulheres, lutas que desconstruam os ideais de feminilidade hegemônicos, que coloquem em cheque a divisão sexual do trabalho, que ampliem os espaços de poder para as mulheres, que 'descolonializem' os corpos e os modos de vida, ofereçam resistência cotidiana à violência e busquem construir uma nova subjetividade e uma nova visão de mundo, baseadas na autonomia e liberdade das mulheres (SILVA, 2011, p. 110).

Tania M Morin (2013), no seu estudo sobre as mulheres das camadas populares na Revolução Francesa, demonstra sobejamente como se deu a sua participação nas mobilizações frente à crise de abastecimento de alimentos, nos embates com o parlamento pelo direito à participação e nos conflitos armados nas ruas. Entretanto, ficou registrado como nascedouro do movimento feminista, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, publicada por

Olympe de Gouges, que por este feito, foi condenada à guilhotina pelos jacobinos em 1793. O registro histórico de Morin, baseado em farta documentação, mostra a dimensão do engajamento das mulheres populares nas lutas revolucionárias, e também distingue a declaração de De Gouges como proposição feminista, por se basear no questionamento do lugar social instituído para as mulheres, ao afirmar "a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; tem que ter igualmente o direito de subir à tribuna" (MORIN, 2013, p.109).

Pensando a partir da noção de luta feminista, apresentada acima, é possível concluir que as lutas das mulheres populares pelo pão na Revolução Francesa não seriam lutas feministas, uma vez que nela as mulheres se mobilizam a partir de um lugar socialmente instituído de mães em defesa de alimentos para suas famílias. Apesar de os homens serem reconhecidos como provedores, eles se encontravam ausentes ou sem remuneração, deixando o desafio da manutenção dos lares para às mulheres. Esta situação em si, por um lado, já desloca o que é entendido como o lugar social das mulheres. Por outro lado, a radicalidade das formas de luta adotadas, desloca sobremaneira a noção de mulheres como seres pacíficos e submissos. Quero concluir, com isso, que se redirecionarmos o olhar para ver o movimento feminista para além do que ele consegue produzir por escrito, poderemos encontrar, na história da humanidade, vários outros episódios de lutas coletivas das mulheres que deslocam ou desconstroem a concepção hegemônica sobre o que são (e devem ser) as mulheres, ou seja, poderemos ver uma longa duração das lutas feministas. Isso é possível se tomarmos a noção de 'luta feminista', citada acima, para análise de lutas das mulheres, mas não seria possível se quisermos ver no passado identificações feministas nos termos nos quais se expressam hoje, pois não existia uma formulação de identidade feminista antes.

Michelle Perrot (1988; 2007), precursora da história das mulheres, também narra as lutas sociais preconizadas por mulheres populares rebeldes na França, no século XIX, e enfatiza que

> as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 1988, p. 212).

Ela demonstra como, historicamente, as mulheres populares, em suas formas de resistência cotidiana, além de suas lutas, estão em desacordo com a visão hegemônica sobre as mulheres. Não quero com isso dizer que sempre e em qualquer circunstância as mulheres

populares se revoltaram contra o padrão dominante de subordinação das mulheres, o que não seria sustentável. Afirmo apenas que, ao longo da história, há exemplos de situações nas quais as mulheres se movem contra a ordem patriarcal, mesmo quando não conhecem o feminismo.

Para construir um programa de estudo da história das lutas sociais das mulheres, a partir da noção de luta feminista, seria necessário considerar ciclos de lutas e conquistas que se deram no sentido da igualdade com os homens, ao longo de um largo período histórico. Não é o caso desta tese. Trago este debate porque é possível estabelecer um diálogo com as questões da tese, em especial a relação entre mulheres de classes populares e o movimento feminista, revisitando marcos históricos em uma temporalidade mais ampla. Esta concepção pode reduzir a invizibilização das mulheres populares ao longo da história dos movimentos sociais.

O feminismo clássico discute a história deste movimento com a noção de ondas, sendo a primeira a que se inicia com a presença feminista na Revolução Francesa, com os escritos de Olympe de Gouges sobre os direitos da mulher e da cidadã e se estende até o período de luta pela participação feminina no sufrágio universal, e que, para algumas, incorpora, ao mesmo tempo, as lutas pelo acesso à educação. A segunda onda é comumente entendida como aquela que se inicia a partir do chamado ‘maio 68’, marcado pelos protestos estudantis na França e pelas lutas nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnam e por direitos civis para a população negra. Esta segunda onda teria dado início aos movimentos feministas como os conhecemos hoje e seguiria até os nossos dias. Mas há quem defenda que neste momento estaria sendo vivida uma terceira onda, em função das atuais conquistas das mulheres e/ou das novas formas de feminismo possibilitadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e/ou pelas novas vertentes teóricas.

Doris L. Canavae (2009) critica, acertadamente, a concepção de história do feminismo desenhada a partir das ondas, uma vez que trabalhar com esta formulação gera uma história unificada e leva ao desconhecimento dos contextos geo-históricos em que o movimento se organiza, subordinando-o a uma perspectiva histórica centrada na Europa e Estados Unidos. Apesar disso, ela elabora argumentos contrários ao discurso que critica o euro centrismo do feminismo latino americano para chamar a atenção sobre as ilusões ou generalizações em que também esta visão incorre. Sem desconhecer as inegáveis origens europeias e americanas do pensamento feminista, ela faz questão de discorrer sobre as particularidades dos feminismos latino americanos.

> Así pues, aunque generalmente en los recuentos académicos de esta historia, en América Latina se usa la genealogía construida en Europa y

> Norteamérica, es importante anotar que los contextos históricos y las características culturales, así como los procesos políticos de América Latina y el Caribe no sólo son distintos, sino que además, internamente, hay enormes diferencias entre países, lo que es ya un argumento aunque no el único. (…) Si bien los procesos que se registran bajo la denominada segunda ola parecen ser un punto de partida común, a lo largo de la segunda mitad del siglo XX estos países van a vivir, en lo político, procesos diferentes que definen ciertos énfasis en los feminismos. Es luego, en los años ochenta, y más exactamente en los noventa, con el capitalismo avanzado y el modelo neoliberal, que los feminismos latinoamericanos "se globalizan"; no obstante, ello no modifica una historia de luchas y resistencias contra hegemónicas nacionales (CANAVAE, 2009, p.5).

É desejável, portanto, estudar realidades específicas centradas em contextos nacionais, ou em espaços locais, nos quais se pode analisar, com mais precisão os períodos, as correlações de forças, as lutas sociais, as formas organizativas e as conquistas obtidas, e o que tudo isso indica em termos analíticos sobre a conjuntura da época para os movimentos de mulheres e movimentos feministas.

No Brasil, os estudos históricos sobre movimento feminista consideram o período da luta sufragista, na primeira metade do século XX, e o período da redemocratização, a partir da década de 1970 do século passado. Mas existem vários trabalhos de memória sobre mulheres na literatura, nas ciências e nas artes, que as consideram como feministas e/ou precursoras das feministas (SCHUMAHER, 2000). Alterando a direção do olhar, das mulheres burguesas para as camadas populares, é possível ver lutas coletivas de mulheres negras e de classes populares e/ou participação de inúmeras mulheres em lutas populares, razão pela qual elas também poderiam ser vistas como feministas, mas geralmente não o são. A história do feminismo brasileiro é rica em exemplos de como critérios de distinção de classe são acionados para a classificação de uma mulher (ou de uma luta) como feminista. Entre estes critérios está o acesso às letras, a possibilidade de escrever e publicar, o que, de certa forma, está em acordo com a classificação feminista predominante na história.

Mais recentemente os estudos feministas têm, por um lado, discutido a situação das mulheres com fontes estatísticas e/ou de pesquisas de opinião (VENTURI, 2004), e, por outro, abordado temas que são referências fundamentais para compreender as críticas e proposições elaboradas no âmbito desse movimento, a exemplo das questões de violência, saúde, trabalho, aborto, lesbofobia, participação política etc. Poucos são os estudos sociológicos, antropológicos e históricos que tem se debruçado sobre a constituição do movimento social feminista enquanto tal, sua dinâmica interna, suas formas de organização, participação e conflitos nos quais se insere. Menos ainda sobre os movimentos de mulheres, que tem maior amplitude. Proponho, nesta pesquisa, ampliar este escopo, estudando os movimentos

feministas e movimentos de mulheres como movimentos sociais, situando-os no contexto histórico brasileiro, da década de 1970 aos nossos dias, com foco em suas articulações nacionais e suas mobilizações e nas referências que utilizam para conformar suas identidades coletivas.

A partir da discussão sobre a composição atual das diversas articulações, que se nomeiam como movimentos de mulheres, suas relações com o feminismo e da forma como refletem sobre as diversidades e desigualdades que caracterizam as mulheres na sociedade brasileira, em especial aquelas referentes à classe social, buscarei discutir em que isso tem afetado o movimento feminista, e como as mulheres de classes populares são afetadas por este movimento e, ao mesmo tempo, o interpelam.

Ao invés de discutir as ondas, eu vejo o movimento feminista (em sentido amplo) como um processo de mudança social de longa duração, o que significa que ele comporta vários ciclos de movimentação e conflitos sociais e diversificados processos organizativos em determinados tempos e contextos específicos. A partir dessa concepção, nego uma temporalidade segmentada e descontextualizada geo-historicamente e posso perceber que toda a sociedade é atingida pelas conquistas desse movimento, nesta longa trajetória, e que tem períodos de latência e momentos de maior visibilidade.

Esta concepção, apresentada acima, não nega, entretanto, a possibilidade de adotar a ideia de movimento feminista vendo-o a partir da sua expressão atual, comportando os diferentes processos de luta feminista e formas organizativas que marcaram a sua história em fins da década de 1960 e se estende até os nossos dias. É possível ainda nos referirmos a um dado processo de ação coletiva, restrito no tempo e no espaço, como sendo ‘um movimento feminista’, no sentido de um ciclo de ação coletiva, como é o caso do movimento sufragista, nos anos 1930 no Brasil, ou da luta feminista na Constituinte na década de 1980. Outra possibilidade é ver movimento feminista a partir de suas expressões organizativas em articulações movimentalistas de mulheres, através da geração de ações coletivas de incidência política sobre os poderes constituídos no Estado e na sociedade. Separar estas diferentes possibilidades, para observação do movimento feminista, ajuda a elucidar possíveis tensões aparentes e investigar os níveis mais profundos de interpelações recíprocas com os movimentos de mulheres em geral, do qual eles são parte.

Nesta tese chamo movimentos de mulheres o conjunto das articulações e mobilizações sociais protagonizadas pelas mulheres em torno de conflitos sociais, a partir dos quais elas formulam suas causas e enfrentam seus antagonistas. Dentre os movimentos de mulheres, entendo como movimentos feministas, aquelas articulações e mobilizações que assim se

designam, tomando como referência o pensamento feminista, cujo centro é a crítica à exploração e dominação das mulheres, podendo adotar diferentes ênfases, de acordo com suas escolhas teóricas e políticas.

Compreender as diferentes expressões dos movimentos de mulheres, dentre elas os movimentos feministas, à luz da sua composição de classe e da relação entre identificação coletiva e identidade política pessoal de suas integrantes, me parece um desafio relevante para a teoria feminista e para a sociologia dos movimentos sociais. A relação entre o indivíduo e o coletivo, vista como sujeito individual e sujeito coletivo, é parte do processo de constituição do movimento feminista como sujeito político (ÁVILA, 2005; ASTELARA, 1983), daí a sua relevância neste estudo.

1.2. Feminismo: um ponto de vista teórico e epistemológico

A perspectiva epistemológica feminista, pela qual me oriento, implica em um conhecimento situado, capaz de articular militância política e produção do conhecimento (COLLIN, 2010; SORJ, 1992). O exercício da pesquisa é, portanto, uma oportunidade de ir além da experiência comum, imediata e sedutora, que já tenho com esse objeto e buscar construir uma experiência reflexiva que possa contribuir para uma nova percepção da realidade para mim e para esses movimentos e, com isso, possibilitar uma revisão de seus 'marcos de referência', suas identidades coletivas e, a partir daí, as suas estratégias. Como ensina Bachelard (1996), um pensamento inquieto desconfia das identidades mais ou menos aparentes e exige, sem cessar, mais precisão e, por conseguinte, mais ocasiões de distinguir.

A teoria feminista se funda na interpelação do pensamento social em geral. Ela se propõe a uma crítica radical da modernidade assentada na concepção de um sujeito universal, visto pelo feminismo como se tratando do sujeito masculino. Para o feminismo com o qual comungo, o sujeito universal é identificado como sujeito masculino, branco e proprietário, trazendo para o debate a referência às relações sociais de raça e classe. Neste sentido, ela guarda relação com outras perspectivas teóricas que produziram a crítica a uma racionalidade moderna que se fez hegemônica, sejam aquelas que propõem modernidades alternativas, sejam as pós-modernas, pós-estruturalistas e/ou que discutem a virada epistemológica. Mas tem relação também com as teorias que discutiram a modernidade a partir de outros pontos de vistas que não os hegemônicos, a exemplo da teoria crítica que procura falar a partir das perspectivas dos dominados e explorados no capitalismo, como sistema econômico e cultural,

e como razão instrumental; e também das teorias pós-coloniais (ou, como prefiro, referidas a processos de descolonização), que se apresentam a partir da visão de que a modernidade se fundou historicamente articulada à colonização preconizada pelos países da Europa. O feminismo que adoto tem como referência a teoria crítica, no sentido ampliado, e abraça a perspectiva de processos de transformação social, entendo-os como devir histórico, reconhecendo a existência de múltiplos sujeitos da transformação e seus processos de articulação política. Esta inclinação não me permite ser omissa à percepção de mudanças que ocorrem na atual fase da modernidade, e que provocam revisões substantivas nas formas de sociabilidade e de produção do conhecimento.

Concordo com Melucci, quando ele caracteriza a virada epistemológica, de que a pesquisa sociológica passa por profundas transformações nas últimas décadas, destacando quatro aspectos que demarcam uma ruptura em relação a padrões que a confundiam ou subordinavam a critérios das chamadas ciências duras: a emergência e centralidade da linguagem, que afirma que o que é dito é dito para alguém e em algum lugar, reconhecendo que não existe conhecimento que não seja situado e não passe pela linguagem e nela se expresse; a existência de um profundo reequacionamento da forma de conceber a relação entre pesquisador e pesquisado, redimensionamento que realoca a objetividade, dando lugar a subjetividade presente nos dois polos; o reconhecimento da dupla hermenêutica que está contida no processo de produção do conhecimento na pesquisa, pois essa produção será sempre uma interpretação, não algo absoluto. Esta última característica, resulta numa mudança da compreensão sobre a verdade e objetividade do resultado da pesquisa transmitida na forma de uma narração. Como ele, procuro ver a pesquisa como uma das formas possíveis de relato sobre um fenômeno, a qual é respaldada pela comunidade cientifica a que está ligada. Isto implica na aceitação de que existe uma "polifonia, pluralismo possível das formas de relatos, o que exige sobre a forma escolhida uma atitude auto reflexiva" (MELUCCI, 2005, p.25-42). Esta atitude auto reflexiva é a que adoto neste trabalho, entendendo a reflexão sobre minha experiência política pessoal em movimentos sociais como parte da elaboração que é aqui apresentada.

Desta caracterização Melucci extrai um novo entendimento acerca do lugar da pesquisa social e da pesquisa qualitativa em especial. A pesquisa social hoje

> não têm mais a pretensão de explicar uma realidade em si, independente do observador, mas se transforma em uma forma de tradução do sentido produzido pelo interior de um certo sistema de relações sobre um outro sistema de relações que é aquele da comunidade cientifica ou do público. O pesquisador é alguém que traduz de uma linguagem para outra (MELUCCI, 2005, p. 34).

Conforme Melucci (2005), a observação é sempre uma intervenção. Isso porque ao delimitar o campo, por um lado, quem pesquisa estabelece fronteiras entre o que está dentro e o que está fora do sistema em questão, ou seja, ao estabelecer limites a pesquisa modifica o campo da realidade que se está pesquisando. Por outro lado, o campo de pesquisa está em movimento constante e em interação com quem realiza a pesquisa, que, por sua vez, faz parte dele. Nesta perspectiva é que a observação é sempre uma intervenção. É uma intervenção porque quem pesquisa estabelece os limites do campo pesquisado e isso modifica o campo de ação, mas também porque este campo e os atores que nele interagem estão em movimento constante e em relação com aquela pessoa que observa. A par disso, o que garante legitimidade à pesquisa é sua institucionalidade. Segundo Melucci

> a observação se realiza quando o observador deixa de registrar, em uma proporção mais ou menos grande, o fato que o campo social está em movimento, é objeto de sua intervenção e encaminha continuamente as próprias retroações. Esta opacização da função observadora e a contemporânea estabilização do campo não são, porém, funções pessoais ou escolhas subjetivas. Ainda uma vez, trata-se de funções institucionais: é somente onde opacidade e estabilização são legitimadas por um consenso e reguladas por procedimentos partilhados que a observação se torna uma atividade científica ou profissional (p. 319).

A legitimidade da produção do conhecimento, salientada por Melucci, embora não tenha relação direta, é algo central no que vem sendo construído no campo do pensamento pós-colonial ou descolonial. Não é o caso de entrar no debate do termo mais adequado, importa ressaltar que entendo o campo do pensamento descolonial como a produção de conhecimento vinculado aos processos de descolonização, não apenas política, mas também econômico e cultural. Este pensamento, refletido a partir do enfrentamento da relação de dominação Norte-Sul, se apresenta, para alguns, como uma forma de insubordinação ao conhecimento estabelecido e suas instituições legitimadoras, como condição de possibilidade de enfrentamento ao poder colonial. Para outros, além disso, apresenta-se como a possibilidade mesma de desconstrução da própria ideia de Norte-Sul, ou centro e margens, tomando por base a diversidade de experiências sociais e conhecimentos. Ou seja, busca perceber as ausências daquilo que é ativamente produzido como não existente por não obter credibilidade junto ao instituído ou as emergências daquilo que existe apenas como tendência de futuro, mas "sobre o qual é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração" (SANTOS, 2008, p. 118).

É nesta perspectiva de ampliação das possibilidades de futuro, que exige a transformação do mundo no presente, tal como entendo, que se coloca a crítica feminista. Daí

surge a necessidade de uma epistemologia capaz de abarcar não apenas o pensamento das margens – no caso, das mulheres – mas também as diferenças e desigualdades existentes entre as mulheres, entre as quais as desigualdades de classes sociais, o que poderíamos chamar as margens das margens. Esta reflexão sobre a descolonialidade é importante, neste debate epistemológico, uma vez que o feminismo latino americano vive uma polêmica fecunda sobre a ideia de que ele teria adotado uma perspectiva do colonizador, que o configuraria como 'feminismo hegemônico', de mulheres brancas, ilustradas e de classe dominante, versus a análise de que ele é multifacetado e tem diversas origens, a partir de cada contexto geo-histórico, incorporando mais ou menos dimensões contra hegemônicas. Voltarei a este debate mais adiante.

À perspectiva construcionista de Melucci e à crítica descolonial associo a abordagem epistemológica feminista. Ela é, muitas vezes, entendida como parte do construtivismo, uma vez que uma ideia fundante deste pensamento, segundo Simone de Beauvoir (1947), é a de que "não se nasce mulher, torna-se mulher", que se coaduna com a ideia de não tomar os fatos como naturais ou como essências, mas sim entendê-los como construídos socialmente. Mas importa dizer que as teorias e epistemologias feministas, em voga contemporaneamente, dialogam com as diversas vertentes epistemológicas das ciências sociais desenvolvidas ao longo da história. As distintas correntes teóricas feministas têm em comum o objetivo de compreender a experiência social a partir das mulheres, considerando as mulheres como sujeitos e objetos da investigação (LOVELL, 1996; LENGERMANN, 1993). A linha de pensamento que estou desenvolvendo nesta tese é uma entre tantas, porém a que considero satisfatória.

Elizabeth Anderson (2003) ressalta três grandes tradições epistemológicas feministas: o empirismo, o pós-modernismo e a teoria da perspectiva (ou ponto de vista feminista). Esta última me pareceu adequada a esta pesquisa. A teoria do 'ponto de vista feminista', entendida como uma teoria da perspectiva e/ou do conhecimento situado, tem como objetivo representar o mundo a partir de uma perspectiva assumidamente particular, epistemicamente privilegiada. Assumindo a elaboração de Elizabeth Anderson, apresento, brevemente, como ela desenvolve a discussão sobre o "ponto de vista feminista".

A teoria do *ponto de vista feminista* tem como objetivo representar o mundo a partir de uma perspectiva assumidamente particular, epistemicamente privilegiada. Este modo de entender o conhecimento implica em alguns critérios: o lugar social que ocupa, o escopo do privilégio e o tipo de superioridade epistêmica, a justificativa, o aspecto do objeto, o modo de acesso a ele, entre outros. O modelo clássico das teorias da perspectiva é o marxismo, o qual

entende que os trabalhadores (proletariado) alcançam um ponto de vista privilegiado sobre economia, sociedade e história, o que se dá pela sua inserção na produção, tornando-os agentes autoconscientes de uma classe potencialmente universal. Na perspectiva feminista o privilégio epistêmico das mulheres é sobre o caráter das relações sociais de sexo/gênero, os fenômenos sociais e psicológicos nos quais o sexo e o gênero estão implicados. Anderson apresenta a experiência da opressão como possibilidade epistêmica de desmascarar a opressão. Ela utiliza a ideia de DuBois, autor reconhecido por estudos descoloniais, para falar da consciência bifurcada ou dupla consciência, isto é, apenas quem vive a experiência de opressão teria a possibilidade de ver as coisas tanto do ponto de vista dos dominantes como dos dominados. Implica dizer que, nesta perspectiva, o pensamento feminista é desenvolvido sobre a experiência das mulheres e pelas mulheres.

Dentro desta possibilidade faz-se necessário relatar como se ganha acesso ao conhecimento situado. O conhecimento definido objetivamente pela posição que ocupa na estrutura social não parece ser suficiente para obter esse acesso. Ou seja, não basta ser mulher. Faz-se necessário uma identificação subjetiva, isto é, um entendimento compartilhado com o grupo. Daí concluir que o ponto de vista privilegiado não é o das mulheres em geral, mas o do feminismo, ou seja, daquelas mulheres que realizam a crítica da opressão. Nesse sentido, a perspectiva feminista seria uma teoria crítica, que objetiva capacitar as oprimidas para mudar sua situação, uma teoria feita por e para os sujeitos de estudo.

A crítica feita por Anderson a essa perspectiva baseia-se no entendimento de que se estaria adotando a perspectiva de ‘mulher universal’, desde que feminista. Nesse entendimento as mulheres não podem ter acesso privilegiado ao conhecimento porque esse grupo social é entrecortado por raça, classe e orientação sexual, e não é possível sustentar que qualquer desigualdade no interior do grupo possa ser fundamental para todos, porque elas se cruzam de forma complexa. O contraponto que faço a essa crítica de Anderson é no sentido de que adotando a compreensão sobre as desigualdades entre mulheres, isto não anula o ponto de vista privilegiado a partir do qual se pode construir o conhecimento, apenas é necessário ressaltar o que configura este novo lugar de privilégio epistêmico. Entendo também como possível a articulação política entre distintos sujeitos que desenvolvam uma estratégia de produção de conhecimento coletiva, assim como a possibilidade de que a partir de um lugar epistêmico situado no nó entre distintas formas de exploração e dominação, como raça, gênero e classe (SAFFIOTI, 1969, 2013) seja possível construir um pensamento situado a partir da consubstancialidade das relações sociais (KERGOAT, 2010).

Esta abordagem, assumida aqui, demonstra como o construtivismo é fundamental para

o feminismo, para não adotar o essencialismo, mostra também o diálogo fecundo que esta perspectiva feminista mantém com a teoria crítica. Os estudos descoloniais, com suas abordagens acerca da necessária descolonização do poder e do saber, colocam questões para a teoria feminista frente às interpelações que são feitas no interior do próprio movimento pelo feminismo negro e feminismo lésbico, que também são necessárias nesta reflexão. Para fazer este debate retomei, aqui, elementos das teorias descoloniais e os desafios colocados pela relação entre feminismo e descolonialidade, tentando demonstrar as similaridades com a perspectiva epistemológica assumida.

O ponto de partida dos estudos descoloniais, que busco agregar a este debate, é, conforme Costa (2011), a constatação de que toda enunciação tem um lugar de origem. Isso implica compreender criticamente a produção do conhecimento científico a partir da geopolítica da dominação no mundo, mas também a partir das múltiplas faces da dominação, o que inclui opressões diversas. Para Quijano (2005), a modernidade, como padrão de poder mundial, tem como eixo central a classificação da população mundial de acordo com a ideia de raça. Ele explica como o processo de colonização do território, nomeado como América Latina pela Europa, construiu a perspectiva de inferioridade dos não-europeus, baseado na divisão racial do trabalho, como mecanismo de controle do trabalho no âmbito do capitalismo mundial, e isto possibilitou a naturalização das relações coloniais de dominação.

Quijano (2005) considera que o poder capitalista está organizado em torno de dois eixos: a colonialidade do poder e a modernidade. O poder se estrutura em relações de dominação, exploração e conflitos em torno de quatro âmbitos da existência humana: trabalho, sexo, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade. Em relação à questão sexo, ele enfatiza o padrão formal de organização familiar europeu, no qual está dada a liberdade sexual dos homens e a fidelidade das mulheres, o que, associado à noção de inferioridade da raça não europeia, possibilitou o livre acesso sexual do colonizador às mulheres colonizadas. A este fato o feminismo negro pôs o nome de estupro colonial.

À colonialidade do poder corresponde também a colonialidade do saber (LANDER, 2005). O giro epistemológico proposto pela crítica descolonial à modernidade implica entender os mecanismos através dos quais o conhecimento científico foi construído e legitimado neste processo de colonização que é, ao mesmo tempo, de globalização do capitalismo e dos modos de vida por ele engendrados, ancorados antes no escravismo, sempre no produtivismo e hoje associando ao consumismo, ainda que isso esgote as possibilidades naturais oferecidas pelo planeta.

O feminismo predominante na América Latina e, especialmente, no caso brasileiro, ao

mesmo tempo em que é visto como tendo nascido a partir de mulheres brancas, de classe média, e ter se articulando a partir de formulações oriundas do Norte global (SARTI, 2004), é possível identificar nas suas formulações divergências teóricas significativas que permitem aludir a interpretações feministas contraditórias entre si sobre a realidade das mulheres brasileiras, expresso, muitas vezes, na prática política realizada em organizações feministas junto a mulheres populares (TELES e LEITE, 2013) e mulheres trabalhadoras em geral, mas também nas análises teóricas críticas que deram sustentação a este movimento (LOBO, 1986; SAFFIOTI, 2013; ÁVILA, 2009).

Desde distintos lugares de atuação teórica e política, várias feministas latino americanas têm interpelado a visão sobre o feminismo hegemônico nesta região como sendo um pensamento colonial por estar fortemente articulado às teorias feministas produzidas nos Estados Unidos e na Europa, sejam elas liberais, radicais ou marxistas (CASTILLO et all, 2008; LUGONES, 2008.. Minoso, se referenciando em Spivak, interpreta que o feminismo ocidental estabeleceu a figura de 'mulher do terceiro mundo', como uma perspectiva uniformizante que nega as situações desiguais nas quais vivem as mulheres indígenas e negras no continente.

> Como en la crítica de Spivak al trabajo de los intelectuales poscoloniales de los Subaltern Studies, me temo que los feminismos hegemónicos de un lado y otro del atlántico han contribuido en el proyecto colonial de encriptar a la "mujer del tercer mundo". Encriptamiento que se produce entre su expulsión histórica de la narrativas de conformación del ideal de la nación blanca occidental, y la necesidad de su existencia como el (verdadero) Otro. Si las feministas del Norte han necesitado dela figura de la "mujer del tercer mundo", las feministas (blanca/mestiza, burguesa) del Sur han necesitado y han trabajado activamente por construir su Otra local para poder integrarse en las narrativas criollas de producción europeizante de los estados-nación latinoamericanos. La violencia epistémica es tal que la "mujer del tercer mundo" queda atrapada doblemente por la colonización discursiva del feminismo de Occidente que construye a la "Otra" monolítica de América Latina, y por la práctica discursiva de las feministas del Sur, quienes, estableciendo uma distancia con ella y, al mismo tiempo, manteniendo una continuidad con la matriz de privilegio colonial, la constituye en la otra de la Otra (MINOSO, 2009, p. 14).

Apesar dessa crítica, que poderemos discutir a partir da reflexão sobre a historiografia do movimento feminista no Brasil e de sua produção teórica sobre si mesmo, para verificar a possibilidade ou não desta colonização interna, há também um reconhecimento que nas últimas décadas o feminismo latino-americano desenvolveu um pensamento crítico e uma ação política que tenta levar em conta as desigualdades de raça e classe nas quais vivem grande parte das mulheres latino-americanas. É a mesma autora que afirma:

> El abordaje planteado desde una perspectiva de inclusión, se evidenció desde

> el III Encuentro Feminista de América Latina y el Caribe celebrado en Brasil en 1985 en términos de la necesidad de que el feminismo incorporara la problemática de la mujer negra y a sus representantes (MINOSO, 2009, p. 2).

O caráter hegemônico do feminismo brasileiro, no sentido de colonizado em relação ao norte global e colonizador interno em relação às mulheres negras, indígenas, trabalhadoras etc. é um ponto central no debate nesta tese. Deparei-me com esta questão ao tentar compreender a relação entre mulheres populares e o movimento feminista no período recente, e isso exigiu uma retomada da trajetória histórica bem maior do que a que estava proposta inicialmente. Este debate colocou exigências também para a análise do contexto no qual os movimentos de mulheres estiveram inseridos, notadamente sua relação com o campo político dos movimentos sociais e sua referência à classe trabalhadora.

Rejeitando a proposta de ruptura radical do pensamento latino americano com a produção europeia, discutida por Costa (2011), Paulo Henrique Martins (2011) procura desconstruir a hierarquia centro e margens que marca o conhecimento eurocêntrico e classifica a crítica sociológica realizada na América Latina em três proposições: sociologia sobre, da e na América Latina, que me será útil para compreender o feminismo latino americano e, nele, o brasileiro.

A sociologia sobre a América Latina toma um marco interpretativo externo e o aplica a uma realidade sócio histórica. Nesta perspectiva os saberes das margens são ilhas relativamente isoladas que se comunicam com pouca intensidade entre si e com grande intensidade – mas individualmente – com os centros do norte global. Neste caso a colonização dos saberes não seria uma consequência da colonialidade, mas uma condição para o sucesso dela. A sociologia da América Latina implicaria em uma ruptura epistemológica com o conhecimento do Norte, cortando vínculos e recusando o diálogo. A sociologia na América Latina buscaria integrar à produção de conhecimento local à tradição sociológica europeia e norte-americana, sem cair no universalismo abstrato e descontextualizado e, tampouco, no relativismo cultural também descontextualizado (MARTINS, 2011). Martins conclui apresentando o desafio da tradução de um campo científico a outro para consolidar um campo de pensamento descolonial.

Este desafio – o trabalho de tradução como diálogo entre diferentes tradições – é discutido por Boaventura de Souza Santos ao propor uma sociologia das urgências e uma sociologia das emergências, capazes de trazer à tona "a diversidade de experiências sociais que não pode ser explicada por uma teoria geral" (SANTOS, 2008, p. 95), enquanto reação ao epistemicídio promovido pela colonização. Santos me parece estar entre aqueles que, como

eu, consideram que as explicações sociológicas baseadas na estrutura ou na agência, como dois polos de explicações gerais para os processos sociais, são insuficientes vistos separadamente e, ainda mais, se as explicações derivadas não levam em conta a historicidade e a colonialidade presentes no processo de legitimação do conhecimento. Entre suas proposições, adoto está a ecologia dos saberes, baseada no princípio da incompletude de todos os saberes como condição de possibilidade de diálogo e debate epistemológico, com o qual se pode apreender o novo sem ter que esquecer os conhecimentos anteriores e próprios. Entendo que a contribuição de Boaventura de Souza Santos não desconhece a estrutura de poder que subjaz à histórica legitimação do conhecimento eurocêntrico e também não pleiteia uma posição relativista. Ele está se colocando a partir da busca de renovação da disciplina e, ao mesmo tempo, da desconstrução da epistemologia hegemônica. Um elemento chave neste debate, a validação do conhecimento, inicialmente discutido com base em Melucci, é apontado por ele nos seguintes termos:

> A questão não está em atribuir igual validade a todos os tipos de saber, mas antes permitir uma discussão pragmática entre critérios de validade alternativos, uma discussão que não desqualifique de partida tudo o que não se ajusta ao cânone epistemológico da ciência moderna (SANTOS, 2008, p. 110.).

A formulação de Martins (2011), citada acima, acerca da sociologia sobre, da e na América Latina, permite-me fazer exercício semelhante para pensar a teoria feminista que é desenvolvida nesta região no sentido da validação proposta por Santos. Arriscaria dizer, sem uma pesquisa que sustente esta afirmação, que aqui existe, majoritariamente, uma teoria feminista sobre o Brasil e América Latina, ou seja, um feminismo que, tendo como referência as elaborações europeias e norte-americanas, toma-lhes os conceitos para interpretar as realidades das mulheres brasileiras a partir do contexto local.

Esta forma de elaboração, por um lado, em uma vertente teórica mais próxima do feminismo liberal, teve dificuldades para perceber as desigualdades entre mulheres produzidas a partir de raça, etnia, classe, sexualidade e inclusive aquelas baseadas nos contextos de regionalidade interna ao país, que marcam a vida das mulheres brasileiras, e estabelecem diferenças entre norte-nordeste e sul-sudeste. Porém, numa vertente mais próxima do marxismo, este feminismo sobre o Brasil possibilitou a adoção de categorias como divisão social e divisão sexual do trabalho e, numa vertente advinda do movimento negro, discutiu racialização. Isso favoreceu a análise da situação social das mulheres e as desigualdades entre mulheres no Brasil, constituindo, neste processo teórico, um feminismo contra hegemônico, portanto, um Feminismo do Brasil. Verei se esta análise se confirma fazendo uma releitura da

história recente dos movimentos feministas e movimentos de mulheres no capítulo seguinte.

Refletir sobre pensamento descolonial e feminismo, a partir do contexto brasileiro, exige, portanto, a discussão de um paradoxo: sendo o feminismo uma epistemologia contra hegemônica, em construção e em relação ao conhecimento androcêntrico, predominante na modernidade e baseado na ideia de universalidade, ele pode também ser entendido como hegemônico quando situado no contexto das experiências geo-históricas de subalternidade dos povos colonizados, como é o caso da América Latina? (MEZZADRA, 2008). Este é o pano de fundo para a questão de pesquisa que discutirei no capítulo 2: a história recente do movimento feminista no Brasil e de sua relação com os movimentos de mulheres demonstra que ele pode ser considerado como 'feminismo hegemônico', nos termos nos quais os debates feministas se referem ao feminismo produzido no norte global? O que isso informa sobre o uso de classes sociais nos marcos de referência destes movimentos? Para responder a este dilema é preciso situar o debate sobre feminismo descolonial e a própria visão sobre o feminismo europeu e norte americano precisa ser objeto de reflexão, a partir da chave do feminismo negro e do feminismo materialista.

O feminismo descolonial critica a noção de "mulheres" como um grupo constituído e coerente, com interesses comuns, sem importar a classe social, a localização ou as contradições raciais ou étnicas, pois isso implicaria uma noção de patriarcado ou de gênero universal a todas as culturas. Segundo Chandra Mohanty, esta noção homogênea da opressão das mulheres como grupo produz uma representação do sujeito do feminismo como "moderno, educado, com controle do corpo e de sua sexualidade e com liberdade de tomar suas próprias decisões" e, também, uma representação de seu oposto, a mulher "pobre, sem educação, limitada pelas tradições, doméstica, restrita a família, a vítima". Estas distinções, assegura a autora, são possíveis em função do privilégio fornecido a um grupo particular como a norma, o referente (MOHANTY, 2008, p. 126). Embora esta afirmação me pareça correta, em termos gerais, entendo que ela pode denotar apenas uma concepção feminista, porém para que ela seja analisada como hegemônica, é preciso fazer uma análise específica de cada contexto concreto no qual ocorre um dado movimento feminista, sob pena de incorrer no mesmo erro das generalizações. A análise feminista descolonial exige historicizar e contextualizar as formas que assumem as relações de gênero, para evitar a visão universalista; considerar a cultura como processo histórico para evitar os essencialismos culturais; e reconhecer a maneira como as lutas locais estão inseridas em processos globais de dominação capitalista (CASTILLO, 2008).

Uma ideia forte no debate é a de que a epistemologia e a teoria feminista, estabelecida

no interior da cultura europeia e norte americana, teria apenas substituído o sujeito universal da modernidade – masculino, branco, proprietário – pela mulher, assim como o marxismo teria feito com o operário. A esta crítica o feminismo tem historicamente respondido com a noção de 'mulheres' no plural, compreendido como grupo social no interior do qual subsistem diferenças e desigualdades. Mas isto parece ser insuficiente e, mais recentemente, muitas teóricas feministas tem trabalhado, a partir de premissas distintas, a noção de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) ou de consubstancialidade (KERGOAT, 2010) entre as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, como construto teórico que possibilita explicar a situação das mulheres. A noção de consubstancialidade pode ser integrada a esta perspectiva feminista que adoto porque ela se baseia no conceito de relações sociais, o que inclui conflito, contradições e antagonismos, vendo as mulheres como grupo social de sexo entrecruzado pelos antagonismos estruturadores da sociedade. Voltarei a esta ideia mais adiante.

Também nos países europeus e nos Estados Unidos, pensamentos feministas que se contrapõem à ordem capitalista e colonial foram desenvolvidos. É o caso do feminismo materialista francês, baseado no materialismo dialético, e do feminismo negro americano, fontes nas quais bebo para esta elaboração, associando ao feminismo radical, para o qual a questão da autonomia das mulheres é o elemento central. Passo a descrevê-los brevemente, uma vez que eles dão base paras as reflexões que procuro desenvolver aqui, embora não sejam adotados em suas plenitudes.

O feminismo materialista[4], que teve força teórica e política na França dos anos 1970, nega a ideia de essência feminina baseada na materialidade do corpo sexuado de mulher (MATHIEU, 2014; GULLAUMIN, 2005; FALQUET, 2015). As feministas materialistas, presentes como militantes no movimento social feminista francês desde a década de 1960,

[4] Christine Delphy, autora ligada ao feminismo materialista francês, entende o grupo social mulheres como uma classe social construída no modo de produção doméstico, que existe em articulação com o modo de produção industrial e dá a base material para o sistema patriarcal. A classe das mulheres seria construída pela exploração do trabalho doméstico das esposas pelos maridos no interior das relações de casamento. Colette Guillaumim reflete sobre as *relações de sexagem* nas quais se dá a apropriação das mulheres pelos homens e a consequente implicação deste mecanismo para o plano ideológico. O processo produtivo implicaria não apenas na mais valia, mas também na apropriação do corpo feminino e nos produtos do corpo. Ela discute a sexização e racialização e possibilita, deste modo, compreender como estas relações sociais de sexo e raça estão imbricadas. Ambos os debates, que se relacionam com a discussão de classe, não serão objeto de reflexão nesta tese. Tabet aborda o acesso diferenciado por sexo ao conhecimento, abrindo as veredas para as elaborações a partir das margens, em voga hoje com as teorias do ponto de vista feministas e as ideias de descolonialidade do saber e do poder. Fundamentalmente, neste feminismo, está em questão um modo de interpretar a realidade a partir da materialidade das relações sociais e não das relações intersubjetivas ou pessoalizadas, razão pela qual eu o exponho aqui em contraponto a um debate feminista muito presente hoje centrado em relações de interação individual e em uma suposta pós-materialidade. Escritos fundacionais destas autoras foram compilados em FERREIRA et alli, 2014.

publicam no primeiro período da revista *Questions Féministes* escritos fundacionais de um modo de pensamento materialista sobre as mulheres em franco contraponto com o naturalismo e essencialismo, tão fortes no debate atual que nega a categoria 'mulheres'. Estas teses, ainda nos anos 1970, já questionavam a naturalização do sexo e não apenas do gênero, assim como faz hoje Judith Butler. Para o pensamento feminista materialista francês, homens e mulheres não se definem pelo biológico e nem pela cultura, mas pelas relações sociais materiais, concretas e históricas que, na minha visão, reúnem economia, cultura e política. Não se trata, todavia, de uma teoria focada nos indivíduos, mas em grupos sociais com contradições entre si, o que sugere uma abordagem histórica dialética a partir de relações sociais. Tem amplo destaque neste pensamento as análises feministas a partir da divisão sexual do trabalho, as quais entendem que a divisão social do trabalho perpassa o grupo social mulheres.

A teoria feminista negra no Brasil teve grande difusão para o movimento feminista, em especial com os trabalhos de Sueli Carneiro. Concordo com a sua assertiva de que "esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra" (CARNEIRO, 2005, p. 2).

O manifesto do grupo norte americano *Combahee River Collective* (1988), de 1977, apresenta críticas à uniformização da forma de opressão para todas as mulheres e, embrionariamente, aborda as experiências simultâneas com o racismo, sexismo e classe na vida das mulheres negras. No Brasil, Lelia Gonzalez, em 1988, critica a invisibilidade de raça na maioria dos estudos feministas: "o feminismo latino-americano perde muito de sua força ao fazer abstração de um dado da realidade da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região" (1988, p. 135). Para ela a perspectiva antirracista deve ser um princípio feminista, pois, se sexo, raça e classe colocam as mulheres negras no mais baixo nível de opressão, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não tiver por premissa o enfrentamento destas estruturas. A feminista negra norte-americana, Patricia Collins (1986), argumenta que o pensamento feminista negro seria um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem. Já bell hooks[5] (1984) afirma que as análises feministas, na sua grande maioria, tendem a se

[5] O nome bell hooks, grafado em minúscula por decisão da autora, é o pseudônimo utilizado pela feminista negra e acadêmica norte americana Gloria Jean Watkins, em várias de suas publicações. É uma escolha da autora

concentrar exclusivamente em gênero, mistificando a realidade das mulheres ao insistir que este é o único ou o determinante central do destino das mulheres e que, deste modo, a teoria de gênero é transformada em ideologia e ampara o pensamento feminista hegemônico.

Sueli Carneiro, citando o poeta negro Aimé Cesaire, disse que "as duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade, ou por diluição no universal". Apresento o que, para mim, significa a síntese do feminismo negro nos termos nos quais ela o apresenta e com os quais tenho concordância. Ela afirma:

> A utopia que hoje perseguimos consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (CARNEIRO, 2005, p.4).

Os grupos do feminismo radical, fortes nos EUA na década de 1960 e 1970, questionaram as formas tradicionais de organização política e também a estrutura organizativa dos partidos políticos a que se filiavam as feministas. Propõem uma nova forma de organização política entre as mulheres, horizontalizada, rompendo com as hierarquias características das formas tradicionais, inclusive nos setores de esquerda. Neste momento, estes grupos negavam também qualquer relação com o Estado. O caminho fundamental para a transformação na vida das mulheres estava relacionado com a apropriação de seus corpos e, a partir dela, a conquista de autonomia. Parte destes grupos se caracterizam como grupos de autoconsciência *(*consciousness-raising)[6], que reúnem mulheres para discutir experiências de sua vida cotidiana, com grande ênfase na sexualidade, saúde e violência (FERREIRA, 2006). Dentre estas três vertentes que apresentei, como alimentadoras da concepção que advogo, aquela que teve maior divulgação no Brasil foi o feminismo radical, porém não se manteve forte ao longo do período estudado como foi na década de 1970.

É sabido que, de acordo com o contexto histórico e a correlação de forças políticas no interior do próprio movimento, na academia ou mesmo na sociedade em geral, uma ou outra vertente feminista ganha maior relevância. Neste jogo de poder em torno do conhecimento a elaboração de sujeitos políticos menos poderosos fica invisibilizada e muitas vezes correntes teóricas contra hegemônicas são marginalizadas. O feminismo materialista e o feminismo

---

sobre como ser citada.

[6] Muito divulgados pela publicação realizado em 1971 pelo Coletivo de Mulheres de Boston, intitulado Nuestros Cuerpos, Nuestras Vidas. Esta publicação tornou-se referência para os principais grupos feministas organizados no Brasil dedicados à saúde e sexualidade das mulheres.

negro se enquadram nesta análise e eles crescem em importância no Brasil na medida em que um pensamento e uma prática feminista contra hegemônica e antissistêmica[7] ganha força. Entretanto, o feminismo radical não parece ter desfrutado de melhor sorte. Isso pode advir do fato de que, no movimento feminista brasileiro, as integrantes dificilmente se definem de forma pública por uma ou outra corrente teórica, ou seja, muitas se identificam com o feminismo radical, mas não entram no debate político sobre quais são as premissas que estão adotando para isso, o que enfraquece o debate e dificulta uma análise sobre qual corrente feminista predomina no Brasil.

Em termos de movimento de mulheres e movimento feminista, a crítica ao dito feminismo hegemônico[8] tem sido colocada no debate teórico-político latino americano pelos movimentos de mulheres negras, indígenas e lésbicas. Não tenho conhecimento sobre esta crítica ter sido colocada, nestes termos, pelas mulheres que se organizam a partir da classe social, em sindicatos ou movimentos classistas, ou pelas mulheres de classes populares que se organizam em movimentos populares de mulheres. Mais recentemente, entrou no debate latino americano a formulação "feminismo comunitário" (PAREDES e GUZMAN, 2014), mas ela coloca esta discussão mais no plano do projeto político frente aos governos de esquerda na região do que na composição do movimento, identificação coletiva ou marcos de referência próprios, razão pela qual não será desenvolvida aqui.

A teoria feminista que adoto é uma teoria crítica elaborada por mulheres, sobre a situação das mulheres, situação que vejo como sendo construída historicamente nas relações sociais de classe, raça e gênero. Esta teoria se vincula à perspectiva de transformação social, da qual entendo que os movimentos feministas são sujeitos políticos, e, neste devir histórico, possivelmente juntar-se-ão a outros sujeitos. Ao mesmo tempo, esta teoria feminista é engajada em processos de auto-organização das mulheres, como grupo social subordinado à exploração e dominação do sistema patriarcal, racista e capitalista, forjado na modernidade, ou seja, trata-se de um feminismo comprometido com a construção de movimentos sociais de mulheres em luta por novas condições de igualdade e liberdade para todas. Daí o desafio de reflexão sobre os movimentos de mulheres e, neles, sobre os movimentos feministas, a partir da análise do lugar que a exploração do trabalho e a racialização ocupam nesta relação. Como a questão racial já é bastante discutida e assumida no feminismo brasileiro, tomo a questão de

[7] Chamo anti-sistêmico o feminismo que se propõe uma força política em oposição ao sistema patriarcal, capitalista e racista.

[8] Penso ter deixado nítido que a ideia de feminismo hegemônico, como se estabeleceu no debate latino americano recente, diz respeito a uma leitura de que teria predominado na região um feminismo proveniente dos seus centros de elaboração, Europa e EUA, mas também que ele é realizado politicamente por mulheres de classe média, ou acadêmicas brancas e intelectuais.

classe social como ponto fulcral desta análise.

Para continuar a fundamentação teórica desta pesquisa desenvolvo, na parte seguinte deste capítulo, a discussão sobre teoria de subjetividades coletivas e movimentos sociais, de cujos conceitos fundamentais me aproprio para análise dos dados sobre os movimentos de mulheres e sobre os processos de identificação feminista entre mulheres de classes populares participantes destes movimentos.

1.3. Subjetividades coletivas, a categoria mulheres e movimentos sociais

A partir do Brasil, a teoria de subjetividades coletivas, de José Maurício Domingues, pode ser uma contribuição para a leitura dos movimentos sociais e da categoria social 'mulheres'. A elaboração sobre subjetividades coletivas visa enfrentar o dilema clássico entre estrutura e ação e a questão do descentramento e/ou morte do sujeito cara ao pensamento pós-moderno. Nesta perspectiva, entende que as subjetividades coletivas exercem sua causalidade ao interagirem com outras coletividades na situação que Domingues considera como terceira modernidade.

Para Domingues (2004) a causalidade ativa, possível com a individuação na modernidade, "é a faculdade de causar permanência ou mudança na vida social através da ação" (p.12). Isso é propriamente a subjetividade individual, a qual exige reflexividade. Mas as relações sociais e os sistemas condicionam esta causalidade. As estruturas, acrescenta, são tão somente modelos descritivos idealizados das relações sociais que constituem o sistema. "São apenas os sistemas sociais que tem propriedades e existência real" (p. 27), acrescenta. Neste sentido,

> a causalidade coletiva consiste em uma propriedade dos sistemas sociais, que não pode ser reduzida ao mero efeito agregado da causalidade ativa dos atores individuais, nem deve ser tratada como 'coisa', em sentido durkheiminiano. Ela se refere às relações sociais que constituem os sistemas de interação de que é feita a vida social (DOMINGUES, 2004, p. 27)

Isso implica dizer que o impacto de uma coletividade não depende de seu caráter consciente, podendo ser este impacto completamente não intencional, e, inclusive, não reconhecido pelos membros deste sistema social. Segundo Domingues, "quanto maior a ideologia individualista na sociedade, maior a probabilidade que o aspecto coletivo da causalidade permaneça na sombra" (DOMINGUES, 2004, p.28).

Domingues está discutindo com base em uma noção de sistemas sociais como processos interativos com causalidade própria, coletiva, possuindo vários níveis de

centramento. Ele faz crítica a Parsons, no qual a coletividade é vista como ator com metas compartilhadas, papéis e fronteiras delimitadas, questiona o 'esquema-cebola' com o qual este autor buscou justapor os diversos sistemas de interação, com centros de decisão cristalinos e bem integrados. Marx, salienta, teria buscado captar as conexões e mediações entre indivíduos, classes e totalidades sociais, propondo um processo de centramento do proletariado como sujeito coletivo, na passagem do que foi chamado de 'classe em si' para 'classe para si', mas que também não está dada a priori.

A noção de uma subjetividade centrada - bem definida e delimitada, com uma identidade clara, dirigida por centros decisórios bem estabelecidos - não pode mais ser tomada como evidente (DOMINGUES, 2004, p.30). Um sistema social pode ser e não ser bem definido, com identidade clara, dirigido por núcleos decisórios estáveis, e seu nível de centramento depende dessas variáveis, e, derivado dele, seu nível de intencionalidade coletiva é igualmente variável e contingente. Os níveis de centramento e de intencionalidade, que implicam na capacidade de ação coletiva, variam de acordo com a identidade coletiva e com a organização, ou seja, quanto maior os valores de identidade coletiva e organização, maior os níveis de centramento e de intencionalidade. Para Domingues a 'identidade' expressa auto percepção e consciência, bem como a delimitação relativa dos sistemas sociais na medida em que eles são cientes de si e demarcados em relação a outros sistemas. A 'organização' expressa a articulação dos sistemas sociais, que pode ser mais ou menos espontânea ou contar com centros decisórios de maior ou menor poder. Ele classifica os sistemas sociais por níveis de centramento, numa tipologia prática e aproximativa, na qual me aproprio de três tipos: categorias, movimentos sociais e organização.

> Categorias – dentro das quais forças centrífugas e centrípetas operam, podendo atingir razoável nível de centramento. Podem alcançar mesmo grande identidade e subgrupos (sindicatos, movimentos, etc) que trabalhem para sua organização podem surgir. Sua heterogeneidade tende, contudo, a prevenir maior nível de centramento. Classes, gêneros e raças devem ser incluídos neste tipo de sistema.
> Movimentos Sociais – com maior ou menor nível de centramento, frequentemente próximos a uma teia. Sua identidade e núcleos decisórios (organização) tendem a aumentar seu centramento e impacto intencional.
> Organização – são os sistemas sociais capazes de atingir o mais alto nível de centramento, em função de sua precisa delimitação, clara identidade e fortes núcleos decisórios (DOMINGUES, 2004, p.33).

Importa-me, especialmente, desta formulação, o tipo 'categorias' para adotar o conceito de mulheres no sentido que lhes atribuo de grupo social, que tem uma forte identidade social, dificilmente declinável; o tipo 'movimentos sociais' me permite pensar no maior ou menor nível de centramento dos movimentos de mulheres e seus níveis de

intencionalidade; e a noção de ‘organização’ para discutir a possibilidade de refletir sobre o sujeito - objeto específico desta pesquisa - AMB, a partir da relação entre centramento, identidade e organização.

Como já salientei antes, entendo ‘mulheres’ como um grupo social produzido a partir das relações sociais de sexo, raça e classe e não como um dado natural. Ver este grupo, como categoria no sentido de Domingues, é uma referência importante para situar que ele tem algo em comum do qual dificilmente qualquer uma de nós mulheres, empiricamente falando, podemos declinar. Ou seja, somos identificadas socialmente como mulheres, independente de nossa insubordinação individual às normas que regem as relações sociais patriarcais, e como mulheres brancas ou negras, trabalhadoras ou burguesas, lésbicas ou heterossexuais, ou tantas outras mediações possíveis entre estes polos. Isso significa afirmar que mulheres negras são mulheres e negras, assim como mulheres lésbicas são mulheres e lésbicas, o que, na prática política cotidiana, não é tão óbvio como pode parecer, uma vez que as identificações geram articulações políticas que divergem entre si e, nesta disputa de poder, prevalecem umas ou outras identidades como estratégias políticas. O debate sobre processo de identificação, proposto por Melucci (1995; 1988), que reconhece a contingência e a multiplicidade das identidades políticas, dado o seu caráter situacional e relacional, pode ser associado a esta visão.

Domingues (2007) propõe uma chave analítica com um conjunto de variáveis para pensar movimentos sociais que articulam elementos de distintas teorias sobre eles. Ele propõe levar em conta: direcionalidade (fins/historicidade), motivações, acesso a recursos externos, estrutura interna (dimensões material/hermenêutica/espaço-temporal/de poder), nível de centramento (identidade/organização), mecanismo de coordenação (redes/hierarquias), condições sociais e ambiente interativo (DOMINGUES, 2007, p.8). Para esta pesquisa interessa-me, particularmente, a formulação sobre subjetividade coletiva, propriamente, e sobre nível de centramento, incluindo identidade e organização.

O conceito de subjetividade coletiva, em Domingues (2004), me interessa porque ele comporta a ideia de reflexividade para além da visão cartesiana de uma consciência pensando a si mesma, como um “individuo capaz de reconhecer seus interesses com clareza e agir racionalmente em função deles” (DOMINGUES, 2007, p.89), ou como capacidade de dar explicação para sua conduta. É necessário não vincular a reflexividade de maneira absoluta à linguagem, pois ela é antes cognição prática e produção simbólica em geral, articulada na vida social e em processos mentais individuais. Domingues afirma que é no jogo entre memória reflexivamente organizada, com suas dimensões individual e coletiva, e a criatividade dos

agentes - indivíduos e coletivos – que todos os aspectos da reflexividade se consubstanciam no curso das interações que compõem a vida social.

Tomar as mulheres como uma categoria me permite estudar movimentos de mulheres como um objeto empírico a ser analisado a partir da noção analítica de movimentos sociais. Mas esta é uma questão aberta hoje no debate sociológico e na política. Para alguns setores, como já afirmei antes, ao falar de mulher (ou mulheres) estaria se afirmando a substituição do sujeito universal da modernidade e desconhecendo as diferenças existentes entre as mulheres. Para mim, a aceitação da categoria mulheres com uma unidade de análise, é fundamental para refletir sobre os movimentos de mulheres realmente existentes. Ademais, tomar mulheres como uma identidade social, ou seja, como uma visão externa sobre o que deve ser uma mulher, que é estabelecida nas relações sociais de sexo, não nega a possibilidade de que os indivíduos femininos afirmem esta e outras identidades na sua ação política, as quais podem ser baseadas em elementos anteriores na constituição de cada indivíduo ou grupo social ou em posições construídas no processo de organização de um movimento de mulheres específico. Entendo que os processos de identificação possibilitam múltiplas identidades, que tem caráter situacional e relacional.

Ao falar de identidades não estamos tratando de um objeto autônomo ou uma propriedade dos atores sociais, mas sim de um processo no qual os atores se reconhecem a si mesmo e são reconhecidos pelos outros como parte de agrupamentos sociais mais amplos e estabelecem conexões emocionais e práticas com eles. Segundo Donatela Della Porta e Mario Diani (2006), as identidades coletivas podem basear-se em orientações, valores, atitudes, visões de mundo, estilos de vida compartilhados e experiências de vida comum, não precisando estar referidas a elementos como classe, raça, gênero, necessariamente. Em certas ocasiões as identidades podem ser exclusivas e descartar outras formas de identificação, em outras, que na realidade são a maioria, elas são inclusivas e múltiplas, e há indivíduos que se aproximam de diversas identidades coletivas ao mesmo tempo. Ela discute a complexidade da relação entre a dimensão individual e coletiva da identidade afirmando que ela conforma projetos pessoais e o pertencimento a projetos coletivos nos quais os atores participam, e a existência de múltiplas identidades, tomando como exemplo a identidade feminista. A identidade opera como um princípio organizador com relação à experiência individual e coletiva e ajuda os atores a localizarem aliados e oponentes. Sendo múltiplas, podem estar ou não em tensão

> La aparición de movimentos feministas há creado, por ejemplo, nuevas líneas de identificación que a menuda se han descobierto a si mesmas em

> contraste com aquellas de las que procedian (por ejemplo, las de classe). Más que desechar las viejás líneas de identidade, las nuevas identidade coexisten com ellas, generando tensiones entre las diferentes autorrepresentaciones de los atores, o entre activistas que se identifican com el miesmo movimento pero pertences a generaciones diferentes (...). Aunque alguma idea de similitude este seguramente detrás del concepto de identidade coletiva (...), esta homegeidad es rara vez multidimensional, si lo es alguna vez. Los actores com algunos rasgos/actitudes/experiências similares pueden diferir substancialmente em outras dimensiones (...). Em todo caso, es necessário advertir que las identidades múltiplas no tienem por quê estar necessariamente em tensión unas com otras (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 129).

Doravante quando eu me referir a 'movimentos de mulheres' estarei estabelecendo um sentido geral que abrange os movimentos que recorrem ou não a outra identidade, além de identificarem-se como sendo de mulheres, para falarem de si mesmos, podendo ser movimentos mistos quanto à raça, etnia, origem de classe, orientação sexual, faixa etária, etc. Quando eu utilizar o termo movimento de mulheres negras, movimento de mulheres trabalhadoras e/ou movimento de mulheres lésbicas etc., estarei indicando que este movimento lança mão de uma outra identidade socialmente construída para sua identificação política.

Importa salientar que, para esta pesquisa, estarei tomando o conceito de subjetividade coletiva, conforme construído por Domingues (1999), a partir do entendimento de mulheres como categorias que compõem uma subjetividade, com forte identidade social e um baixo grau de centramento, mas suficiente para impulsionar a existência de movimentos sociais de mulheres, ou seja, uma coletividade voltada para ação, com identidade coletiva, oponentes estabelecidos e com intencionalidade de aportar fissuras no sistema dominante. Esta visão, do meu ponto de vista, pressupõe um entendimento a partir de estruturas que condicionam esta subjetividade, que se materializam nas relações sociais de sexo, mas também de classe e raça. Entendo a subjetividade mulheres (ou seja, o sujeito coletivo mulheres), não a partir de uma essência dada, como supõem alguns, mas de condicionalidades estruturantes externas a ela, e de diferenciações significativas no interior da categoria, a exemplo das que são estabelecidas a partir de classe e/ou raça, o que dificulta o seu grau de centramento e de intencionalidade para ação coletiva, tornando-o contingente, mas, ao mesmo tempo, cria condições de possibilidade para sua articulação em movimentos sociais, como comprova a existência própria de movimentos sociais de mulheres.

A subjetividade coletiva 'mulheres', como categoria, implica também em determinados condicionantes comuns à identidade social de cada indivíduo que se insere

dentro desta categoria. Entretanto, a partir da reflexividade é possível ao indivíduo, inserido em processos de subjetividades coletivas 'movimentos sociais', constituir sua identidade individual de forma articulada a uma identidade coletiva, que é necessariamente política. Na minha compreensão a noção de identidade na teoria de Melucci, que também é usada por Domingues, diz respeito à constituição de identidade coletiva como processo político, relacionada às contingências próprias no contexto da ação e não a uma identidade permanente ou essencializada, ou seja, dada a priori, com base em uma suposta essência do ser. Estou, com isso, buscando construir uma articulação entre a perspectiva crítica de Domingues e o construcionismo de Melucci, uma vez que ambos adotam a reflexividade e discutem os processos de identificação em movimentos sociais. Entendo os movimentos de mulheres considerando uma perspectiva multicausal, ou seja, há uma condição estruturante que está dada, mas ela não é suficiente para explicar como e por que os indivíduos mulheres constroem movimentos sociais. Neste sentido as contribuições da teoria dos movimentos sociais precisam ser convocada para esta discussão.

Por que as pessoas se mobilizam? Como conseguem agregar outras para ação coletiva? O que querem com isso? Que resultados obtêm? Como as pessoas permanecem juntas depois de uma onda de mobilização? Posso nomear as organizações e os processos mobilizatórios como movimentos? A sociologia vem tentando responder estas perguntas a partir da categoria analítica 'movimentos sociais' e, para isso, tem desenvolvido um conjunto de teorias e pesquisas que abarcam estas questões, ou algumas delas, a partir de várias dimensões e possibilidades empíricas. Nesta tese não vou discutir estas teorias, até porque é desnecessário, mas vou apresentar quais conceitos fundamentais das distintas formulações teóricas que posso lançar mão para análise dos dados produzidos nesta pesquisa.

Na sua origem, a reflexão sobre movimentos sociais discute os processos de mobilização social como luta por garantia de direito da classe operária no início da era industrial, com base no marxismo. Também foram elaboradas teorias sobre comportamento coletivo centradas na noção de crenças comuns e de efeito de repetição. Mas é nos anos 1960 que começa a ser utilizada a expressão movimentos sociais como a entendemos hoje, a partir da eclosão dos protestos por direitos civis nos Estados Unidos e das mobilizações libertárias estudantis de 1968 na França. Estas mobilizações são vistas, em vários estudos, como tendo fomentado o surgimento do movimento negro, pacifista, ecológico e feminista. Neste processo se forjaram as primeiras teorizações sobre os chamados novos movimentos sociais. Seriam 'novos' porque não mais eram os movimentos sociais tradicionais, organizados a partir da relação capital/trabalho. Para alguns, esta ideia de 'novo' nomeou as suas elaborações

teóricas, para outros não era na novidade que estava a relevância do fenômeno, daí rejeitavam a formulação "novos movimentos sociais"

No Brasil, Maria da Gloria Gohn (1997; 2008) e Ângela Alonso (2009) analisam exaustivamente a constituição das distintas teorias sobre movimentos sociais, seus conflitos, revisões e desafios atuais. Marília Spósito, na apresentação de Melucci (2001), e Breno Bringel (2011) discorrem sobre as influências das distintas teorias no Brasil nas últimas décadas. Mais recentemente Bringel e Domingues (2012), a partir de um programa de pesquisa sobre subjetividades coletivas, discutem a relação entre movimentos sociais e teoria crítica. Considero todas estas contribuições relevantes para esta tese, mas vou me eximir de apresentar aqui uma síntese de suas elaborações, restringindo-me a discutir os conceitos que me ajudam a analisar os dados da pesquisa.

Considero os movimentos sociais como um tipo de ação coletiva, entre outras. Alain Touraine (1988) formulou um modelo analítico para entender as estruturas e formas de organização dos movimentos, numa tríade composta por: construção de identidade, contraposição a um adversário e definição de objetivos de ação. Neste sentido, e a partir da ampliação deste escopo por Melucci, a categoria permite analisar processos sociais que guardem algumas características. "Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura de compatibilidade de um sistema ao qual a ação se refere" (MELUCCI, 2001, p. 33). Isso significa dizer que podemos analisar um processo, como movimento social, quando ele se baseia em solidariedade entre pessoas e grupos, em conflitos com adversários e cujas ações exigem, para ter os resultados desejáveis, objetivos de rupturas, em parte pelo menos, com o sistema social no qual este processo está inserido.

Todo movimento é um sistema de ação no qual se compõe um "nós" a partir de três orientações, como explica Melucci (2001): os fins, ou seja, o sentido da ação; os meios, isto é, as possibilidades e limites da ação; e o ambiente, campo no qual a ação se realiza. "A forma organizativa é o modelo pelo qual um ator coletivo tenta dar uma unidade aceitável e durável a tal sistema, continuamente permeado por tensões" (MELUCCI, 2001, p.46). Neste sentido, entendo que a noção analítica de movimentos sociais me permite refletir tanto sobre processos mobilizatórios como sobre processos organizativos, guardados as características fundamentais.

Donatella Dela Porta e Mario Diani (2011), nesta mesma direção e na tentativa de articulação entre distintas correntes teóricas sobre movimentos sociais, reconhecem que, embora muitos estudos tenham como objeto empírico eventos ou ciclos de protestos, alguns se preocupam com os indivíduos e suas motivações e outros ainda com as diversas formas

organizativas que perpetuam a agregação de pessoas em torno de uma causa. É deles a pergunta: “Como as ideias, os indivíduos, os acontecimentos e as organizações se conectam entre si através de amplos processos de ação coletiva com certa continuidade no tempo? ” (DELLA PORTA e DIANI, 2011, p.25).

À visão de Touraine, Melucci agrega contribuições, adensando cada um dos elementos que compõe a tríade, oferecendo uma maior abrangência analítica. Conforme enuncia Melucci,

> um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos... Um movimento não se limita, portanto, a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina – rompe as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder... Para identificar um movimento como categoria de análise, antes que como fenômeno empírico, é necessário que se verifiquem as três condições indicadas (MELUCCI, 2001, p. 35).

Além de aprofundar a elaboração sobre esta tríade, Melucci (2001) analisa duas formas tradicionais de interpretação de ações coletivas que se confundem com movimentos sociais. A primeira é aquela que considera que o movimento é decorrente de uma soma acidental de eventos individuais, isto é, algumas pessoas ao movimentarem-se de determinada forma, sem que para isso tenham feito prévio planejamento, conseguem fazer com que outros também se movimentem e isso seria a ação coletiva, que o autor designa "ação sem ator". A segunda interpretação, designada "ator sem ação", compreende que os movimentos decorrem da própria estrutura social, em função daquilo que as pessoas têm em comum, por exemplo, as suas condições de vida. Desta visão derivou-se a ideia de sujeito da transformação como sujeito único, a classe operária, em função do lugar de classe expropriada na estrutura de relação capital-trabalho; e também a ideia mais ampla de que a mobilização deriva da privação, o que já foi suficientemente discutido.

Ele desenvolve um caminho alternativo entre as duas formas de compreensão, que me parece válido. Embora as condições de vida sejam importantes para entender porque as pessoas se mobilizam, elas não dizem tudo. Se assim não fosse, porque alguns negros inseridos na mesma situação social de racismo participam do movimento negro e outros não, havendo até quem seja contrário? Ou, porque alguns moradores param uma rodovia ateando fogo em pneus em um protesto e outros, submetidos às mesmas condições de vida, ficam passivamente em suas casas? A ideia de "ação sem ator" pode explicar um saque, um linchamento ou mesmo um protesto espontâneo e momentâneo, mas não explica, sem recorrer

a um processo organizativo, uma ação coletiva de maior envergadura, ou um movimento social. No Brasil a ideia de "ator sem ação" foi suficientemente criticada por Sader (1988) ao tratar de sujeito pré-determinado e também não consegue explicar, mas apenas justificar uma possível origem das motivações. As motivações para agir coletivamente, de forma mais permanente, parecem ter mais relação com uma identificação das pessoas com as problemáticas e o sentido de injustiça que lhes atribuem e, talvez, com a possibilidade de enfrentamento dela, do que com outras especulações já citadas, como afirma Tarrow (2009).

Uma vez que não é possível manter a mobilização permanentemente, os grupos que permanecem após uma mobilização se organizam e se relacionam uns com os outros, a partir de um processo de identificação, que vai além das problemáticas sociais sobre as quais atuam, e que pode derivar também das motivações, envolvimento emocional e/ou dos repertórios de ação adotados. Esta é uma forma de iniciar movimentos sociais que é muito discutida pelos teóricos que analisam ciclos de protestos, como os da Teoria do Confronto Político. Apesar deste processo ser geralmente descrito de forma direcionada da mobilização para a organização, entendo que o contrário também pode ocorrer: indivíduos e grupos agregam-se em torno de uma problemática, ou uma causa mais geral, constroem referências interpretativas comuns para análise das injustiças que ela comporta e decidem por um protesto ou outra forma contenciosa ou articulatória de expressar sua posição e seus interesses e desejos frentes aos grupos sociais que detêm poder sobre o problema. Esta perspectiva nos exige refletir sobre as organizações e os processos que elas desencadeiam anteriores a uma ação conflitiva e mobilizatória, para o que é possível recorrer à Teoria de Mobilização de Recursos, ou a alguns dos conceitos desenvolvidos nela, a exemplo de estruturas organizacionais. Em outra chave, entendendo também que a ação está relacionada ao contexto na qual ela se desenvolve, é possível recorrer ao conceito de estrutura de oportunidades políticas, formulado na Teoria dos Processos Políticos.

A partir de encontros de discussão ou da participação em alguma ação coletiva, as pessoas se identificam politicamente como participantes de um movimento, como impulsionadores daquela causa, em suma, como militantes (ou, para alguns, ativistas). Este sentimento de pertença ao movimento, associado à identificação com a problemática por ele abordada, pode ser uma explicação para a manutenção da participação dos indivíduos. Parece que a ideia de identificação, não como algo determinado que recorre a uma suposta identidade essencializada pré-existente, mas que pode fazer uso político de um pertencimento social anterior (identidade socialmente construída), como uma expressão passível de deslocamentos a partir da ação e/ou decisão política, é fundamental para compreender o processo de

mobilização e de articulação permanente das pessoas em torno de qualquer problemática social.

A sociologia dos movimentos sociais preocupou-se também com o ‘por que’ ou o ‘como’ ocorrem os movimentos. A ênfase nas razões ou nos processos distinguiram as correntes teóricas. A explicação baseada na privação, ou seja, na ideia de que os indivíduos se mobilizam porque algo lhes falta, não se mostrou suficiente uma vez que nem todas as pessoas para as quais algo falta juntam-se às mobilizações coletivas com o intuito de reparar esta falta. Para isso é necessário ocorrer um certo julgamento sobre a falta, considerando-a injusta, e um elevado sentido de que é possível enfrentar o problema a partir de uma ação coletiva. A perspectiva marxista, baseada na análise das estruturas sociais de exploração, entendia que o lugar estrutural da classe social explorada era tomado como a base, e não o todo, a partir da qual a luta de classe se desenvolve, o que implica dizer que a falta não é explicação suficiente, ou seja, seria necessário compreender os processos políticos e culturais de luta coletiva desta classe. Todavia, as interpretações do marxismo estruturalista restringiram esta análise e disseminaram a explicação das motivações dos movimentos sociais pela privação. Várias teorias se desenvolveram a partir da crítica a esta posição, adotando diferentes perspectivas, a exemplo da Teoria de Mobilização de Recursos, Teoria dos Processos Políticos, assumindo-se, posteriormente, certo distanciamento do conceito movimento social, adotando-se uma noção mais flexível: a de confronto Político.

Contra a perspectiva marxista, nos Estados Unidos desenvolveu-se a Teoria da Mobilização de Recursos - TMR, que tem como expoentes McCarthy e Zald (1999). Ela pretendia explicar o ‘como’ das mobilizações, compreendendo-as a partir da racionalidade e explicando o processo desenvolvido. Para esta visão, a decisão de agir é um ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos que leva as pessoas a se engajarem em um processo mobilizatório. Contrapondo-se também ao funcionalismo, que viam estes processos como desvio, os teóricos deste campo defenderam que as ações coletivas não são uma expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, mas que têm sentido e organização. Compreendem que descontentamentos e motivações para a mobilização, como as privações materiais e os interesses de classe, sempre existem, o que os levam a não explicarem efetivamente as razões das mobilizações coletivas quando estas ocorrem. A Teoria da Mobilização de Recursos construiu a base das análises sobre processos organizacionais, vistos como recursos necessários aos movimentos, razão pela qual ela é referida aqui, embora não seja adotada.

A Teoria dos Processos Políticos, elaborada por Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug

McAdam, também nos Estados Unidos, nasce dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução, insurgindo-se contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. Ela constrói explicações macro históricas que vão além da economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais, o que é comum também à Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Para esta teoria os agentes coletivos não são preexistentes, eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso e a coordenação entre os potenciais ativistas é crucial para produzir um ator coletivo. A coordenação depende de solidariedade, numa combinação entre o pertencimento a uma categoria e a densidade das redes interpessoais que vinculam os membros do grupo entre si. Contudo, a solidariedade não gera ação, se não puder contar com estruturas de mobilização: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação (TILLY, 1978). A Teoria dos Processos Políticos tem como conceitos chave 'estrutura de oportunidade política' e 'repertórios de ação'[9] que delimitam as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação, que serão utilizados neste trabalho como referência, mas não como instrumento de análise de processos empíricos.

Na Europa destacaram-se a contribuição do marxismo para pensar os movimentos operários e, posteriormente, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, na qual são geralmente localizados autores como Alain Touraine, Alberto Melucci e, para alguns, Jurgen Habermas e Clauss Offe. Também Laclau e Mouffe, pós-estruturalistas, são vistos como parte desta corrente. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais baseia-se em esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identificação coletiva. Seria um contraponto aos esquemas explicativos marxistas ortodoxos vistos como inadequados para analisar as novas expressões dos movimentos sociais na Europa nos anos 1960 e também se constituiriam em uma crítica às teorias baseadas na lógica racional e estratégica, que analisavam os movimentos a partir dos cálculos e das negociações de recursos e interesse. Tenho concordância com as preocupações gerais levantadas pelos autores deste campo, mas discordo quando a um elemento importante: a perspectiva de que os conflitos capital/trabalho teriam se diluído, pois seriam processados pelas instituições democráticas. A conjuntura da mundialização da economia e os conflitos sociais que eclodem na atualidade tem mostrado o

[9] Posteriormente este conceito foi ampliado para repertórios de confronto e também repertórios organizacionais.

contrário.

Há fortes diferenças entre os autores citados, as quais não aprofundaremos nesta apresentação síntese. Importa salientar que Melucci, que estou tomando como referência, vê os movimentos sociais como formas particularistas de resistência, reativas ao rumo do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação do tempo, espaço e relações cotidianas. Discordo dele quanto a considerá-los como contestações pós-materialistas, com motivações apenas de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades. Não concordo com esta classificação, pois ela não resiste a uma análise acurada das demandas reivindicatórias dos movimentos sociais na América Latina (SANTOS, 1995). Apesar disso considero as formulações de Melucci sobre processos de identificação, em linhas gerais, adequadas ao meu objeto de estudo.

Estas teorias, fortes nas décadas de 1970 a 1990, foram analisadas por Ângela Alonso nos seguintes termos, com os quais tenho concordância:

> Em suma, as três teorias – agora clássicas – sobre movimentos sociais têm contornos bastante peculiares. A Teoria da Mobilização de Recursos focalizou a dimensão micro organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a Teoria do Processo Político privilegiou o ambiente macro político e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas -, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (ALONSO, 2009, p. 69).

Nos últimos anos, ocorreram várias tentativas de articulação entre as três correntes teóricas inicialmente citadas, apesar dos enfrentamentos entre o que seria uma visão mais objetivista, utilitarista e estratégica da Teoria de Mobilização de Recursos e da Teoria do Processo Político e a visão mais subjetivista, atenta para valores, emoções e intencionalidades da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Mutzenberg afirma que

> O conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, caracteriza-se por um amplo leque plural formado pelas contribuições das teorias da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, da crítica pós-colonial, além dos aportes das teorias feministas (BUTLER, 2007), da sociologia das emoções (SCRIBANO, 2009; FLAM & KING, 2005; MOUFFE, 2000ª), proposições vindas de outras disciplinas, a exemplo da geografia, com as noções de espaço e território (BRINGEL, 2007; POLETTO, 2009).
>
> A miríade de abordagens e manifestações, a partir das quais é identificada uma diversidade de atores, de motivações, de orientações, de formas de organização, de níveis de articulação, que vão do local ao global, proíbe a sua redução a um conceito ou a uma teoria sociológica particular (SANTOS,

> 2001; POLETTO, 2009). Isso não impossibilita a análise sociológica: sugere, por um lado, o questionamento de modelos analíticos generalizáveis a diferentes situações e contextos históricos e, por outro lado, o desafio de superar o nível descritivo (MUTZENBERG, 2015, p, 426,).

É novamente Alonso (2009) que tomo para sintetizar estas investidas. Segundo ela, Melucci teria assimilado os conceitos de recursos, estratégias e oportunidades políticas e Tilly, Tarrow e McAdam teriam adotado o conceito de identidade coletiva, considerando noções como formação de fronteiras nos movimentos e ativação seletiva de pertencimentos sociais anteriores.

A aposta no vínculo entre cultura e ação política, ainda que eivado de polêmicas sobre cultura (ALONSO, 2009), gera uma perspectiva de compartilhamento de modelos mentais como elemento da mobilização. Snow e Benford, ao redefinem o conceito de *frame* de Erving Goffman como quadros interpretativos que promovem uma forma de condensação do mundo exterior, contribuem nesta direção. A noção de *frame* foi alargada para *masterframe* para cobrir um ciclo inteiro de ativismo por Melucci (1996) e Tarrow (1992). *Frame*, na definição de Snow e Benford é um

> conjunto de crenças e sentidos orientados para a ação, os quais inspiram e legitimam as atividades e as campanhas movimentos sociais. Recorrendo a produção de *frames*, os movimentos sociais reduziriam a complexidade social e níveis manejáveis pelo indivíduo comum, sinalizando a injustiça de uma dada situação, vinculando-a a símbolos e apresentando-a como um problema que requer mobilização (SNOW e BENFORD, 2000, p. 614).

Na avaliação de Alonso, que me aprece pertinente, o conceito de *frame* enfatiza práticas interpretativas e o caráter construído e contingente dos significados que orientam mobilizações, aos quais faltaria, portanto, a organicidade de sistema suposta nos conceitos de ideologia e cultura política (ALONSO, 2009, p. 78). Para este trabalho, a noção de *frame* mostra-se suficiente. Os processos de construção coletiva das interpretações da realidade e de referências sobre si mesmos e seus objetivos de ação produzidos nos movimentos de mulheres, em relação com os movimentos feministas, são uma importante base empírica para a análise desenvolvida.

A Teoria do Confronto Político ou Política Contenciosa, oriunda da Teoria do Processo Político, tem sua base analítica fundada, em especial, nos conceitos de estrutura de oportunidade política, repertórios de ação e de ciclos de protesto, prestando-se a interpretação de processos organizativos e de contestação, mas em uma escala ampla e, geralmente, comparativa, daí ela estar sendo usada para análise dos ciclos de protestos recentes a exemplo da "primavera árabe" e dos movimentos "indignados" e "*ocupy*". Esta abordagem tem como

um de seus argumentos fundamentais, com o qual concordo e é relevante para esta pesquisa, a indissociabilidade entre a política institucional e a conflitualidade política que se desenvolve por fora das instituições, mas os movimentos sociais são vistos em conjunto com outras formas de ação contenciosa, como grandes ciclos de protesto, motivo pelo qual não uso, nestes termos gerais, para esta tese.

Donatella Dela Porta e Mário Diani (2011) elaboram uma síntese que, no meu ponto de vista, enumera as questões centrais para o estudo dos movimentos sociais: - a relação movimentos sociais e conflito e quais são os principais conflitos abordados pelos movimentos sociais; - o papel das representações culturais nos conflitos sociais a partir da identificação dos problemas (causas) como objetos potenciais de ação coletiva, do sentido de identificação e geração de um coletivo em torno deste problema, evocando valores próprios e percebendo distintos eventos como parte do mesmo processo conflituoso; e - o próprio processo no qual valores, interesses e ideias transformam-se em ação coletiva, enfrentando os riscos e compreendendo o papel das identidades, símbolos, emoções, organizações e redes para explicar o início e a persistência da ação coletiva. Como ele e ela, considero importante estudar as formas organizativas para maximizar a força e os resultados dos movimentos, vendo como os contextos socioeconômicos, políticos e culturais afetam as possibilidades de êxito.

A partir desta rápida apresentação, posso afirmar também que as mais relevantes teorias sobre os movimentos sociais consideram o conflito uma categoria importante para sua explicação, os compreendem como fatores de mudança social, reconhecem sua existência de forma latente ou manifesta, e entendem que eles ocorrem inseridos num dado contexto. Para alguns o conflito está no âmbito da cultura, como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, para outros, no âmbito da política, como a Teoria dos Processos Políticos, e, mais recentemente, a de Política Contenciosa. Eu entendo que o conflito é fundamental para a discussão sobre movimentos sociais e acrescentaria também, além dos conflitos políticos e culturais, os conflitos econômicos. Atualmente, eles ocorrem a partir das mobilizações sindicais, mas vão muito além delas, abarcando protestos antiglobalização e/ou altermundialistas e de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento a partir de populações locais. Mais precisamente, considero importante ressaltar, como, no pensamento descolonial, movimentos sociais latino americanos têm sido estudados a partir da articulação entre as esferas econômicas, políticas e culturais. Ao discutir os movimentos de mulheres vou apresentar como os conflitos tem sido referido aos âmbitos culturais, políticos e econômicos, e não apenas ao primeiro, como muitos acreditam.

Os marcos ou quadros interpretativos (*frames)* são fundamentais para compreensão das identidades coletivas que são forjadas ao longo do percurso histórico de um dado movimento, ou um conjunto deles, ou seja, eles dizem com que as pessoas se identificam ao se manterem articuladas e organizadas. A identidade e a organização são elementos centrais para analisar o grau de centramento de uma subjetividade coletiva 'movimentos sociais' e compreender a sua capacidade de ação. A minha questão de pesquisa exige refletir qual o lugar que a questão de classe social ocupou historicamente e atualmente nas identidades coletivas dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, e quais implicações isso gerou para a relação entre eles.

A questão identitária nos movimentos sociais, pelo que posso constatar a partir de minha experiência própria, foi tratada por muitos estudiosos e também por alguns militantes de movimentos, como dizendo respeito a um agrupamento que se forma em torno da defesa de expressão de uma identidade social previamente existente, herdada, no sentido de Tarrow (2009) e para alguns a partir de uma visão de que esta identidade teria uma essência e uma fixidez. Isso significa pensar que o movimento negro ou movimento de mulheres seriam um agrupamento (uma subjetividade coletiva) em torno da identidade negra e feminina respectivamente, ou seja, em última instância implica em não rejeitar a existência de uma essência negra e feminina, no sentido de identidade previamente estabelecida, ou seja, baseada em como o mundo exterior vê o indivíduo. Nesta tese esta perspectiva é rejeitada, pois os movimentos feministas estudados têm como objetivo exatamente se contrapor a feminilidade imposta a partir deste padrão que estabelece o que é uma mulher. Também me parece inadequado para análise de movimentos sociais em geral, já que muitos questionam exatamente a ideia que a sociedade faz de suas realidades sociais, seja em termos de identidade ou de contextos. Como afirma Tarrow (2009, p. 154) "identidades 'naturais' ou 'herdadas' são quase sempre a base de agregação em movimentos sociais (...) mas os movimentos lutam com frequência para mudar o significado destas identidades". Dominique Fougeyrollas-Schwebel contribui neste debate elucidando os termos das relações sociais de dominação que estão por trás de quaisquer identidades políticas reivindicadas.

> Se trata de fato aqui de clarear as questões teóricas e políticas da pluralidade e da diversidade constitutivas das mulheres enquanto grupo. Constitutivas não tanto no sentido de pertencimentos ou de identidades fixas (de cor, de classe, de sexualidade, de origem cultural ou religiosa, nacional, etc.) que devem ser conciliados, mas principalmente no sentido da variedade de configurações concretas e historicamente específicas da dominação que produz sem cessar a articulação das relações sociais de natureza e de origem diversas, quanto no sentido da pluralidade de subjetividades e de identidades

> desenvolvidas nesta dinâmica complexa (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2005, p.7).

Melucci (2001) entende que os atores construiriam a ação coletiva à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões, ou seja, constroem um marco de referência comum, um *framework* cognitivo. Ele argumenta que a identidade coletiva "é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo das oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece" (MELUCCI, 2001, p.69). Sendo negociada, a identidade coletiva não se consubstancia, ela é um processo, sujeita continuamente às contingências e redefinições, conforme a negociação entre os agentes. Ela envolve uma operação racional, mas a decisão do engajamento não se limita a um cálculo custo/benefício, é também produto de um reconhecimento emocional.

Ele desenvolve três dimensões constitutivas da noção de identidade coletiva que, associada à organização, indica o nível de centramento, daí porque me parecem adequadas para analisar os movimentos de mulheres, razão pela qual a adotarei nesta pesquisa.

> A identidade coletiva seria produzida a partir da definição de um 'framework cognitivo' acerca dos fins, meios e campo de ação; da ativação prática de relações entre atores (interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); e do investimento emocional que leva a se reconhecerem como membros de um grupo (MELUCCI, 2001, p 70).

Hunt, Benford e Snow (1994) trabalham com a ideia de uma relação dialética entre a construção de identidade coletiva e a construção de marcos de referência (*frame*) nos movimentos sociais, as quais impulsionariam a ação coletiva. Compreendo, como afirmam esses autores, que

> para entender la aparición de ciertas formas de acción coletiva, los analistas deben prestar atención a las definiciones intersubjetivas de la 'realidad' que formulan los actores de los movimentos. Identificar y analizar las relaciones existentes entre los processos de creacion de marcos de referência y los de construcion de identidades es uma tarea que promete contribuir a hacer avanzar el conocimiento em esa direción (HUNT, BENFORD E SNOW, 1994, p 225).

Diani elabora a seguinte síntese: "Um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum" (DIANI, 1992, p. 13). Com base nessa formulação, embora eu esteja segura que conflitos econômicos também podem ser analisados por este prisma, penso que exemplos como os movimentos de mulheres podem ser compreendidos. Eles se formam a partir de conflitos e têm um sentido bem amplo

em torno de uma causa, a situação social de dominação e exploração na qual vivemos, nós mulheres, e se apresentam em ondas de maior e menor visibilidade de acordo com a situação conjuntural, se articulam a partir de uma identificação de suas participantes com esta causa e compõem um determinado campo, composto por indivíduos e organizações, no qual publicizam problemas e alternativas.

Para buscar compreender essas ondas de maior ou menor presença pública dos movimentos, Melucci, que deu base a formulação de Scherer-Warren, elabora a noção de latência e visibilidade, que poderemos verificar na trajetória dos movimentos de mulheres

> Latência e visibilidade são duas condições permanentes dos movimentos e que passam continuamente de uma à outra. Nesta passagem, alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de modernização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos (MELUCCI, 2001, p. 123).

Esta noção de latência e visibilidade pode contribuir para entender os processos desenvolvidos pelos movimentos de mulheres e, dentre eles, os movimentos feministas, no período estudado e possibilitar análises sobre as formas com as quais foram sendo construídas as suas identidades coletivas e suas organizações, que relação elas guardam com a questão das classes sociais, e as relações entre estas duas expressões de movimento. Tento identificar quais foram e são as referências que foram construídos nas práticas organizativas e nas mobilizações para identificar se a questão de classe social compõe ou não os marcos interpretativos constituidores das identidades coletivas.

O reconhecimento da construção de identidades coletivas, segundo Melucci, implica em criar ambiente em que o elemento indutor da reunião seja a solidariedade. A criação de um ambiente solidário exige que sejam gestadas as condições objetivas e subjetivas necessárias, na produção de entendimentos e negociações nas quais estão implicadas as compreensões cognitivas dos atores sociais envolvidos na ação e/ou organização, mediando definições quanto aos meios utilizados para intervenção e sua relação com os objetivos, os fins, e as prioridades para o desenvolvimento da ação. Outro elemento que o autor sugere seja observado diz respeito à motivação individual e coletiva, que será investida no empreendimento da ação e sua organização, o que poderá gerar maior ou menor grau de coesão, intensidade e extensividade deste movimento social, em função do que teremos ciclos maiores de latência em sua expressão pública ou de visibilidade e potência de intervenção.

Melucci é criticado em função de que o seu conceito de identidade coletiva, muito embora comtemple as relações travadas entre os atores sociais na construção das orientações

da ação e percepções das oportunidades e limites do campo no qual a ação ocorre, não considera suficientemente os conflitos, uma vez que estas relações seriam apenas no plano societário, ignorando a relação dos movimentos com o Estado e minimizando os conflitos com agentes econômicos. Uma outra crítica relevante diz respeito a pressuposição que os movimentos teriam atores como sujeitos autônomos e autorreflexivos de forma permanente e que o sistema, por ser democrático e depender da circulação de informações, distribuiria recursos suficientes que favoreceriam esta autonomia (NASCIMENTO, 2012, p. 90 e 91). Estas críticas são muito relevantes para o debate sobre movimentos sociais em geral e, conforme já adiantei, a minha perspectiva inclui o conflito e considera fundamental compreender o contexto no qual se desenvolve a ação e as múltiplas influências que se desenvolvem na relação com outros entes institucionais ou não. Todavia, para esta tese, penso que esta crítica a Melucci não é central em função da necessidade da adoção do conceito de identidade coletiva para discutir o problema de pesquisa.

As ideias de Melucci ajudam a trabalhar a relação entre identidades individuais e identidades coletivas, caracterizando elementos centrais no processo de constituição. A noção de marcos interpretativos de referência (*frame* e *masterframe*), e sua relação com a construção das identidades coletivas dos movimentos sociais também me parece central para a abordagem que pretendo desenvolver na análise sobre as influências mútuas entre movimentos feministas e movimentos de mulheres. A contribuição da crítica feminista e essas elaborações podem favorecer a interpretação da relação entre as identidades de mulheres de classes populares participantes de movimentos sociais de mulheres e os processos de identificação com o feminismo.

Para esta pesquisa vou recompor, de forma bastante sintética, a trajetória política das articulações de movimentos sociais no Brasil nos últimos 40 anos, que formam um pano de fundo que contextualiza a relação entre movimentos de mulheres e movimentos feministas e meu objeto empírico de estudo, a AMB. Este contexto histórico pode apresentar indicações que permitam inferências sobre as mudanças ocorridas nos *frames e masterframes* dos movimentos de mulheres e movimentos feministas neste período em relação à classe social. Pretendo também analisar possíveis alinhamentos de quadros interpretativos (SNOW, 1986) que possam ter ocorrido no período estudado. O alinhamento de quadro realizado de forma interativa e permanente é fundamental para entender o engajamento de indivíduos nos movimentos sociais.

1.4. Mulheres, classes e consubstancialidade das relações sociais

Nesta pesquisa não faço propriamente uma análise de classes, no sentido construído por Miliband (1999), embora considere, como ele, que "a análise de classes só poderia tornar-se irrelevante com o advento de uma sociedade sem classes" (MILIBAND, 1999, p. 501). Fazê-la exigiria, segundo ele, a identificação minuciosa das classes, as estruturas e os mecanismos exatos de dominação e exploração, e os conflitos entre classes considerando aí a relação com o Estado e os movimentos sociais (MILIBAND, 1999, p. 483). Não é este o objetivo desta pesquisa. Buscarei refletir sobre a composição de classe dos movimentos de mulheres, como eles tomam a questão de classe nos seus marcos interpretativos ou em projetos políticos, e em que este elemento é relevante para compreender a relação entre movimentos de mulheres e movimentos feministas. Este desafio exige expor brevemente a conceituação de classes sociais e como a teoria feminista tem discutido esta questão.

A abordagem sobre classe social será útil nesta pesquisa de duas maneiras: inicialmente para perceber como esta questão transitou no processo de constituição dos movimentos de mulheres e movimentos feministas nas últimas quatro décadas, entendendo-os no interior do campo político dos movimentos sociais. A elaboração de Snow ett ali (1986) sobre alinhamento de quadro é importante para entender como este processo constituiu um campo de movimentos sociais e dentro dele, o campo dos movimentos feministas. Em um segundo momento será necessário, para a leitura sobre como o movimento analisado – AMB - , aciona, ou não, a noção de classe na constituição de seus marcos de referência, buscando compreender a relação com o processo de identificação coletiva. Utilizo esta noção para discutir como as mulheres de classes populares que se identificam como feministas incidem, ou não, na construção do marco de referência deste movimento.

A classe social pode ser entendida, segundo Ellen Wood, como local estrutural e como relação social. A primeira diz respeito a uma estratificação, uma camada numa estrutura hierárquica diferenciada por critérios econômicos como renda, oportunidades de mercado ou ocupação. E a segunda se refere à relação social entre apropriadores e produtores, determinada pela forma de extração da mais-valia, ou seja, a exploração. A segunda visão, afirma Wood, com a qual concordo, é mais precisamente marxista, e a primeira engloba um grande espectro da sociologia clássica, mas também alguns marxismos. Ela explica:

> Assim como nas teorias da estratificação, o princípio operacional é a vantagem relativa, ou desigualdade, não as relações sociais diretas entre apropriadores e produtores, mas as relações indiretas de comparação entre pessoas diferentes situadas numa hierarquia estrutural. Para efeito de

> comparação, para o marxismo clássico, o foco está na relação social em si, na dinâmica da relação entre apropriadores e produtores, nas contradições e nos conflitos que explicam os processos históricos e sociais; e a desigualdade, como medida simples de comparação, não tem valor teórico (WOOD, 2003, p. 73).

De forma mais precisa, Wood refere-se às teorias da 'estratificação' como dizendo respeito a diferenças, desigualdades e hierarquias, não a relações sociais, podendo, portanto, invizibilizar as classes e os conflitos de classe, dado a dificuldade de estabelecer divisões entre classes numa serie contínua demonstrativa da estratificação, recorrendo-se a critérios puramente arbitrários (WOOD, 2003, p. 87).

No marxismo discute-se a classe em si e a classe para si. A classe em si seria determinada pela propriedade do capital, pelo qual se pode obter o lucro; da terra, a partir da qual se obtêm renda; e da força de trabalho, pela qual, através da venda ao proprietário do capital e da terra, pode-se obter salário e garantir a sobrevivência (FAUSTO, 1987). O elemento central desta relação entre a classe proprietária e a classe produtora ou trabalhadora é a exploração da força de trabalho que se expressa juridicamente no contrato de compra e venda, ou seja, no assalariamento, e economicamente na extração da mais-valia realizada pelo proprietário dos meios de produção sobre o trabalho, o que possibilita a acumulação de riquezas.

A ideia de classe em si é tomada por Giannotti (1983) como condição de possibilidade. Ele vê o ator como construtor da classe e não como membro de uma classe pré-existente. Concordo com ele quando afirma que a consciência de classe é uma possibilidade a partir das condições objetivas, mas se desenvolve na dinâmica da luta, na práxis da classe. Este pensamento, não sendo o mesmo, se aproxima da história social de Thompson (1978), para o qual a classe histórica, empiricamente observável, é inseparável da luta de classes. Thompson se coloca no debate sobre as classes também a partir do marxismo, mas severamente crítico ao que denomina o marxismo estruturalista no qual estaria dada a noção de 'missão histórica do proletariado', especialmente crítico a Louis Althusser. Na passagem a seguir ele fornece uma explicação que adoto como entendimento geral sobre classes sociais

> As classes não existem como entidades separadas que procuram e encontram um inimigo de classe para então começar a lutar. Ao contrário, as pessoas encontram-se em uma sociedade estruturada de determinadas maneiras (crucial, mas não exclusivamente, em relações de produção), elas passam pela exploração (ou pela necessidade de manter poder sobre aquelas que elas exploram), elas identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar em torno destas questões e no processo de luta elas se descobrem como classes, elas vêm a conhecer essa descoberta como consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último, e não primeiro, estágio no processo histórico real. (...) A classe realiza-se quando homens e

> mulheres vivem suas relações produtivas, e quando eles experimentam suas situações determinadas, dentro do conjunto das relações sociais, com suas expectativas e cultura herdada, e quando eles lidam com essas experiências em termos culturais. De tal modo que, no final, nenhum modelo pode nos dar o que deveria ser a 'verdadeira' formação de classe para um certo 'estágio' do processo. (THOMPSON, 1978, p. 149 e 150).

No trabalho seminal de Thompson, "A formação da classe operária inglesa", de várias maneiras e em várias circunstâncias, ele apresenta a situação das mulheres e sua atuação no trabalho e nas lutas de classe. Porém ele não examina as desigualdades entre os sexos como constitutiva do processo e sua relação com a formação da classe. Conforme Heleieth Saffioti,

> Seria impossível negar a presença das mulheres nas fábricas durante a revolução industrial e posteriormente. Desta sorte, elas não estão ausentes do estudo de Thompson. Entretanto o autor não revela a participação feminina no próprio processo de construção desta classe (SAFFIOTI, 2004, p. 114).

Apesar disso, o estudo de Thompson constrói uma perspectiva teórica que favorece uma articulação com os estudos feministas, na medida em que não trata classe social como uma essência, como algo natural previamente dado, e sim como resultante de um processo de formação. Para o feminismo que advoga a inexistência de uma essência feminina e compreende as mulheres a partir de sua construção como grupo social no interior das relações sociais de dominação e exploração, esta perspectiva de classe é alentadora.

Esta conceituação, adequada para discutir a luta de classes na sociedade brasileira, me parece insuficiente, entretanto, para pensar as condições de existência das 'mulheres de classes populares' e sua inserção na luta de classe. Estas mulheres, que compõem os movimentos sociais, aqui estudados, não se definem, necessariamente, por um vínculo com a produção, pois que na maioria das vezes não se afirmam a partir de um trabalho formalizado capaz de potencializar uma identidade coletiva tradicional de trabalhadoras, pois muitas vivem de ganhos esporádicos no mercado informal. Ademais, nos seus momentos de ações coletivas de confronto, não se encontram, necessariamente, com uma outra classe, de forma mais visível, mas com os organismos do Estado e/ou com o grupo social homens do seu entorno na vida cotidiana, e, apenas alguns setores destes movimentos confrontam-se diretamente com representantes do capital. Então, como posso construir uma noção operativa de mulheres de classes populares para a análise necessária nesta pesquisa? Tentarei fazer isso na sequencia deste capítulo.

Ricardo Antunes (1999), para reforçar o conceito de classe trabalhadora, no sentido de classe em si, no momento em que muitos questionam a sua validade (assim como da própria noção de trabalho) e construir uma visão ampliada que vá além do proletariado industrial,

formula a expressão classe-que-vive-do-trabalho, para se referir a todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, buscando dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, aprender sua efetividade, sua processualidade e concretude. Esta concepção inclui todo o trabalho assalariado, mas não apenas o trabalho manual, tanto o trabalho produtivo, no sentido de que dele se extrai a mais valia, como o trabalho improdutivo, ou seja, formas de trabalho utilizadas como serviços, que não entra como elemento vivo no processo de valorização do capital, sendo que o primeiro, segundo Antunes, teria centralidade no interior da classe trabalhadora por estar inserido diretamente neste processo de valorização. Ele inclui ainda nesta conceituação todos os tipos de trabalho precarizados e os desempregados e exclui os gestores do capital, altos funcionários que detêm poder de controle no processo de trabalho ou aqueles que acumularam capital e vivem de especulação ou de juros e ainda os pequenos empresários urbanos e rurais (ANTUNES, 1999, p. 101 a 104). Esta formulação, embora não seja a mesma da perspectiva de Thompson que exige a luta de classe, é importante nesta tese para uma visão ampliada de classe trabalhadora no Brasil. Esta elaboração surgiu inicialmente no processo político brasileiro e só depois foi elaborada em termos conceituais. Ela é predominante no debate no campo dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 e explica, por exemplo, a nomeação do PT como Partido dos Trabalhadores e da CUT como Central Única dos Trabalhadores e não como partido operário e central operária.

Entendo que a precarização das relações de trabalho não remete este segmento social para o exterior do sistema, ou seja, para uma condição de exclusão. Embora excluídos dos direitos trabalhistas, esta fração da classe trabalhadora está inserida no sistema capitalista como forma geral de organização da produção e reprodução social baseada na exploração e dominação. Ruy Braga se refere a este segmento como proletariado precarizado ou precariado

> Entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado com o antípoda do salariado, seu 'outro' recalcado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental como nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da fração proletária não qualificada ou semi-qualificada, feminina, negra, jovem e migrante (BRAGA, 2012, p 17).

Esta conceituação permite vê-lo como parte constitutiva do proletariado, ou, no sentido ampliado, da classe-que-vive-do-trabalho ou classe trabalhadora. No Brasil ocorreu uma mudança nas últimas décadas na situação das mulheres, com a ampliação de sua

participação no mercado de trabalho. As mulheres correspondem hoje a 43,4% da população ocupada (Pnad/IBGE, 2011). Mas o problema da desigualdade em relação aos homens permanece, tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho, sendo a maioria no precariado, quanto pela sua responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidados com os filhos e parentes idosos.

Para entender 'mulheres de classes populares' como parte da classe trabalhadora é necessário, além de entender a classe trabalhadora e o precariado, alargar o conceito de trabalho, o que tem sido feito por várias feministas, ao discutir a dualidade trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O conceito de divisão sexual do trabalho tem sido associado pelo pensamento feminista à divisão social do trabalho, fundamental na distinção das classes sociais, para fundamentar a formulação de que 'a classe operária tem dois sexos'[10]. Ele é importante para compreensão da relação grupo social mulheres e classe social. Danièle Kergoat, a partir do conceito de relações sociais, analisa que

> A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens da função com maior valor social agregado (políticos, religiosas, militares etc). Esta forma de divisão tem dois princípios organizadores: o princípio da separação, há trabalho de homem e trabalho de mulher e o princípio hierárquico, um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher. (KERGOAT, 2001, p. 89).

É preciso seguir esta reflexão agregando outras possibilidades para a discussão de classes sociais, ciente de suas diferenças significativas, mas mantendo o intuito de aprofundar e gerar uma conceituação possível de ser utilizada nesta pesquisa, a qual se insere em um contexto de retomada da discussão sobre classes sociais, imediatamente posterior ao forte questionamento surgido no debate acadêmico sobre a centralidade ou não do trabalho, o qual negava a importância do conceito de classe.

Francisco de Oliveira, no estudo sobre consciência de classe – O Elo Perdido -, traz uma contribuição a este debate sobre a utilização da teoria marxista das classes sociais e da perspectiva de Pierre Bourdieu, que me ajuda a pensar a questão a partir da política

> Frequentemente, nesta utilização, a esfera da produção é privilegiada, isto é, a infraestrutura como determinante, enquanto a política é relegada ao plano longínquo da superestrutura, como um simples reflexo. Além da teorização de Gramsci, que buscou recolocar a política como uma dimensão essencial

10 Referência ao livro de Elisabeth Souza-Lobo, de 1991, que teve grande impacto nos estudos feministas sobre o trabalho e nas organizações de mulheres no espaço sindical, publicado logo após a sua morte prematura, em um acidente de carro no interior da Paraíba, em companhia de um dirigente sindical de Alagoa Grande, Maria da Penha Nascimento Silva, que vivia sob ameaças de latifundiários à época, conforme denunciado pela Comissão Pastoral da Terra.

> do movimento, pode-se considerar também a proposição de Bourdieu, que põe em relação a objetividade da infraestrutura e a subjetividade de suas representações. É esta a questão da relação das classes, no seio do movimento dialético de sua constituição enquanto divisão social, que é o fundamento desta *démarche*. As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. A grande polêmica a propósito da 'consciência de classe' não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto 'autoconsciência', pois são as *consciências recíprocas* das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na 'consciência de classe'. E, este movimento de re-conhecimento é, sem dúvida, o espaço da política (OLIVEIRA, 1987, p. 11).

Esta formulação de Oliveira, do ponto de vista do processo político conflitivo, da luta de classe, poderia ser associada à Thompson, ela faz referência a Bourdieu no sentido de incorporar outros elementos na constituição mesma das classes, notadamente elementos culturais e de relações de poder.

Para Bourdieu classes sociais não podem ser compreendidas a partir de uma visão substancialista, elas são construídas no processo de conhecimento e no processo de luta política no interior do campo de poder. Ele vê as classes não apenas a partir de sua posição estrutural em relação à produção ou à sua posição na luta de classes. Importa para Bourdieu considerar na análise das classes elementos econômicos, sociais, culturais, políticos e simbólicos, aos quais ele nomeia 'capital', e seus impactos nas práticas sociais e nos corpos de cada indivíduo, que são conformados pelo *habitus*. Além disso, Bourdieu considera que as características associadas à classe têm sua eficácia a partir das leis específicas de cada campo, isto é, do espaço social no qual se trava a luta por recursos escassos que interessam a todos os participantes. Bourdieu discute a formação das classes a partir da estrutura e volume de capital adquirido e perceptível, a partir do *habitus*, nas práticas que estabelecem critérios de distinção social em um dado campo de luta (BOURDIEU, 2013, p. 14). Importa-me perceber a validade desta abordagem de classe para compreensão das condições de existência do grupo social que compõem os movimentos de mulheres no Brasil hoje.

Para Bourdieu o capital econômico é tomado como relevante na compreensão das classes sociais e a ele é associado o capital cultural como elemento que também gera condições de mobilidade social. No campo cultural a luta por recursos escassos não visa apenas o lucro econômico, mas a legitimação. A formação do capital cultural associa a origem social, ou seja, aquilo que o indivíduo adquire irrefletidamente na família, efeito de inculcação, e que lhe dá condições de distinção na convivência social, ao capital escolar que é adquirido a partir do investimento em educação formal e lhe confere outros critérios de distinção. Para Bourdieu

> É a forma assumida, neste campo, pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes; ele representa o estado do sistema das propriedades que transformam a classe em um princípio de explicação e de classificação universal, definindo a posição ocupada em todos os campos possíveis (BOURDIEU, 2013, p. 107).

A condição econômica e social e os traços distintivos associados à posição correspondente no espaço dos estilos de vida só se tornam inteligível pela constituição do *habitus*, que é o princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, o sistema de classificação de tais práticas, que constitui o mundo social representado (BOURDIEU, 2013, p. 162). É o 'modo de fazer' que unifica e explica as práticas de um ator em determinado domínio, o qual você aprende sem mesmo saber as regras e as consequências do seu emprego. *Habitus*, na teoria de Bourdieu, é um conceito muito relevante para pensar as classes sociais em uma análise dada, de forma que deveríamos falar em *habitus de classe*, como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe.

Para fins desta pesquisa tomo o conceito de classes populares a partir de uma tentativa de articulação entre estes vários aspectos, situando-as como fração da classe trabalhadora. Entendo que as formações de classe são formações históricas e se situam em um dado modo de produção, atualmente o capitalismo, que pode ser visto a partir de uma estrutura social, como instrumento de análise. Daí a ideia que classes podem também, em termos iniciais, serem discutidas a partir do lugar que ocupam nesta estrutura. Para alguns marxistas este lugar é dado na estrutura econômica e para outros, a exemplo de Thompson, com o qual concordo, ele só se constitui de fato a partir da política, na luta de classes propriamente dita. Ambas as perspectivas podem ser aproveitadas, de acordo com o tipo de análise e as perguntas que o objeto impõe ao processo de pesquisa. Para este trabalho, entendo que a situação social e a conjuntura são elementos centrais para pensar politicamente as classes em luta, embora este não seja um elemento central na minha reflexão, apenas parte do contexto, uma vez que não vou analisar propriamente o estágio da luta de classes. De Bourdieu trago a contribuição para pensar as classes populares, especificamente utilizando a referência a critérios de distinção e *habitus* de classe que possibilitem vislumbrar frações de classe no interior do grupo social estudado, ou seja, me permitirá ver as classes populares no interior da classe trabalhadora. Mas para construir a noção de mulheres de classes populares, ou mulheres populares como as interlocutoras desta pesquisa se nomeiam, preciso recorrer à teoria feminista.

Distintas correntes teóricas feministas referem-se à análise de classes como incapazes, desnecessárias ou insuficientes para explicar a dominação das mulheres. Como expressei

antes a minha concordância com a necessidade da análise de classe e considero que as mulheres, assim como negros, migrantes, grupos homo afetivos e outras minorias políticas, são, além disso, também membros de uma classe, vou trazer à tona a contribuição feminista que considera que as relações sociais de classe continuam sendo um conceito fundamental, porém insuficiente, para a compreensão da sociedade.

Para que o estatuto da divisão da sociedade em grupos sexuais e a compreensão deles em termos de relações sociais de poder fosse aceito nas ciências sociais foi preciso, como afirma Danièle Kergoat, "que um movimento social impusesse as categorias de sexo como variável social, logo, abordável sociologicamente; o que coloca em questão a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, e interpela a acepção tradicional de trabalho" (KERGOAT, 1986, p. 81). O mesmo pode ser dito para a questão racial.

A conceituação mais tradicional de classe parte da referência apenas da esfera da produção e desconsidera a reprodução social. O feminismo, para explicar a situação das mulheres, necessariamente tem que levar em conta tanto a produção como a reprodução, uma vez que as mulheres, assim, como os homens, encontram-se nestas duas situações sociais, com a diferença que as mulheres são socialmente responsabilizadas pelo trabalho doméstico, o que amplia sobremaneira a sua participação na reprodução social se comparada com os homens, ou seja, ao pensarmos em termos de divisão sexual do trabalho, no sentido de Kergoat, vemos que as mulheres são sobre exploradas, como classe e como mulheres. O mesmo ocorre em relação às pessoas negras. Ao pensarmos em termos de divisão racial do trabalho, no sentido de Quijano, vemos que as pessoas negras são sobre exploradas, como classe e como raça. Isso nos remete a buscarmos entender o lugar das mulheres negras, nesta imbricação entre sexo, classe e raça, mas também o lugar das mulheres populares, negras ou brancas.

Nem todas as correntes teóricas feministas utilizam o conceito de divisão sexual de trabalho e mesmo entre aquelas que o fazem, há divergências. Fora deste campo de interpretação, todavia, torna-se difícil reconhecer o valor do conceito de classe para a compreensão da situação das mulheres. Dentro dele, Hirata (2002) salienta dois posicionamentos

> A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de vínculo social, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementariedade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de 'relação social' (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder), de uma teoria geral das relações sociais (HIRATA, 2002, p. 279).

Na perspectiva que estou desenvolvendo é central não perder de vista a análise das relações sociais, o que inclui necessariamente pensar em termos de contradições e conflitos. Contrariando a visão determinista de estrutura da sociedade, Danièle Kergoat insiste que para o feminismo

> O que é importante na noção de relação social - definida pelo antagonismo entre grupos sociais - é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais, no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação (...). Relação social significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes (KERGOAT, 2002, p. 244).

No feminismo brasileiro, este debate ganha mais força com a obra de Elizabeth Souza Lobo - A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência – de 1991. Entretanto, ele esteve presente desde as primeiras elaborações do feminismo atual. Em 1969, Heleieth Saffioti publica "A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade"; no início da década de 1980, Rose Marie Muraro publica, um exaustivo estudo sobre sexualidade fortemente informado pela questão de classe, "Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil"; em 1986, "O Sexo do Trabalho" (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986) é traduzido e publicado no Brasil, livro no qual constam importantes reflexões de feministas brasileiras, como Helena Hirata e Elizabeth Sousa Lobo, e que discute a divisão sexual do trabalho, considerando práticas de classe e de sexo. Desenvolveu-se, a partir deste início fecundo, um campo de estudos na sociologia do trabalho que leva em conta a conceituação feminista de divisão sexual do trabalho e que realiza estudos especializados sobre as mulheres da classe trabalhadora (CAPPELIN, 2005, ARAÚJO, 2005; ÁVILA, 2009; HIRATA). Entretanto, nos estudos sobre movimentos de mulheres e movimentos feministas, a questão de classe teve pouca incidência.

Saffioti formula uma análise da sociedade brasileira a partir do desenvolvimento capitalista e advoga que este sistema alija o trabalho das mulheres, razão pela qual ela foi posteriormente questionada, uma vez que a escravização das mulheres negras, como força de trabalho, foi fundamental no capitalismo mercantil colonial. Apesar disso, ela trouxe contribuições significativas para o debate sobre a relação entre sexo, raça e classe social. Com base em suas análises é possível questionar as teorias que vaticinam que para o capitalismo os sexos não importam, a exemplo de Perry Anderson que diz que a lógica do lucro é indiferente a diversidade sexual (ANDERSON, 1984, p. 105) ou acepções como as de Ellen Wood (2003) para a qual a absorção das pessoas no mercado de trabalho as reduz a unidades

intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica. Se assim fosse, seria difícil explicar porque hoje, na realidade brasileira, as mulheres compõem 70% da massa de trabalhadores no mercado informal, ou seja, sem acesso aos direitos trabalhistas.

A reflexão original de Heleieth Saffioti, articulando sexo, raça e classe na formação social brasileira, pode ter influenciado a prática política do movimento feminista nascente na década de 1970. Não tenho como apurar esta possibilidade, o que a torna uma hipótese meramente especulativa. Todavia, as organizações feministas, nascidas à época, importavam-se sobremaneira com o nascente movimento de mulheres nos bairros populares e no espaço sindical e com a emergência também do movimento de mulheres negras, sendo que as mulheres de classes populares são também majoritariamente mulheres negras. Também é sabido que muitas mulheres que começaram a atuar no feminismo na década de 1970 e 1980, sendo majoritariamente das chamadas classes médias, eram oriundas de organizações de esquerda que comungavam da tradição marxista, atuantes no Brasil ou no exílio, de onde várias retornaram, à época, o que também pode explicar o interesse pelo debate sobre classes e pelo trabalho envolvendo mulheres de classes populares, como veremos no capítulo seguinte.

A ideia de *nó* entre as dimensões de classe, raça e sexo, deu aos estudos de Helleieth Saffioti, uma pujança que parece ter alimentado o feminismo brasileiro. Trata-se de uma elaboração anterior ou, no mínimo, contemporânea, ao debate francês e anglo-saxão que tem, todavia, sido obscurecido no debate feminista atual. A reflexão sobre patriarcado desenvolvida por Saffioti vai além da perspectiva weberiana, entendendo-o como um sistema de dominação e exploração (SAFFIOTI, 1992). Ele me permite salientar que as classes estão divididas por sexo e raça, assim como os gêneros estão divididos por classe e raça, e as raças igualmente divididas por gênero e classe. Todas derivam de relações sociais que se organizam de forma consubstancial e coextensivas, influenciando-se mutuamente. As mulheres de classes populares e as mulheres negras, de forma diferente, conformam subjetividades coletivas fundamentais nesta análise, pois estão no polo dominado e explorado nestas relações sociais, tendo que travar uma enorme luta interior para resistir, se organizar coletivamente, fomentar movimentos sociais e construir uma identidade política não subjugada, capaz de almejar a autonomia.

Na década de 1970 e 1980 estas dimensões estiveram presentes também no feminismo norte americano, criando o que ficou conhecido como feminismo negro. Publicado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1981, o livro Mulher, Raça e Classe, de Angela Davis, é reconhecido como um clássico do feminismo. Ele nos permite uma leitura histórica das lutas das mulheres negras norte americanas no século IXX e XX, mostrando os enfrentamentos ao

racismo em distintas regiões do país, e a relação estabelecida com os movimentos negros, sindicais e feministas. Davis desenvolve uma reflexão sobre a ação política dos movimentos de mulheres, do movimento negro e do movimento sindical da classe trabalhadora. É um empreendimento para analisar, de forma que hoje se chamaria consubstancial, a ação de distintos sujeitos políticos envolvidos na luta contra o racismo e pelo direito ao voto naquela sociedade. A autora mostra como foram invisibilizadas as lutas das mulheres negras na história. Faz isso recorrendo a análise dos movimentos políticos emancipatórios da época, utilizando-se dos conceitos de 'mulheres', 'raça' e 'classe', de uma forma dinâmica, interpretando as relações de poder que daí são derivadas. Para Angela Davis, a liberação da mulher e da raça negra são inseparáveis da luta de classes. Ela situa seu ponto de vista a partir das mulheres negras, de sua organização coletiva e atuação autônoma, e deste lugar, denuncia a discriminação dentro dos movimentos feministas, do movimento negro e dos movimentos da classe trabalhadora.

A este debate feminista da década de 1970 e 1980, somo e discuto as noções de interseccionalidade e consubstancialidade, em voga no debate feminista atual, de origem norte americana ou francesa, respectivamente. Kimberlé Crenshaw (2002) elabora o conceito de interseccionalidade tomando as discriminações de raça, classe e gênero a partir da justaposição sobre um indivíduo ou grupo social excluído

> A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, freqüentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas freqüentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por conseqüência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de

> suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem, as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (p. 177).

Elsa Dorlin (2005) refletindo sobre o mesmo problema, critica Crenshaw entendendo que ela setorializa a discriminação. Para ela o conceito de interseccionalidade dificulta pensar uma relação de dominação móvel e historicamente determinada. A intersecção é um instrumento de análise que coloca as relações em posições fixas, que divide as mobilizações em setores, da mesma maneira que o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas. Esta é a razão pelo qual eu não adoto esta perspectiva, mas entendo que ela pode ser útil para quem trabalha com as políticas de identidade ou usa para efeito de intervenção jurídica sobre um caso particular. Para entender as mulheres de classes populares no interior da dinâmica das relações sociais necessito de um conceito mais abrangente.

Danièle Kergoat (2010) considera que as metáforas matemáticas, como intesecção, são inapropriadas para discutir as práticas derivadas das relações sociais, dado a sua mobilidade, ambiguidade e ambivalência.

> A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero, e "raça" se reproduzem e co-produzem mutuamente (p.94) (…) Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instâncias articulam-se entre si de maneira intra e inter sistêmica (p.99).

Concordo com a autora quando afirma que a operacionalização metodológica da noção de consubstancialidade exige compreender o imperativo materialista, ou seja, as relações de gênero, raça e classe são relações de produção, nas quais entrecruzam-se exploração, dominação e opressão. Isso implica pensar em como se dá a apropriação do trabalho de um grupo social por outro nestas relações. Exige também um imperativo histórico, isto é, a compreensão da dinâmica das relações sociais. E um terceiro imperativo: definir as invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais. Por exemplo, a divisão sexual do trabalho: suas formas são extremamente instáveis no tempo e no espaço, mas isso não afeta o fato de que há dois princípios organizadores — o princípio da separação, o

trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher, e o princípio da hierarquia, o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher (KERGOAT, 2010, p. 67).

> A ideia de consubstancialidade, como espero ter mostrado, não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma *forma de leitura da realidade social*. E o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca (KERGOAT, 2010, p. 100).

Pensar a situação das mulheres na chave da consubstancialidade das relações sociais de sexo, de classe e de raça, remete, no debate feminista, para a defesa da categoria "mulheres" que está em constante questionamento, compreendendo-a de forma multifacetada, uma vez que eivada de outras determinações que geram desigualdades no seu interior, o que, por sua vez, favorece a organização de diferentes movimentos sociais de mulheres, articulados politicamente em torno de outras subjetividades coletivas que não apenas a categoria "mulheres".

Com a perspectiva feminista, expressas pelo pensamento de Saffioti, Lobo, Kergoat e Hirata, reafirmo a necessidade de discutir classe a partir da noção de relações sociais e compreendê-las não apenas a partir da exploração expressa na divisão social do trabalho, mas também na sobre exploração associada que se dá a partir da divisão sexual e racial do trabalho. Para ampliar a compreensão da heterogeneidade que marca a classe trabalhadora hoje no Brasil, pensando-a tanto nos níveis maiores de assalariamento até a precarização, mas incluindo também a referência à divisão sexual do trabalho, busco situar na nossa formação social as relações sociais de sexo, classe e raça, de maneira consubstancial, vendo-as de forma entrelaçada e com capacidade de se amalgamarem em uma situação social específica.

Todas as concepções de classe discutidas anteriormente seriam inadequadas para este trabalho se não se associarem à perspectiva feminista. O conceito de divisão sexual do trabalho, para configurar a sexuação das classes, é fundamental para esta pesquisa que procura analisar os movimentos de mulheres e sua relação com o feminismo, localizando neles a sua composição de classe e como se configura o debate sobre classes sociais. Também me parece central tomar noção de consubstancialidade das relações sociais de classe, de sexo e de raça, para um estudo de movimentos de mulheres na formação social brasileira, a meu ver, fortemente marcada pelas imbricações destas relações sociais.

Sader e Paoli (1986) afirmam que, com toda a sua imprecisão, o termo classes populares se insinua no lugar do antigo rigor com que se pretendia delimitar as fronteiras de cada classe para entender a composição dos movimentos sociais. Eles buscavam um modo de entender os movimentos de trabalhadores e movimentos populares, na década de 1980, como

um conjunto de pessoas e grupos de base popular que tem algo em comum construído nas lutas contra diversas opressões.

Guimarães (1999) salienta que Sader e Paoli procuram ampliar o conceito de classe social para nele incluir o de movimento social, ou seja, o processo de formação das classes a partir das práticas dos atores sociais, nas diversas esferas da vida cotidiana, produtiva ou não, o que teria sido absorvido por eles do pensamento de Thompsom. Neste sentido preferem falar mesmo em classes populares, posto que o esforço de análise se desloca do campo de delimitação das fronteiras entre classes e frações de classe para o campo da compreensão específica das práticas dos atores sociais em movimento.

As referências utilizadas pelas entrevistadas no trabalho de campo, nesta pesquisa, demonstram majoritariamente as suas identificações com a classe de menor poder aquisitivo, utilizando para isso expressões que correspondem àquelas na abordagem de Sader e Paoli, classes populares, para estudo de movimentos sociais e/ou de movimentos populares, o que me motiva a adotá-la.

A noção de classes populares é utilizada aqui como uma situação vivida por um segmento da classe trabalhadora em referência à posição ocupada no sistema produtivo e à práticas socioculturais relacionadas, e que contingencialmente pode desencadear processos políticos no interior da luta de classe, conformando-se com um movimento social. Como não irei fazer um trabalho analítico de caráter classificatório que distinga classes e frações de classes, penso em tomar a referência "mulheres de classes populares", às vezes abreviando para mulheres populares, para discutir a alusão a este dispositivo na construção da identidade política de mulheres que compõem o movimento foco da pesquisa.

A noção de classes populares é utilizada na sociologia e na história.. Mais precisamente, mulheres de classes populares ou mulheres populares, é uma noção presente na historiografia de Michele Perrot (2007; 2010) e Tania Machado Morin (2013). Em estudos sociológicos e feministas também existem fortes referências na Inglaterra em Julia Sudbury (2003) e Beverly Skeggs (2004; 2015). Skeggs apresenta análises consistentes como elementos culturais são condensados e inscritos em grupos sociais e corpos, e como estas marcas restringem seu movimento no espaço social, enquanto outros grupos sociais e corpos são capazes de tonarem-se móveis e flexíveis. De forma resumida, ela afirma "O que temos assumido com um self é sempre formado a partir de classe" (SKEGGS, 2004, p. 1). As mulheres de classes populares que participaram desta pesquisa sabem disso. As de outras classes também.

1.5. Percurso teórico-metodológico

Para concluir este capítulo teórico, apresento, de forma sintética, o quadro conceitual para análise nesta pesquisa, buscando demonstrar as possibilidades de operacionalização e a perspectiva metodológica adotada. A noção de 'mulheres' é fundamental para a discussão sobre processos organizativos e de mobilização, realizados por este grupo social, e que serão referidos à luz da categoria analítica 'movimentos sociais'.

Entendo 'mulheres' como uma subjetividade coletiva com baixo grau de centramento, um grupo cuja identidade social, ou seja, a forma como predominantemente é vista por outros e que é incorporada pelo indivíduo, é estruturada pelas relações sociais de sexo, nas quais o grupo social homens detêm maior poder. O nível de organização do grupo social mulheres não está dado a priori, ocorre contingencialmente pela sua agregação em movimentos sociais, pois ele tem uma baixa capacidade de ação. Pela força da identidade social estabelecida como norma consubstanciada pelas relações sociais de sexo, mas também, raciais e de classe, as mulheres tendem a adotar um comportamento coletivo adequado ao que é aceito socialmente como sendo o padrão de feminilidade. Todavia, há entre nós mulheres, distintas formas de resistência que se contrapõem à ordem estabelecida, cujos exemplos podem ser vistos no cotidiano das que se excluem da heterossexualidade compulsória, que são provedoras de suas famílias, que assumem lideranças políticas, e, o que me interessa particularmente, as que se afirmam como mulheres populares fortes, ou como diria Angela Davis, sujeitos femininos fortes. A pesquisa realizada não toma as formas de resistências individuais das mulheres populares, uma vez que discute a partir de um sujeito coletivo já articulado politicamente, como uma articulação movimentalista, mas elas veem à tona e iluminam esta tese.

Entendo 'movimentos sociais' como processos de organização e mobilização, envolvendo indivíduos e grupos sociais de forma solidária, em torno de um problema específico ou um conflito mais amplo, uma causa, que as pessoas participantes considerem injusto e possível de ser enfrentada coletivamente no sentido do bem comum, mediante rupturas no sistema que o produz. Esta categoria de análise será utilizada para refletir sobre o objeto empírico movimentos de mulheres, movimentos feministas e suas formas organizativas, as articulações movimentalistas. A ideia de que os movimentos, no percurso histórico, vivem momentos de latência e de maior visibilidade, será utilizada para compreender os picos de mobilização na trajetória recente dos movimentos de mulheres no Brasil, observando os repertórios utilizados e os contextos nos quais se inserem e nos quais percebem os constrangimentos e as estruturas de oportunidades. As formas de organização são vistas, ao

mesmo tempo, como repertório e como recursos que potencializam as mobilizações.

A formação de identidades coletivas no movimento de mulheres e movimento feminista serão objeto de análise a partir das relações que estabelecem com as interpretações coletivas adotadas, os *frames,* ou seja, o discurso político que fornece uma interpretação coletiva da realidade e unifica o movimento para ação. O uso do dispositivo classe social no marco interpretativo de referência dos movimentos também será levado em conta para esta reflexão. Identidades coletivas, no meu entendimento, são compostas em processos nos quais se estabelecem orientações políticas em relação a seus objetivos, meios e campo de ação, que conformam os seus enquadramentos interpretativos para atuação em cada contexto e conjunturas específicas. Importa salientar a possibilidade de alinhamento dos quadros interpretativos neste processo. Para analisar as identidades coletivas interessa também observar as relações entre atores e o investimento emocional das pessoas participantes dos movimentos. Com esta amplitude de reflexão analiso apenas a AMB.

Para operacionalizar o debate teórico sobre classes sociais em termos de quadro interpretativo recorrerei à ideia de 'mulheres de classe trabalhadora', me referindo ao conjunto das mulheres que vivem do trabalho e que constituem, ou não, a partir disso uma identidade de classe, entendendo-as a partir de três segmentos: mulheres sindicalistas, mulheres de classes populares e mulheres dos setores médios. 'Mulheres sindicalistas' diz respeito aquele setor da classe trabalhadora que, na tradição brasileira, é assalariada, tem contrato de trabalho que lhes garante direitos e se organiza como classe no movimento sindical. Utilizarei a expressão 'mulheres de classes populares' para me referir àquelas que se encontram em situações de trabalho precários e/ou com níveis de rendimento irrisórios e residindo em bairros periféricos nas grandes e médias cidades e/ou em localidades rurais, e cujos *habitus* de classe estão mais distantes das classes médias. E farei referência à 'mulheres dos setores médios ou segmentos médios', buscando construir um significado para esta expressão que diz respeito apenas a fração da classe trabalhadora que possui um nível de renda, salarial ou não, mais elevado e condições de vida mais confortáveis, sendo na maioria das vezes, profissionais de nível universitário. Esta operacionalização não diz respeito à sociedade em geral, será vista apenas para o estudo específico sobre o movimento de mulheres e movimento feminista.

Uma categoria específica de mulheres, presentes neste estudo, não se enquadra nesta classificação: as trabalhadoras domésticas assalariadas. Apesar de terem direito a contrato de trabalho, na maioria das vezes não o possuem. Mesmo estando organizadas em sindicatos, estes são, na maioria das vezes, muito frágeis organizacionalmente. Suas condições de vida

material e *habitus* de classe são muito próximas das ‘mulheres de classes populares’, razão pela qual elas serão vistas a partir desta categoria.

No início do trabalho de pesquisa eu intuía que existem diferenças significativas entre os extratos sociais (classes e/ou frações de classe) que compunham o movimento de mulheres e o movimento feminista na década de 1970 e 1980 e aqueles que o compõem na contemporaneidade, e que, essa nova situação, pode ter implicações para o que é socialmente reconhecido como sendo o feminismo, e também para a subjetividade de mulheres de classes populares que participam desses movimentos. O problema que me moveu é a relação entre mulheres de classes populares, os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, e o uso de classe social em processos de construção de identidades coletivas feministas e de identificação das mulheres populares com o feminismo. Importa saber as interpelações recíprocas, ou seja, por um lado, as influências do feminismo nos movimentos de mulheres e, por outro lado, a influência de mulheres de classes populares e suas organizações e ações coletivas no feminismo. Trata-se de um exercício para compreender melhor os movimentos de mulheres e os movimentos feministas a partir da referência que fazem à noção de classe social, vista a partir da consubstancialidade das relações sociais.

Para tanto, uma primeira dimensão foi verificar como se deu a relação entre movimentos de mulheres e movimentos feministas nas últimas décadas e em que contexto histórico esta relação está inserida. A segunda dimensão foi detectar a relação que algumas articulações movimentalistas estabelecem com classe social a partir das declarações públicas a cerca de suas identidades coletivas, e mais detalhadamente de uma delas - a AMB. Uma terceira dimensão exigiu analisar, a partir das narrativas de militantes da AMB, se e como a identificação de classe e a identificação com o feminismo se relacionam ou não e como isso impacta neste movimento e nas identidades políticas destas mulheres interlocutoras da pesquisa.

Realizei uma pesquisa fundamentalmente qualitativa, embora tenha produzido alguns dados quantitativos sobre a composição da direção nacional de uma articulação movimentalista específica – a AMB. A ideia de pesquisa qualitativa discutida por Denzin (2006) apresenta-se como a prática de 'entender significados conferidos pelas pessoas ao mundo' e que ocorre a partir de um 'conhecimento situado'. Essa perspectiva se coaduna com o que vimos discutindo até aqui sobre pesquisa feminista.

A pesquisa bibliográfica inicial me permitiu construir o referencial teórico-metodológico da pesquisa, baseado em teoria e epistemologia feminista, pensamento descolonial e as teorias sociológicas sobre movimentos sociais. A bibliografia referida ao

problema contribuiu na construção do *corpus* da pesquisa Ele incluiu o levantamento das principais obras teóricas e políticas, incluindo os artigos em periódicos acadêmicos, construídas sobre o movimento feminista e de mulheres no país, relativos ao período que vai da década de 1970 a 2015, mas não inclui as produções sobre temas e ações específicas desenvolvidas por estes movimentos, mesmo a atuação política sendo parte do problema em estudo. Isto não ocorreu porque as condições objetivas de tempo da pesquisadora não permitem uma abordagem exaustiva que analise elementos da atuação política de forma mais ampla. Nessa tese, utilizei como caminho para coleta de informações e construção de dados, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, e, fundamentalmente, entrevista semiestruturada com informantes-chave e grupo focal, que constituem os distintos *corpus* da pesquisa.

Para discutir a configuração dos movimentos de mulheres e movimentos feministas na atualidade recorri a minha experiência de participação política e a pesquisa documental na internet verificando como estes movimentos se apresentam publicamente. A abordagem sobre algumas mobilizações específicas foi feita recorrendo a documentos elaborados por estes movimentos com circulação impressa que chegaram ao meu conhecimento a partir da participação em fóruns e mobilizações. Os dados produzidos a partir destes documentos têm um caráter diferenciado em relação a outros produzidos de forma direta, uma vez que os documentos selecionados foram produzidos pelos movimentos para um público externo estabelecido por eles, e capturados para a pesquisa através da busca ativa ou recepção espontânea.

Utilizei como critério para seleção das articulações movimentalistas e dos documentos o fato delas se considerarem (e serem considerados por outros) como movimentos e/ou como sendo parte do movimento de mulheres, serem organizadas em âmbito nacional e terem expressão pública com documentos publicados na internet. Para construir os dados referentes a estes documentos utilizei um quadro síntese baseado nas questões enumeradas anteriormente referidas ao problema de pesquisa (Anexo 3). Além destas expressões organizativas nacionais existem ainda diversas articulações regionais, não incluídas no *corpus* da pesquisa, mas consideradas na análise de contexto. O mesmo é válido para várias expressões organizativas novas no movimento de mulheres que, embora não se organizem nestes mesmos termos, tem forte expressão pública atualmente.

A observação específica, durante este período de pesquisa, foi realizada para contextualizar a articulação movimentalista estudada no âmbito dos movimentos de mulheres. Por um lado, a possibilidade de observação de eventos significativos de outras articulações,

que não a AMB, dependeram das circunstâncias de realização e das condições que eu pude construir para viabilizar a minha presença. Por outro lado, a observação em atividades da AMB está circunstanciada pelo fato de que eu participo desta articulação objeto da pesquisa, o que me exigiu um maior rigor procedimental para controle de vieses que se apresentaram no processo. Notas referentes à observação foram tomadas em caderno de campo.

Com o intuito de aprofundar a análise sobre a AMB, recorri a uma pesquisa anterior, desenvolvida por mim, sobre esta articulação, na qual a partir das técnicas de grupo focal e entrevistas semiestruturadas, foi possível reconstituir a trajetória política desta articulação, discutindo o seu processo interno de construção de um método próprio de organização e atuação pública (SILVA, 2010a). Para construir os dados de perfil das militantes da AMB, coletei informações através de um formulário, respondido individualmente, aplicado, em maio de 2014, em encontro com 61 integrantes de sua direção nacional, chamada comitê político nacional, à época (Anexo 4). Construí os dados acerca do perfil sócio econômico das mulheres participantes a partir da tabulação dos formulários em SPSS e posterior organização em quadro síntese (Anexo 5). Este formulário forneceu também informações, em questão aberta, que permitem analisar como as integrantes se situam em relação à identificação com o feminismo.

Através de 10 entrevistas semiestruturadas com participantes da AMB, de 10 estados brasileiros, procurei verificar qual o lugar que a questão de classe ocupa na tensão entre movimentos de mulheres e movimento feminista, e, como a auto identificação como mulheres de classes populares impacta ou não a construção particular da identidade feminista. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro (Anexo 1), gravadas e transcritas. Reorganizei as informações fornecidas pelas entrevistadas em um roteiro síntese (Anexo 2). Os dados produzidos a partir das entrevistas com participantes da AMB foram construídos especialmente para esta pesquisa. Estas entrevistas foram constituídas a partir de questões sobre a trajetória de vida, a situação de classe, elementos sobre o engajamento em movimentos sociais, e, mais especificamente, na AMB e a identificação (ou não) com o feminismo.

Os critérios para a definição das entrevistadas foram elaborados após a fase do processamento de dados dos documentos e do perfil da AMB. No entanto a quantidade de entrevistas dependeu mais das condições de possibilidade do que do ponto de saturação. O processo de organização das informações no roteiro síntese e as sucessivas leituras do documento resultante dele permitiram construir elementos para a análise que buscam responder às questões e objetivos de pesquisa enunciados.

Ao chegar aos últimos meses deste trabalho me defrontei com uma exigência de utilizar outra técnica de pesquisa: grupos focais. A maior delimitação teórica e o conjunto dos dados produzidos exigiam questionar mulheres de classes populares militantes da AMB sobre a sua identidade de classe, identidade feminista, as tensões e interpelações percebidas no movimento que participam. Neste momento, não era possível adotar este procedimento em uma escala nacional, como foram as entrevistas. Realizei, então, dois grupos focais em Recife (Anexo 7). O primeiro grupo contou com 12 mulheres participantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é o agrupamento local de militantes da AMB. O segundo grupo reuniu 6 participantes composto por mulheres jovens, que passaram a integrar o movimento feminista nos últimos quatro anos, e que participam de processos educativos e de mobilização feminista, mas não tem vínculo de pertencimento com a articulação movimentalista estudada. Esta diferença do perfil dos dois grupos foi uma estratégia metodológica com o intuito de confrontar percepções de militantes feministas com distintas trajetórias e também controlar alguns vieses que eu pudesse adotar pelo fato de ser integrante do mesmo agrupamento local.

O grupo focal, nesse caso baseado na metodologia de pesquisa-ação[11], foge um pouco dos parâmetros gerais para grupos focais enquanto procedimentos metodológicos. Por isso, proponho uma técnica que nomeio como 'grupos de discussão orientada por problemas' (SILVA, 2015). São espécies de grupos focais, adequados à pesquisa ação e/ou pesquisa participante, apropriados para a apreensão de percepções de um dado coletivo sobre si mesmo e sua trajetória em comum, além de facilitar um processo reflexivo para esse coletivo a partir de problemas sentidos por ele. Essa perspectiva metodológica guarda proximidade com a elaboração sobre círculo de cultura de Paulo Freire para o âmbito da educação. Essa elaboração se deve à perspectiva epistemológica de construção de conhecimento sobre si mesmo que embasa a metodologia de pesquisa-ação e, em especial, para pesquisa feminista sobre movimentos de mulheres. Ou seja, o procedimento realizado não foi um grupo focal típico, mas um grupo interativo, com participantes previamente vinculadas entre si por serem participantes em um mesmo movimento, e discutindo problemas apresentados pela pesquisadora, mas que estão presentes em debates cotidianos entre elas.

Uma das questões fortes sobre o método de observação em pesquisa qualitativa diz respeito à relação entre o pesquisador-observador e o objeto observado. Jaccoud e Mayer (2008) explicitam três modelos nos quais essa relação pode ser desenvolvida: o modelo de

[11]Utilizo o termo pesquisa-ação no sentido dado por Thiollent (1986), mas poderia também utilizar a classificação de pesquisa participante de Brandão (2006) ou de Investigação-ação Participativa de Fals-Borda (2006), que têm sentidos assemelhados.

passividade ou retração, no qual o pesquisador, reconhecendo a influência de sua subjetividade, desenvolve procedimentos para buscar controlar as interferências e vieses; o modelo de impregnação no qual se gera uma superposição entre sujeito e objeto; e o modelo de interação aonde se trabalha com a interação entre pesquisador e pesquisado como necessário à produção e interpretação dos dados, sendo este último mais ligado à perspectiva epistemológica construtivista. A pesquisa em questão pode ser compreendida à luz desse terceiro modelo, muito embora eu tenha buscado nomear a relação como uma relação sujeito-sujeito, ao invés de sujeito-objeto, dado à perspectiva epistemológica da pesquisa feminista sobre movimentos de mulheres, que adoto.

Esse modelo me pareceu interessante para o meu objeto de pesquisa uma vez que estudei o movimento de mulheres e movimento feminista, sendo eu mesma integrante de uma articulação movimentalista que os compõem, a AMB, e, ao mesmo tempo, para efeito deste trabalho, tendo que me colocar na posição de pesquisadora. Me inquieta, todavia, o fato de que esses modelos, apresentados por Jaccoud e Meyer, me pareceram partir do pressuposto de que o/a pesquisador/a não tem contato anterior com o pesquisado, ou seja, que essa relação começa no ato de início da pesquisa. Este não é o caso quando uma pesquisadora, no caso eu mesma, pesquisa algo do qual ela faz parte, em condições diferentes da que passa a assumir por ocasião da pesquisa. Esta nuance me parece colocar outras exigências para o método de observação. Em pesquisas anteriores pude constatar, na minha própria experiência, como essa questão se apresenta na prática e as emoções que provoca, sendo um grande esforço manter a vigilância sobre si mesma para não se posicionar baseada somente em percepções apriorísticas, mas também para não negar as potencialidades da análise que esta participação anterior gera.

Parto do pressuposto epistemológico de que a relação que se dá entre quem pesquisa e quem é pesquisado, na metodologia de pesquisa feminista que estou adotando como referencial, mas que é própria também da pesquisa ação e pesquisa participante, é uma relação entre sujeitos na e da produção do conhecimento, embora a responsabilidade pelas escolhas e análises seja minha. Ao compreender os movimentos pesquisados como sujeitos políticos coletivos, entendo a pesquisa como uma possibilidade de potencializar no espaço público suas próprias narrativas sobre si mesmos, mas me propondo também a analisar criticamente a documentação levantada.

Para concluir trabalhei com análise temática de conteúdo, a partir da qual foi possível fazer uma triangulação entre os dados das entrevistas e grupos focais, da pesquisa documental e aqueles produzidos com base na observação. A análise dos dados foi feita em duas etapas.

Tendo construído o referencial teórico a partir da pesquisa bibliográfica, o usei para analisar elementos do contexto e da trajetória histórica da relação movimento feminista e movimento de mulheres, e para categorizar e analisar as informações extraídas dos documentos produzidos pelas articulações movimentalistas de mulheres acerca de si mesmas. Posteriormente adotei procedimento similar para as entrevistas e para os dados construídos a partir dos grupos focais.

Adotei, como método de análise, a análise de conteúdo, conforme discutido por Gill (2002). Uso duas modalidades de Análise de Conteúdo - análise de conteúdo temático e análise de enunciação, apoiadas em materiais de caráter documental, nos dados do formulário, nos dados das entrevistas, dos grupos focais e nos registros de observação, guardadas as diferenças que estes tipos de textos possuem, o que pressupôs uma separação nítida de fases desta análise em relação ao tipo de documento com o qual trabalhei. A análise temática, que foi aplicada no processamento da documentação, pressupõe uma técnica cujo procedimento operacional consta em fazer desmembramento do texto, compondo unidades codificadas (Anexo 2), as quais reúnem os trechos por analogia (BARDIN, 1977, p.153). A análise de enunciação foi utilizada para processar as informações extraídas das entrevistas e dos grupos focais e se apoia numa concepção de comunicação como processo e não como dado (BARDIN, 1977, p. 169).

Ao longo da narrativa, que passo a desenvolver, procurei refletir sobre o contexto histórico, situando o problema de pesquisa em relação ao campo político dos movimentos sociais, no período da redemocratização brasileira. Posteriormente discuto a relação movimento de mulheres e movimento feminista no período mais recente e relacionando-o a um contexto mais próximo e as articulações movimentalistas que o compõe, seus momentos fortes de ação articulada, os marcos interpretativos que construíram e suas formas de organização. Na sequência discuto o processo de constituição da Articulação de Mulheres Brasileiras, com base em repertório de organização, marcos de referência, sua composição interna e a formação de sua identidade coletiva. A partir daí apresento e discuto as percepções das mulheres de classes populares que participam desta articulação sobre suas identidades feministas.

Capítulo 2
As mulheres de classes populares na história do feminismo brasileiro

Capítulo 2

As mulheres de classes populares na história do feminismo brasileiro

Neste capítulo apresento elementos sobre o contexto brasileiro da década de 1970 a 1995, com destaque aos movimentos feministas e movimentos de mulheres e suas relações com o campo político dos movimentos sociais que se formou à época da redemocratização. Procuro discorrer, ao longo da apresentação dos dados bibliográficos sobre a história recente dos movimentos de mulheres, sobre as tensões internas em relação ao feminismo, olhando mais detidamente para as diferentes formas organizativas e as capacidades de manifestação e protestos públicos. Apresento, ainda, reflexões sobre o debate teórico predominante, neste período, no Brasil, acerca dos movimentos sociais. O que se propõe é o de, tão somente, contextualizar historicamente a questão de pesquisa, e não desenvolver uma pesquisa histórica ou oferecer uma sociologia histórica do período.

Tomo a ideia de contexto como uma noção teórico-metodológica relevante para este processo de pesquisa, no sentido apresentado por Ávila, Ferreira e Arantes (2015), para quem o contexto não se confunde com o entorno ou com o território, mas define-se como "um espaço-tempo no qual as relações sociais tomam lugar e expressam suas particularidades através de práticas sociais concretas" (ÁVILA; FERREIRA; ARANTES, 2015, p.61). É o registro de um processo histórico de conformação de um campo específico, que se forja como processo político reativo ao momento conjuntural dos sistemas que organizam a vida social, numa tentativa de expressar a dinâmica entre presente e passado, local e global. Estou tomando o Brasil e as décadas de 1975 a 2015 como referências de espaço-tempo e a organização e ação dos movimentos sociais como práxis que se desenvolve em contraposição às relações sociais capitalistas, patriarcais e racistas que configuram esta formação social.

Para refletir, a partir do movimento de mulheres, considerei o contexto no qual ele esteve inserido e adotei uma dada periodização, ainda que não rigorosa: O primeiro período vai do início da abertura política, durante a ditadura militar (1975), com o surgimento dos primeiros grupos feministas e o início das mobilizações de mulheres das classes populares, à participação dos movimentos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, na qual as entidades feministas organizaram o Planeta Fêmea; e o segundo, considera a década de 1990 até 2015, que será discutido no próximo capítulo, que vai do processo preparatório ao ciclo social de Conferências da ONU[12], ao

[12] Compõe o que se denominou ciclo social de conferências da ONU: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio. 1992); Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena 1993);

governo Dilma, primeira mulher eleita presidente do Brasil, e às novas configurações do movimento feminista em 2015.

Apoiada em pesquisa bibliográfica e em reflexões sobre a minha experiência de participação política, procuro tecer considerações relativas aos dois períodos delimitados, tendo em conta o contexto político do Brasil e dos movimentos sociais, assim como os debates teóricos e políticos predominantes sobre movimentos sociais, buscando destacar o que considero como elementos principais. Na sequência recupero a trajetória dos movimentos de mulheres no período, com ênfase no movimento feminista, e discuto a relação entre movimento feminista e movimento de mulheres, suas formas organizativas, os momentos fortes de expressão pública e relações no campo dos movimentos sociais. Não me dei a tarefa de um aprofundamento do contexto socioeconômico e político do país visto que existem inúmeras obras sobre isso. Retomo alguns elementos apenas para situar os movimentos sociais na época, colocando em relevo o que subsidia o sentido às reflexões sobre meu problema de pesquisa.

No debate atual sobre o caráter do movimento feminista, em especial naquele que circula nos canais da internet, mas também em alguns núcleos acadêmicos e organizações políticas, discute-se sobre o ‘feminismo hegemônico’, ou seja, aquele que se funda numa perspectivo do norte global, entre mulheres brancas, intelectualizadas e de classe média, como sendo o que existiria no Brasil até os dias atuais. Esta referência a um certo feminismo hegemônico se relaciona com a discussão sobre descolonialidade que ocorre particularmente na América Latina. Afirma-se que o feminismo por aqui teria sido o mesmo predominante nos Estados Unidos e Europa, e que teria sido imposto à realidade brasileira em função da colonialidade do saber. No caso brasileiro, poder-se-ia falar em um 'feminismo hegemônico' nestes mesmos termos? Em que consiste isso? Qual a relação entre esta possibilidade e a composição de classe no movimento feminista? Como isso se relaciona com as escolhas e a prática políticas dos movimentos de mulheres e do movimento feminista? Vamos discutir isso ao longo do capítulo a partir da configuração que os movimentos tomaram no primeiro período acima referido.

Vários estudos sobre os movimentos de mulheres, que são na maioria sobre movimento feminista e alguns sobre movimento de mulheres negras (ou feminismo negro), tomam a afirmação sobre a existência de um ‘feminismo hegemônico’ no Brasil como ponto

---

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); Quarta conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995); Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Istambul, 1996).

de partida, mas não analisam como esta hegemonia ocorreu. Majoritariamente se situam a partir do que seria contra hegemônico para a realização de suas análises. Eu quero problematizar esta noção, não no sentido de recusá-la, mas buscando retomar os estudos que remetem para as décadas iniciais do período, 1970 e 1980, e vê-los a contrapelo, a partir da inserção das mulheres de classes populares nesse processo histórico.

O recurso a esse olhar histórico, contextualizado na relação entre movimentos de mulheres e outros movimentos sociais, deve-se a uma preocupação que advêm do encontro com os estudos feministas sobre os movimentos, os quais são informados pela história, antropologia, serviço social, psicologia, entre outros campos acadêmicos. Muitos deles remetem às conceituações próprias das diferentes correntes teóricas com as quais se afinam e discutem as percepções dos sujeitos participantes sobre o problema em questão que, em geral, se localiza dentro do feminismo. Eu tentarei um caminho diferente. O meu problema de pesquisa se localiza na fronteira do movimento feminista – as interpelações mútuas entre os movimentos feministas, movimentos de mulheres e mulheres de classes populares – e vou buscar situá-lo no contexto dos movimentos sociais em um dado período histórico no Brasil e discuti-lo a partir da sociologia dos movimentos sociais. Esse caminho foi escolhido porque eu pretendo discutir processos políticos, embora tenha que recorrer à percepção dos sujeitos sobre eles.

2.1. Contexto de formação do campo de movimentos sociais

Somente 30 anos após o fim da ditadura militar que se impôs em 1964, o Brasil tem hoje uma Comissão da Verdade, instrumento utilizado em vários países que passaram por experiência similar para apurar os crimes contra os opositores do governo ditatorial. Neste momento vêm à tona os dramas vividos por inúmeras pessoas: prisões, espancamentos, assassinatos, desaparecimentos, banimento, perda de emprego, torturas, tudo isso pelo exercício do direito inalienável de terem uma posição política contrária ao regime instalado.

O tempo que vivemos marca o ciclo mais longo de democracia no país, ainda que não seja uma democracia substantiva. Vivemos um período de estabilidade institucional, regido por eleições diretas e funcionamento dos poderes da República. Situação esta que foi colocada sob tensão com a radicalização dos confrontos entre esquerda e direita em 2015, sobre a qual não é possível prever o desfecho. A formação social brasileira não tem uma grande trajetória democrática, pelo contrário, a nossa formação tem uma forte marca patriarcal e escravista, forjada no período da expansão colonial do capitalismo da Europa e uma história de

mudanças de regimes políticos operada pelas elites, conservando o seu poder, ou como diria Florestan Fernandes (1987), uma trajetória de “transições pelo alto” ou “mudança dentro da ordem”.

A primeira fase da Ditadura Militar foi marcada por forte resistência política, com denúncias e manifestações públicas, ações culturais e lutas políticas, mas conforme o cerco foi se fechando, os militares em articulação com as forças políticas e econômicas civis que os apoiavam, recrudesceram os instrumentos ditatoriais, a exemplo do Ato Institucional nº 5 em 1968, e deram fim a todas as salvaguardas políticas, restando aos opositores a dura opção entre o exílio e a busca por novas formas de lutas. O período final da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 foi marcado pelo maior grau de fechamento do regime. Impossibilitados que estavam de impulsionar mobilizações massivas, organizações políticas de esquerda seguiram majoritariamente para a luta armada, como ações de expropriação e tentativas de organização de guerrilhas rurais (REIS, 2014), e setores minoritários optaram por iniciar ou retomar a trajetória de organização e educação popular em periferias das cidades, nas fábricas e nas áreas rurais, que havia sido interrompida com o golpe (FISHER, 1987).

O mundo vivia os tempos da Guerra Fria, com a polarização entre capitalismo e socialismo, representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e os Estados Unidos da América – EUA. Sob esta polarização e a política adotada pelo Regime Militar, o Brasil vivenciou o chamado 'milagre econômico' e o auge de um discurso patriótico em que a Copa do Mundo de Futebol foi um dos elementos desta ideologia nacionalista, na qual o Brasil torna-se tricampeão. Singer (2014) expõe as bases do chamado milagre econômico

> O golpe militar ocorreu no Brasil num momento em que a hegemonia do keynesianismo na teoria econômica ortodoxa não fora abalada. O papel ativo do Estado na economia para promover o desenvolvimento industrial ainda era aceito. Só muito mais tarde, nos anos 1980, é que viria a ofensiva neoliberal. No entanto, mesmo quando ocorreu, não contaminou o regime militar brasileiro. Até o seu fim, em 1985, a economia continuou sob o comando de Antônio Delfim Netto, um notório desenvolvimentista, partidário do planejamento e próximo ao keynesianismo (SINGER, 2014, p. 186).

Durante os anos do Regime Militar, várias foram as formas de resistência engendradas por setores da população. Sob a forma de lutas pode-se encontrar desde as experiências de guerrilhas rurais e ações urbanas protagonizadas pelas Organizações de Esquerda[135], até ações

[13]Por Organização de Esquerda entendo os grupos organizados de caráter partidário que atuavam na

reivindicatórias e contestatórias organizadas por trabalhadores fabris ou de moradores de bairros periféricos. Na área de produção de bens culturais, além da atuação de artistas com espaço na mídia nacional, desenvolveu-se também uma ampla rede de grupos musicais e de teatro, chamados amadores, com temas ligados às questões sociais e proposições de modos de vida alternativos. Também nas universidades e nas igrejas, especialmente no setor progressista da Igreja Católica, encontrava-se espaço de acolhida para os descontentes com aquela situação. No cenário político-partidário vários grupos desenvolveram uma ação de crítica e de oposição ao regime por dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a única oposição consentida pela Ditadura.

Na segunda metade da década de 1970, a partir de dilemas entre os militares e as forças civis envolvidas no golpe e forte pressão social nacional e internacional, começa a distensão, também chamada de 'abertura lenta e gradual' do regime. O final da década de 1970 é marcado pela retomada de amplas mobilizações sociais contrárias aos militares, em defesa da anistia aos exilados e presos políticos, por liberdades democráticas e por melhores condições de vida.

A política econômica da Ditadura, na década de 1970, reprimia a inflação com base no controle dos preços e salários. Este mecanismo, segundo Singer (2014) passou a ser erodido quando o ritmo da demanda efetiva de consumidores e das empresas deixou de ser acompanhado pelo investimento em infraestrutura e pela oferta de força de trabalho. Neste momento, o governo já começava a distensão, dando limites à repressão política. A associação deste cenário com a crise do milagre econômico e o choque do petróleo agravaram as pressões inflacionárias. O governo, então, passou a subestimar a inflação, medindo-a pelos preços oficiais e não pelos realmente praticados pelos agentes econômicos.

Esta situação foi o estopim tanto para o movimento popular contra o aumento do custo de vida e suas manifestações, em 1978, (EVERS, 1982) como para os movimentos de desempregados (DOIMO, 1995) e para as greves operárias do ABC paulista, em 1978 e 1979 (SADER, 1988; ANTUNES, 1992). As mulheres eram majoritárias no movimento contra o custo de vida. Como responsáveis pelo abastecimento de seus domicílios, perceberam que a inflação era bem maior do que a divulgada pelo governo, o que gerou revoltas e grandes manifestações públicas. Já os metalúrgicos de São Bernardo do Campo se mobilizaram, sob a liderança do dirigente sindical Luís Inácio Lula da Silva, para exigir reposição das perdas salariais com base na manipulação dos índices inflacionários feita pelo governo. Esta foi a

---

clandestinidade contra a Ditadura Militar e que se identificavam com a teoria marxista (AARÃO e SÁ, 1985).

estrutura de oportunidade política que possibilitou uma onda crescente de movimentos sociais que ocorreu no final do período da Ditadura Militar.

Vários processos são ilustrativos da efervescência política dos movimentos sociais neste momento: As greves de metalúrgicos de São Bernardo do Campo e São Paulo, de canavieiros de Pernambuco e de professores em vários Estados; o Congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979; as mobilizações do movimento contra o custo de vida (em alguns lugares chamado movimento contra a carestia e em outros de panelas vazias); a expressão pública de Comunidades Eclesiais de Base e dos encontros de jovens da Igreja Católica, início do que veio a ser as Pastorais Sociais; os conflitos no campo se agravam com grilagens e expulsão de lavradores e assassinatos de lideranças; cresce também o debate da reforma sanitária em todo o país e movimento popular de saúde, em especial na zona leste de São Paulo; e, ainda, a chamada imprensa alternativa que publicava em vários Estados, na qual foram mais destacados os jornais Movimento e Pasquim, mas que também contava com os jornais de organizações de esquerda como Companheiro, Em Tempo e Tribuna da Luta Operária e os jornais feministas Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio. Estes são apenas alguns exemplos da onda de mobilização social nos finais da década de 1970 e início de 1980.

Muitos estudos que se referem a este período, de forma geral, concentram esta efervescência política em São Paulo, mais fortemente nas greves do ABC e no movimento de saúde da zona leste, entretanto, mobilizações ocorreram em todo Brasil, com manifestações massivas e de grande radicalidade. A título de exemplo eu posso registrar a luta estudantil por meia-passagem nos transportes públicos realizada em São Luís, Maranhão, em setembro de 1979, cujo slogan símbolo posterior foi “meia passagem ou meia cidade”, dado a expressão das mobilizações de rua, com enfrentamentos entre manifestantes e tropas policiais, quebra-quebra generalizado de lojas do centro da cidade, caminhadas com milhares de pessoas e assembleias realizadas em estádio de futebol, tal a dimensão do movimento. Este registro, um resgaste de minha memória, quer demonstrar como a historiografia, mesmo a história social, torna invisível inúmeros acontecimentos relevantes, que poderiam favorecer um outro olhar sobre o período e ampliar o espectro dos conflitos sociais.

Em 1979 esta movimentação política contra a Ditadura, associada aos conflitos políticos internos entre os partidários da chamada linha dura dos militares e as discordâncias também entre civis com a crise do 'milagre econômico' e os desgastes internacionais relativos à imagem do país, possibilita a aprovação da Lei da Anistia, da qual tanto os torturados como os torturadores foram beneficiados, fazendo com que a institucionalidade democrática

brasileira fosse se recompondo sem fazer rupturas radicais com o regime militar e nem tampouco punição aos responsáveis por ele. Como parte do processo de abertura, tem fim o bipartidarismo e os grupos contrários à Ditadura passam a se organizar em partidos políticos legais diferentes e não apenas sob o guarda-chuva do PMDB, com destaque no campo da esquerda neste momento para o Partido dos Trabalhadores – PT e Partido Democrático Trabalhista – PDT. Posteriormente o Partido Comunista do Brasil retoma a legalidade, também se organiza, em 1988, o PSB – Partido Socialista Brasileiro. Este espectro partidário, somado ao setor "autêntico" do PMDB e aos partidos de esquerdas, então na clandestinidade, configura o campo partidário de esquerda, à época.

Em 1983 inicia-se a campanha por eleições diretas para presidente da República, Movimento das Diretas Já, o que amplia a onda de grandes mobilizações públicas em todas as capitais e cidades de médio porte, tendo como ato de encerramento a reunião de um milhão e meio de pessoas no comício na praça da Sé na cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1984. A campanha 'Diretas Já', que vinha sendo discutida pelos setores oposicionistas no Congresso Nacional e iniciou como movimento de massa com a manifestação em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, convocado pelo Partido dos Trabalhadores, reuniu todos os setores em oposição ao regime militar e que se manifestavam, das mais diferentes maneiras, exigindo a retomada da institucionalidade democrática, com eleições livres e diretas, proposta discutida no Congresso Nacional pela emenda apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB)[14]. Apesar de aprovada a emenda no Congresso, ela não conseguiu o quórum de maioria absoluta, o que não permitiu que o movimento saísse vitorioso. O país viveu a saída da Ditadura Militar com uma 'transição conservadora', como nomeou Florestan Fernandes (1986), com a eleição, via colégio eleitoral, de Tancredo Neves para presidente, um nome liberal de oposição à ditadura, do antigo MDB, que, em função de sua morte, foi imediatamente substituído pelo então vice-presidente, José Sarney, que tinha sido um dos principais líderes políticos civis no campo de apoio aos militares como dirigente do partido Aliança Renovadora Nacional - ARENA, e rompeu ao final da Ditadura para fazer aliança com Tancredo Neves. Sarney assume em 1985. Ele foi fartamente denunciado durante o mandato pela política de compra de votos no Congresso Nacional através das concessões de rádio e TV para parlamentares e seus aliados, o que lhe garantia as condições de

[14] Há leituras divergentes sobre o processo político da campanha das Diretas que oscilam entre uma perspectiva mais institucionalista, com foco na aliança entre partidos, no debate no Congresso Nacional e nas divisões no interior do regime, e visões que são mais apoiadas no alargamento político que teria sido provocado pelo chamado comício do Pacaembu, que iniciou o movimento de massa (RODRIGUES, 2006, p. 386; BERTONCELO, 2009, p. 176; VIEIRA, 2015, p.351; SCHWARCZ, 2015, p. 482; MOTA e LOPES, p. 879-885).

governabilidade. O período foi marcado pelo processo constituinte e as mudanças legislativas decorrentes dos novos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, o que se estende até a década de 1990.

A década de 1980 inicia com a força das mobilizações de rua e o fim do bipartidarismo. A partir daí se organiza a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Oposições Sindicais - Anampos e são realizados os Encontros e Congressos das Classes Trabalhadora ENCLATS e CONCLATs que levam à fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, associada a três greves gerais no país, em 1983, 1986 e 1987, conseguindo fortes paralisações de milhões de trabalhadores, por um dia, contra a recessão e o desemprego. Na oposição partidária, o PT é o partido que consegue amalgamar a expressão política advinda desta onda de mobilização.

Raquel Meneguello (1989) demonstra a caráter de novidade política do Partido dos Trabalhadores. Ela destaca que, em torno do contexto institucional demonstrado, dos avanços e retrocessos políticos que caracterizavam o processo de 'abertura' e em torno do intenso período de articulação e mobilização social, o PT configurou-se como novidade político-institucional quanto à origem, organização e proposta (MENEGUELLO, 1989). Meneguello conclui que

> A novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil: o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna se fundamenta em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela ideia 'integralista' de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal etc.). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989, p.36).

No período de 1985 e 1986, o conjunto de organizações, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda que se forjaram neste processo articulam-se em torno de uma nova campanha. Desta feita a bandeira levantada é por uma assembleia nacional constituinte exclusiva e soberana, com participação popular. Apesar da forte adesão, a campanha obteve vitória apenas parcial: o Congresso Nacional eleito em 1986 tomou poderes constituintes e acatou a participação através de propostas de emendas populares que contassem com 30 mil assinaturas de eleitores.

Todo o campo político articulado nestas ondas de movimentação mobiliza-se em torno das Emendas Populares para Constituinte que versavam sobre direitos sociais para os distintos segmentos envolvidos. Na Constituinte, o chamado bloco popular composto pelos deputados que atuavam a partir do campo de luta pela redemocratização, sai vitorioso no capítulo sobre os direitos sociais e derrotado no capítulo sobre os direitos políticos, mantendo-se, com algumas alterações, o chamado, à época, 'entulho autoritário', ou seja, ficaram alguns dos mecanismos criados pela Ditadura contra as liberdades democráticas no nosso sistema político. A nova Constituição promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, amplia os direitos sociais, mas a articulação do bloco de deputados de centro-direita, que ficou conhecido como Centrão, impede maiores avanços. As mudanças constitucionais, todavia, abrem as possibilidades políticas para novas formas de participação social, reguladas posteriormente, e que geram o que hoje conhecemos como mecanismos de controle social, ou mais especificamente, conselhos e conferências de políticas públicas.

> Os anos 1980, com a endêmica crise econômica, e mais a inflação galopante, tinham propiciado amplos debates e ensejado demandas pela ampliação da noção de cidadania. Considerada uma "década perdida", fora, ao contrário, altamente relevante para o avanço democrático no país, com a irrupção de múltiplos movimentos sociais: trabalhadores, mulheres, negros, índios, camponeses sem terra. Não gratuitamente, os partidos que mantiveram o leme neste período, como o PDS, o PMDB e o PFL, sem falar, em escala menor, no PDT e no PSDB, desgastaram-se, permitindo o fortalecimento de lideranças alternativas (REIS, 2014, p. 110).

O governo Sarney assume no meio da escalada inflacionária com ajustes livres de preços e reajustes semestrais de salários, o que colocava os trabalhadores em desvantagens econômicas e com muita propensão à reivindicações e greves. A solução governamental encontrada foi o Plano Cruzado, com o Estado arbitrando o conflito distributivo e paralisando todos os reajustes a partir de 28 de fevereiro de 1986, combinando esta medida com a troca da moeda nacional, de cruzeiro para cruzado, para simbolizar a troca de regime monetário. A resposta da população foi entusiástica e o governo atingiu altos índices de aprovação, levando ao desencanto aqueles militantes de movimentos sociais e partidos de esquerda que se posicionaram contra o plano. Mas os produtos baratos começaram a sumir das prateleiras, gerando a crise de desabastecimento. Antes que isso ocorresse, o então partido do presidente Sarney, PMDB, já havia eleito a ampla maioria do Congresso Constituinte de 1986. Nos anos seguintes, a inflação foi atacada pelas medidas do Plano Bresser, em 1987; e Plano Verão, em 1989; e o Plano Collor, em 1990, o último em referência ao novo presidente eleito em 1989. Os dois primeiros combinaram congelamento de preços, corte de créditos, elevação de impostos e redução dos gastos públicos, ambos com efeitos muito reduzidos. O plano anti-

inflacionário do presidente Collor de Melo, que assumiu o governo em março de 1990, congelou por dezoito meses todos os ativos financeiros da população, proibindo saques acima de 50 mil cruzados, ou seja, sequestrou a poupança, com o objetivo de impedir que a população fizesse gastos, com a finalidade de cortar a demanda para impor uma baixa dos preços. Isso gerou uma hiper-recessão, situação pior que a hiperinflação (SINGER, 2014). Esta situação econômica, associada às denúncias e corrupção e a não credibilidade do presidente junto aos agentes econômicos e os políticos tradicionais, precipitaram a sua queda em 1992, sendo substituído pelo vice, Itamar Franco. Collor havia sido eleito em 1989, na primeira eleição direta para presidente da República.

Ainda em 1989 o mundo é sacudido pela queda do muro de Berlim que dividia a Alemanha entre oriental e ocidental e simbolizava a guerra fria entre mundo capitalista e mundo socialista. É o começo do fim da bipolarização política que tem seu ponto culminante com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que já vinha flexibilizando sua política interna com a glasnost e sua economia, com a perestroika. É o tempo do debate sobre a crise de paradigmas que se instala na sociedade. Na esquerda ampliam-se os questionamentos ao socialismo instalado a partir das experiências revolucionárias de caráter marxista leninista e também maoístas[15]. Neste mesmo período a revolução nicaraguense, que se organizou sobre bases vinculadas a um pensamento renovador no interior do marxismo e à teologia da libertação também é derrotada pela via eleitoral. Ganha força a crise política no interior das organizações e partidos de esquerda e muitos buscam outras referências teóricas e políticas, ou mesmo, outros modos de vida. O pensamento acadêmico também sofre uma reviravolta a partir da chamada 'crise de paradigmas'. No mundo ganha força as determinações do Consenso de Washington, o consequente crescimento do neoliberalismo o debate sobre ‘fim da história’ e sobre globalização. A liberalização do comércio para além das barreiras nacionais e a destituição do lugar salvaguardado para o Estado-Nação entram na ordem do dia dos debates políticos.

A primeira eleição direta para presidente da República, na sequência da forte onda de mobilização, referida acima, é também um marco na história recente dos movimentos sociais. Em 1989, a campanha do candidato a presidente pelo Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, pela Frente Brasil Popular, que reunia PT, PCdoB e PSB[16], teve um sentido ímpar, congregando várias articulações de movimentos sociais advindo do período da

[15] Referências ao pensamento e liderança política de Karl Marx, Vladimir I. Lenin e Mao Tsé Tung, respectivamente.
[16] PT – Partido dos Trabalhadores, PCdoB – Partido Comunista do Brasil e PSB – Partido Socialista Brasileiro.

democratização. Configurou-se aí, de forma mais contundente, o campo político que ficou conhecido como campo democrático e popular.

Para alguns, este campo político era a união dos partidos no espectro político da esquerda, restrito à Frente Brasil Popular, ou indo um pouco além e incorporando o PDT e setores democráticos do PMDB[17], visão que considero, além de restrita, uma forma de renomear aquela Frente eleitoral para um período mais longo. Para outros, com os quais concordo, este campo era expressão das forças políticas em luta pela democratização e por direitos, o que incluía os diversos movimentos sociais mobilizados no período e também os partidos políticos, pastorais sociais e uma gama de organizações que se expressavam publicamente no mesmo sentido político. Portanto, vejo este campo político não como a soma de suas organizações, ou uma articulação que as congregue, mas como uma expressão política perceptível pela sua ação na história e pela sua capacidade de constituir um quadro de referência amplo em torno da noção de direitos e de participação, e não por uma estrutura organizativa. Doravante farei referência ao 'campo democrático e popular' no sentido amplo de ação do conjunto de movimentos sociais, partidos, pastorais, organizações, setores acadêmicos e pessoas individualmente, vinculados ao processo de redemocratização a partir de um pensamento de esquerda[18] (PALUDO, 2001; VERAS DE OLIVEIRA, 2004 e 2006). E utilizarei o termo campo político dos movimentos sociais quando me referir apenas a eles, sem a amplitude de organizações do campo democrático e popular, porém orientado politicamente neste mesmo sentido.

Os dois candidatos, Lula vinculado a este campo político de movimentos sociais e apresentado pelo PT, até este momento considerado um 'partido dos de baixo', e Collor, apresentado pelas forças políticas conservadoras e que haviam dado sustentação à Ditadura Militar, chegam às vésperas do segundo turno da eleição presidencial praticamente empatados. Diversos fatores geraram a derrota de Lula e a eleição do presidente Fernando Collor de Melo. Apesar de sua trajetória de direita, Collor apareceu na cena pública, às vésperas da campanha eleitoral com um político jovem, a favor dos ditos 'descamisados', comprometido com a luta contra a corrupção e contra os chamados marajás, aqueles funcionários públicos com altos salários e desproporcionais.. A isso se associou o forte preconceito das classes abastadas ao candidato metalúrgico, tido como analfabeto apesar de sua escolarização; a associação do PT ao sequestro do empresário Abílio Diniz, produzida pela mídia; e a insegurança de Lula ao

[17] Partido Democrático Trabalhista e Partido do Movimento Democrático Brasileiro, respectivamente.
[18] Ao longo da tese vou situar, paulatinamente, em que termos este quadro de referência foi sendo gestado e quais os elementos fortes que foram capazes de agregar o campo.

responder, no último debate na televisão, ao questionamento sobre um possível aborto que ele teria solicitado a mãe de sua primeira filha, e a manipulação deste episódio feita pela rede Globo de televisão e apresentada no Jornal Nacional no dia seguinte. Collor assume em 1990 e em 1992 ocorre o seu impedimento (*impeachment*) e assume o vice, Itamar Franco. O presidente eleito por proposição das forças conservadoras não gozava da total confiança dos principais quadros políticos da direita, e, além disso, o grau de corrupção que o seu grupo promoveu fugia ao controle de alguns políticos tradicionais.

No período do governo Sarney e Collor-Itamar, é forte o recurso às greves por parte de categorias de trabalhadores organizados na CUT, nos setores operários como metalúrgicos, químicos e petroleiros, mas também no setor de serviços, em especial bancários, professores e servidores públicos federais. A CUT se impõe como a principal central sindical e os seus movimentos de oposição conquistam as direções da maioria dos sindicatos que geram mobilizações da classe trabalhadora em defesa de direitos e/ou nas campanhas salariais. Eclode também uma forte onda de conflitos agrários calcados em movimentos de resistência de lavradores (posteriormente nomeados como trabalhadores rurais, camponeses e agricultores familiares) para garantir a posse da terra, e também como movimentos de ocupação de terras devolutas, à qual os latifundiários e as forças policiais respondem com confronto policial, perseguição por jagunços contratados e assassinatos seletivos de lideranças.

Organizações de movimentos sociais oriundas dos processos de reivindicações, manifestações e protestos populares do período da redemocratização se consolidaram, isto é, passaram a ter estrutura administrativa e financeira, um conjunto de ativistas profissionalizados, uma direção nacional e/ou local eleita pelos seus participantes, e uma capacidade de interlocução pública razoável. Poderíamos citar, a título de exemplo, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Em alguns casos, a notabilidade pública ocorre através de uma forte organização unitária com realização de ações coletivas e em outros a força está na articulação de diversas organizações em redes, outras ainda na força política de seus argumentos e na forma como mobiliza apoio na sociedade. Além destas estruturas permanentes de movimentos sociais, ocorreram também diversas articulações temporárias que geraram movimentação na sociedade, das quais a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria é um exemplo.

Apesar destas duas formas organizativas, nomeadas como movimentos sociais pelos participantes, é preciso analisá-las a partir de diferentes patamares, considerando as suas especificidades, as articulações e a formação de redes e as ações coletivas desenvolvidas:

Vejamos, como exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento de luta pela terra (ou movimento pela reforma agrária) ou também Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e o movimento por reforma urbana. Os dois primeiros do binômio, o MST e o MNLM, se configuram como estruturas organizativas fortes, com direções políticas e estruturas específicas, que possuem capacidade de proposição e mobilização no enfrentamento de conflitos, dado o grau de centramento, com identidade coletiva demarcando o pertencimento de militantes, e enquadramentos interpretativos conformando não apenas consignas de mobilização, mas projetos políticos próprios. Os dois segundos são formas de interpretação de um campo de luta que comporta referências comuns, se expressa em momentos significativos de mobilização e pode reunir em torno desta identificação distintas formas organizativas e muitas pessoas individualmente. Neste sentido, estes só são visíveis na política quando conseguem impulsionar-se como campo e produzir uma ação comum e/ou quando se organizam num fórum mais amplo, a exemplo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e o Fórum Nacional pela Reforma Urbana ou uma rede de redes, no sentido de Scherer-Warren (2012). Mas, independentemente de tomar este formado organizativo ampliado, o que os configura é a capacidade de produzir ações coletivas direcionadas a uma causa, o que ocorre contingencialmente. Apesar disso, os movimentos como estruturas organizativas próprias continuam existindo de forma permanente dentro desta movimentação maior.

Estas mesmas reflexões são úteis para pensar cada um destes campos de movimentos que atuam em torno de problemáticas específicas e, de forma mais ampla, o campo político dos movimentos sociais como um todo. Ela também pode ser aplicada para vermos cada movimento de mulheres, como uma estrutura organizativa particular, e o conjunto dos movimentos de mulheres, como realidades possíveis de análise a partir do conceito de movimentos sociais.

A abordagem de movimentos sociais com o qual estou trabalhando permite analisar estas situações, vendo-as a partir de suas peculiaridades e de sua interação no contexto político (MELUCCI, 1995, 2001). Melucci utiliza uma abordagem processual de identidade coletiva, derivada da ação que se constroem a partir da relação entre diversos atores, que compartilham uma visão de objetivos, possibilidades e limites e de caminhos para ativar as relações entre si e com os oponentes. Este processo foi capaz de gerar um campo político de movimentos sociais com uma identidade coletiva com grande fluidez, mas que lhe permitia um sentido de unidade, demarcada por um processo de enquadramento em torno de um projeto político comum, ainda que fluído, que foi se configurando ao longo do curso da ação,

e que tinha na capacidade de agir coletivamente a sua força. Ele se confrontou inicialmente com a Ditadura Militar, com os governos federais subsequentes e com aquilo que era nomeado como a classe dominante, em especial empresários e latifundiários.

Também é possível pensar este momento político a partir dos processos de institucionalização discutidos na teoria da mobilização de recursos, mas não vendo as organizações como principal variável explicativa para o processo político, mas uma delas. O debate na sociologia dos movimentos sociais sobre estruturas de oportunidades políticas é útil neste momento para explicar a relação entre o contexto, o sistema político e a configuração do campo dos movimentos sociais. O conceito de estrutura de oportunidade política, definido por McAdam (2006) e Tilly (2006), implica num grau de abertura ou fechamento do sistema político, estabilidade ou instabilidade das elites no interior do estado, presença ou ausência de aliados no interior da elite e capacidade e propensão do Estado para repressão (MCADAM, 2006, p 27; TILLY, 2006, P. 44), não sendo os movimentos apenas uma reação, mas potencialidades da interação.

Estes autores, todavia, não se debruçam sobre as formas organizacionais e as ações institucionalizadas pós ciclos de protesto, elementos que são significativos para o meu objeto de estudo. Nesta linha, quando os movimentos recorrem a ações ou protestos institucionalizados são nomeados como 'movimentos contidos' (TARROW, 2011). Já na teoria da mobilização de recursos, todavia, as organizações são vistas como meios que possibilitam as mobilizações dos movimentos sociais e/ou como canais para fazer política, podendo ser mais ou menos burocratizadas (DOWBOR, 2012), elemento que será necessário recorrer para descrever o processo impulsionado pelos movimentos de mulheres neste período.

No início dos anos 1990 várias movimentações amplas tiveram importância no processo de congregação do campo político dos movimentos sociais que estamos discutindo: o Movimento pela Ética na Política, em 1992, que contribuiu para criar as condições de apoio popular para o *impeachment* do presidente Collor[19]; a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida (1993-1994)[20] foi a base a partir da qual o posterior governo Lula criou o

[19] O movimento pelo impachament de Collor, embora estivesse no âmbito do Congresso Nacional sob coordenação dos partidos políticos, levou as ruas uma multidão de jovens que ficou conhecida como "caras pintadas" (SCHERER-WARREM, 2012).

[20] Articulação iniciada por Betinho (Herberth de Souza), então diretor do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, uma das mais fortes organizações não governamentais criadas por exilados políticos ao fim da Ditadura. A campanha contra a fome, organizada com comitês locais que agregavam pessoas voluntárias de ONGs, movimentos populares e trabalhadores de empresas públicas, buscou politizar a questão da fome e impulsionou uma grande mobilização nacional solidária para o enfrentamento do problema (SANTOS, 2008; GOHN, 1997). Deriva desta iniciativa, o Programa Fome Zero posteriormente criado no inicio do governo Lula.

Programa Fome Zero, entre outras. O ciclo social de Conferências na Organização das Nações Unidas – ONU, também agregou diversos movimentos sociais para ações institucionalizadas nesta década, a exemplo da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, chamada Eco 92, realizada no Rio de Janeiro.

Com estas informações quero salientar que o campo político dos movimentos sociais adotou diversas estratégias, mobilizando para isso diferentes tipos de recursos e utilizando diferentes repertórios de ação, estando em alguns momentos em estado de maior congregação, portanto com maior grau de centramento e capacidade de ação, e em outros adotando uma face mais dispersa, de acordo com os contextos e as estratégias adotadas pelos diferentes sujeitos que o compõe.

Os centros de educação popular e entidades de assessoria tiveram forte influência na articulação dos movimentos populares na década de 1980. Essas entidades criam, em 1991, uma associação própria, a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e se definem não mais como entidades de assessoria, mas como um ator com voz própria no espaço político (DOIMO, 1995; VIEIRA, 2001). No caso das organizações feministas e das organizações de mulheres negras, a situação era um pouco diferenciada, pois, embora as entidades tenham passado a ser nomeadas ONGs, elas se declaravam, como o fazem ainda hoje, como parte do movimento feminista e dos movimentos de mulheres e não apenas como assessoria a eles. Naquele período existiam, em alguns estados da federação, fóruns estaduais de mulheres, que congregavam a maior parte das entidades e núcleos acadêmicos, feministas com atuação partidária e sindical e grupos de mulheres dos bairros de periferia nas grandes cidades, muitos dos quais organizados a partir de trabalhos realizados por feministas, mas não todos.

Estas entidades feministas vivem um processo crescente de fortalecimento institucional, mantendo escritórios organizados e pessoas profissionalizadas, buscando financiar suas ações com o apoio de projetos de agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Com isso, muitas se notabilizaram como centros produtoras de conhecimento e outras como realizadoras de experiência exemplares que viriam a alimentar a elaboração de políticas públicas especializadas. Algumas mantiveram a ação nas periferias e/ou categorias de trabalhadores no campo e na cidade, no entanto, nem todas vinculadas a processos organizativos e impulsionadores de movimentos e lutas sociais. Nesta década o trabalho de grande parte das ONGs volta-se também muito fortemente para o chamado ‘trabalho social’.

Entendo por trabalho social a ação desenvolvida por grupos com caráter profissional,

sejam de ONGs, assessorias eclesiais ou extensionismo universitário, que realizam processos educativos com grupos populacionais de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, seja para favorecer a sua saída de um ciclo de violência e/ou vulnerabilização ou fortalecê-los na busca de autonomia econômica e social. Estes processos de trabalho social geralmente são feitos associando ação educativa e/ou de assistência social a elementos artístico-culturais e ou de produção autônoma[21].

Este tipo de trabalho pode ocorrer em paralelo com processos de organização e luta dos movimentos sociais populares, porém na década de 1990 e 2000, há registros de um certo distanciamento desta perspectiva por parte de várias entidades. Ao que tudo indica, isso se deveu a mudanças nas políticas das agências de cooperação, mas também podemos associar à crise de paradigmas de transformação social pós crise do socialismo real, às mudanças de referências teóricas nas assessorias e/ou a perda de referências utópicas entre a militância de esquerda, mas isso é objeto para outra investigação.

Não se pode esquecer o crescimento do neoliberalismo, não apenas como política econômica, mas especialmente como força cultural. Como política econômica ele dirigiu a influência dos Estados sobre as agências de cooperação para o desenvolvimento que financiam o trabalho de ONGs e também de entidades de movimentos sociais. Do ponto de vista cultural impõe modos de vida individualistas que vão na contramão aos processos de sociabilidade mais coletivistas como os vivenciados na luta contra a Ditadura Militar. A força articuladora do campo político dos movimentos sociais começa a ser questionada, alguns falam de crise do campo do Movimento Popular no início da década (DOIMO, 1995), outros registram uma crise geral dos movimentos sociais, que teriam perdido sua força de mobilização.

Ilse Scherer-Warrem, em reflexão sobre este processo, afirma que os movimentos passam a buscar resultados concretos e imediatos

> Para muitos de nossos entrevistados, os movimentos de massa, de manifestação de rua, típicos do período de abertura política pós-ditadura, estão dando lugar a uma atuação cidadã mais efetiva em torno da implementação de políticas públicas adequadas a sua comunidade, ao seu segmento identitário ou a sua cidade (SCHERER-WARREM, 1999, p. 73).

Esta forma de analisar, e também de fazer movimento, gerou uma nova fase de movimentos sociais no Brasil, que abordarei no próximo capítulo. Por enquanto, sigo com o

[21] Devo esta ideia a um profícuo debate travado com Silvia Camurça sobre a diferença entre trabalho social e luta social, o qual não foi registrado por escrito, ainda.

histórico sobre os movimentos de mulheres no período, procurando entendê-los dentro do campo político dos movimentos sociais e discutir como se configurou neste período a relação entre o movimento feminista e as mulheres de classes populares.

2.2. Movimentos de mulheres e movimentos feministas: dos grupos de reflexão ao planeta fêmea

O período, da abertura política ao início da década de 1980, marcado pela eclosão de várias mobilizações e que pode ser entendido como um ciclo de protesto contra a Ditadura, vê surgir também, como parte deste campo, as organizações e manifestações específicas de mulheres, dentre as quais os coletivos feministas. Numa primeira fase surgem grupos bastante diversificados e durante o processo de redemocratização eles vão se agregando e formando articulações movimentalistas regionais e nacionais. Nesta parte vou trazer informações sobre os processos organizativos e de ações coletivas públicas que ocorreram neste período, buscando explicitar como foi se conformando, neste contexto histórico, as organizações identificadas como movimentos feministas, movimentos de mulheres negras e movimentos de mulheres sindicalistas, ambos em diálogo com o recorte de raça e classe. Trarei também, sempre que o material bibliográfico me permitir, elementos sobre a nascente relação entre movimento feminista e mulheres de classes populares.

Vários grupos de mulheres de classes populares envolveram-se na luta pela redemocratização e por melhores condições de vida. Notabilizaram-se especialmente os grupos de saúde da zona leste de São Paulo, os comitês do movimento do custo de vida, majoritariamente femininos, os clubes de mães e a participação das mulheres nas comunidades eclesiais de base. O estudo de Eder Sader (1988), sobre os movimentos sociais à época, é uma demonstração desta relevância. A presença feminina também foi marcante na resistência à ditadura nas ações de organizações de esquerda. Como consequência, muitas foram presas políticas, torturadas e exiladas pelo regime (COSTA, 1980) e também muitas se tornaram militantes nos processos articulatórios a partir dos clubes de mães e grupos de saúde (SOUZA-LOBO, 1991).

Há também registros da existência de grupos feministas de autorreflexão no Rio de Janeiro e em São Paulo[22], no início dos anos 1970, com distintas orientações políticas.

[22] Segundo Albertina Costa (1990) o grupo de São Paulo chamou atenção pela sua duração, pela sua capacidade de resistir ao desgaste, enquanto vários outros grupos desta natureza de que se têm notícia no período de formam e desagregam meteoricamente. As mulheres que o integravam vão se encontrar quinzenalmente durante três anos,

Algumas feministas foram influenciadas pelo feminismo norte americano, em razão de estudos naquele país, outras pelo feminismo europeu, mais fortemente francês, motivadas pela participação no movimento neste país durante exílio político (PINTO, 2003).

O Movimento Feminino pela Anistia teve uma expressão forte de atuação na década de 1970, e há polêmicas sobre sua articulação ou não com o movimento feminista na luta contra a Ditadura Militar. As alusões sobre este movimento ser ou não feminista são contraditórias, mas ele esteve envolvido na organização da primeira comemoração pós golpe militar do 08 de março em 1976, com grupos feministas, e também assinou conjuntamente manifesto de solidariedade às presas políticas em greve de fome, o que indica que guardava, pelo menos, uma proximidade tácita (PINTO, 2003).

Não localizei registros relevantes da participação do movimento feminista e dos movimentos de mulheres, organizados enquanto tais, na campanha por eleições diretas para presidentes da República, chamada Diretas Já, em 1983 e 1984, nem tampouco na movimentação em prol da Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, que foi articulada na frente ampla, que adotou nomes diferentes, porém similares, nos vários Estados, mas que ficou mais conhecida como Plenário Pró-participação Popular na Constituinte. A exceção do Movimento de Mulheres pelas Diretas Já, que parece ter congregado mulheres do PMDB (PINTO, 2003) e uma manifestação com cerca de 6 mil mulheres em frente ao Congresso Nacional com a presença de artistas, escritoras e feministas ligadas ao PMDB e ao PT (RODRIGUES, 2003, p. 88). Isso não significa que não possa ter havido engajamento de feministas e/ou de grupos de mulheres em cada localidade, sem que isso signifique uma articulação nacional.

A abertura política favoreceu o retorno não apenas de quem sofreu exílio, mas também de quem se auto exilou ou simplesmente saiu para estudar em outros países e, nesta oportunidade, teve contato com ideias feministas. No final da década de 1970, com a conquista da Anistia em 1979, retornam do exílio muitas mulheres que haviam se envolvido com o feminismo na Europa, a exemplo das que compuseram o Círculo de Mulheres em Paris.

> O contexto francês dos anos 1970, de grande efervescência feminista, foi particularmente favorável à formação de diferentes coletivos compostos por mulheres estrangeiras, exiladas, etc. Entre os grupos em cuja composição havia mulheres brasileiras, o Grupo Latino-Americano e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris se destacaram pela duração, pelo alcance e pela produção. Concernidas tanto pelos contextos de origem como pelo do

---

mantendo um núcleo central de presença relativamente estável. “Chama também a atenção, porque apesar da solidez e continuidade de sua presença, sua existência costuma ser omitida nos relatos histórico do feminismo paulista” (COSTA, 1990).

> país que as acolheu, essas mulheres, com suas experiências particulares, são parte dessa grande efervescência feminista que marcou época. Partindo de problemas colocados por sua vivência enquanto mulheres latino-americanas na Europa e da impossibilidade de separar seus diversos "pertencimentos", elas procuraram tematizar a articulação de múltiplas formas de dominação e elaborar estratégias de lutas e alianças que pudessem fazer face a essa realidade complexa. Suas histórias as inscrevem tanto na história do feminismo no Brasil e na América Latina como também do feminismo francês. (...) O perfil das mulheres que militaram no Círculo (...) havia (,,,) diversas mulheres com histórico de militância político-partidária no Brasil, embora, ao que tudo indica, não constituíssem a maioria do grupo. Mas (...) todas mantiveram algum tipo de relação com organizações políticas na França, mesmo aquelas que não tiveram militância partidária no Brasil (BRITO, 2010, p. 20).

Em 1975, declarado ano internacional da mulher pela ONU, realiza-se, no Brasil, um seminário na Associação Brasileira de Imprensa – ABI, que é tido como um marco fundacional do movimento feminista no Brasil, de acordo com sua 'história oficial', como alerta Joana Pedro (2006). A partir desse evento, ampliam-se os grupos feministas em todo país. Muitos são grupos de estudos e de reflexão, organizados nos moldes dos grupos de conscientização surgidos no exterior. Outros são grupos de reflexão e ação, entre os quais o princípio da autonomia vai ser um dos pontos mais polêmicos no enfrentamento com outros grupos políticos, em particular com as organizações de esquerda. Esse movimento feminista autônomo se organiza alinhado ideologicamente à esquerda quanto às propostas de mudanças na sociedade, mas a divergência é profunda no que tange à condução das lutas das mulheres. Firmes no princípio da autonomia do movimento, as feministas não aceitam a tutela dessas organizações (COSTA, 1990).

> Sustentando a tese de que a opressão da mulher não é um simples efeito da economia, nem algo que seria naturalmente resolvido em uma fase posterior ao processo de mudança social, como apregoavam as feministas socialistas, recusam-se a relegar a luta da mulher a um segundo plano e vê-la diluída e pulverizada nas chamadas lutas gerais. Este será em período de acirrados debates dentro do movimento entre as correntes autônomas e as várias correntes partidárias, levando a diversos rachas e dissidências e ao surgimento de novos grupos (COSTA, 1990, p. 4).

Para Betânia Ávila e Dulcinéa Xavier, a preocupação original do feminismo foi a própria mulher (nós mesmas) enquanto sujeitos da ação. "Foi trabalhando as vivências individuais e sociais das mulheres que chegamos aos temas centrais. Não definimos a priori a importância de se levantar reivindicações" (1990, p.205).

Os grupos feministas deste período eram majoritariamente compostos por mulheres profissionais autônomas, algumas com inserção nas universidades, o que levou a articulação destes grupos a partir de espaços universitários, a exemplo da SBPC – Sociedade Brasileira

para o Progresso da Ciência e seminários ou congressos acadêmicos. Neste período, a Reunião Anual da SBPC configurava-se com um espaço forte de resistência à Ditadura Militar, que extrapolava a perspectiva acadêmica. Posteriormente as feministas passam a organizar encontros independentes das reuniões anuais da SBPC ou de outra entidade, sob a responsabilidade organizativa dos vários grupos feministas da cidade que sediaria o evento. Assim os encontros feministas, no espaço das reuniões anuais da SBPC, ocorreram de 1975 a 1985, daí seguiram sendo organizados como Encontros Nacionais Feministas e foram concomitantes à participação das feministas brasileiras nos Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe.

Na passagem de década, 1970 a 1980, foram criadas algumas organizações feministas, como registra Margareth Rago, as quais tinham relação com os movimentos sociais e com as organizações políticas de esquerda

> Na segunda metade da década de setenta e inícios de oitenta, nasceram inúmeros grupos feministas, mais ou menos próximos do campo marxista e dos grupos políticos de esquerda, ao mesmo tempo que abertos para os novos horizontes teóricos e políticos que se abriam no país, sobretudo com os "novos" movimentos sociais. Assim como outros grupos denominados de "minorias", as feministas buscavam criar uma linguagem própria, capaz de orientar seus rumos na construção da identidade das mulheres como novos atores políticos. Desta experiência, surgiram inúmeras associações feministas no país, como o Centro Brasileiro da Mulher, no Rio de Janeiro, a Associação de Mulheres, de São Paulo, futuramente denominada "Sexualidade e Política", o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, o Coletivo Feminista de Campinas, SOS Violência de São Paulo, o SOS Campinas, o SOS Corpo, no Recife, o Maria Mulher, em João Pessoa, o Brasília Mulher, o Brasil Mulher, o Grupo "Sexo Finalmente Explícito", o Centro de Informação da Mulher – CIM, de São Paulo, entre outros (RAGO, 2003, p. 5).

No Nordeste os primeiros grupos feministas se organizam em Recife, Ação Mulher, e em João Pessoa, Maria Mulher. Realizam, em articulação com outros grupos, quatro Encontros Feministas do Nordeste, sendo o primeiro em 1980. Do Ação Mulher emergem as primeiras organizações político-profissionais feministas, o SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher[23] e a Casa da Mulher do Nordeste, ambas sediadas no Recife. Do Maria Mulher surge o Cunhã Coletivo Feminista. Estes coletivos, além de atuarem politicamente como parte do movimento feminista, se voltam para a pesquisa e educação popular com mulheres nos bairros de periferia e na zona rural, em especial nas áreas de sexualidade, saúde e trabalho. Ambas continuam em atividade.

Betânia Ávila, uma das fundadoras do SOS Corpo, fala sobre o sentido político de

[23] Hoje chamado SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

uma das pesquisas realizada neste período e da atuação propositiva desta entidade em políticas públicas voltadas para todas as mulheres. Esta citação se faz necessário por demonstrar uma forma de atuação de entidades deste tipo à época.

> Quando nós iniciamos a pesquisa no SOS Corpo, em 1881, nosso primeiro problema foi a esterilização de mulheres. Naquele momento estávamos enfrentando um debate acirrado com o poder médico e com os organismos internacionais sobre o controle da natalidade. As políticas de controle de natalidade naquele momento, 70/80, eram profundamente combatidas pelo movimento feminista, pois realizadas sem qualquer princípio ético e qualidade causavam danos profundos a saúde das mulheres, violavam o princípio da autonomia reprodutiva, e além disso, partiam de uma concepção de desenvolvimento na qual a eliminação da pobreza se dava pela eliminação da capacidade das pessoas pobres se reproduzirem. A realização dessa primeira pesquisa respondia a necessidade de produção de conhecimento para legitimar um campo de luta. Sabíamos através dos grupos de reflexão com as mulheres das comunidades pobres dos problemas que envolviam essa questão, mas precisamos de um conhecimento produzido nos marcos de uma pesquisa que pudesse validar o discurso político. Aqui quero fazer uma diferenciação clara, entre os objetivos da pesquisa, e o uso que será feito dos resultados da pesquisa. A demanda vem do campo político, mas isso não determina o método ou o rigor da pesquisa, nem pressupõe a leitura dos resultados. (...) (discutimos) dimensões materiais e objetivas e elementos subjetivos e afetivos nas decisões sobre contracepção, o que veio a mostrar o imbricado das relações de gênero, classe e raça no Brasil em torno da prática da contracepção. A produção de uma análise sociológica sobre a contracepção, foi um instrumento importante para o movimento feminista se contrapor ao discurso médico da época, naturalizador das desigualdades entre mulheres e homens no campo da reprodução e que se constituía em um elemento importante de sustentação das estratégias da biopolítica para as mulheres pobres dos países do Sul (ÁVILA, s/d, p.4).

Paralelamente há registros da organização de grupos de mulheres negras, em São Paulo, em 1983, onde mais tarde também iriam se formar organizações político-profissionais. Segundo Sueli Carneiro

> Em 1983 surge, em São Paulo, o Coletivo de Mulheres Negras (...). O Coletivo se organiza em virtude da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, no qual não havia representação de mulheres negras no rol das conselheiras empossadas. Da denúncia empreendida primeiramente pela então radialista negra Marta Arruda e pela ação enérgica do Coletivo de Mulheres Negras, serão incluídas neste Conselho, as representantes das mulheres negras indicadas pelo Coletivo (CARNEIRO, 2004, p.25).

Anteriormente, algumas feministas já vinham incidindo na constituição de conselhos da condição feminina nos Estados nos quais a oposição – PMDB - havia vencido as eleições. Em São Paulo, a partir de 1982, por influência das feministas do PMDB, o primeiro Conselho foi criado, porém sua composição foi majoritariamente deste partido (PINTO, 2003). Lembrando que, com o fim do bipartidarismo em 1979, muitas feministas dividiram-se entre

vários partidos no campo da oposição, sendo mais fortes o PT e o PMDB, com suas várias organizações de esquerda internas, mas em alguns lugares foram também para o PDT. Com esta informação quero salientar que muitos debates da época, que às vezes podem parecer visões diferentes internas sobre as estratégias do movimento, podem ser também influenciadas pelos fóruns partidários.

> O Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) tinha um caráter consultivo e propositivo, não possuía orçamento próprio e era composto por mulheres do partido vencedor. Desde sua criação enfrentou uma forte oposição de feministas ligadas ao PT e de grupos de mulheres das camadas populares que lutavam, entre outras coisas, por creches (PINTO, 2003, p. 70).

Segundo Ana Alice Costa e Cecilia Sardenberg, em 1985, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga (SP), com a participação de mais de mil mulheres de diversos estados e países, será um fator determinante na nova forma de organização dos Encontros Nacionais Feministas, que deixam então de ser eventos restritos aos membros de grupos autônomos e passam a incorporar grande número de mulheres participantes de outros movimentos sociais. Elas afirmam que essa incorporação é resultante do trabalho constante de conscientização acerca da especificidade da condição feminina junto aos setores populares; da abertura para o feminismo de setores até então refratários, como os partidos, sindicatos etc., da popularização das reivindicações e das lutas feministas através dos meios de comunicação; e da legitimação e institucionalização do feminismo, com a criação de órgãos especiais de assessoria e atuação junto ao Estado, como os Conselhos (COSTA e SARDENBERG, 1990). Mas, há controvérsias.

Matilde Ribeiro narra um episódio que também pode ter sido relevante para esta ampliação dos Encontros Feministas. Embora haja registro da presença de mulheres negras em vários encontros e manifestações feministas anteriores, este episódio, ocorrido no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, é geralmente citado como um momento em que as mulheres negras confrontaram o feminismo existente no período e garantem a sua participação no movimento.

> Houve o episódio da chegada de um ônibus vindo do Rio de Janeiro com mulheres negras de movimentos de bairro (favelas e periferia) e demais setores como partidos políticos as quais não haviam feito inscrição no Encontro e alegavam não ter dinheiro para fazê-la. Estas alegavam ainda ter vindo para ficar; Instalou se uma longa discussão entre o grupo organizador (composto em sua maioria de mulheres brancas) e as negras (as que estavam no ônibus e outras que envolveram se no problema). Os conflitos estabelecidos configuraram se pelas diferenças raciais, mas também pelas questões sociais (RIBEIRO, 1995, p. 447).

O episódio de Bertioga também é citado no estudo de Claudia Pons Cardoso sobre o

movimento de mulheres negras brasileiro, destacando três questões: "a capacidade de mobilização das mulheres pobres e negras; a divergência com o movimento feminista branco e classe média na definição da agenda política; e o distanciamento do feminismo hegemônico com mulheres pobres, trabalhadoras e negras, ou seja, da discussão de raça e classe" (CARDOSO, 2012, p. 190). Como se observa, as mulheres eram também de classes populares (pobres), o que pode parecer óbvio em função da imbricação de classe e raça na realidade brasileira, que faz com que a maioria das mulheres negras vivam em situação de pobreza, porém convêm salientar que o mesmo episódio pode ser utilizado para fortalecer a análise da presença negra ou popular, ou ambas, conforme o interesse político.

Num artigo coletivo de Sonia Alvarez e outras autoras, afirma-se que "os movimentos feministas da segunda onda na América Latina e no Caribe sempre viram as mulheres pobres e da classe trabalhadora como um alvo ou clientela-chave" (ALVAREZ *et al*., 2003, p. 541), e no mesmo artigo atenta-se para uma nova composição:

> Os anos 1980, marcados por uma opressão estatal brutal e um empobrecimento crescente, apresentaram novas oportunidades e desafios para a criação de um movimento feminista de bases mais amplas, à medida que milhares de mulheres começaram a se mobilizar politicamente – mesmo que não necessariamente como feministas – como resposta a crises econômicas, à repressão política e às violações dos direitos humanos. Em contraste à face branca/mestiça e de classe média do feminismo nos seus primeiros tempos, o movimento de mulheres dos anos 1980 floresceu com uma composição predominante de mulheres pobres, trabalhadoras, e/ou negras e indígenas (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 547).

O estudo de Claudia Pons Cardoso (2012) demonstra as tensões ocorridas entre as mulheres neste episódio que, a meu juízo, dizem respeito à raça e classe social, sendo impossível sem um trabalho historiográfico saber quais destes elementos derivados das relações sociais podem ser vistos como mais relevantes politicamente naquele momento, e isto, talvez, não seja necessário. Como a autora acredito que essas tensões desnudaram para o movimento feminista as diferenças entre as mulheres, marcadas pelas desigualdades raciais e de classe. Cardoso salienta que existem falas discordantes sobre os acontecimentos. Por exemplo, o artigo "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos (ALVAREZ et al 2003) contribui com dados elucidativos ao informar que várias bolsas tinham sido asseguradas pelas organizadoras brasileiras para contemplar mulheres de classes populares e que "muitas participantes suspeitaram que o incidente do ônibus foi orquestrado por partidos políticos em uma tentativa de desacreditar o feminismo" (ALVAREZ et al., 2003, p. 548).

Não tenho como formar uma visão própria sobre todos os aspectos que marcam este episódio, mas tudo indica que ele influenciou para a abertura do movimento feminista à

questão racial e também contribuiu para a organização autônoma do movimento de mulheres negras. Segundo Costa e Sardenberg, ele teria levado a uma redefinição dos Encontros Nacionais. O primeiro a acontecer nesse novo modelo, foi o IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em 1987, em Garanhus-PE, organizado por feministas de Pernambuco. Estiveram presentes "cerca de mil mulheres, sendo 70% dos setores populares e 20% de 'feministas históricas', segundo o Relatório do Encontro" (SOARES, 1994, p. 29). O Grupo de Mulheres do Morro da Conceição, que congregava mulheres de um bairro de periferia de Recife, participou da coordenação do Encontro de Garanhus.

Neste período mulheres negras passam a construir organizações e propostas próprias a partir da perspectiva teórica do feminismo negro, que posteriormente seria também objeto de questionamento, por feministas negras lésbicas. Em 1988, realizam o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, Estado do Rio, antecedidos de encontros estaduais. Várias organizações feministas constroem a orientação antirracista a partir de sua atuação no processo articulatório para participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa, realizada em Durban em 2001, liderado pela então nascente Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, fundada em 2000, como veremos no capítulo seguinte.

Este período registra também o crescimento do feminismo nas Universidades, mais precisamente nas áreas humanas e sociais, com o surgimento de vários grupos e núcleos de pesquisa sobre a mulher e posteriormente núcleos de estudos de gênero. Segundo Celi Pinto teriam chegado a 40 núcleos na década de 1990 (PINTO, 2003, p. 88). Esta presença na academia já existia na década de 1970. Albertina Costa registra um momento emblemático da configuração do feminismo no meio acadêmico, que demonstra as diferentes tradições que o informam, por um lado uma metodologia mais próxima da pedagogia popular dos movimentos sociais e, por outro lado, uma forma mais nitidamente consolidada no universo acadêmico.

> Em 1975, na SBPC realizada em Belo Horizonte, foram organizadas duas mesas sobre o tema mulher, no mesmo dia. Parece que houve uma tentativa de juntar as duas, foi malsucedida, na verdade, as duas sessões eram pensadas e transcorreram de modo muito diferente, embora à primeira vista, a composição das duas se assemelhasse muito; professoras universitárias de igual posição e idade, que circulavam por ambientes próximos. No entanto, as diferenças de forma expressavam diferenças de conteúdo. De manhã, não houve *papers*, as cadeiras estavam arrumadas em círculo, apagou-se a disposição física que acentua a diferença entre expositor e ouvinte (o que aliás viria a se tornar razoavelmente rotineiro em ambiente acadêmico), num gesto audacioso e de desafio. A tarde havia textos bem datilografados, distribuídos com antecedência, relativos a pesquisas em andamento, tendo a

> mulher como objeto, *papers* que constatavam e denunciavam, com provas empíricas, a discriminação a que estava sujeita. Havia palco e plateia. A reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas. As da manhã quiseram desafiar o estilo acadêmico convencional, inquietar. "Fiquei chocada, era muito doméstico, pareciam mulheres em casa conversando", relata uma professora de psicologia que assistiu ao evento. As da tarde procuraram provar, segundo todas as regras, a importância de sua questão, reafirmando sua identidade de especialistas competentes. Na abertura da manhã, houve, segundo Maria Malta Campos – que pôde falar porque tinha fidelidades nos dois campos – uma alusão clara à distância que separava os grupos, qualquer coisa do gênero, estamos reunidas mulheres profissionais que refletimos sobre nossa condição de mulher e queremos compartilhar de nossas reflexões, mas não fazemos do assunto, profissão. Embutida nesta maneira de apresentar está uma concepção de separação de espaços, o da ciência e o da política... (COSTA, 1990, p. 5).

Esta citação informa o processo de crescimento do feminismo no espaço acadêmico em sua relação com as caraterísticas que havia adotado nos espaços em que se configura como movimento social, marcado pelas experiências de grupos de reflexão, com reuniões em círculo e grande informalidade, e pelas experiências de educação popular comum aos movimentos sociais no período, construídas também a partir de processos pedagógicos que primavam pela participação.

O movimento feminista neste período tem como marca a publicação dos jornais Nós Mulheres (1976-1978), Brasil Mulher (1975-1980) e Mulherio (1981-1988). Os jornais eram publicados por grupos feministas, alguns dos quais tinham forte atuação junto a grupos de mulheres de classes populares, o que fazia destas publicações espaço para difusão do feminismo e também das lutas populares nas periferias das grandes cidades e de ações das mulheres em outros movimentos sociais, notadamente do movimento sindical (TELES, 1993, p. 91).

Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013) demonstram como as ideias feministas e as questões das mulheres das classes populares e das trabalhadoras fabris estavam imbricadas neste período, o que, aliás, fica patente com a visualização das capas de várias edições dos jornais apresentadas neste livro.

> O Brasil Mulher e o Nós Mulheres tiveram um papel importante na divulgação e construção de uma nova forma de pensar e viver práticas feministas na sociedade brasileira. As feministas, jornalistas militantes, se emprenharam no registro e divulgação de proposições políticas questionadoras e críticas dos papéis impostos às mulheres, em geral, mas particularmente às da classe trabalhadora e da periferia das grandes metrópoles. Trouxeram informações que colaboraram para a discussão e a reflexão sobre o cotidiano dessas mulheres e sua subordinação aos homens no espaço da casa, do trabalho e da política, introduzindo na cena pública (na sociedade, nos movimentos populares e nos partidos de esquerda), questões do mundo privado e da

> igualdade de direitos como prioridades para as transformações sociais no rumo da igualdade e da justiça (TELES e LEITE, 2013, p. 277).

Segundo as autoras, uma diferença significativa entre as equipes dos dois jornais era a posição deles sobre questão da autonomia e da dupla militância no movimento feminista e em organizações partidárias. O Brasil Mulher priorizava a discussão por direitos iguais entre homens e mulheres, defendia a autonomia do movimento, mas sem deixar de acreditar na articulação das ações feministas a um projeto partidário anticapitalista. O Nós Mulheres surgiu um ano após o Brasil Mulher, afirmando-se como um veículo da imprensa alternativa, defendia um feminismo que priorizava a diferença entre homens e mulheres, autônomo e independente dos partidos políticos. Maria Lygia Quartim de Moraes afirma que o Nós Mulheres teria conseguido desenvolver um estilo original de pensamento feminista "respondendo de forma dialética às permanentes acusações que os setores conservadores da esquerda fazem (...) de que o feminismo vai dividir à luta dos trabalhadores" (MORAES, 1990, p.79).

Independente dos vínculos partidários ou não das feministas que produziam os jornais, ambos trabalharam para dar voz às lutas dos movimentos populares de mulheres (como água, esgoto, creches, iluminação urbana etc.) ou que contavam com presença massiva de mulheres e também impulsionaram o debate sobre dupla jornada de trabalho, salário igual para trabalho igual, defesa da socialização do trabalho doméstico etc. Como observam Amelinha Teles e Rosalina Leite, havia "... de forma mais tímida, porém presente nos jornais e nas pautas das reuniões, a abordagem de temas como a sexualidade, a violência doméstica, o aborto e o divórcio" (TELES e LEITE, 2013, p. 280).

As equipes destes jornais tiveram presença marcante na organização dos Congressos da Mulher Paulista. O I Congresso, realizado em 1979, reuniu 900 mulheres "entre feministas, trabalhadoras e moradoras de periferia" e nele se discutiram reivindicações como creches, equiparação salarial, direitos da mulher optar por ter ou não filhos e críticas ao programa de prevenção da gravidez de alto risco e pelo direito ao acesso à métodos contraceptivos com segurança e assistência à saúde (TELES e LEITE, 2013, p. 283). O II Congresso, em 1980, reuniu 4 mil mulheres, entre donas de casa, operárias, funcionárias públicas, bancárias, empregadas domésticas, professoras e estudantes, e também aprovou uma pauta ampla que incluía direitos das trabalhadoras, reivindicações das mulheres de periferia e lutas feministas (TELES e LEITE, 2013, p. 283).

Tem início, na década de 1980, mas se desenvolve mais fortemente na década de 1990, a constituição de organizações de trabalho político profissional que se intitulavam entidades

ou centros feministas[24] e/ou organizações de mulheres negras, algumas se identificando como feministas negras, outras não[25]. Estas organizações, assim como as outras entidades do período, concorreram com projetos de financiamentos junto a agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, o que lhes permitiu, umas mais outras menos, a sobrevivência como grupos político-profissionais remunerados.

Algumas destas organizações tinham serviços de acolhimento de mulheres, notadamente de classes populares, mas não apenas, que haviam sofrido violência doméstica ou precisam aconselhar-se sobre situações de aborto. Muitas trabalhavam assessorando grupos populares de mulheres, seja no debate sobre temas feministas, seja nas lutas que elas realizam por melhores condições de vida nos seus bairros (TELES, 1993; PINTO, 2003). Entre estas organizações havia divergências quanto ao caráter dos trabalhos realizados nos bairros periféricos e pequenas cidades ou zonas rurais. Isto é, de serem ou não substitutivos às políticas que deveriam ser exigidas do Estado para efetivação de direitos, debate que perdura até hoje.

O movimento feminista teve uma forte atuação especialmente na área de violência e saúde, da qual resultaram, como mecanismos de políticas públicas, a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984 e a criação das Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento à Mulher Vítima de Violência (DEAMs) –, sendo instituída a primeira em São Paulo, em 1985. Ambas conquistas das movimentações articuladas pelos grupos feministas e outros grupos de mulheres (MACHADO, 2010; FERREIRA, 2006).

Neste período as ações de saúde dos grupos feministas voltam-se, então, para o reconhecimento e a valorização do corpo feminino. A desmistificação das "doenças de

[24] Criação de entidades feministas: A SOF – Serviço de Orientação Familiar em SP (hoje chamado Sempre Viva Organização Feminista) já existia desde 1963; SOS Mulher. 1980, em SP; SOS Corpo Grupo de Saúde da Mulher (hoje chamado SOS Corpo; Instituto feminista para a Democracia), 1981; Recife; Grupo de Mulheres da Ilha, 1981, São Luís; Casa da Mulher do Nordeste, 1981, Recife; Centro das Mulheres do Cabo, 1984, Cabo de Santo Agostinho, PE; CFEMEA, 1989, Brasília; REDEH, 1990, RJ; THEMIS, 1993, no RS; Instituto Patrícia Galvão, 2001, SP; Coletivo Leila Diniz, 2002, Natal – RN; Instituto Equit, 2003, RJ; entre outras.

[25]Coletivo de Mulheres Negras em SP, 1983; Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, 1983, RJ; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada, 1986, Santos-SP; Grupo de Mulheres Negras Mãe Andrezza, 1986, Maranhão; Geledés Instituto da Mulher Negra, 1988, SP; Coletivo/Casa de Mulheres Negras Laudelina de Campos, 1989, Campinas SP; Maria Mulher, 1987, RS. Na década de 1990 organizam-se: Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, 1991; Criola, 1992, no RJ; Grupo de Mulheres Aloiye Yalodê, 1995, Salvador-BA; Casa da Mulher Catarina, SC; Instituto AMMA Psique e Negritude, 1995; Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 1997; IMENA Instituto das Mulheres Negras do Amapá, 1999; Grupo de Mulheres Negras Malunga, 1999, GO; Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia do Piauí, 2000; Felipa de Sousa, 2001, RJ; Uiala Mukuaji Sociedade das Mulheres Negras, 2003, em Recife; Akoni, 2004, Maranhão; Rede de Mulheres Negras do Paraná, em 2006 (CARDOSO, 2012).

mulher", a oferta de serviços ginecológicos e a recomendação de tratamentos alternativos, fora daqueles prescritos pela medicina e anteriormente do conhecimento das próprias mulheres, como a medicina natural, são estratégias adotadas pelos grupos em contraposição às práticas médicas.

> Os grupos feministas no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980, no Brasil, baseadas nas experiências de grupos norte-americanos como os do *Boston Colective*, desenvolvem entre suas práticas grupos voltados para o autoconhecimento do corpo, nos quais as mulheres em conjunto, munidas de espelhinhos e espéculos, desvendam sua anatomia, suas genitálias, seu útero, desconstruindo, na experiência, concepções como a de intocabilidade, da sujeira e da morbidez arraigadas no senso comum. As concepções sobre o ciclo menstrual e as doenças dos órgãos reprodutivos e sexuais são desvendadas, bem como são discutidos temas até então velados na experiência cotidiana das mulheres, como o prazer (FERREIRA, 2006, p. 88).

Paralelamente, desenvolvia-se no âmbito dos grupos populares de mulheres um trabalho de organização para reivindicar melhor atendimento ou mesmo a implantação de serviços de saúde e a socialização de formas alternativas de tratamento e/ou medicina popular[26]. O trabalho nos grupos de autoconsciência e autoexame, até então frequentados por mulheres de classe média, se amplia para mulheres das classes populares, nas regiões de atuação de algumas destas entidades feministas. Também é direcionado o foco na relação das mulheres com os serviços ou, mais precisamente, com os profissionais de saúde. Por meio dessa aproximação, alguns grupos feministas constroem uma intervenção mais incisiva na denúncia sobre a situação da saúde da mulher nos locais onde estavam sediados os grupos populares, realizando pesquisas e ampliando suas práticas educativas e de organização política (FERREIRA, 2006), as quais vieram a influenciar a formulação do PAISM.

Alguns destes grupos feministas de autoconsciência, criados no Brasil já nos anos 1980, desenvolveram também a experiência de criação de serviços próprios de saúde para as mulheres, especialmente serviços ginecológicos, como é o caso do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, criado em São Paulo em 1985. Estes grupos fomentam grupos de autoexame entre as mulheres, e criam, também, ambulatórios especializados. Em Pernambuco esta prática foi estimulada pelo SOS Corpo entre grupos populares de mulheres até o início dos anos 2000. O trecho abaixo, síntese das discussões feministas sobre saúde da mulher em um dos principais encontros feministas sobre o tema, o Encontro de Itapecerica da Serra

[26] Pesquisa sobre o Movimento Popular de Saúde, na Região Metropolitana do Recife, pode ser encontrada em Mutzenberg, 2008.

(1984), é ilustrativo de como as práticas educativas de saúde e conhecimento do corpo mediaram as relações entre os grupos feministas e os grupos populares de mulheres

> […] a dona de casa saudável que sofre de isolacionismo, que não consegue ou não pode sair de casa, participar, passear, "estar doente", precisamos de um espaço para a participação política, para a reflexão, para a nossa identidade e saúde mental. Acabamos precisando de massagem, porque a cultura que reprime a sexualidade, o erotismo, nos impede de nos tocar, de nos acariciar, acabamos com os nossos corpos doentes por falta dessas manifestações de carinhos e toques, em função da moral vigente (Relatório de Itapecerica da Serra, 1984, p. 2).

É esta concepção que encontramos em uma cartilha sobre o corpo da mulher e a saúde, elaborada pelo grupo feminista SOS CORPO Grupo de Saúde da Mulher, sediado em Recife, fundado em 1981, e com larga utilização pelos grupos feministas e profissionais de saúde identificadas com o feminismo nos anos 1980:

> Uma das primeiras coisas que aprendemos foi a fazer autoexame, ou seja, cada uma aprendeu a examinar sua própria vagina e o colo do útero com a ajuda de um espéculo [...] uma lanterna e um espelho. Assim foi que observamos também uma a outra constatando as semelhanças e diferenças de cada corpo. É muito estimulante fazer o autoexame. Dá muita segurança saber que podemos nós mesmas observar as mudanças cíclicas do colo do útero e do interior da vagina para localizarmos como mais precisão o nosso período ovulatório, p. ex. esta prática nos ajuda não só a ter maior controle sobre nossa vagina, identificando as diferentes "doenças"46 vaginais e cervicais. No princípio, algumas ficaram inibidas e medrosas, mas quebrando as primeiras barreiras tudo se tornou mais fácil (SOS CORPO, 1982, p. 46).

Estas ações baseiam-se nas premissas do feminismo radical, qual seja, na retomada da experiência das mulheres, de seu corpo e suas subjetividades, apropriado pela ordem patriarcal. Elas estimulam "uma saúde e uma ginecologia não patriarcais, animando as mulheres a conhecer seu próprio corpo" (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 1991, p. 37). Outras iniciativas foram a criação de centros de ajuda e cursos de defesa pessoal para o enfrentamento da violência contra as mulheres, que posteriormente influenciaram as políticas de atenção às mulheres vítimas de violência. Da ação de alguns grupos, desenvolvem-se atividades educativas sobre saúde e sexualidade, que bebem nas fontes da educação popular, e apoiam a organização política das mulheres. (FERREIRA, 2006).

Desde o início da década de 1970 há registros de manifestações em praças públicas em defesa do direito ao aborto (PINTO, 2003). Luta que se estendeu durante todo o período com momentos mais fortes do ponto de vista do protesto público e outros menos expressivos. No campo do enfrentamento à violência contra às mulheres, as décadas de 1970 e de 1980 foram palco de inúmeros protestos. Ganharam maior relevância pública as vigílias por ocasião de

julgamentos relativos ao assassinato de mulheres, como no caso Leila Diniz e Eliane de Gramont, porém estes protestos ocorreram na grande maioria dos estados com as consignas 'quem ama não mata' e 'o silêncio é cumplice da violência', esta última foi parte de uma campanha para incentivar as mulheres a denunciarem, lançada pelo SOS Mulher, entidade criada em São Paulo por feministas que também realizavam ações de acolhida às mulheres vítimas da violência (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 2010).

Também na década de 1980 são criadas as organizações de mulheres trabalhadoras sindicalistas que, assim como as de mulheres negras, demarcam identidades e/ou espaços de atuação próprios. Há informações, já citadas, da organização de coletivos de mulheres negras desde o início da década, porém há indicativos de que elas se fortalecem depois do III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, em Bertioga.

No IX Encontro Nacional Feminista Brasileiro, realizado em Garanhuns, Pernambuco, em 1987, e já contando com mulheres de classe populares em sua coordenação, também foram realizados inúmeros debates relativos à ausência das mulheres negras e da prioridade para a questão racial no movimento feminista. Nele foi definida a realização do I Encontro Nacional das Mulheres Negras, o qual aconteceu em 1988, em Valença – RJ, com 450 mulheres de 17 Estados, marco a partir do qual as mulheres negras se instituem como movimento (CARNEIRO, 2004). O II Encontro foi realizado em 1991, em Salvador, e o III Encontro foi realizado em Belo Horizonte, em 2001, já no contexto preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban). Conforme Cardoso, participaram do evento, aproximadamente, 300 mulheres, deliberando, entre outros pontos, "pela criação de um espaço para troca de informações, formação e interlocução, como estratégia para produzir autonomia do movimento de mulheres negras" (CARDOSO, 2012, p. 134), que resultou no Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN, criado em 2004. A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB, outra instância política de representação nacional do movimento de mulheres negras, desde 2000, ano de sua criação, vem intervindo no cenário nacional e internacional na defesa dos direitos das mulheres negras. Pensada inicialmente para desenhar uma perspectiva de ação política com as organizações já estruturadas de mulheres negras, tendo em vista a Conferência de Durban. Desta forma o movimento de mulheres negras ganha duas expressões organizativas nacionais neste período: o FNMN e a AMNB.

Sueli Carneiro (2004) afirma que, embora a participação das mulheres negras fosse expressiva, ainda que minoritária, nos Encontros Feministas, estas consideravam suas

temáticas secundarizadas nos temários destes Encontros. A partir dos encontros nacionais de mulheres negras é que "irão aflorando as novas questões que a ótica do feminismo negro introduzirá no pensamento e na ação do movimento feminista contemporâneo no Brasil, firmando o compromisso das mulheres negras com as proposições gerais do feminismo brasileiro" (CARNEIRO, 2004, p. 6). Ela chama atenção para a aliança que se deu no processo preparatório à Conferência de Durban como um ponto forte desta relação, o que também é ressaltado por Guacira Oliveira e Wânia Sant'anna (2002).

Do ponto de vista da organização de mulheres, no movimento sindical, destaca-se a criação, em 1986, da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), precedida por encontros de mulheres em sindicatos de várias categorias, a exemplo do Congresso das Mulheres Metalúrgicas, em 1988, em São Bernardo do Campo (TELES, 1993). Na área rural, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT cria, em 1990, a sua Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora Rural. Posteriormente, esta Comissão foi transformada em Secretaria, o que demonstra a ampliação de poder conquistada. A Secretaria de Mulheres da CUT, como é conhecida, realizou vários processos de luta pela participação política das mulheres na Central que culminaram com a decisão de cotas de 30% para mulheres nos cargos de direção e, em 2015, a implantação da paridade entre homens e mulheres nas instâncias diretivas. Soma-se a isso as campanhas pelo direito ao aborto, a defesa das creches nos eventos sindicais e nos locais de trabalho, e as inúmeras pautas das mulheres em campanhas salariais de categoria que colocaram em questão não apenas o direito a creches e equiparação salarial com os homens, mas também a problemática do assédio sexual e moral, da saúde e do respeito à orientação sexual (CUT, 2003; DELGADO, 2006), o que demonstra a orientação feminista desta movimentação.

Com estas informações, quero demonstrar que a ideia de constituir organizações de mulheres, seja de forma autônoma, seja no interior dos movimentos compostos por homens e mulheres, foi uma ideia-força na década de 1980, que viria a se consolidar, especialmente, no âmbito sindical, na década de 1990, demarcando um elemento importante na relação feminismo e mulheres da classe trabalhadora, especialmente no que diz respeito às mulheres sindicalistas.

No período Constituinte, lideradas pelo recém-criado, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, as organizações feministas e outros movimentos de mulheres se articulam para pressionar os deputados pelos direitos das mulheres na nova carta constitucional. O *slogan* da época, 'constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher', marcou aquela movimentação, que foi divulgada pela imprensa como *lobby do batom*. Este

momento de forte articulação no movimento de mulheres brasileiro não surge do acaso. Há uma ação intencionada de várias feministas, componentes do CNDM e sua assessoria, que viajaram por todo o país com o intuito de contribuir nesta construção e encontraram, nos estados, fóruns e organizações de mulheres dispostas a participar. Há também uma conjuntura política imediatamente anterior que ajuda a explicá-lo. A década de 1980 foi, para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, um momento de grande crescimento e articulação. Não havia uma organização nacional dos movimentos de mulheres com capacidade de articulação geral de suas ativistas e suas propostas, daí as feministas, que neste momento estavam no Conselho, um órgão governamental de caráter consultivo com participação da sociedade civil, assumiram a liderança da articulação do movimento de mulheres em torno das emendas populares pelos direitos das mulheres na Constituição. Isso resultou nas conquistas que as mulheres brasileiras tiveram na Constituição de 1988. Inúmeros encontros e debates foram realizados em todos os estados, aliados a uma forte campanha midiática. Segundo Schuma Schumaher (2008) as propostas foram organizadas em um encontro nacional que congregou duas mil mulheres, vindas destes processos locais, e sistematizou a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Jacqueline Pitanguy reflete sobre esta Carta nos seguintes termos:

> Esta Carta, que é sem dúvida um documento histórico, apresenta as propostas das mulheres para uma ordenação normativa que traduzisse um patamar de igualdade entre homens e mulheres, e afirmasse o papel do Estado na efetivação deste marco normativo. Algumas propostas das mulheres iam além do papel que o Estado exercera até então, expandindo o conceito de direitos humanos e atribuindo-lhe responsabilidades no âmbito da saúde reprodutiva; advogando o reconhecimento do direito de mulheres e homens exercerem seus direitos reprodutivos, escolhendo livremente o número de filhos e contando com informações e meios para tal; e conclamando o Estado para desempenhar um papel no sentido de coibir a violência no âmbito das relações familiares. Com relação ao capítulo de família, as mulheres denunciavam a desigualdade e a hierarquia que permeavam as relações nesta esfera, pleiteando a eliminação da figura de chefe da sociedade conjugal, atribuída ao homem por nosso código civil, com todas as consequências daí derivadas, como: fixar domicilio, o predomínio da linhagem paterna sobre a materna na custódia dos filhos, dentre outros. Apoiávamos também o reconhecimento da instituição da família, independentemente de uma certidão de casamento. No que se refere aos direitos e benefícios sociais, as mulheres demandavam a extensão destes para os trabalhadores domésticos; o aumento da licença-maternidade para quatro meses; o direito das mulheres em situação prisional de amamentarem seus filhos; o direito à titularidade da terra à mulher rural, independente de seu estado civil; o reconhecimento de que havia discriminação da mulher no mercado de trabalho. Em março de 1987, quando da inauguração do Congresso Constituinte, esta Carta foi entregue por mim, com a presença das Conselheiras, ao deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Congresso Nacional. No mesmo dia, de forma a evidenciar o caráter nacional e

> articulado desta grande campanha das mulheres, esta mesma Carta foi entregue nas Assembleias Legislativas dos diversos estados. (PITANGUY, 2008, p. 98).

Muitos sindicatos atuaram no processo constituinte e as mulheres organizadas no interior deles, em várias situações, somaram esforços na defesa dos 'direitos das mulheres na Constituição'. As trabalhadoras domésticas, através da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), também atuaram no processo Constituinte em defesa de direitos para a categoria e tiveram apoio das organizações feministas e do CNDM. Lenira Carvalho, liderança das trabalhadoras domésticas neste momento, registra em uma entrevista que

> (…) o movimento de mulheres botou na proposta as empregadas domésticas do Brasil, então estávamos concentradas lá. Nenhum outro movimento fez isso. Só o que se lembrou das domésticas foi o movimento de mulheres (CARVALHO, 2008, p. 130).

As feministas organizaram duas propostas de emendas populares para a Constituição, para as quais teriam que conseguir no mínimo 30 mil assinaturas para que fossem apreciadas. A primeira, em torno da qual conseguiram unificar todos os movimentos de mulheres, incluindo os setores progressistas das Igrejas, e ter adesão de outros movimentos sociais. Tratava-se da questão trabalhista, violência e outros direitos com potencial de unificar a todas. A segunda era especificamente sobre a legalização do aborto e teve adesão apenas do movimento feminista. Para esta segunda proposta, as feministas conseguiram 33 mil assinaturas, o que conquistou o direito de apresentação e defesa, embora ela não tenha sido aprovada, pois apenas a primeira conseguiu o apoio dos constituintes. Interessa ressaltar que as trabalhadoras domésticas foram um segmento central na coalizão que gerou a primeira emenda, conforme entrevista de Lenira Carvalho (2008). Este episódio demonstra a capacidade do movimento feminista de congregar os diversos movimentos de mulheres e elaborar estratégias que permitam que esta unidade não negue suas bandeiras mais radicais, a exemplo da legalização do aborto.

Em 1988, o CNDM, contando com a representação de mulheres negras, embora minoritária, define ações no processo da comemoração do centenário da abolição da escravatura, que, segundo Matilde Ribeiro (2014), foram importantes para a inserção da questão racial nas políticas públicas. Entre as atividades destaco a realização do Tribunal Winnie Mandela, que para Sueli Carneiro, conforme entrevista concedida a Ribeiro, se constituiu em

> ... um evento simbólico que teve o objetivo de julgar a Lei Áurea, considerando que ela não foi capaz de promover uma verdadeira libertação e inclusão. Com isso denunciamos a existência do racismo no Brasil e do

> Apartheid na África do Sul. Foi um marco de negociação com o governo federal. O Itamaraty foi acionado e tivemos que explicar que relação tinha este tribunal com a África do Sul e o Apartheid, ao que respondemos com críticas à desumanização dos negros. A pressão política com relação a esta atividade foi muito forte, e realmente só foi possível ser realizada porque houve uma firmeza muito grande por parte das conselheiras para sua realização (RIBEIRO, 2014, p. 141).

Como parte do ciclo social de conferências da ONU acontece, em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - ECO 92. Organizações feministas do Brasil, lideradas pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), do Rio de Janeiro, organizam uma grande ação nesta Conferência, o Planeta Fêmea, que contou com cerca de 5 mil mulheres de vários países. Momento que teve uma extensa programação de debates, organizada como ação pública combinada com as articulações e incidência no Fórum oficial. Esta coalizão mundial foi possível a partir do Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, realizado em Miami em 1991, liderado pela organização norte americana *Women's Foreign Policy Council*, que elaborou um plano de ação para incidir na Conferência do Rio de Janeiro.

A luta dos movimentos sociais, neste período, garantiu que a participação política nos processos de decisão pública fosse reconhecida como um direito. Na Constituição de 1988, foi possível aos movimentos sociais e ao campo de esquerda partidária garantir mecanismos de participação popular, reivindicação que emergiu e cresceu na década de 1980 a partir da retomada dos movimentos reivindicatórios e da crítica à ditadura militar. Lutar pela democracia, naquele período, ia além da defesa da reorganização do sistema partidário e eleitoral. Os movimentos sociais exigiam o direito de participação direta nas decisões políticas como forma de garantir a cidadania ativa. Por conta dessa luta, durante a década de 1990, se desenvolveu um conjunto de instrumentos de democracia participativa.

Concluindo esta leitura da trajetória dos movimentos sociais e da presença de movimentos de mulheres e feministas, posso afirmar que o movimento feminista surge com pequenos grupos de reflexão compostos por mulheres que podem ser entendidas como de classe média, por serem profissionais de nível superior, com empregos e/ou profissionais liberais, e com acesso a bens culturais. Uma parte delas com trajetória de vida próxima ou dentro das organizações de esquerda, mas não todas. Vários grupos do período, em especial após 1975, realizam ações públicas e/ou participam, como feministas, de ações comuns na luta pelo fim da Ditadura. Algumas feministas voltam-se para o trabalho social no meio popular, ou seja, acompanham e mobilizam processos com os grupos de mulheres populares. Outras ainda, dedicam-se ao mesmo tempo, a construir a imprensa feminista. Algumas

feministas, que se formam neste processo político, inserem-se no trabalho acadêmico e constroem núcleos de pesquisa sobre a mulher nas universidades, que posteriormente, são majoritariamente chamados núcleos de estudos de gênero. Outras, ainda, iniciam a entrada nos organismos de Estado, inicialmente, em 1982, com a formação do Conselho da Condição Feminina, no governo do PMDB, em São Paulo, e, em 1985, com a criação do CNDM, no Governo Federal sob a presidência de José Sarney. Houve, também, feministas que passam a se organizar como coletivos no interior dos partidos políticos e de outros movimentos sociais, sendo mais forte, nesta época, a presença no movimento sindical.

Analisando comparativamente o feminismo brasileiro com aquele que se desenvolvia nos países do Norte, Albertina Costa situa o feminismo brasileiro no campo político da esquerda

> Este setor forma no campo da esquerda. É neste terreno que estão germinando as feministas, no campo da esquerda. Tomado aqui em sua acepção mais ampla e fluida de oposição ao regime. E como cabe fazer perguntas sobre o que não foi, mas poderia ter sido, um desafio que precisa ser enfrentado é o indagar por que no Brasil o novo feminismo não se apresentou em suas duas feições clássicas; a libertária radical e a igualitária liberal. A unanimidade oposicionista certamente contribuiu para tornar pardos todos os gatos. A luta contra a ditadura, mínimo denominador comum, agiu no sentido de diluir diferenças e impedir uma autonomização maior de diferentes tendências (COSTA, 1990, p. 67).

Esta assertiva não significa afirmar que todas as feministas deste período foram ou mantiveram este perfil de esquerda, até porque, como informei, elas chegam ao feminismo a partir de diferentes matrizes políticas e orientações teóricas. Ao identificar-se como feministas, muitas destas mulheres de classe média, acadêmicas e majoritariamente brancas, presentes no início da movimentação feminista, assumem também perspectivas teóricas e práticas políticas distintas que não podem ser explicadas apenas pelo seu pertencimento de classe ou raça, sob risco desta explicação ficar reduzida ao essencialismo.

Com base nestes dados bibliográficos, rapidamente descritos, vejo que as indicações históricas me permitem inferir que o feminismo que surge no Brasil, entre aos 1970 e inícios dos anos 1990, situa-se, preponderantemente, no campo de esquerda, ou mais rigorosamente, em oposição à Ditadura Militar e como parte da luta pela redemocratização. A posição à esquerda foi garantida pelos vínculos de várias feministas com organizações de esquerda, apesar de muitas terem rompido estes laços, mas mantinham compromissos com a mesma causa. Esta prática as distinguia do feminismo europeu e norte-americano, segundo Ana Alice Costa (2005), dando-lhes, como característica especial, o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social, dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas

organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (MOLYNEUX, 2003, p. 269).

Conforme afirma Cintya Sarti, "as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina" (SARTI, 1998, p. 02) geraram revisões nas escolhas sobre formas de viver. Compreendo, como Cintya Sarti (2004), que este processo político descrito incorpora também a efervescência cultural de 1968, os novos comportamentos afetivos e sexuais e o acesso ao recurso das terapias psicológicas e da psicanálise. Associando a estas mudanças a derrota da luta armada e o sentido da elaboração política e pessoal desta derrota para as mulheres, as novas experiências cotidianas delas entraram em conflito com o padrão tradicionalmente aceito sobre 'ser mulher'. Este contexto, aliado ao debate feminista, que politizava a vida íntima e cotidiana, e buscava autonomia pessoal, ao mesmo tempo em que elas construíam autonomia para suas organizações políticas, gerou as condições de possibilidade para modos de vida mais abertos e flexíveis em relação às tradições patriarcais, e mesmo para um estilo de vida feminista entre mulheres de classe média.

É também possível afirmar que este movimento sempre contou com a presença de mulheres de classes trabalhadoras, incluindo os seus segmentos populares, embora estas últimas nem sempre vistas como feministas, e sim como aliadas. Ainda na década de 1980, o movimento feminista viu crescer, em seu interior e também fora dele, um forte movimento de mulheres negras, majoritariamente identificadas com o feminismo negro, conforme salientado por Matilde Ribeiro e Sueli Carneiro, mas não apenas, como veremos no próximo capítulo.

Há, neste período, muitos momentos de articulação dos vários grupos feministas com outros grupos de mulheres no país, a exemplo de congressos acadêmicos e seminários temáticos realizados pelas organizações, e mais destacadamente os Encontros Nacionais Feministas. A articulação impulsionada pelo CNDM para a defesa dos direitos das mulheres na Constituinte e a participação organizada na ECO 92, com a ação chamada Planeta Fêmea, me parecem ter sido os dois momentos fortes nacionais de mobilização feminista no período, que contaram com a articulação das organizações identificadas como movimento feminista, com outras organizações do movimento de mulheres negras, sindicalistas e de classes populares.

Merecem destaque também as lutas protagonizadas por estes movimentos, que foram mais fortes ou mais fracas, de acordo com o grau de organização e articulação em cada Estado do país, que viabilizaram significativas mudanças no que toca a direitos das mulheres, a

exemplo da luta contra a esterilização em massa de mulheres em situação de pobreza, majoritariamente negras, a luta pela construção e implementação do PAISM, programa (e depois política) de atenção integral à saúde da mulher, e pela rede de atendimento às mulheres vítima de violência sexista.

O movimento de mulheres, mais amplo que o movimento feminista, não gerou, no período estudado, fortes espaços de organização autônoma no plano nacional e também nenhuma rede própria com esta conotação geral (mulheres), daí não ser possível falar da existência, enquanto estrutura organizativa, de um movimento de mulheres enquanto tal e também não é possível inferir a existência de um movimento de mulheres de classes populares, no sentido empírico, como uma articulação movimentalista. Entretanto, esta não configuração organizativa não pode ser um fator de invizibilização da presença de mulheres de classes populares neste processo político descrito, como tentei demonstrar.

Tomando movimentos sociais, como uma noção analítica, posso entender que o movimento de mulheres de classes populares era composto inicialmente por clubes de mães, grupos de saúde, e pela presença ampla de mulheres nos movimentos populares urbanos e nas comunidades eclesiais de base, que realizaram encontros conjuntos em vários momentos. No período da mobilização para garantia dos direitos das mulheres na Constituinte em vários Estados, a mobilização feminista incluiu os inúmeros grupos de mulheres populares que existiam, trabalhadoras domésticas, mulheres rurais e/ou as mulheres integrantes do movimento sindical. Em alguns lugares, como é o caso de Recife, estes grupos já estavam articulados com os grupos feministas e criaram em conjunto o Fórum de Mulheres de Pernambuco, em 1988. Também o caso de São Paulo merece destaque, uma vez que lá foram realizados os Congressos da Mulher Paulista, agregando todos os grupos feministas e de mulheres existentes. Na década de 1990, a articulação entre grupos feministas, compostos majoritariamente (mas não apenas) por mulheres de classe média e grupos de mulheres de classes populares, se manteve em vários Estados, a exemplo de Brasília[27], Espírito Santo e Pará, que já contavam com Fóruns de Mulheres organizados desde 1989, 1992, 1995, respectivamente (SILVA, 2010a).

Sobre este período, posso inferir também que o elemento potencializador das mobilizações de mulheres, ou seja, o enquadramento que possibilitou a sua capacidade de ação coletiva foi a luta por direitos específicos de mulheres e o debate sobre autonomia ou não dos seus processos organizativos. Isso gerou uma ampla identidade coletiva de

[27] O Fórum de Mulheres do Distrito federal e entorno teve como precursor o Movimento Brasília Mulher, em ação desde o final da década de 1970.

movimentos de mulheres, capaz de agregar indivíduos, diferentes tipos de organização e diversos processos mobilizatórios e contestatórios, e duas outras identidades coletivas, a de movimento de mulheres negras, demarcada também pelo pertencimento racial negro, e a de movimento feminista, que não se diferenciava segundo critérios de raça ou classe, e sim de visão teórica e política. Não é possível precisar o grau de centramento destas distintas articulações movimentalistas, mas a reconstituição deste período tentou demonstrar que o movimento feminista, apesar de não ter uma estrutura organizativa unitária nacional, teve capacidade de ação que lhe permitiu liderar vários processos políticos. Isso foi possível pela força de seu ideário em torno de direitos, que funcionou como um *masterframe*, e pela estratégia de articulação com mulheres em geral, independentemente de sua adesão ao feminismo.

2.3. Relação movimentos de mulheres, movimentos feministas e campo político dos movimentos sociais

Os movimentos de mulheres, feministas e de mulheres negras, nos anos 1970 e 1980, articulavam-se com base em diversos repertórios de ação e de organização, cujo foco foram os protestos contra as formas de opressão das mulheres na sociedade, reivindicando direitos e também em oposição à Ditadura Militar. Essa articulação se situava dentro de uma outra articulação ainda mais ampla: os movimentos de luta pela redemocratização, que constituiu um campo político de movimentos sociais que se consubstanciou politicamente como campo democrático e popular.

O campo político, formado neste período e expresso nos momentos fortes de mobilização, notadamente a Campanha pela Anistia, as Diretas Já, e a Constituinte, construiu também um ideário ético-político, uma espécie de enquadramento interpretativo de largo alcance (*masterframe*) em torno de algumas ideias sobre si, que podem ser apresentadas de forma sintética com expressões no início da década de 1980 como: 'povo como sujeito de sua história' e 'política com p maiúsculo'. Estas expressões são associadas às proposições de cunho mobilizatório, a exemplo de abaixo a ditadura', 'anistia ampla, geral e irrestrita', 'constituinte exclusiva, soberana e com participação popular', entre outras. Esta unidade era fomentada pelas circunstâncias das lutas contra a Ditadura e se articulava em torno da noção de 'projeto popular' e de 'classe trabalhadora', mas também era marcada por inúmeras divergências na condução dos processos políticos no interior deste campo. Apesar disso, diversos estudos salientaram a existência de um certo sentido de pertencimento ao

‘movimento geral’, como algo maior que cada campanha e cada organização particular. A isso estou chamando campo político dos movimentos sociais, reconhecendo que ele, em articulação com os partidos de esquerda e outras organizações, ganhou uma certa orientação política a partir da qual foi nomeado como campo democrático e popular, que teve como principal centro político o Partido dos Trabalhadores, mas não se reduzindo a ele, como é afirmado por muitos analistas (PALUDO, 2001; VERAS DE OLIVEIRA, 2004, 2006; SINGER, 2012; FORTES, 2005)

Esta onda de movimentação social no período da redemocratização, apesar do fim da Ditadura ter ocorrido sem rupturas político-institucionais significativas e a transição ter sido feita ‘pelo alto’, isto é, reacomodando os representantes das classes dirigentes, colocou na cena pública a classe trabalhadora e os movimentos sociais de forma muito intensa. As inúmeras manifestações gerais e protestos localizados davam, a quem observava, uma visão de novidade e de um certo sentido geral para toda esta movimentação social. Talvez, em função disso, as análises recorrentes sobre este momento, durante e imediatamente após este momento, tenham discorrido muito sobre a base social dos movimentos, questão do sujeito da transformação social e projeto político, a partir da teoria dos Novos Movimentos Sociais, com forte influência de Touraine. Algumas elaborações versaram sobre este possível campo político e suas relações com o popular, alguns tratando da chamada base social e outros discutindo projeto político popular.

Passo a discutir, na última parte deste capítulo, como a questão da relação do movimento feminista com as mulheres de classes populares se apresentou nos estudos sobre o período e apresento algumas reflexões sobre a relação do movimento de mulheres com o campo político dos movimentos sociais.

A presença feminina nos movimentos sociais de bairro, que caracterizaram a construção da onda de mobilização em fins de 1970 e nos anos 1980, foi amplamente comentada nos estudos a respeito, assim como a vinculação desse movimento com o mundo da reprodução, e não da produção, como tradicionalmente eram pensados os movimentos políticos (DURHAM, 1984; SADER, 1988). O mesmo não aconteceu com o movimento feminista. O feminismo rompeu com esta noção restrita de política ao instituir as mulheres como sujeitos políticos e ao constatar a imbricação entre produção e reprodução através do conceito de divisão sexual do trabalho. O movimento feminista, conforme Betânia Ávila (2005), deu uma grande contribuição ao movimento de mulheres, uma vez que a construção deste sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denominava condição feminina, “trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou

de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por esta condição" (ÁVILA, 2005, p. 15).

Sonia Alvarez aponta elementos para compreensão desse movimento ao afirmar que a identidade feminista, naquele momento, implicava

> ter uma política centrada em um conjunto de assuntos de interesse específico das mulheres, aderir a determinadas normas de organização como, por exemplo, participação direta, informalidade nos procedimentos, ou ausência de funções especializadas e atuar nos espaços públicos específicos como organizações feministas autônomas ou do movimento de mulheres mais amplo (ÁLVAREZ, 2001, p. 25).

Cynthia Sarti (2004) recupera a trajetória do movimento feminista brasileiro situando o marco inicial nos anos 1970 e apresenta sua composição com base na classe média e discutindo sua relação com as classes populares:

> Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de movimento de mulheres, pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento intercalasses (SARTI, 2004, p. 3).

Sarti viu essa formação intercalasses a partir das próprias dificuldades dessa formação. É dela a observação que demonstra um hiato na articulação do feminismo com as 'mulheres pobres':

> O feminismo teve que se enfrentar com o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas, sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Pressupõe, assim, recursos de ordem simbólica não acessíveis a todas as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais (SARTI, 2004, p. 3).

Como procurei demonstrar, no item anterior deste capítulo, as formas de relação entre organizações feministas e organizações de mulheres populares foram variadas. Diversas organizações feministas, o que inclui as equipes dos jornais, coletivos de ativistas, as entidades político-profissionais e alguns núcleos acadêmicos, tinham atuação em pesquisa, educação, comunicação e organização com atuação diretamente com os grupos populares de mulheres e atuavam conjuntamente em ações de incidência e mobilização. As feministas que se organizaram no nascente movimento de mulheres negras ou presentes nas várias comissões e secretarias da CUT e sindicatos tinham, também, essa linha de trabalho. Entretanto, isto não incluía todas as feministas, uma vez que existiram grupos e ativistas que nunca se dedicaram a essas práticas, restringindo sua atuação a um espaço profissional individual ou em pequenos grupos, em seminários de estilo acadêmico, articulações internacionais e/ou a atividades de

lobby sobre os poderes constituídos. Penso que esta perspectiva tem um peso considerável na história do feminismo brasileiro, no sentido de constituir o que ficou sendo visto como 'feminismo hegemônico'.

Joana Pedro (2006) analisa, a partir de outro enfoque, a relação entre o feminismo e os grupos populares de mulheres. Segundo ela, o argumento que explicaria esta relação era de que a longa história de ditaduras e governos de exceção teria impedido que os brasileiros e as brasileiras tivessem uma prática democrática consolidada. Esse era um dos argumentos usados para explicar o porquê do apoio popular aos governos militares - expresso no ufanismo nacionalista do período Médici - tempo do chamado milagre brasileiro. Para tanto, sugeria-se que as camadas médias esclarecidas deveriam se aproximar o máximo possível das camadas populares no sentido de conscientizá-las. Várias dessas ações resultaram de iniciativas de partidos políticos - muitos dos quais ainda estavam na clandestinidade (...), ou seja, o "movimento feminista tornou-se o passaporte para essa atuação" (PEDRO, 2006, p. 5).

Tudo indica que estes processos coletivos de organização, pesquisa para conhecimento da realidade, formação com intercâmbio de saberes, decisões compartilhadas sobre os rumos a seguir nos movimentos, foram uma marca constitutiva de um quadro interpretativo de referência, associado a um discurso ético sobre a ação política, de valorização do cotidiano e de solidariedade, comum às matrizes discursivas da Teologia da Libertação e da intelectualidade de esquerda marxista, ambas influenciadas também, conforme Sader, pela concepção pedagógica de Paulo Freire, cujo método de alfabetização havia sido proibido pelo governo militar. Guardadas as diferenças de nível de politização, de acordo com a matriz de pensamento de quem o usa, o recurso ao pensamento de Paulo Freire foi uma tônica. A este respeito, Sader faz a seguinte observação:

> De um lado, porque um meio dominante de 'ligar-se ao povo' foi através de processos educativos; a começar pela alfabetização. A demanda era grande, e a atividade – legal e aparentemente inocente – poderia ser bem desempenhada por estudantes avulsos ou por militantes organizados. Os novos educadores se debruçam sobre os livros de Paulo Freire – torceram o nariz para o seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão – e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a educação popular. De outro lado, porque através do método Paulo Freire abria-se um lugar para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e coletiva dos educandos (…). Por tal método o aprendizado da leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça deste instrumental na vida prática e, e postulando um despertar crítico do educando, ele se dá vinculado à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva de projetos de auto-organização (SADER, 1988, p. 148).

A luta contra a ditadura e a busca por 'conscientização' das camadas populares

tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto. Lutar no Brasil pela liberação das mulheres, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias e as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pelo marco fundador em 1975. No período, a própria denominação 'feminista' foi alvo de intensas disputas (PEDRO, 2006).

Os grupos de mulheres das periferias das grandes cidades, nas décadas de 1970 e 1980, organizavam-se em torno de lutas referentes ao universo da reprodução social, a exemplo das lutas contra a carestia, por saúde e por creches. Para Vera Soares (1994), mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de autoestima, "estas mulheres podem não modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais, mas elas se constituíram e ainda se constituem nas interlocutoras privilegiadas das feministas" (SOARES, 1994, p. 38). Essa afirmativa denota uma concepção de alianças entre os movimentos de mulheres e feministas, guardando um peculiar distanciamento.

A mesma autora percebe uma mudança nesta relação a partir dos anos 1990, mas estou segura que ela tem origem no período imediatamente anterior. Ela afirma que os anos 1990 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, consequentemente, onde circula o discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas

> com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas (SOARES, 1994, p. 46).

Uma parcela deste movimento de mulheres são as trabalhadoras urbanas e rurais. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho foi simultâneo ao aumento de sua sindicalização e à emergência do movimento de mulheres, o qual, sem dúvida, influenciou no relacionamento dos sindicatos com as mulheres e na percepção destas quanto a sua condição de trabalhadoras (CAPPELLIN, 1994). No decorrer da década de 1980 vão aparecer muitas comissões de mulheres sindicais, se constituindo como lugares onde são geradas as reflexões e propostas de ação sindical das mulheres, "um lugar onde as trabalhadoras possam

romper seu silêncio, falar de suas angústias e medos e legitimar uma representação feminina num espaço político considerado masculino" (NEVES, 1994, p. 255).

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infraestrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluíam de uma participação mais ativa nos postos de decisão. As mulheres sindicalistas conseguem fazer uma reflexão própria, que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho, com uma demanda visando romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais. As trabalhadoras sindicalistas tratam também dos elos e impasses na articulação entre mercado de trabalho e família (DELGADO, 1996). No caso das trabalhadoras rurais a luta primeira é pelo próprio direito à sindicalização.

Como afirma Margareth Rago (2003), o contato que se estabeleceu entre os dois movimentos liderados por mulheres – os movimentos feministas e os movimentos de mulheres – foi certamente muito lucrativo para todas. Para as feministas, porque passavam a atingir uma rede muito mais ampla de mulheres; para as mulheres da periferia (e trabalhadoras sindicalizadas), porque lhes traziam questões que dificilmente seriam enunciadas espontaneamente, como àquelas relacionadas à moral sexual, ao corpo e à saúde. Fundamental nessa associação, o feminismo desenvolveu e ampliou suas bandeiras de luta, dando destaque às questões da violência contra as mulheres e aos direitos reprodutivos.

Apesar de concordar com esta assertiva, em linhas gerais, entendo que ela reduz sobremaneira o processo político em curso naquele momento, tornando-o, em certo sentido, instrumental. Acredito ter demonstrado a complexidade na qual coletivos feministas e outros grupos de mulheres estavam envolvidos no interior do campo político dos movimentos sociais em processo de formação, o que amplia os horizontes desta relação política construída e, portanto, das influências múltiplas entre estes movimentos.

Tomo esta referência para reafirmar algumas distinções que venho fazendo ao longo do capítulo. Estes 'movimentos de mulheres', citados, têm um conteúdo relacionado à classe e à raça, para além de conteúdo propriamente feminista, conforme era disseminado à época. Os dados históricos apresentados demonstraram como o movimento de mulheres negras, composto por muitas feministas, mas sem renunciar a uma identidade coletiva própria, foi se organizando e impondo sua força política neste processo. Guardadas as diferenças, o mesmo pode ser dito tanto para as organizações de mulheres no movimento sindical, que criam suas

próprias articulações e suas pautas políticas, quanto para o início de uma articulação de mulheres indígenas, que não foi discutida aqui. Nesse sentido, falar genericamente 'movimento de mulheres' pode contribuir para reificar e/ou generalizar algo cuja explicação exige muito mais investigação, embora eu mesmo não o faça.

O imbricamento de diversas matrizes discursivas, que estavam presentes na gênese dos movimentos no processo de redemocratização no Brasil, gerou um processo de influências múltiplas entre todos (SADER, 1988). Penso que isso aconteceu por conta da especificidade da contribuição de cada grupo ou movimento, e também porque os militantes, em número reduzido, atuavam em vários movimentos ou mudavam de centro de atuação com grande frequência. Não era raro encontrar alguém que atuava, ao mesmo tempo, na oposição sindical da sua categoria profissional e na comunidade eclesial de base, ou mesmo na associação de moradores de seu bairro e no grupo de teatro ou, ainda, no movimento estudantil e no movimento de mulheres, tal era a ânsia de participação durante e pós Ditadura. Um entre os três movimentos analisados por Sader, o Movimento do Custo de Vida é constituído majoritariamente pelos clubes de mães da periferia sul de São Paulo, nos quais o autor destaca a organização por elas mesmas, a constituição de uma coordenação de clubes de mães, a valorização da luta contra a injustiça no lugar do assistencialismo caritativo.

> Na história dos clubes de mães, o Movimento do Custo de Vida surge como se fosse um desdobramento natural. Quer dizer que a partir do momento em que as lideranças dos clubes de mães assumem o Movimento do Custo de Vida, este torna-se a forma concreta e unificação e politização das atividades de base daquelas organizações (…). Em 1975 o Movimento do Custo de Vida toma novo impulso quando os clubes de mães da zona sul organizam uma pesquisa, que as próprias mulheres realizam, sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias de trabalhadores (SADER, 1988, p. 212 e 213).

A forma como Sader descreve a organização do Movimento do Custo de Vida e sua relação com os grupos de bairros periféricos é um exemplo das possibilidades de articulações mobilizatórias presentes à época.

> Esta função exercida pelo Movimento do Custo de Vida corresponde também à sua própria constituição organizativa. Seus grupos de base são os grupos de base dos movimentos previamente existentes – dos clubes de mães, principalmente, mas também das associações de bairros, grupos de jovens, comunidades de base, grupos de educação popular, de moradores de loteamentos clandestinos etc. – constituindo-se apenas numa ordenação particular destes elementos, em função dos seus objetivos particulares. Mas, evidentemente, pela sua proposta, que se dirigia a um público o mais amplo possível, ele será também um fator de expansão dos próprios grupos de base (SADER, 1988, p. 215).

Esta dinâmica e tecetura é identificada, por exemplo, no movimento de mulheres na Constituinte, em menor proporção, articulando-se com diversos tipos de grupos de mulheres, entre os quais os de mulheres de classes populares.

A unidade política e prática dos movimentos sociais, não obstante suas divergências constitutivas, na minha interpretação, constituiu um campo político em torno de um enquadramento comum e gerou uma identidade coletiva ampla, da qual participava o movimento de mulheres. Entretanto, me parece correto afirmar que os vínculos dos distintos movimentos e organizações de mulheres com este campo político guardam sensíveis diferenças entre si, alguns mais próximos do seu centro, no sentido de compartilharem com maior compromisso os seus marcos de referência e outros com maior distanciamento, porém, atuando conjuntamente ou apoiando ações do campo em momentos específicos.

Sader refletiu sobre este ideário político, no qual o campo se referenciava, a partir das experiências populares na constituição de movimentos e do lugar que a construção e compartilhamento de ideias teve neste processo. Como observa Marilena Chauí, no prefácio da obra de Sader

> Na linguagem da Igreja, falava-se em conscientização; na das esquerdas, em reflexão crítica; na do sindicalismo, em socialização do saber. Todavia, seja qual for a designação e seja qual for o pressuposto teórico de quem a formula, o importante é que está simplesmente a indicar que os movimentos sociais operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica (CHAUI in SADER, 1988, p. 13).

No movimento de mulheres, a relação entre feministas e mulheres de classes populares parece ter sido demarcada por similaridades e diferenças em relação aos outros movimentos sociais. Similaridades porque várias organizações feministas adotaram atividades de comunicação, pesquisa e educação, como mediadoras desta relação, e diferenças porque sendo as organizações feministas parte do movimento feminista e, portanto, do movimento de mulheres, elas não poderiam ter o mesmo tipo de distanciamento que era possível para outros tipos de organizações político-profissionais de assessoria. Ademais, as ativistas de organizações feministas realizavam e participavam das mesmas ações coletivas e mobilizações sociais que as mulheres de outros segmentos, encontrando-se como militantes de movimentos de mulheres.

Dito desta forma parece que não havia, portanto, nenhuma diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres. Os indicativos apresentados me exigem responder, por enquanto, de forma ambígua, sim e não. Não é por acaso que o movimento feminista brasileiro era publicamente visto como um movimento de mulheres de classe média,

intelectualizadas e com um estilo de vida particular. Em parte, isso se deve à suas origens de classe e a organização nos pequenos grupos no início da década de 1970, nos quais predominava este perfil. Deriva também do preconceito que existe na sociedade patriarcal que rejeita qualquer perspectiva feminista, que procura ridicularizá-la e reduzir as suas potencialidades, o que neste período, no qual a questão de classe era um elemento muito valorizado, poderia ser feito pela esquerda ao classificar o feminismo como movimento de classe média, portanto, que não interessaria às mulheres populares.

Não obstante, as relações estabelecidas entre mulheres, no interior deste processo político, marcadas pelas relações sociais de classe e de raça, tem um peso substantivo neste problema. A composição de classe e de raça dos movimentos de mulheres, neste momento, já compreende uma escala diversificada, que poderia ser vista como estratificada em níveis de rendimento, ou de forma mais ampla em termos de *habitus* de classe, variando de segmentos médios até setores populares. Em termos de raça-cor, para utilizar o recurso dos institutos de pesquisa, a composição era diversificada também, incluindo de forma minoritária as mulheres negras que assumiam esta identidade política. Considero que este movimento já era composto, que Sueli Carneiro chamou de escala cromática da população brasileira (2011b, p. 67), mas entendendo que politicamente esta relação se configura entre brancas e negras.

Vários estudos sobre esta trajetória política invisibilizam o movimento de mulheres negras e das mulheres trabalhadoras. Também não reconhecem a presença das mulheres trabalhadoras de classes populares como uma participação feminista, no máximo como aliadas. Este fato decorre de dois fatores. Por um lado, a visão predominante de feminismo, como uma identidade proclamada, exige que cada mulher, individualmente, se declare feminista para ser vista como tal, o que não ocorria amplamente entre mulheres populares. Esta perspectiva só é aceitável porque as análises se baseiam mais na posição pessoal dos indivíduos do que na análise dos processos políticos, das organizações, ações e propostas defendidas. Por outro lado, as relações interpessoais na convivência cotidiana entre mulheres de distintas frações de classe e de distintas configurações raciais são dadas a partir do padrão organizado na ordem burguesa branca, na qual as mulheres de classes populares e negras não têm as mesmas possibilidades de inserção que as mulheres brancas e com níveis de renda mais elevado. Por exemplo, o que é vivido como ‘natural’ para uma mulher dos setores médios, como ir a restaurantes após as reuniões ou voltar para sua residência e encontra-la arrumada, não ocorre com as mulheres de classes populares, embora ambas tenham participado da mesma reunião e decidido juntas a mesma estratégia de ação do movimento com o qual se identificam e ambas se filiem a um pensamento político de esquerda.

Os elementos, apresentados até aqui, indicam que o movimento feminista, neste período, organizou-se em pequenos grupos e, posteriormente, em ONGs, e atuou junto ao movimento de mulheres, organizado também em pequenos grupos nas periferias das grandes cidades e dentro das estruturas sindicais. Por ter participação de mulheres oriundas das organizações políticas de esquerda no interior do que veio se constituindo como o campo político dos movimentos sociais, parte deste movimento feminista preocupou-se em aproximar a relação com mulheres de classes trabalhadoras e, notadamente, com mulheres populares, mas, estas não eram vistas por aquelas como feministas. Neste sentido, ser considerada feminista tornou-se uma forma de legitimação no interior do movimento de mulheres. Eram vistas como feministas mulheres que assim se declaravam, mas isso se dava a partir de um corte de classe, eram mulheres de segmentos médios e com acesso ao nível superior de educação.

No interior do campo político dos movimentos sociais, a crítica à ideia da classe operária como o único sujeito político da transformação social já havia ganhado força e a contribuição feminista a esta crítica foi bastante importante, assim como o debate a partir da questão racial e ambiental. Várias perspectivas teóricas postulavam a ideia de que as transformações sociais não estão pré-determinadas, são uma possibilidade, para a qual concorre a ação de múltiplos sujeitos em articulação. O feminismo, que surge questionando o sujeito universal do iluminismo, assume também a crítica ao sujeito único da transformação derivada do pensamento de esquerda. Neste interim, muitas correntes teóricas feministas, em associação com algumas perspectivas sociológicas, abandonam a reflexão sobre classes sociais e que lugar podem ocupar nestes processos políticos.

No próximo capítulo discuto como a relação movimentos feministas e movimentos de mulheres se configurou no período imediatamente posterior – 1995 a 2015 – a partir das articulações movimentalistas que foram construídas e dos marcos interpretativos de análise da realidade e de mobilização que conformaram suas identidades coletivas.

Capítulo 3

Movimentos de mulheres e feminismos contemporâneos

Capítulo 3

Movimentos de mulheres e feminismos contemporâneos

O caminho trilhado pelo movimento de mulheres no período da redemocratização brasileira, como vimos no capítulo anterior, foi informado pelo feminismo e esteve influenciado pelo contexto de conformação do campo político dos movimentos sociais, que se configura à época como campo democrático e popular. Este campo possuía um ideário comum, um marco de referência que promovia um sentido de pertencimento a uma identidade coletiva que transcendia às organizações e articulações, demarcado pela identificação de classe trabalhadora. Por um lado, as articulações do movimento de mulheres, que surgiram no período, foram adotando perfis diferenciados de acordo com a sua relação mais próxima ou mais distante com a identidade coletiva deste campo. Por outro lado, o movimento feminista gerou suas próprias articulações, também divergentes entre si, mas com capacidade de ação conjunta em várias oportunidades políticas surgidas neste percurso. As estratégias feministas foram capazes de atrair os grupos de movimentos de mulheres existentes. Na década de 1990 e nos anos 2000, este processo se consolida, porém, as articulações de movimentos de mulheres tornam-se estruturas mais fortes, como veremos a seguir.

Neste capítulo retomo o contexto político discutindo o período de 1990 a 2015 com ênfase no campo político dos movimentos sociais. Em seguida, no segundo item, discorro sobre as mobilizações e organizações/articulações que o movimento de mulheres gerou e suas relações com o feminismo. Para isso me valho da pesquisa documental, da observação direta durante o período da pesquisa e da minha própria experiência militante em movimentos. Por fim, no último item, trago algumas reflexões tentando articular o debate sobre a relação movimento feminista, movimento de mulheres, mulheres de classes populares e movimentos sociais. Discuto como a questão de classe, em particular a classe trabalhadora em sua fração mais popular, esteve ou não inserida neste processo geral do campo e no movimento de mulheres.

3.1. Movimentos sociais, participação institucional e articulação internacional

Na década de 1990, os movimentos sociais, já vinculadas a grandes articulações ou organizações nacionais, realizam ações próprias, utilizando-se de diversos repertórios, sejam de protestos, ocupações e mobilizações ou de incidência sobre as mudanças legislativas, de

elaboração e monitoramento de políticas públicas no plano nacional e/ou de implantação de serviços públicos no plano local. Tem maior visibilidade, no período, a participação nos espaços institucionais para incidência sobre o Estado, seja no campo internacional ou nacional.

Os processos articulatórios gerais da década de 1980 entram em descenso e se consolidam as articulações por área de política pública e/ou por grandes demandas sociais, a exemplo das lutas por terra no campo, as lutas por moradia na cidade, o enfrentamento dos problemas dos transportes públicos, a defesa da saúde ou educação, constituindo-se fóruns e/ou redes especializadas em cada área. As formas de expressão destes movimentos variam conforme o grau de institucionalização de suas organizações próprias e/ou de capacidade do Estado de construir espaços de interlocução próprios. Desta forma, se pode verificar, como, ao longo da década, estas diferenças ocorrem. Por exemplo, os movimentos por transporte público seguem se expressando em protestos nas ruas por ocasião dos constantes aumentos de tarifas (LUDD, 2002) e os movimentos por saúde se manifestam mais fortemente no interior das Conferências e Conselhos, adentrando a máquina pública na qualidade de profissionais da área (DOWBOR, 2012). Ambas as formas de atuação obtêm resultados no sentido de mudanças nas políticas públicas, resta saber qual é mais efetiva em consolidar o referido movimento como força política contra a ordem, ou seja, como um sujeito da luta antissistêmica, ou como diria Melucci, capaz de promover fissuras no sistema.

Com as conquistas sociais decorrentes do processo constituinte, ganham proeminência as mudanças legislativas que normatizam os direitos sociais e organizam os mecanismos de participação social: especialmente conselhos e conferências de políticas públicas. Nestes conselhos, compostos em geral por entes governamentais e da sociedade (em alguns casos por setores empresariais e usuários de serviços), passam a participar as organizações e redes de movimentos sociais construídas durante o processo anterior, e também as Pastorais Sociais, assim como as entidades de assessoria e apoio aos movimentos, que posteriormente ficaram conhecidas como Organizações Não Governamentais. Estas entidades, em sua maioria, se dedicavam a trabalhos de educação e organização dos movimentos populares e acompanhamento à suas lutas. A maioria tinha como referência de sua atuação a Educação Popular, concepção pedagógica desenvolvida por Paulo Freire, e tiveram forte influência nas ações educativas que eram desenvolvidas para e pelos movimentos (SILVA, 1996). Este conjunto de organizações sofrem mudanças na década de 1990, tanto as CEBs e Pastorais Sociais com o redirecionamento político, à direita, da Igreja Católica (ANDRADE, 2012), como as entidades de assessoria, que passam a atuar com voz própria em espaços públicos de participação social (SOUTO e PAZ, 2012).

O ciclo social de conferências da ONU, que marcou a década de 1990, inicia-se com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, e segue, em 1993, com a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena e com a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994. Em 1995, acontece em Beijing a Conferência Mundial sobre a Mulher e, em 2001, a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durbam, como já referido no capítulo anterior. Em todo este processo a presença ativa do movimento feminista e de inúmeros grupos de mulheres, entre os quais os ligados ao movimento de mulheres negras, foi intensa, sejam as integrantes identificadas com o feminismo ou não. A incidência destes movimentos sociais, e também de outros como o Movimento Negro e o Movimento de Direitos Humanos, foi central para criar as condições de possibilidades para o monitoramento no Brasil das Plataformas de Ação destas Conferências, das quais o país é signatário e para a efetivação de direitos já conquistados e/ou a conquista de novos direitos através das políticas públicas. Desse processo derivou uma maior aproximação dos movimentos sociais com a ideia de controle social sobre as políticas públicas. Mas outras razões incidiram também para a ampliação de ênfase nos espaços institucionais, como veremos a seguir.

Com a queda do presidente Collor de Melo, em 1992, assume o seu vice, Itamar Franco, que leva para seu governo como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, um renomado sociólogo, reconhecido como de centro esquerda, e com trajetória de vínculo à luta contra a Ditadura. Cardoso implanta o Plano Real, baseado na criação de uma nova unidade monetária que funcionou como indexador, que se alteraria cada vez que o Índice Geral de Preços subisse ou descesse, e com isso consegue combater a inflação. Para conter os gastos públicos, o governo fez aprovar um projeto de lei para a criação do Fundo Social de Emergência, que autorizava o governo a reduzir os gastos determinados pela Constituição (SINGER, 2014). A estabilidade econômica é o passaporte para a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República em 1994 e reeleição em 1988. Ele assume nos marcos da onda neoliberal que orienta o processo de globalização no mundo. Começa a ruir a chamada Constituição Cidadã.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, por dois mandatos seguidos, de 1994 a 2002, impõe uma forte reorganização do Estado, com a privatização de empresas públicas, reforma administrativa com criação de agências reguladoras e transferência de parte significativa da execução das políticas públicas para empresas e/ou para organizações sociais.

Nos seus dois períodos, FHC retomaria propostas avançadas por Collor para

> a abertura do país aos mercados internacionais e de diminuição do escopo e do tamanho do Estado. Correspondiam ao programa liberal que se tornara hegemônico, quase compulsório, em escala mundial (REIS, 2014, p 117).

A situação política, no Brasil, nos governos FHC, é bastante contraditória. Por um lado, o processo de redemocratização gerou um alargamento da noção do público e uma maior institucionalidade democrática. Isso facilitou também um repensar da responsabilidade social que ampliou, na sociedade, as ações assistenciais. Por outro lado, o Estado brasileiro foi tomando medidas no sentido de desconstruir os direitos sociais estabelecidos na Constituição, de privatizar as empresas públicas e terceirizar a força de trabalho, de destituir do direito de expressão das organizações vinculadas às lutas populares, de enfraquecer o poder de decisão dos conselhos de gestão de políticas públicas, e, para concluir, de transferência do que era visto como obrigação do Estado para o setor privado e/ou para 'organizações sociais', um ente de direito privado para fins públicos.

O período FHC gera uma "confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, e marca […] o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira" (DAGNINO, 2004, p. 95). O perverso reside no fato de que, apontando para direções conflitantes e antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa. Sobre este aparente valor da participação estiveram em conflito distintos projetos políticos, que assumem uma disputa de significados sob as referências comuns de democracia, cidadania, sociedade civil e participação.

> Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente —mas não só— pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (DAGNINO, 2004, p.97).

O governo Fernando Henrique Cardoso se encerra já em uma situação bastante desconfortável na economia. A política cambial de desvalorização do Real e a taxa de câmbio já estava flutuando de acordo com a especulação financeira. Nas eleições de 2002, no primeiro turno concorrem seis candidatos, ficando para o segundo turno José Serra, do PSDB, como candidato da situação, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, como candidato da oposição. O PT já havia concorrido nos três pleitos anteriores e, em certo sentido, expressava o projeto político do campo democrático e popular, embora de forma difusa e já sem capacidade de mobilizar a mesma força emocional da militância que congregou em 1989, isso porque a sua composição e o grau de institucionalização era outro, assim também como a recomposição

das várias expressões organizativas dos movimentos sociais.

Segundo Paul Singer (2014), Lula poderia vencer as eleições com a proposta de controle da movimentação dos capitais especulativos, uma vez que era evidente que as crises sucessivas se deviam à vulnerabilidade externa da economia. No entanto, Lula divulgou a Carta aos Brasileiros em que prometia respeitar os compromissos assumidos por Cardoso, visando acalmar os setores conservadores e garantir que nenhuma política econômica que os prejudicasse seria adotada, o que foi confirmada com a indicação, quando eleito, de Henrique Meireles, do PSDB, para a presidência do Banco Central (SINGER, 2014, p. 228).

Paul Singer discute como a reversão deste quadro foi desenvolvida durante o mandato do presidente Lula

> O governo Lula de fato sufocou o crescimento da economia em 2003 para sufocar o surto inflacionário desencadeado no governo FHC. Mas, tão logo a reversão foi alcançada, o governo voltou a baixar os juros e preparou a economia para recuperar o crescimento. Em seguida, a instituição do Programa Bolsa Família, a expansão do crédito consignado e outras políticas redistributivas expandiram o mercado interno e a economia passou a crescer a taxas em média duas vezes maiores que durante os dois mandatos de FHC (...) No segundo mandato de Lula, a política desenvolvimentista culminou na criação de controles de capitais especulativos mediante elevação sucessivas de imposto incidente sobre os recursos vindo dos exterior.(...) O Brasil deixou de depender do FMI e conseguiu acumular ponderável volume de reservas em dólares, sem necessidade de utilizá-las para prevenir ou reverter fugas de capitais ao exterior (SINGER, 2014, p. 228 e 229).

A eleição de Lula, em 2002, se deu a partir de um processo político muito distante do que havia sido a campanha eleitoral de 1989. Ele é eleito em um momento de vitória do neoliberalismo no que diz respeito à política, à economia e à cultura. O individualismo e o consumismo se exacerbam. Os movimentos sociais estão em um momento de pouca presença pública e baixa força política, vindos de um período de profundo desgaste nas relações com o governo FHC e, ao mesmo tempo, de investimento de energias coletivas na atuação nos mecanismos de participação social nas políticas públicas. Além disso, o movimento de mulheres, na década de 1990, voltou-se fortemente para a participação no ciclo social de conferências da ONU e teve sua atuação no plano nacional voltada para a conquista de políticas que efetivassem direitos das mulheres, em especial no campo da saúde e do enfrentamento à violência.

As mudanças no PT e no campo político democrático e popular foram fortes na década de 1990, no que diz respeito a reduzir o discurso baseado na radicalidade e envolver-se cada vez mais com a integração ao sistema político existente. Em 1988, o PT conquistou 33 prefeituras, incluindo algumas capitais, como São Paulo. Em 1992 perdeu São Paulo, mas

ganhou em Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Rio Branco e mais 49 cidades. Em 1994 elegeu quatro senadores, 50 deputados federais e 92 estaduais, além de dois governadores. Em 1996 venceu as eleições municipais em 111 cidades e em 1998 conquistou 3 governos estaduais, 3 senadores, 59 deputados federais e 90 estaduais. A estes números some-se todo o contingente de secretários, assessores e outros petistas empregados em cargos comissionados. Este quadro altera não apenas as disputas no interior do partido, como modifica sobremaneira o espectro do que era o campo democrático e popular, que agora tem que ser visto para além de sua expressão em movimentos e partidos e incluir governos e parlamentares.

> Às vésperas de sua vitória em 2002, o PT transformara-se. Dos núcleos iniciais em São Paulo, disseminara-se por todo o país. Em lugar do pequeno partido de militantes, surgira uma poderosa máquina formada por políticos profissionais. Em 2001 tinha cerca de 500 mil filiados organizados em quase 4,1 mil municípios. Governava 3 estados e 187 cidades, entre elas as 6 mais importantes (REIS, 2014, p. 119).

A relação dos movimentos sociais com os governos petistas, construído a partir da força do campo político democrático e popular, é ambígua. Militantes de organizações de movimentos sociais e outras comprometidas com eles assumem cargos em governos, o que as leva a um afastamento destes movimentos, ou a uma tentativa de substituição política deles, por se verem como portadoras das mesmas demandas e/ou do mesmo projeto político. Essa configuração cria as condições para que, em dadas circunstâncias, os movimentos manifestem-se em apoio aos governos, e em outras, realizem mobilizações para pressioná-los pelo cumprimento de demandas negociadas e não efetivadas (MUTZENBERG, 2010). Esta ambivalência aparece publicamente como uma paralisia dos movimentos sociais, ou no sentido de Melucci, um momento de imersão. Ademais, em razão do processo de formação deste campo político, muitos militantes de movimentos sociais sentem que comungam do mesmo projeto instalado no governo e, vivem momentos de perplexidade e conflito pessoal quando a realidade contradiz esta crença.

Apesar deste quadro, os anos 2000 veem nascer não apenas a chamada era Lula, mas também uma forte rearticulação dos movimentos sociais de forma coletiva com a construção do Fórum Social Mundial. Iniciara-se há alguns anos uma maior articulação entre a ação local e ação global, muito possivelmente como reação à mundialização e liberalização da economia e sua correlação com a política, que ficou conhecida como movimento antiglobalização ou altermundialista (BRINGEL E MUÑOZ, 2010).

> Entendemos o movimento antiglobalização, num sentido amplo, como um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e

> o global, construindo identidades coletivas multirreferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal, a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p.2).

Várias coalizões internacionais de ONGs, sindicatos, movimentos camponeses, feministas, juvenis e outros se articulam em torno da exigência da democratização da tomada de decisões sobre os financiamentos multilaterais, contra a dívida externa dos países pobres e a liberalização do comércio internacional. Isso implica em novas bandeiras de luta que mobilizam distintos segmentos do movimento como a quebra de patentes de medicamento antirretrovirais, usados contra a epidemia de AIDS, contra a produção de organismos geneticamente modificados e o uso de agrotóxicos. No Brasil as organizações nacionais de movimentos sociais, as centrais sindicais e a associação de ONGs (ABONG) se articulam em torno da realização do Fórum Social Mundial e das campanhas contra dívida externa, contra a ALCA – Aliança do Livre Comércio das Américas e contra a implantação de uma base espacial em Alcântara. São momentos fortes de movimentação que rearticulam o campo político de movimentos sociais que vimos discutindo.

O advento do uso massivo das novas tecnologias de comunicação, em especial a internet, por este movimento, é uma de suas grandes novidades, que gera as condições de possibilidade de que ele ocorra em escala mundial, e que transcenda as estruturas tradicionais de organização, mobilizando para suas ações grupos e indivíduos sem vínculos fortes com organizações movimentalistas mais estruturadas (DELLA PORTA, 2007). Além da forma de articulação, também se constituiu numa novidade os repertórios de ação utilizados nas manifestações. O movimento antiglobalização levou às ruas muita criatividade e, ao mesmo tempo, combatividade e capacidade de enfrentamento do aparato policial.

O marco inicial do movimento é Chiapas, no México, em 1996, no Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, que já fora fortemente disseminado pela internet, como até hoje ocorre com os protestos zapatistas. A partir deste período, nas reuniões ministeriais de negociação da OMC – Organização Mundial do Comércio ou por ocasião de reuniões do FMI – Fundo Monetário Internacional, ocorreram sempre, em diferentes países, manifestações contra a liberalização do comércio. Posteriormente os protestos antiglobalização passaram a ocorrer também quando de reuniões de cúpula de Chefes de Estado, seja na Europa ou nas Américas, ou mesmo em Cúpulas Mundiais do G-8.

O fato mais marcante do início deste processo foi a chamada Batalha de Seatle, na qual milhares de manifestantes nas ruas impediram a realização da rodada de negociação da

OMC, em 1998, e as manifestações em Gênova, em 2001, durante a reunião de cúpula do G-8, onde um manifestante foi baleado e, posteriormente, esmagado por um jipe da polícia. O atentado de 11 de setembro de 2001 ao *Word Trade Center*, nos Estados Unidos, é visto por alguns analistas, o elemento de conjuntura que reduziu a orientação das manifestações para o confronto, como Maria da Glória Gohn (2003). Entendo que eles podem ter se reduzido em número de adeptos, mas os confrontos continuaram ocorrendo, apesar das reuniões de cúpula serem cada vez mais fechadas e cercadas por forte aparato policial.

O Fórum Social Mundial (FSM) é construído como um processo no interior do movimento antiglobalização, em torno da consigna de que 'um outro mundo é possível', e, em paralelo ao Fórum Econômico Mundial que tradicionalmente reunia os Chefes de Estado em Davos, na Suíça. Em 2002, as 58 organizações e redes envolvidas na consolidação do FSM criam um Conselho Internacional que o lidera. A Carta de Princípios demonstra a diversidade de organizações, de causas e de correntes políticas que compõe o FSM. Mas, apesar disso, quando de sua organização inicial, que contou com algumas organizações centrais nas lutas antiglobalização, como a *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne* (ATTAC)[28], o Fórum foi criticado por ter supostamente um caráter reformista[29] (GOHN, 2003). O debate em torno do FSM, na mídia, em 2002, versava se e até que ponto ele rejeitava o espírito de Seatle. O FSM apresentou-se como a possibilidade de construir outra forma de globalização, baseada na integração cultural e rejeitando a forma da mundialização da economia. É um processo político que culmina com um grande encontro no qual a maioria das atividades (exposições, seminários, oficinas etc.) são realizadas de forma autogestionária pelas organizações inscritas, ficando sob responsabilidade do comitê internacional do FSM a passeata de abertura e as grandes conferências abertas a todos os participantes. A articulação do FSM funda-se na perspectiva da horizontalidade e autonomia dos movimentos sociais e que colocou em questão velhas formas de fazer política, fortemente hierarquizadas e já tradicionais, inclusive no campo da esquerda (SANTOS, 2005).

O surgimento do FSM, a partir do Brasil, foi possível em razão deste processo histórico de formação de um conjunto de articulações movimentalistas em torno de um ideário comum e com forte capacidade de ação coletiva, apesar de suas diferenças e divergências internas. No momento em que o projeto neoliberal impõe, no debate público, a ideia de fim da

[28] Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos, criada na França em 1998 tinha como finalidade instituir um imposto sobre movimentações financeiras internacionais (a chamada Taxa Tobin)

29 Esta crítica foi feita em Porto Alegre, em 2002, por três articulações movimentalistas: a Ação Global dos Povos, o Black Bloc espanhol e a Federação Anarquista Gaúcha, mas não parece ser um pensamento amplo entre quem participa do FSM.

história, o FSM afirma: ‘um outro mundo é possível’. Algo semelhante já havia sido dito por vários movimentos sociais internacionalistas, entretanto, neste caso, a proposta é gerar um espaço de articulação e confluências de fomento de pautas comuns, capazes de gerar ações coletivas antissistêmicas compartilhadas, mas sem uma direção única, centralizada e, portanto, como um processo de construção permanente de si mesmo, de sua ação e seu projeto político.

> Pensando então o Fórum Social Mundial a partir de vários significados da história recente e da reconstrução das formas de luta e de organização de projetos libertários e emancipatórios, podemos dizer que ele é um marco nesse caminho. O Fórum também ganha sentido na sua relação com outras formas contemporâneas de contestação da globalização, da superexploração capitalista, da violência das guerras, contra o fundamentalismo religioso, contra o imperialismo americano, e também contra a relação de poder profundamente desigual entre os países do Sul e do Norte. Essas contestações estão no Fórum e em vários outros espaços políticos internacionais e nacionais que se reforçam uns aos outros. O que torna o Fórum cada vez mais um movimento e o que poderá torná-lo cada vez mais estratégico é a sua capacidade de ser contra as agendas neoliberais e imperialistas sem, no entanto, ser determinado por elas. Constrói-se dessa maneira o movimento que se faz cada vez mais permanente e multipolar. (...) No geral, temos aí uma relação dialética, em que os movimentos produzem um processo e esse processo reconfigura a dimensão de cada movimento e dos movimentos em geral (ÁVILA, 2003, p.645 e 646).

O processo FSM segue um curso crescente até este ano de 2015, impulsionando diversos fóruns sociais regionais e temáticos, e, em paralelo, organiza-se o Fórum das Alternativas[30]. Neste período ocorrem também, no cenário mundial, as movimentações antiglobalização que ficaram conhecidas a partir de suas datas como o M19, seguidos do ciclo de protesto generalizado que foi chamado Primavera Árabe. Nos EUA e na Europa os movimentos *Ocupy* e Indignados ganham força frente a crise econômica e política.

No contexto brasileiro, os governos federais petistas, até 2014, conseguiram evitar que o Brasil entrasse na crise financeira internacional e garantiram o enfrentamento à miséria extrema e à pobreza pelas políticas de distribuição de renda, elevação do salário mínimo e benefícios sociais correlatos e pelo financiamento do crédito popular que gerou tanto a inclusão no consumo de bens como o alargamento do chamado empreendedorismo individual.

30 O Fórum Mundial das Alternativas (FMA) é uma rede internacional de centros de pesquisa e de intelectuais militantes do sul e do norte criado em 1997 (http://www.forumdesalternatives.org/pt-br/que-e-o-fma). O processo FSM se desdobra em Fóruns Sociais Regionais e Temáticos, a exemplo de: Fórum social das Américas, Fórum Social Hemisférico, Fórum Social Panamazonico, Fórum Social Europeu, Fórum Social Mediterrâneo, Fórum Social Mundial da Saúde e Fórum Social Mundial da Educação. Também em alguns países ocorreram fóruns sociais temáticos como na Argentina, Colômbia e Palestina. No Brasil aconteceram edições do Fórum Social Brasileiro e nordestino e também alguns de caráter temático.

Ao mesmo tempo favoreceram maior nível de empregos formais e inserção nas universidades para jovens negros e de classes populares. Esta nova situação social impulsionou um maior contingente populacional em circulação nas cidades, sem que houvesse investimentos substantivos para enfrentar os problemas da mobilidade urbana (SINGER, 2012). A situação se agrava com a crise econômica, iniciada em 2008 com a situação das hipotecas habitacionais nos Estados Unidos, que provoca efeitos em todo o mundo. O nível de desemprego aumenta e, mais recentemente, vemos a Europa entrar na pior crise humanitária desde a Segunda Guerra com a situação dos migrantes, em conjunto com a crise financeira. Esta situação está sendo enfrentada por mobilizações sociais no mundo inteiro.

O governo Lula, ou o lulismo, conforme analisado por André Singer (2012), é aprovado no teste eleitoral, apesar da crise política que foi cunhada na mídia como ‘mensalão’. Ele consegue eleger sua sucessora, a primeira mulher eleita como presidente do Brasil, Dilma Roussef. Lula e Dilma contaram com um arcabouço jurídico advindo da Constituição de 1988 que gerou condições de possibilidade para a grande ampliação dos espaços de participação ocorrida, em especial, no primeiro governo. Ao mesmo tempo, esse período de governos petistas foi marcado pela etapa imediatamente anterior e pela história de nossa formação social. Os governos Collor-Itamar e Fernando Henrique Cardoso inviabilizaram quaisquer diálogos com os movimentos sociais e apostaram na fragilização e criminalização das organizações populares. A formação social brasileira, como salientamos, foi historicamente marcada por formas centralizadoras, patrimonialistas e clientelistas de fazer política, originadas na colonização, em seus mecanismos escravistas e patriarcais, e em sua economia voltada para sustentação das metrópoles portuguesa e inglesa. Ao herdar essa perspectiva histórica e a dos governos recentes, ainda que os governos petistas tivessem compromisso público com a participação e, de fato, tenham-na ampliado quantitativamente, ela não significou uma revisão ampla dos procedimentos da ação política institucional.

A aposta do PT na governabilidade baseada na relação com o Congresso Nacional, em detrimento da relação com os movimentos sociais que lhe deram origem, sustentou o que vem sendo chamado por alguns/as estudiosos/as de presidencialismo de coalizão, ou de 'peemedebização' ou ainda de blindagem política. O PT governa com uma articulação tão ampla com partidos e setores sociais que conseguiu reduzir muito a sua oposição pública declarada até 2013, o que mudou radicalmente em 2014 e 2015, com a chamada crise política. Isso significa que, no espectro político geral, o governo petista se distancia muito da perspectiva de esquerda que havia no próprio Partido dos Trabalhadores e, mais ainda, no campo político dos movimentos sociais. Implica que, ao mesmo tempo em que ele constrói

uma política pública de redução das desigualdades, baseada em programas sociais de enfrentamento à pobreza, o governo renuncia a compromissos históricos do PT com os movimentos sociais, como as reformas agrária e urbana, e reacende o clássico ideal desenvolvimentista das esquerdas, com grandes projetos capazes de fazer com que o país galgue um novo patamar econômico no mundo globalizado. Apesar da ampliação dos espaços de participação social, nestes últimos anos, isso não foi capaz de canalizar e processar as insatisfações com a política e as demandas por direitos, como tão bem demonstram as jornadas de junho de 2013.

Avritzer explica esta situação, mostrando que a política de inclusão e de participação social, implementadas pelos governos Lula e Dilma, chegaram a um certo limite:

> O Bolsa Família e os aumentos do salário mínimo foram importantes na criação de um processo de mobilidade social que não devemos subestimar. O Brasil é um dos países onde a pobreza mais diminuiu e onde o crescimento econômico dos últimos anos teve um dos maiores impactos distributivos. Ao mesmo tempo, as conferências nacionais do governo Lula, continuadas pelo atual governo, envolveram quase 6 milhões de pessoas e criaram um canal real de comunicação entre a sociedade civil e o Estado. Mas estas políticas ou se esgotaram ou alcançaram um patamar de estabilidade desde 2010. A inclusão de novos grupos na assim chamada nova classe média estagnou e, com ela, um certo aumento na capacidade de consumo. Ao mesmo tempo, a inclusão de novos grupos sociais gerou fortes problemas na infraestrutura e na oferta de bens públicos criando gargalos que hoje estão sendo enfrentados pelo governo. E aí aparece uma característica do atual governo que é preciso apontar: a pouquíssima disposição para a negociação em questões econômicas e de infraestrutura (AVRITZER, 2013).

O período referente ao governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pelo não reconhecimento dos movimentos sociais, ausência de diálogo e pelo crescimento da política de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade, em especial na área de assistência social. O governo Lula fez crescer os espaços institucionais de diálogo entre governo e sociedade civil, ampliando o número de conferências e conselhos de políticas públicas, que discutiam prioridades e diretrizes para inúmeras áreas de atuação. Todavia a baixa efetividade das resoluções reduziu cada vez mais o caráter deliberativo dos espaços institucionais de participação, que sequer é comum a todos eles, pois alguns têm caráter consultivo (SOUTO e PAZ, 2012).

A experiência do PT, no Governo Federal, não conseguiu dar seguimento a experiências de democracia participativa iniciadas nos municípios e Estados em que esteve na administração. Wainwright (2006) relata um caso que demonstra a superficialidade presente na cultura política das lideranças do PT no governo, quanto à democracia participativa: um pesquisador sobre orçamentos participativos em governos municipais e estaduais petista ao

interpelar gestores do Governo Federal sobre a necessidade de estender a experiência de democracia participativa para o Governo Federal, teve como resposta "... que já havia a democracia participativa: um operário estava no gabinete presidencial" (WAINWRIGHT, 2006, p.15). Este relato é demonstrativo de como as fronteiras entre governo e campo político dos movimentos sociais foram borradas neste processo político.

Esta fragilidade dos canais de democracia participativa somou-se ao já fortemente enraizado descrédito com a política representativa, calcada nas vicissitudes do nosso sistema político, que além de distorcer as representações regionais com o voto majoritário para o Senado, impõe a sub-representação a enormes parcelas da população, em especial às mulheres, às pessoas negras e das classes populares, uma vez que o processo eleitoral baseia-se fundamentalmente no poder econômico e na estrutura de mídia dos candidatos, o que cria condições para a corrupção historicamente estabelecida no Estado brasileiro. As escolhas políticas feitas pelo Partido dos Trabalhadores, ao tentar garantir a governabilidade através do apoio no Congresso Nacional em detrimento da sua opção inicial pelos processos de mobilização dos movimentos sociais, geraram um sentimento forte de decepção na geração que esteve envolvida com a sua construção como 'partido de novo tipo', como foi nomeado por vários pensadores da política (MENEGUELLO, 1989; OLIVEIRA, 2010) e no campo democrático e popular.

Nobre (2013) afirma que a blindagem do sistema político brasileiro estaria ocorrendo desde 1993. Ele afirma isso discutindo a construção da unidade forçada da oposição contra Ditadura Militar que levou à saída pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo colégio eleitoral. Segundo Nobre, a eleição da Assembleia Nacional Constituinte teria sido uma tentativa de reconstruir a democracia com a força dos movimentos sociais, mas isso não teria sido permitido pela presença do Centrão, bloco político parlamentar que inviabilizou maiores avanços democráticos na Constituição de 1988, o que significou o surgimento do que Nobre chama de peemedebismo, um certo efeito de maioria em funcionamento no Congresso Nacional que engessa a política brasileira. Com o *impeachment* de Collor da presidência da República, em 1992, em função da 'crise de governabilidade', teria tido início a blindagem do sistema político, em curso até as manifestações de 2013, que colocou na agenda pública a necessidade de reforma do sistema político (NOBRE, 2013).

A onda de mobilização, ocorrida em junho de 2013, começou em São Paulo a partir da convocação do Movimento Passe Livre – MPL, que de maneira articulada com o Movimento Juntos e a Anel – Articulação Nacional de Estudantes Livre-, chamou às ruas estudantes em defesa da redução da tarifa do transporte coletivo. Em reportagem na revista Caros Amigos,

em julho de 2013[31], participantes destes movimentos se situaram politicamente no campo da esquerda. Após forte repressão policial, divulgada majoritariamente pelas redes sociais na internet, o movimento galgou uma enorme ampliação nas manifestações subsequentes em São Paulo e reproduziu-se em algumas cidades, porém não mais com o mesmo caráter. Especificidades geopolíticas e atores envolvidos no plano local geraram distintas formas de convocação em distintos lugares. Muitos analistas identificam que a ampliação fez com que a onda de protestos tivesse sua agenda alargada e sua orientação política fortemente disputada por forças de direita (BRINGEL, 2013; ROVAI, 2013; CHAUI, 2013; AVRITZER, 2013; SAFLATE, 2013; CASTELLS, 2013).

Não é possível, sem uma análise mais acurada, remeter esta onda de manifestações de 2013, para a mesma análise dos momentos fortes de aparição do campo político dos movimentos sociais que vim fazendo até aqui, dado que ela não tem a mesma composição de forças políticas e estruturas organizativas dos movimentos sociais já tradicionais. Em estudo recente (SILVA, 2014), analisei que as manifestações indicaram distintas insatisfações porque delas participaram setores sociais com diferentes necessidades, interesses e visões de mundo.

> Alguns, integrantes de movimentos sociais e/ou pessoas mobilizáveis a partir de suas causas, expressavam distintas reivindicações ligadas à políticas públicas de transporte, educação e saúde; exigiam reconhecimentos para modos de vida próprios; enfrentavam as tentativas ultra conservadoras de novas legislações impeditivas da liberdade sexual e autonomia reprodutiva sintetizadas na rejeição ao deputado Marcos Feliciano, à criminalização do aborto e ao projeto conhecido como ‘cura gay’ (BRINGEL, 2013); denunciavam os gastos públicos com as obras em preparação dos grandes eventos esportivos frente ao caos presente na vida urbana, etc. Outros manifestantes foram mobilizados a partir da insatisfação difusa a certas prioridades do governo federal para com o enfrentamento da pobreza e/ou pela visão moral contra a corrupção, porém vista de forma a-histórica e utilizada ideologicamente contra os sujeitos políticos de esquerda em geral e não especificamente contra os segmentos corrompidos e os corruptores na cena política atual, ou seja, sem conseguir que a questão seja abordada em uma perspectiva republicana. Outros ainda aderiram ao apelo midiático para a festa cívica aproveitada para tentar construir na opinião pública posicionamentos contrários ao governo Dilma. Apesar de tudo isso, foi interessante ver nas ruas reivindicações que estavam sendo arduamente trabalhadas pelo campo dos movimentos sociais no período recente com o intuito de ganhar adesão na sociedade, como a repulsa ao projeto de estatuto do nascituro que tramita no Congresso Nacional e a crítica às obras urbanas voltadas para a realização no Brasil da Copa do Mundo de 2014, ganharem força popular nas mãos de muita gente que não está cotidianamente na organização dos movimentos a elas correspondentes, o movimento feminista e o movimento pela reforma urbana (SILVA, 2014, p.25).

Nesta mesma linha de pensamento, vejo as “jornadas de junho" como uma expressão

31 www. carosamigos.com.br

de movimentos sociais, um ciclo de protestos que se relaciona com o ideário (*masterframe*) construído ao longo do período histórico recente, mas que, ao mesmo tempo, não está organicamente vinculado ao campo político construído, uma vez que não contou com suas estruturas organizativas já tradicionais e nem tampouco as manifestações indicavam se sentir representadas por elas. Muito pelo contrário. As manifestações de 2013 aprofundaram a crise de representatividade em curso na sociedade brasileira.

Ruy Braga (2013) analisa os protestos considerando que o "precariado" – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento. O que também poderia ser considerado, mas isso não ficou expresso nestes termos pelos manifestantes.

A nova geração de jovens viveu a vida inteira no processo pós redemocratização do Brasil, ou seja, no período correspondente aos governos Fernando Henrique, Lula e Dilma, e, nele, construiu suas possibilidades de atuação política. Na minha compreensão a forma dos protestos, seus repertórios de ação e sua estética própria, foi produzida a partir de manifestações semelhantes, mas que ocorreram em menor escala. Refiro-me à irreverência e criatividade presente nas passeatas de abertura do Fórum Social Mundial, em suas várias edições, com destaque para as ocorridas em Porto Alegre e Belém, bem como nos vários momentos da Marcha das Vadias, da Marcha da Maconha, nos movimentos *Occupy* e Indignados, ocorridos em vários continentes, que ficaram conhecidos pela internet. Também percebo ecos, nas recentes manifestações no Brasil, dos protestos ocorridos em vários pontos do mundo por ocasião das reuniões de cúpula dos presidentes, e em especial da OMC – Organização Mundial do Comércio. No Brasil, por ocasião da Rio+20, isto é, o encontro de movimentos sociais paralelo à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, que ocorre 20 anos após a ECO 92, aconteceram vários confrontos de rua, embora a cena mais forte tenha sido a passeata sem confronto que reuniu 80 mil pessoas, segundo os jornais da cidade.

Em 2014, a direita política cresceu em expressão na sociedade brasileira, não obstante a rearticulação de uma grande parte do campo político dos movimentos sociais em torno da realização do plebiscito popular em apoio à realização de uma assembleia constituinte exclusiva, para redefinição do sistema político brasileiro, realizado em setembro, obteve a expressiva participação de 7,873 milhões de votantes[32]. O confronto, no segundo turno da

[32] O "Plebiscito", realizado por 477 organizações em todo o país, não tinha um caráter legal e teve objetivo de demonstrar o desejo popular por mudanças no sistema político e pressionar o poder público a convocar um

eleição presidencial, entre a candidatura Dilma Roussef, pelo PT e aliados, e a candidatura Aécio Neves, pelo PSDB e aliados, conformou-se como um enfrentamento de grande envergadura entre campos políticos mais à direita e mais à esquerda, o que incidiu fortemente na crise político institucional. O ano de 2015 viu reacender a chama das mobilizações massivas nas ruas, desta vez tanto como expressão da direita que defende o *impeachmen*t da presidente Dilma Roussef, como da esquerda contra o que ela chama de golpe na institucionalidade democrática. O campo político dos movimentos sociais, todavia, se divide entre aqueles que se mobilizam em defesa do governo e os que defendem a continuidade do Governo, mas criticam as suas políticas. Até o final desta elaboração é imprevisível os rumos que esta conjuntura tomará.

3.2. Movimentos de mulheres e movimentos feministas: da Conferência de Beijing à primavera feminista

Nesta parte vou descrever os processos de articulação e mobilização presentes no movimento de mulheres e movimento feminista no período de meados da década de 1990 aos dias atuais, procurando refletir o que estes dados extraídos da memória pessoal e da bibliografia sobre movimentos sociais no período, indicam sobre a relação e as interpelações das mulheres trabalhadoras de classes populares. Pretendo demonstrar como o movimento de mulheres e movimento feminista foram se misturando, se retroalimentando e construindo referências comuns para ação. Também quero discutir qual relação desenvolveram com o campo político dos movimentos sociais, elemento que entendo como relevante para a adoção da referencia a classe social no marco de referência destes movimentos analisados.

No movimento de mulheres, a década de 1990 foi marcada pelo ciclo das conferências sociais da ONU, conforme descrito acima, associado aos processos correlatos de postulação de novas legislações e políticas públicas no plano nacional. É também um período importante para o fluxo organizativo das articulações movimentalistas no interior do movimento de mulheres e para as relações que se desenvolvem no campo político dos movimentos sociais, com destaque para a presença feminista nas jornadas de luta contra a ALCA e OMC e no Fórum Social Mundial. Nesse itinerário, a seguir tentarei demonstrar como este processo se deu, com ênfase na presença e nos sentidos que vão sendo dados à participação de mulheres de classes populares.

---

plebiscito oficial sobre a reforma política. O resultado foi 97,05% votos a favor e 2,57 contra a realização de Assembleia Constituinte exclusiva.

A atuação do movimento feminista, neste período, embora tenha sido fortemente marcada pelos processos das conferências da ONU, não pode ser visto apenas por este prisma. No plano nacional as mobilizações feitas em torno de mudanças legislativas e de implantação de políticas públicas galgaram conquistas relevantes, em especial no campo da saúde, aborto e enfrentamento à violência (MACHADO, 2010). Também me parece bastante importante a capacidade de ação conjunta de vários movimentos feministas que gerou a Plataforma Política Feminista, em 2002. Ademais o movimento de mulheres com orientação feminista manteve-se articulado em fóruns permanentes em vários Estados da federação, vinculados à AMB, conduzindo diversos processos de lutas locais contra a violência, em defesa da descriminalização do aborto, pela implantação de serviços de saúde etc.; os movimentos sindicais de mulheres conquistaram vários direitos específicos nas negociações por ocasião de campanhas salariais de suas categorias e grandes mobilizações nacionais como a Marcha das Margaridas.

No início da década de 1990, a imprensa feminista já havia reduzido sua força: o jornal Nós Mulheres funcionou só até 1978; Brasil Mulher foi encerrado em 1980, e o Mulherio em 1988. Uma entidade que se constituiu pós processo Constituinte, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, em Brasília, mantêm a atuação junto ao Congresso Nacional, e posteriormente ao Executivo, no sentido de incidir para efetivação de novas legislações e políticas públicas que garantam os direitos das mulheres, a partir da mobilização do movimento de mulheres. Esta organização produziu o Jornal Fêmea[33] de 1989, quando foi criada, até 2014, foram feitas 178 edições. O jornal era enviado para mulheres ativistas em todo o país, como instrumento de divulgação e mobilização.

A partir da década de 1990 verifica-se o crescimento da atuação nos conselhos gestores das políticas públicas, em especial nas Conferências e Conselhos de Saúde, assim como ocorre com outros movimentos sociais (MACHADO, 2010). Neste período cresce a participação de organizações de mulheres de classes populares nos conselhos gestores no plano municipal e a participação nos processos de Orçamento Participativo. As experiências de Orçamento Participativo somam-se à atuação nas Conferências e Conselhos como forma prática de participação social.

O Orçamento Participativo (OP) é uma experiência sem base legal em âmbito nacional, que se notabilizou a partir das prefeituras do PT, e que se desenvolve com a realização de assembleias populares para discussão de investimentos públicos dos governos municipais, que

[33] Disponível em www.cfemea.org.br

variam de 1 a 2% do orçamento público, na maioria das vezes, em seu espaço de realização territorial e temático. Essas assembleias, chamadas plenárias em algumas cidades, além de discutir prioridades, elegem representantes (delegados/as) para o conselho municipal de orçamento, no qual se define a proposta orçamentária da Prefeitura a ser enviada à Câmara de Vereadores, que tem a prerrogativa de decisão legal sobre o orçamento público anual em cada município (SILVA, 2014).

Sobre a participação das mulheres nos processos de orçamento participativo na cidade de Recife, concordo com Betânia Ávila e Verônica Ferreira quando afirmam que

> O orçamento participativo é a esfera do encontro político de negociação entre movimentos, organizações e governo. Dessa maneira, não é no interior do OP que as mulheres constituem sua identidade política como sujeito coletivo. Ao contrário, para terem poder de interferir nos recursos e políticas, e decidir sobre eles, as mulheres devem chegar a esse espaço como portadoras de uma identidade política autônoma e forte. Em outras palavras, precisam estar conscientes de quem são, da situação de desigualdade que enfrentam e do que querem construir e transformar (ÁVILA E FERREIRA, 2006, p. 10).

Esta afirmação pode ser estendida para outros âmbitos da participação social. Isso significa que a atuação direta das mulheres nos canais institucionais de participação social nos diversos níveis, municipal, estadual e federal, apesar de relevantes para a democratização das políticas públicas, gera um repertório de ação que prescinde dos processos organizativos e de formação próprios dos movimentos sociais. Desta forma, cresce, de maneira exponencial, a participação de mulheres neste período, mas isso não significa, necessariamente, uma ampliação de seus movimentos sociais.

É também na década de 1990 que os estudos de gênero crescem no ambiente das ONGs e movimentos sociais e nas universidades. Ao mesmo tempo foi uma pauta trazida à tona pelo movimento feminista e uma imposição das agências internacionais de financiamento do desenvolvimento, elas próprias também podendo ter sido influenciadas pela ação feminista. Neste cenário, várias ONGs não feministas passam a desenvolver trabalho social com mulheres de periferia, formando grupos específicos, e algumas ONGs feministas se envolvem fortemente na disseminação da perspectiva de gênero a partir de distintas concepções (BUARQUE, 2002; CISNE, 2014). No feminismo acadêmico crescem os grupos de pesquisa e, em algumas universidades, disciplinas específicas (MATOS, 2008; PISCITELI, 2002). Em 1992 são criados os periódicos acadêmicos, Revista de Estudos Feministas, na UFRJ e posteriormente na UFSC, em 1992, e os Cadernos Pagu, na Unicamp, em 1993. As revistas feministas são um marco no crescimento do feminismo acadêmico.

A partir da atuação do movimento feminista na década de 1980, em torno das questões

de saúde, em 1991 é organizada, como uma articulação nacional, a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos[34], conhecida como Rede Saúde. Esta articulação mobilizou diversos grupos do movimento de mulheres em todo o país em preparação à Conferência de Cairo sobre população e desenvolvimento, na qual teve forte incidência.

Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada na China (Beijing / Pequim), em 1995, proporcionou uma oportunidade para o fortalecimento dos movimentos feminista e demais movimentos de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de outros grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, com proporções nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1994). Com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento de mulheres, independente das diferenças ideológicas e políticas, foi organizada a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95, que posteriormente veio a ser chamada apenas AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras.

Após 10 anos, fazendo o balanço dos resultados obtidos para a vida cotidiana das mulheres pós Conferência de Beijing, Silvia Camurça, à época secretária executiva da AMB, afirma que os resultados do ciclo social de conferências da ONU e a própria Plataforma de Beijing, significam uma derrota, ainda que parcial, dos discursos conservadores, e, em certa medida, questiona a doutrina neoliberal, entretanto, afirma, eles não foram adotados integralmente como marco para a formulação de programas e políticas, nem pelos Estados nacionais e nem pelos programas multilaterais. Ao contrário, a maioria dos governos capitulou à ordem liberal em suas políticas domésticas contra a expansão dos direitos econômicos, sociais e culturais. Conforme salientado por Camurça, "os países ricos fortaleceram a Organização Mundial do Comércio, constituída no ano da Conferência de Beijing, em detrimento da ONU e do direito ao desenvolvimento para os países de periferia do capitalismo" (CAMURÇA, 2005, p. 67).

[34] A Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracista, fundada em 1991. Tem abrangência nacional, estando composta por 12 Regionais. É integrada por organizações não governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Está presente em cerca de 30 instâncias nacionais, governamentais e não-governamentais, que incidem sobre as políticas públicas de saúde. Integra relatorias nacionais e internacionais de saúde e direitos humanos das mulheres. (RNFSDSDR, 2014)

Este é outro exemplo da confluência perversa da qual falou Evelina Dagnino (2004). Ao mesmo tempo em que o processo, imediatamente anterior, possibilitou a ampliação da participação política das mulheres através dos movimentos sociais e que gerou condições de possibilidade para a incidência sobre a Conferência da ONU (e mais adiante veremos que isso se alarga para as políticas nacionais), a subserviência dos países periféricos à mundialização do capital e à política neoliberal faz com que os resultados obtidos percam lugar no cenário público. As rodadas de negociação na OMC geram novos desafios para o conjunto dos movimentos sociais e para o movimento feminista em particular, que se engaja no seu enfrentamento.

Na volta da China, a AMB assume a tarefa de monitorar o cumprimento pelo Estado brasileiro da Plataforma de Ação aprovada na Conferência de Beijing, que implicaria em efetivação de políticas públicas para mulheres. Ela enfrenta inúmeras dificuldades para manter-se articulada nacionalmente, com todos os grupos que participaram, em torno deste objetivo, apesar da proliferação de grupos de mulheres de classes populares que vinha ocorrendo.

> No início dos anos 1990, se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista (COSTA, 2005, p. 19).

Os indicativos apontam para o fato de que o movimento feminista e o movimento de mulheres negras, à época, tinham uma grande capacidade de articulação, mas pouca experiência organizativa e enfrentavam grandes dificuldades estruturais para consolidar suas articulações nacionais. Não é possível, nesta tese, analisar se a intencionalidade organizativa existia entre aquelas mulheres que lideravam estes processos de articulação, mas os resultados organizativos são reduzidos após tão grande investimento intelectual e emocional em processos articulatórios e de elaboração propositiva.

Em 2000, envolvendo a maioria das organizações feministas que estiveram integradas na preparação da Conferência de Beijing, ocorre a marcha mundial de mulheres. A marcha foi, inicialmente, uma ação internacional mobilizada a partir da experiência ocorrida em Quebec, Canadá, quando, em 1995, 850 mulheres andaram 200 quilômetros contra a violência e a pobreza, com o slogan ‘Pão e Rosas’. No Brasil, a ação internacional começou a ser organizada em 1998 e aconteceu em 2000, com passeatas em vários Estados. Só

posteriormente a Marcha Mundial de Mulheres viria a ser organizada como uma articulação movimentalista mundial e também no Brasil.

Neste mesmo período algumas feministas, que estiveram comprometidas com a articulação pró Beijing, mobilizam uma reunião nacional para reestruturar a AMB e decidem organizar uma conferência nacional, congregando para isso todos os outros movimentos e organizações de mulheres que existiam no momento. Realiza-se, em 2002, a Conferência Nacional dos Movimentos de Mulheres, organizada por 10 redes nacionais[35], que formula a Plataforma Política Feminista, congregando em Brasília, 1.408 mulheres de 25 Estados e do DF. O processo de organização desta Conferência se dá de forma autônoma, pelas próprias organizações existentes, com encontros preparatórios nos Estados[36], os quais discutem propostas para compor a Plataforma. Em função de divergências políticas, um setor do movimento feminista não participou do processo[37], o mesmo setor que havia se dedicado à construção da Marcha Mundial de Mulheres, que então passara a se articular não mais como uma ação, mas como um movimento social mundial.

A partir de debates e conversas com várias mulheres que participaram ativamente deste processo, formei uma problematização sobre este conflito. Há indicativos que ele teve por centro a questão da autonomia do movimento, mas também há informações que derivou de disputas de posições políticas partidárias. Parece que para algumas feministas, que se retiraram do processo, a Conferência deveria dar demonstração de apoio à candidatura Lula para a presidência da República cuja eleição ocorreria naquele mesmo ano, o que poderia ocorrer de diferentes formas, mas entendendo que ela representava politicamente o campo político dos movimentos sociais. Para outras feministas a Conferência deveria manter o perfil autônomo do movimento em relação aos partidos e não manifestar adesão a nenhuma candidatura presidencial, apresentando, a todas candidaturas, seu projeto político e reivindicatório, que foi formulado na Plataforma. Na ocasião o setor que não participou, aparentemente, desconfiava da intencionalidade política do setor que se manteve, alertando para a possibilidade de que isso viesse a significar um apoio velado à candidatura do PSDB, José Serra, uma vez que várias das chamadas 'feministas históricas' eram oriundas do antigo

35 As dez redes que compuseram a Comissão Organizadora Nacional foram: Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (hoje MMC), Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da CONTEE, Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (hoje Secretaria), Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, Rede de Mulheres no Rádio, Rede Nacional de Parteiras Tradicionais, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, União Brasileira de Mulheres.

36 5.212 mulheres participaram nas conferências estaduais preparatórias, realizadas de março a maio de 2002.

37 O setor que se retirou do processo contou com a Marcha Mundial de Mulheres, Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores e Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CONTAG.

PMDB. Havia também entre as feministas, que organizam este processo, outra posição, a daquelas que tinham na Conferência uma forma de fortalecer o movimento feminista autônomo, dando maior força a sua estrutura organizativa e ao seu projeto político, que se consubstanciaria na Plataforma.

Este conflito não foi objeto de pesquisa para esta tese, porém, importa salientá-lo porque acredito que ele tem incidência sobre a relação movimento feminista e campo político dos movimentos sociais. Ou seja, os movimentos sociais que estavam mais próximo do centro de poder no campo democrático e popular (PT e CUT) tenderiam para uma posição mais definida de adesão à candidatura Lula, diferentemente dos movimentos que tinham uma perspectiva mais autônoma. Isso significa também manter um vínculo mais forte com as referências políticas que colocam a centralidade dos conflitos na relação capital-trabalho. Não é possível checar esta interpretação do episódio, mas é possível afirmar que ele facilitou uma fratura política no movimento de mulheres que, até então, vinha se organizado de forma mais unitária. Do lado de dentro da Conferência ficaram as dez redes de movimentos de mulheres que assinam a convocação, entre as quais a AMB, AMNB e várias articulações sindicais. Não participaram da Conferência a Marcha Mundial de Mulheres, a Secretaria Nacional de Mulheres da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Secretaria de Mulheres do PT.

A Plataforma Política Feminista (CNMB-PPF, 2002), documento aprovado na Conferência Nacional dos Movimentos de Mulheres, realizada de 6 a 7 de junho de 2002, em Brasília, analisa a sociedade brasileira com base na crítica a nossa formação social e afirma o movimento de mulheres, com seus vários segmentos e expressões organizativas, como sujeitos da luta pela transformação social. No item 210, a Plataforma afirma

> Os mitos da democracia racial brasileira e da harmonia entre dominantes e dominadas/os são uma construção histórica que remonta às origens da colonização do país. Estes mitos cumprem uma função importante no processo de manutenção e reprodução da desigualdade social, racial/étnica e de gênero, na medida em que se tornam um elemento de sustentação dos privilégios daqueles que exercem a dominação. Na história brasileira, a dominação patriarcal foi um sistema de poder estratégico, que esteve diretamente vinculado ao escravismo e à escravidão da população negra (CNMB-PPF, 2002, item 210).

Esta não é uma assertiva isolada na Plataforma, pelo contrário, é uma síntese dos fundamentos da análise geral e das proposições apresentadas neste documento. Ela está presente tanto no diagnóstico que as articulações movimentalistas fizeram da realidade brasileira como nos desafios que apresentam para o estado e a sociedade, constituindo-se como um marco de referência. Ela afirma que nas últimas décadas o movimento de mulheres

vem se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de mudança de mentalidades. A partir deste lugar de fala, a Conferência se dirige à sociedade brasileira defendendo a articulação entre as perspectivas de gênero, raça e classe na constituição da justiça social: "Convidamos toda a sociedade para debater os entraves que, ainda neste início de milênio, dificultam em nosso país o estabelecimento da justiça social de gênero, de raça/etnia e de classe, para todas as pessoas em todos os aspectos de suas vidas" (CNMB-PPF, 2002, p.14).

O reconhecimento das desigualdades existente entre as mulheres é outro elemento definidor da Plataforma, como está nítido na abertura do documento, do item 3 ao 6, como apresento a seguir:

> (...) o movimento feminista provocou uma profunda revolução cultural no ambiente doméstico e no espaço público. O movimento de mulheres tem tido um importante papel no debate sobre a democracia como regime político e como forma de vida. Para o feminismo, a democracia precisa abranger as instituições e a vida cotidiana, garantindo o direito à liberdade e à diversidade. As mulheres negras contribuíram de forma inquestionável para a construção socioeconômica e cultural do nosso país e foram decisivas para as conquistas dos direitos das mulheres brasileiras. Sua luta contra o racismo e pelo desmascaramento do mito da democracia racial tem conquistado o envolvimento e o comprometimento de outros setores da sociedade civil organizada e do Estado. As mulheres indígenas continuam lutando pelo reconhecimento de sua especificidade cultural e social e por seu direito de inserção plena na sociedade nacional, exigindo respeito às diferenças e tradições milenares de seus povos. As mulheres lésbicas vêm lutando por seu direito de amar outras mulheres, pelo reconhecimento legal de suas relações (parceria civil e união estável) e pelo direito das mulheres ao seu próprio corpo e à livre orientação sexual. As lésbicas têm estado presentes também em várias outras frentes de trabalho e de luta – contra o racismo, contra as desigualdades sociais e pela saúde das mulheres, entre outras (CNMB-PPF, 2002, p.14).

O documento Plataforma Política Feminista, aprovado na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, é o resultado de um processo histórico que gerou uma confluência entre movimento feminista e outros movimentos de mulheres, nitidamente demarcado por um marco interpretativo que considera o capitalismo, racismo e patriarcado como sistema que estruturam a vida social. Embora a perspectiva anticapitalista não estivesse estabelecida como uma linha geral do documento, é expressiva a sua crítica ao neoliberalismo e ao ajuste estrutural, como pode ser verificado no trecho abaixo:

> A política de ajuste estrutural é uma barreira à construção do bem-estar e à superação das desigualdades, que afeta as conquistas alcançadas até hoje no campo social e acelera o processo atual de exclusão. Os programas de privatização e de diminuição dos gastos sociais do Estado, bem como as políticas de flexibilização das relações trabalhistas – que aumentam o

> desemprego e a exploração da força de trabalho –, atingem especialmente as mulheres, quer como trabalhadoras, quer como mulheres em famílias trabalhadoras. A doutrina neoliberal – que define e orienta o ajuste estrutural – atribui ao mercado o papel de regulador prioritário das relações sociais, desmobilizando a organização política da sociedade e redefinindo as responsabilidades do Estado. Para o neoliberalismo, o consumo é a principal forma de participação social, o que acaba excluindo de todos os direitos os não-consumidores, acelerando ainda mais a exclusão e o crescimento das desigualdades. A desigualdade cresce também através das atuais práticas fiscais, que favorecem a acumulação livre do capital e restringem o acesso à riqueza nacional por parte da grande maioria da população, principalmente as mulheres e, em especial, as mulheres negras e indígenas. O desemprego estrutural e a perda da capacidade do Estado de gerar empregos, ou até mesmo de manter o nível atual de oferta de trabalho, caracterizam o grau de perversidade do sistema capitalista, que vem sendo ainda agravado pelo modelo neoliberal (CNMB-PPF, 2002, p. 19 e 20).

Conforme está expresso na Plataforma, os movimentos de mulheres brasileiros opõem-se às políticas neoliberais e de ajuste estrutural e reafirmam a necessidade de que o Estado desenvolva políticas públicas e afirmativas para a superação da pobreza, a geração de renda e emprego e a garantia de bem-estar. Ele defende a superação da injustiça e da desigualdade social em um projeto nacional autônomo, não subordinado e democrático, que vise garantir o atendimento às necessidades estabelecidas no marco dos direitos humanos universais e considere os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Entende-se como parte desses direitos a autodeterminação do povo brasileiro, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais, na perspectiva da igualdade nas relações de gênero, raça/etnia e classe (CNMB-PPF, 2002).

Esta perspectiva política presente na Plataforma, não obstante um setor político do movimento de mulheres tenha se ausentado desta Conferência, é significativa do movimento de mulheres brasileiro e demonstra a sua orientação feminista. Afirmo isso baseada na informação, por um lado, de que o setor que se retirou do processo o fez por uma análise política conjuntural, mas seguiu atuando em conjunto em várias frentes de luta e processos mobilizatórios, como veremos a seguir ao tratar da luta pela previdência social universal, pela legalização do aborto e da Marcha das Margaridas. Por outro lado, ainda que alguns setores feministas possam não se sentir representados na Plataforma e no processo que a gerou, por adotarem uma perspectiva política mais próxima do feminismo liberal, esta posição não tem tido grande repercussão na cena pública de movimentos sociais, restringindo-se a ações especializadas na arena internacional do sistema ONU ou a espaços acadêmicos e governamentais.

Nos anos 2000, são muitas as lutas por direitos das mulheres no âmbito local, em geral em torno de serviços públicos, e também em segmentos de mulheres organizados nacionalmente, a exemplo das conquistas sobre assédio sexual na categoria bancária e o crédito para produção agrícola específico para mulheres rurais. Todavia, de forma geral, dois processos se sobressaem pelo impacto que obtiveram na realidade das mulheres: a criação da Lei Maria da Penha e a configuração de Políticas para as Mulheres em um plano nacional, a partir das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que tiveram início em 2004.

A aprovação da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, que cria mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, foi fruto de um processo de articulação, elaboração e mobilização do movimento feminista. Um grupo de seis organizações feministas com atuação na área do direito elaboraram um estudo e um projeto de lei. Em 2004, a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) instala um Grupo Interministerial com o mesmo fim, que utiliza o documento-base produzido pelas ONGs como referência, elabora e encaminha o projeto de lei para o Congresso Nacional. Para a sua aprovação, todavia, concorreram muitas articulações políticas no âmbito do parlamento e uma forte pressão dos movimentos de mulheres, em especial da AMB.

Inspiradas na iniciativa do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) – que realizou, mensalmente e por dois anos, vigílias de protesto contra o crescimento de assassinatos de mulheres no Estado, a AMB organiza uma vigília nacional com manifestação de mulheres organizadas, ao mesmo tempo em quase todos os estados que, de forma criativa, portando apitos, fazem muito barulho, protestando contra a violência e pressionando pela aprovação da lei (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 2010; BIANCARELLI, 2006). A mobilização que ficou conhecida como Apitaço Nacional Contra a Violência, organizada pela AMB, em 2006, levou às ruas, na maioria das capitais e algumas cidades do interior, mulheres participantes de grupos e fóruns, protestando contra a violência sexista. A mobilização foi fundamental como forma de pressão sobre o Congresso Nacional para aprovação da Lei Maria da Penha.

No campo das Políticas para Mulheres, termo estabelecido a partir dos movimentos de mulheres e que se institucionalizou durante o governo Lula, a participação nos processos de Conferência e nos Conselhos parece ter sido fundamental. Soma-se a isso o acompanhamento e incidência sobre os mecanismos legislativos e governamentais de execução da política, como é o caso do monitoramento do orçamento público por grupos feministas (CABRAL, 2011).

Em 2002, pela pressão das redes nacionais dos movimentos feministas e de mulheres, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, subordinada à pasta da Justiça, sem,

no entanto, competência e estrutura claramente definidas. Em 2003, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada ao gabinete da presidência, tendo a Secretária status de Ministra. Em 2015, no seio da crise política institucional, ela é destituída e passa a ser inserida dentro do Ministério das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial.

Em 2004 acontece a I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres - CNPM, convocada pelo Governo Federal. O movimento de mulheres se organizou conjuntamente para atuar neste processo, que implicou também em conferências municipais e estaduais, onde são tomam decisões sobre as políticas nestas esferas e elegem representação (delegadas) para o nível imediatamente subsequente. Esta atuação foi organizada em uma reunião entre a coordenação da AMB e as coordenações de outras organizações nacionais do movimento de mulheres.

A AMB produziu um caderno de textos "Articulando a luta feminista nas políticas públicas", que subsidiou o debate dos Fóruns estaduais de mulheres. Neste caderno havia propostas de Diretrizes de Políticas Públicas (de caráter nacional) e orientações estratégicas sobre a organização das conferências (AMB, 2004). De posse deste material os Fóruns estaduais realizaram seus próprios processos preparatórios, agregando o debate sobre a situação nos seus Estados, articularam-se com outros movimentos e participaram ativamente das Conferências Municipais e estaduais. O Boletim "Articulando Eletronicamente", da AMB, em três edições, orientou e noticiou o desenvolvimento desta ação de incidência nos Estados e na Conferência Nacional.

As principais questões levantadas pelo movimento de mulheres incluíram: a perspectiva de universalidade das políticas públicas; uma visão integrada de políticas para mulheres, ou seja, intersetorialidade e não confinamento da política a um único ministério; o princípio constitucional do Estado laico, ou seja, não subordinado à religiões. Entre as propostas aprovadas no plenário da Conferência destacou-se o capítulo sobre 'Natureza, princípios e diretrizes da Política Nacional de Mulheres' e a própria ideia de uma política de Estado. Esta era uma ideia e concepção ausente da proposta inicial e que foi construída no processo, pela intervenção dos movimentos. A abertura deste capítulo afirma que uma Política Nacional implica reconhecer que a organização do Estado interfere na vida das mulheres determinando, reproduzindo ou sancionando padrões de desigualdade de gênero e raça (I CNPM).

O texto aprovado afirma a responsabilidade do Estado pela universalidade dos direitos e afirma gênero e raça como componentes estruturais das relações sociais e econômicas. As

diretrizes gerais, também ausentes da proposta inicial, afirmam o reconhecimento da violência em sua dimensão estrutural e histórica, a responsabilidade do Estado na alteração da divisão sexual do trabalho; o caráter redistributivo e desconcentrador de renda que deve marcar políticas que efetivamente combatam a pobreza entre as mulheres. Destaca-se, no âmbito da promoção da autonomia das mulheres, a indicação de revisão da legislação que criminaliza o aborto, questão que passou a ser tratada pelo Plano Nacional de Política para Mulheres, elaborado pela Secretaria de Política para Mulheres em resposta a I CNPM.

Em 2007, por ocasião da II CNPM, esta estratégia foi reeditada. Desta vez os processos políticos ganharam maior complexidade, uma vez que era necessário fazer uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, resultante da I CNPM. Apesar dos enfrentamentos no processo à perspectiva de organização do governo que tomou por base o número de mulheres nos municípios, desconhecendo a maior ou menor presença dos movimentos, as articulações movimentalistas nacionais de mulheres conseguiram ter uma forte atuação conjunta na Conferência. Ademais, contrariando a posição oficial da SPM, foi aprovada a proposta do movimento que demarca a obrigação do governo de enviar para o parlamento um projeto de lei pela descriminalização do aborto. Também foram alterados e acrescidos eixos ao Plano Nacional de Política para Mulheres, cuja perspectiva é de mudanças nas condições de vida das mulheres trabalhadoras, a exemplo do eixo 'trabalho e desenvolvimento'. Outro registro relevante deste momento é a respeito da articulação entre mulheres negras e indígenas presentes na Conferência que produziram e lançaram um documento chamado Aliança de Parentesco, no qual se comprometem com causas comuns e em solidariedade mútua.

Em 2011, na III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para Mulheres e a própria existência da Secretaria Nacional de Política para Mulheres esteve sob ameaça. A atuação coletiva do movimento de mulheres, a partir da orientação das articulações feminista, conseguiu pressionar publicamente a presidenta Dilma, que se decidiu pela manutenção da SPM e também garantiu a manutenção do Plano Nacional, sem recuar nas questões raciais, como estava inicialmente previsto. Esta Conferência foi marcada também por uma votação acirrada em torno da legalização do aborto, na qual se enfrentaram as que defendiam que o Governo Federal deveria assumir a questão e as que entendiam que não havia condições políticas para isso. Esta votação dividiu as feministas e outras mulheres participantes, independentemente de estarem no momento em cargos do governo, núcleos acadêmicos, em ONGs e/ou em movimentos sociais. Este histórico busca demonstrar como a articulação do movimento de mulheres, com a diversidade de segmentos

que o constitui, consegue incidir sobre a política de governo.

Esta rápida incursão neste processo que construiu, nos governos petistas, as Políticas para Mulheres, demonstra também a alteração de rumos que estes governos foram adotando ao longo dos anos e seu afastamento dos elementos do ideário e das propostas construídas no campo político dos movimentos sociais. Em parte, isso se deve às mudanças conjunturais e a política de garantia de governabilidade e, em parte, às mudanças que aconteceram nos próprios movimentos sociais a partir das revisões teórico-políticas ocorridas neste período.

Além deste tipo de atuação, mais calcada no plano institucional, o movimento de mulheres se destacou pela capacidade de realização de manifestações públicas conjuntas, congregando todas as articulações existentes, em especial por ocasião do dia 08 de março, dia internacional da mulher, e em momentos de lutas específicas, com ênfase nas mobilizações contra a violência e pela legalização do aborto. Nestas ações coletivas são marcantes a criatividade e a irreverência nas formas de expressão. Este estilo adotado vem se construindo na contramão do que se forjou em outras demonstrações públicas bem-comportadas de vários movimentos sociais nos últimos anos. Merece referência especial a mobilização em 2003, na qual estes movimentos participaram ativamente da ação global contra a guerra do Iraque, definida no processo do Fórum Social Mundial, em articulação com o conjunto do campo político dos movimentos sociais.

Parte das mobilizações do movimento de mulheres, em especial do movimento feminista, nos anos 2000, ocorre em paralelo com o ciclo voltado para o enfrentamento dos tratados internacionais de comércio, desta forma ele compartilha com outros movimentos sociais a Campanha Contra a Aliança de Livre Comércio das Américas - ALCA e as manifestações por ocasião das rodadas de negociação da Organização Mundial do Comércio - OMC. Concorre para esta nova forma de internacionalização a participação ativa do movimento feminista, em suas várias expressões organizativas, no processo Fórum Social Mundial.

A criação da OMC, em 1995, em paralelo ao ciclo social de Conferências da ONU, completou a arquitetura das instituições multilaterais previstas nos acordos de Bretton Woods, pós Segunda Guerra Mundial. O seu fortalecimento é parte do processo de mundialização do capital que marca a globalização na atualidade. É também uma disputa política que reduz os impactos e os resultados conquistados nas Conferências das Nações Unidas, uma vez que os Estados não as adotam plenamente como referência para as políticas públicas internas, mas aos mecanismos financeiros e comerciais próprios da forma neoliberal que o sistema capitalista tomou. Como parte desta atuação, o movimento feminista brasileiro participa, em

2003, no México, do Fórum Internacional dos Direitos das Mulheres nos Acordos Comerciais, assim como em vários outros. Neste, especialmente, a declaração política apela aos governos para que estabeleçam acordos internacionais que se baseiem em direitos humanos, incluindo nesta démarche os direitos laborais, ambientais, sexuais e reprodutivos (RODRIGUEZ, 2003). Desde a década anterior, o movimento feminista já se manifestava em relação a este problema, quando organizou a Iniciativa de Monitoramento das Ações das Instituições Financeiras Multilaterais sob uma perspectiva de gênero, coordenada pelas mulheres da Rede Brasil e pela articulação feminista latino-americana chamada Red entre Mujeres (SAID, 2003).

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e Marcha Mundial de Mulheres (MMM) são as três articulações movimentalistas que mais mantiveram presença pública constante no processo do Fórum Social Mundial - FSM, sendo a MMM membra do seu Comitê Internacional. De alguma forma, a AMB e AMNB, também estão representadas no Comitê Internacional através de suas articulações latino-americanas. O FSM, iniciativa que articula movimentos sociais e outras organizações do campo político da esquerda em todo mundo, foi iniciada no Brasil, em 2000, como já descrito. O contexto desta década esteve marcado por mudanças políticas substantivas na região latino-americana, com a chegada aos governos de frentes políticas caracterizadas por um discurso antineoliberal que via o Estado como um ator chave para o desenvolvimento e defendiam a participação social como forma de ampliação da democracia.

Nalu Faria e Miriam Nobre (2003) fazem uma comparação entre o desenvolvimento do processo Fórum Social Mundial e a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Segundo elas, o Fórum teve uma enorme contribuição para historicizar a globalização capitalista e mudar os termos do debate, assim como o feminismo tem um grande potencial para desnaturalizar o discurso sobre a globalização e a economia neoliberal. Mostram as relações construídas entre os movimentos sociais e suas agendas em comum que vêm se expressando no conjunto das ações do movimento antiglobalização.

> Nós, da Marcha Mundial das Mulheres, desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos. O Fórum Social Mundial e a Rede de Movimentos Sociais que nele se criou têm sido nosso terreno privilegiado para construir análises e agendas e para exercitar novas abordagens e formas de organização (FARIA,NOBRE, 2003, p.625).

O FSM é um processo político que se confrontou com a perspectiva neoliberal, o pensamento único e sua proposição de "fim da história". O FSM foi possível porque existiam movimentos sociais em todo mundo resistindo aos ditames do Estado mínimo, da

financeirização da economia e à ideia de que a globalização traria benefícios para todas as pessoas. O resultado político da década de 1990, no campo dos movimentos sociais, era contraditório: por um lado se mantinham e começavam a se internacionalizar as expressões de resistência a este modelo e por outro, a redução drástica do debate sobre os conflitos sociais cedia lugar ao ideário participacionista nos espaços institucionais, além do que muitas entidades do tipo ONG, outrora fomentadoras de movimentos sociais locais, passaram a desenvolver ações substitutivas ao estado na realização de programas e serviços públicos. Este fato, inserido no contexto de governos de esquerda latino-americanos do período, traz para dentro do FSM os debates sobre como articular estes movimentos como um campo político e qual a capacidade de gerar alternativas.

Conway (2007) examina duas expressões distintas do feminismo transnacional no FSM, os Diálogos Feministas e a rede que os lidera – a Articulação Feminista Marcosul (AFM) – e a Marcha Mundial de Mulheres e "seus esforços aliados para tornar o Fórum feminista" (CONWAY, 2007, p. 2). Segundo ela, a partir de comentários feministas sobre o Fórum e das ações realizadas, é possível perceber diferentes posicionamentos feministas que implicam em conflitos sobre o caráter do próprio feminismo.

No FSM 2002, a AFM[38] lança uma importante campanha contra os fundamentalismos, estabelecendo uma conexão entre o fundamentalismo econômico do neoliberalismo com o crescimento dos fundamentalismos étnicos e religiosos. Máscaras de papelão em forma de bocas gigantes foram usadas por milhares de participantes em várias manifestações de rua do FSM. O slogan que acompanhava a manifestação era "sua boca é fundamental contra os fundamentalismos". Com um único símbolo, as máscaras capturaram a realidade de povos silenciados pelos fundamentalismos, pessoas que poderiam se pronunciar, mas têm medo, e pessoas que levantaram suas vozes em protesto. Essa mobilização reapareceu em 2003 e 2005 em Porto Alegre e em 2007 em Nairobi. A MMM, no Fórum de 2002, incluía mulheres de 20 países. Suas bandeiras lilases e camisetas estavam em todo lugar, especialmente nas massivas manifestações públicas nas ruas durante o FSM. Nos encontros dos movimentos sociais, a Marcha incidiu para garantir alguns conteúdos feministas nas declarações finais dessas assembleias. Seu slogan, 'o mundo não mudará sem o feminismo; e feministas não podem mudar a vida das mulheres a não ser que mudemos o mundo' encontrou exclamações de aprovação na cerimônia de encerramento do FSM 2002.

> Ao focar algumas práticas específicas do feminismo transnacional, tornou-se evidente que feministas encontram no e em torno ao FSM contestações

[38] A Articulação de Mulheres Brasileiras integra a Articulación Feminista Marcosur (AFM).

> envolvendo não somente o FSM bem como o caráter do próprio feminismo. Emerge desse estudo uma questão central sobre o futuro do feminismo: quão abertos, plurais, dialógicos e capazes de coalizões serão os movimentos feministas, não apenas frente a eles mesmos, mas também em relação aos movimentos que são reconhecidos como amplamente emancipatórios, mas em outros termos que não os feministas. Isso inclui movimentos "populares" de mulheres que fogem ao rótulo feminista assim como o conjunto de movimentos sociais em todo o mundo que convergem contra a globalização neoliberal. Há diferentes posicionamentos feministas perante o FSM e os movimentos que o constituem, que sofrem alterações ao longo do tempo em relação a eles mesmos e em relação aos processos do FSM (CONWAY, 2007, p. 11).

Esta consideração demonstra como o debate sobre o 'movimento popular de mulheres' ou as mulheres de classes populares perpassa os espaços políticos de articulação dos movimentos sociais e do movimento feminista. Significa, de certa forma, que a posição que as diferentes articulações movimentalistas de mulheres assumem, no interior do campo político dos movimentos sociais, se relaciona com a sua concepção de feminismo, com suas alianças no interior do campo e com o seu projeto político de transformação. Neste percurso, as diferentes expressões do feminismo posicionaram-se de forma distinta no interior deste campo, e isto lhes conferiu maior ou menor poder e capacidade de ação, na medida em que estivessem mais próximas ou mais distantes do centro de poder no campo, ou seja, dos movimentos e partidos políticos que se articulam apenas a partir da classe e, portanto, conferindo menor ou nenhuma relevância políticas as dimensões das relações raciais e da dominação patriarcal. Para averiguar esta afirmação seria necessária outra pesquisa, todavia os processos políticos aqui descritos indicam isso.

A partir desta rápida síntese com informações sobre os movimentos de mulheres nas décadas de 1990 e 2000, posso inferir que foi um período forte em organização, mobilização e atuação propositiva. Em termos organizativos é importante registrar que surgem nesta década quatro expressões nacionais dos movimentos de mulheres, que se constroem de forma independente de outros movimentos sociais: A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, em 1991; a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em 1994; a Articulação de Mulheres Brasileiras, em 1994-1995; e a Marcha Mundial das Mulheres a partir de 2000, como mobilização e posteriormente como organização. A década de 1990 também marca a consolidação de expressivas articulações de mulheres no movimento sindical, com destaque para as Mulheres da CUT e de federações sindicais cutistas, entre elas as mulheres da CONTAG (que posteriormente vão organizar a Marcha das Margaridas) e da Federação Nacional de Bancários. Majoritariamente, estas articulações autonomeadas movimentos de mulheres tinham e têm orientação feminista nas suas propostas e ações,

conforme se pode constatar em seus materiais de divulgação, registro de encontros e publicações. Também é expressivo o grande crescimento de grupos de trabalho de mulheres (ou sobre gênero) no interior de movimentos sociais mistos, a exemplo do GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agreocologia e GT de Gênero da ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro. Somam, para demonstrar esta expansão do movimento de mulheres e do feminismo dentro dele, as mudanças nas instâncias de decisão na Central Única dos Trabalhadores e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, por constituírem direções políticas paritárias, compostas por 50% de membros de cada sexo.

Os resultados da movimentação social das mulheres, neste período, foram importantes para as mulheres da classe trabalhadora. A partir das campanhas das trabalhadoras sindicalistas, poderia enumerar diversas conquistas específicas que dizem respeito à condição de mulheres no ambiente de trabalho e a articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo, mas este não é objeto preciso desta pesquisa. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras de classes populares, das periferias das grandes cidades, posso afirmar que o fato dos movimentos de mulheres, articulados pelo movimento feminista, terem criado a noção e impulsionado a efetivação de 'políticas públicas para mulheres' alterou as condições de possibilidade para a participação social e a realização de lutas locais para implementação dos serviços públicos derivados destas políticas.

A existência de 'políticas para mulheres', bem como as 'políticas para promoção da igualdade racial' significa o reconhecimento do Estado brasileiro da situação de desigualdade na qual vivem as mulheres, como categoria social, e as pessoas negras, igualmente. Em si, isto é uma conquista frente a um Estado marcado pela formação social patriarcal e racista. O estabelecimento das Conferências, como espaço de interlocução entre Estado e sociedade sobre as políticas públicas, também indica o reconhecimento dos sujeitos que as vocalizam, o movimento de mulheres e o movimento negro.

A escolha feita pelo movimento feminista de investir sua energia nos espaços de participação social sobre as políticas públicas, a meu juízo, deve-se, em parte, ao seu vínculo com os grupos de mulheres de classes populares. Na década de 1980 e 1990 as entidades feministas e de mulheres negras (feministas ou não) desenvolveram um tipo de trabalho educativo e de pesquisa que permitiu analisar coletivamente os problemas da situação de vida das mulheres, reconhecer suas ações de resistência individual e coletiva e suas mobilizações locais em torno da implantação e funcionamento de serviços públicos e outros direitos. Além disso, em vários estados, as entidades feministas estiveram articuladas com os grupos de mulheres de classes populares, participando dos mesmos espaços organizativos. Constatando

tudo isso, percebo que este direcionamento da ação para os espaços institucionais de participação pode ter tido o sentido de garantia de direitos para as mulheres, em especial àquelas que vivem em situação de pobreza.

Outra linha de raciocínio sobre este direcionamento da ação política do movimento feminista, no interior do movimento de mulheres, é a que trata da influência que ele pode ter sofrido de uma linha mais institucionalista presente nos movimentos sociais na década de 1990, em especial naqueles que atuaram no processo do ciclo social de Conferências da ONU. Neste modo de pensar, a força do neoliberalismo, por meio das políticas do Banco Mundial e outros agentes do sistema financeiro, interferiu sobre as políticas da ONU, das agências de financiamento e dos estados, gerando uma conformação geral em torno da política de Estado Mínimo e da transferência dos serviços públicos para a iniciativa privada e organizações sociais. Este cenário teria consolidado uma ideia de ONGs como entidades para-governamentais, voltadas para a execução de serviços públicos no atendimento direto à população e para a participação institucional. Esta nova orientação, associada à crise de paradigmas e o questionamento à ideia de sujeitos político e de perspectiva de transformação social que se instalou com ela, teria gerado uma visão teórica e política de integração ao sistema. É deste período a proeminência de um debate, na área social, sobre 'setores excluídos', que remete para a necessidade de políticas de inclusão social e nega a discussão sobre classes sociais, a qual ficou relegada à análises especializadas e/ou à sociologia do trabalho. Esta nova forma de pensamento teria tido incidência também sobre as entidades feministas.

Entendo que as duas perspectivas analíticas se complementam. O processo de defesa de direitos e de incidência sobre as políticas públicas foi imprescindível para o movimento feminista construir pautas conjuntas com os movimentos de mulheres, e neste sentido, possibilitou a presença de mulheres de classes populares nestas articulações, influenciando com suas causas e, ao mesmo tempo, sendo influenciadas pela perspectiva feminista. Mas, a forma de luta por políticas públicas adotada, de viés mais participacionista e institucionalista do que de protestos pode ter gerado uma baixa capacidade de radicalização deste movimento em torno dos conflitos que enfrenta, apesar de alguns momentos excepcionais como os referidos aqui.

3.3. Agregação em momentos fortes de mobilização

Para ampliar a discussão sobre a ação política dos movimentos de mulheres e

movimentos feministas, neste período mais recente, apresento a seguir, de forma breve, alguns processos mobilizatórios que expressam momentos de grande visibilidade desta ação, no sentido dado por Melucci, quando articula as ondas de visibilidade aos momentos de imersão, como partes constitutivas dos processos dos movimentos sociais. A escolha destas mobilizações, rapidamente expressas aqui, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, deve-se a necessidade de discutir como a constituição do movimento de mulheres se relacionou com o feminismo e com as classes trabalhadoras em seus segmentos populares, tanto no sentido da presença de mulheres de classes populares em sua composição, como no esboço de possível projeto político que se gesta. Trago episódios que dizem respeito a algumas articulações movimentalistas específicas e outros que congregaram o conjunto (ou a maior parte) do movimento de mulheres: a ação do MMC contra a Aracruz Celulose; o fórum pela previdência social universal; a luta pela legalização do aborto, e articulação em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos.

Em março de 2006, 1.800 mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina realizaram uma ação direta contra o monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul. Elas ocuparam o viveiro horto florestal da Aracruz Celulose[39], no município de Barra do Ribeiro, destruíram materiais de pesquisa como estufas e bandejas de mudas de eucalipto. A repercussão do protesto ampliou o debate sobre a monocultura de eucalipto e chamou a atenção da sociedade sobre os problemas sociais, ambientais e econômicos causados por este tipo de investimento. Na ocasião, ocorria em Porto Alegre o Encontro Internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), que discute a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural. As mulheres envolvidas na ação foram criminalizadas pela Justiça e pela mídia corporativa por seu ato político em defesa da luta pela terra, pela reforma agrária e pela soberania e segurança alimentar. A ação foi contra infraestruturas centrais paras as atividades

[39] Ocupando uma área de cerca de 300 mil hectares no Espírito Santo e expandindo suas atividades para outros estados, como a Bahia e o Rio Grande do Sul, a Aracruz Celulose é hoje uma das maiores empresas de reflorestamento do país e uma das maiores produtoras mundiais de celulose de fibra curta para exportação. Tais atividades exigem grandes investimentos em pesquisa, desenvolvimento e em produção. Além disso, a exploração intensiva do eucalipto (uma árvore australiana de rápido crescimento) exige que a empresa concentre extensas áreas férteis e consuma enormes quantidades de recursos ambientais no processo, especialmente água. A empresa também é frequentemente acusada por populações locais, movimentos sociais e ambientalistas de desestruturar e desorganizar comunidades tradicionais e de utilizar de violência para expulsar essas comunidades de seus territórios. Os fatos de a empresa ter contato com apoio do poder público no início de suas atividades e ainda contar com investimentos de bancos públicos nos dias de hoje agravam ainda mais essa situação, levando os movimentos sociais do campo a encará-la como o principal símbolo do desenvolvimento predatório, social e ambientalmente insustentável, no quadro do agronegócio brasileiro (FIOCRUZ, 2015).

da empresa, caracterizando uma nítida oposição à expansão da monocultura do eucalipto. Como suas raízes são muito profundas, o eucalipto reduz drasticamente a água em várzeas, poços artesianos e vertentes, trazendo o ressecamento da terra de superfície na região e alterando o regime de chuvas. A falta de umidade torna mais difícil a entrada de frentes frias e ocorrem mais estiagens, como as registradas na região sul do Rio Grande do Sul, onde se planta muito eucalipto.

> No cerne dessa aproximação entre as questões da mulher e o meio ambiente estão os impactos das atividades das monoculturas de árvores sobre a disponibilidade de terras e recursos naturais para a agricultura familiar e a garantia da segurança alimentar. As mulheres do campo identificam no agronegócio o principal empecilho para o avanço da reforma agrária brasileira e, principalmente, para a garantia de recursos naturais para sua própria reprodução física e social (e de seus familiares). Assim, a oposição ao atual modelo de desenvolvimento e ocupação do território se constitui como pré-requisito para a garantia dos direitos fundamentais das mulheres do campo. Organizadas em torno da MMC e da Via Campesina, elas defendem um feminismo que passa necessariamente pelo território (FIOCRUZ, 2015, p 7).

Esta ação ocorre em um período que o governo Lula havia flexibilizado a legislação ambiental e liberado o cultivo de organismos geneticamente modificados. Um contexto que deu maior repercussão ao conflito assumido pelas camponesas. Ao descrever esta ação, duas militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Daiane dos Santos Carlos e Isaura Isabel Conte, assim se referem aos conflitos gerados no protesto contra a monocultura do eucalipto: “Se o enfrentamento ao capital feito pelas mulheres camponesas foi um ato violento, ele foi gerado por uma situação violentadora silenciada, legalizada e institucionalizada, tida como normal" (CONTE; SANTOS, 2009, p. 155).

A mobilização do movimento de mulheres e movimentos feminista pelos direitos previdenciários, de 2007 a 2010, congregou nacionalmente suas várias expressões organizativas no Fórum Itinerante e Paralelo pela Previdência Social (FIPPS) –. Desde a Constituição de 1988, a previdência, junto com assistência e saúde, constitui o que o Estado brasileiro chama de Política de Seguridade Social. Esta formulação foi uma conquista dos movimentos sociais no processo constituinte. Até este período a política assistencial do Brasil se desenvolvia baseada na lógica do assistencialismo e do seguro (aposentadoria). A partir da Constituição políticas de saúde, previdência e assistência, ou seja, seguridade social se tornam dever do Estado e direitos de cidadania, baseada na solidariedade entre gerações. As reformas na previdência social (1998 e 2003) reduziram o sentido público da previdência social e ampliaram o seu caráter de seguro, isso fez com que só tenha direito à aposentadoria quem contribui financeiramente para o sistema durante um certo número de anos. Esta concepção é

um empecilho para inclusão dos segmentos que não tem emprego formal com direitos trabalhistas. Como as mulheres e a população negra são maioria no mercado informal de trabalho, elas são majoritariamente excluídas dos direitos da previdência. A proposta de reforma da previdência social, apresentada em 2007 pelo Governo Federal, argumentava pela sua necessidade baseada no *déficit* das contas, e constituiu um fórum oficial com representação do movimento sindical de trabalhadores e de empresários para participar deste debate. Em contrapartida o movimento de mulheres organizou um fórum paralelo – o Fórum Itinerante Paralelo de Previdência Social (FIPPS)[40] (FREITAS, 2010).

O objetivo, neste processo, foi: "visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social a que estamos submetidas e defender um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social" (FREITAS, 2010). Em torno desta proposta, as várias articulações do movimento de mulheres realizaram diversas mobilizações de pressão sobre o Governo Federal, culminando com um acampamento na esplanada dos Ministérios, em Brasília, na qual entregaram documento de posição (FIPPS, 2008) à Ministra da SPM e aos Ministros do Trabalho e da Previdência, o qual abriu um processo paralelo de negociação com o movimento de mulheres.

As mulheres organizadas no movimento sindical não participaram deste fórum paralelo. Elas estiveram presentes no fórum oficial sobre a previdência, criado pelo Governo Federal, através da representação da CUT e da CONTAG. Esta informação demonstra uma outra fissura na unidade do movimento de mulheres, em função das posições diferenciadas dentro do campo político dos movimentos sociais frente ao Governo Lula, entretanto, no decorrer do processo a aliança feminista entre segmentos que estavam fora do fórum oficial e os que estavam dentro foi fundamental para barrar a reforma da previdência.

O enfrentamento do movimento feminista ao contexto de crescimento do conservadorismo, nos últimos anos, e sua presença no Congresso Nacional atuando para impor retrocessos aos direitos conquistados pelas mulheres e população homoafetiva gerou também alguns processos de articulação de movimentos para atuação conjunta. Exemplo disso é a Frente Contra a Criminalização de Mulheres pela Legalização do Aborto. que congrega movimentos feministas e outros movimentos sociais que contam com a presença de

[40] Fizeram parte do FIPPS, processo que durou de 2007 a 2010, as seguintes articulações movimentalistas e organizações feministas: Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Articulação de Mulheres Pescadoras, Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e as organizações: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e Centro Feminista de estudos e Assessoria – CFEMEA.

feministas organizadas no seu interior. A Frente existe desde 2008 e luta pelo direito ao aborto legal para todas as mulheres brasileiras, pelo tratamento do problema do aborto na esfera da saúde pública ao invés da esfera penal, que criminaliza e mata principalmente as mulheres pobres e negras e deixa todas as mulheres em situação de vulnerabilidade. Seu lema é: 'Educação sexual para prevenir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer! '.

A Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto apresentou propostas para a legalização do aborto no Brasil, com o intuito de reverter o processo de denúncias, humilhações e ações judiciais em curso, que atingem tanto as mulheres que abortaram quanto as trabalhadoras que as atendem e as organizações que lutam pela legalização, assim como fazer avançar a concretização deste direito das mulheres no futuro próximo. A Frente reúne pessoas, organizações, movimentos sociais e parlamentares comprometidos, ao mesmo tempo, com a defesa das mulheres criminalizadas em função de aborto e com a luta em defesa do direito ao aborto legal e seguro. Em 2008, quando do surgimento da Frente, quatro frentes parlamentares antiaborto atuaram de forma extremamente organizada no Congresso Nacional. Integrantes dessas frentes ocuparam, em maioria, as comissões que avaliam e votam os projetos de lei que dizem respeito aos direitos das mulheres. Na legislatura atual a bandeira antiaborto cresceu no Congresso Nacional, tendo como principal liderança o presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Um caso de criminalização das mulheres que teve maior visibilidade ocorreu no Mato Grosso do Sul. Após invasão de uma clínica que supostamente fazia abortos, 10 mil mulheres tiveram suas fichas médicas violadas e 2 mil mulheres ficaram sob ameaça de indiciamento. Quatro profissionais que trabalhavam na clínica foram a júri popular e condenadas sem nenhuma prova. Além disso, outras mulheres, que supostamente realizaram aborto nesta clínica, foram condenadas sem provas a trabalhos comunitários. Este caso revela o crescimento da onda conservadora contra os direitos das mulheres, mas ele foi também o estopim para que a luta feminista pela legalização do aborto se fortalecesse nos últimos anos.

A Frente [41] dissemina informações que descrevem o percurso de ampliação do conservadorismo no Congresso Nacional a partir desta matéria. No final de 2008, estes setores propuseram uma CPI que não foi implementada, mas parlamentares seguem se articulando para sua efetivação. Paralelamente, projetos de lei retrógrados, contrários aos direitos das mulheres, que foram propostos entre 2007 e 2009, tramitam no Congresso sob forte pressão

[41] Informações na página de facebock da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela legalização do Aborto.

para votação. Entre eles, há dois projetos orientados para aumentar a criminalização das mulheres: o Estatuto do Nascituro, que, se aprovado, impedirá a realização de abortos até em casos de estupro e criminalizará o debate e a luta pela legalização; e o projeto que defende a obrigatoriedade do cadastramento de gestante no momento da constatação da gravidez, uma forma de manter a vida reprodutiva das mulheres sob vigilância, caracterizando as mulheres, de uma forma geral, como criminosas em potencial**.**

> No inicio do ano de 2010 ocorreram novos fatos que atacaram ainda mais a democracia. Não bastasse a assinatura da Concordata Brasil-Vaticano, que estabelece um estatuto da Igreja Católica no país, desrespeitando a condição laica do Estado, setores da direita, entre eles integrantes da Igreja Católica, ruralistas e defensores da ditadura militar atacaram frontalmente o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Dentre os temas criticados por esses setores, está o apoio à revisão da legislação punitiva do aborto. O plano, elaborado a partir de conferências públicas, ou seja, da participação popular, foi totalmente desqualificado por esses grupos, que querem impor o retrocesso de direitos, a subordinação e controle sobre o corpo e a vida das mulheres (FRENTE NACIONAL PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2010.)

Como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) trata dos Direitos Humanos em uma abordagem geral, foi possível ao movimento feminista uma articulação forte desta resistência com outros movimentos sociais que defendiam a causa a da reforma agrária, democratização da comunicação e abertura dos arquivos da Ditadura. Contra os movimentos defensores do PNDH3, que contava com apoio de setores do Governo, uma vez que fora elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos que tinha status de Ministério, formou-se um adversário comum, articulando latifundiários, militares, proprietários dos meios de comunicação e fundamentalistas religiosos, que impôs ao Governo Federal e aos movimentos sociais a derrubada do Plano.

Com a constituição da nova legislatura no Congresso Nacional, após as eleições de 2014, a força conservadora foi ampliada, contando com o apoio do presidente da casa. Neste sentido, a Plataforma pela Legalização do Aborto, lançada em 2009 por esta frente feminista, não perdeu sua atualidade. Pelo contrário, ela permitiu ao movimento de mulheres ampliar a sua atuação e ter argumentos para pressão sobre o Parlamento e para a difusão nas redes sociais sempre que uma nova investida, em forma de projetos ou sugestão legislativa, ocorria na Câmara dos Deputados. A Plataforma previa a efetivação da proposta de legalização elaborada pela Comissão Tripartite, instituída em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, e que foi aprovada na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres como a proposta a ser levada ao Congresso, o que não ocorreu. Nela consta:

> · Retirar a prática de abortamento do código penal, mas deixar como crime o aborto forçado. Ou seja, impor e obrigar uma mulher a abortar deve continuar a ser crime, pois é uma violência contra a autonomia das mulheres;
> · Garantir o atendimento ao aborto no SUS e na rede complementar (privada) nos seguintes casos: até 12 semanas por livre decisão da mulher; até 20 semanas de gestação em casos da gravidez resultante de violência sexual.
> · Garantir o aborto ou a antecipação terapêutica do parto, conforme o caso, a qualquer momento da gestação em casos de risco de vida da mãe ou incompatibilidade do feto para com a vida extra-uterina.
> · Garantir equipe multidisciplinar para o atendimento as mulheres que recorrem ao serviço de aborto e pós aborto, para acolhimento, informação, orientação com privacidade e respeito a autonomia de decisão das mulheres (FRENTE NACIONAL PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2010).

Em28 de setembro de 2015, dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina, a Frente lança um panfleto para as mobilizações que realizou no qual fica patente como a bandeira pela legalização do aborto, no movimento feminista brasileiro, adota uma forte preocupação com as relações sociais de raça e de classe que estruturam a realidade das mulheres. A denúncia assume que quem morre por ter feito aborto no Brasil são as mulheres pobres, que são majoritariamente negras, e não podem pagar os altos custos das clínicas especializadas clandestinas.

> Nenhuma mulher faz aborto porque gosta. Um aborto acontece porque, naquele momento da vida, é a única saída frente a uma gravidez indesejada. Todo mundo conhece uma pessoa que já precisou fazer aborto, seja parente, colega de trabalho, vizinha ou amiga. O aborto é uma realidade na vida das mulheres. No Brasil, o aborto é considerado crime (de acordo com nosso Código Penal, de 1940), exceto quando a gravidez é resultado de estupro, causa risco de vida à mulher ou quando o feto tem má-formação que não o deixa sobreviver depois que nasce (anencefalia). Por isto, muitos abortos são feitos de forma clandestina. As mulheres que têm dinheiro tomam a decisão e fazem de forma tranquila, segura e sem risco a sua saúde. As mulheres pobres e negras, do campo e das periferias das cidades, fazem o aborto com métodos mais perigosos, o que pode afetar sua saúde e levá-las à morte. Muitas morrem à espera de atendimento de urgência nas longas filas dos serviços de saúde, onde são tratadas como criminosas. O Estado é negligente em ações efetivas que combatam essas mortes, que poderiam ser evitadas. A clandestinidade do aborto alimenta o mercado das clínicas que realizam de forma segura o procedimento mediante o pagamento de valores altos. (FRENTE NACIONAL PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, 2010).

Estes processos de articulação no movimento de mulheres e movimento feminista, ao longo dos anos e das ações de mobilização realizadas em conjunto, exigiram elaboração coletiva sobre seus marcos interpretativos de referência ou apoio solidário entre as articulações movimentalistas. Esta descrição rápida me permite a inferência de que estes processos, aqui citados como exemplos, foram capazes de amalgamar uma identidade coletiva

ampla no movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, de feministas. Os documentos de apresentação de várias articulações movimentalistas envolvidas nestes processos confirmam esta inferência (anexo 3).

Além destes processos de articulação e mobilização a que me referi acima, importa salientar as mobilizações de 2015, pela envergadura que tiveram. Refiro-me a Marcha das Margaridas, Marcha das Mulheres Negras, e o ciclo de protesto "Fora Cunha e Contra o PL 5069" que ficou conhecido como Primavera Feminista.

O ano de 2015 foi marcado pela presença dos movimentos de mulheres nas ruas, no contexto da retomada de manifestações públicas frente à crise político institucional e tentativa de rearticulação do campo político dos movimentos sociais. A Marcha das Margaridas[42], em agosto, reuniu 70 mil participantes, na maioria trabalhadoras rurais. A Marcha de Mulheres Negras congregou 20 mil, em dezembro[43]. Ambas ocorreram em Brasília, em paralelo, ao ciclo de protestos "Fora Cunha", que levou milhares de manifestantes às ruas, na grande maioria das capitais. Os dois primeiros eventos podem ser lidos a partir da formulação de Tarrow, como protestos contidos, uma vez que foram ambos resultados de processos preparatórios, que ocorreram nos estados, com ciclos de debates, construção de pautas e negociações com os poderes públicos. Já o ciclo de protestos "Fora Cunha" eclode em função das exigências da conjuntura, ou seja, uma oportunidade política, e se torna possível a partir da articulação local de vários coletivos e movimentos e mais amplamente nas redes sociais na internet, sem contar para isso com um largo processo preparatório e sem uma definição muito precisa de sua pauta.

Conforme o Caderno de Textos para Estudos e Debates, publicação da Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, a Marcha das Margaridas "é uma ação estratégica das mulheres do campo, das florestas e das águas que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas do Brasil" (CONTAG, 2015, p. 2). Os objetivos da Marcha, descritos neste documento, assim como os textos de subsídios e a pauta de reivindicações apresentada ao Governo demonstram a orientação feminista deste movimento. Além de pleitear políticas públicas específicas para as trabalhadoras rurais, denunciar e lutar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra mulheres, a marcha visa também contribuir com

[42] Segundo as organizadoras, a Marcha das Margaridas, em 2000, reuniu 20 mil mulheres; em 2003, 40 mil; em 2007, 70 mil; em 2011, 100 mil e em 2015, 70 mil mulheres na mobilização principal nas ruas de Brasília.

[43] O número de participantes das duas Marchas está sendo citado a partir das informações das organizações que coordenaram o processo. Eles podem diferir dos dados divulgados pela mídia corporativo, em função da disputa de construção de significados sobre os movimentos sociais.

a democratização das relações sociais no interior do MSTTR e nos demais espaços políticos, visando superar as desigualdades de gênero e étnico-raciais. Um dos objetivos é "apresentar, por meio de proposições, nossa crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico a partir de uma perspectiva feminista" e outro é "ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais" (CONTAG, 2015, p 2). Na sua pauta de reivindicações a Marcha das Margaridas assume várias das propostas que estão em curso na agenda feminista, a exemplo da paridade nas instâncias de poder, legalização do abordo, combate ao racismo e lesbofobia, enfrentamento a violência sexista, entre outras. Embora, deva reconhecer que os marcos interpretativos de referência, que são mais forte no seu processo mobilizatório, são aqueles ligados às políticas para mulheres rurais e aos direitos do trabalho, à produção e comercialização agrícola. Estes extratos do documento da Marcha das Margaridas demonstram que a Marcha articula sua orientação política entre sindicalismo e feminismo, enquanto expressões de movimentos sociais.

Esta mobilização teve início em 2000, e a partir daí realiza-se a cada três anos, sempre agregando mulheres rurais em torno de uma pauta de reivindicações construída por elas mesmas, envolvendo o plano local, estadual e nacional (CONTAG, 2015). Às mulheres da CONTAG, somam-se hoje, na coordenação da Marcha das Margaridas, várias articulações regionais e nacionais que se identificam como movimentos de mulheres e como movimentos feministas[44]. Percebo que a Marcha das Margaridas teve sua relevância enquanto influência na conjuntura política do período, o que foi destacado por vários articulistas da grande mídia.

Pesquisa sobre o perfil socioeconômico das mulheres trabalhadoras rurais participantes da Marcha das Margaridas, realizada pelo IPEA em 2012, mostrou também as diferentes motivações que as mobilizaram, entretanto, as razões para participar se situam no marco de referência construído historicamente pelo movimento de mulheres no que diz respeito aos direitos, ao trabalho, à violência contra mulheres, entre outros elementos significativos do cotidiano das mulheres. Em resposta à pergunta 'porque a senhora veio para a Marcha das Margaridas', a pesquisa registrou estes exemplos de respostas:

[44] A Marcha das Margaridas é uma promoção da Confederação, Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em parceria com: Central Única dos Trabalhadores – CUT; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Conselho Nacional de Populações Extrativistas – CNS; Marcha Mundial de Mulheres – MMM; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA; Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE; União Brasileira de Mulheres – UBM; Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT Mulheres da ANA; Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado – COPROFAM; Rede de Trabalhadoras Rurais da América Latina e do Caribe – RedeLac.

> "Vim para mudar a realidade do campo e não ser forçada a ir para a cidade". "Vim para reivindicar terra, água e direitos, a gente sofre muito com a seca, não tem água nem pra plantar nem pra beber". "Vim para lutar pela permanência da lei de aposentadoria para a trabalhadora rural". "Vim em busca de uma proposta da presidenta para pessoas do campo que vivem da reforma agrária". "Vendemos muitas coisas para poder pagar o ônibus e vir atrás dosnossos direitos". "Vim para conhecer outros movimentos, expor meus produtos e fortalecer a luta". "Vim para lutar pelo reconhecimento do trabalho das agricultoras". "Vim para representar meu acampamento, estou há sete anos acampada". "Vim porque fui escolhida dentro do movimento social das ribeirinhas". "Vim porque não quero mais continuar chorando por ver tanta violência". "Vim porque é preciso ter coragem, aqui é bonito, mas nada chega à base". "Vim porque uma só andorinha não faz verão". "Vim porque anseio ver as mulheres terem liberdade, justiça e dignidade". "Vim para lutar pelas margaridas que sofrem agressão". "Vim para gritar pelos direitos de todas aquelas que não puderam vir". "Vim para prestigiar uma mulher que deu a vida pela nossa luta". "Vim porque, se a gente não se manifestar, quem vai interferir por nós? Os homens?". "Vim porque onde moro as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens". "Minha mãe veio nas marchas anteriores e me incentivou a vir nesta". "Vim porque achei importante, não é para mim, é para meus netos". "Vim para conhecer o movimento Margarida; eu sabia que era uma flor, e não uma mulher batalhadora". "Essa marcha é história, aqui me sinto forte". "A gente luta pela vida*"* (Mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, entrevistadas na Marcha das Margaridas) (IPEA, 2013, p. 7).

Apesar da expressão pública da Marcha das Margaridas, ao longo dos últimos 15 anos, e de várias conquistas no campo do trabalho e produção, a pauta sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres continua sem muita efetividade. Segundo a pesquisa do IPEA, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), contata-se a presença de ações específicas para a população do campo e da floresta. Tais políticas, porém, demandam articulação com outros setores envolvidos no problema, como da saúde, da justiça, da segurança pública, da educação, da assistência social etc. Apesar das delegacias especializadas móveis, em ônibus e barcos, conquistadas na penúltima marcha, para a população rural feminina do país, não estão consolidados programas e políticas nestes diferentes setores capazes de abarcar as especificidades do mundo rural (IPEA, 2013, p. 58).

A Marcha das Margaridas reúne majoritariamente mulheres trabalhadoras rurais que vivem em distintos contextos[45], o que informa sobre a sua identidade de classe. A Marcha tem demarcado, historicamente, a sua identidade de gênero, por ser uma mobilização de mulheres

[45] Elas se denominam Margaridas do campo, da floresta e das águas e no documento preparatório fazem referência a mulheres de `diferentes regiões do país, todas as idades, contexto territorial como floresta e águas, situação de trabalho como assalariadas rurais, outras identidades como quilombolas e indígenas, e as que estão em luta pela terra, água, agroecologia e segurança alimentar.

e, ao ter em sua coordenação, além da CONTAG, a presença de diversas articulações movimentalistas feministas e de outros movimentos de mulheres, declara também sua identidade feminista, consciente de que a perspectiva do coletivo que a organiza não é a mesma das 70 mil participantes. Embora em suas edições tenha discutido a identidade racial das trabalhadoras rurais e ampliado suas reivindicações adotando a perspectiva de enfrentamento ao racismo, esta pauta ainda não é um elemento forte de sua identidade coletiva e não se constitui em uma referência para a mobilização.

A Marcha de Mulheres Negras reuniu 20 mil manifestantes contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Eram, majoritariamente, mulheres negras, mas também participaram homens negros e mulheres brancas. O Comitê Impulsor Nacional da Marcha de Mulheres Negras [46] foi composto com representação de articulações e organizações de mulheres negras, algumas feministas, e do movimento negro em geral. Diferentemente de outros momentos de mobilização do movimento de mulheres, esta não foi coordenada pelo conjunto das articulações movimentalistas feministas. Não é possível analisar o que isso significa em termos de unidade ou não do movimento de mulheres, mas a ausência de articulações identificadas como movimentos feministas na coordenação da Marcha de Mulheres Negras parece significativo de um certo afastamento, ainda que reconhecendo a presença de ativistas vinculadas ao feminismo negro neste espaço de coordenação. Não obstante, todos os movimentos feministas que não estiveram no Comitê Impulsor participaram ativamente no dia da mobilização e alguns, como é o caso da AMB, esteve muito presente no processo preparatório nos Estados, conforme ficou demonstrado nas postagens no seu site e páginas de *facebock*.

A Marcha de Mulheres Negras ocorre, também, no mesmo período do ciclo de protesto que exigia 'Fora Cunha' e se posicionava politicamente em defesa da institucionalidade democrática frente à crise política em curso em 2015 e, portanto, contra o golpe civil que pairava como ameaça no debate público a partir da ação comandada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Com o clima de tensão entre direita e esquerda na sociedade brasileira, que foi a marca das manifestações de rua em 2015, a Marcha de Mulheres Negras chegou ao fim entrando em um conflito acirrado com um grupo de acampados que se manifestavam contra a presidenta Dilma Roussef, o qual pedia o seu

[46] Comitê Impulsor Nacional da Marcha de Mulheres Negras, em 2015, congregou, segundo o Boletim Informativo n 1, de agosto de 2015, as seguintes articulações: Associação dos Agentes de Pastoral Negros, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas, Coordenação nacional de Entidades negras, Federação nacional das Trabalhadoras Domésticas, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado e União de Negros e Negras pela Igualdade. Disponível em www.marchadasmulheresnegras.com.

impeachment. Esta situação posicionou a Marcha neste outro conflito político e fez com que ela simbolizasse a perspectiva do campo democrático e popular naquela conjuntura.

Uma novidade dos últimos cinco anos no movimento de mulheres, tanto no que diz respeito a processos organizativos como a mobilizações de mulheres, é o crescimento na ação feminista da internet, seja em redes sociais, seja em uso da internet para mobilizações presenciais. Este é um fenômeno que atinge não apenas o movimento feminista, mas neste caso merece destaque pela possibilidade de ampliação e de renovação geracional que ele produz. São incontáveis os sites, blogs e páginas de *facebock* sobre os temas feministas, o que tem gerado a articulação de várias ações na rede e também a criação de coletivos locais, majoritariamente compostos por mulheres jovens. Desconfio que este processo em rede teve forte influência sobre o que ficou conhecido, em 2015, como 'primavera feminista' ou 'primavera das mulheres', variando o termo a ser empregado de acordo com a mídia que o utilizou no período. A referência nomeia o ciclo de protesto organizado por movimentos e coletivos feministas, majoritariamente compostos por mulheres jovens, que tomou as ruas das principais capitais do país, nos três últimos meses de 2015, em torno da consigna 'Fora Cunha' e 'Contra o PL 5069', manifestando-se contra as ações do presidente da Câmara dos Deputados em detrimento dos direitos das mulheres e, em especial, ao projeto de lei 5069 apresentado por ele, que pretendia restringir o direito ao que se chama 'aborto legal', ou seja, quando há risco de morte para a gestante ou em casos da gravidez resultar de violência sexual.

Blogueiras Feministas, desde 2010, e o Blogueiras Negras, desde 2013, são dois coletivos que atuam na internet e merecem referência especial, pela amplitude de sua ação e pela articulação com outros movimentos feministas mais tradicionais. A Universidade Livre Feminista[47] é uma ação virtual colaborativa de educação à distância desenvolvida de forma compartilhada por três organizações feministas: SOS Corpo, Cfemea e Cunhã Coletivo Feminista. Este portal tem grande procura na internet, atingindo 5 mil acessos por mês aos cursos, vídeos e publicações. As páginas feministas na internet são inúmeras e elas realizam projetos coletivos na rede virtual e, eventualmente, estas ações migram para as ruas. A revista Cult, na sua edição 282, destacou algumas. Além do Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas[48], existem outros projetos coletivos, mas nem todos assim se definem. A revista destacou *Think Olga*, que fez campanha 'chega de fiu fiu' contra o assédio nas ruas; *Vamos Juntas,* que tem mais de 80 mil curtidas em sua página no *facebock*; *Capitolina*, uma revista

[47] Site da Universidade Livre Feminista: www.feminismo.org.br
[48] A página de facebock do Blogueiras Feministas atualmente tem 70.477 curtidas. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

criada em 2014, para público 'mais jovem'; *Lugar de Mulher*, que aborda a aceitação do corpo, entre outros temas. Nos últimos meses de 2015, as redes sociais na internet foram ocupadas por três grandes campanhas feministas, *#primeiroassédio "#meuamigosecreto* e *#seráqueéracismo?*, sendo que as duas primeiras tiveram maior divulgação na mídia convencional e a primeira recebeu 82 mil *tweets* sobre violências sofrida por mulheres.

O surgimento da Marcha das Vadias, há cinco anos, também derivou de articulações feitas pela internet. Teve variações em cada localidade onde se desenvolveu no Brasil, podendo ter contato ou não com o apoio e a presença de movimentos feministas locais (ATHAYDE, 2015; HERMIDA, 2014). Apesar de ter sido alvo de críticas, a Marcha das Vadias, em suas várias edições, demonstra a sua identificação com o feminismo e a adesão à suas pautas.

É possível que esta grande difusão do feminismo na internet seja um dos vetores explicativos do ciclo de protestos que foi chamado primavera feminista no final de 2015. Também é possível que este ciclo altere o perfil político da identidade coletiva feminista que vinha sendo construída neste processo histórico que estou analisando, uma vez que ele teve forte presença de jovens dos segmentos médios da sociedade, embora também tenha mobilizado mulheres populares. Este, porém, é um desafio para outra pesquisa. No que diz respeito às dimensões de raça, gênero e orientação sexual, a expansão atual do movimento feminista parece seguir uma linha de aproximação com a história recente, com alterações no que diz respeito a alguns coletivos terem maior aproximação com a perspectiva teórico-política mais próxima da teoria *queer* e/ou do transfeminismo (JESUS, 2014). A respeito da questão de classe social, é muito cedo para dizer que rumo este crescimento do movimento feminista adotará, mas é perceptível o fato dele não ter se afastado de articulações com movimentos de mulheres mais tradicionais.

A capacidade de ação do movimento feminista, apesar de seu baixo grau de centramento, se deveu à força de sua atuação conjunta com as diversas articulações dos movimentos de mulheres, como tentei demonstrar ao trazer os dados históricos sobre as mobilizações desenvolvidas. Neste processo, foi gerada uma identidade coletiva fluída, que reconhece o feminismo como um movimento central no enfrentamento da questão das condições de vida das mulheres de classes populares e, por isso, compartilha das formulações com as quais ele enquadra a sua atuação, seja no que diz respeito ao debate legislativo, seja na ação do poder executivo, atuando em conselhos e conferência e incidindo sobre as políticas e o orçamento público, seja mais amplamente nas mobilizações nacionais em torno de pautas de reivindicações específicas. As razões porque este processo histórico se deu assim estão para

além das possibilidades desta tese, embora eu entenda que os elementos acima se completam para explicar este período histórico, e até questionar os repertórios de ação adotados e prioridades estratégicas, mas considero relevante ressaltar que isso permitiu ampliar e consolidar a relação do movimento feminista com os outros movimentos de mulheres, o que já vinha acontecendo desde a década de 1970.

O projeto econômico em curso no país, baseado na superação da pobreza absoluta sem confrontar a acumulação de riquezas, tem buscado inserir as mulheres de classes populares a partir dos programas assistenciais, reiterando-as no lugar que lhes é socialmente atribuído, e sem preocupação com os impactos dos projetos de desenvolvimento na vida cotidiana das mulheres que tem estas responsabilidades familiares. Os movimentos de mulheres têm colocado em questão este modelo de desenvolvimento a partir de lutas locais, de articulação com o debate internacional dos distintos movimentos sociais de resistência à mundialização do capital, e, ao mesmo tempo, elaborando paulatinamente a crítica feminista ao desenvolvimento, no âmbito das formulações sobre descolonização e de transformação social na América Latina (SILVA, 2014). Porém, cada articulação movimentalista no interior deste movimento adota uma perspectiva, algumas a partir da crítica ao neoliberalismo e outras nitidamente anticapitalistas, mas há também aquelas que não se posicionam sobre esta questão.

3.4. Articulações movimentalistas: unindo forças

Os dados, apresentados no item anterior sobre processos organizativos e processos mobilizatórios, indicam que as distintas articulações movimentalistas de mulheres e do movimento feminista vão, a cada momento, se misturando mais, ficando quase impossível uma distinção pura do que seria movimento de mulheres e movimento feminista. Muitas articulações de movimentos de mulheres participam de processos organizativos compartilhados com redes feministas, atuam coletivamente se orientando pelo feminismo, e algumas se declaram feministas. Esta imbricação entre movimento feminista e movimento de mulheres, resultante deste processo histórico, ocorreu sem que fossem negadas especificidades existentes a partir de identidades sociais, capazes de criar condições de possibilidades para identidades políticas, a exemplo do movimento de mulheres negras e de camponesas.

A atuação dos movimentos de mulheres que se orientam pelo feminismo foi forte em mobilizações de rua, majoritariamente rotinizadas, mas foi mais forte ainda enquanto atuação nos espaços de participação social, ampliados nos governos Lula e Dilma, isto é, os conselhos

e conferências de políticas públicas para mulheres, de promoção de igualdade racial e de saúde.

Para melhor compreensão da classificação, com a qual estou trabalhando, enumero alguns tipos destas organizações com as quais já estou lidando neste percurso. Em seguida vou discutir como as articulações movimentalistas do movimento de mulheres se expressam hoje em relação às mulheres de classes populares e ao feminismo, para refletir sobre as interpelações recíprocas e no interior do campo político dos movimentos sociais.

Tipos de organização no movimento de mulheres:

- Grupos de mulheres de pequeno e médio porte, com vínculos de atuação local, regional, nacional ou internacional;
- Grupos e coletivos de mulheres que se definem pelo local de atuação, em geral em bairros de periferia ou pequenas cidades;
- Grupos, coletivos ou movimentos de mulheres que se definem também a partir de uma outra identidade a exemplo de mulheres negras, lésbicas, jovens, camponesas ou ligadas a um tipo de trabalho: catadoras de material reciclável, pescadoras, mulheres que trabalham com agroecologia etc;
- Coletivos político-profissionais feministas, também chamadas entidades ou organizações não governamentais (ONGs), formados por mulheres ou mistas quanto ao sexo, podendo ser também formada por mulheres negras ou mistas quanta à raça;
- Núcleos de estudos e/ou pesquisa nas universidades compostos por mulheres e/ou mistos quanto ao sexo que se compreendem vinculados ao movimento feminista;
- Organismos setoriais (comissões, secretarias, núcleos) de mulheres de organizações ou movimentos mistos quanto ao sexo, a exemplo de mulheres da Via Campesina.
- Comissões e secretarias de mulheres sindicalistas, a exemplo de SNMT-CUT – Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central única dos Trabalhadores; CMTR-CONTAG – Comissão da Mulher Trabalhadora da Confederação de Trabalhadores da Agricultura, ou aas secretarias existentes nas federações e confederações sindicais;
- Associações e Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas e de outras categorias profissionais femininas;
- Comissões e secretarias de partidos políticos. Neste caso, os que guardam proximidade com os movimentos de mulheres são aqueles ligados a partidos ou correntes políticas de esquerda, a exemplo de secretaria de mulheres do PT ou do PSOL, coletivo de mulheres anarquistas, mulheres da Consulta Popular, cujas militantes, muitas vezes, participam também de alguma articulação específica de movimento social;

- Grupos acadêmicos e ONGs não feministas, formadas por homens e mulheres, que realizam trabalhos voltados para questão de gênero em pesquisa ou extensão;
- Equipes feministas em cargos públicos nos governos municipais, estaduais e federal, tanto nas secretarias de políticas para mulheres como em áreas de trabalho ligadas a estas políticas.
- Coletivos de mulheres que atuam na internet através de blogs, sites e/ou páginas de *facebock*.

Esta tipologia de organizações de mulheres não pode ser totalmente entendida como compondo o movimento de mulheres, mas as fronteiras são tênues, dado a capacidade de interinfluência e a circulação de pessoas entre os vários tipos expressos. O feminismo nas universidades, que ficou conhecido como feminismo acadêmico, e o feminismo que se se expressa nos governos, especialmente na condução das políticas para mulheres, tem sido também objetos de estudos relevantes (ADRIÃO, 2008), mas não é o caso de refletir sobre eles nesta tese, que trata especificamente de movimento sociais. Entretanto, convêm salientar que ambos têm influência sobre a formação feminista, incidindo sobre modos de pensar, formas organizacionais e prioridades de atuação política dos movimentos. Para pensar o movimento de mulheres propriamente dito tomarei as outras expressões organizativas.

Muitas organizações, de diferentes tipos, atuam publicamente de forma articulada em redes e fóruns, no plano estadual, regional e nacional, a exemplo dos agrupamentos estaduais que compõem, no plano nacional, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB (SILVA, 2010a). Além da AMB, sobre a qual me dedicarei no próximo capítulo, existem outras articulações com atuação em âmbito nacional que já foram citadas como a Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, Marcha Mundial de Mulheres, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas.

Têm forte expressão, no movimento de mulheres, outras articulações que não foram citadas no percurso que fiz até aqui, como a Liga Brasileira de Lésbicas, que também são composições nacionais. Existem ainda diversas organizações que se identificam como movimentos autônomos de mulheres, que tem atuação no plano regional como, por exemplo: Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento Ibiapabano de Mulheres, Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, Articulação de Mulheres da Mata Sul de Pernambuco, entre outras.

Estas articulações regionais e as articulações de mulheres no interior dos movimentos

sociais mistos quanto ao sexo, se constituem como um importante indicativo do crescimento do movimento de mulheres neste período. Penso que o movimento de mulheres não tem sido um objeto de estudo significativo na sociologia dos movimentos sociais no Brasil em parte pela fragilidade deste campo de conhecimento no período recente, tendo sito ampliado há poucos anos, e, em parte, dado a sua forma organizacional não adotar os parâmetros de outros movimentos sociais que se organizam de forma mais centralizada, com direção política única e adotando critérios federativos. O movimento de mulheres tem distintas expressões organizativas, com diferentes capacidades de ação em seus espaços próprios, sejam regiões, categorias profissionais ou categorias sociais.

A partir da pesquisa documental foi possível sistematizar as informações sobre os movimentos, a partir de suas organizações ou articulações movimentalistas nacionais, em um quadro síntese (anexo 3), que demonstra como a questão racial e de classe foram sendo articuladas às desigualdades entre os sexos no marco de referência que constituiu o movimento de mulheres neste período. Os dados documentais, construídos apenas a partir dos materiais de apresentação destas articulações, são insuficientes para falar de suas práticas políticas, entretanto eles são importantes para discutir como este processo histórico, de construção deste movimento, foi capaz de considerar a consubstancialidade das relações sociais no qual a vida das mulheres se insere. As ênfases de cada articulação movimentalista são diferenciadas, há um conjunto que tende a considerar mais gênero e raça e outro conjunto que tende a se ater mais profundamente a gênero e classe, como elementos chave deste movimento, sendo em número menor aquelas articulações que, na sua apresentação pública, articulam estes três elementos como constitutivos do seu projeto político. Passo a apresentar alguns exemplos registrados neste quadro que demonstram esta afirmação.

A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras congrega apenas organizações de mulheres negras, ou seja, não reúne em suas hostes mulheres negras que não estejam vinculadas a estas organizações integrantes, configurando-se, portanto, mais como uma articulação de ONGs do que uma articulação movimentalista. Tem priorizado, em sua atuação, a presença ativa em fóruns internacionais do sistema da ONU e nos espaços institucionais do Estado brasileiro, buscando incidir sobre as políticas públicas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Sua missão institucional é assim apresentada em seu site:

> promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à toda as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil (AMNB, 2014).

Apesar de sua missão fazer referência à opressão de classe e a realidade das mulheres negras no Brasil ser intrinsecamente relacionada à situação de pobreza, a AMNB prioriza a identidade política racial, como seu nome diz, atuando como 'mulheres negras'. Esta perspectiva, longe de ser um problema para o movimento de mulheres brasileiro adotar uma perspectiva política a partir da consubstancialidade das relações sociais, ou da interseccionalidade como é defendido neste campo, contribuiu para que a questão do enfrentamento ao racismo penetrasse neste movimento, inclusive no feminismo, construindo várias inter-relações nas propostas e na ação política, como tentei demonstrar ao longo deste trabalho ao trazer os aportes do feminismo negro[49]. As organizações que fazem parte da AMNB, a partir desta prioridade, atuam com mulheres negras de classes populares em seus projetos sociais, mas isso não tem construídos processos mobilizatórios de protestos publicamente relevantes em âmbito local, adotando, como principal repertório, a presença propositiva nos espaços de participação institucional, o que sofreu modificação em 2015, com a Marcha de Mulheres Negras.

Mudando a direção do olhar para perceber como a questão classe social compõe a identidade coletiva do movimento de mulheres, encontramos situação semelhante à descrita acima no Movimento de Mulheres Camponesas, na Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e da CONTAG. No MMC e nas secretarias sindicais citadas, apesar de existirem referências à questão racial, a identidade de classe é mais fortemente demarcada, desde o nome até as suas prioridades gerais.

No caso da SNMT-CUT, o feminismo tem um lugar preponderante desde a sua origem, pois a primeira secretária nacional de mulheres da CUT era reconhecidamente feminista[50], o que não significa que todas as secretarias de mulheres das CUTs estaduais e dos ramos de atividades (federações e confederações cutistas) possam ser vistas por este prisma, não obstante a secretaria nacional realize diversos processos de formação e publicações nesta perspectiva. O feminismo das mulheres da CUT pode ser verificado nas suas pautas de reivindicação e nas conquistas que tem obtido para as mulheres trabalhadoras nas várias categorias profissionais, por ocasião das campanhas salariais e/ou de forma mais permanente em suas mesas de negociação, associadas a processos de mobilização geral das categorias e quase nunca especificamente de mulheres. No 11º Congresso da CUT elas conseguiram fazer

[49] Faço esta afirmação sem desconhecer que entre as integrantes da AMNB há quem afirme o vínculo com o feminismo negro e há quem prescinda dele, como salientado por Claudia Pons Cardoso (2012).
[50] Maria Berenice Delgado (Didice) foi a primeira secretária da mulher trabalhadora da CUT. Não tenho informações se todas as secretárias que a sucederam identificavam-se como feministas, todavia todas desenvolveram uma relação muito próxima e articulada com o movimento feminista.

aprovar a paridade entre homens e mulheres nas instâncias de direção da Central, decisão que foi efetivada no 12º Congresso Nacional, em 2015. No documento preparatório ao 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT, que aconteceu em março de 2015, em Brasília, um dos objetivos identifica com nitidez a perspectiva feminista desta articulação: "Fortalecer a organização e mobilização das mulheres para avançar em direitos e ampliar a luta feminista" (CUT, 2015, p.5).

A mesma análise se aplica para a Secretaria Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, como foi visto ao discorrer sobre a Marcha das Margaridas. A Marcha das Margaridas, como expressão nacional, pode ser lida a partir da noção de protesto contido ou convencionais, de Sidney Tarrow (2009), mas esta forma rotinizada não tem implicado na não obtenção de resultados. Os documentos preparatórios da Marcha apresentam como ela tem tido impacto, ao longo do período de realização, para a elaboração, aprovação e efetivação de políticas e programas específicos para mulheres rurais na perspectiva da autonomia econômica e pessoal[51]. Não quero afirmar que estes resultados transformaram a vida das mulheres rurais, mas apenas que eles só se realizam a partir da atuação delas na cena pública como sujeitos que atuam politicamente reivindicando seus direitos.

O Movimento de Mulheres Camponesas se destaca neste quadro pela perspectiva de formulação de um feminismo camponês. Enquanto organização, este movimento nasce como movimento de mulheres trabalhadoras rurais, que tinham denominações diferentes em vários estados. No Rio Grande do Sul, o MMTR-RS e a Organização de Mulheres da Roça (OMR) tinham uma presença forte. Em 2004, as diversas organizações autônomas de mulheres rurais, em um Congresso realizado em Brasília, criam o MMC.

> Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: Movimento de Mulheres Camponesas.
> (...) Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero

[51] O documento da marcha das Margaridas de 2011 registra várias conquistas nas áreas de: 1. Documentação, acesso à terra, apoio às mulheres assentadas e políticas de apoio à produção na agricultura familiar; 2. Trabalho e previdência social; 3. Saúde; 4. Educação; 5. Enfrentamento à violência.

> Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele (MMC, 2014).

A categoria 'camponesa', para o MMC, compreende o vínculo com a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, o qual, por um lado, se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Conforme as informações disponibilizadas, mulher camponesa é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, pescadora artesanal, quebradeira de coco, extrativista, arrendatária, meeira, ribeirinha, posseira, boia-fria, diarista, parceira, sem-terra, acampada e assentada, assalariada rural e indígena. "A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil o nome de Movimento de Mulheres Camponesas" (MMC, 2014).

O caráter feminista deste movimento é declarado no jornal do seu Encontro Nacional. Elas afirmam que o MMC "é o primeiro movimento feminista e camponês no Brasil", o que as desafia a lutar pela valorização do trabalho da mulher camponesa e contra as formas de violência praticada contra as mulheres. "Nossa organização contribui para mostrar a sociedade a nossa trajetória de luta, que, somada a milhares de mulheres, nos torna protagonistas de nossa história" (MMC, 2014, p.4). A ação direta do Movimento de Mulheres Camponesas, em 2006, contra a Aracruz Celulose, já descrita, foi um notável exemplo da radicalidade anticapitalista assumida pelos movimentos de mulheres.

A Marcha Mundial de Mulheres é uma articulação movimentalista feminista internacional, que surgiu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência, já comentada aqui. A terceira ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil foi estruturada no formato de uma marcha que percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo. Cerca de 3 mil mulheres, organizadas em delegações de todos os estados em que a MMM está presente, reuniram-se em uma grande atividade de denúncia, reivindicação e formação, dando visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional, buscando transformações reais para a vida das mulheres brasileiras. Foram dez dias de caminhada, com marchas pela manhã e atividades de formação durante à tarde. Conforme o site da MMM "reunindo mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais auto organizadas, a 3ª Ação da Marcha Mundial das

Mulheres representou um marco definitivo para o movimento feminista no Brasil" (MMM, 2014).

Tem sido mais forte na ação política da Marcha Mundial, além do feminismo, o seu caráter classista, e a sua aliança com os movimentos sociais que se definem a partir da classe social como trabalhadores e camponeses, daí a sua proximidade com a Via Campesina, em especial, nos espaços do Fórum Social Mundial. Em 2014, por ocasião do dia 08 de março de 2014, em material de divulgação a MMM ampliou este escopo político, adotando a bandeira do enfrentamento ao racismo.

> Reafirmamos, com nossa presença nas ruas, que o feminismo é um movimento popular que está e continuará em luta denunciando a opressão vivida por nós nesse sistema que combina o patriarcado com o capitalismo, a desigualdade, o racismo, a lesbofobia e a destruição da natureza. Conclamamos às mulheres para a auto-organização e afirmamos nossa estratégia de fortalecimento como sujeito político que constrói uma força mundial em aliança com os movimentos sociais. Nesse 8 de março de 2014 renovamos nosso compromisso na luta por um mundo anticapitalista, antirracista e antilesbofóbico, por uma sociedade baseada nos valores de liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade (MMM, 2014)

A Liga Brasileira de Lésbicas apresenta-se como uma expressão do movimento social de mulheres e feminista, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anticapitalista, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação de mulheres lésbicas e bissexuais pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. A LBL é uma articulação de grupos, entidades, movimentos, e também de lésbicas e bissexuais independentes que dela participem.

> A LBL foi criada e inspirada por mulheres lésbicas que ousaram e ousam falar do amor entre mulheres e da lesbianidade como uma das formas de orientação, expressão e identidade sexual e desta como um direito sexual e, portanto, um direito humano. A LBL foi fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro, em uma Oficina de Visibilidade Lésbica, que contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil e com a presença de companheiras de outras partes do Mundo. No V SENALE, que aconteceu em junho de 2003, em São Paulo, foram realizadas reuniões e uma plenária da LBL, no dia 22 de junho, em que construímos alguns princípios e escolhemos uma representante de cada região do Brasil, para compor a primeira coordenação executiva provisória, até o XIV Encontro Nacional Feminista, que foi realizado entre 13 e 16 de novembro de 2003, em Porto Alegre, quando a Liga realizou uma plenária em que ficou definida sua primeira coordenação e responsabilizou algumas regiões pelo estabelecimento de contato nas regiões do país em que a LBL não estava articulada (LBL, 2014).

Tendo sido criado no espaço do Fórum Social Mundial, a LBL assume seus princípios

e busca articulação com outros movimentos sociais em torno da ideia de que ‘um outro mundo é possível’. A Liga Brasileira de Lésbicas adota uma perspectiva anticapitalista que, segundo seu site, significa a presença entre as participantes de posições socialistas, comunistas, libertárias e anarquistas. A LBL defende o fim da acumulação do capital e da mercantilização das relações e dos corpos das mulheres. Defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade, respeitando o meio ambiente e valorizando as práticas justas e solidárias, em que todas as pessoas sejam livres, autônomas, autodeterminadas. Defende o trabalho enquanto espaço de realização e desenvolvimento das potencialidades e criação humanas.

A apresentação de informações sobre estas articulações movimentalistas nacionais do movimento de mulheres, todas se identificando como feministas, não quis ser exaustiva. Existem outras[52], inclusive para as quais este posicionamento político não está definido, pelo menos não em sua apresentação na internet. O meu interesse foi demonstrar como o processo histórico de construção do movimento de mulheres e do movimento feminista, na experiência brasileira, ocorreu de forma entrelaçada, tornando-se impossível fazer distinções que os separem com nitidez. Entendendo como válida a concepção de que é feminista quem assume publicamente esta perspectiva política, ou seja, quem se declara. Neste sentido, as articulações movimentalistas de mulheres no Brasil são majoritariamente feministas. E isso dá ao movimento feminista brasileiro uma perspectiva contra hegemônica se lido a partir do marco de referência de suas articulações nacionais, como tentei demonstrar.

O que isso significa para as mulheres de classes populares? Esta é a questão que buscamos responder na sequência. Inicialmente interessa salientar que este movimento de mulheres que se gerou neste percurso histórico define-se predominantemente como feminista e constrói um feminismo antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Certamente esta afirmação pode ser contestada, uma vez que ao longo do percurso, organizações, ações e mulheres feministas, com atuação individualizada, foram ficando ao largo da história, uma

[52] UBM - Fundada em 1988, a União Brasileira de Mulheres – UBM é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter nacional, que defende os direitos e reivindicações das mulheres em relação ao trabalho e à cidadania, buscando elevar o nível de consciência e atuação política das mulheres para que elas participem na defesa de seus direitos enquanto mulheres, cidadãs e trabalhadoras (UBM, 2014).

CONAMI - Uma organização de Mulheres Indígenas criada em 23 de setembro de 1995, com a missão de articular, promover, apoiar e defender a luta pelos direitos das mulheres indígenas. Lutamos pelo empoderamento, autonomia e o protagonismo. O CONAMI Não representa ninguém e nenhuma etnia, mas, sim articula para que a voz a VOZ das Mulheres Indígenas seja, ouvidas e respeitadas.(CONAMI, 2014).

vez que fui dando ênfases naquilo que sustenta esta tese. Além disso, tentei deixar nítido que as ênfases dadas a cada um dos elementos desta tríade são diferenciadas nas articulações e nas mobilizações que foram constituídas. Ocorre que eu estou tomando movimentos sociais como uma categoria de análise, como uma subjetividade coletiva de longa duração histórica, e não cada articulação movimentalista em particular. Nesta perspectiva, o movimento de mulheres feministas no Brasil abrange todos estes processos políticos, ações coletivas e articulações, constituindo-se como um campo feminista com uma identidade coletiva própria e um certo grau de articulação, o que lhe garante um singular nível de centramento no interior do campo político dos movimentos sociais.

Entendo que outras dimensões políticas incidem sobre o campo dos movimentos sociais, o que faz com que o campo feminista no seu interior, dado a sua fluidez e flexibilidade, seja 'repuxado' para vários lados. Por um lado, o próprio esgarçamento do campo político dos movimentos sociais, no último período, impacta no fortalecimento ou na fragilização de distintas práticas políticas no interior deste movimento feminista. Por outro lado, as reflexões que emergem das identidades coletivas organizadoras de articulações movimentalistas, não são necessariamente posicionadas a partir de uma corrente teórica feminista ou outra, podendo apresentar-se a partir das autoras como mais ou menos definidas teoricamente por uma ou outra perspectiva. Neste período se fortaleceram expressões organizativas compostas por mulheres que, em si, apresentam elementos novos para a teoria e o movimento feminista brasileiro. Refiro-me ao chamado feminismo negro (CARNEIRO, 2005; BARRIOS,1995; RIBEIRO, 2014; CARDOSO, 2012) e ao feminismo lésbico (FALQUET, 2006; CURIEL, 2003). A lacuna que percebo em relação à dimensão de classe no marco de referência predominante no conjunto do movimento feminista talvez se deva ao fato de que o feminismo sindical (SNMT-CUT, 2003) e o feminismo camponês (PALUDO, 2009) não tem reivindicado o mesmo estatuto teórico que os anteriores.

Vale destacar que no movimento de mulheres negras há ativistas que se posicionam teórica e politicamente como parte do feminismo negro e outras que o recusam, alguma formulando alternativas a ele, a exemplo da formulação sobre 'ialodês', de Jurema Werneck (2005), como uma categoria de análise para discutir sujeitos femininos fortes, e o conceito sobre 'womanismo' (mulherismo), popularizado por Alice Walker (SUDBURY, 2003), que tem menor penetração no Brasil.

3.5. A crise nos movimentos sociais e o feminismo

O contexto de crise do campo político dos movimentos sociais, orientado politicamente como campo democrático e popular, que, segundo Ana Maria Doimo, inicia ainda nos anos 1990, se altera com a articulação do processo Fórum Social Mundial, fomentado originalmente a partir do Brasil, em 2000, mas que rapidamente notabilizou-se pela capacidade de articular movimentos sociais do mundo inteiro, sejam organizados em redes transnacionais, como o feminismo, o sindicalismo, e a Via Campesina, sejam em expressões locais em distintos países. A isso se associa a emergência do desenvolvimentismo na ação dos governos de centro-esquerda latino americanos vistos como pós-neoliberais e os debates que a estes se seguiram no campo dos movimentos sociais em relação a comungarem ou não do mesmo projeto político. Como processo de intercâmbio e articulação entre distintos movimentos sociais, o Fórum Social Mundial, vocaliza diferentes causas relacionadas à justiça e à igualdade, e já foi objeto de vários estudos (SANTOS, 2005; WHITAKER, 2005; HOUTART, POLET, 2002).

O FSM, principal articulação de movimentos social construída neste período, no interior de uma mais ampla movimentação antiglobalização, não tem a pretensão de ser um representante ou de amalgamar toda esta movimentação. Segundo a sua Carta de Princípios, ele não representa e nem é representado, ou seja, nenhuma das organizações e pessoas envolvidas em sua articulação pode fazer declarações públicas em nome do Fórum.

Boaventura de Sousa Santos (2005) celebra a diversidade social, cultural e política do Fórum, e o entende como um terreno de encontro entre organizações e movimentos de mais de uma centena de países[53], os quais podem interagir livremente, formando novas redes e coalizões e definindo iniciativas comuns. Ele não tem um fim estratégico além de manifestar-se contra a globalização, mas não traça coletivamente qualquer estratégia para conduzir esta luta. O FSM nasceu no Brasil "valendo-se da cultura política híbrida que emerge dos movimentos de base, das experiências com a democracia participativa, da teologia da libertação, das lutas contra a Ditadura, bem como da política de esquerda (velha e nova) de tradição ocidental" (SANTOS, 2005, p. 39). O FSM confronta a nova face internacional dos movimentos sociais com o antigo internacionalismo proletário

> O internacionalismo promovido pelo FSM representa um afastamento drástico da velha forma de internacionalismo que dominou a política anticapitalista ao longo do século XX. Esta forma baseava-se em quatro premissas principais: um ator social privilegiado (operários ou operários e

[53] No FSM de 2004 estiveram presentes pessoas de 117 países.

> camponeses); um tipo privilegiado de organização (sindicatos e partidos operários conjuntamente com as suas federações internacionais); uma política originada no Norte e formulada de acordo com os princípios políticos prevalecentes no Norte anticapitalista. A ênfase era colocada na homogeneidade social e política, como condição para a unidade e solidariedade, e em trajetória de vida e culturas semelhantes como condição para o desenvolvimento de laços fortes e duradouros (SANTOS, 2005, p.38)

Neste sentido, a experiência histórica do movimento feminista brasileiro e o quadro de referência antissistêmico, adotado por algumas de suas articulações, são um importante contraponto à visão criticada por Santos.

No decorrer dos anos o FSM recebeu críticas em torno de que a sua ênfase na diversidade organizativa e política, embora no campo da esquerda, e a não diretividade das lutas dificultou a ação coletiva do movimento antiglobalização. Não obstante esta possibilidade, o FSM mobilizou protestos mundiais, a exemplo do que ocorreu em todos os países por ocasião da deflagração da guerra dos EUA contra o Iraque, assim como criou condições para inúmeras articulações, a exemplos dos Diálogos Feministas, das ações internacionais da Marcha Mundial de Mulheres, das assembleias da Via Campesina, do Acampamento Mundial da Juventude, além de potencializar os fóruns temáticos, que articulam grande número de movimentos e organizações do mundo naquela área de atuação, a exemplo do Fórum Mundial da Saúde.

Wallerstein (2003), um dos intelectuais que participa dos debates do FSM, aborda os movimentos sociais a partir da perspectiva antissistêmica, dentro do debate realizado por ele sobre sistema-mundo. Nesta linha de pensamento os movimentos antissistêmicos tradicionais, do final do século XIX até meados do século XX, teriam sido os movimentos nacionais e os movimentos sociais, entendidos como sindicatos e partidos socialistas. Ele apresenta como renovação dos movimentos antissistêmicos o crescimento dos grupos maoístas[54], após a revolução política e cultural de 1968, mas vendo como uma possibilidade que não vingou. Ele apresenta ainda três possibilidades do que ele chama de aspirantes ao status de antissistêmicos: os movimentos feministas, negros e ecológicos, na década de 1970 e 1980; os movimentos de direitos humanos na década de 1980; e o Fórum Social Mundial, no início dos anos 2000, como resultante das lutas antissistêmicas da década de 1990 contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) –, o Fundo Monetário Internacional (FMI) –e o processo de globalização neoliberal, que instituiu a liberalização dos mercados e redução dos Estados. Para Wallerstein,

> el FSM intenta agrupar a todos los tipos previos de movimiento – vieja

[54] Seguidores de Mao Tsé Tung, líder comunista chinês.

> izquierda, nuevos movimientos, grupos pro derechos humanos y otras agrupaciones no fácilmente clasificables em estas categorias – e incluye grupos organizados de modo estrictamente local, regional, nacional y transnacional. La base de participación es um objetivo común – la lucha contra los males sociales derivados del neoliberalismo – y un respeto compartido por las prioridades inmediatas de cada uno de los demás participantes. Reviste su importancia el hecho de que el FSM intente agrupar a movimientos provenientes del Norte y del Sur em un único marco. El único eslogan hasta la fecha es «otro mundo es posible» (WALLERNSTEIN, 2003, p. 103).

Obviamente, para que o FSM ocorresse e fosse visto como um novo movimento antissistêmico, foi necessário a confluência de todos estes movimentos referidos por Wallerstein como aspirantes a movimentos antissistêmicos, ou seja, retomando o que vim discutindo até aqui, foi necessário o campo político dos movimentos sociais no Brasil para que o FSM pudesse se constituir, bem como o movimento feminista. Parece-me correta a sua análise quando ele fala que os movimentos negros, ecológicos e feministas teriam correntes internas distintas, mais ou menos antissistêmicas, todavia ele parece não perceber o fato de que algumas destas correntes colaboraram para ampliar a própria noção de luta antissistêmica, para além da luta anticapitalista, fato que favoreceu a existência do Fórum Social Mundial. No caso do feminismo algumas articulações afirmam-se com a identificação com a luta antipatriarcal, antirracista e também anticapitalista[55], como é o caso da AMB, e este movimento, assim como a Marcha Mundial de Mulheres e outros, esteve presente nas articulações contra o livre comércio, na campanha contra a ALCA e OMC e na organização do processo FSM.

Fica claro que Wallerstein está identificando o sistema-mundo com o sistema capitalista, sem se colocar a questão de como o racismo e o patriarcado, de forma sistêmica, estão historicamente imbricados com ele, o que é fortemente demarcado pela herança colonial. Parece também não haver uma preocupação se há outras formas de existência que poderiam estar ao largo do capitalismo. E ainda, que ele compreende a economia como o centro do sistema mundo, o que implica em que a agência, seja de manutenção ou de contestação à ordem, estaria referida a sujeitos diretamente produzidos por e produtores da economia. Todavia, seja sistema-mundo, ou seja, sistema-capitalista, a noção de sistema de Wallerstein me parece suficientemente aberta, pois comporta a possibilidade de resistências e de lutas antissistêmicas, ou seja, assume o conflito com o sistema como constitutivo dos processos de movimentos sociais, pensamento com o qual me afino e é caro à teoria que venho discutindo.

[55] AMB – Relatório do Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras. Brasília, 2011.

Como a noção de sistema-mundo me é muito cara, meu pensamento segue no sentido de compreendê-lo numa perspectiva mais ampla, que inclui o sistema capitalista, mas vai além dele. A perspectiva descolonial, para a qual a produção de Wallerstein colabora, vê o capitalismo como intrinsecamente relacionado ao colonialismo e ao racismo (QUIJANO, 2005). Mais precisamente o capitalismo não seria o que é hoje, sem ter galgado o seu potencial expansionista por meio da colonização do 'resto do mundo', possibilitada pelos mecanismos econômicos das trocas, mas também, e sobretudo, pela força da ideologia racista e a sua autorização política do escravismo e da dominação dos povos originários dos países colonizados. A colonização criou as condições favoráveis para a exportação pela Europa do seu modo de vida patriarcal que, associado ao escravismo e ao domínio das terras e da produção, formou o que hoje é entendido como as sociedades latino-americanas. Neste entendimento, a identificação de movimentos antissistêmicos, ou alternativos aos sistemas hegemônicos, ou seja, contra hegemônicos, precisa incorporar outras expressões das lutas sociais, como, por exemplo, o antirracismo, o feminismo, as redes de economia alternativas, e as formas de resistências locais na defesa de modos de vida e de territórios.

Esta reflexão sobre movimentos sociais antissitêmicos e FSM, no debate sobre campo político de movimentos sociais, interessa a esta pesquisa para contextualizar a mudança que ocorreu no movimento de mulheres no Brasil. O processo que descrevi até aqui procurou deixar nítido como o movimento de mulheres e movimento feministas, do ponto de vista da composição de classe, imbricaram-se em articulações e mobilizações de mulheres feministas, amplamente compostas por mulheres de classes trabalhadoras, incluindo seus segmentos populares. Do ponto de vista dos marcos interpretativos de referência, esta movimentação de mulheres feministas construiu ideias comuns, em torno de direitos das mulheres, que lhe permitem unidade de ação, apesar da diversidade de articulações e de identidades coletivas.

A forte referência à classe social que marca os *frames* deste campo de movimentos sociais na década de 1970 e 1980 se dissipou na década de 1990, porém ela está sendo retomada no debate político, e teórico, a partir de outra démarche, que não a antiga ideia de sujeito histórico, e único, da transformação. As mobilizações e articulações altermundialistas, os ciclos de protestos contemporâneos e a retomada do debate de alternativas ao capitalismo, tem contribuído para esta revisão. No campo feminista, a elaboração a partir da experiência latino-americana e a integração das noções de consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe, tem fomentado novas reflexões teóricas e alimentado a perspectiva antisistêmica no interior de suas articulações. Discute-se a ideia de múltiplos sujeitos da transformação e, esta como um devir histórico, contingente, mas uma utopia possível.

As elaborações no Brasil referente ao campo político dos movimentos sociais advindos da luta pela democratização discutiam esta perspectiva, mas de forma periférica. O centro do debate deste campo político manteve-se na relação capital-trabalho, articulando, ao polo trabalho, apenas o debate sobre classe e não a divisão sexual do trabalho. O feminismo, como um pensamento que se constrói a partir das mulheres e que se desafia a pensar o mundo, as relações sociais e um projeto de sociedade baseada na justiça e na democracia, vem refletindo sobre isso.

Por ocasião da ECO92 o movimento feminista se colocava no debate sobre desenvolvimento, fazendo denúncias e avaliações críticas sobre a questão ambiental e seus impactos sobre a vida das mulheres, o que implicava agregar à problemática da exploração do trabalho, a questão das relações sociais de sexo e as relações entre os seres humanos e a natureza. Vinte anos depois, em 2012, a economia está sob domínio do capital financeiro e a situação ambiental se agrava com a crise climática. A mundialização do capital ganha novos contornos com os esforços atuais dos grandes conglomerados econômicos de dominar todos os territórios para garantir o controle sobre as riquezas materiais, petróleo, minérios e, o que é mais grave, água. Este novo momento recoloca em questão a disputa internacional em torno dos territórios das nações que possuem este tipo de riquezas e que, hoje, ainda são submetidas à primarização da economia.

No Brasil, o Governo Federal, não obstante sua origem no campo democrático e popular e sua grande realização no campo das políticas sociais, insiste em dar continuidade a um projeto desenvolvimentista cuja preocupação central é superar a miséria sem entrar em confronto com a ordem e até ampliando as condições de acumulação capitalista.

As reações a esta política, no interior do campo político dos movimentos sociais, são bastante contraditórias. As posições públicas assumidas pelas várias articulações movimentalistas, ao longo destes anos de governos petistas, foram majoritariamente condescendentes com as alternativas políticas adotadas tanto no que diz respeito ao modelo desenvolvimentista, como na participação social, ou seja, na economia e na política. Apesar de movimentos (incluindo o movimento feminista) permanecerem identificados com as lutas por direitos, as formas de luta adotadas restringiram-se amplamente a processos de participação e a diferentes formas de negociação nacional (nem sempre nos espaços públicos dos conselhos e conferências), embora, no âmbito local alguns conflitos e processos mobilizatórios continuassem ocorrendo.

No movimento feminista, ao final do segundo governo Lula, a AMB apresentou um balanço do período. Nele se afirma que:

> o governo liderado por Lula foi marcado pelas contradições. Por um lado, desenvolveu políticas que se encaminham para o rumo de romper com o modelo neoliberal, de inverter as tradicionais prioridades dos governos anteriores e garantir maior transparência na coisa pública. Por outro lado, deixou intocado o sistema político excludente – patrimonialista, patriarcal, racista – que temos hoje no país e não garantiu instrumentos para o exercício efetivo do poder popular no processo de participação. (…) A política de distribuição de renda, pelo Bolsa Família, e a política de redistribuição de renda, pela previdência social e pelo aumento do salário mínimo, foram efetivas em reduzir a pobreza e permitir o acesso a bens de consumo essenciais para um amplo conjunto da população. Mas a orientação da política econômica, alinhada com os preceitos do capitalismo financeiro, foi, em muitos momentos, priorizada, em detrimento das políticas sociais (AMB, 2011, p. 66).

Para entender esta situação, Dagnino (2004) confere peso explicativo à noção de projeto político e investiga distintos projetos políticos em disputa neste período na América Latina. Seu intuito é o de reduzir a opacidade construída por supostas referências comuns, no que se refere à democracia, à participação e à cidadania. Concordo com ela quando define projeto político

> como um conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos (…) eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam, veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas, no que se refere a relação Estado-sociedade civil, sem incorrer na clivagem simplista de considerar a sociedade civil como 'polo de virtudes democratizantes', e o Estado visto como 'encarnação do mal' (DAGNINO, 2004, p. 98).

Ela delimita a existência de três tipos de projetos em disputa no período aqui estudado: projeto autoritário, projeto neoliberal e projeto democrático participativo. Como tentamos demonstrar, até aqui, a constituição do campo político de movimentos sociais orientado politicamente como campo democrático e popular, pressupõe a construção de um ideário comum, um projeto político, que vai no mesmo sentido deste delineamento feito por Dagnino como projeto democrático e participativo, faltando apenas à autora, a referência ao popular, como delimitação de uma perspectiva de classe. Isso não significa que todos os movimentos deste campo político apoiassem o PT, por este ser o partido que mais conquistou adesões no período. Também havia movimentos que se referenciavam no PSB, PC do B, PSTU e mais recentemente no PSOL e na REDE. A ideia de projeto político de um campo de movimentos sociais, aqui apresentada, não toma uma conotação simplesmente eleitoral, ela diz respeito a um processo de elaboração de referências comuns de atuação, o que se constata neste período histórico.

Roberto Veras analisa este processo de constituição do campo a partir de sua

heterogeneidade e contradições, visão com a qual compartilho ao discorrer sobre este percurso,

> O CDP nasceu e se constituiu, assim, demarcando posições com outras forças sociais e políticas, à direita (práticas políticas tradicionais, a exemplo do clientelismo, patrimonialismo, populismo, liberalismo etc.) e à esquerda (forças políticas constituídas historicamente sob as bandeiras do anarquismo, socialismo, comunismo). Especialmente, buscou delimitar diferenças com as práticas mais tradicionais. Releituras passaram a ser produzidas sobre vários aspectos do passado. Entretanto, seu surgimento não pode ser compreendido sem que se leve em conta os pontos de continuidade e de passagem frente aos processos históricos anteriores. O que veio a compor o CDP (apesar do peso que teve esse esforço de demarcação com o passado, de inovação) sempre guardou um caráter constitutivamente heterogêneo, politicamente contraditório e socialmente diverso (VERAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 3).

O ideário do campo político dos movimentos sociais, no interior do qual localizo o movimento de mulheres e o movimento feminista, é uma corrente cultural do processo de democratização brasileira que culmina no Fórum Social Mundial, baseado na crítica às velhas formas de fazer política tanto à direita quanto à esquerda. Refiro-me às formas de ação política que se configuraram na formação social brasileira, em dois grandes blocos: o primeiro bloco dizendo respeito a apropriação do que é público pelo privado, ou seja, os grupos privados se apropriam do Estado e se apresenta no que costumamos chamar de patrimonialismo e clientelismo, fenômenos que marcam a nossa cultura política. Um outro bloco de questões diz respeito à hierarquização das relações sociais, quer dizer, a estrutura de poder que hierarquiza as relações na sociedade. Isto tem a ver com elementos que perpassam a cultura política como o racismo e o patriarcado. Outro exemplo desta forma de organização social é a crise ambiental, que é um símbolo para expressar a relação de domínio e exploração estabelecida entre os seres humanos e a natureza, que traz inúmeros prejuízos para a grande maioria da humanidade. Estas relações sociais, que expressam conflitos, estabelecem hierarquias e contradições na sociedade brasileira, alimentam ideias e modos de pensar que compõem a nossa cultura política. Estas ideias não dominam só os partidos de direita e nem só quem é dominante no poder econômico, elas penetram também nos partidos de esquerda, perpassam os movimentos sociais, fazem com que entremos em conflitos pessoais e dominam também a vida cotidiana. São estes elementos da cultura política que eu chamo de velhas formas de fazer política.

Em contraponto a esta política surgiram vários movimentos sociais e partidos de esquerda de tradição anarquista, comunista e trabalhista. Ao longo da história do Brasil ocorreram vários levantes populares, calcados em contradições regionais e/ou em conflitos com a metrópole colonizadora, na resistência quilombola e indígena e um processo de construção do movimento de trabalhadores que marcaram fortemente a primeira metade do

século XX até desembocar no trabalhismo da era Vargas. No campo, além das lutas de resistência, o Brasil viveu várias rebeliões localizadas e a organização das ligas camponesas. Apesar disso a nossa história foi marcada por ditaduras, com poucos períodos de democracia formal. Estas velhas formas de fazer política, voltadas para mudança social, tinham vínculos fortes com a perspectiva comunista e/ou trabalhista. Para os comunistas, especialmente os ligados à Terceira Internacional, mas também os troskistas[56], ligados à Quarta Internacional, o sujeito político da transformação é a classe trabalhadora (ou mais precisamente, a classe operária), que se organiza em um partido político capaz de dirigir a luta por transformação social, o que gera uma visão de movimentos como correia de transmissão dos partidos, sobre os quais estes exerciam controle. Análises históricas demonstraram que isso era muito mais uma crença que estruturava o discurso da esquerda do que uma realidade na forma de atuação dos movimentos de trabalhadores (COSTA, 1995).

O período descrito ao longo desta tese é o maior período de vigência democrática na sociedade brasileira - 1985 a 2015 - ainda que não seja democracia social, econômica e política radical, da forma como os movimentos sociais defendiam, mas o exercício dos procedimentos da democracia representativa no Brasil tem nestes 30 anos o seu maior tempo de existência. E neste tempo se configurou um campo de movimentos sociais como campo democrático e popular, afirmando proposições de uma nova forma de fazer política. O campo forjou-se com um ideário que perpassa os partidos de esquerda, mas não se restringe a eles.

O ideário deste campo de movimentos sociais influenciou os movimentos de mulheres e o movimento feminista, ao mesmo tempo que foi por ele influenciado. Ele tem vários elementos, os quais destaco, sintetizando as referências que fui apresentando ao longo do capítulo 2 e 3 e discutindo como eles se foram percebidos nos movimentos feministas. Faço esta reflexão tomando por base os dados apresentados aqui, a partir dos documentos e referências bibliográficas, mas, especialmente a partir da reflexão que venho construindo com base na observação sistemática deste movimento.

O primeiro elemento é a democracia. A democracia radical que este campo propugnava que deveria existir na sociedade deveria também existir nas formas de organização dos movimentos sociais. No debate teórico e político essa premissa era constantemente afirmada. Na prática, a luta por democracia submeteu-se ao sistema político

[56]Trotiskismo é um movimento derivado da perspectiva política de Trotski, comandante dissidente da revolução de outubro na Rússia, que se organizou na Quarta Internacional Comunista, que no Brasil conta atualmente com uma organização política atuante no interior do Partido dos Trabalhadores como tendência, a Democracia Socialista. No inicio da história do PT, haviam também outras organizações de esquerda orientadas pelo trotiskismo. A Terceira Internacional ou Internacional Comunista era a articulação internacional de partidos comunistas sob comando do Partido Comunista da União Soviética.

existente, alargando-o com mecanismos de participação social. Sobre a democracia que deveria existir na organização dos movimentos, havia uma luta constante entre a ideia de movimento de massa com quadros dirigentes versus a proposição de movimento organizado a partir da "base" gerando capacidade desta base tomar decisões democráticas sobre seu projeto político. Esta definição é fundamental para o tipo de inserção que será possível para os grupos de classes populares.

No caso do movimento feminista, não é possível, nesta pesquisa falar de quais procedimentos democráticos eram efetivados nos distintos processos organizativos e mobilizatórios, tentarei fazer isso no próximo capítulo especificamente sobre a AMB. Mas, por um lado, a capacidade de atuação articulada em momentos fortes de conjunturas políticas, demonstra que foi possível construir elementos estratégicos comuns capazes de amalgamar um campo político feminista incluindo mulheres de classes populares, por dentro do campo dos movimentos sociais, e, às vezes, extrapolando as suas bordas. Por outro lado, o movimento feminista tem como um dos seus elementos fortes a tentativa de organização interna com base no princípio da horizontalidade, sem uma direção política centralizadora, o que também tentei demonstrar ao falar das diferentes articulações movimentalistas. Esta forma de proceder gerou referências difusas e pouco elaboradas, porém nitidamente demarcado pela perspectiva antissistêmica e profundamente envolvido com a construção da democracia e dos direitos.

O feminismo é um dos poucos movimentos sociais que propõe a democracia para além do Estado, para atingir a sociedade como um todo, entendendo-a como possível na vida cotidiana e como démarche de projetos de vida. A articulação fluída dos movimentos de mulheres e a capacidade de mobilização em torno de pautas comuns, influenciadas por distintas articulações movimentalistas que se formam em torno de diversas identidades coletivas, possibilitaram a este movimento procedimentos mais democráticos na sua ação, o que fomentou a sua ampliação e inclusão dos segmentos populares.

Outro elemento importante do ideário deste campo político é a autonomia. Para os movimentos sociais na década de 1970 e 1980 a autonomia dizia respeito a não subordinação orgânica a partidos, a credos religiosos e ao Estado. Na prática, isto tinha também uma dualidade. Por um lado, algumas forças políticas afirmavam não ter nenhuma subordinação orgânica, porém, politicamente mantinham uma relação de muita proximidade com partidos ou com organizações de esquerda no interior de partidos, aderiam a um projeto político em curso que não era baseado na autonomia dos movimentos. Por outro lado, tinham também movimentos que mantinham relação com partidos e/ou credos religiosos a partir de uma voz

própria, da ideia do movimento como sujeito político na sociedade. O debate intenso, neste âmbito, era em torno de um sujeito único da transformação, a classe trabalhadora, representada através de um partido, versus a ideia de múltiplos sujeitos da transformação, no campo dos dominados e explorados, que se articulam a partir das situações de conflito na qual os movimentos sociais vão se constituindo enquanto sujeito político, a partir da luta por suas causas, e forjando um projeto de um campo político e não apenas de um partido político. À época da redemocratização, este debate gerava muitas divergências, as quais continuaram na experiência cotidiana de relação entre os movimentos sociais e partidos políticos, durante a chamada era Lula e perpassa também os movimentos de mulheres que se orientam pelo feminismo.

A questão da autonomia é um elemento central para o movimento feminista, tanto no que diz respeito a autonomia do movimento frente ao Estado, às igrejas e à outras instituições políticas, quanto no tocante a autonomia pessoal das mulheres. No sentido do projeto político geral, esta posição remete tanto para a defesa do Estado laico, no sentido da autonomia do Estado frente às religiões, como para o enfrentamento ao capitalismo, no sentido de um projeto de autonomia econômica e política para as mulheres. Em referência à auto-organização das mulheres como sujeito, o feminismo defende a autonomia política de seus movimentos, para que eles mesmos decidam seus rumos, em relação com outros entes políticos, mas sem estar submetidos a eles.

Um terceiro elemento do ideário do campo, que quero destacar, é o saber popular**.** Este elemento tem a ver com o reconhecimento do valor da experiência popular como algo capaz de construir conhecimentos e estratégia política. Esta orientação teve muita força no início deste período estudado em função da influência da pedagogia desenvolvida na formação e organização dos movimentos populares, inspiradas na elaboração de Paulo Freire. Na prática, neste debate também existiram muitas divergências. Por um lado, isto significava que os grupos populares podiam se encontrar, trocar experiências, mas tendo, do ponto de vista teórico-político, um rumo, que em geral era dado pela liderança do projeto político-partidário ou pela tradução prática dessa liderança através da 'assessoria' dos centros de educação popular, das igrejas, dos intelectuais comprometidos, posteriormente das ONGs. Por outro lado, a partir desses mesmos setores, existiam também organizações que assessoravam grupos populares buscando construir conhecimentos e estratégias coletivamente nos movimentos populares. Esta diferença, que perpassou o campo da educação popular, é uma marca nesta relação com o saber popular.

Entendo que no feminismo, o debate sobre o saber popular não foi suficientemente

aprofundado, excetuando a parcela deste movimento que se dedica à formação/educação feminista. Todavia, a experiência, reflexão e conhecimentos das mulheres é o ponto de partida que possibilitou historicamente a própria formulação do feminismo. Ao longo deste trabalho apresentei vários momentos em que os saberes das mulheres participantes das atividades feministas, foram construtores do seu ideário, de suas proposições políticas e de seus conhecimentos. Importa salientar que as influências mútuas entre movimento de mulheres e movimento feminista se relacionam diretamente com este método educativo e de organização política, sem o qual não teria se construído um amplo movimento de mulheres feministas, incluindo as mulheres populares.

Outra questão desse ideário é a própria ideia do que vem a ser o popular, ou mais precisamente, como a questão de classe era colocada neste projeto político do campo dos movimentos sociais. Como já me referi antes, na década de 1980 havia um debate teórico sobre o que constituiria este setor popular ou as classes populares e mesmo quem seria o sujeito de um projeto popular. Para alguns era a classe trabalhadora, já se tratando aqui de uma visão mais ampla que classe operária, buscando o alargamento da tradição do pensamento de esquerda. Para outros o conceito adequado seria o de classes populares, incluindo não só quem estivesse na situação social desprivilegiada economicamente, por conta da relação de trabalho baseada na exploração, mas também quem não tivesse vínculo de trabalho e/ou morasse nas periferias dos grandes centros urbanos ou na zona rural. Este termo, classes populares, era muito usado por quem trabalhava com grupos de bairros de periferia, nas chamadas comunidades, que se diferenciava de quem atuava no movimento sindical, para os quais se continuava a usar a expressão classe trabalhadora. Também alguns setores acadêmicos utilizavam a expressão classes subalternas, e só depois, entrou no debate a noção, bastante questionável, de 'excluídos'. Conceito questionável porque afinal a desigualdade não é uma anomalia, ela faz parte do sistema, está perfeitamente incluída na sustentação do sistema capitalista.

No feminismo este debate não ocorreu nestes mesmos termos. Entretanto, a proximidade política de articulações feministas com o setor com maior poder político no interior do campo, aquele que manteve fixa a ideia da classe trabalhadora como sujeito único da transformação, conferiu poder a este setor no interior do campo e na relação com o Governo oriundo dele. A distância política deste centro, por sua vez, gerou dificuldades para algumas articulações (e/ou para algumas feministas) perceberem a imbricação que vinha sendo construída historicamente entre feminismo e movimento de mulheres. Para outras feministas, que atuam de forma individualizada ou em pequenos grupos distanciados dos

movimentos de mulheres, numa perspectiva mais liberal, não está sequer colocado debate sobre a questão do campo político dos movimentos sociais, sua composição, seu ideário e seu esgarçamento, estas estão fora desta construção política do campo.

Estas divergências teóricas e políticas, que estou aqui simplificando, sempre significaram muito na constituição do *masterframe* deste campo político dos movimentos, em especial na composição das alianças no seu interior, que conformam as disputas de poder interno, como, por exemplo, na hora de decidir quem subiria no palanque na campanha das Diretas Já, na mesa do seminário pela Assembleia Constituinte, ou estaria na principal conferência do Fórum Social Mundial, por exemplo. Em vários momentos de mobilização, ao longo deste período, sempre foi debatido qual é a luta principal e a luta secundária ou qual é a luta geral e a luta específica, quais são as entidades gerais e as setoriais, e, com isso, se excluía setores da fala pública nestes momentos fortes de mobilização conjunta do campo.

No movimento feminista isto também ocorre, não obstante em várias localidades e em várias ocasiões este movimento consiga construir unidade para ação coletiva. As diferenças políticas, todavia, são em geral disputas em torno de qual articulação feminista é mais à esquerda, mais institucional e/ou é mais horizontal, ou seja, dizem respeito aos marcos de referência construídos coletivamente neste percurso, que conformam a identidade coletiva deste movimento.

Este debate tem a ver com sujeito e ruptura revolucionária. A ideia de que o sujeito da transformação é a classe trabalhadora, e apenas ela, e a proposta de que haverá um momento de ruptura revolucionária na qual ela tomará a direção da sociedade. Por um lado, isto subordinava outros movimentos que não construíssem sua identidade coletiva a partir da relação capital-trabalho apenas. Por outro lado, existiam outros movimentos sociais, como o movimento feminista, discutindo que o processo de transformação não ocorreria em um momento apenas, mas em vários, e é conduzido por diversos sujeitos antissistêmicos, em processos capazes de gerar múltiplas transformações. Para estes a noção de luta por direitos faz sentido a partir do entendimento de que reformas no sistema podem gerar novas contradições que impulsionem outras lutas (ÁVILA, 2001). Nesta perspectiva os sujeitos deste campo político de transformação podem se articular em um projeto político comum, mas isto não está dado a priori, é parte das contingências da história dos próprios movimentos e de suas escolhas políticas.

Um último aspecto deste ideário que quero destacar é exatamente como este *masterframe* se expressou na identidade coletiva dos movimentos sociais. Isso significa vislumbrar elementos que consolidaram este campo político com uma expressão pública, suas

pautas, seus discursos, sua forma de atuar, seus símbolos. Em um determinado momento, mais incisivo na década de 1980, isso significou um sentido de pertencimento a O Movimento. As pessoas que participavam se sentiam "companheiras" do mesmo Movimento, mesmo quando participavam de diferentes expressões organizativas, lutando por diferentes causas. E a partir de outro momento, mais forte na década de 1990, foi-se construindo uma certa especialização, e as pessoas passaram a ser de um movimento e não de "o" movimento, e um certo nível de profissionalização e institucionalização. Hoje, a cultura política de muitos movimentos é marcada pela indiferença frente às causas de outros movimentos e isso dificulta reconhecimentos e alianças. É também marcada por diferentes relações com os partidos de esquerda e, com os governos do PT, PSB e PCdoB, algumas se sentindo plenamente partícipes destes projetos políticos nos governos e outras estabelecendo distinção entre Governo e movimentos sociais.

O Partido dos Trabalhadores quis representar a movimentação geral daquela época. Ser partido, na tradição da esquerda, é ser uma parte que tem um projeto político para a sociedade. Ocorre que há uma contradição quase irresolvível, quase uma antinomia, entre ser uma parte que representa o todo, e o todo que se articula politicamente vendo-se como múltiplos sujeitos da transformação. Nesta perspectiva, só é possível uma situação na qual uma unidade, um todo ocorre, em alguns momentos, quando assume um valor simbólico muito forte. Um desses momentos foi a Constituinte de 1988, quando da defesa de uma constituinte livre, democrática, soberana, com participação popular. Naquele momento este discurso mobilizou diversos movimentos, porque queriam isto a partir das suas pautas próprias, mas aderindo a esta pauta geral. Esse momento consegue ser um exemplo que articula o todo e as partes, mas, como Marx, entendo que o todo é muito mais que a soma das partes. Mas é sobre este "muito mais" que as divergências se apresentam. Muitas vezes, no debate político entre os movimentos sociais, reduz-se a ideia de 'campo democrático e popular' à soma das suas organizações, ou menos ainda, a sua expressão eleitoral, ao PT e/ou ao seu campo de aliança eleitoral inicial[57], e não se discute a movimentação social que o campo consegue produzir (e ser) em um determinado momento, que é mais rica que suas organizações, e tem ampliada a sua capacidade de enfrentamento nos conflitos sociais.

Estas concepções e práticas foram conformando este *masterframe* dos movimentos sociais que estavam em contraponto com as velhas formas de fazer política, e esta foi uma das razões de ter vigorado no Brasil a expressão Novos Movimentos Sociais, porque eram

[57]Em 1989, o PT concorre às eleições presidenciais em aliança com PCdoB e PSB formando a Frente Brasil Popular.

movimentos que articulavam outros setores sociais que não os setores tradicionalmente organizados em partidos e sindicatos, e também porque propunham novas formas de fazer política, não obstante, do ponto de vista acadêmico, esta expressão tenha a ver com a influência da Teoria dos Novos Movimentos Sociais sobre o debate brasileiro. Eles faziam contraponto à velha política, mas estavam também perpassadas pela cultura política predominante na sociedade brasileira, portanto, pelas relações hierarquizadas, pela apropriação do Estado pelos grupos privados, pela cultura patriarcal e racista. Por isso, em cada elemento deste ideário foi preciso situar o debate político que já existia na época, e que hoje é possível ser visto com um certo distanciamento, que eu fui apresentando como dualidades, embora entre um lado e outro tenha um *continuum* de diferenciações.

Há expressões que já estavam perpassando o campo nos anos 1980 e permanecem até hoje, por exemplo, a ideia de lutas hierarquizadas, ou seja, as lutas vinculadas a relação capital-trabalho, sejam sindicais ou pela terra, são vistas como mais importantes do que as lutas de mulheres, as lutas ecológicas, as lutas do movimento negro, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) ou pelo direito à cidade. Mesmo quando, na década de 1990, o campo dos movimentos sociais sofre um declínio político, que Doimo configura como uma crise, a noção de direitos, e do direito a ter direitos, se amplia como uma referência mobilizadora, em torno da noção de cidadania, isso apenas reduz a hierarquização das lutas, mas não a elimina.

Na década de 1990, a forma de fazer política dos movimentos sociais, teve seus problemas agravados pela forte penetração do neoliberalismo na economia, na política e na cultura. Na economia porque deixou a todos e todas nós com menos direitos sociais. Na política porque a destituiu do seu lugar no mundo, despolitizou os debates dos problemas sociais e a própria relação Estado e Sociedade. E na cultura porque fez predominar o consumismo e o individualismo como modo de vida. Tudo isso, aliado ao fenômeno da mundialização do capital, das tecnologias da informação e das novas formas de sociabilidade que se impuseram alterou sobremaneira as formas de fazer política, cristalizando métodos mais despolitizadores no âmbito das ONGs e dos movimentos sociais, colocando em cheque o ideário proclamado deste campo político. Penso que inicia aí o esgarçamento deste campo político que se estende até a atual crise de institucionalidade.

Em relação à crise, no tocante a relação entre o PT e os movimentos sociais, remeto à interpretação de Fortes (2005), com a qual concordo. Ele afirma que o vínculo originário entre o PT e a classe trabalhadora demarca uma singularidade do contexto político. Ele salienta a importância do PT para a ampliação da presença de trabalhadores e trabalhadoras rurais e

urbanos, negros, feministas, líderes comunitários etc. no Legislativo e no Executivo. Esse perfil dos petistas eleitos coroa uma mudança na densidade social e política brasileira que emerge com a ação dos novos movimentos sociais, nos anos 1970 e 1980. O PT, a partir dos anos 1980, contribui para reduzir "a interdição do acesso ao espaço público pelos subalternos na sociedade brasileira e para quebrar as relações de hierarquia e deferência que caracterizam o padrão autoritário dominante nas nossas relações sociais" (FORTES, 2005, p. 200). A forte evocação ao racismo e ao preconceito de classe que emergiram na atual crise política demonstram como as classes dominantes reagiram a esta mudança.

Fortes problematiza a ideia predominante sobre a crise do PT, de que houve um distanciamento entre estrutura partidária e base social, que o projeto originário do PT teria sido desviado em função de uma prioridade pela ação institucional em detrimento dos movimentos sociais. Embora eu considere este desvio um elemento importante na análise da crise, concordo com a sua leitura na qual ressalta que os fatores determinantes na ascensão ou no declínio de movimentos sociais se localizam num plano muito mais profundo da estrutura social do que o reservado à ação partidária. Ele entende que a análise sobre a crise dos movimentos sociais que deram origem ao partido, "deve começar pela desestruturação do mundo do trabalho, que colocou nosso sindicalismo em posição de heroica, porém defensiva, resistência e pelo cerco à Teologia da Libertação, enfrentando um Vaticano conservador, o movimento carismático e ascensão do pentecostalismo" (FORTES, 2005, p. 202).

Outro argumento de Fortes, que assumo, identifica a drenagem de lideranças tanto para o partido como para as posições que ele passou a ocupar na estrutura do Estado, que teve de fato, um inegável impacto nas organizações e movimentos sociais, inclusive no movimento feminista. No entanto, pondera que isto também possibilitou que algumas demandas vindas dos movimentos fossem atendidas, como também permitiu que canais mais democráticos para sua expressão e negociação fossem criados. Um último argumento remete ao que ele entende ser um erro, que é subestimar o papel da política eleitoral e prender-se aos postulados do século XIX, que diante da realidade do voto censitário, viam nela apenas uma democracia formal. Concordo com sua afirmação de que se deve evitar qualquer purismo numa análise sobre a política de massas no Brasil atual. A política continua a expressar uma complexa representação de interesses, que nos processos eleitorais tem seu caráter ideológico mascarado pelo uso de estratégias de mídia, o que se apresenta de forma cada vez mais contundente na política brasileira.

A ideia de campo democrático popular, como campo político dos movimentos sociais, expressa o seu direcionamento (em relação a fins). No meu entendimento o campo é muito

mais do que a soma das possíveis áreas de atuação ou organizações que o compõe. O campo é a articulação política, baseada em uma identidade coletiva fluída fundada em seu quadro interpretativo da realidade, com capacidade de gerar movimentação social que altera a relação de poder na sociedade. Nesse sentido, nesse período foi construído um campo político, e este campo não está representado apenas em um projeto eleitoral vitorioso em nível de Governo, embora a eleição de Lula, em 2002, tenha um valor simbólico muito grande.

Este campo, pela própria expressão que o nomeia - de movimentos sociais -, não pode ser analisado apenas na relação com o Estado, ele precisa ser visto também do ponto de vista da relação com a sociedade, o que implica na sua capacidade de defender a democracia econômica e política, mas implica também em democratizar as relações sociais e a vida cotidiana. Isso tem consequências internas aos movimentos, para as formas de organização e de atuação e as formas com as quais eles pensam sobre si mesmos.

Repensar este ideário político, neste momento de desalento com as notícias do imperativo categórico das velhíssimas formas de fazer política sobre o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula e Dilma, pode ser um impulso para refletir sobre o esgarçamento deste campo. Abre-se a possibilidade de retomar, pelo menos em alguns setores do campo, um sentido de pertencimento a uma luta comum, uma utopia, que se expressa na articulação de múltiplos e distintos sujeitos da transformação e na inter-relação entre suas causas, no sentido da vivência comum de um projeto de mundo e um projeto pessoal de existência. O movimento feminista, pela sua elaboração teórica e por sua história distinta no interior do campo, segue sendo uma possibilidade utópica ao contribuir com esta articulação do campo político dos movimentos sociais.

Apesar de compreender a dinâmica partidária, escolho situar o debate sobre a crise atual tanto no esgarçamento do campo político dos movimentos sociais, provocado pelo seu próprio processo de constituição e pelas escolhas políticas que foram sendo feitas ao longo desta história recente, quanto na tradição da formação política brasileira e em suas impossibilidades de lidar com ações políticas radicais e com mudanças promovidas a partir dos ‘de baixo’. Também é necessário ver a crise a partir da correlação de forças na sociedade, nacional e mundial, e na forma como ela perpassa o Estado. As forças políticas assentadas no poder econômico mundializado têm ação determinante no cenário da crise atual e precisam ser vistas a partir daí, mas este não é o objetivo desta tese.

Roberto Veras de Oliveira, refletindo sobre as mudanças ocorridas no Campo Democrático e Popular, apresenta um questionamento que tomo para concluir esta reflexão:

> percorridas quase quatro décadas, no entanto, não só o país passou por importantes transformações, como o próprio CDP sofreu os impactos do tempo e dos acontecimentos. No contexto atual, no qual afloram fortes tensões sociais e um cenário de acirradas disputas políticas, em meio a uma clara ofensiva das forças conservadoras e de certa confusão prático-discursiva entre as forças progressistas e de esquerda, cabe a questão: em que medida o horizonte de construção de um CDP continua capaz de balizar o debate público e as disputas políticas no processo democrático brasileiro? (VERAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 1)

No tocante ao movimento feminista convêm salientar que as informações levantadas sobre esta trajetória histórica me permitem inferir que ele, no caso brasileiro e no período estudado, esteve vinculado ao campo da esquerda, entendida na amplitude aqui demarcada a partir da luta pela redemocratização. No sentido mais restrito das articulações, que foram se constituindo nestes últimos anos, é possível afirmar que algumas delas ocuparam posições mais centrais neste campo dos movimentos sociais, o que significa mais próximas do núcleo político impulsor, o Partido dos Trabalhadores e/ou as organizações sindicais e de luta pela terra, fortemente pautadas pela relação capital/trabalho, e outras, dentre estas articulações movimentalistas, estiveram em um ponto mais periférico impulsionando o campo para um perfil de maior autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos e, portanto, mais aproximadas politicamente do que veio a se configurar como o processo Fórum Social Mundial.

Refletir sobre o movimento feminista, a partir deste contexto brasileiro, exige, portanto, a discussão de um paradoxo. O feminismo surge como uma teoria contra hegemônica, na Europa e Estados Unidos, em relação ao conhecimento androcêntrico predominante na modernidade baseado na ideia do universal e chega às regiões colonizadas e subalternizadas do mundo a partir deste lugar geopolítico de poder. Como movimento social ele adota distintas configurações a partir dos contextos e das estratégias políticas que desenvolve. Neste sentido, parafraseando Mezzadra (2008), o feminismo brasileiro deve ser entendido como sendo o chamado ‘feminismo hegemônico’, apesar de situado no contexto da experiência de nossa formação social, marcada pela colonização capitalista, patriarcal e racista? Tentei demonstrar que não.

Embora possam existir (e acredito que existam) setores feministas, no Brasil, que se situem neste lugar de um feminismo racialmente branco e economicamente burguês, formado a partir das influências euro americanas sobre indivíduos, ele não é majoritário. Pelo menos, não o é no sentido geral que podemos abstrair do processo político de formação do amplo movimento brasileiro de mulheres feministas, entendido como um movimento social, que se constitui com diversas articulações movimentalistas em torno de distintas identidades

coletivas e com capacidade de gerar vários tipos de mobilização.

Porém, a ação de feministas não orgânicas a estas articulações, também tem peso político na sociedade brasileira e frente ao Estado, pelo lugar de poder que ocupam. Isso influencia nas lutas e na vida cotidiana das mulheres que participam deste movimento, o que vou tentar demonstrar no capítulo seguinte, a partir de uma destas articulações movimentalistas, a Articulação de Mulheres Brasileira, que teve grande centralidade na constituição deste campo feminista no período estudado.

Até aqui procurei demonstrar que o feminismo brasileiro, nas últimas quatro décadas, encontra-se entrelaçado com o movimento de mulheres negras e das classes trabalhadoras em geral e das classes populares em particular, embora estas últimas, diferentes das outras, não tenham se configurado com articulações movimentalistas específicas, com este tipo de identidade política. Do ponto de vista da ação pública, ambos, movimentos de mulheres e movimentos feministas, influenciaram-se mutuamente, não sendo possível distinguir rigorosamente momentos fortes de mobilização nos quais seja possível vê-los separados.

Embora alguns grupos feministas de classe média mantenham atuação particular, e alguns não vejam a realidade do movimento como eu a discuto aqui, entendo que a força política feminista neste processo histórico, na minha concepção, foi dada pela capacidade de manter-se em articulação ampla com os movimentos de mulheres. Isso fez com que o amplo movimento de mulheres feministas, oriundo deste processo, ora defenda reivindicações caras às mulheres populares, como a luta por creches, por crédito e por aposentadoria universal, ora mobilize-se por suas bandeiras mais tradicionais como a legalização do aborto e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Os esforços foram somados na constituição de um amplo movimento de mulheres feministas que defendeu, na política brasileira, os direitos das mulheres, considerando as diferenças e desigualdades, e conquistou a instituição de políticas públicas para as mulheres, que, neste momento em que escrevo, encontra-se em risco com a crise institucional que abala o governo Dilma Roussef.

Capítulo 4
A Articulação de Mulheres Brasileiras e a constituição de um feminismo popular

Capítulo 4

A Articulação de Mulheres Brasileiras e a constituição de um feminismo popular

Nos capítulos anteriores, procurei reconstituir a trajetória do campo político dos movimentos sociais no contexto da redemocratização brasileira pós Ditadura Militar. Nele situei a constituição do movimento de mulheres e movimento feminista, com suas relações políticas, buscando analisar o lugar que foi ocupado, nesse processo, por mulheres populares que dele participaram. Constatei que hoje há uma imbricação entre estes dois tipos de movimento de tal monta que sugere a existência de um amplo movimento de mulheres feministas, no qual se localizam articulações movimentalistas em torno do feminismo negro, feminismo camponês, feminismo sindical, feminismo lésbico, entre outras expressões possíveis. Estas articulações movimentalistas denotam identidades sociais 'herdadas' e congregam identidades políticas pessoais enquanto mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras etc., que interagem entre si e comungam algumas referências de interpretação da realidade a exemplo da ideia de 'direitos das mulheres'. Isso não significa, necessariamente, dizer que todas aquelas que assumem tais identificações pessoais se enquadrem em uma organização, ou articulação, supostamente correspondente.

Neste capítulo, vou analisar os resultados da pesquisa realizada sobre uma destas articulações movimentalistas: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A AMB surge com um caráter amplo de articulação da diversidade de organizações e articulações pré-existentes. Isto ocorre a partir de um amplo processo articulatório de preparação à participação do movimento brasileiro na Conferência de Beijing. As suas referências iniciais são aquelas construídas para o documento do movimento feminista brasileiro, que deu base para a sua atuação na Conferência. Posteriormente, em 2002, ela alinha este marco de referência a partir de outro processo articulatório que gerou a Plataforma Política Feminista, já referida no capítulo anterior. Neste último período, a AMB promove um novo alinhamento e define-se como um movimento feminista antissistêmico, entendido como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. Nesta trajetória, a sua composição interna vai sofrendo alterações, nas quais se registra um grande crescimento do número de mulheres de classes populares. Destaco este processo de alinhamento de marcos interpretativos de referência na AMB, no sentido discutido por Snow (1986), mas entendo que ele se situa em um processo mais amplo de mudança no movimento feminista brasileiro.

Descrevo rapidamente a trajetória de vinte anos desta articulação, discutindo como o modo de organização e de ação política adotados favoreceu a presença de mulheres populares

no seu interior. Farei isso a partir de documentados levantados nesta pesquisa e também trazendo para este momento uma sistematização realizada por mim mesma, em 2010, com base em entrevistas, documentos e grupos de discussão com as, então, integrantes de coordenação nacional e de alguns fóruns locais que a compõe. Pretendo apresentar os marcos de referências interpretativos, a partir do alinhamento produzido, em seus fóruns de discussão, que agregaram uma grande articulação de grupos, articulações locais, organizações e mulheres independentes em torno de um tipo de feminismo próprio.

Em seguida apresento a composição da instância diretiva da AMB que, à época da pesquisa, em maio de 2014, denominava-se Comitê Político Nacional e hoje, Plenária Nacional. Os dados para construir este perfil foram obtidos por meio de formulário aplicado na reunião desta instância, em maio de 2014. Apesar de ter construído estes dados quantitativos, a pesquisa que estou apresentando é fundamentalmente qualitativa. Estes dados, portanto, não compõem uma amostra, e sim a totalidade das mulheres presentes na reunião, e não posso deixar de perceber, à luz da minha própria experiência de participação neste movimento, que os dados são indicativos da composição geral da AMB. Ainda com dados obtidos, nesta reunião nacional, discuto como as mulheres participantes se situam em relação à identidade coletiva da AMB, a partir do seu marco de referência.

4.1. Trajetória da AMB: organização e projeto político

A Articulação de Mulheres Brasileiras é uma articulação política, não partidária, cuja origem está no esforço de articulação do movimento de mulheres brasileiro, vivenciado no processo de preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizada pela ONU e realizada em Pequim (Beijing), em 1995, como já descrito no capítulo anterior. A AMB tem, entre seus princípios, a definição de sua identidade feminista e o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços organizativos que a constituem. Estes espaços são articulações em cada unidade da federação, chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações mesmo, que congregam grupos autônomos de mulheres, secretarias de mulheres de sindicatos e outros movimentos mistos quanto ao sexo, ONGs feministas e mulheres não vinculadas a nenhuma organização. Doravante usaremos o termo ‘Fórum’ ao nos referirmos a todos estes tipos de espaço, a fim de facilitar a compreensão.

Inicialmente a AMB foi constituída como Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing, isto é, como um processo que visava a elaboração de um documento do movimento

feminista no Brasil e preparação das representantes do país para a Conferência nas Nações Unidas. Começou com algumas feministas do Rio de Janeiro e São Paulo articulando uma reunião com feministas de outros Estados para discutir um documento próprio do movimento de mulheres e/ou para influenciar o documento oficial do governo brasileiro a ser enviado à Beijing.

Neste processo inicial dois conflitos marcaram o debate: primeiro, as divergências sobre forma de financiamento do processo. Para umas a participação brasileira deveria ser autofinanciada e para outras não havia problemas em receber qualquer tipo de apoio. Neste ínterim ocorreu a oferta da USAID[58] de financiar a delegação brasileira. Em função do papel que este organismo norte-americano teve durante a Ditadura Militar no Brasil, a posição negativa foi consensual, alargando o debate para reflexão sobre critérios políticos para discussão de qualquer apoio financeiro, mas ocorreram várias tensões no percurso que marcaram o início da AMB.

O segundo conflito fundamental, neste início da Articulação, foi sobre o documento que deveria ser elaborado com as posições do movimento feminista brasileiro. Sobre este documento havia duas visões: a primeira, que considerava necessário ser um documento com grande fundamentação e feito por especialistas e a segunda, que achava imprescindível ser um documento que tomasse por base os debates preparatórios no movimento de mulheres a serem realizados em todos os estados da federação. A decisão sobre este conflito começa a constituir um modo de ação próprio da AMB. Decidiu-se por criar um grupo de especialistas que trabalhasse no documento, mas também articular um processo de debate nacional, com reuniões e encontros em todos os lugares possíveis para construir as propostas do movimento de mulheres brasileiro que deveriam constar neste documento. Além disso, decidiu-se também que a delegação brasileira seria composta por representantes eleitas nestes espaços organizativos em cada Estado. E assim foi feito. O encontro nacional, chamado Conferência de Mulheres, que finalizou este processo, reuniu 800 mulheres no Rio de Janeiro e elaborou um documento que expressa os debates ocorridos em todos os recantos do país. Com este documento, a delegação brasileira, composta por 300 mulheres, foi à Conferência da ONU em Beijing, em 1995. Esse início da AMB, a mesma se articulou com participantes desta Conferência de outros países latino-americanos, de onde surgiu a *Articulación Feminista Marcosur* (AFM), da qual a AMB é uma das fundadoras (SILVA, 2010a).

[58] USAID – United States Agency for International Development. A agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional foi bastante questionada pelos movimentos sociais, no período da redemocratização brasileira, pelo apoio financeiro que forneceu às políticas da Ditadura Militar, em especial na área de educação, tendo-as influenciado fortemente.

Descrevi rapidamente estes conflitos, no período inicial da organização da AMB, para demonstrar como este processo se deu com base numa articulação de posições distintas entre os movimentos feministas e de mulheres e, ao mesmo tempo, para registrar que, sendo um processo orientado politicamente pelo feminismo, esteve também, desde o nascedouro, vinculado ao movimento de mulheres de forma mais ampla, com suas distintas expressões locais e nacionais.

A presença de feministas negras na AMB ocorreu desde o início, mas as feministas negras construíram também articulações independentes, como o já citado Fórum de Mulheres Negras e Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Há indicativos de que isso tenha sido uma tensão constante em função das novas questões que este sujeito traz para o pensamento feminista. A presença de mulheres de classes populares também ocorreu desde o inicio, mas não há registros amplamente divulgados sobre a ocorrência de tensões a partir disso.

Deste processo resultou, também, a criação de espaços organizativos do movimento de mulheres, com o caráter de fórum, em vários estados, nos quais ainda não existiam. Estes Fóruns congregaram diversos tipos de organizações de mulheres, variando de um lugar para outro, como ONGs feministas, grupos populares de mulheres, organizações de mulheres de sindicatos urbanos e rurais, núcleos de estudos acadêmicos, movimentos autônomos de mulheres, grupos setoriais de mulheres de movimentos mistos quanto ao sexo, feministas de ONGs mistas e feministas sem atuação em nenhum destes tipos de organização, que participam diretamente da ação dos Fóruns de Mulheres.

O feminismo, por princípio, é contrário à centralização e a estruturas verticalizadas nos movimentos sociais, em função de sua defesa de radicalização da democracia em todos os espaços. As estruturas organizativas verticais são comuns em organizações de outros movimentos sociais nacionais. Então, como foi aceita esta ideia de uma articulação nacional com este poder de congregação de diferentes organizações? Seria possível congregar tanta diversidade sem hierarquização? Segundo algumas feministas entrevistadas por mim em pesquisa anterior (SILVA, 2010a), já havia várias iniciativas para a constituição de um espaço nacional que congregasse diferentes organizações. A preparação para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher criou condições, a oportunidade política, para que isso fosse possível, porque a AMB era datada, tinha um tempo e um objetivo determinado: "até Beijing". A AMB endossou, também, os interesses de inúmeras instâncias do movimento de mulheres no âmbito local para articularem-se entre si e valeu-se da disposição de feministas dispersas em diferentes lugares. Isto constituiu uma importante contribuição que viabilizou a própria AMB.

Inicialmente a AMB se organizava através do Comitê Político Nacional, o que

equivale em outros movimentos à direção nacional, no qual se reuniam representantes dos Fóruns Estaduais de Mulheres com a Coordenação Executiva Nacional e Secretaria Executiva Nacional e onde tinham assento também as redes, movimentos e articulações nacionais existentes à época. A primeira Secretaria Executiva Nacional (que era uma espécie de coordenação) foi composta por sete mulheres, sendo quatro negras e três brancas. Hoje, não existe mais a figura da Secretaria Executiva, continua a Coordenação Executiva Nacional com sete membras, e o espaço nacional de direção do movimento foi reorganizado como Plenária Nacional, aberta a todas que puderem estar presentes. Posteriormente realizaram-se dois Encontros Nacionais, que congregaram ativistas de todos os espaços organizativos da AMB, em 2006 em Goiânia e em 2011, em Brasília. Neste último, participaram 800 mulheres de 27 Estados.

O processo de articulação, criado para a participação das mulheres brasileiras na Conferência de Beijing, em 1995, tinha como experiência anterior, que favoreceu a sua criação, a grande mobilização nacional pela coleta de assinaturas e pressão sobre os/as deputados/as constituintes em função dos direitos das mulheres e a mobilização para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da ONU realizada em 1994 no Cairo. Isso não nega a força da intencionalidade das feministas que estavam à frente deste novo momento de mobilização, pelo contrário, ela própria pode ser vista no bojo deste momento forte de atuação dos movimentos sociais como um todo, e se articulou também com o ideário feminista de favorecer a ampla participação do movimento de mulheres. ‘Dar voz às mulheres’ parece ter sido o *frame* que se expressou no método adotado neste início da AMB, como salientado por esta entrevistada

> Tem a ver com a discussão do poder e a não aceitação de representação como delegação, mas também tem a ver com a compreensão de que o enfrentamento das mulheres ao sistema passa pela elaboração sobre a nossa própria condição, isso como um exercício libertador. No Brasil tem uma tradição muito forte, vinda de diferentes caminhos, de que fazer as coisas em roda, facilitar a fala, a participação, mexer com o corpo, dialogar, produzir conhecimento junto, isso liberta (Entrevista citada em SILVA, 2010, p. 16).

É com base nestas referências de participação, próprias do campo político dos movimentos sociais, que se elabora o documento para Beijing, tomando por base os debates feitos nos espaços estaduais, os quais também escolhem as suas representantes. Aquele momento histórico foi caudatário do período imediatamente anterior no qual a participação e a construção coletiva demarcavam as elaborações próprias dos movimentos sociais. O trecho da entrevista abaixo mostra o vínculo deste processo com o ideário do campo político dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, apresenta de como, a partir desta origem, foi se

gestando um método próprio de organização, que possibilitou à AMB articular a participação de grupos populares de mulheres.

> Beijing era um pretexto que a gente tinha que aproveitar para mobilizar as mulheres e daí a decisão de que para ir a Beijing era preciso ser escolhida em um espaço estadual que articulasse os grupos e movimentos de mulheres existentes naquele local (…) Um outro instrumento adotado foi o roteiro de discussão, então você tinha que organizar rodas de conversas, fóruns de debates nos estados... na época a gente chamava assim... foi um método que voltou a ser adotado depois, na preparação da conferência de mulheres brasileiras, e isso não foi feito para produzir documento não, isso realmente foi feito para aproveitar... vamos aproveitar para discutir com as mulheres a situação das mulheres (Entrevista citada em SILVA, 2010, p. 17).

Ao voltar da Conferência de Beijing, em uma nova reunião nacional, a posição majoritária entre as mulheres presentes foi pela continuidade da AMB. Em seguida decidiu-se que a AMB teria como objetivo fazer o monitoramento, no Brasil, da Plataforma de Ação de Beijing. A ideia de monitoramento das plataformas resultantes das conferências do ciclo social da ONU era forte na década de 1990 no Brasil. Para algumas se tratava de acompanhar o que seria feito para implantação das deliberações da ONU no país, para outras seria necessário um intenso processo de mobilização para exigir do Estado brasileiro o estabelecimento de direitos e as políticas públicas necessárias para cumprir a Plataforma de Beijing. A noção de monitoramento de políticas públicas, que se torna forte nas ONGs e nos movimentos sociais na década de 1990, tem por trás de si o ciclo social da ONU, mas também as políticas do Banco Mundial de ajuste estrutural e o advento do neoliberalismo que reduz a ação do Estado na área social, e entende os movimentos sociais como agentes de execução ou controle de políticas públicas. No Brasil vivíamos as contradições entre uma Constituição Cidadã e leis que estabelecem vários direitos e, ao mesmo tempo, a redução do Estado e das políticas que seriam necessárias para efetivar estes direitos, que foi parte da reflexão sobre contexto apresentada no capítulo anterior. Segundo as entrevistadas para pesquisa citada

> A estratégia foi automaticamente dada, tinha tido Viena (Conferência de Direitos Humanos), Cairo (Conferência sobre População e Desenvolvimento), e agora Beijing... já estava cantada uma pauta de políticas públicas para serem monitoradas, mas na verdade elas eram para serem conquistadas. Na época houve uma grande discussão para dar ao conceito de monitoramento um sentido ativo, não só de fiscalização, mas de luta pela implantação, um sentido crítico... mas o conceito é ruim, ele segura, ele limita, acaba tendo um sentido mais passivo (Entrevista citada em SILVA, 2010, p. 18).

Os últimos anos da década de 1990 são, para a AMB, um momento difícil de articulação. São feitas algumas reuniões nacionais, momentos de debates sobre as pautas feministas nas políticas públicas, mas não há uma grande participação e mobilização dos

Fóruns Estaduais, alguns dos quais se fragilizaram, funcionando esporadicamente por ocasião das atividades do dia internacional da mulher, 08 de março, e outros seguiam construindo suas lutas locais e organizando-se de forma autônoma, distanciados do movimento em âmbito nacional. Havia feministas ligadas à AMB atuando no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e em espaços internacionais do movimento, e também construindo diversas elaborações sobre os direitos e as políticas para mulheres. Este momento de baixa capacidade de articulação nacional constitui-se como uma crise na AMB, que passa a ser superada a partir de 2000.

A AMB promoveu um balanço nacional das políticas públicas federais, em 2000, e, dentro da luta feminista pela qualificação do debate sobre democracia no Brasil, definiu entre suas prioridades a luta contra o racismo, demarcando relação especial com o movimento de mulheres negras, entre as alianças com outros movimentos. A partir daí, a AMB se engajou no processo preparatório à Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ONU, Durban, 2001), e passou a visibilizar, cada vez mais, seu compromisso e identidade com a luta feminista antirracista (AMB, 2006).

No bojo da crise de articulação, uma reunião nacional da AMB, convocada inicialmente para organizar a interlocução com o Estado brasileiro, na época com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, no sentido do monitoramento da Plataforma de Beijing e da exigência de políticas públicas, possibilita dar uma guinada na história. A AMB decide articular uma grande aliança do movimento feminista e do movimento de mulheres, com o intuito de construir uma plataforma própria das mulheres brasileiras, a partir da qual poderia se dirigir autonomamente frente ao Governo e à sociedade em defesa dos direitos.

Nascia ali uma nova estratégia e com ela criou-se uma nova onda de mobilização que resultou na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Esta conferência elaborou a Plataforma Política Feminista, a referência geral de projeto político, com a qual a AMB fez seu primeiro realinhamento de referências interpretativas da realidade das mulheres. A Plataforma foi utilizada por vários anos, sobre a qual já me referi no capítulo anterior. O procedimento adotado foi o mesmo: articularam-se reuniões nacionais amplas, com representações de todos os Estados e de todas as articulações movimentalistas de mulheres que desejassem participar; construiu-se uma carta de princípios e um roteiro básico que subsidiaram o processo de debates em todos os cantos do país; e realizaram-se conferências estaduais em 25 dos 26 Estados da federação e no Distrito Federal, totalizando uma participação de 5.212 mulheres, muitas das quais eram participantes de grupos populares

locais[59]. Da conferência nacional participaram 1.395 mulheres escolhidas nas conferências estaduais. Além da AMB, estiveram envolvidas na comissão organizadora nacional nove articulações movimentalistas nacionais, como informado no capítulo anterior. Esta Conferência, organizada autonomamente pelo movimento, anterior às Conferências organizadas pelo governo para discutir políticas públicas, é um marco importante na história do feminismo no país.

A partir de 2000, a AMB vem atuando também no processo do Fórum Social Mundial, sintonizada com a Articulação Feminista Marcosur, com a qual constrói os Diálogos Feministas, uma ação que articulou 12 redes de diferentes países e diversas expressões do feminismo, em nível mundial, antecedendo os eventos do Fórum Social Mundial. Inicialmente, em 2000, a atuação se deu com o Planeta Fêmea, em alusão a atividade similar que havia acontecido na ECO 92 no Rio de Janeiro. Na sequência, mantendo alguns espaços próprios, realizou diversas atividades em conjunto com outros movimentos sociais, nas diferentes frentes de luta que assume e nos chamados "debates inter movimentos" no interior do FSM. Paralelamente a AMB esteve envolvida nos processos de resistência à globalização, com foco nas ações contra a ALCA e a OMC. Esta participação nas lutas globais se deu por ocasião das manifestações paralelas às reuniões de cúpulas dos presidentes chamadas Cúpulas dos Povos e também nas oportunidades das rodadas de negociação da OMC. Quando o evento ocorreu no Brasil foi possível à AMB atuar com um número maior de militantes, o que ampliou a presença de mulheres populares, quando ocorreu em outros países, esta participação foi reduzida, o que restringiu a presença deste segmento.

A conjuntura brasileira é marcada, nesse período, pela eleição em 2002 do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que sendo candidato do PT e de uma frente de partidos de largo espectro político, é também uma expressão política da força do campo de movimentos sociais, advindos do período da redemocratização. Lula inaugura um novo modo de relação com os movimentos sociais, abrindo novos canais de participação e de consulta sobre as políticas públicas. Mas, apesar disso, mantém um tipo de política econômica próximo do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

O Governo Lula cria a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com status de ministério, e instala a I Conferência Nacional de Política para as Mulheres, em 2004, mecanismo similar aos existentes em outras áreas de políticas públicas, a exemplo da saúde, direitos de crianças e adolescentes etc., com participação dos órgãos de Governo e das

[59] Este número de participantes, por si, já indica que não eram todas participantes de organizações feministas, bastante reduzidos neste período.

organizações da sociedade civil, conforme discutido no capítulo anterior. A AMB, em reunião com outras organizações nacionais do movimento de mulheres, traça uma estratégia para atuar neste processo que implica na mobilização e formação de opinião junto às delegadas que seriam eleitas nos Estados e estratégias de atuação na comissão organizadora nacional. Neste momento, a AMB toma como referência a Plataforma Política Feminista e publica a revista "Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas", na qual pontua as diferenças entre esta Conferência e a que foi organizada de forma autônoma pelo movimento, e propõe à Conferência Nacional que estabeleça Diretrizes de Políticas para as Mulheres. Situação semelhante ocorreu em 2007, no processo da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

Paralelo a isso, a AMB segue incentivando os fóruns de mulheres nas suas lutas no plano local, e articulando algumas pautas feministas no plano nacional. Destaca-se, neste período, o enfrentamento da violência contra as mulheres; a luta pela legalização do aborto; a mobilização crítica da reforma da previdência social, a incidência sobre o orçamento público federal e a elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal; a crítica ao modelo de desenvolvimento e ao livre comércio, além da participação ativa nas Conferências de Políticas Públicas para Promoção de Igualdade Racial, na Conferência de Direitos Humanos e na Conferência de Saúde. Mas, paralelamente, mantêm a presença nas mobilizações contra a ALCA e OMC com as Cúpulas dos Povos e as campanhas nacionais que realizam plebiscitos populares sobre o tema e a presença ativa no processo Fórum Social Mundial (AMB, 2006)[60]. Isso não significa, em absoluto, que a participação se dê de forma com forte participação dos fóruns de mulheres, o que incluiria as mulheres de classes populares em maior número, pelo contrário, avaliações feitas, pela coordenação nacional, destacam a necessidade de investir na articulação da presença das mulheres organizadas na AMB nos espaços internacionais de atuação feminista.

A partir deste breve histórico da AMB, passo a discorrer sobre o seu repertório de organização e ação de forma mais detalhada, buscando identificar elementos que possam ser entendido como propícios ou não à participação de mulheres das classes populares.

[60] A AMB participou de forma articulada nos processos Fórum Social Mundial, tanto nos momentos de realização do FSM em Porto Alegre - Brasil (2001, 2002, 2003,2005), Mumbai – Índia (2004), Belém - Brasil (2009), Nairobi - Quênia (2007), Tunis - Tunisia (2013, 2015), como na preparação de vários destes momentos. Nestes espaços tem apresentado suas pautas de forma articulada com outros movimentos como é o caso da sequência de atividades chamada Aborto na Agenda Democrática ou da série de debates sobre a Democratização da Democracia que contribuiu para a elaboração da proposta de reforma do sistema político brasileiro, para dar dois exemplos.

4.1.1. Modo de organização e participação interna

Importa, para análise das questões de pesquisa, discutir a relação entre o modo de organização da AMB e a participação de mulheres de classes populares que compõem os fóruns locais. Isso pode permitir inferências sobre a relação entre as mulheres de classes populares e o feminismo, e as interpelações decorrentes. A partir dos documentos analisados, posso afirmar que, enquanto intenção, o modo de organização da AMB está imbricado com o seu modo de ação política, ela se organiza para ação, e constrói diálogo e relação de compromisso para dentro, com a adesão dos fóruns às questões que propõe, e pra fora, construindo parcerias e alianças com outras articulações feministas, de movimentos de mulheres e com outros movimentos sociais.

Segundo a Carta de Princípios da AMB, aprovada em 2008, na reunião do Comitê Político Nacional, em Itaparica na Bahia, são princípios organizativos da AMB:

> - Unidade na diversidade, princípio concretizado no compromisso com a autonomia organizativa e política dos fóruns, redes e articulações estaduais que integram a AMB, e com o debate democrático das perspectivas teórico-políticas que orientam sua prática;
> - Democracia interna pautada numa institucionalidade não burocrática; relações e processos decisórios horizontais e participativos marcados pela produção de consensos na ação; tomada de decisão por consenso com base em ampla maioria (2/3) e respeito ao direito de minoria de modo a tornar sempre possível rever decisões majoritárias;
> - Diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas na AMB e nas lutas coletivas organizadas com outras redes e articulações do feminismo e do movimento de mulheres brasileiro e internacional (AMB, 2008, p.2).

A partir destes princípios é definida a forma de participação das mulheres na AMB, o seu modo de funcionamento e o seu engajamento no campo político dos movimentos sociais

> A AMB reúne, articula e é integrada por mulheres feministas que atuam, em seus diferentes espaços de participação, em nome próprio ou por meio da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos. Toda ação e modo de funcionamento da AMB orienta-se pelo fortalecimento do movimento de mulheres e feminista. Isto significa atuar de modo a garantir apoio à auto-organização das mulheres por todo o país, em especial o fortalecimento das instâncias estaduais do movimento de mulheres vinculadas à AMB, nos contextos de suas intervenções, locais e regionais; AMB orienta-se para o fortalecimento do campo democrático popular dos movimentos sociais, buscando de forma permanente estabelecer alianças e engajamento nas lutas sociais da América Latina, aprofundar os laços entre mulheres feministas de distintos movimentos sociais e fortalecer o caráter contra hegemônico da luta feminista (AMB, 2008, p.2).

O processo de auto constituição da AMB, por ser aberto, sem filiação e funcionando

por adesão conjuntural, estimulou a adesão dos fóruns locais de mulheres às pautas propostas. Todavia, durante muito tempo, talvez pela fragilidade das instâncias nacionais e o tempo largo entre suas reuniões, a AMB não parece ter uma presença constante no cotidiano destes fóruns. Esta limitação, muitas vezes, pode estar relacionada ao repasse de informações por parte da representante de cada Fórum nas reuniões nacionais e à articulação conjuntural para assinatura de algum documento ou participação de algum momento de pressão sobre o Governo e/ou Congresso Nacional. A partir desta análise, a AMB decidiu ter outros espaços organizativos nacionais, que não apenas a reunião Plenária, isto é, Coletivas de Comunicação e Formação e Grupos de Referência e Mobilização por Frente de Luta. Os grupos nacionais por Frentes de Luta[61] e Coletivas Nacionais de Comunicação e Formação[62] foram organizados para facilitar o aprofundamento e o encaminhamento das prioridades políticas nacionais da AMB e partir da ampliação da participação das mulheres. No entanto, conforme os registros de avaliação da coordenação nacional, eles não conseguem funcionar satisfatoriamente, articulam-se de forma virtual, não possuem recursos para reuniões[63] e atuam mais quando a causa, na qual se vinculam, está numa situação conjuntural mais exigente. O sentido de pertencimento das integrantes dos fóruns à AMB não é, portanto, generalizado em todos os estados, embora pareça ter aumentado com a presença de muitas mulheres destes espaços nos Encontros Nacionais, conforme registro da coordenação nacional (AMB, 2007).

Estão integrados à AMB mulheres dos 27 Estados brasileiros, incluindo aí o Distrito Federal, embora os Fóruns estejam organizados apenas em 12 a 16 Estados. Este número varia de acordo com o momento conjuntural e com a diversidade de tipos de organizações que participam em âmbito local. As relações entre mulheres de classes populares e dos segmentos médios, no interior destas articulações, parecem ser bastante variadas. Há estados do Brasil onde não há nenhuma ONG feminista atuando e presença feminista muito reduzida nas Universidades, o que faz com que mulheres de setores médios sejam minorias ou não participem destes fóruns. Há casos em que as mulheres do movimento sindical participam ativamente dos fóruns, há outros em que há um certo distanciamento. Feministas vinculadas

[61] As Frentes de Luta da AMB indicam as lutas prioritárias e são organizadas em âmbito nacional por um grupos de militantes de vários estados. Atualmente são 9: Legalização do aborto, Democratização do poder; Trabalho e previdência, Políticas públicas para mulheres, Contra o racismo e o etnocentrismo, Enfrentamento à violência contra as mulheres, Por justiça socioambiental, Contra a lesbofobia; Por lutas globais. Mais recentemente a Frente por Lutas Globais e a Frente por Justiça socioambiental foram unificadas.

[62] As Coletivas Nacionais são grupos integrados por mulheres de vários estados responsáveis pelas tarefas correspondentes ao nome da coletiva, ou seja, as ações de formação e de comunicação nacionais.

[63] Eventualmente conseguem recursos para reuniões nacionais a partir de oportunidades oferecidas por ONGs feministas participantes ou mesmo por ocasião de reuniões nacionais promovidas por outras organizações e até pelo poder público.

às universidades, que, muitas vezes, contribuem nos momentos fortes de debate sobre um problema em seminários, não atuam politicamente no cotidiano dos Fóruns. Há situações em que polêmicas entre "feministas acadêmicas" e "feministas populares" são marcas no processo organizativo do fórum, como foi, há algum tempo atrás, o caso de Salvador, na Bahia (SILVA, 2010a).

O modo de organização dos fóruns também é diversificado. Há aqueles que estão articulados em grande parte do território do Estado e outros que se restringem às capitais e áreas metropolitanas. Há fóruns que congregam poucas pessoas e organizações e outros que tem mais de 50 grupos participantes. Há Fóruns que têm um funcionamento permanente, com um encontro periódico de planejamento e avaliação e reuniões periódicas para reflexão e organização das ações do movimento, mas há também alguns que funcionam em momentos de pique do movimento nacional, como o dia 08 de março, dia internacional da mulher, ou na preparação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, por exemplo.

Existem fóruns fortemente articulados em torno de prioridades locais, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), outros com presença local articulada ao seu contexto próprio, constituindo-se com debates de um projeto político para região, como é o caso do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP). Alguns tomam para si o debate sobre violência, muitos atuam mais na área de saúde, alguns enfrentam as questões de desenvolvimento e as consequências sobre a situação das mulheres. Estas informações, que se baseiam na observação, em reuniões nacionais, e em informações das entrevistadas, sugerem uma diversidade de prioridades locais que, considerando as conjunturas específicas, podem facilitar ou dificultar a adesão às pautas nacionais propostas pela AMB, e, ao mesmo tempo, facilitar ou dificultar a participação ativa de mulheres de classes populares.

Desde o início, a AMB não tinha uma linha política única e nem um rumo finalístico previamente estabelecido, estes rumose foram se constituindo ao longo do percurso. A ideia era garantir a presença do movimento de mulheres brasileiro em Beijing, depois monitorar os resultados e/ou lutar pela implementação de políticas para mulheres, em seguida juntar todos os movimentos na Conferência de elaboração da Plataforma Política Feminista, posteriormente articular todos os movimentos novamente para incidir nas Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres, convocadas pelo Governo Federal. Para estes processos, a coordenação nacional adota procedimentos similares: organiza documentos preparatórios, roteiros de debate e incentiva discussões em todos os Estados para construir sua presença política nacional. É claro que em alguns fóruns, isto era feito e enriquecido com os debates

locais, e em outros a reflexão nacional não é tão presente assim. Esta situação diferenciada, em muitos momentos, enfraqueceu a atuação nacional da AMB.

> Na AMB as formas de participação são fluidas, a forma de mobilização é propositiva, não normativa e se dá pelo exercício da comunicação, interação e ação das mulheres feministas que dela participam. As prioridades de ação são construídas nas relações e processos decisórios participativos e estão marcadas pela produção de consensos na ação. O diálogo, a articulação e a livre adesão são compreendidos como método de relacionamento interno e método de relacionamento com outras organizações do movimento de mulheres brasileiro e internacional (AMB, 2006, p. 3).

Esta afirmação da AMB demonstra uma intencionalidade no modo de se organizar e de construir as ações políticas. A ideia de adesão autônoma dos fóruns locais às pautas políticas nacionais, para gerar autonomamente um consenso na ação, é um elemento forte na metodologia que vem sendo construída na trajetória da AMB. A partir da observação feita, em momentos do processo decisório, compreendo que esta metodologia é o elemento responsável pelo grau de integração entre mulheres de diferentes origens raciais e de classe e de distintas orientações sexuais e faixas etárias. O grau de diversidade interna, demonstrado até aqui, não seria possível se não houvesse um método de condução política capaz de absorvê-lo e dar tratamento aos conflitos que ele potencializa e favorecer a ampliação da presença de mulheres populares no seu interior.

Este método gestado consiste em alguns passos, que podem ser analisados a partir da constituição de marcos interpretativos de referências em movimentos sociais. Vejamos o que os documentos indicam como sendo os passos constitutivos deste modo de organização, o que não significa que eles se encontrem nesta forma pura, sistematizada, em todas as ocasiões referidas no material pesquisado:

> - Formulação do problema e o estabelecimento dele como prioridade para ação política da AMB. Os relatórios de reuniões do Comitê Político e/ou na Coordenação demonstram como esta decisão é tomada, indicando que, algumas vezes, a problemática é indicada por alguma participante e, noutras vezes, por proposição da Coordenação.
> - Fundamentação do problema a partir da análise crítica e da construção de posições políticas, argumentos e estratégias para seu enfrentamento. As entrevistas indicaram que este debate é feito em reuniões e seminários e/ou com textos subsídios elaborados por feministas da Coordenação, dos Grupos das Frentes de Luta e/ou colaboradoras e integrantes de organizações feministas ou parceiras do movimento de mulheres;

- 'Consulta Nacional', se for o caso, ou circulação da 'Agenda Política Feminista'. A Consulta Nacional ocorre quando é necessária uma tomada de posição nacional sobre uma determinada estratégia política, para isso cada Fórum deve debater e encaminhar a posição adotada para os outros, daí vai sendo construído uma posição majoritária ou consensual, ao final do tempo estipulado para o debate. A Agenda consiste na produção de material com subsídios teórico-políticos, estratégias de ação nacional e orientações para debates e/ou ações públicas no plano local sobre aquele problema, como uma apostila, que circula por meio eletrônico. Neste item inserem-se também outros materiais de orientação das militantes como as publicações impressas, a exemplo da revista específica para Conferências chamada Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas.

- 'Articulando Assinaturas'[64], é um instrumento que circula nacionalmente quando é o caso de coleta de assinaturas para alguma proposição. Isso ocorre ao mesmo tempo em que os Fóruns estaduais realizam ações políticas de articulação, comunicação ou mobilização nas capitais e principais cidades dos Estados, variando em função da situação do movimento de mulheres no Estado. Também pode ser o caso deste momento consistir em envio de mensagens de pressão para o Congresso Nacional ou algum órgão do Poder Executivo ou um 'abaixo-assinado' em papel que percorre todos os grupos e é usado nas ações de ruas para angariar adesões;

- Ações locais nacionalmente articuladas. Esta é uma modalidade de ação que foi realizada poucas vezes fora de datas previamente estabelecidas e consiste em estabelecer um dia nacional de mobilização em torno de um problema, no qual são realizados diferentes tipos de mobilização e ações de divulgação pelos Fóruns Estaduais, em cada local. Nestes momentos são elaborados materiais de divulgação em cada local que consideram mais ou menos as orientações nacionais: faixas, panfletos, bandeiras, CDs de música, falas para gravações que circulam em carros ou bicicletas de som, etc. Estas ações são mais comuns em dias pré-determinados, o que é chamado calendário feminista, a exemplo das ações nacionais por ocasião do dia internacional da mulher (08 de março), pela descriminalização do aborto (28 de setembro), ações pelo fim da violência contra as mulheres (25 de novembro), participação no Grito dos Excluídos (07 de

[64] Este elemento do método de ação da AMB parece ter sido abandonado nos últimos tempos. É possível que isso tenha ocorrido em função das novas formas de coleta de assinaturas e apoios possibilitadas pela internet.

setembro), entre outras;

- Ação nacional - consiste em ações desenvolvidas a partir dos processos nacionais e que envolvem a Coordenação da AMB e a participação dos Fóruns Estaduais, variando de acordo com o grau de adesão dos fóruns àquela luta ou processo político em causa. São exemplos a participação da AMB nos processos FSM, nas Conferências de Políticas Públicas, no processo de participação social para elaboração do PPA – Plano Plurianual do Governo Federal, na construção e mobilizações em Brasília do Fórum Paralelo sobre a Previdência ou da Plataforma de Reforma do Sistema Político, entre outras.

Esta sistematização do método de ação, que se apresenta de forma dispersa nos documentos analisados, foi necessária para analisar até que ponto ela favorece ou não a participação das mulheres de classes populares. Entendo que esta metodologia guarda semelhança com os princípios e metodologias que orientavam o trabalho de educação popular que contribuiu para impulsionar os movimentos sociais nos finais da década de 1970 e início de 1980, conforme referido por Sader (1988), guardadas as diferenças de escala, uma vez que este autor analisou processos locais e aqui se trata de um processo nacional. Considerando a diversidade dos fóruns locais, apresentadas acima, e os elementos constitutivos deste método, posso inferir que há dificuldades para a participação de mulheres populares em função de que ele se baseia, em grande medida, em articulação eletrônica realizada via rede de computadores, o que não é suficientemente acessível para este segmento social, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Percebo uma mudança, que pode vir a ser significativa para esta análise, a partir da redução do uso de correio eletrônico (*e-mail*) e sua substituição pelo sistema de mensagens por *WhatsApp*, mas ainda não é possível confirmar esta possibilidade[65].

Também é possível inferir que a AMB não funciona nos estados a partir de execução de deliberações nacionais, o que a torna mais democrática internamente, porém com menor nível de centramento, o que, provavelmente, gera impactos negativos na sua identidade coletiva e na sua capacidade de ação em âmbito local, o que, a princípio, deveria interferir na identificação feminista pessoal das mulheres populares que dela participam. Isso pode ocorrer ou não, em função do grau de identificação do Fórum local com o marco de referência da AMB. Esta hipótese foi formulada ao longo do tratamento dos dados da pesquisa documental, o que me permitiu checa-la a partir dos dados oriundos do formulário aplicado com as militantes da AMB na reunião nacional, os quais apresentarei mais adiante. Por enquanto,

[65] O uso de *facebock* , que teve grande repercussão no movimento feminista em geral, não foi impactante no interior da AMB, no sentido de ampliar a participação cotidiana nos debates virtuais.

importa salientar que, embora se confirme as dificuldades para as mulheres de classes populares participarem nas decisões nacionais, isso não parece interferir em sua identificação com o feminismo da AMB, ainda que mediado pela elaboração do Fórum local. Os indicativos apontam que o grau de participação das mulheres populares, que compõem os fóruns locais, está relacionado com o grau de funcionamento permanente deles e com a capacidade de encaminhar as discussões de caráter nacional em reuniões locais, que, a rigor, contariam com a presença de mulheres deste segmento.

A partir de 2005 a AMB percebeu a necessidade de constituir um espaço mais amplo de engajamento da militância que se afinava com o seu modo de atuação e suas pautas políticas, daí a criação do Encontro Nacional. Ocorreram dois encontros nacionais, em 2006 em Goiânia, e em 2011 em Brasília. Os documentos preparatórios e os relatórios dos Encontros Nacionais indicam como a AMB foi elaborando um projeto político como movimento antissistêmico, conforme indicado desde 2008, na sua Carta de Princípios, na qual afirma o seu caráter antirracista e anticapitalista.

> A AMB estabeleceu e mantém compromisso com a luta antirracista, com o reconhecimento e fortalecimento do feminismo negro, o respeito à diversidade étnica e a luta contra o etnocentrismo, defendendo a autodeterminação dos povos. A AMB posiciona-se como articulação feminista anticapitalista, por compreender que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres, uma vez que este sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais. Sendo uma organização antipatriarcal, a AMB defende a liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas, contrapondo-se à norma patriarcal da heterossexualidade e à prática da lesbofobia. A AMB defende o direito à autodeterminação reprodutiva para as mulheres e o direito ao aborto. Condena a exploração e mercantilização de nosso corpo e sexualidade (AMB, 2008, p. 1).

Estes elementos, relativos ao caráter político do movimento, como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, associados às suas frentes de lutas prioritárias, constituem um marco de referência para as escolhas estratégicas, as articulações com outros movimentos e os repertórios de ação a serem adotados em cada contexto. As frentes de lutas sofrem variação em cada conjuntura, podendo funcionar de modo mais ou menos intenso como elementos mobilizadores da militância. Nos momentos em que uma das frentes está mais forte, outras sofrem uma imersão. Por exemplo, no contexto de 2014, a frente de luta pela democratização do poder, que tem como prioridade a reforma do sistema político, esteve em um momento forte de visibilidade em função do conjunto de ações realizadas, como o plebiscito popular pela realização de uma assembleia constituinte para reforma política. Já em 2015, a aparição

maior foi da frente de luta pela legalização do aborto, o que entendo que se deve ao confronto com os sucessivos debates na Câmara dos Deputados, que tinham a intenção de reduzir direitos já conquistados nesta área.

A AMB fez um intenso debate interno para constituir uma *identidade visual* que não a configurasse como um movimento centralizador da ação de suas participantes. É comum, em várias redes de movimentos sociais, a adoção de uma cor e uma logomarca padrão que identifica seus participantes nas ações coletivas, como nas manifestações de rua ruas que congregam outros movimentos. Neste período foi discutida, também, a crítica de expressões comuns na experiência brasileira de manifestações nas ruas, a exemplo do uso de grandes carros-de-som com revezamento de oradores ao microfone, camisetas e bandeiras iguais, em alguns casos também filas indianas. A AMB optou pela adoção, como símbolo, três cores (roxo, verde e laranja) e um chapéu de malha de algodão e arame cujo formato permite que ele seja adequado a várias formas, permitindo um estilo próprio de uso e, posteriormente, um estandarte a ser usado em manifestações, mas apenas um por localidade. Estes materiais visuais e os repertórios de ação adotados foram constituindo o que é chamado pelas participantes de estética feminista da AMB.

A Carta de Princípios do Encontro Nacional da AMB de 2006 estabelece qual o caráter que a coordenação deu ao Encontro e como entendia a relação com as mulheres populares, ou seja:

> O Encontro Nacional da AMB é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário. Sua metodologia de construção e realização orienta-se pelo respeito à diversidade das práticas e expressões políticas do feminismo, o respeito à necessária articulação entre os saberes populares e acadêmicos presentes entre as mulheres, e também pelo compromisso com a reflexão crítica feminista e a construção coletiva do conhecimento (AMB, 2006).

Os registros feitos, neste momento, demonstram como o Encontro conseguiu ser uma expressão da grande diversidade de mulheres, organizações e de pautas políticas que animam o dia-a-dia dos fóruns locais. A configuração estética de um repertório de ação próprio e a metodologia participativa possibilita o diálogo entre experiências e saberes diversos e com grande participação de mulheres de grupos populares, que são maioria nos fóruns que funcionam permanentemente.

Esta configuração faz da AMB um movimento social de mulheres que congrega diferentes expressões organizativas no seu interior, demarcadoras de distintas identidades políticas, entre as quais as identidades negra e popular, e que tem capacidade de ação nacional no enfrentamento de conflitos. Sua ação, portanto, varia de acordo com as conjunturas

específicas e os problemas que decide enfrentar, contando para isso com o grau de adesão dos fóruns de mulheres dos estados que dela participam. Esta análise leva a afirmar que a AMB possui um baixo nível de centramento. Com os dados apresentados até aqui, entendo que isso se deve a uma identidade coletiva fluída e a um método de organização que prima pela democracia interna e construção coletiva de referências interpretativas dos problemas e da formulação de estratégias. Ou seja, a sua criatividade, em termos de busca de caminhos para desenvolver o princípio feminista de horizontalidade, viabilizou a sua capacidade de articular diversos segmentos do movimento de mulheres, incluindo mulheres populares, mas dificultou a sua capacidade de ação unitária nos moldes de outros movimentos nacionais mais centralizados politicamente. Insisto no caráter nacional porque intuo que esta dimensão geopolítica é um elemento de tensão na articulação entre o princípio da horizontalidade e seu desdobramento em instrumentos de democracia interna e a necessária capacidade de ação comum em torno de um problema específico e contra adversários estabelecidos em cada conjuntura.

Tendo discutido o modo de organização da AMB e sua contribuição para a participação das mulheres de classes populares, passo a analisar, no próximo item, como foram construídos e, posteriormente, alinhados, os seus marcos interpretativos da realidade das mulheres e como eles passaram a gerar elementos propositivos de agregação e mobilização da militância, incluindo as mulheres populares.

4.1.2. Modo de atuação e marcos de referência

A AMB posicionou-se criticamente, ao término do Governo Lula, fazendo um balanço das políticas públicas para a igualdade, que havia sido um compromisso assumido por este Governo a partir da sua relação com o campo político dos movimentos sociais. Isso indica que esta articulação movimentalista tem capacidade de definição política própria. A avaliação apresentada pela AMB foi formulada com base em um intenso processo de debate interno, como pode ser observado na seguinte documento:

> Ao longo do período 2003-2010, viemos sistematicamente revendo e avaliando o resultado de nossas lutas nas políticas públicas, valendo-nos de nossa própria reflexão e das análises produzidas por organizações parceiras e aliadas. As análises aqui sistematizadas são produtos desta reflexão realizada (...) nos seminários nacionais "As Mulheres na Democratização da gestão Pública" (2009 e 2010), em duas reuniões do Comitê Político Nacional da AMB (BH em 2010 e SP em 2011) e em vários momentos de discussão sobre os desafios de nossas lutas no campo da legalização do aborto, fim da violência, proteção às mulheres no mundo do trabalho, (in)justiça

> socioambiental e reforma do sistema político brasileiro. Por fim, incorporam muito do que foi refletido no II Encontro Nacional da AMB (AMB, 2011, p.6).

Esta forma de produzir a avaliação do Governo Federal demonstra como a estratégia deste movimento baseia-se em elaboração coletiva, procedimento caro à cultura política originária do campo político dos movimentos sociais. No balanço, a AMB assume uma perspectiva crítica e propositiva. Ao mesmo tempo, aponta os limites do Governo Lula e indica desafios para o Governo Dilma, analisando a importância para o feminismo e o valor simbólico da eleição de uma mulher para a presidência da República. O documento situa o governo petista na correlação de forças políticas na sociedade brasileira, e o avalia criticamente.

> A experiência democrática recente e incipiente ainda não foi suficiente para superar seu caráter marcadamente patriarcal, racista e capitalista. Isso porque o Estado brasileiro é continuamente gerado pela própria sociedade brasileira, por meio das disputas colocadas nas relações sociais de classe, gênero e raça tal qual se colocam em cada conjuntura. (...) Não estando acima das circunstâncias do presente o governo operou dentro do quadro da formação social brasileira, já apontado. O programa de governo foi vencedor na medida em que reviu e recuou de muitas das posições do projeto eleitoral de 1989, no qual Lula saiu derrotado e negociou muitas concessões ao liberalismo e mesmo à direita formando uma ampla coalizão de forças que iam do centro à centro-direita (AMB, 2011, p.16).
>
> O governo liderado por Lula foi marcado pelas contradições. Por um lado, desenvolveu políticas que se encaminham para o rumo de romper com modelo neoliberal, de inverter as tradicionais prioridades dos governos anteriores e garantir maior transparência da coisa pública e participação popular. Por outro lado, deixou intocado o sistema político excludente – patrimonialista, patriarcal e racista – que temos hoje no país e não garantiu instrumentos para o exercício efetivo do poder popular no processo de participação (AMB, 2011a, p. 65).

Nesse balanço, a AMB criticou a ausência de esforços do governo no sentido de mudanças no sistema político e na democratização da comunicação, a orientação da política econômica e as opções de projetos de desenvolvimento, baseados na infraestrutura para garantir empreendimentos empresariais em detrimentos do enfrentamento das injustiças socioambientais; reconhece a importância das políticas de transferência de renda como medida emergencial para a redução da pobreza extrema do país, mas crítica o uso que estas políticas fazem do tempo e do trabalho das mulheres pobres.

No Encontro Nacional da AMB, realizado em Brasília em 2011, com 800 participantes, as militantes formularam uma posição sobre o governo da presidenta Dilma, então recém-eleita, e as políticas de enfrentamento da pobreza. Esta política, afirma o documento, não pode ser limitada ao combate à pobreza dos pobres sem questionar a riqueza que continua

sendo acumulada e concentrada nas mãos de poucos. A crítica à 'política familista' de transferência de renda, o bolsa-família, foi reafirmada, no sentido de que sua orientação sobrecarrega ainda mais as mulheres pobres e gera uma apropriação do seu tempo de trabalho pelo Estado. O relatório do Encontro registra o caráter geral que as lutas da AMB assumem neste novo período, a partir do alinhamento interno do seu quadro de referência, o que amplia sua capacidade de amalgamar as demandas oriundas das mulheres da classe trabalhadora, tanto em seus segmentos médios como as de classes populares

> Queremos políticas que enfrentem a pobreza de nós mulheres, favoreçam nossa autonomia econômica e redistribuam a riqueza que também produzimos. Precisamos lutar por políticas redistributivas; pela taxação de grandes fortunas e garantia da ampliação e efetivação de nossos direitos e por uma outra orientação da política econômica, contra a de superávit primário e contra as políticas que favorecem o capital financeiro; pela reforma, elaborando propostas a partir da perspectiva das mulheres; fortalecer nossa luta por políticas sociais universais, como a política de previdência social para todas e que enfrentem a situação de desproteção social em que se encontram principalmente as mulheres negras; por políticas que enfrentem a divisão sexual do trabalho, como as creches públicas, as lavanderias coletivas, os restaurantes comunitários; lutar por políticas de educação, qualificação e inserção no trabalho remunerado com salário digno, direitos e proteção social; lutar por reforma agrária, incluindo terra para mulheres camponesas, quilombolas e indígenas; e criticar e denunciar os programas de "capacitação" das mulheres para sua inserção no trabalho mais precário; apoiar a luta por direitos plenos das trabalhadoras domésticas; fazer o debate sobre valorização do salário mínimo e sua importância para a autonomia econômica das mulheres; lutar por políticas públicas integradas que enfrentem as desigualdades de gênero, classe e raça (AMB, 2011b, p. 18 e 19).

Na nova conjuntura que se iniciava, as militantes da AMB definem que precisam manter a autonomia, defender as políticas que enfrentem as desigualdades, combater a política econômica desenvolvimentista, que aprofunda a crise socioambiental e, ao mesmo tempo, "reconhecer o valor simbólico da ocupação da presidência por uma mulher com projeto político do campo democrático e popular" (AMB, 2011b). O documento afirma, ainda:

> Como movimento feminista, reconhecemos a importância deste momento histórico e queremos fazer dele um espaço de oportunidades para que a questão da dominação e exploração das mulheres seja tomada como um problema público a ser enfrentado pelo governo e pela sociedade (AMB, 2011b, p.10).

Esta formulação demonstra que o quadro de referência da AMB, capaz de unificar e mobilizar as suas integrantes, permanecia na linha de movimento social autônomo e crítico como fora o movimento feminista na década anterior, porém afirmando-se como identificado com um campo político, o campo democrático e popular, mas de maneira crítica. De forma

mais consistente, o documento deste encontro nacional demonstra que a AMB, politicamente, desprende-se da elaboração constante na Plataforma Política Feminista resultante da Conferência conjunta dos movimentos de mulheres e movimentos feministas, e afirma-se como um movimento feminista anticapitalista, além de antipatriarcal e antirracista, promovendo um alinhamento de suas referências. A Plataforma adotava uma perspectiva antineoliberal, mas não se propunha o enfrentamento ao capitalismo enquanto sistema de exploração. Adotar esta perspectiva utópica, anticapitalista, coloca a relevância do debate sobre as classes sociais no campo teórico e político feminista no que diz respeito à questão das classes sociais. No documento do Encontro, fica patente como as demandas das mulheres de classes populares são assumidas por esta articulação. Neste sentido, posso afirmar que o alinhamento do quadro de referência levado a efeito pela AMB, conforme Snow (1986), tanto pode ser entendido como um processo de 'ampliação do enquadramento', uma vez que clarificou e revigorou uma estrutura interpretativa, a partir da mudança da leitura da realidade, das crenças e dos valores, como também de 'extensão de quadro', pois possibilitou a ampliação de um segmento de participantes.

Mais adiante, o relatório do Encontro Nacional especifica lutas antipatriarcais, anticapitalistas e antirracistas separadamente e afirma como elas precisam ocorrer de forma articulada, com o devido reconhecimento dos sujeitos políticos que as vocalizam dentro e fora da AMB. Para chegar a esta conclusão foi necessário que o encontro identificasse cada um destes sistemas, a fim de que esta articulação movimentalista pudesse se afirmar numa perspectiva antissistêmica, o que me leva a confirma-la como um movimento social, cuja utopia reside em promover rupturas com o sistema de poder. Assim é que a AMB entende que:

> O racismo é o sistema de poder que cria, justifica e legitima a dominação e opressão das pessoas brancas sobre as negras e que, para se manter, renova-se continuamente, ordenando todas as dimensões da vida em sociedade e se expandindo por todo o corpo social – econômico, político, jurídico, cultural, religioso, etc.
> O patriarcado é o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres em todos os âmbitos da vida, instituindo normas, valores e bases materiais da dominação e exploração das mulheres. A divisão sexual do trabalho, o uso da violência como instrumento de dominação, o controle do corpo e sexualidade femininos, a heteronormatividade e os obstáculos à participação política das mulheres são alguns dos seus instrumentos.
> O capitalismo é o sistema que se organiza através da exploração da força de trabalho e da apropriação, por uma minoria, das riquezas produzidas pelo trabalho da maioria. Uma das principais características do capitalismo é seu caráter expansionista marcado pela apropriação privada dos bens naturais para exploração, geração de lucro, negação e dizimação das diversidades culturais.

> O Estado brasileiro tende a favorecer a acumulação e concentração de riquezas e apenas compensar os efeitos negativos que ela produz. Muitas políticas e projetos governamentais se voltam pra isso, é o caso dos benefícios fiscais para empreendimentos empresariais; projetos de desenvolvimento que causam danos sociais e ambientais; e arrecadação de impostos que favorece aos ricos (AMB, 2011b, p.21).

O histórico da AMB, o detalhamento do seu modo de organização e de ação política, seus posicionamentos, em relação aos sistemas de dominação e exploração das mulheres e frente às políticas dos governos federais recentes, apresentados acima, me permitem fazer algumas inferências. Há indícios de um processo de constituição de uma metodologia própria, visto à posteriori, pois não parece que ela tenha sido previamente estabelecida como uma decisão consciente da Coordenação ou do Comitê Político, e nem que ela possa ser vista como uma proposição já pronta e estabelecida. Os dados documentais demonstram que, ao longo da sua história, por tomar decisões político-organizativas baseadas nos mesmos princípios, a AMB construiu um jeito de fazer política que buscarei expor sinteticamente aqui.

Alguns princípios adotados, desde o início da construção da AMB, estão na base de suas decisões sobre seu modo de funcionamento e de atuação: dar espaço para a voz das mulheres; reforçar a autonomia e auto-organização; garantir a participação de mulheres com distintas identidades; fazer a análise crítica dos problemas e a elaboração de estratégias de enfrentamento de forma coletiva; conceber a ação coletiva nacional a partir do grau de adesão local; investimento no trabalho constante de comunicação e mobilização interna e a formação política feminista (SILVA, 2010b). Refletindo sobre estas premissas, posso perceber que elas são muito próximas daquilo que foi identificado por Sader (1988) na sua análise sobre o processo de constituição dos movimentos sociais na década de 1980. Percebo aqui uma forte influência do método pedagógico inspirado em Paulo Freire, que ficou conhecido como Educação Popular, e que teve influência nos movimentos sociais no período da redemocratização e que alimentou a utopia do campo político dos movimentos sociais à época. Esta concepção alimenta processos pedagógicos, mas também processos políticos e organizativos.

Esta linha de pensamento informou os trabalhos de formação que foram desenvolvidos em diversos movimentos sociais. Os processos de formação política que são realizados para e pela AMB não compuseram esta pesquisa, mas posso afirmar, a partir da minha experiência, que ela tem forte incidência sobre a socialização feminista de mulheres de classes populares SILVA, 2010b).

Para dar espaço à voz das mulheres, nas suas diferentes expressões organizativas e/ou

identidades coletivas (grupos populares, ONGs, núcleos acadêmicos, mulheres não vinculadas à nenhuma organização, mulheres organizadas em diversos movimentos sociais) a AMB adota procedimentos adequados para este objetivo. A posição da AMB em relação a este repertório organizativo vai do estímulo à auto-organização dos fóruns até roteiros de debates de temas e de sistematização de propostas surgidas em cada local para que possam circular nacionalmente. O reforço à autonomia e auto-organização das mulheres considera as diferenças e especificidades das organizações locais. Para o feminismo, autonomia não significa voluntarismo ou individualismo, mas uma crítica ao modo de organização centralizadora e hierarquizada, que gera grande capacidade de ação, mas reduzida capacidade de reflexão. Em função desta premissa, a capacidade de realizar ação coletiva da AMB depende do grau de adesão e mobilização dos fóruns locais, o que pode incluir um número maior ou menor de grupos populares de mulheres, de acordo com o grau de integração desses grupos a estes fóruns.

A dinâmica desta articulação movimentalista permite interpretá-la como uma rede de movimento social no sentido desenvolvido por Mario Diani, segundo o qual o movimento é formado por

> Atores formalmente independentes que estão situados em contexts locais específicos (...), produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protesto específico (DIANI, 2003, p.301).

A AMB pode ser entendida como uma rede de movimento social a partir da sua metodologia de organização e funcionamento, isso não significa dizer que ela seja uma articulação horizontal e com igual poder político para todos os coletivos que dela participam ou mesmo para os distintos grupos identitários. A participação da diversidade de mulheres organizadas, a partir de diferentes identidades políticas (negras, lésbicas, jovens, da cidade e do campo etc.) é uma intenção manifesta, mas a presença de organização de mulheres na AMB ainda é majoritariamente urbana e a referência de organizações que a constituem não é a de organizações políticas de cada segmento de mulheres que se organizem a partir destas identidades prévias e sim os fóruns gerais de mulheres. Entretanto, estes fóruns, por sua vez, congregam uma diversidade de mulheres que constroem sua subjetividade a partir destas situações específicas, ou seja, de identidades sociais "herdadas", no sentido de Tarrow, e reelaboradas como identidades políticas, que conferem sentido a sua atuação militante. A AMB atua baseada na ideia de que existe uma experiência comum em ser mulher que pode,

contingencialmente, unificar as mulheres que se veem a partir de distintas identidades sociais em ações políticas conjuntas e por isso busca propor pautas que possam interferir na situação de vida da maioria das mulheres e, a partir daí, conseguiu constituir uma identidade política feminista própria.

A análise crítica feminista dos problemas das mulheres, realizada de forma coletiva, é um elemento metodológico presente desde a escolha de prioridades baseadas em discussões sobre a conjuntura econômica e política, passando pela construção dos problemas e os argumentos necessários para o debate público sobre eles, até a forma de atuação frente ao Estado e à sociedade em torno daquele problema. Este é o processo de constituição dos seus quadros de referência. Todavia, esta capacidade crítica parece não ser tão constante no conjunto da militância da AMB, mas algo que é continuamente subsidiado pela Coordenação e por feministas convidadas a contribuir sobre alguns temas prioritários, tanto em nível nacional como nos estados.

O processo de produção dos quadros interpretativos de ação coletiva, no interior da referência geral que identifica a AMB como movimento antissistêmico, não é apenas um exercício intelectual. O comentário de Tarrow (2009) sobre processos semelhantes, explica a amplitude: a maior parte do trabalho de "enquadramento interpretativo" é cognitiva e avaliadora, isto é, ela identifica descontentamentos e os traduz em reivindicações mais amplas dirigidas a outros que sejam significativos, mas "nenhuma transformação significativa de reivindicações em ação pode ocorrer sem que se estimule ou se crie energia emocional" (TARROW 2009, p 145). É dele a afirmação: "mais do que qualquer outro movimento recente, foi o feminismo que levou ao reconhecimento da força da emotividade nos movimentos sociais" (TARROW, 2009, p. 146), referenciando-se nos estudos de Verta Taylor.

A adesão dos Fóruns locais às pautas políticas propostas pela AMB gera consenso na ação. Esta perspectiva política faz com que as decisões nacionais, embora tomadas pelo antigo Comitê Político com representação de todos os fóruns estaduais ou atualmente na Plenária Nacional, não sejam tomadas como 'obrigação de fazer' pelos fóruns locais e/ou pelos grupos que os compõem. A adesão é decidida nos debates dos fóruns, que estabelecem também o grau de empenho que colocará naquela mobilização. Isso possibilita uma participação engajada na construção dos processos nacionais, mas também causa dificuldades quando um tema ou problema proposto é novo e não há debates acumulados nos fóruns e organizações locais. Este método pode também fazer com que não haja um forte engajamento nacional da militância no enfrentamento dos conflitos tomados como prioritários pela AMB.

A articulação política feita pela AMB é baseada em proposição e argumentação sobre

problemas, tendo como mecanismo impulsionador os instrumentos de comunicação, majoritariamente eletrônicos, em função dos parcos recursos financeiros, mas, sempre que possível, com publicações impressas. A comunicação da AMB tem um caráter de comunicação política, movimentalista e estimuladora da adesão e da diversidade de realização de formas locais de ação. Ao mesmo tempo ela é um espaço de difusão de argumentos e de elaborações feministas com os subsídios que põe em circulação. A isso se soma a formação política feminista que a AMB realiza ou a participação de suas militantes em espaços pedagógicos de ONGs feministas parceiras. As diversas entrevistas realizadas ressaltam a importância dos espaços de formação baseados no intercâmbio de experiência, na reflexão e análise teórica, e na elaboração de estratégias para ação. Entretanto, os registros feitos em reuniões nacionais, indicam que a realização efetiva de uma política de formação de militantes, propriamente e especificamente da AMB, é uma lacuna.

Esta forma de organização e de ação política têm sido fundamentais para a construção da AMB como uma articulação nacional feminista com crescente poder de incidência sobre as políticas públicas do Estado brasileiro, para concretização dos direitos das mulheres. Este método tem possibilitado o engajamento dos Fóruns locais de inúmeros grupos populares de mulheres e a adesão ao feminismo.

O feminismo da AMB tem inovado nas questões que coloca para a sociedade brasileira, tanto do ponto de vista da luta simbólica quanto das condições materiais de existência. Exemplo disso é ter pautado a desproteção ao trabalho, na luta pela providência universal, com base em argumentos sobre o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, ao mesmo tempo em que exige o direito a aposentadoria para mulheres que não estão no trabalho formal. Este movimento põe em questão a legitimação social da divisão sexual do trabalho.

Este padrão que vem sendo construído deve-se, conforme os documentos analisados, aos princípios feministas de auto-organização, de autonomia e horizontalidade que estabelecem o modo de articulação, para dentro e para fora, como uma relação entre sujeitos políticos. Penso que este método de organização tem sido responsável por construir unidade frente à diversidade de composição desta articulação. A contradição entre autonomia organizativa e liberdade de ação política, por um lado, e a necessidade de ações e decisões nacionalmente articuladas, em um país com as proporções geográficas do Brasil, por outro, parece ser uma tensão produtiva no sentido de evitar o risco da centralização política e de maior hierarquização interna. Este método de organização e atuação, associado à ação de outras articulações movimentalistas nacionais do movimento de mulheres, tem possibilitado

colocar as mulheres, com suas distintas identidades, na cena pública nacional a partir de suas próprias ideias e ações, fundamentadas no feminismo, conforme ficou patente nas mobilizações de 2015, registradas no capítulo anterior.

Buscarei exemplificar como, em experiências concretas, se expressa este modo de articular a ação política característico da AMB, em lutas prioritárias, tais como: a defesa das políticas públicas para mulheres; o enfrentamento da violência contra as mulheres; e a articulação pela legalização do aborto. A descrição feita, a seguir, demonstra rapidamente alguns elementos comuns, mas também diferentes procedimentos e diferentes resultados. Obviamente que as conquistas não se devem apenas ao modo de organizar a luta de um dado movimento, há fatores conjunturais intervenientes que favorecem ou dificultam os resultados de um processo, mas como nosso objetivo é discutir a existência ou não de um método, e como ele incide na relação com as mulheres populares, faz-se necessário apresentar estas informações.

A I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres (CNPM), convocada pelo Governo Federal, ocorreu em 2004. A AMB se organizou para atuar neste processo, que implicou, também, em conferências municipais e estaduais, onde foram tomadas decisões sobre as políticas nestas esferas e elegeram sua representação (delegadas) para o nível imediatamente subsequente. Esta atuação foi organizada em uma reunião entre a coordenação da AMB e as coordenações de outras organizações nacionais do movimento de mulheres.

A atuação iniciou com a produção de um caderno de textos "Articulando a luta feminista nas políticas públicas", que subsidiou o debate dos fóruns locais. Estes, por sua vez, congregaram muitos grupos populares de mulheres que priorizam, na sua ação, a presença em Conferências de políticas públicas. Nesse caderno estavam propostas Diretrizes de Políticas Públicas de caráter nacional e orientações estratégicas sobre a organização das conferências. De posse deste material, os fóruns estaduais realizaram seus próprios processos preparatórios, aos quais agregaram o debate sobre a situação nos seus Estados, articularam-se com outros movimentos e participaram ativamente das Conferências Municipais e Estaduais. O Boletim da AMB, "Articulando Eletronicamente", em três edições, orientou e noticiou o desenvolvimento desta ação nos Estados e na Conferência Nacional. A AMB atuou, também, de forma decisiva na comissão organizadora nacional e na relatoria da Conferência.

As principais questões levantadas pela AMB, e adensadas nos debates estaduais, incluíram os seguintes pontos: a perspectiva de universalidade nas políticas públicas; a visão integrada de políticas para mulheres, ou seja, intersetorialidade na ação dos vários ministérios; e o princípio constitucional da laicidade do Estado. Entre as propostas aprovadas no plenário

da Conferência destacou-se o capítulo sobre a Natureza, os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mulheres. A própria ideia de uma política de Estado era uma concepção ausente da proposta inicial e que foi construída ao longo do processo pela intervenção das várias articulações movimentalistas do movimento de mulheres, através das falas de suas militantes, e para a qual concorreu o projeto da AMB. A abertura deste capítulo afirma que uma Política Nacional implica reconhecer que a organização do Estado interfere na vida das mulheres determinando, reproduzindo ou sancionando padrões de desigualdade de gênero e raça. O texto aprovado afirma a responsabilidade do Estado pela universalidade dos direitos e afirma o gênero e a raça como componentes estruturais das relações sociais e econômicas. As diretrizes gerais, também ausentes da proposta inicial, afirmam o reconhecimento da violência em sua dimensão estrutural e histórica; a responsabilidade do Estado na alteração da divisão sexual do trabalho; o caráter redistributivo e desconcentrador de renda que deve marcar políticas que efetivamente combatam a pobreza entre as mulheres. Destaca-se, no âmbito da promoção da autonomia das mulheres, a indicação de revisão da legislação que criminaliza o aborto, questão que foi enfrentada pela Secretaria de Política para Mulheres com a proposição de uma comissão de trabalho com esta tarefa, que seria posteriormente submetida ao Congresso Nacional.

Em 2007, por ocasião na II CNPM, esta estratégia de congregar num mesmo quadro de referência as diversas articulações movimentalistas a partir de reuniões que antecederam a Conferência foi reeditada. Desta vez os processos políticos ganharam maior complexidade, uma vez que era necessário fazer uma avaliação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, resultante da I CNPM. Apesar dos enfrentamentos durante o processo de organização da Conferência proposta pelo Governo, que tomou por base o número de mulheres nos municípios, desconhecendo a maior ou menor presença dos movimentos, a AMB e outras articulações nacionais de mulheres conseguiram ter uma forte atuação conjunta na Conferência. Ademais, contrariando a posição oficial do Governo, foi aprovada a proposta do movimento que demarca a obrigação do Governo de enviar para o Parlamento um projeto de lei pela descriminalização do aborto. Também foram alterados e acrescidos eixos ao Plano Nacional de Política para Mulheres, cuja perspectiva é de mudanças nas condições de vida, a exemplo dos temas sobre e desenvolvimento.

Na III CNPM, em 2011, a AMB retomou a mesma estratégia, desta vez agregando a atuação articulada com outros movimentos em um processo anterior de avaliação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e de seu orçamento. O debate sobre orçamento se deu tanto em reuniões demandadas pela AMB com órgãos de Governo, como no Fórum Inter

Conselhos, espaço criado pelo Governo Federal, reunindo os conselhos de gestão das várias áreas de políticas públicas para debate de diretrizes para o Plano plurianual do Governo Federal e seu respectivo orçamento. Na plenária da Conferência, uma questão dividiu tanto as representantes da sociedade como do Governo: o debate sobre a legalização do aborto, ou mais precisamente, qual seria a resolução da Conferência para o Governo Federal, quanto a encaminhar ou não uma proposta ao Congresso Nacional para retirar o aborto da configuração como crime, do Código Penal, e torná-lo um problema de saúde pública, com pleno atendimento pelo Sistema Único de Saúde às mulheres que necessitem de abortamento. A polarização se deve a uma divisão no interior do campo político dos movimentos sociais, ou seja, até que ponto este campo deve confrontar o Governo e pôr em cheque o seu descompromisso com políticas antes defendidas pelo PT.

O balanço da atuação da AMB no processo de Conferências de Políticas Públicas é, em geral, visto como positivo e necessário por suas integrantes, embora exista internamente a crítica de que a atuação em defesa dos direitos, por meio das políticas públicas, dota esta articulação de uma perspectiva mais institucionalista do que movimentalista. Entendo que foi o vínculo da AMB com as mulheres populares, a presença constante deste segmento em seus fóruns de decisão e nos espaços de formação política, que fez com que este caminho fosse adotado. Diferentes dos movimentos feministas, que atuam em países cujos governos adotaram as políticas de bem-estar, no Brasil o movimento feminista, na perspectiva da AMB, necessitava travar batalhas políticas em torno das condições de vida de todas as mulheres, em especial das mulheres de classes populares, razão que confere importância à atuação no campo das políticas públicas.

Outro exemplo de processo político desenvolvido pela AMB é o enfrentamento à violência contra a mulher, que vem ocorrendo de forma sistemática desde 2003. Neste período, a Secretaria Executiva organizou um trabalho nacional de monitoramento das ações do Estado brasileiro para o combate à violência contra mulheres. Vários fóruns locais aderiram a este processo, que teve início com um seminário nacional, “O desafio feminista de monitorar a cidadania das mulheres”, no qual ficou estabelecido que, para a AMB, 'monitorar é um processo político', como está dito em seus documentos (AMB, 2003).

A Secretaria Executiva formulou documentos de orientação para os processos nos estados e divulgou textos de subsídios. Os fóruns locais realizaram seus diferentes processos de monitoramento com debates sobre a violência contra mulher, visitas surpresa (chamadas blitz) aos serviços públicos, reuniões com Ministério Público e com as Secretarias de Segurança Pública dos governos estaduais, seminários de aprofundamento e reflexão com a

presença de pesquisadoras etc. Este processo foi sistematizado nos estados, e em nível nacional foi feita uma síntese pela coordenação da AMB. Este material foi disponibilizado no sítio eletrônico da AMB. Lá constam relatórios de 15 fóruns locais, o que demonstra uma grande adesão.

Esta ação política, sobre a violência, teve continuidade em 2004 com elaboração de um parecer ao Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional sobre violência doméstica, posteriormente aprovada e chamada Lei Maria da Penha, Esta ação também demandou a participação em debates e audiências públicas e realização do um seminário nacional "Estratégias de Lutas e Política Cultural Feminista Contra Violência", realizado em parceria com ONGs e Núcleos Acadêmicos, em 2005. Ainda em 2004, a AMB publicou uma revista (Bocas no Mundo n 03) com o tema "Pela Eliminação da Violência contra a Mulher". Porém, neste período, apesar destas realizações, e como elas mesmas indicam, parece não ter tido o mesmo grau de articulação entre as questões nacionais e as ações dos fóruns locais, diferenciando-se do período anterior.

Em 2006, a Coordenação Nacional da AMB conclama os fóruns locais a uma ação conjunta contra a violência por ocasião do dia 08 de março, dia internacional da mulher. Além do processo anterior de monitoramento político, serviu de estímulo a esta investida o fato de que desde janeiro 2006, o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) vinha realizando uma ação pública mensal, a vigília contra a violência (BIANCARELLI, 2006), denunciando os índices de assassinatos de mulheres naquele Estado. A adesão dos fóruns locais, neste momento, foi total, e a vigília nacional foi realizada em todos os Estados (TEIXEIRA, 2006) no dia 08 de março, precedida de muitas entrevistas nos meios de comunicação, panfletagens, debates e seminários, processos de reivindicação e negociação com os governos locais etc. Neste mesmo ano, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Maria da Penha sobre a violência contra as mulheres que, entre outras coisas, alterou a classificação deste tipo de ato como 'crime de menor teor ofensivo' e as possíveis penas para os agressores.

Após a aprovação da Lei Maria da Penha, os Fóruns locais seguiram em movimento pela difusão dos novos mecanismos legais e pela exigência de instalação dos equipamentos públicos necessários para a sua aplicação. Por ocasião do dia 08 de março de 2007, a AMB conseguiu uma nova mobilização nacional, com manifestações públicas em todos os estados, tendo como elemento central o apitaço, ou seja, em um dado momento todas/os participantes da manifestação (passeata, ato, vigília...) apitavam ao mesmo tempo, como uma forma de denúncia da violência contra as mulheres. Esta ideia foi desenvolvida a partir de uma ação

organizada por um grupo popular de mulheres, Cidadania Feminina, do bairro Córrego do Euclides, em Recife (FERREIRA, 2007). Neste bairro as mulheres se organizaram para apitar quando se sentem ameaçadas ou veem alguma outra sofrendo algum tipo de violência. Nestas ocasiões uma começa a apitar bem forte e as que ouvem dão continuidade até que muitas mulheres no bairro estejam apitando ao mesmo tempo. Esta medida tem intimidado atos de violência sexista. Esta mobilização da AMB foi articulada também com outros movimentos sociais para além do movimento de mulheres. Nesta ocasião, vários movimentos estavam mobilizados para o protesto contra a presença do presidente americano, George Bush, no Brasil. Nesta circunstância e em função da força que ganhou a luta das mulheres contra a violência foi possível articular ações comuns com vários movimentos sociais na maioria dos Estados.

A partir desta experiência política, a AMB decidiu investir em um processo de formação nacional sobre a violência contra as mulheres, para o qual contou com a adesão de todos os fóruns locais, o que lhe permitiu tempo e condições de gerar um marco interpretativo comum consolidado, que segue sendo uma referência para a sua atuação (FERREIRA e TEIXEIRA, 2010). O documento produzido, neste processo de construção de um marco político da AMB sobre a violência contra as mulheres, segue sendo uma referência para as militantes que atuam nesta área. Nesse documento está estabelecida a concepção de violência contra as amulheres a partir de análise consubstancial das relações sociais de dominação e exploração de raça, classe e gênero, considerando elementos materiais e simbólicos, objetivos e subjetivos da produção desta violência.

A referência a estes dois processos, em torno do estabelecimento de políticas para mulheres e de mudança legislativa sobre a violência sexista, ambos com resultados positivos, não obstante não sejam plenamente satisfatórios, quer demonstrar como a partir de diversos repertórios de ação, sejam mais participacionistas ou com maior pressão nas mobilizações de rua, foi possível ao movimento de mulheres obter conquistas em torno de suas causas. Em ambos os processos, inúmeros grupos populares de mulheres estiveram envolvidos, a partir dos fóruns locais que integram a AMB.

O aborto é uma questão permanente para o movimento feminista e muitas analistas o colocam como o divisor de águas entre o movimento feministas e o movimentos de mulheres, ou seja, só seriam feministas aquelas articulações que assumem a luta pela legalização do aborto. Daí a pertinência de selecionar para análise este processo político que, a princípio, teria maior dificuldade para obter o envolvimento das mulheres de classes populares. Muitas ações foram desenvolvidas pela AMB, por outras articulações e pelos fóruns locais,

debatendo este problema que aflige as mulheres de todas as classes sociais, sendo que a sua criminalização e o consequente não atendimento das mulheres na rede de saúde pública, atinge mais fortemente as mulheres em situação de pobreza, pois as que dispõem de recursos o realizam nas clínicas clandestinas. A Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos assumiu, historicamente, a liderança de articulações nacionais em torno da questão. Em Conferências Nacionais de Saúde, que decide a política da área, já haviam sido aprovadas resoluções favoráveis. Em 2005, as feministas criaram uma articulação, reunindo diversas organizações e movimentos, chamada Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, com o intuito de realizar ações conjuntas em defesa do direito ao aborto. Todos os fóruns locais, ligados à AMB, têm posição favorável à legalização do aborto. O mesmo ocorre com todos os outros movimentos de mulheres que atuam no plano nacional, todavia, sempre existiram dificuldades para estabelecer uma estratégia única e suficientemente forte para impulsionar esta luta no Brasil.

Em 2006, a AMB, através de sua representante no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, participou de uma comissão tripartite criada pelo Governo Federal, que reunia representantes dos ministérios, da sociedade civil e do parlamento, para formular uma proposta do executivo para o Congresso Nacional. A discussão foi feita e a proposta elaborada defendia a descriminalização do aborto e o atendimento das mulheres no âmbito do Sistema Único de Saúde. O Governo, através da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), encaminhou a proposta ao Congresso Nacional, mas não como um projeto de lei do Executivo, apenas como um documento propositivo da comissão. Em 2008, as várias articulações do movimento, já sentindo a onda de retrocesso baseado em questões morais que se aproximava, criaram a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto e conquistaram a adesão de vários movimentos sociais, entre os quais a Central Única dos Trabalhadores. Esta Frente, uma articulação de articulações, ou rede de redes, no sentido que propõe Ilse Scherer-Warrem (2014), tem realizado inúmeras manifestações em defesa da legalização do aborto. Em 2013, por ocasião do ciclo de protesto, que ficou conhecido como jornadas de junho, esta Frente conclamou o movimento de mulheres a ir às ruas posicionando-se contra o pastor Marcos Feliciano, que era então presidente da Comissão de Direitos Humanos no Congresso Nacional, e estava realizando uma forte campanha contra os direitos das mulheres e da população homo afetiva.

Em 2015, com a nova legislatura no Congresso Nacional e as manifestações de rua patrocinadas pela direita política pedindo o impedimento da presidenta Dilma, a defesa da legalização do aborto enfrentou mais uma onda de dificuldades. Entre os vários projetos de lei

em tramitação no Congresso Nacional, contrários ao pleito do movimento feminista, destacou-se o PL 5069 que propõe o rebaixamento do direito ao aborto em casos de estupro e risco de morte para a mulher. Contra isso se insurgiram inúmeras articulações e novos coletivos feministas recém-criados por jovens que geraram o ciclo já referido, conhecido como 'primavera feminista'. A Frente pela Legalização do Aborto, apesar de sua tentativa de incidência neste processo, teve baixa capacidade para uma ação rápida que lhe desse visibilidade pública substantiva, porém conseguiu realizar um encontro com blogueiras feministas, contribuindo para o reposicionamento do debate na internet, e incidir na esfera legislativa, a partir das audiências públicas no Congresso Nacional.

A luta pela legalização do aborto é realizada de várias formas em diferentes oportunidades e a depender da articulação movimentalista que lidera o processo em cada momento. Nesta causa, a presença de feministas não integrantes de articulações é maior que em outras causas. Isso faz com que, em algumas oportunidades, grupos de feministas atuem construindo processos mais institucionais de articulação com os órgãos de Governo e incidências no poder legislativo, o que não tem tido grande apelo popular. Mais recentemente, com a existência da Frente, tem ocorrido constantes ações de mobilização nas ruas e mais recentemente ainda uma forte incidência nas redes sociais na internet. Nestes três tipos de modo de atuação, eu arriscaria dizer que a presença mais forte das mulheres populares se dá nas manifestações de rua, embora elas sempre tenham sido de pequeno vulto, excetuando-se a onda recente de 2015. Historicamente, a adesão à pauta da legalização do aborto tem sido uma démarche que caracteriza a adesão ao feminismo. Nos últimos vinte anos esta proposta cresceu exponencialmente, o que inclui a adesão de grupos de mulheres populares, como demonstram os que participam da AMB, mas não apenas estes.

Estes três exemplos de processos políticos descritos (políticas públicas, violência contra a mulher e descriminalização do aborto), protagonizados pela AMB, buscaram demonstrar como o seu método de atuação é um fator relevante para a adesão das mulheres de classes populares. Analisando o processo político que constituiu o método da AMB e as ações desencadeadas percebo que ele permitiu o envolvimento de mulheres de classes populares por vários motivos: porque tem um repertório de organização e ação de caráter participativo, ainda que existam dificuldades para sua efetividade em âmbito nacional; porque teve capacidade de alinhar seu quadro de referência incluindo demandas prementes dos setores populares, sem abdicar das clássicas propostas feministas, vistas como sendo mais fortes entre os segmentos médios; e também porque desenvolve uma forma de mobilização interna capaz de construir coletivamente os elementos simbólicos que demarcam a sua identidade coletiva e

o *masterframe* que conforma esta identidade. Não foi objeto desta pesquisa os processos internos de constituição destes marcos de referência, razão pela qual eu não os discuto aqui. Sem dúvida foram processos conflitivos, com idas e voltas e marcados por divergências entre várias visões políticas que constituem esta articulação.

4.2. Composição e identidade coletiva feminista na AMB

Uma grande parte das militantes da AMB são mulheres trabalhadoras de classes populares. Posso afirmar isso a partir de observação e considerando dados construídos nesta pesquisa. Elas têm renda mensal baixa, residem em casas pequenas, construídas de forma precária, em bairros de periferia das grandes cidades e/ou zonas periféricas ou rurais de pequenas cidades; muitas tiveram acesso a formação escolar de nível superior em instituições privadas de baixo preço e em universidades públicas, mas muitas trabalham em ocupações temporárias, agregado ao seu tempo de trabalho doméstico. Com aplicação de um formulário em uma reunião do então comitê político nacional da AMB, em 2014, com a presença de 62 mulheres, sendo que 61 responderam, foi possível detectar elementos sobre a vida cotidiana, os espaços e as condições nas quais vivem, trabalho, lazer, as percepções sobre suas próprias práticas e identificações políticas.

Como já afirmado anteriormente, no Brasil, os movimentos feministas foram vistos pelas pesquisadoras como sendo compostos de mulheres de classes médias e intelectualizadas, ambas condições podendo ser compreendidas como frações da classe dominante. Mais recentemente, movimentos de mulheres de classes populares vêm se afirmando como feministas, conforme demonstramos no capítulo anterior. Esta mudança na trajetória do feminismo brasileiro não se restringe à AMB, há vários grupos ou coletivos autônomos que se alinham nesta perspectiva e há, também, uma construção de referências nesta direção dentro de movimentos sociais mistos quanto ao sexo, que não foram objeto desta pesquisa.

No caso da AMB, desde o seu surgimento, se considera um movimento feminista e, ao longo da sua trajetória, o seu projeto político e, nele, os marcos interpretativos de referência que a mobilizam para ação, foram, cada vez mais, se configurando como um feminismo de caráter antissistêmico e sua composição passou a ter uma forte presença popular. Isso se deve às suas opções políticas, mas também ao fato de que as mulheres que dele participam pertencem à classe trabalhadora. Hoje a maioria das participantes da AMB são do segmento popular. Isso não significa afirmar que se deve a esta maioria a constituição deste marco de referência, uma vez que os debates internos não estão delimitados por um pertencimento de

classe e sim por posições políticas distintas, mas, tudo indica que esta mudança no perfil das participantes é um elemento que soma na direção do caráter deste movimento.

Posso refletir sobre o significado desta trajetória, considerando a relação entre classe e formação do movimento de mulheres e o que ela indica em relação ao acúmulo de capital cultural, no sentido de Bourdieu. Partindo deste autor, penso também ser possível entender, à luz das noções de *habitus* de classe e de critérios de distinção, o possível peso que a socialização no movimento de mulheres, especificamente feminista, tem para as identidades políticas das mulheres das classes populares. Para tanto, é necessário apresentar os dados que alimentam estas reflexões.

As informações foram coletadas na reunião nacional em maio de 2014, em Recife, com a presença de mulheres de 17 fóruns de estados da federação. O formulário apresentava questões referentes à identificação, situação de vida e participação. Por fim, em uma questão aberta, as 61 respondentes foram convidadas a refletir sobre a sua identificação política a partir da pergunta: "Considerando a sua militância, quem é você? Ou seja, como você se identifica politicamente?" As respostas foram agregadas em blocos por similaridade e serão discutidas ao final desta parte. Passo a apresentar os dados que configuram um certo perfil socioeconômico com elementos sobre a participação política das mulheres militantes da AMB presente nesta reunião de sua direção nacional.

Como caminho para identificação das militantes da AMB perguntei sobre a idade, estado civil, raça/cor e classe. Entre as 61 mulheres que responderam ao questionário, a maioria tinha entre 30 e 60 anos, num total de 46 mulheres, sendo que 9 menos de 30 e 6 mais de 60 anos de idade. Ou seja, este dado configura um perfil majoritário de mulheres adultas, ainda mais quando observamos que 20 mulheres se encontram entre 40 e 49 anos, praticamente um terço das que foram ouvidas. As mulheres atuantes, nesta articulação movimentalista, de forma majoritária, são solteiras e/ou separadas (75,4%). Apenas 16,4% são casadas. E 6,6% se consideram em um estado civil diferente destes citados.

Posso concluir que as militantes que coordenam a AMB, nacionalmente, são majoritariamente adultas e solteiras. Instigada com esta conclusão, tive a oportunidade de trocar ideias com algumas integrantes da Coordenação Executiva Nacional, e ouvi a percepção de que a presença de 9 jovens nesta instância diretiva é um indicador de uma mudança na faixa etária predominante em favor da juventude. Segundo uma das coordenadoras. com a qual conversei, o movimento feminista que se funda no Brasil em meados da década de 1970 era majoritariamente jovem, porém a capacidade de renovação das suas organizações não foi muito intensa, o que, aliás, o assemelha a outros movimentos

sociais deste período que atualmente são dirigidos majoritariamente por pessoas adultas. Esta afirmação, sobre esta instância da AMB, não indica que não haja uma renovação etária entre as feministas, de forma geral. A eclosão de espaços virtuais feministas e o ciclo de mobilizações, que ficou conhecido como primavera feminista em 2015, são a demonstração desta mudança. Todavia, ao que tudo indica, até 2014, esta renovação que já vinha ocorrendo, não foi substantivamente absorvida por este movimento, embora possa ter sido, comparativamente com anos anteriores, como salientou a coordenadora referida acima.

O fato de ter um percentual tão pouco expressivo de mulheres casadas, seja em casamentos heterossexuais ou lésbicos, pode indicar a dificuldade de conciliação entre vida conjugal e militância feminista, o que é comum também, para mulheres, em outros espaços de participação política no plano nacional, em função às condições de interdição às quais estamos submetidas para dedicar tempo para atuação. Seria preciso verificar como este indicador se apresenta em outros movimentos sociais para asseverar esta afirmação, o que não é possível fazer no âmbito desta pesquisa. Todavia, pode ser que aquelas que vivenciam uniões estáveis lésbicas não tenham respondido afirmativamente à pergunta sobre casamento por inúmeras razões que vão desde a discordância política com o uso do termo para se referir a esta forma de enlace afetivo até o desejo de não socialização desta informação. Chama a atenção o fato de que 6,6% não se classificam a partir dos termos tradicionais como solteiras, casadas, separadas e viúvas, usados na pesquisa, e preferem se nomear de outras formas. Os dados indicam que, dentro deste movimento, deve existir marcas da antiga insurgência feminista contra as instituições que regem a vida privada.

Em relação ao quesito raça/cor, formulado em questão aberta, apenas 24,6% se declarou branca. Tomando como referência a forma de classificação do IBGE, somei todas que se declaram pretas, pardas ou negras e isso resultou em um total que corresponde a 67,2% das participantes do comitê político nacional da AMB. Entendo que o racismo é estruturante nas relações sociais que organizam a sociedade brasileira, portanto também o é nos movimentos sociais, o que significa, entre outras coisas, a dificuldade de acesso de pessoas negras à instâncias diretivas nas organizações políticas. Em função disso, posso inferir que as participantes da AMB, no âmbito dos Fóruns locais, são, sem sombra de dúvida, majoritariamente pretas e/ou pardas na cor, ou seja, negras quanto à sua identificação racial.

A classe social, também formulada em questão para respostas livres, se apresentou como um dos mais difíceis elementos na auto identificação das mulheres: 14,8% não responderam; 31,1% se declaram de classe média; 19,7% média-baixa; as que se identificaram como sendo de classe popular e classe trabalhadora obtiveram juntas um

percentual de 19,60%; e 14,7% dizem pertencer a classe pobre, de periferia, e baixa-periferia-pobre. Agregando as duas últimas classificações por similaridade posso considerar que as militantes da AMB, que se identificam como pobres-periféricas-populares-trabalhadoras, somam 34,40%. Se considerar nesta camada o que é reconhecido como classe média-baixa terei um total de 54%. Este dado indica que as militantes da AMB, que galgaram presença nesta instância diretiva nacional, são majoritariamente de classes trabalhadoras de caráter popular. Isso foi posteriormente confirmado a partir das respostas sobre as condições de vida e níveis de renda.

11,5% das mulheres, que responderam, têm renda mensal inferior a um 1 salário mínimo ou se encontram sem renda; 23% tinham uma renda entre 1 a 2 salários mínimos e 27,9% na faixa entre 2 e 4 salários mínimos. Apenas 32,8%, aproximadamente, 1/3 das mulheres que responderam ao formulário, tem renda própria superior a quatro salários mínimos. Entendo que o ponto de corte que divide, o que foi classificado por elas como classe média, pode ser um nível de renda superior a quatro salários mínimos, o que, dependendo das suas responsabilidades familiares, pode não permitir o acesso a bens de consumo que são tradicionalmente associados à classe média no Brasil. Como a maioria é de solteiras (o que inclui não casadas e separadas), se supõe que os compromissos financeiros com suas famílias são vultosos.

Outros dados, sobre a situação de vida das militantes da AMB, confirmam a predominância de mulheres das classes trabalhadoras e/ou classes populares. Mesmo aquelas que se identificam como integrantes da classe média compõem o que teoricamente chamamos de classe trabalhadora, em função do assalariamento, ainda que tenham um nível de renda maior que a maioria das participantes do movimento. Entre as que responderam, 59,2% adquirem sua renda através de trabalho assalariado e formalizado, ou seja, têm um emprego com carteira profissional assinada ou, pelo menos, com contrato de trabalho, o que implica em alguma garantia de direitos trabalhistas; 29,51% estão com trabalhos informais, empregos precarizados e ou são trabalhadoras por conta própria, e 6,56% obtêm esta renda com apoio familiar. Entre as entrevistadas apenas 1,64% recebem bolsa família.

Em relação à moradia, os dados confirmam um significativo percentual de identificação com as condições de vida das classes populares. 50,8% moram em bairro de classe média e 48% em bairros de periferia. Apenas 1,6% respondeu que mora em um bairro rico (3,3 % indicou outro, 3,3 % não responderam). Dependendo da cidade os significados para bairros de classe média e periferia podem ser bem diferentes, todavia, ao se identificar como moradora de periferia, ao invés de bairro afastado ou outro termo similar, sugere-se que

há uma identificação como sendo de classes populares mais forte. 31% destas mulheres moram em casa alugada e 45, 9 % em casa própria. Se agrego as informações sobre quem mora em casa alugada (31%) àquelas que moram em casa de familiares e/ou cedida (18,8%) temos um total de 50,8% (1% não responderam). Em 64% dos casos as casas das mulheres da AMB têm entre 1 e 2 quartos e 26,2% tem 3 quartos e 4,8% tem casas com um número de quartos superior e 5% não responderam.

Em termos de lazer, a formulação da pergunta não me permitiu ver qual é o principal na vida de cada uma delas, como ocupam seu tempo livre, pois a questão permitia marcar vários itens, daí os percentuais apresentados pontuarem mais de 100%, ou seja, cada uma indicou mais de uma opção e os percentuais mostram a quantidade de vezes que esta opção foi marcada indicando quantas das respondentes faz uso desta forma de lazer. Os dados nos permitem afirmar que 57,38% se ocupam com leitura, 49,18 % com ouvir música, 22,95 % veem TV e 31,15% navegam na internet, sendo estas as principais atividades consideradas de lazer. 13,11 % frequentam galerias e museus. Este que é um lazer tido como mais frequente entre as classes altas e médias não compõem o modo de vida predominante entre as mulheres da AMB.

As integrantes da AMB têm alto grau de escolaridade, o que, de certa forma, explica a dedicação à leitura no tempo livre que dispõem. 78,70 % tem curso superior, sendo que destas 33% o fizeram em instituições privadas e 67%% em universidades públicas. O número que possui apenas o ensino fundamental é irrisório, perfazendo um total de 1,6 % e com ensino médio são 16,40%.

Os dados sobre escolaridade e lazer colocam novos elementos nesta análise. Apesar das condições de vida não serem favoráveis à atuação política, em função do tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico, incluindo cuidados com familiares, estas mulheres participam de um movimento social feminista e compõem a sua direção nacional. O fato de terem tido acesso à formação escolar num nível mais elevado (graduação) e suas escolhas por lazer ter um alto percentual indicado de leitura, nos faz inferir que são mulheres que não aceitaram a situação de vida – mulheres, majoritariamente negras e pobres – como um destino inexorável. Elas constroem outras possibilidades para suas vidas. A escolha política pelo feminismo é parte deste processo de construção de si. Voltarei a este tema no próximo item.

A maioria delas (70,6%) tem até 15 anos de participação no movimento de mulheres – na AMB ou noutro. Entre estas, 23 % tem menos de 5 anos de atuação. Ou seja, como a AMB tem aproximadamente 20 anos, menos de um terço (29,4%) de seu comitê político nacional

participou do seu processo de fundação. Este dado indica uma grande capacidade de renovação da direção nacional. Pode sinalizar também o afastamento de muitas feministas que estiveram envolvidas na sua articulação inicial, momento no qual parece ter havido predominância de feministas de classe média na direção nacional. Na observação atenta pude verificar que, de fato, muitas que estiveram envolvidas no processo, por ocasião da Conferência de Beijimg, embora permaneçam feministas ativas, não participam dos espaços próprios da AMB. As razões para este afastamento não foram objeto desta pesquisa.

Entre as integrantes do comitê político nacional, 70,50% declaram não ter militância em partidos políticos atualmente, o que não significa que não tenham tido em algum outro momento da vida. Já 26,20% afirmam ter dupla militância, na AMB e em algum partido político (3,30% não responderam). A não participação em partido político, atualmente, pode ser interpretada por dois vieses, um primeiro e menos provável, é o de não conferir relevância a esta forma de atuação. O segundo, e mais perceptível, à luz da observação, é o de que há, entre as militantes da AMB, atualmente, uma certa decepção e desesperança com o projeto político majoritário no campo democrático popular, o que é comum entre muitos movimentos sociais, conforme discutimos anteriormente. Isso dificulta o debate que permita uma diferenciação entre um projeto partidário, no caso, o do PT, e um projeto político mais amplo, capaz de compor um campo político dos movimentos sociais.

A partir destes dados apresentados fica evidente que a composição de classe presente na AMB é nitidamente classe trabalhadora, no sentido discutido no capítulo 1, porém majoritariamente com mulheres de classes populares, que vivem da venda da sua força de trabalho e tem moradias e modos de vida que demarcam este pertencimento de classe. Um elemento interessante neste perfil, que merece destaque, diz respeito às formas de lazer e a formação universitária, estes dois elementos, que podem ser vistos como capital cultural, são significativos para refletirmos sobre o *habitus* de classe das militantes da AMB, no sentido de Bourdieu. Entendo que os processos de socialização feminista nesta articulação, seja a partir dos espaços deliberativos de estratégias políticas seja a partir dos espaços educativos, tem peso substantivo para a identificação das mulheres das classes populares com o feminismo.

Inqueridas sobre a sua identidade política a maioria afirmou ser o feminismo a sua referência, à exceção de seis respondentes que não o fazendo, utilizaram o termo ‘mulheres’ como parte de sua elaboração. Aparentemente é uma resposta óbvia já que este movimento constrói sua identidade coletiva em termos feministas, porém não pode ser visto como óbvio uma vez que muitos setores acadêmicos, governamentais e partidários não associam, de forma tão nítida, o feminismo e a política, e tampouco o feminismo e mulheres populares. Quero

dizer com isso que para estas mulheres, majoritariamente negras e populares, está dado que o movimento feminista é uma forma de fazer política, o que faz com que demarquem claramente suas identidades individuais a partir deste pressuposto.

Entre as respondentes, 40 mulheres (65,57%) se identificaram com o que pode ser chamado campo político dos movimentos sociais e/ou campo de esquerda. Majoritariamente elas se referem propriamente a ser de esquerda, a assumir a luta antissistêmica e/ou pela transformação social. Há inúmeras referências nas respostas abertas a antirracismo, anticapitalismo e antipatriarcado, que são marcos de referência usados na AMB, e também algumas alusões a anarquismo e socialismo. As 34,43% restantes não fazem referência explícita ao campo político e identificam-se como feministas autônomas, mas sem fazer um indicativo claro que haja um debate teórico e político sobre autonomismo nas fileiras deste movimento. Possivelmente isso significa apenas o fato de algumas mulheres participarem dos fóruns locais diretamente (autonomamente), sem terem um grupo local de atuação que as liga a este fórum da AMB.

Destaca-se também a ideia destas mulheres respondentes serem parte de um dado campo político, fortemente vinculado à perspectiva de transformação social, mas que não é vista como um momento futuro, mas como ações (e tipo de ações) que a concretizam no cotidiano. Como a questão se refere à identificação política pessoal, inúmeras respostas ampliam o espectro político com demarcações de identidade utilizando referências como: negra, popular, de periferia, lésbica, vinculada a defesa de direitos humanos, da democracia, da questão ambiental ou da natureza. A questão da transgeneridade é referida também, apenas em três respostas, todas se referindo à identificação com a causa e não como pertencimento ao grupo social transgênero. Cito trechos das respostas escritas, como exemplos que confirmam esta análise:

> - Ativista, educadora feminista e popular, envolvida nas lutas de enfrentamento e construção de alternativas anticapitalista, antirracista e anripatriarcal e anti-lesbofóbica...
> - Eu sou feminista, antirracista e anticapitalista, defendo os direitos humanos, o diálogo intercultural, tanto em âmbito local, nacional e internacional...
> - Mulher, inquieta e indignada com as desigualdades que nos cercam em todas as esferas da vida, que busca somar nos espaços coletivos feministas com a reflexão, luta e construção de estratégias para um mundo mais plural e equânime entre os seres humanos.
> - Me identifico enquanto mulher feminista com atuação. Luto pelo direitos das mulheres e pelo desenvolvimento de sua autonomia, principalmente nas minhas ações políticas e na minha casa, talvez um dos espaços mais difíceis de garantir os direitos das mulheres.
> - Eu sou militante feminista e socialista.

> - Sou uma feminista que, de algum modo, tenta mudar a realidade deste país, que, na sua essência, é machista, homofóbico, capitalista, racista e tudo mais que deturpa os princípios de uma sociedade democrática.
> - Sou ativista feminista, performer/ativista de intervenção urbana e cicloativista...
> - Mulher feminista negra, atuante no meu bairro...
> - Politicamente minha ientidade é negra, lésbica, da periferia, que, além de estar na construção diária nos espaços onde atuou e na mobilização de nossas lutas, sigo na desconstrução de formiguinha nos meus lugares cotidianos e nos diversos espaços políticos.
> - Eu sou uma pessoa indignada com a situação de vida das mulheres e com o descaso do governo com as políticas para mulheres.
> - Sou uma feminista de esquerda que luta pelo fim do machismo e por justiça social.
> - Comunista-marxista, feminista autônoma, canativista e petista.
> - Mulher feminista lutadora pelos direitos sexuais e reprodutivos.
> - De esquerda, feminista, transfeminista, antirracista.
> - Autônoma, espírito anárquico, esquerda.
> - Sou mulher, nordestina e feminista, mãe, trabalhadora, identificada com as lutas antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, mas precisando investir mais nas duas últimas.
> - Como uma mulher branca e jovem, de periferia, que teve vários acessos e percursos em função de várias coisas como minha branquitude, mas também meu gênero e a força da história das mulheres na minha casa. E, portanto, uma jovem feminista branca de periferia que luta para deixar o mundo menos pesado.

O elemento que mais se destaca, nesta resposta aberta, é a formulação, comum a praticamente todas, embora escrita de diversas formas, da identificação com o feminismo antissistêmico. As falas desta identificação não são citadas aqui, para evitar repetições. Praticamente nenhuma das entrevistadas deixa de fazer referência à perspectiva antipatriarcal, antirracista e anticapitalista na constituição de sua identificação feminista.

A afirmação de Melucci, de que a identidade é "a capacidade reflexiva de produzir consciência da ação" (MELUCCI, 2001, p.89), é útil para entender este processo de identificação coletiva, no qual emerge o sentido de estar juntas. Também é comum nas respostas a interpelação de que a AMB deveria dar mais ênfase a um ou outro aspecto desta tríade, marcado por suas identidades políticas pessoais e prioridades de lutas. Para algumas o antirracismo deveria ser maior, com uma atuação mais consistente; para outras a perspectiva anticapitalista é que está precisando de reforços, uma vez que não basta ser contra o capitalismo, seria necessário pensar alternativas e discutir modos de vida que incorporem formas de resistência à dominação do capital. Estas interpelações indicam que a articulações entre distintas identidades pessoais (ou de grupos) pressupõe espaços coletivos para interpelações mútuas, que possibilitam a construção de referências comuns.

A pesquisa que estou apresentando não adentrou nos processos internos de constituição dos marcos de referência da AMB, mas eles existem, obviamente. Ao descrever a composição de classe da AMB não estou afirmando que ela é responsável pelo alinhamento de suas referências para interpretação do mundo no sentido antissistêmico. Mas, entendo que a composição de classe favorece este realinhamento, na medida em que ela interpela a elaboração coletiva nesta direção. A partir da minha experiência, posso afirmar que existem mulheres militantes da AMB, de segmentos médios e populares, que atuam internamente de forma deliberada e estratégica para constituição destas referências. Ou seja, não se trata de ter uma posição teórico-política porque se pertence a uma classe, mas a presença de mulheres de classes trabalhadoras e populares tem incidência favorável neste debate, porque traz este olhar sobre os problemas que afligem as mulheres.

Há também aquelas que discutem se o fato do feminismo da AMB ter caráter antipatriarcal já incorporaria, na justa medida, o combate à heteronormatividade compulsória. Aqui se registra uma divergência, apesar de pouco expressiva, sobre o que contém e o que está contido. Para algumas o sistema patriarcal tem como um dos seus principais recursos a imposição da heterossexualidade, com o controle da sexualidade e da reprodução das mulheres, como modo de organização da vida social, e para outras o sistema que deve ser combatido é a própria heteronormatividade e não o patriarcado. Entretanto, esta divergência teórico-política não separa lésbicas e heterossexuais, como uma visão essencialista poderia supor.

O estudo sobre a AMB demonstra como a identidade coletiva de um movimento traz consigo um sentimento de vínculo com uma causa, um objetivo comum e um compromisso compartilhado, o que forma laços entra as participantes e em torno da causa que defendem. Nesta perspectiva, a noção de rede de movimento social, desenvolvida por Donatela Della Porta e Mario Diani, permite compreender o movimento como um conitnuum de ações e identificação, ou seja, que envolve protesto e mobilização, mas também momentos de autorreflexão, processos de compartilhamento de elaboração e produção cultural (DELLA PORTA e DIANI, 2006).

Com a apresentação do perfil das militantes da AMB, presentes no seu comitê político nacional, foi possível confirmar a análise de que esta articulação movimentalista é majoritariamente composta de mulheres negras e de classes populares, mas tendo também mulheres brancas e que foram consideradas de segmentos médios, ainda que no interior da classe trabalhadora. A partir dos dados desta reunião não se detecta a presença de profissionais liberais e mulheres com níveis de renda elevados. É interessante, perceber,

como, apesar destas condições de vida, o grau de escolarização, a opção por leitura e o acesso à internet, podem demonstrar alguns elementos típicos de modos de vida de segmentos médios que tem chegado mais recentemente às periferias urbanas.

Entendo que o repertório organizacional da AMB e as macro referências antissistêmicas foram a chave que gerou a possibilidade de participação e pertencimento de mulheres de classes populares nesta articulação. Os processos de construção dos quadros (enquadramento ou *framming*) se constituem a partir de um método de debate interno capaz de realizar, coletivamente, o diagnóstico ou análise da situação com seleção de problemas centrais a serem enfrentados, a estratégia ou prognóstico orientador da ação, e a motivação das militantes.

Segundo Monica Dowbor, em estudo sobre o movimento sanitarista brasileiro,

> Os processos de produção de enquadramentos de ação coletiva têm sido aproveitados mais especificamente para explicar os níveis micro e médio de mobilização, o recrutamento e a participação, e como um dos mecanismoa capazes de esclarecer a relação entre identidade individual e coletiva (DOWBOR, 2012, p.62).

Nesta direção, é interessante observar, como a identidade coletiva assevera a continuidade do sujeito da ação, o que não pode ser visto, empiricamente, sem que se dirija o olhar para os processos organizativos e para os processos internos de construção de referências. Pensar movimentos sociais só em termos de ciclos de protestos e momentos fortes de ação reduz a possibilidade de ver as identidades coletivas como identidades políticas que demonstram pertencimento e/ou proximidade com uma opção teórico-política orientadora da ação. Elas, as identidades coletivas, são formadas contingencialmente, no curso da ação, porém se condensam temporariamente a partir dos marcos interpretativos em torno dos quais se formam as articulações movimentalistas, ou seja, estruturas de mobilização mais estáveis. Essa identificação coletiva, ou sentimento de vínculo, pertencimento a um dado movimento, impulsiona novas mobilizações que o tornam novamente visível. No período de latência este sentimento de pertencimento possibilita ações de formação interna, de organização e comunicação, a entrada de novas militantes e também questionamento que contribuem para reconfigurar os marcos de referência para mobilização e, de forma mais ampla, a própria identidade coletiva.

No capítulo seguinte discuto as interpelações feitas à AMB e ao movimento feminista pelas mulheres participantes de classes trabalhadoras e/ou populares, a partir da apreensão de como se deu, para cada uma, o processo de construção da identidade política feminista.

Capítulo 5

Feministas e populares: uma identidade em construção

Capítulo 5

Feministas e populares: uma identidade em construção

Neste item discuto a identidade política pessoal de mulheres da AMB, entrevistadas na pesquisa, de como elas se situam em relação à identidade coletiva feminista e da AMB e as possíveis tensões no interior da AMB e fora dela, no movimento feminista mais amplo. A partir de extratos das narrativas das dez entrevistadas e das dezoito participantes dos dois grupos focais procuro debater a relação entre a identificação pessoal com o feminismo e com as classes populares e a construção de identidade coletiva feminista e, mais precisamente, da AMB. Discuto também as interpelações recíprocas entre mulheres de classes populares e movimento feminista, no processo de atuação coletiva no movimento de mulheres.

O centro da análise serão os dados produzidos nas dez entrevistas, mas lançarei mão também de dados obtidos nos dois grupos focais realizados e nas notas de campo, arroladas no processo de observação. Nas entrevistas adotei um roteiro aberto, com flexibilidade para maior ou menor aprofundamento sobre a trajetória da vida e de participação política das interlocutoras. O fato de atuarmos no mesmo movimento, mesmo nesta oportunidade eu estando na condição de pesquisadora, gerou um ambiente favorável para que elas adotassem uma postura reflexiva, revisitassem seletivamente suas memórias e buscassem se situar a partir das relações sociais de classe, raça e gênero. Entendo que isso foi possível porque participamos do mesmo movimento, a AMB, e porque este movimento constrói a sua identidade coletiva a partir da análise crítica destas relações sociais, especialmente, adotando, como marco de referência, a perspectiva antipatriarcal, anticapitalista e antirracista.

O critério adotado para a seleção das entrevistadas, além de serem mulheres identificadas como sendo de classes trabalhadora/popular, foi o de pertencimento a esta estrutura organizativa do movimento feminista, a AMB, há alguns anos, ou seja, não ser recém-chegada, e, ao mesmo tempo, não ocupar lugares centrais na direção política. Com isso, o meu objetivo era o de localizar militantes medianas, ou seja, que não tenham uma posição central na estrutura organizativa, porém sejam suficientemente comprometidas com a construção da AMB e tenham reconhecimento interno, e possam representar um certo perfil médio das militantes da AMB que participam de instâncias e/ou momentos nacionais deste movimento.

Considerando os dados de perfil, previamente realizado e o meu conhecimento anterior sobre a AMB, localizei dez mulheres com estas características, resguardadas algumas

diferenciações, mas que tem, no conjunto, um perfil assemelhado ao perfil geral apresentado no capítulo anterior. As dez entrevistadas são de dez estados brasileiros e, entre elas, duas são mais jovens, tendo menos de 25 anos; uma é lésbica; quatro são negras, duas indígenas e quatro brancas; destas, seis são solteiras e três são casadas (uma não declarou); quatro são moradoras de bairros de periferia, duas residem em cidades do interior e quatro em bairros considerados mais centrais em capitais; cinco tem empregos formalizados (professora do ensino médio, bancária, trabalhadoras em ONGs) e cinco vivem de trabalhos eventuais e/ou com produção autônoma; duas trabalham em ONGs de composição mista quanto ao sexo e uma em um uma organização feminista; uma é *rapper*. Para referenciar as entrevistas, no texto, adotei a numeração, a fim de não expor as interlocutoras, porém esta numeração não corresponde, necessariamente, a adotada na lista das entrevistas (Anexo 8).

Os dois grupos focais foram conduzidos a partir de um roteiro que visava conhecer como as participantes veem a questão de classe no movimento feminista, historicamente e na atualidade, e como compreendem um possível feminismo popular (Anexo 6). O registro dos grupos focais será utilizado como elemento de triangulação com os dados das entrevistas e das notas de observação. Foram dois grupos focais, ambos com mulheres de Recife, organizados a partir do critério de classe, faixa etária e tempo de atuação no movimento. O grupo um reuniu militantes feministas mais jovens, majoritariamente vistas como de classe média (embora duas presentes se identifiquem como sendo de classe popular), com menor tempo de inserção no movimento feminista e em vários coletivos. O grupo dois reuniu mulheres adultas, de classes populares, majoritariamente com vários anos de atuação no movimento, integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é o agrupamento local articulado à AMB (embora tenha contado com a presença de duas jovens, de segmentos médios, não integrantes desta articulação). O material advindo dos grupos focais também contribuirá para explicitar tensões na relação entre mulheres populares e feminismo, no interior da AMB, mas também fora dela.

Uma questão metodológica que me ocorreu no decorrer do processo diz respeito à visão que as mulheres participantes das entrevistas e dos grupos focais teriam sobre a minha identidade de classe e de raça e como isso poderia interferir nos seus depoimentos e considerações. Embora estejamos no mesmo movimento, eu não tenho relações pessoais com a maioria delas e, portanto, elas não detêm informações sobre minha trajetória de vida e minhas identificações não públicas. Acredito que a maioria me vê como uma militante feminista de classe média, dado eu atuar em uma ONG feminista que tem salários razoáveis, possivelmente branca (morena) em função dos meus traços físicos, e que se relaciona bem

com mulheres populares porque trabalha como educadora. Não tenho como averiguar esta interpretação, mas, no sentido do senso comum ela confere com a realidade, porém, a vida real é bem mais complexa que o senso comum. Motivada por esta preocupação, e me sentindo comprometida com os depoimentos e reflexões que as mulheres compartilharam comigo, ao longo do texto, compartilharei algumas informações a meu respeito semelhantes aquelas que solicitei às interlocutoras..

5.1. Origens de classe e situação de vida

A atual situação de vida das mulheres entrevistadas, no sentido socioeconômico e político, discutido na apresentação do perfil geral no capítulo anterior, se relaciona diretamente com as suas origens de classe e o seu pertencimento racial. A partir desta constatação é que se evidencia o investimento emocional e prático de cada uma na construção de sua identidade política pessoal e seu engajamento militante em movimentos sociais e, mais precisamente, na AMB. As origens familiares nas classes trabalhadoras e/ou nitidamente populares, o histórico de racismo sofrido desde a infância, a educação diferenciada e a responsabilização pelas tarefas domésticas, em relação aos irmãos de sexo masculino, a violência sofrida pelas mães na vida conjugal, entre outros aspectos, são elementos que se destacam na leitura da origem destas mulheres e na sua identificação com a atuação política em movimentos sociais e, mais fortemente, no movimento feminista. Mas há, também, outros elementos que, estando nas histórias de vida, podem contribuir para elucidar as resistências cotidianas que todas viveram no processo de construção como pessoa, como mulher e como feminista. Pelas falas, percebe-se que a participação nos fóruns locais e nas ações nacionais da AMB, especialmente as atividades de formação, são elementos que contribuíram para que elas façam esta leitura de suas trajetórias.

Para que seja possível conhecer as interlocutoras que contribuem com suas reflexões para esta pesquisa, e para reforçar a tese de que são mulheres trabalhadoras de classes populares e feministas, apresentarei as origens de cada uma, em particular, nos termos em que elas se apresentaram na entrevista, tentando ser o mais fiel possível, porém sintetizando as histórias sobre as quais discorreram e evitando identificá-las. Trago também as minhas próprias memórias como parte desta construção de saber, que ambiciono que seja feita de forma compartilhada. Estas memórias são retomadas a partir de quem são estas mulheres hoje, o que confere uma seletividade e reinterpretação do vivido, a partir de quadros de referência subjacentes e que fornecem uma base de reflexão e de consciência de si, imprescindível a

processos de identificação.

Melucci questiona a relação com o passado a partir da concepção de linearidade do tempo. Referindo-se à relação com o tempo, ele diz

> De modo bem simples, podemos representa-la como uma relação linear. O passado contém aquilo que passou e prepara, portanto, o presente, que, por sua vez, anuncia aquilo que ainda não é e que será: o futuro. Portanto, existe alguma coisa que não está mais presente e alguma coisa que ainda não entrou na presença, mas que irá aparecer. Na realidade, esta relação linear não é nada simples, porque, concomitantemente, vivemos ainda outros entrelaçamentos entre as dimensões do tempo. Por exemplo, o futuro, o porvir, prepara-se dentro das condições e dos vínculos que o nosso passado constituiu. As possibilidades nunca são completamente abertas; o passado delimita as fronteiras do possível, e o futuro brota do seu seio carregando suas marcas (MELUCCI, 2004, P.23).

Entendo que o tempo não é vivido no cotidiano de forma linear, mas aparenta ser. Ao refletirmos sobre o passado no presente, apesar de todos os constrangimentos impostos pelas relações sociais de exploração e dominação, já o fazemos nas condições de possibilidade atuais e a partir de um saber situado na contemporaneidade de nossas vidas e nossas escolhas, portanto, gerando alternativas para o que pode vir a ser, construindo futuros possíveis, o que, em parte, pode já ser vivido no presente. Quando nos vinculamos a uma subjetividade coletiva produzida em movimentos sociais, construímos, para nós mesmas, narrativas identitárias que revisitam o passado, mas são também prenhes de possibilidades transcendentes da condição atual.

> O presente é o único horizonte possível para esta ligação: a presença é o lugar em que passado e futuro podem estar numa relação circular. É no presente que o passado reflete sua luz e sua sombra sobre o futuro e que este ilumina ou turva aquela porção de nós mesmos na qual queremos ou podemos nos reconhecer (MELUCCI, 2004, p. 23).

A porção de mim que reconheço é profundamente vinculada a estas histórias de mulheres populares. Relembrei minha infância e adolescência ao ouvir as lembranças contidas em várias destas narrativas. Meu pai e minha mãe saíram do Ceará em função da seca, que impossibilitava dar continuidade a pequena lavoura do qual tiravam a subsistência. Encontraram abrigo no Maranhão depois de uma longa viagem cheia de privações, viveram de trabalhos precários até meu pai conseguir ser contratado formalmente em uma empresa de limpeza pública, como coletor de lixo, e ao mesmo tempo complementar a renda com o comércio informal nas ruas do bairro de periferia em que morávamos. Minha mãe garantiu a vida com trabalhos precários, eventuais, em meio à responsabilidade de criar nove filhos e receber muitas outras pessoas por longas temporadas, como era comum entre aquelas que se mudavam do interior para a capital. Ainda assim, eles conseguiram que todos os filhos e as

filhas estudassem, na esperança de dias melhores. Vidas semelhantes foram narradas nestas entrevistas.

E2 é filha de pai nordestino, de Pernambuco, e de mãe do Centro-Oeste. Hoje ela vive em uma capital do norte do país. Os pais se conheceram em Brasília, pois o pai havia se mudado a lá por ocasião da construção da capital federal. Com algum tempo de relacionamento a mãe engravidou, ainda solteira, e para escapar dos problemas familiares eles fugiram juntos para o Norte, em busca de oportunidades. A mãe tornou-se costureira e o pai, motorista. As lembranças da infância falam da situação de classe

> Quando eu era criança, por exemplo, manteiga, não era todo dia que tinha manteiga para passar no pão. Aí eu me lembro que quando a gente ficava doente... Nossa, a gente vai comer uma maçã, né? Porque ficou doente e a mãe ia lá e comprava uma maçã. Podia tomar um guaraná (...). Então meu pai viajava, minha mãe ficava em casa e a gente, enfim, ia se virando com o que tinha. Nem todo dia tinha mistura. Na época, a gente falava mistura, né? Era só o arroz e o feijão (E2).

Hoje E2 é bancária, dirigente sindical liberada do trabalho no banco para atuação política e recentemente fez mestrado.

E3 é neta de fazendeiros no Norte do país, que "tinham posses, uma casa grande e consumiam produtos adquiridos na Europa, especialmente roupas". Ela se refere à avó como uma mulher que sofria muitas humilhações em sua residência, em função de ter origem em uma família de camponeses, pessoas que viviam da agricultura de subsistência. Em um dado momento essa avó, num ato de coragem, conforme salientado pela interlocutora, organizou um plano de fuga, se articulou com a mãe dela, comprou uma casa na capital e "fugiu com toda a filharada e foi morar na periferia da capital". Desta forma o seu pai foi instado a aprender um ofício, isto é, a ter uma profissão, e foi trabalhar na empresa responsável pela energia elétrica como eletricista, e os filhos, irmãos e irmãs de E3 também tiveram que trabalhar desde cedo. Na infância, a família vivia em uma casa simples, coberta de palha e no inverno a palha ficava velha mais rápido e molhava muito dentro de casa. Com a morte da mãe, o pai iniciou um segundo casamento, no qual também teve muitos filhos. E3 se refere assim a esta situação:

> Do primeiro matrimônio do meu pai, eu fui uma das últimas a sair de casa, então eu cuidei muito das crianças da minha madrasta, e a minha madrasta, ela tinha uma relação com meu pai que era muito de medo, ela não opinava em nada da nossa criação. Ela tinha sido, até então, empregada doméstica, menina vinda do interior, e trabalhava pra uma missão de evangélicos (...). E toda a nossa infância e adolescência, teve muito essa história da pancada, de apanhar; então, todos nós passamos por essa experiência (...) O clima era o pior possível, né, é difícil falar (...). Se chovia à noite, então, a gente tirava todas as crianças das redes e ficava todo mundo como uns pintinhos, assim,

> num cantinho, todo mundo ali, e a gente cuidava das crianças, era assim... (E3).

E3 informa que desde muito cedo aprendeu a observar o que acontecia ao seu redor e se ressentia com a diferença de tratamento que recebia em relação aos irmãos do sexo masculino. Seguramente, esta pode ser uma releitura dos tempos vividos à luz de sua consciência feminista atual, todavia há fatos narrados que permitem verificar a força desta sua observação tanto no que diz respeito à discriminação por ser mulher como no tocante às pequenas rebeldias cotidianas que nutrem a resistência à dominação

> A gente aprendeu tudo, uns com os outros, e isso foi muito bacana porque foi a solidariedade, foi um amor muito forte, realmente, uns pelos outros, e também nós aprendemos a dançar com nossos irmãos, mesmo, assim, quando papai não estava, porque isso não podia fazer parte daquela história ali (...) Meu pai chamava os meninos, assim, dizia "não deixa ela passar por cima de vocês porque se ela tiver com regra, aí, é sete anos de azar na vida de vocês" (...) se tinha comida, podia faltar comida pra alguém, mas o meu pai chegava à noite e tinha que ter uma comida pra ele, porque era ele que trazia a comida, então tinha que ter, mesmo que uma criança não tivesse comida (E3).

Atualmente, E3 trabalha em uma organização não governamental na qual participam homens e mulheres, com organização e educação popular.

E4 é uma das indígenas entrevistadas. Ela cresceu em uma comunidade indígena, sendo seus pais de duas etnias diferentes. Os pais trabalhavam na roça e esta era a fonte de sobrevivência do grupo familiar. Ela considera que teve uma infância boa, embora tenha trabalhado desde muito cedo, e se regozija com a disciplina aprendida na 'aldeia'. Hoje ela trabalha como artesã autônoma, abriu uma pequena empresa, fez treinamento no SEBRAE e vende produtos artesanais. Do ponto de vista de classe a definição de E4 é muito assertiva

> Eu me defino como classe trabalhadora, não fiquei rica (...). Hoje nossa casa é de alvenaria, nós tentamos fazer uma casa suficiente pra viver, foi uma economia muito grande pra gente fazer essa casa, foi uma luta muito grande, e hoje nós estamos numa casa própria, num bairro próximo do centro mesmo. Mas eu me considero na classe trabalhadora, eu nem vou dizer classe média, porque eu me considero na classe trabalhadora (E4).

E5 é uma jovem negra, filha de empregada doméstica, uma mulher como tantas outras que saiu de sua cidade pequena, no interior de um estado do Nordeste e foi tentar meios para subsistência na capital de outro estado. O pai era agricultor também em uma pequena cidade e posteriormente deslocou-se para a capital onde trabalha como garçom e churrasqueiro, e às vezes, "corre avulso", afirma E5 em referência à vida com trabalhos temporários, precarizados, de curta duração. Ela se refere à infância em situação de pobreza a partir da condição de moradia, pois morou em um local sujeito à remoção: "Cresci com a ideia de

remoção, tipo assim, a galera que acreditava que uma hora ia ter que abrir as ruas lá e elas serem indenizadas, só que não rolou assim" (E5). Ela se define:

> sou de periferia, sou de classe popular, que, tipo, é uma classe que tem um perfil financeiro muito individual, por mais que a gente não esteja nesse mercado formal a gente meio que sobrevive de corres e sobrevive de forças (E5).

Hoje, E5 continua na mesma situação, ou seja, trabalhos informais, temporários, com renda baixa e morando na periferia da cidade. Todavia, a sua inserção no movimento feminista e no meio artístico lhe permite outros espaços de inserção no mundo.

E6, em seu relato, diz:

> Meu pai é neto de portugueses, filho de alemão. Minha mãe é filha de índio e de negro (...) E tiveram dez filhos e eu sou a sétima desses dez (...) mas tem uma coisa que marca a minha infância que é a separação dos meus pais, tinha uma relação de muita violência entre eles.

Hoje ela trabalha como educadora social e está concluindo um curso de secretariado escolar. Quanto à classe, ela diz:

> Sou da classe baixa. Agora, também, essa questão financeira eu não valorizo muito (...). Essas coisas da coisa material, isso não faz sentido para mim, esse apego. E, se me perguntarem, eu acho que tenho o suficiente para viver, entendeu? Fico, às vezes, preocupada com a minha velhice, mas, tirando isso... (E6).

"Eu sou filha de mãe solteira". Esta foi a primeira referência de E7 ao comentar as suas origens. Ela é a segunda do grupo de interlocutoras, desta pesquisa, que se considera indígena, embora às vezes tenha dúvidas quanto a isso. A mãe é trabalhadora rural e quebradeira de coco e criou três filhos. Elas moravam em um sítio de um tio, em um território indígena no interior de um Estado do Nordeste.

> Minha mãe é mestiça e eu fiquei toda minha infância lá. Eu comecei a estudar com 12 anos, e a minha relação sempre foi muito com a questão do campo mesmo, rural **(...).** Eu não consegui estudar pra ter uma formação, eu sempre vivi de trabalhos (...). Eu sempre tive um tempo empregada, recebendo salário, e outro tempo desempregada, né, e sobrevivendo (...) E hoje, eu estou assim, eu moro de aluguel, mas em condições precárias, muito precárias mesmo. Assim, eu moro num quartinho que não tem banheiro, o quartinho tem a minha rede, um negócio, não sei como é que chama, não é a mesa, é até emprestado de uma amiga minha, que eu boto livro, que eu tenho muito papel, muita coisa, assim, e uma cama de solteiro e um fogão de duas bocas, mas é um negócio deste tamainho. Fica no fundo de uma casa de família (E7).

Ela cita suas várias experiências profissionais, algumas das quais adquiridas em função do seu aprendizado na atuação política em movimentos sociais, a exemplo da referência á economia solidária e a assentamentos rurais. Em relação à classe ela afirma: "eu

por mim eu sou pobre, né? Porque uma pessoa que não tem onde morar, uma pessoa que não tem um salário fixo, não tem um estudo, uma formação, um negócio assim... é pobre! ”

A família de E8 sempre morou no mesmo bairro de periferia de uma capital do Nordeste, onde ela reside hoje. Pelo menos, esta é sua referência quanto às suas origens. A mãe foi criada em um convento de freiras e aos 18 anos saiu, trabalhou e casou. O pai trabalhava no comércio e vinha de uma família grande com 21 irmãos.

> A gente sempre morou na periferia, em bairros populares, então as casas, essas casas herdadas que meu pai adquiriu de meu avô, eram casas com quintal amplo, né, nos bairros populares tinha muito disso. Então, hoje eu me vejo, num trabalho de fornecimento de lanche, que exige de mim muito fisicamente, mas pra mim é melhor estar nessa atuação de produção de renda, de manutenção, do que ceder pra algumas coisas que não fazem parte dos meus princípios políticos, né? Não me vejo tendo dentro de empresa privada nem em espaço de Estado (E8).

E9 morou até pouco tempo atrás no mesmo bairro que nasceu, na periferia de uma capital do Nordeste, hoje reside em uma cidade do interior. A mãe é filha de agricultores e foi para a capital para trabalhar como doméstica para uma família, o que era visto, como salienta E9, como ‘morar com a família’. Neste bairro de periferia a mãe e o pai dela se conheceram e namoraram, mas apesar das promessas, eles não casaram. “Quando minha mãe engravidou, ele disse que já era casado. Mamãe achava que ele era solteiro, não ia nunca imaginar que um homem casado vivesse tão disponível na rua”, disse, informando ser filha desta segunda família de seu pai e ter três irmãos.

> Mamãe sempre trabalhou muito para criar a gente. Mas meu pai dava a mesada toda semana (...). Minha mãe começou a trabalhar na fábrica. Ela era operária têxtil, era passadeira. Ela pegava de duas da tarde no trabalho e largava às dez e meia da noite. Minha mãe nunca foi na escola, não porque ela não quisesse, porque ela não podia. Minha mãe nunca participou de uma festa de dia das mães. Minha mãe trabalhava muito, eu não sei como era que ela aguentava (E9).

A família morava em um bairro de periferia, porém próximo do centro da cidade e no qual havia uma forte tradição religiosa católica, o que é demonstrado através da organização espacial do território, com a igreja católica ao centro. “Quando eu era criança, lá não era calçado como é hoje, tinha um largo, um largo aonde a Igreja estava no centro. Eu sempre achei o meu bairro muito parecido com uma aldeia de índio, porque as casas eram ao redor e o centro era onde acontecia tudo” (E9).

Hoje ela trabalha em uma organização não governamental mista quanto ao sexo, com saúde popular, e ganha quatro salários mínimos, mas antes trabalhou em outra organização que tinha um nível salarial melhor. Entretanto, E9 afirma que nunca se sentiu de classe média:

"Eu continuo sendo da classe pobre. Mesmo quando eu tinha um salário mais alto, eu era. Quatro salários mínimos, que não é todo mundo que ganha, mas eu continuo sendo da classe pobre. Os meus ideais continuam sendo esses. Eu nunca me senti classe média" (E9).

O deslocamento das famílias em busca de trabalho é uma constante nas origens das mulheres entrevistadas. E10, que na ocasião da entrevista tinha 23 anos, é filha de mãe do interior do Nordeste que se deslocou para o centro sul aos 17 anos em busca de trabalho e aí se profissionalizou como cabeleireira. O pai é filho de indígenas e também se deslocou para trabalhar numa grande cidade, na qual se formou como eletricista e hoje trabalha com conserto de taxímetro.

> Meus pais se separaram assim que eu nasci. Na verdade, se separaram no oitavo mês de gravidez, né, foi uma história super sofrida. Quando minha mãe engravidou, ai começaram vários problemas, várias crises com meu pai; meu pai era muito mulherengo, minha mãe nem ligava, mas chegou um ponto que ele começou escrachar mesmo, né? Acabaram numa briga. Ele falou umas coisas bem pesadas, que tipo, que ela ia pedir dinheiro comigo no sinal se saísse de casa, que ele não ia assumir paternidade. Minha mãe já tinha cadastro no programa de habitação a muitos anos mesmo, desde que ela chegou em Brasília, só que ela nunca tinha tido a oportunidade e ela não preenchia os requisitos, que é quantidade de filhos, tempo na cidade, e todas essas coisas. Só que minha mãe estava muito desesperada, porque ela tinha brigado com meu pai e não tinha pra onde ir, aí ela foi pra fila do lugar onde eles estavam distribuindo os lotes, e ela dormiu 4 dias na fila. Até que conseguiu porque veio a imprensa, a barriga estava daquele tamanho... (E10).

Com o casamento desfeito e graças à persistência motivada pelo desespero, a mãe dela recebeu um lote em um terreno, porém sem nenhuma infraestrutura, e construiu uma casa de um cômodo de madeirite e um banheiro, com a ajuda dos vizinhos. Ela já trabalhava como cabeleireira, então tudo era neste mesmo cômodo, inclusive o salão. "O povo fala que eu só comia cabelo, nem sopa de beterraba. Pra piorar a situação ela era meio natureba, então era tudo sem sal, sem açúcar". Com a ajuda de um irmão a mãe de E10 foi construindo outros cômodos na casa e separou-a do salão. Depois disso, a mãe dela teve outra filha de um "relacionamento rápido e complicado, com um cara alcoólatra, que não quis registrar a filha, e outra de um relacionamento mais duradouro, do qual ela ficou viúva".

Inquirida sobre sua condição de classe atualmente, ela entende que é de classe média. Ela tem formação em nível superior, trabalha em uma organização não governamental e, atualmente, cursa mestrado. A sua afirmação se deve aos termos comparativos com os quais elabora ao pensar na sua infância

> Eu devo ser uma pessoa da nova classe média (risos), se é que ela existe. Eu tive uma infância inicial muito, muito, muito pobre, né? Com condições muito restritas de vida. E aí, teve uma época na minha vida que se não fosse os benefícios sociais do governo, eu não tinha sobrevivido. E aí minha mãe

> conseguiu uma área, um lote, um salão, separou, e agora ela tá lá, minha mãe virou uma empreendedora pra construção civil, que agora ela fez um prédio, aí tem duas lojas, que hoje são o salão e quatro apartamentos, e uma cobertura. É, aí uma parte do desespero do final da universidade, era porque eu precisava ajudar ela a construir o prédio, tava na fase inicial; tinha um prazo pra cada etapa, se ela não cumprisse o prazo ela perdia o lote, perdia o investimento que ela fez, entendeu? E aí, enfim, corria o risco. O governo deu vários incentivos fiscais e num sei o quê, pra galera conseguir construir as coisas, mas aí o meu desespero era de conseguir ajudar ela, né? Aí agora eu tenho o meu salário inteiro pra mim, dá pra pagar minhas contas, e sobra, eu posso comprar livro, esse negócio todo… (E10).

E1 é também de uma família de migrantes, tendo seu pai se transferido entre estados do Sudeste em função do trabalho. Ela identifica suas origens assim: uma família que gostou do samba, ou seja, afirma as suas raízes em termos culturais, mas também ligado à periferia: "é o samba, essa cultura de bairro mesmo, de subúrbio".

Esta descrição das origens familiares das entrevistadas buscou situar as suas condições de classe, tanto em termos de nível de renda como em termos socioculturais, o que as posiciona como sendo de classe trabalhadora, notadamente com origens e/ou situação atual nos segmentos populares. Essa descrição foi necessária para introduzir como, a partir destas situações de vida, elas constroem uma identidade política, seja feminista, racial ou de classe. As referências à vida das mães, situações de violência, força de vontade e capacidade de trabalho, apesar da educação sexista nas famílias, é um indicativo das influencias que elas trazem da infância para a formação pessoal, são elementos a partir dos quais elas constroem seletivamente suas narrativas. Também se apresentaram diferenças substantivas no interior deste grupo de entrevistadas, tanto no que diz respeito à condição racial como de orientação sexual. Também há diferenças no que diz respeito às origens na zona rural ou em grandes cidades.

A concepção desenvolvida por Bourdieu, apresentada em capítulo anterior, me ajuda a observar como elementos significativos das condições de vida são marcantes na formação pessoal e podem conformar *habitus* de classe, que se consolidam ao longo da trajetória de vida de cada uma. Sem dúvida este *habitus* demarca diferenciações com pessoas que tenham outra *situação* de classe, ainda que atuando no mesmo movimento social. As referências apresentadas sobre fatos vividos na infância e a afirmação sobre como se veem atualmente demonstra isso. Também são marcantes as percepções das diferenças entre homens e mulheres, e entre pessoas brancas e negras, a partir das desigualdades experimentadas no cotidiano.

5.2. Atuação em movimentos e identidade política feminista

A identidade política pessoal, como qualquer identidade, não é permanente, fixa, ou baseada em um elemento natural, ela é um processo social, em constante construção, porém não linear, podendo a pessoa assumir uma ou várias identidades políticas, de acordo com a sua opção no momento, normalmente marcada por um pertencimento a um determinado coletivo ou envolvida em um dado projeto político. Às vezes esta identidade política pessoal pressupõe uma 'identidade herdada', ou seja, um pertencimento anterior a um grupo socialmente constituído, outras vezes não. A partir da aproximação com espaços de participação e organização coletiva, as mulheres interlocutoras, desta pesquisa, tiveram suas vidas deslocadas dos destinos previstos e puderam construir projetos de existência para si. Identificar-se como mulher, e/ou como negra, lésbica, e também feminista é parte desta construção pessoal. Mas, como salienta Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2005), toda identidade esconde atrás de si as relações sociais que a condicionam. A identidade 'mulher', e todas as outras que são marcadas por um lugar subalternizado nas relações de dominação e exploração, como negra, lésbica, indígena, trabalhadora, popular, é uma percepção que vai amadurecendo a partir de fatos significativos que, por sua vez, ressignificam memórias. Já a construção da identidade feminista é algo que, para elas, se deu preponderantemente no espaço de participação política no movimento de mulheres, e com diversas experiências de sociabilização, entre as quais as experiências educativas, ou seja, se deu na relação com uma identidade coletiva.

Aqui se verifica como as condições de vida geram ou não possibilidade de participação política em movimentos sociais e como, estes, ao construírem-se como subjetividades coletivas, com maior ou menor grau de centramento, incidem nas identidades políticas individuais, a partir da identidade coletiva que fomentam. Passar a se ver como mulher não é algo que ocorre sempre para todas e/ou em determinado momento. A maioria de nós não pensa sobre isso, apenas vive isso, obviamente como 'mulher' é uma construção social que ocorre no interior das relações sociais de dominação e exploração, vive-se como 'mulher' dentro de um padrão social estabelecido do que é uma mulher, de forma não reflexiva. Porém, por diferentes razões que esta tese não tem capacidade de explicar, algumas mulheres resistem a este padrão, ou como dizia o feminismo nos anos 1970 'não aceitam o seu destino'.

A filósofa feminista Françoise Collin discute esta questão refletindo sobre a transcendência do sujeito. Ela afirma que por ser uma mulher o sujeito não se define por esta

única feminilidade, não se reduz a ela. "A diferença está presente no seio do sujeito mulher. Não há uma única definição do ser mulher e nem um único projeto feminista" (COLLIN, 1992, p. 9). Aceito essa assertiva, mas, ao mesmo tempo, entendo que é inescapável que, sendo mulher, este seja o seu patamar de inserção no mundo, em função dos constrangimentos impostos pelas relações sociais, embora não se restrinja a ele.

As formas de resistência cotidiana são inúmeras e não foram exploradas nesta pesquisa, porém elas emergiram nas falas, tanto das entrevistas como dos grupos focais, como algo que ocorre com as mulheres de classes populares. Possivelmente, de alguma forma, também com as de outras classes, porém isso não foi objeto de questionamento. Importa salientar que as mulheres populares, em sua existência cotidiana, já não se encontram perfeitamente enquadradas dentro dos padrões compulsórios de feminilidade da norma patriarcal, uma vez que a grande maioria tem que assumir o seu próprio sustento e dos seus familiares e enfrentar as dificuldades próprias da vida nas periferias das grandes cidades ou no campo, o que as obriga a ser sujeitos femininos fortes, no sentido dado a esta expressão por Ângela Davis (2013), e, neste sentido, em desacordo com a norma hegemônica do feminino.

Fatos significativos, em cada trajetória pessoal, marcam as experiências de participação política, as quais se dão em diferentes contextos geopolíticos e históricos, que também deixam suas marcas. Para as mulheres mais velhas, que já estão há muito tempo na militância em movimentos sociais, as referências históricas do início do seu processo pessoal remontam à década de 1970 e 1980, período da chamada redemocratização, conforme descrito em capítulo anterior. Para as mais jovens o início do ativismo político se deu já na chamada era Lula, ou seja, sob a égide de um Governo Federal do campo democrático e popular. A situação conjuntural, já descrita, me parece bastante relevante para compreensão dos diferentes processos de formação de identidade política pessoal, no interior da subjetividade coletiva deste campo político.

Algumas entrevistadas com mais tempo de atuação, diferenciando-se das mais jovens, fazem referências à participação política inicial nos processos coletivos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, que foram fortes na década de 1980, e, em alguns lugares, estenderam-se na década de 1990, e como ele marcou a sua construção subjetiva. A experiência de participação na Igreja católica, como algo que é fomentado pela revolta com situações de dominação ou exploração, era algo comum na década de 1980, fazia parte do ideário que se construiu à época e que envolveu o conjunto dos movimentos sociais que estavam se organizando. E3 relata suas marcas e sua inserção nas hostes católicas:

> Meu irmão mais velho tem uma diferença de dois anos e meu irmão é branco

> com olhos verdes. Aí tu imagina, eu, neguinha do cabelo pixaim e ele, branco dos olhos verdes. Então eu sempre fui muito revoltada, porque ele podia tudo e eu não podia nada (...). Aí a gente inventou um grupo de jovens. Assim, com uns 14 ou15 anos. Ir para a reunião do grupo de jovens, que era na igreja, ele podia. E ele almoçava, eu fazia o almoço e ele podia ir. E ele ia já, pegava a bicicleta e ia. Eu não, eu só podia ir depois que eu lavasse a louça, enxugasse a louça, guardasse e deixasse tudo organizado. E eu tinha uma raiva disso, porque isso fazia com que eu chegasse atrasada. Mas mesmo assim foi isso que fez eu despertar (E3).

O início da participação de E3 é visto como parte do processo de descobrir-se mulher, ou seja, integrante deste grupo social de pessoas marcadas pela dominação e exploração construído socialmente com base no sexo, mas também no pertencimento racial. Ela viveu um episódio de discriminação na Pastoral da Juventude motivado pelo fato dela ter ficado grávida e chegou a seguinte conclusão, à época: "Eu nunca mais vou pôr os pés aqui. Eu não sou mais jovem, eu já sou uma mulher de responsabilidade, eu já trabalho, eu estudo, eu casei, eu estou grávida, vou assumir meu filho". A partir daí ela desligou-se da participação na Igreja e voltou-se para o movimento sindical, no qual atua até hoje, em paralelo com o movimento feminista. Foi no feminismo que ela refletiu sobre a opressão que vivia

> Aconteceu na minha vida, tipo assim, uma implosão. Uma implosão, não é uma explosão, foi uma implosão, pra dentro. Aí eu fui vendo lá, na época, como era que a minha mãe me tratava, como meu pai me tratava. Fui descobrindo as coisas, entendeu? Como no meu trabalho tinha opressão. Eu fui começando a ver as coisas. Eu era cega, eu não via. Aí eu fui começando a ver as coisas. Aí meu casamento não se sustentou. Não se sustentou porque aí eu via o quanto eu era explorada, o quanto que eu era agredida. Não fisicamente, mas do ponto de vista psicológico. De ir ao supermercado junto e, assim, eu ter o meu rendimento e quem definia o que comparava era o meu marido e eu achava que aquilo ali era assim mesmo. São coisas tão sutis que eu não percebia. Aí chegava na hora de pagar a conta, aí, codorna, cerveja. E aí digo assim "Cara, eu quero comprar as coisas para mim, eu não compro, porque eu acho que a grana não dá, porque é supérfluo, tem outras prioridades e ele compra o que ele quer. Não, isso não está certo. Isso não está certo". E aquilo foi me criando um sentimento, uma coisa assim, uma revolta, o meu casamento não durou nem três anos (E3).

E1 narra o início de sua trajetória de atuação a partir de um grupo católico, o Agentes de Pastoral Negra, por ocasião da Campanha da Fraternidade em 1988, a partir do qual ela teve contato, em âmbito estadual, com o movimento negro e, posteriormente, com o movimento de mulheres negras. Um fato significativo ocorre neste contexto próximo que gera a sua aproximação com os movimentos de mulheres

> O que foi decisivo pra entrar no movimento feminista, lá na luta no estado, foi na gravidez, porque foi o meu rompimento direto com a igreja, por conta da gravidez, que o pai era um seminarista, então rompia direto com a situação, e aí foi o passaporte pra entrar no movimento de mulheres. Eles disseram "você não vai poder ficar nos espaços da pastoral da juventude

> deste jeito" (...) ai eu falei "então eu saio, mas eu não vou ficar calada" e aí saí mesmo, foi um rompimento direto com a igreja e aí, efetivamente, comecei a atuar no movimento de mulheres, aí o Fórum de Mulheres nasce em 92. No inicio da década de 90 o movimento era muito incisivo, houve até uma situação que o governo na época mandou bater nas mulheres que estavam na Praça 8, numa mobilização, e a polícia cortou os cabelos das mulheres, tacou bomba, foi um massacre (E1).

Para outra entrevistada, a confirmação de si como mulher e, portanto, interditada em sua liberdade plena, se deu a partir dos processos fisiológicos típicos das mulheres e, mais precisamente, das ideias que se criam em torno deles. E3 relembra a primeira menstruação e tudo que teve que aprender rapidamente sobre o que uma mulher pode e não pode fazer a partir daí: "não encoste num homem porque engravida". Ela narra que neste período desenvolveu um forte medo relacionado ao espaço público, pois, para ir à escola, necessariamente tinha que passar na calçada de um outro colégio que era só para o sexo masculino: "um quarteirão antes já começava a tremer porque eu sabia que eu ia passar por ali". Esta memória, comum a muitas mulheres, demonstra como é quase impossível não se saber mulher vivendo sob a égide das formas patriarcais de relações sociais de sexo. A questão é o que você faz com esta descoberta, se ela é ou não capaz de gerar uma reflexão crítica.

Para esta entrevistada o início da participação política remonta à década de 1970, quando a Ditadura Militar estava em pleno vigor. E3 já participava de movimentos populares no bairro e, em meados da década de 1970, conhece uma enfermeira de saúde pública que participava de um grupo local ligado ao jornal Brasil Mulher. Elas recebiam o jornal e se reuniam para ler juntas, em uma sala cedida por um sindicato. Ela começa a ir às reuniões para saber o que estava acontecendo na conjuntura brasileira, conforme salientou, já que a imprensa estava sob censura. Lá conhece duas mulheres que 'a adotaram', isto é, lhe orientavam as leituras, levavam para conhecer outros grupos, e favoreciam o engajamento político, prática que era comum à militância de esquerda à época, e que algumas organizações chamavam a quem fazia este trabalho de acompanhamento individual, de 'assistente'. Este é um dos tipos de processos de socialização feministas citados nas entrevistas.

No seu trabalho político-profissional com organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais e nos bairros populares da cidade, E3 introduziu o que ia aprendendo no feminismo, e, para ela, a marca deste trabalho é que vários clubes de mães se transformaram em grupos de mulheres. Ela informa também que, na década de 1990, um programa de formação vivenciado com uma organização feminista de outra região foi muito importante para consolidar a sua perspectiva política, este um segundo tipo de socialização feminista,

aquele que ocorrem em processos de formação.

Apesar do reconhecimento das mulheres feministas que lhe introduziram no feminismo, não deixa de salientar alguns conflitos políticos vivenciados que foram percebidos por ela como sendo entre ‘mulheres de bairros’ e ‘as feministas’, mas que também pode ser interpretado como uma divergência de posição política estratégica:

> Minhas próprias companheiras, essas que eu respeito demais, chegou um momento que eu me confrontei com elas, porque aí eu estava nas mulheres da periferia, com as causas das mulheres das periferias, e elas, as mulheres das periferias estavam brigando pra ter representação nas organizações de base, que era as associações de moradores, e as feministas, essas feministas, não aceitavam isso. E ai, tinha uma organização geral de bairros forte (...) e aí a gente fez uma proposta, num grande congresso de massa, que era de criar uma secretaria da mulher, que era pra trazer esse debate pra dentro da organização popular. E as feministas vieram lá e defenderam contra, eu a favor, e elas contra. Me doía profundamente, mas eu fui defender a favor, e eu fui perdedora, né, perdi porque imagina, os homens que eram todas as direções apoiaram elas, não nós (E3).

E6 recorda um fato significativo que marcou, para ela, o sentido de ser mulher e as suas primeiras revoltas. Após a separação dos seus pais, ela começou a viver permanentemente uma situação de violência praticada por um irmão mais velho. A mãe trabalhava e ele entendia que deveria assumir o comando da casa e das irmãs, espancando-as. Lucia se alegra ao falar de como ficou revoltada neste período, permanecia na rua até a volta de sua mãe para evitar que ele a machucasse. “Nós ficamos anos sem se falar. Acho que tem uns dez anos a gente teve uma conversa e a gente conseguiu superar. Hoje a gente se dá muito bem, mas foi um processo difícil” (E6).

A mãe de E6 era operária e se envolveu na luta trabalhista. A partir daí assumiu também a luta no bairro por liberação de terras para moradia. Ela então se engaja bem jovem nestes processos políticos. Participou do movimento estudantil e depois de um forte movimento de mulheres local, rompendo depois com ele e construindo outro movimento de mulheres local. Ela reflete sobre o processo nacional de organização de mulheres para a Conferência da ONU em Beijing como um momento forte de articulação, uma vez que o Fórum de Mulheres, naquele estado, à época, aglutinava todos os movimentos de mulheres existentes. Este depoimento mostra como à época da articulação pró Beijing já havia diversos movimentos locais de mulheres organizados.

E9 também é filha de mãe operária, na indústria têxtil, viveu sempre em um bairro de periferia de uma grande capital. Ela e seus irmãos e irmãs foram criados com certa liberdade de estar na rua, pois que a presença do pai era eventual e a mãe trabalhava na fábrica durante as tardes e noites, diariamente. Ela conta que se criou na rua e nela aprendeu todas as gírias e

formas de viver que a mãe tentava corrigir sempre que tomava conhecimento.

> Eu era uma menina que gostava muito de rua. E quando ia brincar na rua, eu pegava as gírias da rua e trazia para casa. Eu me lembro que mamãe ficava danada e dizia que eu só aprendia coisa que não prestava e que se eu dissesse aquelas coisas ela ia me bater. E ela me batia. E eu acho que ela tinha que me bater mesmo, perdoo todas as coisas, porque não era fácil, não é? (E9).

Esta 'solidariedade feminina' que leva a compreender as mães, mesmo suas atitudes violentas, é uma expressão comum em rodas de reflexão durante os processos de formação feminista, mas, neste caso, também pode ser parte da mística cristã. E9 viveu a adolescência no período de efervescência das comunidades eclesiais de base e dos grupos de jovens católicos ligados à teologia da libertação. No seu bairro, que é marcado por forte tradição católica, chegou um padre que comungava com esta orientação e iniciou o trabalho de organização comunitária, especialmente das crianças e jovens. Ela participa deste processo e atua no grupo de jovens católicos. Logo em seguida ela começa a namorar e engravida.

> Eu engravidei com menos de 15 anos. Isso fez eu me afastar das coisas. Nessa época que eu fiquei grávida, eu fiquei muito triste. Primeiro que eu fiquei grávida sem saber que estava grávida. Claro, sabia que namorava, mas eu achava que aquilo não ia engravidar. E quando eu engravidei da minha filha, eu fui para o clube de mães, porque já me sentia adulta, não era mais jovem, era mãe... Eu tinha menos de dezoito e eu já me sentia que não era mais jovem nem era adolescente (E9).

O clube de mães, ao qual E9 se refere, era uma forma organizativa muito presente nos bairros populares no período que compreende a década de 1970 e 1980. Em geral, eles se envolviam com trabalhos assistenciais nas comunidades, mas, em algumas oportunidades, interagiam com o contexto político de organização popular, e passavam a atuar em lutas por direitos como demonstra a pesquisa de Sader (2008), já referida. Neste caso, uma das principais ações do grupo era recolher as doações de tecido que eram dadas à santa padroeira do bairro, as mortalhas, e convertê-las em enxovais de bebê e de cozinha, com trabalhos de costura e bordados, dos quais ela foi uma das beneficiárias e também se agregou à produção e participava de todos os tipos de reunião. Este clube de mães era ligado ao Conselho Comunitário, que é o equivalente em outras cidades à Associação ou União de Moradores, ou seja, a organização geral de moradores do bairro. Através da narrativa, que segue, tento descrever como a relação entre os movimentos sociais, no caso movimento comunitário, as feministas e os movimentos de mulheres populares, ocorreram no período. Apesar de longa, considero interessante manter esta narrativa porque ela demonstra o que apresentei no capítulo referente ao contexto histórico dos movimentos sociais no que diz respeito às novas formas organizativas que foram se gestando e as lutas realizadas. Mostra também como a

trajetória pessoal, como mulher, esteve diretamente envolvida no processo organizativo popular e no envolvimento com o feminismo.

> Estava sentindo falta de me juntar. Aí fui pra essa coisa. Sabia que lá não tinha nada a ver comigo, porque era um bando de mulher bem mais velha do que eu, mas só o fato de ir duas tardes já era bom. Nessa época também eu estava sem estudar e aí eu entrei nesse grupo. Me lembro que foi pra fazer coisas, conversar com outras mulheres... Aí sempre tinha pessoas que iam lá conversar sobre a saúde. Nessa época também existia lá no bairro uma coisa chamada equipe de saúde comunitária, mas era uma iniciativa da própria comunidade que depois, mais tarde, veio culminar com os Agentes de Saúde. Foi um pessoal lá fazer um projeto resgatando as benzedeiras, o pessoal que fazia chá, essas coisas. Me lembro muito. E aí tinha uma médica. Era uma figura exótica pra a gente lá do Morro. Uma pessoa que andava toda exótica. Mas era uma pessoa que estava querendo ajudar, que era médica, consultava, passava remédios de plantas, chá, essas coisas e incentivava muito a amamentação. Foi quando eu tive a minha segunda filha, foi quando eu estava grávida da minha segunda filha. Ela passou lá para ver como é que eu estava. Ela ia na casa das mulheres. Foi aí que eu aprendi a amamentar. Eu amamentei minha segunda filha três anos, foi com o acompanhamento dessa equipe. Só que nesse período, quando eu entro nessa coisa, começa a aparecer lá no morro umas mulheres fazendo coisas. Fazia até na igreja também, mas fazia nas casas e nesse clube de mães também. Porque houve uma época em que tinha muito clube de mães na cidade. Tinha os diversos tipos. Na minha comunidade, a gente teve a sorte de ter um padre progressista. A gente fez toda a luta, ele incentivou a comunidade a se organizar em vários segmentos. Incentivou o conselho de moradores a se institucionalizar e apoiou uma primeira grande luta da minha comunidade que foi pela água. O conselho dos moradores era muito interessante na época, entre a década de 1980 e a década de 1990 foi uma efervescência muito grande, porque funcionava com comissões. Era tudo por comissão. Então tinha comissão pra qualquer problema maior que tivesse na comunidade, se formava uma comissão dentro do conselho. E a gente se reunia assim, uma vez por semana tinha assembleia e as comissões se reuniam, tinham a sua dinâmica. E na assembleia semanal as comissões colocavam os seus entraves, seus avanços, o que precisava, se precisasse aumentar gente para a comissão para ir pressionar o governo em algum canto. Era uma época que a gente ia muito pressionar a Câmara, ia muito para a Prefeitura. Então, era uma dinâmica muito interessante de funcionamento e a gente teve uma efervescência muito grande. Hoje mudou, hoje mudou muito, hoje é outra história. Mas naquela época subiram umas mulheres estranhas, que não eram do Morro, que queriam conversar com as outras mulheres e que diziam coisas que a gente não estava acostumada a ouvir, que eram as mulheres feministas... Aí eu me lembro que tinha uma reunião na casa de uma mulher. Porque era assim, (a feminista) ia para a casa de uma mulher, e a mulher convocava as outras. E aí ela fazia. Numa dessas eu fui. E aí eu fiquei muito interessada, porque eu dizia "olha, mas é isso mesmo que eu acho, é isso mesmo". E eu fiquei muito encantada naquela época, muito mesmo. Eu me lembro que eu fiquei tão feliz. Eu pensei "eita, eu encontrei pessoas que pensam como eu. Eu não sei falar isso, mas eu acho que isso é o certo". Sabe? É, eu me identifiquei. Eu não sei falar desse jeito, mas eu sei que isso é o certo. É isso que eu quero para mim. Aí foi a partir daí que eu entrei no movimento feminista. Era bem jovenzinha. Era no ano de 1985, me lembro bem como foi, como se fosse hoje. Nessa época, eu estava vivenciando uma experiência profissional numa cooperativa de brinquedos educativos. Era

> uma experiência comunitária, uma experiência comunista, que a gente dizia... Era um grupo de pessoas que não eram donas nem das máquinas nem do material, que foi já deixado por outras pessoas que passaram por esse grupo. Era um grupo informal, era um grupo de artesãos, a gente se denominava assim e fazia brinquedos educativos de madeira... É muito importante, porque a gente tinha uma experiência democrática muito grande. No conselho de moradores, por muitos anos, a direção foi eleita por voto direto da comunidade. Não era outra coisa... Era direto, tinha urna. A gente mapeou toda a comunidade, a gente fazia senso perto da eleição. E a gente fazia a urna para as crianças e urna para os moradores adultos (...). Ter nascido no Morro, ter vivenciado toda essa efervescência, essa forma de organização, dava um diferencial quando a gente saía do Morro e ia para as escolas, sabe? O conselho de moradores era muito democrático. Aí, a partir deste processo, a gente fez um grupo de mulheres do Morro. Então, para tudo você tinha espaço se você quisesse se organizar (...). A gente não queria deixar de ser parte do conselho, entendeu? A gente não queria se burocratizar, criar mais um grupo, ter um CNPJ independente. A gente continuava sendo do conselho, mas criamos um grupo de mulheres autônomo (E9).

E8 também iniciou sua participação social na Igreja Católica, no início da década de 1990, contexto no qual ainda era forte a chamada igreja popular, ligada à Teologia da Libertação. Ela também participava da Associação de Moradores em seu bairro. A partir de uma Campanha da Fraternidade, no início daquela década, que teve como lema "homens e mulheres, semelhanças de Deus", ela começou a participar de alguns debates. A memória sobre o seu processo de identidade feminista, mostra como os caminhos para formação pessoal não obedecem a qualquer linearidade. Ela se refere a um debate sobre o lema da campanha realizado por uma religiosa no seu bairro

> Quando a irmã, puxando as discussões sobre a Campanha da Fraternidade, falou, fez uma pergunta pra gente, né, assim, no estilo de reflexão, perguntou qual era o projeto de Deus na vida das mulheres, menina, essa pergunta aí (risos), uh! Eu pensei: Não quero projeto nenhum de Deus na minha vida! Eu quero meu projeto de vida, né! Aí, foi, fiz isso. Não era só esse projeto de Deus, era projeto do marido, projeto de filho. E pronto. Eu participava também já de associação de moradores, lá tinha baixa participação das mulheres, e aí eu comecei a fazer essa leitura "porque as mulheres não participam da associação de moradores?", e saí um pouco do meu casulo de igreja, fui frequentar mais as ruas, e ai fui ver a realidade dessas mulheres que era de violência doméstica. Pronto, aí começou toda essa minha trajetória, e que coincidiu com a construção do Coletivo de Mulheres, que hoje faz 22 anos (E8).

Iniciar a participação política em outros movimentos sociais e, posteriormente, aderir ao movimento feminista foi uma trajetória comum descrita pelas interlocutoras da pesquisa. Eu mesma vivi a mesma trajetória. Comecei a atuar no bairro de periferia em que morava, na comunidade católica e no movimento popular. Ao entrar na universidade ingressei também no movimento estudantil e, posteriormente, passei a atuar na construção do PT e da CUT, tendo

depois voltado para atuação no movimento popular, desta vez na luta por transporte público. Nesta militância sempre me dediquei à ação de mobilização e de formação política de militantes. O que me possibilitou sempre muitas ocasiões para refletir. Só na vida adulta entrei no movimento feminista, apesar de me considerar feminista há muito tempo. As leituras feministas que fiz desde a juventude contribuíram para que eu compreendesse que minhas inquietações pessoais com a forma que nós mulheres construímos a nós mesmas não eram só minhas. Porém, a minha maneira de lidar com esta descoberta era sendo eu mesma uma mulher que "pensava com a própria cabeça e andava com os próprios pés", como dizia à época. Só depois percebi que isso não mudava a minha condição e muito menos a vida das mulheres em geral. E que esta transformação só é possível ser feita de forma coletiva.

Para E4, que entrou no movimento de mulheres na década de 2000, a participação, no conselho de direitos das mulheres, foi o fato mais significativo do início de sua construção pessoal como feminista. É outro momento do contexto histórico que descrevemos antes. Os conselhos de gestão das políticas públicas ocupam um lugar significativo na relação entre Estado e sociedade. A organização popular perde ênfase e é especializada em torno de determinadas políticas sociais. É no Conselho que E9, sendo representante das mulheres indígenas, passa a ter atuação conjunta com militantes feministas, assume a perspectiva de organizar-se politicamente a partir da identidade feminista, e passa a fazer parte de uma articulação do movimento nacional, a AMB. Este depoimento indica que o movimento feminista continuou sendo um polo de atração para mulheres populares nos espaços de participação social ligados à gestão das políticas públicas.

E7, uma mulher adulta que também tem origem indígena e atuação em vários movimentos sociais, em especial de luta pela terra, chega ao feminismo em 2002, através de uma colega de trabalho, que atuava com educação popular na mesma organização não governamental na qual ela trabalhou por um período. A partir deste encontro, ela passa a pautar seu trabalho, como educadora popular, as questões das mulheres. Um fato marcante na trajetória dela, como mulher e como feminista, tem a ver com a luta protagonizada por um outro movimento. Foi por ocasião de uma mobilização nacional no Congresso Nacional contra o contingenciamento de verbas do orçamento da Reforma Agrária, momento no qual este movimento ocupou as dependências do Congresso e foi duramente reprimido pela polícia. Tendo sido presa, Maria conviveu na cadeia com as outras mulheres do movimento e partilhou as suas dores.

> Então, essa foi uma das coisas na luta que me marcou bastante (...) o contingenciamento ia prejudicar o orçamento da Reforma Agraria. Então, a

> gente resolveu fazer uma incidência em Brasília, vários estados que se articulavam no movimento, que não era o MST, era outro movimento, aí a gente veio pra Brasília pra fazer uma incidência no Congresso. A gente já tinha vindo outras vezes e tinha sido tudo tranquilo. Aí a gente foi presa, foi uma situação bem difícil, e pra mim, particularmente, assim, como eu não sou uma pessoa de externar, eu internalizo muitas coisas. Eu não sou de me desesperar, num sei o quê, eu meio que eu não vivi isso. (...). Eles separaram as mulheres dos homens, tinha algumas mulheres que tinham crianças, que eles tinham pego as crianças e elas não sabiam onde que estavam essas crianças, elas ficaram desesperadas e aquilo também desesperava todo mundo. Não, a questão da cadeia é um negócio, só quem viveu já é que sabe como é horrível, e principalmente na penitenciaria. A gente ficou uma semana lá (...). Então, foi muito tenso, e a gente naquela tensão de todo dia, diziam que a gente ia sair e a gente não saia, e cada dia mais as pessoas iam se desesperando mais, principalmente as mães, porque não sabiam onde é que as crianças delas estavam, e algumas tinham marido também que estava no outro pavilhão. Então, foi muito desesperador (E7).

Para as mais jovens, o inicio do engajamento militante teve outros contornos. E5 começa o seu engajamento através de um projeto desenvolvido por uma organização LGBT com jovens da periferia de uma grande cidade, através do *hip hop*, com grafite, dança de rua e música. A partir desta participação ela entrou no movimento *hip hop*, espaço no qual pode refletir sobre sua identidade lésbica e negra, porém queixa-se do machismo e mesmo da violência sexual neste movimento. Neste processo conhece um coletivo de jovens feministas, na ocasião ela tinha 17 ou 18 anos, e a partir dele passa a interagir com o restante do movimento feminista na sua cidade. Ela reconhece que não gostava, e até tinha "um certo preconceito" contra o movimento feminista, mas a partir do diálogo foi se aproximando cada vez mais

> Na troca de ideias com essa galera, foi uma coisa muito massa de perceber que não é muito distante do que eu acredito (...). Uma coisa que me chamou muita atenção foi a casa feminista, lá no Fórum Social Mundial de Belém, aquilo foi transformar o mundo pelo feminismo e como isso coça na gente, sabe, (...) E como é que a gente meio que constrói isso mesmo nas nossas particularidades, dos nossos olhares, das nossas companheiras, de como a gente visualiza, ou sente, que há uma determinada luta, ou determinada resistência mesmo, que junta nós todas, de como tá tudo tão junto... a partir daí eu não deixo de estar nos esquemas feministas, tanto é que a gente faz os nossos corres pra ganhar a vida e fica quase sem tempo e meu veiculo oficial é a bike, então, tipo assim, a gente não deixa de fazer o que tem que ser feito (E5).

Uma outra iniciação de jovem se deu a partir do movimento estudantil. E10 começa a sua atuação em movimentos sociais na oitava série do ensino fundamental e segue no movimento secundarista e também no Movimento Passe Livre, mas este, em sua cidade, reunia-se na área central, o que dificultou a sua participação por residir em uma área de periferia. Ao entrar na Universidade engaja-se inicialmente em um projeto de extensão e

identificou-se com esta prática. É possível que isso se deva às dificuldades enfrentadas ao entrar em uma grande Universidade pública, sendo ela de classe popular. O seu registro do período narra as dificuldades enfrentadas na Universidade, em razão de sua classe, e o sentido que o extensionismo ganhou em sua vida, no período. Posteriormente, através do apoio do movimento estudantil a um encontro do movimento de mulheres, ela se engaja no feminismo. Tendo passado a infância e a adolescência convivendo com mulheres em um salão de beleza, local de trabalho de sua mãe, Priscilla identifica aí uma possível geração de sua sensibilidade para a causa feminista. Também encontra no pai um incentivo para sua verve questionadora e seu apreço pela leitura.

> Eu acho que o fato de morar num salão, um espaço que circulam muitas mulheres, influenciou. Eu já pensei isso várias vezes, são muitas historias de mulheres, e tem toda uma questão de como a minha mãe acaba sendo uma amiga, um porto seguro pra muita gente, e tem muita questão de violência, muita história difícil de abuso, enfim. A gente viveu, por muito tempo, num contexto de muita pobreza mesmo, e eu escutava muitas historias de violência pesadas, assim, que caiam em cima de mim. Isso foi muito importante. E meu pai foi muito importante na minha formação, meu pai estudou filosofia e teologia um tempo da vida dele, e ele lia muito, então, me dava livro, me ensinou a ler muito cedo, eu entrei muito cedo na escola e tal. A filosofia era muito importante pra ele, então ele me instigava muito a questionar as coisas, sabe? Ele lia a bíblia comigo e me instigava a questionar porque as coisas estavam sendo escritas assim, se aquilo era verdade mesmo, porque as pessoas acreditavam naquilo. Ele me deu, eu li muito cedo a bíblia e os livros de filosofia pra criança, assim que ele me dava (...).
>
> Eu passei por uma crise muito grande quando eu entrei na universidade, porque achava... enfim, sei lá, só tinham duas pessoas de escola pública na minha turma. Eu chegava em casa chorando todo dia! Super pesado, eu pensei em desistir várias vezes. Era a relação com as pessoas, eram mundos muito diferentes. Tipo assim, primeiro dia de aula, os professores perguntaram "de que escolas vocês vieram?", aí eu saquei que só eu e outra menina era de escola pública. É muita discriminação. Eu não conhecia ninguém, todo mundo já se conhecia, todo mundo circulava nos mesmos ambientes, se não se conheciam diretamente, os pais se conheciam. Várias pessoas ganharam carros porque passaram numa universidade pública. Lá os pais te dão carro se você passar numa universidade pública. Passava, a galera ganhava um carro. E isso aí é outro código, né, é outra linguagem. Outra vivência, outro mundo, e eu ficava pensando "Que é que eu tô fazendo aqui", não sei nem se esse curso vai prestar pra alguma coisa na minha vida, se vou conseguir emprego... Os meus cinco primeiros trabalhos das disciplinas foram recusados, cinco! Eu acho, eu entrei em desespero! Eu falei "cara, eu não sei ler!", não sei ler, porque ela tinha um esquema de fichamento, também, que era bem pesado. Tinha que selecionar o argumento principal, o objetivo do texto, era todo um esqueminha, assim, sabe. E eu, aí, o primeiro texto eu lembro que era Weber, nossa, eu não entendia nada (...) e aí no segundo semestre eu fui fazer o projeto de extensão, aí encontrei uma turma (...), foi um espaço super bacana que tinha uma galera superinteligente, que tinham vindo de escola pública, que tinham uma outra construção. Aí eu passei a fazer movimento estudantil, assim, participei do CA, do DCE, mas

> sempre foram espaços que eu não me sentia tão bem como eu me sentia ou no movimento extensionista, (...)
> Eu já estava estudando o feminismo lá, fazendo pesquisa com uma professora que estudava mídia, democracia e gênero. Eu tava a fim de encontrar um grupo de movimento feminista, assim, pra me apegar, sabe? Aí a AMB fez um encontro lá e pediram ajuda para as professoras e pro DCE. Eu fiquei com a tarefa de apoiar, de acompanhar. Aí eu conheci as mulheres todas e falei "nossa, tem um monte de mulher bacana nesse lugar". Aí fiquei encantada, adorei, e comecei a participar das reuniões do Fórum de Mulheres (E10).

A experiência na Universidade foi marcante para E10 também pela percepção que desenvolveu sobre como a situação de vida cria obstáculos à participação política. No grupo focal, a percepção foi de que com o Governo Lula ocorreu uma forte ampliação de oportunidades para as pessoas negras e da classe trabalhadora entrarem na Universidade, entretanto elas continuam sendo "um peixe fora d'água", como afirmou um participante do grupo focal 2. Ao namorar com um militante do movimento estudantil, que provinha de uma tradicional família de políticos de esquerda e tinha carro, E10 percebeu como, para ele, diferentemente dela, era mais fácil acompanhar os estudos acadêmicos, atuar no movimento estudantil e ainda se articular com vários outros movimentos sociais na cidade. Quando termina a graduação e passa a trabalhar com um rendimento fixo e mais alto, ela muda de casa, passando a residir em um apartamento compartilhado com amigas e, conforme salienta, começa a ter acesso à cidade.

> Isso abriu várias portas, assim, de tipo ter acesso à cidade; um acesso diferente de que quando eu tinha que morava na (periferia). Porque tinha muita gente que morava (nesta região central), eu podia pegar carona, já não ficava tão dependente de ônibus, podia ir pras festas, pro bar, ter uma vida cultural, que eu não tinha antes. Conhecer as pessoas fora dos espaços de reunião, também é importante, ficar mais tempo na casa delas, sair, beber uma cerveja, e tal, que era uma coisa que eu não tinha antes (E10).

Com estes depoimentos, com os quais as mulheres entrevistadas partilham processos significativos na construção de suas identidades como mulheres e como feministas, trazendo também elementos característicos do *habitus* de classe, quis demonstrar como estes dois processos, embora diferentes, ocorrem de forma imbricada. Uma pessoa pode se identificar como mulher a partir de ideias não feministas, ou seja, compreender sua existência dentro do padrão social da mulher, reforçando-o na sua prática cotidiana. Entretanto esta possibilidade dificilmente se dá a partir de uma reflexão, de um exercício de pensamento sobre a realidade, tenderá a ser uma vivência no interior do senso comum. Perceber-se como mulher, a partir de uma perspectiva crítica, é, portanto, parte do processo de identificação feminista. Isso ocorre com muitas mulheres em diferentes tempos de sua existência. Algumas se revoltam com a

educação diferenciada entre os sexos nas suas famílias desde a infância ou com o preconceito racial que, como negras, vivem nas escolas; outras se perturbam com a liberdade ou não para o exercício da sexualidade na adolescência; outras sofrem com a violência sexista que ocorre na maioria das vezes no ambiente doméstico consigo ou com suas mães; há ainda as que começam a refletir sobre isso a partir da percepção dos seus próprios desejos e interesses sexuais discordantes do que é aceito pela maioria, ou da escuta atenta à história de outras mulheres, do acesso à livros e a materiais feministas na internet.

Para as entrevistadas, que são militantes de uma articulação feminista, ter uma perspectiva crítica sobre o ser mulher é importante, mas não suficiente para a identidade feminista. Para isso faz-se necessário um processo de sociabilidade política que ocorre na participação cotidiana nos movimentos sociais de mulheres, nos quais elas conseguem agir coletivamente em defesa das causas que entendem ser do interesse das mulheres. Todavia, nos grupos focais, o debate sobre a identidade feminista trilhou um caminho, de certa forma, distinto. As percepções das entrevistadas foram referendadas: é parte da construção da identidade feminista tanto se perceber criticamente como mulher, como o engajamento em processos coletivos de formulação desta crítica e de atuação política na causa. Os grupos focais apresentam acréscimos a esta reflexão que considero relevante: a existência de "feministas populares não declaradas".

Vejamos o que elas dizem sobre isso:

> Porque mulher feminista eu vejo um bocado, no ônibus eu vejo várias, todo dia, tipo que tem aquela postura de vida, né? Que você percebe que não aceita as coisas. Eu vejo que tem altivez. Se acontece um perigão no ônibus, ela vai lá falar e arrebenta. Mas como é que você faz essa identificação como feminista? Não sei. (GF1).

> Existem mulheres que mesmo que não tão no fórum, não se dizem feministas, mas elas enfrentam o patriarcado, elas enfrentam o sistema. Quando elas tão na luta lá pela melhoria da condição de vida lá da comunidade ou da sua própria vida, de mudar a forma de fazer as coisas... Porque antigamente se sabia que casamento é desse jeito, você tem que casar assim, quando existem pessoas que enfrentam isso, elas são feministas também, porque elas tão lutando pra mudar a ordem desse sistema na vida cotidiana (GF2).

No meu entendimento, o que elas expressam, é que existem mulheres nas classes populares, que, na vida cotidiana, se recusam a aceitar o que está estabelecido socialmente sobre como uma mulher deve se comportar, ou seja, que não se enquadram neste modo de ser mulher que é majoritariamente aceito, e imposto, que constitui o cânone que informa a vida social de maneira mais ampla. A reflexão trazida no grupo focal foi se é possível, e desejável, afirmar que estas mulheres populares fortes são feministas ou não. Para mim, a questão

teórica e política que esta reflexão exige é se é possível usar o feminismo como instrumento de análise para estas atitudes cotidianas ou não. Eu entendo que sim, dede que isto não seja baseado em declaração de identidade, pois uma identidade política pessoal não pode ser afirmada a partir de outra pessoa que não aquela que a possui. Contudo, estas atitudes enfrentam na vida cotidiana o sistema normativo de feminilidade e podem ser analisadas a partir de conceitos de "luta feminista" e seu correlato "atitude feminista", que nem sempre se vinculam a projeto de existência no sentido mais amplo.

Como salientei no capítulo 1, entendo que o feminismo possui um conjunto de conceitos possíveis de uso para estudar processos históricos de lutas de mulheres e também atitudes individuais, calcados em análises que não busquem ver identidades feministas onde elas não estão sendo ou não puderam ser afirmadas, mas interpretando os processos e as atitudes sob o ponto de vista do deslocamento da situação das mulheres da norma patriarcal, ou seja, do ponto de vista da resistência cotidiana e da luta feminista.

A identidade feminista, como afirma E1, "não é uma zona de conforto". Exige um esforço pessoal de rupturas cotidianas com opressões vivenciadas nas relações familiares, no trabalho e nos espaços públicos, além de uma atuação coletiva. Mas é também um "alimento para a alma", salienta E2, sindicalista, que avalia que o espaço da AMB é onde ela se fortalece para a atuação no movimento sindical: "eu coordeno uma mesa de negociação de igualdade de oportunidades que é muito pesada, vou negociar com os bancos, então qual é a minha fonte? De onde eu tiro força? É aqui, no feminismo da AMB". Para E4, indígena, a identidade feminista também não se diferencia da identidade como militante da AMB, movimento que conheceu por ocasião da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Ela relembra os encontros Diálogos com Mulheres indígenas [66], como um momento importante que fez crescer o sentimento de ser deste movimento: "Na AMB eu participo com todas as mulheres. Isso é importante, juntar, nós mulheres indígenas, com as mulheres negras, não negras, né? Então, isso pra mim é importante, a coletividade da AMB". Para ela a identidade feminista é sinônimo de liberdade

> Ser feminista é você ser um pedaço de terra, grande, livre. Você escolhe o que você tem que ser. Apesar que nossa cultura indígena é diferente do que de vocês, eu me sinto livre dentro do feminismo, eu não sei te explicar direito, mas é isso que eu sinto, livre como uma terra aberta, grande, uma terra aberta na floresta, nos rios, rio correndo, peixe indo de volta, subindo e descendo, eu me sinto assim, livre (E4).

[66] Diálogos com Mulheres Indígenas foi um processo desenvolvido pela Articulação Feminista Marcosur em vários países da América latina. No Brasil a AMB realizou dois encontros de Diálogos nos quais mulheres não indígenas e mulheres indígenas refletiram juntas sobre as distintas situações e as lutas que enfrentam no cotidiano e com os movimentos que participam.

A identidade política pessoal feminista é uma elaboração que se dá a partir de um processo reflexivo, que pode ser estimulado por atividades de formação, grupos de autorreflexão, ou mesmo, pela presença constante e intencionada de uma feminista com a qual se atua junto. A AMB, e o movimento feminista de forma mais ampla, atrai para seus encontros mulheres que nunca tiveram experiência anterior de militância, mas também atrai militantes de outros movimentos sociais que se interessam em debater as chamadas questões de gênero ou a questão das mulheres. É comum em atividades de formação, oficinas, encontros, após uma reflexão coletiva ou debate sobre os sentidos do feminismo, se ouvir de uma das participantes a frase: 'se feminismo é isso, eu sempre fui feminista'. Isso significa que aquela mulher construiu uma trajetória individual de resistência à imposição do padrão socialmente aceito do que é uma mulher, ou seja, antes mesmo de conhecer o feminismo ela não aceitava o seu 'destino' traçado pelas relações sociais de dominação e exploração. Os trechos das entrevistas abaixo demonstram um dos caminhos nos quais este processo ocorre

> Ser militante é a gente ter a capacidade de sonhar, de acreditar que pode ter um mundo melhor, um mundo diferente e que a gente tem um papel nisso, né? (...). Então, eu acho que eu já era feminista antes de eu me sentir, entender, de eu saber o que era ser feminista. Por causa das minhas posturas, de enfrentar essa dificuldade de vim da roça, de não ter formação. O geral é a mulher casar, achar que vai resolver seus problemas arrumando homem, né? Nunca passou isso pela minha cabeça, assim, sempre pensei em sair dali, estudar, ou sei lá, conhecer o mundo, nunca foi casar. E em todos os espaços que eu participava, mesmo sem ter entendimento dessa coisa de feminismo, sempre tive essa postura de não depender de ninguém e não me acomodar com as relações, né? Hoje eu me identifico como feminista, vem muito desse contato as discussões das mulheres, dos clubes de mães, as mulheres da pastoral, era diferente a discussão que X travava, era mais avançada, mexia, fazia a gente pensar, e que falava das relações de desigualdade entre homens e mulheres, e eu fui me interessando por isso (E7).

> A minha identidade feminista é a primeira. Se a pessoa é capaz de ter várias identidades, a feminista é a primeira. Eu tento ver, eu tento praticar, pautar a minha vida com essa identidade. Claro que é difícil, né? Pra todo mundo... Mas eu tento. Porque é a minha identidade. É, essa é a minha força (E9).

Nas atividades do movimento também é voz corrente a ideia de que ao ouvir as experiências das outras uma mulher aprende, se fortalece e se identifica com o feminismo. O conhecimento advindo da atuação em movimento, que pode ser construído e/ou adquiro em atividades de formação, mas também nas ações cotidiana e nos espaços de sociabilidade, marcam o pertencimento das militantes à este movimento e a construção de seus marcos de referência

> Quando assim você olha pras historias, tá ligada? Quando você conhece as outras pretas, as outras mulheres, as outras lésbicas, assim, o jeito da galera,

> você sente o que é você fazer essa militância, o que é atuar, você cada vez mais se sente mais, você passa a saber o que você sente. Eu acho que você pertence cada vez que você se percebe e percebe elas pertencendo também (E5).

> O grande impacto que o movimento dá é essa coisa das oportunidades da gente pensar sobre a vida, e sobre o mundo que a gente vive (...) eu passei pelo movimento sem-terra, passei pelo movimento de direitos humanos, de uma certa forma eu acompanho o movimento indígena, mas, assim, a AMB eu acho que é quem mais ajuda a gente a refletir, é quem mais dá oportunidade pra gente pensar, não é tipo dá condições pra tu viver melhor, mas dá condições pra tu pensar sobre a tua realidade, e como, o quê que tu faz ou como faz, pra poder contribuir coletivamente com a mudança, né? Eu acho que a AMB me deu, e eu acho que isso que desconstrói essa questão de ser pobre, a oportunidade de conhecimento, da capacidade de pensar sobre as coisas, e pensar a partir de mim mesma e das companheiras, não porque alguém falou né? Eu acho que a contribuição da AMB nessa questão da classe, talvez seja isso, né, da gente pensar sobre a vida da gente, sobre as questões políticas, sobre as questões sociais, sobre o mundo que a gente vive. E aí isso, pensar sobre o sistema de concentração de riqueza, de exclusão, não é? (E7).

A força do feminismo, na construção da identidade política pessoal das mulheres de classes populares que dele participam, assim como imagino ser das mulheres de setores médios, é muito profunda e se vincula a projetos de existência que vão além da militância política e da construção de ações coletivas. Tem a ver com resistências cotidianas, avanços e recuos no processo pessoal de construção de autonomia, liderança nos processos coletivos, entre outras coisas.

O depoimento que segue mostra como a relação entre grupos populares de mulheres e grupos de mulheres dos segmentos médios interagiram historicamente na consolidação do movimento feminista. Possivelmente a AMB seja um resultado desta interação. E9 conta como foi esta relação durante a preparação do IX Encontro Nacional Feminista, em 1987, momento no qual ainda não existiam as atuais organizações movimentalistas nacionais.

> A gente veio, desceu o Morro e veio participar da comissão organizadora desse encontro, com a nossa insignificância, né? Mas a gente queria, a gente foi convidada para participar porque também tinha uma história... O Encontro Feminista também abriu a possibilidade dos grupos se relacionarem com outros grupos. E aí, cada vez mais a gente vai se afastando das experiências ligadas à igreja. Na realidade, a gente começou a se afastar da igreja quando a gente começou a se enfiar muito no Conselho de Moradores. Claro que os grupos feministas do meio popular, para construir o Encontro Feminista eram muito necessários... A gente não tinha teoria, a gente ia trabalhar no que a gente pudesse... O objetivo era organizar as mulheres de nossa comunidade para participar do ENF. E participar das comissões que a gente pudesse participar. Então a gente fazia reunião. Eu me lembro da dinâmica do Encontro, era assim, reunião toda semana, viu? Era briga. Foi muito bom (...). Foi tão bom que depois do Encontro Nacional, a gente faz o encontro feminista no Morro, inspirado no nacional. Com aquela

> metodologia de ter oficinas, vivências, trabalho de corpo, lugar pra tomar conta das crianças, tudo (E9).

O exemplo de ausência de creche em encontros feministas ou das dificuldades de deslocamento das mulheres que moram em bairros de periferia ou na zona rural são demonstrativos das condições desiguais de participação. A educação formal e o acesso a bens culturais também são significativos. Estes aspectos foram bastante mencionados nas entrevistas, como elementos estruturais que tornam as mulheres desiguais entre si, apesar das iniciativas adotadas internamente para favorecer a socialização de conhecimento e a sociabilidade igualitária.

> Eu acho que ainda é muito iniciante esse amadurecimento dessa coisa da classe, entende? Eu acho que o que define mais na AMB é a identidade feminista, mas a gente sabe que tem pessoas de classes diferenciadas dentro. Tem professora universitária, eu estou dizendo, de nível intelectual diferente, nível de ação e nível socioeconômico. A gente vai precisar refletir mais sobre essas diferenças, né?... Pensando nas grandes frentes de luta da AMB, mesmo que você pegue a questão da justiça socioambiental que envolve muito as mulheres rurais e de periferia, mas quem está fazendo a reflexão é do ponto de vista da classe média, sabe como é? A gente não tem conseguido adentrar na pobreza, entendeu? Eu estou falando nas mulheres pobres que estão organizadas em diversos locais, as questões que a gente tem como prioridade na AMB não chegam totalmente. Mas olhando agora assim, a gente vê que a AMB já foi muito mais classe média... hoje está mais misturando, vamos dizer assim, pela composição. Eu acho que já foi mais classe média, entendeu? Hoje, mesmo quem não seja da classe popular, ou que venha de origem popular e hoje ganhe bem, quer dizer, na AMB hoje, mesmo quem é mais classe média pensa muito mais coletivamente para a maioria da população. E pensando para a maioria da população você pensa para as mulheres pobres (...). Mas eu acho que a gente ainda precisa popularizar mais, mas não é popularizar só no sentido de as mulheres pobres estar dentro, né? Não é fazer feito os outros movimentos fazem, de levar as mulheres pobres como massa, mas conseguir que as mulheres populares entendam o mecanismo e façam disso a sua força para a luta (E9).

Nas entrevistas realizadas, há indicações de que a identidade feminista é forte o suficiente para ser considerada como um eixo central na vida, capaz até de suplantar as desigualdades de classe entre mulheres, pelo menos, enquanto diferenças no interior da classe trabalhadora. Entretanto, se observamos bem, ao mesmo tempo que esta afirmação é feita, o depoimento abaixo também problematiza a relação entre mulheres de classes populares e dos setores médios, porque as diferenças de condições de vida são perceptíveis e isso interfere na dinâmica do movimento. Senão, sejamos:

> Eu sou uma feminista. E, no meu entendimento, uma feminista, independente de classe social, ela luta pela causa das mulheres. Eu sou uma feminista. É o que me move. Então, o mundo, eu olho o mundo, eu vejo o mundo com os olhos de feminista. Não tenho essa coisa da classe popular e classe média, mesmo que muitas vezes eu ficava aqui dizendo "Ah é? Segura

> os pirulitos quem pensa a frase!"... Mas cada uma tem a sua contribuição a dar para o movimento. O que a gente precisa aprender é a valorizar não só quem produz a frase, mas quem também segura o cartaz. Eu sei que a gente tem feito isso, eu acho. Eu acho que o movimento feminista é um dos movimentos que tem avançado mais nisso, que tem o maior cuidado, mas, mesmo assim, tem as diferenças. Por exemplo, agora, no encontro, a gente não pensou e eu era para ter pensado, a gente não pensou o que fazer com as crianças. Pode ser que muitas mulheres deixaram de ir para esse encontro porque não tem com quem deixar as crianças. Com tranquilidade, mas eu tive que sair e ficar com uma criança. No caso, essa criança era o meu neto, mas eu poderia fazer com outra criança... A gente não pensou antes e não pensou durante. Então levar criança é problema seu (E9).

Estas desigualdades baseadas na classe social, bem como as que resultam da questão racial, foram observadas pelas participantes dos grupos focais. Em ambos foram feitas referências à ideia de que o feminismo dos anos 1970 no Brasil era um movimento de mulheres brancas e intelectuais, porém, diferente de muitas análises que circulam na internet, para estas interlocutoras, é nítido que, embora esta fosse a constituição do movimento, o debate sobre classe social no seu interior era muito forte, porque havia uma corrente de pensamento oriunda do marxismo que assim procedia. Isso demonstra a análise feita, em capítulo anterior, que indica que o movimento feminista no Brasil, pelo menos seus segmentos mais fortes, nasce e segue existindo dentro do campo político da esquerda que forma seu pensamento a partir da discussão sobre a exploração de classe, mas sem restringir-se apenas a ela.

5.3. Interpelações de mulheres populares na AMB

No capítulo anterior mostrei como a Articulação de Mulheres Brasileiras, ao longo do seu percurso histórico, construiu um jeito próprio de organização e funcionamento e também foi forjando uma identidade coletiva marcada por um *masterframe*, isto, um grande marco teórico político de interpretação coletiva da realidade que gera referências comuns que faz com que suas integrantes assumam a perspectiva antirracista, anticapitalista e antipatriarcal como um modo de pensar e agir coletivamente, porém com baixo grau de centramento, o que gera pouca capacidade de ação coletiva com expressão pública forte. A isso a AMB associa alguns quadros de referência mais pontuais e/ou menores em extensão política, capazes de lhe estimular para elaboração estratégica, para mobilização de recursos de poder e para a ação frente ao Estado e/ou à sociedade em torno da garantia de direitos. Nesta parte, procuro desenvolver como se deu, na trajetória e na concepção das entrevistadas, a relação entre esta identidade coletiva, ou seja, o tipo de feminismo da AMB, e a identidade política pessoal de

cada uma delas, buscando discutir as interpelações recíprocas e como isso incide na construção do movimento feminista do qual todas participam, a partir das questões de classe. Inicialmente discuto como elas veem a questão de classe no movimento feminista e depois a relação com a identidade coletiva da AMB.

Eu mesma conheci o movimento feminista a partir da relação com feministas de classe média, de esquerda, na minha cidade natal. Possivelmente elas eram mulheres de segmentos médios, trabalhadoras com bons salários ou profissionais liberais, mas para mim, à época, eram 'mulheres de classe média' com as quais não me convinha uma relação próxima. Eu já participava de movimentos sociais e partido político de esquerda, tinha um tipo de atuação pessoal que minhas interlocutoras nesta pesquisa identificariam como sendo 'feminista', mas eu compartilhava a visão de que o feminismo era 'coisa de mulher de classe média afetada'. Isso significava a percepção de que elas tinham uma forma própria de vestimentas, uma postura física diferenciada, um modo de falar estranho aos padrões comuns, com formação universitária e tudo isso me parecia muito distante da realidade vivida na periferia e também das lutas realizadas nos movimentos populares. Entretanto, eu me sentia mulher e percebia a situação das mulheres ao meu redor, especialmente aquelas que tinham maior dificuldade de liderar processos políticos, e isso me aproximava do discurso feminista. Posteriormente eu vim a conhecer a teoria feminista e, depois, a articulação movimentalista na qual construí o meu engajamento, a AMB.

Como já afirmei, acima, o pertencimento a uma classe social, do ponto de vista socioeconômico, não é um critério para participação ou não na AMB. Ou seja, a princípio a AMB está aberta para mulheres oriundas de quaisquer classes sociais. Todavia, como desenvolvi antes, ao longo de seu percurso, este movimento foi consolidando a sua composição, sendo hoje um movimento de mulheres majoritariamente composto por mulheres da classe trabalhadora, em especial do seu segmento popular. Do ponto de vista da construção do seu projeto político, a AMB nasce no interior do campo político dos movimentos sociais e/ou campo de esquerda, embora na periferia deste campo no tocante ao centro de poder. Nesta trajetória a AMB foi configurando a adoção de uma perspectiva anticapitalista, no sentido programático do que é politicamente foi construído como interesses da classe trabalhadora.

Esta configuração exige refletir sobre a relação entre os distintos segmentos de classe no interior da AMB, num sentido aproximado com o que foi feito em capítulo anterior sobre a relação entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, de modo geral, e suas composições como mulheres de classe populares e de classes médias, no período da década de

1970 e 1980. A questão de classe, neste debate, cruza-se inevitavelmente com a questão racial, uma vez que muitas integrantes da AMB entrevistadas, articulam estas duas dimensões de suas identidades políticas pessoais, e algumas, acrescentam a isso a referência à orientação sexual. Esta forma como as mulheres entrevistadas apresentam suas percepções, sobre as múltiplas identidades e a ação política demandada a partir delas, mostra como as referências ao imbricamento das relações sociais de sexo, raça e classe marcaram a formação das militantes da AMB.

Algumas das entrevistadas tiveram vínculos com outros movimentos sociais antes e/ou durante a atuação na AMB e fazem uma leitura comparativa entre eles no tocante à classe quando pensam em sua experiência pessoal de classe e em sua identidade como militante da AMB

> De todos os movimentos que eu conheci a AMB é o que mais condissera a questão de classe, mas não sei se é o suficiente. Sinto que no Nordeste isso é mais forte (...). Tem lugares que a AMB tem uma conformação de feministas consolidadas, tem poucas mulheres de periferia, daí a questão de classe não é vista como uma questão... A minha experiência de classe é muito afetiva, de reconhecer as pessoas da minha classe porque são iguais às pessoas com quem convivi toda a minha vida, me sinto conectada, me sinto parte, igual. Na AMB eu encontro isso em alguns espaços e também na visão estratégica. Eu me identifico com os espaços de formação, as coletivas, as ações culturais, estas coisas mais horizontais, mais afetivas (E10).

As relações entre as militantes, nos espaços de participação internos da AMB, também são marcadas pela diferenciação de classe. Embora sejam todas trabalhadoras, os níveis salariais e as condições de acesso à cidade e a bens culturais, terminam por definir aspectos da participação, podendo gerar ou não situações de poder desiguais.

> No movimento da gente, além da gente ter o tempo e a mente dedicada, às vezes a gente tem que pagar também. Tipo, vai ter uma passeata, vai ter que produzir cartaz, vai ter que fazer panfleto, vai ter que fazer uma camiseta, a gente sempre tem que pagar por isso, né? Não é alguém que paga, é a gente mesmo. Daí a gente sabe quem tem um pouco mais de dinheiro e quem não tem nada (E8).

E1 considera que a classe que compõe a AMB é a classe popular, a classe de trabalhadoras nas suas diversas formas. “Agora, você tem entre nós, feministas que trabalham, mas não são da classe popular (...). Então, assim, não é um lugar de disputa, mas é um lugar bem diverso nessa questão de classe” (E1). Outras entrevistadas analisam que as condições de vida interferem na militância e estabelecem situação de menor poder para as que são mais pobres. Esta situação de menor poder parece não estar ligada à forma como as instâncias da AMB funcionam e sua estrutura interna, mas sim às condições de vida que reduzem as possibilidades de participação.

> Não dava para ir para todas as atividades, por conta do transporte, por conta da alimentação, por conta de uma série de fatores, né? Eu acho que isso dificulta. E outra coisa, por exemplo, dentro do movimento, tu faz o debate dentro da reunião, mas tem um grupo que sai e que vai para o bar ou que vai para um restaurante, que lá é que define exatamente o que vai ser mesmo. Então, se tu estás fora dessa condição aqui, tu estás fora das decisões do movimento. Não é que decide lá, não decide, mas conversa, faz as articulações políticas, sabe? Porque geralmente, muito raramente tu vais para um boteco, tu vais para um bar de classe média. Acho que isso dificulta muito (E6).

> Tem implicação, porque eu tenho que priorizar. Às vezes é muito chato, muito constrangedor pra quem não tem dinheiro praquilo, não tem dinheiro pra isso, entendeu? E, às vezes, as pessoas se desligam, estão desatentas que possam existir mulheres que estão nessa condição de não ter nada, entendeu (...). Mas, às vezes, as pessoas convidam e é chato eu tá dizendo toda hora "não, que eu tou sem credito. Não que eu tou sem transporte" (...). Numa discussão particularizada as pessoas reconhecem, mas quando chega num discurso mais global as populares se perdem, entendeu? Então, não dá. É tanto que existe muitos momentos, eu acho que eu tenho mais de dez anos na AMB, houve muitos momentos de recuo por conta dessa situação (...). Mas não me deixa deprimida, eu ficava muito tempo assim, eu ficava me culpabilizando, porque eu não estudei, não fui trabalhar em alguns lugares, mas agora eu não me culpabilizo mais não, e as pessoas tem que entender, que quando eu posso, posso, quando eu não posso, eu não posso (E8).

Também fica nítido, nas entrevistas, que determinados tipos de atividades são feitas por mulheres chamadas de classe média ou intelectuais, que são exatamente aquelas cujas condições de vida e *habitus* de classe possibilitam o acesso a bens culturais e, especialmente, à elaboração escrita de materiais do e para o movimento. Isso se expressa tanto na possibilidade que algumas têm de escrever e publicar, o que se dá no interior das articulações movimentalistas majoritariamente pelo fato de trabalharem em ONGs ou na Universidade, mas também se expressa na participação em mesas de seminários de grande porte. No debate do grupo focal 2 destacou-se que esta situação, no interior da AMB, tem aspectos diferenciados. A referência se deve ao fato de que no feminismo acadêmico e no feminismo que se faz nos espaços governamentais ou patrocinado por algumas ONGs, é muito raro a presença de mulheres populares como conferencistas em seminários e como autoras de publicações, o que ocorre no interior das articulações do movimento com mais frequência, mas isso não faz com que não existam tensões.

É possível, a partir das entrevistas, perceber esta diferenciação de segmentos da classe trabalhadora no interior da AMB. Uma das entrevistadas, que possui um emprego formal conseguido através de concurso e um nível salarial mais alto em relação à maioria das militantes, vê a questão de classe a partir de outra posição e não reflete sobre as dificuldades oriundas desta situação para a participação política. Questionada sobre sua identidade de

classe, ela responde: “eu acho esse discurso de classe média que se fala por aí é um discurso muito ilusório. Eu me sinto da classe trabalhadora. Eu sou uma trabalhadora assalariada como a maioria das pessoas desse país” (E2). Para ela a questão de classe na AMB diz respeito ao projeto político. O fato deste movimento se identificar como um feminismo anticapitalista e de que “suas bandeiras de luta se fundam a partir de mudanças estruturais”, é que garantiria o tom de classe trabalhadora na AMB.

Em relação ao projeto político da AMB, o cenário político atual do campo democrático e popular exige também muitas reflexões. Este é o pensamento de uma das entrevistadas que analisa a situação histórica, apresentada no capítulo sobre contexto.

> Nesse momento, aquele campo que eu fiz parte e eu ajudei a construir, com meu pedacinho de compreensão e da minha prática, se esfacelou, se desencontrou né? Então, não sei se dá pra falar em transformação social. Está tão em crise que nas próprias organizações de luta de mulheres que eu conheço, na minha região, eu consigo enxergar as contradições (...). Que projeto é esse de transformação social que se coloca hoje ao redor da proposta desenvolvimentista, eu não consigo entender. Se é uma transição necessária, ou o que a gente tem que fazer pra buscar os elementos que possam transformar mesmo... (E3).

Nenhuma entrevistada fez referência à conflitos políticos no interior da AMB relativos a pertencimento de classe ou segmentos de classe, todavia a grande maioria observou que há diferenças significativas na atuação militante em função das condições de classe, ou seja, expressam um conflito latente. E9 percebe as diferenças de classe entre as militantes, mas reflete que isso não se tornou para ela, na sua trajetória, fonte de atrito, e nunca a abalou. Possivelmente isso se deve ao reconhecimento da sua contribuição no interior do movimento.

> Eu sempre fiquei muito próxima das mulheres de classe média, mas eu nunca me senti classe média **(...)** não me abala as diferenças porque eu sei do meu potencial. Ela pode ter uma contribuição diferenciada, mas a contribuição delas não é mais importante do que a minha (E9).

Ela avalia que, no interior da AMB, há mulheres de segmentos médios que tem a preocupação de gerar condições para a participação igualitária de mulheres de classes populares, entretanto, as condições sociais vão além da vontade política. Ela enumera vários exemplos de como esta desigualdade se dá, registrando também a diferença específica daquelas mulheres da classe trabalhadora que são de segmentos médios e trabalham em organizações político-profissionais feministas.

> Vamos pensar no movimento, uma parte do movimento tem feito, a gente não pode negar, um esforço significativo que tem pensado nisso, mas se você ver na prática as grandes lideranças do movimento feminista atualmente, aqui no Estado, estão todas na classe média. Eu nem gosto desse termo liderança, mas vamos pensar nesses termos. As grandes lideranças do

> movimento feminista estão na classe média e uma parte delas não pensa na real necessidade das feministas da classe popular. Por exemplo, quando a gente pensa um encontro, a gente não pensa como é diferente entre as mulheres, uma feminista de classe média sair da sua casa para o encontro e uma feminista que vem de (bairro de periferia), sair da sua casa para o mesmo encontro. E a gente, quando chega aqui, a gente vai ter tarefa igual. As pessoas que trabalham em uma instituição feminista, elas são muito privilegiadas. Por quê? Têm horas de trabalho contadas, pagas, para pensar, também, o movimento.
> Vamos pensar, alguém que não está trabalhando numa organização feminista, ela precisa pensar no trabalho dela, nas horas que ela trabalha, o salário não cobre e ainda tem tarefa que ela vai pegar igual à feminista que é paga. Vamos pegar o processo das escutas, agora, recente, que é o processo agora. Pensando no processo das escutas, claro que você diz assim "ah, mas a dinâmica vai acontecer de acordo com as condições locais", vai acontecer de acordo, mas só se você botar o pé no freio e disser "aqui acontece desse jeito"... Mas pensa que a outra é um agente de saúde, que tem que dar as oito horas de trabalho, além de produzir as coisas para o dossiê do movimento, além de fazer escuta, além de... Entende? Então tem diferença. A mulher vai para um encontro que é num lugar bacana, ela tem um filho, elas gostariam muito que os filhos tivessem vivenciado aquilo, pudesse vivenciar aquilo, mas não estão. Se você vai observar, a gente vai encontrar algumas vezes as mulheres acumulando coisas da comida para levar para casa. Entende? Para compensar a falta que estava naqueles dias em que ela não estava. Entende? E, também, muitas vezes a possibilidade de dar alguma coisa pro filho. No interior tem mulher que anda 90 km para chegar na cidade polo, pra poder pegar o ônibus pra vir pra capital. Entende? E a gente faz uma articulação daqui da capital para essa mulher chegar, sem levar em conta que, muitas vezes, para elas chegaram para uma formação na capital e a formação é de três dias, ela precisa de cinco dias, porque vem lá do povoado. Então, esta é a diferença (E9).

A escuta, que é citada por esta entrevistada, se refere a um processo desenvolvido pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, cuja metodologia consistiu em ouvir as mulheres não participantes do movimento em bairros de periferia e terminais de transporte coletivo, a partir do mote "deixa eu dizer o que eu penso desta vida". O material existente que foi reunido e sistematizado pelos grupos de mulheres participantes e sintetizado em frases para cartazes e mensagens apresentadas pelas mulheres em uma atividade realizada em uma praça central da cidade, chamada 'palanque feminista'. Esta foi a forma que o Fórum de Mulheres elaborou para atuar no período eleitoral, apresentando as demandas das mulheres populares por direitos e políticas públicas em praça pública, sem comprometer-se com candidaturas e programas partidários.

As constatações das dificuldades das mulheres de classes populares para participarem dos espaços do movimento, em função de suas condições de vida, foi reiterado pelos dois grupos focais com um grande número de exemplos. A partir destas falas é possível analisar que não se trata apenas das condições sociais de acesso, mas também a elementos culturais

que são distintos entre os segmentos da classe trabalhadora que formam este movimento e que, nas relações internas, estabelecem possibilidades de poder diferenciadas. Nos grupos focais, mulheres feministas de classes populares se referiram às diferenças de classe no interior do movimento, citando elementos como possuir carro e/ou poder pegar um taxi ao final de reuniões à noite; frequentar bares de classe média após os encontros; estilo de roupas que usam; forma de falar nas reuniões e o fato de que as falas de quem vêm dos setores médios, às vezes identificadas como sendo do mundo acadêmico, são mais referenciadas pelas outras; o medo que enfrentam ao falar em uma mesa de seminário, quando na plateia tem muitas pessoas brancas, de classe média e/ou acadêmicas etc. São vários elementos que demonstram que as diferenças não se devem apenas a inserção no processo produtivo ou ao nível de renda, mas tudo que se soma a isso no modo de funcionamento da sociedade brasileiro, que é marcado fortemente pela hierarquia de classe e que conformam *habitus* e também critérios de distinção que são acionados por todas nos espaços de participação política e que conferem lugares diferenciados de poder.

O conhecimento desponta, nestas reflexões, como um elemento forte de hierarquização entre as mulheres feministas a partir da classe, porém visto de forma contraditória. Para algumas mulheres, o conhecimento chamado acadêmico tem maior valor na sociedade e, assim sendo, é mais valorizado também no movimento feminista. Para outras, o movimento tem metodologias que permitem que os conhecimentos populares sejam expressos e valorizados. Senão vejamos:

> Porque se junta o conhecimento acadêmico e a mulher de classe média, quando eu falo academia e classe, porque geralmente quem está na academia tá na classe social mais elevada. São poucas as mulheres de classe popular que estão na academia, e que mesmo as que fizeram curso superior não são consideradas desse lugar pelas acadêmicas de classe média alta (GF2).

> Pra eu me destacar no movimento, eu tenho que ser assim (referência a estilo pessoal), porque só vão me aceitar, além da minha fala, além da minha luta, eu ainda tenho que me vestir diferente. E isso pra as mulheres de bairro, isso pesa muito (GF2)

> Mas empulha muita gente a questão de você falar coerente, formalmente, isso empulha as mulheres de classe social mais baixa. Mas existe também a questão de classe com relação à roupa, o símbolo, você tem que ter. É como o símbolo do carro, se você não tem um carro... (GF2)

> Desde que eu encontrei com o feminismo, ele me deu voz e deu asas. E assim, quando eu entrei no feminismo nos anos 80, encontrei feministas bem elitizadas, de uma classe mais elevada, de poder, tanto de grana como de conhecimento. E isso quando eu vinha pras reuniões do fórum, tinha coisas que saía na reunião que eu sabia o que tava se falando, mas eu me inibia, de uma certa forma, de falar. Porque eu achava que as mulheres sabiam muito

> mais que eu. Muitas companheiras minhas começaram a participar do movimento, elas sentiam isso. (...) E a gente foi vendo que não. Tanto elas sabiam mais que a gente, mas a gente muitas vezes sabia mais do que elas, por tá lá na base, sabia muito mais que elas. É o feminismo que dá esse olhar, pra a gente se reencontrar como mulher, como mulher negra, de periferia. E dá essa força de você dizer "não, ela pode ser até mais sabida do que eu, mas eu também, do lugar de onde eu venho, eu tenho minha sabedoria". E o feminismo dá essa mão e contramão pra você se encontrar, porque não é fácil uma mulher que tá lá na periferia chegar numa organização, num encontrão, por exemplo, e falar. Teve o encontro do SOS essa semana falando de trabalho, autonomia e trabalho, divisão sexual do trabalho, eu entendo isso porque já discuti muitas vezes, mas tava lá mulheres da Argentina, Venezuela, Uruguai, Peru. Daí tem a forma, a linguagem... tinha coisas que eu entendia e outras não. A do México eu não entendi quase nada do que ela falava, mas tinha coisas que eu entendia tudo, por exemplo, Lilian (Uruguai), eu entendi tudo o que ela falou. Mas aí quando vem uma negona falar (...) arrasou na academia... e aí você se vê quando tem uma negona ali na frente, falando. E isso dá um empoderamento de você dizer "eu também posso, tô me sentindo representada pela aquela nega que tá ali!" (GF2).

Esta reflexão traz à luz as mudanças que ocorreram no movimento feminista, neste período recente estudado nesta pesquisa, mas também apresenta outros elementos que transcendem a adesão ao feminismo e o conhecimento sobre as suas pautas de luta e temas de debate. A identificação racial funciona, aparentemente, como um imperativo categórico, acima de outras identificações políticas de pertencimento a um movimento. Não é possível, no âmbito desta pesquisa, checar esta inferência, todavia, na minha experiência pessoal, em distintas ocasiões, percebo como a identidade negra promove uma certa irmandade que pode favorecer o reconhecimento e/ou dificultar a percepção de diferenças políticas entre as mulheres.

Na articulação movimentalista discutida nesta pesquisa, na AMB, a identidade feminista é um elemento forte demarcada por todas as entrevistadas e pelas participantes do grupo focal dois, que a integram. A sua composição majoritária de mulheres negras e populares impõe reflexões a partir do reconhecimento de múltiplas identidades neste arcabouço feminista.

O depoimento a seguir, registrado no grupo focal dois, informa como a relação entre o indivíduo e o coletivo, e entre ser mulher a partir de uma visão crítica e ser feminista, ocorre de maneira misturada no pensamento e na ação das militantes, mas confere um sentimento de força coletiva que também é experimentado em momentos de mobilização social

> Há algum tempo atrás, eu sou bem nova, estou engatinhando no feminismo, pude aprender um pouco do feminismo na escola feminista. Porque até então era tudo muito novo, eu achava que eram mulheres que se juntavam pra encarar os homens de frente, e não deixa de ser. Mas assim, meu ponto de vista eram os maridos, que a gente se fortalecia pra dizer não, pra mandar ele

> pra pia, que o lugar da gente não era no tanque, que também não deixa de ser. Aí quando eu comecei a fazer escola feminista eu comecei a abrir a mente e ficar muito encantada com o quanto de força que nós temos se a gente se juntar. Porque até então eu não tinha essa visão, achava que a gente era fraca, sim, com certeza a gente é fraca, uma só. Agora junta um monte de feministas, aí fica uma mulher bem forte. Aí hoje eu tenho me fortalecido aqui com o fórum, a cada ida e vinda eu tenho me tornado uma feminista bem mais forte (GF 2).

Dos depoimentos nas entrevistas e nos grupos focais emerge uma concepção de que a identidade feminista é construída em processos coletivos de participação e engajamento. Talvez este não seja o caminho para todas as mulheres que aderem ao feminismo, mas é uma marca forte deste feminismo antissitêmico e popular apresentado aqui. Danièle Kergoat reflete sobre a relação indivíduo e coletivo em processos de lutas operárias em termos de "aprendizagem coletiva", noção que me parece indicada para entender a relação entre os grupos no interior da articulação e o processo de constituição da articulação movimentalista em si.

> É neste sentido que falei de "aprendizagem coletiva": este termo pretende dar conta ao mesmo tempo da reorientação da ação coletiva e também do tempo necessário para que esta reorientação se desenhe, se estabilize e induza novas condutas específicas. Em suma, a aprendizagem coletiva é aquilo que, a meu ver, é subjacente à transformação de um grupo em coletivo (KERGOAT, 2009, p. 6).

Melucci afirma que a identidade de um indivíduo se define em relação ao 'ambiente', ou seja, em relação ao sistema no qual ele está envolvido. Isso diz respeito tanto ao sistema mais amplo que estrutura a vida social como o sistema entendido como movimento social do qual a pessoa participa. Segundo ele pode-se falar de identidade a propósito de um indivíduo ou de um grupo, porém, em ambos os casos, ela contém três características: "continuidade do sujeito, independentemente das variações no tempo e das adaptações ao ambiente; delimitação desse sujeito em relação aos outros; e capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido" (MELUCCI, 2004, p. 44). O processo de identificação feminista confere um sentido de continuidade ao sujeito, porém em uma nova perspectiva de reflexão sobre a experiência de si, capaz de reconfigurar sua delimitação em relação a outros, de reconhecer-se e conferir um sentido de pertencimento a uma subjetividade coletiva feminista, que implica em identidade pessoal e atuação coletiva das mulheres.

O coletivo de mulheres, na teoria feminista com a qual comungo, não pode ser visto como um sujeito capaz de abarcar a vida social como um todo e tomar para si os sentidos e os processos de transformação. "O feminismo nunca sucumbiu diante da ilusão das grandes narrativas, mas foi e permanece urdido por relatos que pretendem irrigar a teoria e a prática"

(COLLIN,1994, p. 147). A subjetividade coletiva da categoria mulheres precisa ser visto como uma força política própria, que ganha sentido no processo político que desenvolve ao enfrentar o sistema que domina e explora as mulheres e gera um sentimento permanente de opressão, ou seja, na medida em que constitui um movimento social, o movimento feminista. Rebelar-se, ou 'pegar revolta' como dizemos no interior do movimento, é, em si, um ato contra o sistema. Mas não é suficiente para mudar a situação de vida, pois para promover rupturas são necessárias ações que demonstrem a incompatibilidade com o sistema, o que só é feito coletivamente, em conflito, forçando as paredes que oprimem. Ou como afirma Collin: "é aquele agir, ou aquela enunciação, cujo fim permanece ausente, que não se desenvolve sob a garantia de modelo algum, mas numa espécie de risco permanente (...) o desconhecimento desvia do caminho reto" (COLLIN, 1994, p. 145).

A identidade feminista não é um dado *a priori*, é uma construção permanente no processo de engajamento no movimento feminista, que ocorre ao mesmo tempo enquanto identidade política pessoal e enquanto partícipe de uma identidade coletiva. Esta é a concepção predominante que emerge das entrevistas. Todavia, estou certa de que nem todas as pessoas que se consideram feministas são mulheres e, entre as mulheres feministas, nem todas são militantes de movimentos sociais de mulheres. Há mulheres feministas que vivem esta identidade como um elemento particular de sua formação pessoal, o qual lhe confere determinadas atitudes e lhe orienta em dadas decisões, sendo isso suficiente para se considerar feminista. E há outras que atuam como feministas em ações individuais na sua vida profissional, em grupos de pesquisa feminista nas Universidades, em órgãos públicos do Estado, em organizações não governamentais, nas redes sociais na internet etc. e não sentem desejo ou necessidade de construírem ações coletivas em conjunto com os movimentos sociais feministas, participarem de encontros de autorreflexão, de protestos, mobilizações ou outras formas de luta pela conquista de direitos frente ao Estado e/ou de alterações culturais na sociedade.

Considerando o grupo social mulheres, definido a partir das relações sociais de sexo, como uma subjetividade coletiva, que guarda um certo grau de centramento que o torna capaz de uma causalidade ativa, identifico que, entender-se como mulher, de forma crítica em relação ao que é definido socialmente como sendo uma mulher, é parte da construção da identidade feminista e também parte da identidade coletiva construída no movimento de mulheres, em especial, naquelas articulações movimentalistas de mulheres orientadas pelo feminismo. Para as militantes da AMB entrevistadas, a identidade feminista consolida-se na relação entre indivíduo e coletivo que ocorre em movimento social, e a ela estão associados

vários outros elementos identitários, que ganham maior ou menor força de acordo com as prioridades políticas em cada conjuntura e com situações específicas de vida pessoal.

Desta forma é que, historicamente, ser negra e/ou ser lésbica, gerou novas formas organizativas e de articulação nacional e/ou regional entre a militância do movimento de mulheres em geral das quais algumas feministas da AMB também participam, a exemplo do Fórum Nacional de Mulheres Negras, Articulação de Organizações de Mulheres Negras, Rede Fulanas que congrega mulheres negras do Norte e mais recentemente a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, no campo do movimento negro, ou a Liga Brasileira de Lésbicas, no campo do movimento LGBT. Porém, muitas militantes da AMB, sendo trabalhadoras populares, negras, lésbicas, fazem desta articulação movimentalista o seu espaço político capaz de congregar todas estas causas com as quais se identificam. O caminho adotado pela AMB, de organizar-se em grupos de referência e mobilização de acordo com as prioridades decididas nacional e regionalmente e também o interesse pessoal de participar – chamadas Frentes de Luta – parece ter sido uma estratégia que possibilitou este congraçamento de causas e identidades políticas. A militância da AMB possui identidade feminista, conforme já vimos antes, mas muitas se identificam politicamente também como negras e/ou lésbicas, e isso confere novos sentidos ao seu feminismo. Isso não significa que a Frente de Luta de Enfrentamento ao Racismo, por exemplo, tenha a participação apenas de militantes negras. Sendo um movimento antirracista, e não um movimento negro, a AMB congrega em seu interior formas organizativas mistas quanto à raça.

Apesar da presença de feministas sindicalistas na AMB e esta identidade ser parte do discurso delas, não é visível nos documentos e nas formas organizativas, algo que possa ser reconhecido como uma identidade coletiva de classe trabalhadora, ou mais estritamente, uma identidade sindical. O mesmo ocorre com as mulheres de classes populares na AMB que, sendo parte da classe trabalhadora, mas enquadrando-se no segmento popular, não tem historicamente reivindicado um lugar específico de caráter organizativo e nem, estritamente, a assunção de uma causa ou identidade específica.

O projeto político que a AMB elaborou nesta trajetória histórica, adotou a perspectiva anticapitalista em um sentido ampliado, conforme o relatório do seu último encontro nacional. Por um lado, esta perspectiva implica em se contrapor à exploração, mas também questionar o modo de vida consumista e denunciar a relação predatória dos seres humanos com a natureza, que se consolidou neste sistema. Por outro lado, implica no enfrentamento à pobreza como resultado do processo de concentração de riquezas, ou seja, a AMB tem priorizado a defesa de políticas públicas a serem executadas pelo Governo que sejam capazes de reduzir os danos do

capitalismo nas condições concretas de vida das mulheres pobres, fazendo a crítica da transferência de responsabilidade com a qual o Estado onera as mulheres (AMB, 2011). A luta por direitos, conforme Betânia Ávila, no contexto brasileiro, ganha radicalidade que a leva a uma perspectiva de transformação social

> Na perspectiva feminista que busca uma transformação das relações de gênero associada a uma luta por justiça social, a igualdade e a liberdade são pensadas em termos mais radicais, no sentido de que a conquista de direitos é uma dimensão fundamental, mas não é a única em torno da qual se deve agir. Por outro lado, a passagem de direitos formais para direitos substantivos exige transformação nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social (ÁVILA, 2001, p. 19).

Ser militante de uma articulação movimentalista feminista e ser uma mulher feminista, sendo duas coisas distintas, são vistas de forma muito misturada pelas entrevistadas. Para elas a identidade feminista é uma construção coletiva, apesar dos seus contornos individuais. Muitas delas, ao falar no seu processo pessoal de identificação com o feminismo remetem a memória de um tipo de processo pedagógico, sejam as atividades de formação realizadas no movimento, ou seja, o acompanhamento sistemático de uma feminista que com ela discutia, sugeria livros e filmes, realizava ações em conjunto. A participação na AMB é um espaço muito referido não apenas para a identificação com o feminismo, mas para a discussão sobre um tipo específico de feminismo que vai se construindo a partir das mulheres que dele participam e que se propõe antissistêmico. Nas entrevistas, elas se referem a estes dois elementos na relação com a AMB: o seu método de organização e sua linha política, como o ideário que aglutina as militantes.

O método de organização é referido como tendo tido a capacidade de incorporar os grupos populares de mulheres e, ao mesmo tempo, de construir um projeto político de feminismo.

> Então, a AMB eu me identifico, porque se respeita também a diversidade, respeitar os momentos que as pessoas têm, que acumula, de que não acumula, de que não entende, de que a gente sente liberdade de "será que eu vou falar besteira? Ah, mas é na AMB que a gente tá, se eu falar besteira as pessoas vão entender" (risos), né? Se uma não entender, mas a outra vai entender e vai arranjar aí. Eu acho que a AMB também dá essa liberdade pra gente, tem uma orientação nacional, mas, a minha realidade aqui é outra, e isso todo mundo sabe, daí a gente aqui é que tem que ver se dá ou se não dá pra fazer, como fazer, essas coisas. (E7).

> Eu consigo enxergar na AMB um feminismo que se aproxima muito da minha visão porque incorporou esses grupos, ás vezes nem tão bem politizados do ponto de vista do feminismo, são os grupos de mulheres populares, que estão na periferia, que estão nesses lugares, no interior, e que cuida muito ainda, eu acho assim, que a AMB cuida muito ainda dessa democracia participativa. Então, incorpora várias concepções do feminismo

> e várias pautas, mas diz: esta é uma articulação anti-patriarcal, então, quer dizer, no seu cotidiano essa luta, às vezes muito difícil, para que essas companheiras alterem o seu nível de consciência pra entender que negócio é esse do patriarcado, como isso tá na minha vida e como eu posso ainda cuidar para que eu não aceite simplesmente as regras do patriarcado. É antirracista por que? Porque não tolera as práticas racistas e as concepções dessa sociedade, do racismo institucional, não só desse que é cultural, que está entranhado nas nossas veias, no sangue, mas tudo que a gente passa, institucionalmente também, pela ação do Estado, como cidadã, como mulher cidadã, e das empresas, a gente querendo ter acesso a direitos. Então, a AMB tem zelado por isso, e tem cuidado que nas suas frentes de luta, na formação que faz com as companheiras, na comunicação da gente, isso esteja explicitado concretamente, assim, na prática (E3).

O depoimento de E8 mostra como, na AMB, a relação entre ser sujeito de sua própria vida e ser sujeito coletivo ocorre de forma imbricada e permanente.

> Os outros movimentos deixam a gente muito rígida, não considerava essa questão da subjetividade, né? Eu não tinha um olhar muito pra dentro de mim. Eu era muito teimosa, muito intransigente, muito intolerante com algumas questões, não aceitava o pensamento das outras pessoas. E com o movimento feminista essas coisas foram sendo modificadas, e o próprio envolvimento, o meu próprio relacionamento com meu corpo, a própria relação com minha filha, que eu achava que era filha, mas não tinha essa relação do contato mesmo, do abraçar, sabe? Então, o movimento feminista me trouxe muito isso, desconstrói um bocado de coisa que aprendemos na família, passamos a escutar mais, considerar a história das outras, se a pessoa tem aquela atitude, essa leitura das histórias de vida das mulheres, e a história também da minha vida, a importância do conhecimento, teórico mesmo, não só do ativismo, mas do se debruçar, de acionar o poder através do conhecimento, que não é coisa só pros homens, né? Então, muitas coisas foi modificando no meu cotidiano, em relação também à convivência com os companheiros. Fui casada três vezes, então, apesar dessa busca toda, viver em situação de violência doméstica, viver conflitos de sentimentos nos assassinatos que aconteceram na minha família, então consegui, não precisei nem passar por terapia, né? (risos) foi através do movimento, nessa relação com as mulheres, amigas feministas (...) Então foi muitas coisas que contribui pra formação da personalidade, do comportamento, agora foram momentos fortes. Eu sofri momentos fortes pra mim, entendeu? Porque era um eterno questionar, um questionar do meu comportamento, da minha relação com eles e o último foi o mais forte ainda porque a convivência com a violência doméstica foi que me deixou realmente arrasada, porque existia dentro de mim mesma uma exigência, porque eu era militante feminista e passando por uma situação de violência? Não podia. A vergonha de expressar isso pras minhas amigas feministas, né? E ser fundadora do Coletivo, ser atuante na comunidade nessa temática de enfrentamento a violência, e naquele momento eu tava sem conseguir sair da situação de violência, né? isso ai me deixou, realmente, num sentimento que eu não gostava de ter lá no passado, essa impotência, eu não gostava de ser fraca. Eu tinha, na minha adolescência, uma questão comigo mesma, que eu achava que o dormir, era assim, sinônimo de fraqueza, eu não gostava de dormir porque se eu dormisse eu tava sendo fraca com meu próprio corpo. Imagine! A exigência que eu tinha comigo mesma! Isso na adolescência, né? Então, imagine nessa situação de violência, eu me senti muito fraca mesmo,

> não busquei, realmente, o suicídio, por conta dos meus filhos, porque eu já não tava acreditando mais na minha capacidade de sair daquela situação. Na vida adulta foi o período pior, mas é também o que me determina muita coisa hoje, né? E também faz eu entender as mulheres nas suas histórias de vida né? Dentro do meu racional, sabia que não era pra acontecer, porque eu trabalhava, eu era a dona de casa, de um lado era empoderada né? Mas no lado emocional eu me sentia uma fracassada. E quando eu ouvi isso de meu pai, que eu era uma fracassada, aí pronto, acabou de arrasar com o psicológico da mulher (risos) .
> (...) O movimento feminista é o único que eu atuo e foi esse movimento que fez a virada, marcou muito a minha vida. É ele que me dá a energia pra voltar pra uma realidade muito dura, que é a realidade das mulheres, enfim, a minha, de onde eu moro, né? Me dá condições teóricas, e força mesmo, não me deixa me afundar nas desesperanças, nos descréditos, que é muito alimentado nas comunidades, por conta da conjuntura, então, aqui no movimento a gente vê que a esperança não tá perdida, quando a gente tá dentro desse movimento, apesar das diversidades, diferenças, modo de pensar. E por outro lado, como o feminismo, pra mim, é uma filosofia de vida, não sou feminista só com meus pares, sou feminista na rinha da escola do filho, sou feminista na fila do pão, sou feminista em tudo que é lugar, então, é o que me move mesmo, dentro de casa, no momento que eu sou só, em qualquer lugar eu sou feminista (E8).

Este depoimento mostra como identidade pessoal e identidade coletiva, construídas ambas politicamente na participação nos movimentos de mulheres feministas, ou pelo menos nesta articulação examinado na pesquisa, é um processo profundo de ressignificação da história de vida, de articulação de projeto de existência, um trabalho reflexivo permanente de construção de si e de elaboração de caminhos possíveis para atuação coletiva no sentido da transformação social.

No grupo focal dois ocorreu uma reflexão sobre como a pauta feminista pela legalização do aborto é debatida nos grupos populares e como ela gera conflito entre as mulheres e em cada uma. Esta referência é importante porque a questão do aborto é tida, dentro do próprio movimento, como um divisor de águas. Ou seja, muitas veem que alguém aderiu mesmo ao feminismo quando adota a defesa da legalização do aborto, daí a necessidade de perceber como este debate ocorre nos grupos populares, inclusive considerando o contexto atual de crescimento das religiões fundamentalistas nas periferias das grandes cidades.

> Eu fiquei aqui pensando, olhando as mulheres lá do (bairro) porque quando a gente leva as bandeiras do feminismo, dá um conflito. Muitas mulheres extremamente religiosas... E aí, quando a gente fala de aborto, vixe... E no desenrolar da oficina, a gente vai conversando, cada uma vai trazendo sua experiência, e você vê aquela dita pessoa com um linguajar totalmente diferente. Então o feminismo também faz isso, tanto dar conflito entre as classes, como também dá conflito entre si, na mesma classe, e também em você mesma, porque você não tem muitas vezes entendimento, e entra em parafuso, mas quando você entende a bandeira do feminismo aí dá um alívio,

porque fala do que a gente sente, aí você se sente bem (GF2).

Nas entrevistas e nos grupos focais foram feitas referências à existência de distintas linhas de pensamento feminista e ao fato de que àquelas linhas que se propõe a construir o movimento feminista, no sentido de movimento social, levam em conta as desigualdades de raça e de classe entre as mulheres, mas também foi referido pelas interlocutoras da pesquisa que há diferentes posições no interior desta visão mais geral. Comungo com a reflexão feita que indica que a diversidade de posições políticas e teóricas no interior do feminismo e entendo que nem todas têm interesse em construí-lo como movimento social. Mesmo entre as mulheres e grupos que se envolvem na articulação do movimento há distintas posições quanto à análise de causas das desigualdades e quanto à relevância de pautas.

Também nos dois grupos, foi discutida a ideia de que ocorreu, ao longo das últimas décadas, uma ampliação do feminismo em várias direções, notadamente, referem-se à existência de um feminismo popular, ou seja, a um movimento feminista de mulheres de classes populares. Esta referência não afirma a existência e/ou necessidade de articulações ou organizações próprias, que separe de forma político-organizativa este segmento de mulheres, mas mostra a existência dele no interior da AMB e os conflitos latentes no seu interior, o que pode ocorrer também em outras articulações movimentalistas nacionais e regionais, embora eu não possa garantir.

Entendo que o feminismo, enquanto teoria e enquanto movimento social, não é homogêneo, porém suas diferenças internas não dizem respeito somente às identidades sociais, "herdadas" pelas mulheres que dele participam, ou mesmo às identidades políticas coletivas de suas diferentes articulações. Há também divergências que dizem respeito à orientação teórica e política que perpassam o conjunto das articulações movimentalistas e dos grupos identitários. No processo político de constituição deste movimento, de seus quadros de referências, seus repertórios de ação e suas mobilizações, tudo isso incide no processo de negociação e definição de estratégias comuns.

Chamadas a comentar sobre a existência ou não de um feminismo popular e sobre a existência de conflitos entre mulheres de distintas classes sociais, no interior do movimento feminista, as participantes dos grupos focais trouxeram abordagens que referendam e ampliam as reflexões das entrevistadas. Algumas afirmam a dificuldade de mulheres de classes populares identificarem-se com o feminismo em função do estigma que existe sobre ele, outras se alegram com a colocação pública da questão de classe no movimento feminista, uma vez que isso só é possível porque existem diferentes frações de classe no seu interior, e há

aquelas que se declaram feministas e assumem a construção de um feminismo popular.

> Muitas mulheres que estão nas classes populares, mesmo tendo um posicionamento de que luta pelos direitos das mulheres, mesmo assim elas não se identificam como feministas porque já tem aquela imagem do estigma do feminismo. Então é difícil a gente fazer essa identificação porque muitas agem como feministas, mas não se consideram feministas (GF1).
> Quando a gente afirma que historicamente era um espaço de mulheres acadêmicas, de elite, então onde era que tinha o problema de classe aí? Onde era que ia se discutir o problema de classe? Não podia ter. Hoje quando todas nós reconhecemos que a questão de classe é uma coisa muito forte nesse movimento, isso mostra que esse movimento se abriu para muitas. Então eu já vejo uma coisa positiva nisso (GF2)
> Eu conheço as feministas de classe popular, que somos nós, mas essa teoria do feminismo popular eu acho que é algo que se acontece, tá em construção, eu só conheço na prática, na teoria ainda não vi não. Porque os conceitos que a gente vê de feminismo não têm ainda isso. E eu acho que isso aqui em Recife e aqui em Pernambuco tá muito avançado. Eu andei conversando com uma companheira, e ela nem se diz feminista, mas ela entende, ela sabe das coisas. Aí eu contei tudo o que tava acontecendo aqui e ela ficou impressionada, ela ficou feliz da gente tá construindo esse tipo de feminismo de base mais popular, unindo as mulheres, e a gente sendo autoras dessa construção (GF2).

Uma feminista jovem, com formação universitária e com trabalho temporário na área de educação, identificada como sendo dos setores médios, presente em um dos grupos focais, reflete sobre a relação entre as mulheres dos segmentos médios e das classes populares no interior do movimento a partir de sua própria experiência. Ela afirma a existência de um feminismo popular com o qual as mulheres feministas de outros segmentos sociais teriam o que aprender

> Eu acho que, na verdade, eu só conheci o feminismo popular. Eu só conheci o feminismo enquanto ação política e relação entre as pessoas nesses espaços, porque nos outros espaços em que eu via o debate feminista, eu não via movimento feminista. (...) Eu acho que não existe esforço suficiente pra entender essas mulheres, não só pra eu me comunicar com elas, mas pra elas se comunicarem comigo. E não é só quando eu digo que o feminismo eu vi aqui, simplesmente aquela coisa de "foi aqui que eu escutei histórias emocionantes". É claro que aqui também eu escuto muitas histórias emocionantes e que me tocam muito, mas não tem a ver com isso. Eu acho que é o lugar que normalmente a mulher da classe popular é colocada é aquele lugar da experiência real, da experiência da vida, que emociona, e que ela dá carne a uma teoria, mas não é isso que eu quero dizer, porque não foi isso que eu aprendi aqui. Foi como eu falei no início, o que eu aprendi aqui foi prática política mesmo, foi a forma de se encarar, foi a forma de olhar uma pra outra, de ouvir uma à outra, até a forma como a gente discutiu os textos umas das outras, a honestidade e a generosidade pra com o que a outra tem a falar. Isso é uma coisa que é muito raro, não é uma coisa fácil de ser alcançada, eu acho. Eu acho que é uma coisa muito difícil e muito bonita mesmo. Eu acho que esse é um aspecto importante da prática, de ser feminista, não é só falar feminista, mas ser mesmo, que é preciso repensar, e principalmente o lugar dessas feministas acadêmicas. E elas precisam

> repensar isso. E não só "precisamos dialogar com o feminismo popular" de uma via só, "precisamos escrever mais fácil, precisamos escrever mais simples", não é só isso. É eu preciso verdadeiramente ouvir mesmo. E eu acho que isso é que é muito desigual ainda. É importante a gente ter mulheres da classe popular nos lugares de direção, eu acho que isso é um ganho, claro. Mas é mais do que só isso, porque isso não significa necessariamente que nivelou, isso corre o risco de ser uma mulher que saiu daqui e chegou aqui. Então é um momento da gente conseguir se comunicar de verdade, e que essa comunicação, o esforço não seja só o meu esforço enquanto acadêmica de classe média, branca, de tentar falar outra linguagem só, mas também de ouvir, de fazer o mesmo esforço que eu acho que quando uma mulher branca, de classe média, acadêmica, fala, as mulheres de classe popular provavelmente têm que fazer um esforço pra entender, um esforço mesmo, e elas fazem esse esforço pra entender. Então, a gente tem que fazer um esforço tão igual quanto, ou maior, pra conseguir ouvir e se comunicar (GF2).

O espaço ao qual essa fala se refere é um processo pedagógico de sistematização de experiências de grupos feministas populares, no qual as participantes escrevem textos sobre suas experiências de vida e/ou de organização e lutas nos bairros na periferia de Recife e de cidades da Região Metropolitana.

No debate nos grupos focais, muito mais que nas entrevistas, é possível perceber que as mulheres interlocutoras, desta pesquisa, vivenciam de forma diferente o espaço pedagógico e o espaço político propriamente dito. Embora a educação (formação) que se faz, no interior do movimento feminista, seja de caráter político, este é um espaço que se distingue das reuniões e ações políticas cotidianas, dado a sua metodologia própria que favorece o ato de ouvir umas às outras evitando julgamentos, o intercâmbio de experiências, as vivências corporais, a reflexão em primeira pessoa e o cuidado de umas para com as outras. Nas reuniões da AMB há tentativas de vivenciar o debate político com base nos mesmos princípios educativos, porém o espaço de tomada de decisão é mais fortemente marcado pelas divergências de prioridades e orientação política dos rumos estratégicos a serem adotados e, portando, mais suscetível aos enfrentamentos e negociações próprios deste ambiente.

Em outro trabalho (SILVA, 2010a) refleti sobre os processos de identificação para discutir como eles ocorrem na ação educativa e na ação política:

> Na ação educativa, assim como na ação política de fazer-se movimento, nós mulheres, vivemos uma dialética profunda na relação individuo-coletivo. É preciso nos identificarmos com a experiência das 'mulheres' para reconhecer, pertencer e conferir sentido a uma experiência comum, e, ao mesmo tempo, é necessário nos 'desindentificarmos' com o padrão social 'mulher' para nos tornarmos feministas e construirmos a experiência de lutas comuns. A identificação é uma forma de reconhecermos a nossa situação comum e percebermos a importância da singularidade de cada mulher e a existência de grupos sociais diferentes, e ás vezes em situação de desigualdade, entre as mulheres. Mas isso não significa alinhamento ao padrão de feminilidade

> compulsório, muito pelo contrário. É o processo de estranhamento em relação à experiência comum das mulheres que pode gerar a noção de injustiça, a revolta e a construção de possibilidades de alteração desta situação, numa perspectiva de adoção, não adesista, do feminismo, construindo-o também como uma elaboração teórico-política, a partir das múltiplas experiências que vamos participando e analisando (SILVA, 2010a, p.24).

Nesse processo de formação de uma mulher como feminista, e também da própria constituição da identidade coletiva do movimento feminista, nós mulheres nos constituímos como sujeito de transformação social, não como sujeito único, uma vez que a nossa perspectiva de transformação tem múltiplas possibilidades, mas como um sujeito fundamental do processo coletivo de mudanças na vida das mulheres e no mundo.

> A dialética de ser sujeito implica em compreender a mulher como pessoa na singularidade de sua experiência e compreender o grupo social mulheres como tendo algo em comum, apesar de suas diferenças e desigualdades internas. É o fato de existirmos como grupo social e não aceitarmos a opressão e exploração que gera a potencialidade de constituição do movimento feminista como sujeito político, a partir da ação coletiva de resistência, de enfrentamento e de elaboração de um modo de organização social justo e democrático (CAMURÇA, 2007, p. 13).

O movimento feminista é um movimento social de mulheres por sua liberdade e autonomia e pela libertação da humanidade da dominação e exploração. Neste sentido, o feminismo questiona os princípios estruturantes deste modo de civilização em curso no atual estágio da sociedade. A resistência cotidiana das mulheres às formas de dominação e exploração às quais estamos submetidas é o manancial de onde o movimento feminista retira sua força. O feminismo é um apoio à dimensão individual da emancipação, a auto constituição como sujeito de sua própria vida, e, ao mesmo tempo, um instrumento para o enfrentamento coletivo da dominação e exploração das mulheres.

Considerações Finais

Considerações Finais

O tempo de produção desta tese é também o tempo de insurgência de uma onda crescente de movimentação feminista nas ruas do país, na rede de computadores e nos movimentos sociais. Neste mesmo período cresceu o contraponto conservador na sociedade brasileira. Religiões de caráter fundamentalista, propostas no Congresso Nacional de retiradas de direitos conquistados, a mídia insuflando atitudes misóginas, são situações que minam as forças acumuladas pela resistência das mulheres. Enquanto isso, os avanços sociais do período do governo oriundo do campo democrático e popular estão em riscos de serem esquecidos em um canto da história, em função da crise econômica e política institucional que pode gerar a queda do atual governo. Mas, tudo indica que a perspectiva desenvolvimentista continua, só que com um crescente grau de subordinação ao capital globalizado das grandes corporações e uma retomada forte da redução do Estado. Neste contexto de crise no país, que atinge diretamente o movimento social estudado nesta pesquisa, apresento as considerações finais, no intuito de que ele signifique um alento para os movimentos de mulheres e contribua para renovar suas esperanças utópicas e sua capacidade de ação. É meu interesse também que esta pesquisa alimente a sociologia dos movimentos sociais no Brasil e sua articulação com o pensamento feminista.

Iniciei esta pesquisa querendo refletir sobre os processos de identificação de mulheres de classes populares com o feminismo. Formulei o problema situando-o nas relações entre movimento de mulheres e movimento feminista, para discutir as mútuas interpelações. Ao fazer isso, me inseri no debate sociológico sobre os movimentos sociais. Isso exigiu uma reflexão mais ampla sobre o campo políticos dos movimentos sociais no Brasil que contextualizasse o objeto de estudo do ponto de vista geopolítico e no tempo recente, das ações coletivas pelo fim da Ditadura Militar até os nossos dias. Lidar com a sociologia dos movimentos sociais foi uma escolha teórica, que dialoga com a minha experiência política de atuação nestes movimentos. O mesmo problema poderia ser visto à luz de outras perspectivas que fossem dirigidas mais às interações interpessoais do que às relações sociais e processos políticos. Esta opção me conduziria a uma interpretação dos processos de identificação pessoal das mulheres de classes populares com o feminismo, o que poderia fazer com que eles fossem vistos de forma descontextualizada da participação coletiva delas nos movimentos de mulheres.

Percorri a trajetória dos movimentos sociais no período, seus momentos fortes de ação conjunta no início e como eles foram demarcados pelas referências à classe trabalhadora ou

classes populares, depois sua crescente especialização e seu direcionamento para uma perspectiva participacionista para a qual a principal referência foi a cidadania, e posteriormente a retomada da capacidade de ação compartilhada no Fórum Social Mundial, mas já em uma nova configuração, a partir da consigna que diz que 'um outro mundo é possível'. Paralelamente, discuti as resistências, tanto de lutas locais como de algumas linhas políticas no interior deste campo, que permitiram que se reconhecesse uma crise dos movimentos sociais no interior de uma crise mais ampla envolvendo todas as forças políticas das quais foi um sustentáculo. O esgarçamento deste campo político de movimentos sociais, orientado politicamente como campo democrático e popular, é chave no contexto no qual se insere o movimento social estudado, que foi por ele influenciado, e, quiçá, o influenciou.

Nós mulheres formamos um grupo social constituído a partir de relações de dominação e exploração, uma subjetividade coletiva marcada por diferenças no seu interior. As desigualdades que formam este grupo social são estruturadas a partir das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Mas, apesar disso, nós mulheres resistimos individualmente e em coletivos, em movimentos sociais. Isso significa que temos algo em comum que é capaz de, contingencialmente, potencializar a nossa ação coletiva contra os adversários com o intuito de promover fissuras no sistema de poder. Esta pesquisa discute os movimentos de mulheres. Tenta elucidar a relação entre organização e atuação política de mulheres das classes populares participantes de movimentos de mulheres com o feminismo. O feminismo entendido aqui como um pensamento crítico radical sobre a situação das mulheres, mas também como um movimento social que atua para alterar esta situação. Procurei fazer isso tendo como sujeito pesquisado uma articulação movimentalista específica: a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, buscando contextualizá-la a partir da referência a outras articulações movimentalistas nacionais de mulheres e ao campo dos movimentos sociais no Brasil. O intuito foi discutir as interpelações recíprocas, ou seja, as influências mútuas entre movimento de mulheres e movimento feminista, a partir das mulheres populares.

Vejo a AMB como a principal resultante deste processo político que produziu uma imbricação entre o movimento de mulheres e o movimento feminista, ao longo do período estudado, mas não o único. Percebo que a presença ampla de mulheres populares nas articulações movimentalistas de orientação feminista, atualmente existentes, mais especificamente na AMB, demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria identidade política de mulheres feministas das classes populares, que emergiu, exige novas reflexões.

No processo de pesquisa, a reconstituição do período histórico recente, me levou a

problematizar a concepção predominante, nos estudos feministas desenvolvidos no Brasil, que classifica o movimento feminista como um movimento de classe média, formado por mulheres brancas e acadêmicas, que hoje é chamado no debate político, e teórico, de "feminismo hegemônico". Esta suposta hegemonia teria como pressuposto a relação estabelecida entre estas mulheres no Brasil e as feministas norte americanas e europeias, em especial, pela subordinação à sua produção teórica. Refletir sobre o movimento feminista, a partir deste contexto brasileiro, exigiu, portanto, a discussão sobre como o feminismo poderia ser, em geral, um pensamento contra hegemônico em relação ao conhecimento predominante na modernidade e majoritariamente elaborado a partir do ponto de vista patriarcal, nos centros geopoliticos colonizadores, e ser, no Brasil, um pensamento hegemônico, ou seja, que serviria de sustentáculo para o sistema de poder. Tentei, a partir da análise da experiência brasileira e à luz da categoria 'movimentos sociais', desconstruir esta ideia.

Embora existam, no Brasil, setores feministas que se situem neste lugar de um feminismo socioeconomicamente vinculado às classes médias, eles não conformam os marcos de referências das articulações movimentalistas que organizam e fomentam atuação do movimento feminista realmente existente no enfrentamento dos conflitos sociais. Posso afirmar que ele "corre por fora", ou seja, podem existir práticas feministas acadêmicas, governamentais, de pequenos grupos, de ONGs e consultorias ligadas aos governos ou aos órgãos das Nações Unidas ou de atuação nas redes sociais na internet que sejam informadas por correntes feministas liberais ou outras formas de pensar a situação das mulheres (ou de gênero) que possam ser enquadrados como 'feminismo hegemônico'. Digo podem existir porque sei que existem, mas estes pensamentos e estas práticas não foram objeto desta pesquisa. Detive-me às articulações movimentalistas, como organizações nacionais que congregam grande número de mulheres, com distintas identidades, com marcos de referência capaz de mobilizá-las para ação e que produzem mobilização social e outras formas de atuação coletiva ao assumir os conflitos sociais que estruturam a vida social. E estas, posso afirmar, majoritariamente adotam uma perspectiva política feminista de resistência e confronto em relação aos sistemas de poder.

O movimento de mulheres, e nele, o movimento feminista, surge neste período no interior deste processo histórico de redemocratização de meados da década de 1970 aos dias atuais e são polarizados à esquerda. São parte do processo que gerou a constituição do campo político dos movimentos sociais, identificado como campo democrático e popular, que inclui outros sujeitos políticos, em especial os partidos de esquerda. Este campo foi capaz de impulsionar as lutas por direitos, recompondo a institucionalidade democrática hoje existente

e impulsionar uma série de quatro mandatos no governo federal, com a presidência de Lula da Silva e Dilma Roussef.

Este campo político torna-se politicamente visível, expresso nos momentos fortes de mobilização, notadamente a Campanha pela Anistia, as Diretas Já e a Constituinte, em torno da democratização do país e do 'direito a ter direitos'. Neste primeiro período, o campo construiu um enquadramento interpretativo de largo alcance (*masterframe*) em torno de algumas ideias que podem ser sintetizadas em 'povo como sujeito de sua história' que se associaram a consignas mobilizatórias a exemplo de 'abaixo a ditadura', 'anistia ampla, geral e irrestrita', 'constituinte exclusiva, soberana e com participação popular', entre outras. Esta unidade se estabeleceu de forma contingente, frente a oportunidade política das lutas contra a Ditadura, mas foi eivada de inúmeras divergências no seu interior. Isso compõem o contexto no qual se estabelece a relação movimento de mulheres e movimento feminista.

Neste interim, o campo dos movimentos sociais sofre um deslocamento de repertórios de ação e de marcos de referência: O elemento forte de mobilização passa a ser 'cidadania e participação', ele passa dos protestos massivos locais e nacionais para uma atuação privilegiada nos espaços institucionais de proposição e monitoramento de políticas públicas, com um crescente grau de especialização a partir das organizações que o compõem, voltadas para distintos segmentos da população subalternizados. Ainda teve fôlego para gerar um novo ciclo de atuação movimentalista capaz de articular campanhas de enfrentamento ao livre comércio e construir uma ampla articulação de movimentos sociais e outros setores políticos de esquerdas em torno da ideia de que 'um outro mundo é possível', no Fórum Social Mundial. Contudo, este campo se esgarçou. A atual crise institucional, que sacode o país em convulsões políticas, mostra o campo ainda ativo, tentando preservar a institucionalidade democrática e os direitos conquistados, porém cindido em relação a suas expressões partidárias e governamentais. Isso pode ser visto no interior da movimentação social contra o impedimento da presidenta Dilma, que se divide entre quem defende o governo e quem defende a institucionalidade e cobra do governo a garantia de direitos. Mas isto é tema para uma nova pesquisa.

A articulação política prática dos movimentos sociais, apesar de suas divergências internas, constituiu este campo político em torno de um enquadramento comum e gerou uma identidade coletiva ampla, um sentido de pertencimento, da qual participava o movimento de mulheres e o movimento feminista. Porém, os laços das diferentes articulações movimentalistas de mulheres com este campo político são bastante diferentes, alguns mais próximos do seu centro, no sentido de compartilharem com maior compromisso os seus

marcos de referência e outros com maior distanciamento, atuando conjuntamente ou apoiando ações do campo em momentos específicos. Como seu marco de referência priorizava a interpretação do mundo a partir da relação capital/trabalho e um modo de fazer política que subordinava outros interesses aos interesses das organizações políticas que supostamente representassem a classe trabalhadora, a aproximação ou afastamento do movimento de mulheres dependia da possibilidade de verem-se incluídas nas pautas e nas formas de lutas e suas articulações contingentes.

As lutas dos movimentos de mulheres foram mais fortes ou mais fracas, de acordo com o grau de organização e articulação em cada estado do país, mas viabilizaram significativas mudanças no que toca aos direitos das mulheres. Estas lutas e proposições fizeram com que os governos assumissem a desigualdade entre homens e mulheres como um problema público e assumissem a construção de "políticas públicas para mulheres" como um marco para enfrentamento do problema. É também um período importante para o fluxo organizativo das articulações movimentalistas no interior deste movimento e para a presença feminista nas jornadas de luta contra a ALCA e OMC e no Fórum Social Mundial.

O enquadramento que possibilitou a capacidade de ação coletiva do movimento de mulheres foi, num primeiro período, a luta por direitos e o debate sobre autonomia ou não dos seus processos organizativos. Na sequência, manteve-se a ideia de luta por direitos ampliando-se para 'políticas para mulheres', capazes de dar efetividade aos direitos conquistados e gerar condições para seguir lutando. Isso gerou, em um primeiro momento, uma ampla identidade coletiva de movimentos de mulheres, capaz de agregar indivíduos, diferentes tipos de organização e diversos processos mobilizatórios e contestatórios, e duas outras identidades coletivas, a de movimento de mulheres negras, demarcada também pelo pertencimento racial negro, e a de movimento feminista, que não se diferenciava segundo critérios de raça ou classe, mas por identificação política com o feminismo. Neste sentido o ciclo de Conferências da ONU constituiu-se como uma estrutura de oportunidade relevante. Todavia, a movimentação criada em torno dela foi capaz de alterar seu curso político a partir de novas referências criadas em algumas articulações movimentalistas, notadamente na AMB.

Em um segundo momento a imbricação entre movimento feminista e movimento de mulheres gerou várias articulações movimentalistas nacionais de mulheres feministas com distintas identidades políticas. A reconstituição deste período tentou demonstrar que o movimento feminista, apesar do baixo nível de centramento e de não ter uma organização forte, teve capacidade de ação que lhe permitiu liderar vários processos políticos do movimento de mulheres. Isso foi possível pela força de seu ideário e pela estratégia de

articulação com mulheres em geral, as de classes populares em particular, independentemente de sua adesão ao feminismo.

O investimento do movimento feminista nos espaços de participação social sobre as políticas públicas deve-se, por um lado, ao seu vínculo com os grupos de mulheres de classes populares e as demandas apresentadas por estas mulheres nos fóruns comuns. Por outro lado, a ação feminista predominante também sofreu influência de uma linha mais institucionalista presente nos movimentos sociais na década de 1990. Esta orientação, associada à crise de paradigmas, teria gerado uma visão teórica e política de integração ao sistema. Esta visão pode ter favorecido o abandono de análises dos problemas com base nas relações sociais de classe, raça e sexo e o questionamento à ideia de sujeitos político e à perspectiva de transformação social. A partir do itinerário discutido, nesta pesquisa, posso afirmar que esta orientação não foi predominante nas articulações movimentalistas de mulheres feministas em geral, embora continue existindo em pequenos nichos e tenha influência sobre elas. Considero que, na experiência brasileira, o *feminismo hegemônico*, não é apenas um feminismo de mulheres brancas e de classe média, mas fundamentalmente um tipo de feminismo que se dissocia do movimento de mulheres e, em especial, das mulheres de classes populares, e que atua politicamente pela garantia de integração ou inclusão das mulheres na ordem sistêmica dominante.

Contrariando esta orientação descrita acima, nesta pesquisa discuti processos mobilizatórios e repertórios organizativos de várias articulações movimentalistas de mulheres, de caráter feminista, que foram capazes de construir uma movimentação social nas últimas décadas no país e, a partir delas, galgar novos patamares no enfrentamento do problema das desigualdades de sexo, de classe e raciais. Os resultados foram importantes para as mulheres da classe trabalhadora, com diversas conquistas específicas que dizem respeito a novos direitos do trabalho, conduzidas pelas feministas sindicalistas, mas este não é objeto preciso desta pesquisa. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras de classes populares, das periferias das grandes cidades, posso afirmar que o fato do movimento de mulheres e movimento feminista terem criado a noção e impulsionado a efetivação de 'políticas públicas para mulheres' alterou as condições de possibilidade para a participação social e a realização de lutas locais para implementação dos serviços públicos derivados destas políticas. Aqui se pode questionar se os repertórios de luta adotados pelo movimento de mulheres e movimento feminista reduziram-se aos espaços de participação social ou conseguiram organizar lutas locais pela implementação destas políticas. A minha experiência informa que neste processo estes movimentos dedicaram muita energia aos espaços de participação social e às

articulações com os poderes legislativos e executivos, mas isso também é um problema para nova pesquisa.

O movimento feminista brasileiro era publicamente visto como um movimento de mulheres de classe média, intelectualizadas e com um estilo de vida particular porque predominava este perfil nos pequenos grupos no início da década de 1970, e também porque as ideias alimentadoras do debate tendiam a resumir-se à questões de gênero, não vendo a complexidade das relações de classe e raça na sociedade brasileira. Esta tendência não foi totalizante, em parte, dado a presença de feministas de esquerda para quem a questão de classe era relevante e de feministas negras que fincaram o debate racial no interior do movimento. Em parte, também porque as ações de articulação, formação, comunicação e pesquisa realizadas por estas feministas envolveram os grupos populares de mulheres e o método de ação feminista predominante estabeleceu um diálogo fecundo com as suas demandas e pontos de vista.

Nas décadas de 1970 e 1980, esta ideia de feminismo derivava também da tentativa de reduzir a questão das mulheres, vendo-a como um problema menor, procurando ridicularizá-la e reduzir as suas potencialidades. Neste período no qual a questão de classe era um elemento muito valorizado, isso foi feito também pela esquerda no interior do campo político dos movimentos sociais, o que gerou um certo isolamento das feministas que propunham a articulação de um movimento social de mulheres feministas de forma autônoma, que, portanto, ficaram na periferia política do campo democrático e popular. Aquelas articulações movimentalistas feministas mais vinculadas politicamente ao pensamento majoritário no campo democrático e popular ocuparam posições mais centrais.

Muitos estudos e discursos atuais sobre a trajetória política do movimento feminista não veem o movimento de mulheres negras e das mulheres trabalhadoras, sindicalistas e camponesas, e não reconhecem a presença das mulheres de classes populares. Entendo que a imbricação entre movimento feminista e movimento de mulheres, resultante deste processo histórico, ocorreu sem que fossem negadas especificidades existentes a partir de identidades sociais, capazes de criar condições de possibilidades para identificações políticas coletivas, a exemplo do movimento de mulheres negras e de camponesas. Considero também que a capacidade de ação do movimento feminista, apesar de seu baixo grau de centramento, se deveu a força de sua atuação conjunta com as diversas articulações dos movimentos de mulheres, demonstrada ao narrar as mobilizações desenvolvidas. Neste processo, se gestou uma identidade coletiva fluída no movimento de mulheres, que reconhece o feminismo como um movimento central no enfrentamento da questão das condições de vida das mulheres

trabalhadoras e de classes populares e, por isso, compartilha das formulações com as quais ele enquadra a sua atuação. Esta situação torna impossível diferenciar com nitidez, do ponto de vista de prática política e de identidade coletiva, movimento de mulheres e movimento feminista.

Embora alguns grupos feministas de classe média mantenham atuação particular, e alguns vejam a realidade do feminismo a partir deste distanciamento entre feministas de classe média e mulheres de classes populares, a força política feminista neste processo histórico foi dada pela capacidade de manter-se em articulação ampla com os movimentos de mulheres, hora defendendo as reivindicações caras a eles, como a luta por creches e contra a carestia, hora mobilizando-as por suas bandeiras mais fortes como a legalização do aborto e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Ambos somaram esforços para instituir na política brasileira os direitos das mulheres, e de todas as mulheres, considerando as diferenças e desigualdades, e para defender as políticas públicas para as mulheres, que, neste momento em que escrevo, encontra-se sobre risco com a reforma ministerial que retirou da SPM o estatuto de Ministério. Entendo que outras dimensões políticas incidem sobre o campo dos movimentos sociais, o que faz com que o campo feminista no seu interior, dado a sua fluidez e flexibilidade, seja 'repuxado' para vários lados. O próprio esgarçamento do campo político dos movimentos sociais impacta no fortalecimento ou fragilização de distintas práticas políticas no interior deste movimento feminista.

Hoje existe uma imbricação entre movimento de mulheres e movimento feminista de tal monta que sugere a existência de um amplo movimento de mulheres feministas, no qual se localizam as distintas articulações movimentalistas (e também vários coletivos locais) em torno de diferentes identidades políticas como feminismo negro, feminismo camponês, feminismo sindical, feminismo lésbico, entre outras expressões possíveis. Estas articulações movimentalistas denotam identidades coletivas existentes de mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras etc, que interagem entre si e, podem, contingencialmente, articularem-se em ações comuns. Contudo, isso não significa, necessariamente, dizer que todas as mulheres militantes, que assumem tais identificações na sua vida pessoal, se enquadram em uma organização ou articulação supostamente correspondente. A tensão, portanto, deixa de ser entre movimento de mulheres e movimento feminista e passa a ser pensada a partir da relação entre mulheres de classes populares e mulheres de segmentos médios no interior das articulações movimentalistas. A pesquisa mostrou que o método de organização e o marco de referência adotado pela AMB, como movimento antissistêmico, permitiu que ela aglutinasse

mulheres de diferentes situações sociais e identidades pessoais em torno de sua identidade coletiva.

Nos anos 2000, o feminismo autônomo seguiu seu curso, ao que tudo indica, em duas direções, que, de certa forma, já se esboçavam no primeiro período estudado. Um setor pequeno manteve-se com atuação individual ou em pequenos grupos junto ao governo e aos processos do sistema ONU, polarizando debates na sociedade e tomando iniciativas feministas próprias na cena pública. Outro setor apostou na organização de articulações movimentalistas de mulheres, como movimento social, com identidade coletiva vinculada a um marco de referência feminista antissistêmico, ou seja, antipatriarcal, anticapitalista e antirracista. As ênfases nas articulações classificadas neste setor variam, umas identificando-se mais com as análises a partir de sexo e classe e outras mais vinculadas às proposições baseadas em sexo e raça. A Articulação de Mulheres Brasileiras apresenta-se, neste quadro, como uma articulação de mulheres feministas que congrega estes três elementos como constitutivos do seu projeto político e que conta na sua composição com uma forte presença de mulheres de classes populares e negras.

A AMB se considera um movimento feminista desde o seu surgimento e, ao longo dos anos, aprofundou seu método originário que facilitou a articulação com inúmeros grupos populares de mulheres organizados em fóruns nos estados e/ou capitais. Ao longo da sua trajetória, o seu projeto político e os marcos interpretativos de referência que a mobilizam para ação, foram, cada vez mais, se configurando como um feminismo de caráter popular. Isso se deve às suas opções políticas, como movimento antissistêmico, entendido como antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, mas também ao fato de que, majoritariamente as mulheres que dele participam pertencem à classe trabalhadora, sendo majoritárias hoje aquelas do segmento popular desta classe. Reitero que isso não significa dizer que o debate interno, que não foi objeto da pesquisa, seja posicionado politicamente a partir da identidade de classe. A existência do pensamento feminista antissistêmico no interior da AMB é um elemento fundamental para este processo de realinhamento de suas referências.

O processo de sociabilidade política feminista, desenvolvido na AMB, fez com que a identidade política pessoal das mulheres de classes populares adotasse a perspectiva feminista, ou seja, a crítica radical à ordem patriarcal. Isto se expressa na atuação cotidiana nas mobilizações em torno das pautas feministas e na participação organizada neste movimento social. A questão de classe cruza-se com a questão racial, pois muitas integrantes da AMB, interlocutoras desta pesquisa, articulam estas duas dimensões de suas identidades políticas pessoais. Isso demonstra a não fixidez das identidades e a capacidade da categoria

mulheres de, contingencialmente, articular diferentes identificações políticas pessoais, em torno de lutas comuns e de uma identidade coletiva feminista. A forma como as entrevistadas apresentam suas percepções sobre as múltiplas identidades e a ação política demandada a partir delas, mostra como as referências a consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe marcaram a formação das militantes da AMB.

A subjetividade coletiva da categoria social "mulheres" guarda um certo grau de centramento que o torna capaz de uma causalidade ativa, capaz de articulações contingentes, como demonstrou esta trajetória histórica. Entender-se como mulher, de forma crítica em relação ao que é definido socialmente como sendo uma mulher, é parte da construção da identidade feminista e também parte da identidade coletiva construída nas articulações movimentalistas de mulheres orientadas pelo feminismo. Para as militantes da AMB entrevistadas, a identidade feminista forma-se na relação entre indivíduo e coletivo e ocorre na atuação em movimento social. A ela podem estar associados vários outros elementos identitários, que predominam ou não de acordo com as prioridades conjunturais e com situações específicas de vida pessoal.

Considero que o movimento feminista brasileiro é, hoje, bastante diferenciado do período inicial na década de 1970, dado a diversidade de suas articulações, de suas pautas políticas e de sua composição e que, a AMB constituiu-se como uma articulação feminista de caráter popular quanto ao seu projeto político e a sua composição interna.

A participação das mulheres de classes populares na AMB a interpela no sentido de gerar condições favoráveis a uma sociabilidade feminista própria e igualitária. O marco interpretativo capaz de analisar a realidade social a partir da consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe e adoção de um feminismo antissistêmico, sem dúvida contribuiu nesta direção. Todavia, a questão recorrente apresentada pelas interlocutoras na pesquisa é o método de organização e tomada de decisão política. Elas refletem sobre as diferentes condições de participação de mulheres de distintos segmentos sociais, notadamente sobre as diferenças que distinguem e conferem maior poder às mulheres que tem melhores condições socioeconômicas, possibilidades de usufruto de bens culturais e ocupam lugares de poder na sociedade dados pelos conhecimentos adquiridos. Mas, não obstante, reconhecem que o método adotado internamente nesta articulação favorece a participação de mulheres de classes populares e a construção de um feminismo popular. Não se trata de popularizar o feminismo, no sentido de ampliar a sua divulgação, mas de construir um modo de pensar e de agir feminista a partir de mulheres de classes populares, o que as interlocutoras afirmam estar ocorrendo na AMB.

O grande crescimento da difusão feminista que ocorre hoje e que se notabilizou em 2015 com as campanhas nas redes sociais (#) e a primavera feminista nas ruas é marcado tanto pelo crescimento do número de coletivos feministas locais, com baixa ou nenhuma articulação nacional, como pelo debate na internet, que se alimenta de insumos de diversas fontes, nem sempre previamente conhecidas politicamente por aquelas que os buscam, e que estão informados pelo debate feminista sobre gênero, raça e sexualidade. Esta difusão fomentou grupos de mulheres jovens de segmentos médios, universitárias e profissionais, mas também grupos jovens de mulheres de classes populares, residentes nas periferias das capitais. O que isso pode significar em termos de realinhamento do movimento feminista é objeto para uma nova investigação.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através de fronteira Estado e sociedade. *Sociologias* 13, 28 (set./dez.): 52-84. 2011.

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no Exílio:* o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. Tese (Doutorado) . 2010.

ADRIÃO, Karla Galvão. *Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Tese (doutorado) Interdisciplinar em Ciências Humanas / UFSC. Santa Catarina, Março de 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quebradeiras de côco babaçu*: identidade e mobilização. São Luís: III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu: 1995.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Rev. Lua Nova***.** São Paulo, 76: 49-86, 2009.

_____. Novo, mas nem tanto. *Cebrap*. Disponível em www.cebrap.org.br, Acesso em 30 de junho de 2013.

ALVAREZ, SONIA E. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas,* 11(2), 360, julho-dezembro de 2003.

ALVAREZ, SONIA E. et alli. *Encontrando* os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, jullho-dezembro/2003.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê: O gênero da política: feminismos, estado e eleições. *cadernos pagu* (43), janeiro-junho de 2014:13-56.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latinomericanos. In:___ (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte, MG: Editora UFMG. 2000.

AMIN, Samir; HOUTART, Fraçois (orgs.). *Mundialização das resistências*: o estado das lutas 2003. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDERSON, Elizabeth. *Feminist Epistemology and Philosophy of Science*: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2003 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming. 2003. Disponível em: http://plato.stanford.edu/archives/spr2003/entries/feminism-epistemology

ANDRADE, Flávio Lyra de. *Construção de identidades coletivas na assembleia popular*: trânsitos em processos sociais entre o campo político e religioso. Dissertação (mestrado), PPGS UFPE. Recife, 2012. 224 f.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho.* Coleção Mundo do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Os sentidos da Democracia* - Agenda Política. Circulação Interna. Setembro 2005.

_____. *Políticas Públicas para a Igualdade*: Balanço de 2003 a 2010 e Desafios do Presente. Brasília: CFEMEA, 2011a.

_____. Política geral de atuação da AMB para o período 2008-2010. Recife, março 2008.

_____. Relatório da reunião da Coordenação Nacional da AMB. Brasília, 2007.

_____. Relatório do Encontro Nacional da AMB, Goiânia, 2006.

_____. *Transformar o mundo pelo feminismo* – II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras. AMB, 2011.

_____. *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas*. Recife, 2004.

_____. *Relatório do Encontro Nacional da AMB*. Brasil: AMB. 2011b.

ASTELARRA, Judith. Democracia e Feminismo. In: ASTELARRA, J, KIRKWOOD, J. E ARDAYA, G. *Feminismo, Autoritarismo, Democracia*. Rio de Janeiro, PUC-RJ / Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1988.

ATHAYDE, Thayz Conceição Cunha de. A Marcha das Vadias e a escola: feminismo, corpo e (bio) política. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2015. 168 f.

AVANÇO, Karla Fernanda Fonseca Corrêa. *Entre efeitos e estratégias de linguagem numa produção de conhecimento situado:* Blogueiras Feministas (re)pensando concepções e construíndo novas práticas. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Federal De Goiás. Goiânia – GO, 2013.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V.; ARANTES, R (Orgs). *Desenvolvimento, trabalho e autonomia econômica na perspectiva das mulheres brasileiras*. Recife: SOS Corpo, 2015.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, Carmen, ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica. *Mulher e Trabalho*. Recife: Edições SOS CORPO, 2005.

_____. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas*: tensões entre dominação/exploração e resistência. Coleção teses/dissertações 31. Recife: editora universitária UFPE, 2009.

_____. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, Maria Betânia (org). *Textos e imagens do feminismo*: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS CORPO, 2001.

ÁVILA, 2003, p.245 e 246

AVRITZER, Leonardo. O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas. *Democracia, justiça e controle público.* 23.07.2013. Disponível em: http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/node/1114

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Trad.: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009 [original: 1977].

BARRIOS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, ano 3, n 2/95. Florianópolis, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro:

Nova Fronteira, 2009 [1947].

BENHABIB, Seyla. Feminism and Postmodernism: an uneasy alliance. In: Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornel, Nancy Fraser (eds.) *Feminist Contentions: a philosophical exchange*. Nova York e Londres: Routledge, 1995.

BIANCARELLI, Aureliano. *Assassinatos de mulheres em Pernambuco*. Violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo. São Paulo: Publisher, Instituto Patrícia Galvão, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção* - Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk. 2013.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado* – do populismo à hegemonia lulista. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo, Boitempo editorial, USP – Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2012.

_____. Sob a sombra do precariado. In: ROLNIK, Raquel et alli. Cidades Rebeldes. *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo editorial e Carta Maior, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa participante*: o saber da partilha. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2006.

BRAZÃO, A; OLIVEIRA, G.C. *Violência contra as mulheres. Uma história contada em décadas de luta*. Brasília: Cfemea, 2010.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria crítica e movimentos sociais: intercessões, impasses e alternativas. In.: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. Movimento sociais na era global. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRINGEL, Breno. 2013-2016: polarização e protestos no Brasil. Democracia aberta, la sección Latina de openDemocracy. 18 fev 2016.

_____. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow (comentários ao artigo de Sidney Tarrow). Dossiê In.: Política e Sociedade, v. 10, n 18, abril 2011. P 51-73.

_____. O Brasil na geopolítica da indignação global. In: *Brasil de Fato*. São Paulo: 27.06.2013. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/13374. Acesso em 22.08.2013.

BUARQUE, C. [et all]. *Perspectiva de Gênero*: debates e questões para as Ongs. Recife: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib / SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o Feminismo e o Pós-modernismo. *Cadernos Pagu* (11): 1998, pp. 11-42.

_____**.** *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMURÇA, Silvia. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano I, n 0, dez 2007. Recife: SOS Corpo, 2007.

CANAVAE, Doris Lamus. Localización geohistórica de los feminismos latinoamericanos. *Polis*, Revista de la Universidad Bolivariana (Colombia) 8, 24: 95-109, 2009.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise d emprego: territórios e fronteiras. In.: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Feminismo e movimento sindical. In: COSTA, Ana Alice A. e

SARDENBERG, Cecila M. B. (orgs) *O Feminismo do Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. P. 99 a 110.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas*: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2012. 383 f.

CARDOSO, Ruth. (org.). *A aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARLOS, Daiane dos Santos; CONTE, Isaura Isabel. Oito de março de 2006: Em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas. In.: PALUDO, Conceição (Org). *Mulheres resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CARNEIRO, SUELI. A Batalha de Durban. *Estudos Feministas*, ANO 10, 1º SEMESTRE 2002.

_____. Ennegrecer al feminismo: La situación de la mujer negra em América Latina desde una perspectiva de género. In: *Nouvelles Questions Féministes*. Feminismos dissidentes em América Latina y el Caribe. Volume 24, n. 2, 2005.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (org). *História do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

_____. Negros de pele clara. In: _____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011c. p. 70-73. (Coleção Consciência em Debate).

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Posfácio. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. Feminismos poscoloniales: reflexiones desde El sur del Río Bravo. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (Ed.). *Descolonizando el feminismo*: teorias y prácticas desde los márgenes. Madrid: Cátedra; Universitat de València; Instituto de La Mujer, 2008. p. 75-113.

CHAUI, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. In: *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, junho de 2013

_____. Uma nova classe trabalhadora. In: Fundação Perseu Abramo - FPA e Fundação Friedrich Ebert - FES. *Classes? Que classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. São Paulo, FPA e FES, 2013.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLIN, Françoise. 1988. *A mesma e as diferenças*. Tradução: Christine Rufino Dabat. Recife, SOS Corpo.

_____ . Textualidade da libertação: liberdade de texto. In: *Cadernos de Crítica Feminista*, ano IV, n. 3, Recife: SOS Corpo, 2010.

_____ . Textualidade da libertação: liberdade de texto. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano IV, n. 3, Recife: SOS Corpo, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986. Special Theory Issue. Disponível em: <http:www.jstor.org/stable/800672>. Acesso em: 15 março de 2015.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Una declaración feminista negra. In: MORRAGA,

Cherríe; CASTILHO, Ana. (Org.). *Essa puente, mi espalda*. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco: Ism Press, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. *Plataforma política feminista*. Brasília, 2002.

CONWAY, Janet. *A problemática do feminismo transnacional*: discutindo o futuro do feminismo no Fórum Social Mundial. Mimeo, 2007. (Texto enviado em 6 de junho de 2007 como sugestão de capítulo para o livro Transnationalizing Women's Movements: Solidarities Without Borders, das autoras Pascale Dufour, Dominique Masson e Dominique Caouette). Editora UBC (University of British Columbia).

CORREA, Sônia [...et all]. As Aventuras do Movimento Feminista no caminho para o Cairo. *Estudos Feministas*, ANO 2, 1° semestre 1994.

COSTA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (organizadoras). *O Feminismo do Brasil:* reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia M. B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e práxis feminista na acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro,p. 387-400, 1994b. Volume especial.

_____ (orgs). *O Feminismo do Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Helio. *Em busca da Memória*. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Sergio. (Re) encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento. In: *Estudos de Sociologia*, Revista do PPGS-UFPE, vol. 16. N 02, Recife PE, jul-dez 2011, p. 25-43.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre 2002.

CURIEL, Ochy. La crítica postcolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Revista Nómadas*, Teoría decoloniales en América Latina, Nº 26, Bogotá, p. 92-101, 2007a.

_____. Los aportes de las afrodescendentes a la teoría y práctica feminista: Desuniversalizando el sujeto 'Mujeres'. In *Perfiles del feminismo latinoamericano*, vol. III. Org. María Luisa Femenías. Buenos Aires: Catálogos, 2007b.

CUT - SNMT. *Mulher, participação e poder*. São Paulo: CUT. 2003

DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90*: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In.: MATO, Daniel (org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización***.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Tradução livre. Plataforma Gueto, Portugal, 2013.

DELLA PORTA, Donatella. *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo: edições Loyola, 2007.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Los Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Complutense e CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Orgs.). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. 2ª. Artmed Bookman, p.15-41 (cap. 1). Porto Alegre: edições Porto Alegre. 2006.

DEVREUX, Anne-Marrie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**.** *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, n 4, dez 2011. Recife: SOS Corpo.

DIANI, Mario. The concepto of social moviment. *Sociological Review*, Oxford, v. 40, n.1, p. 1-25. 1992.

DIANI, Mario.; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3. Brasília. Pp. 219-250. 2010.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS e Relume Dumará, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaios de sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. En: *Análise de Conjuntura OPSA* no. 2. (febrero 2007). Rio de Janeiro: OPSA-IESP-UERJ, 2007. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/iesp-uerj/20121203041718/domingues.pdf

DORLIN, Elsa. "De l'usage epistemologique et politique des categories de 'sexe' et de 'race' dans les etudes sur le genre". *Cahiers du Genre*, 2005, no 39, pp. 83-105, pp. 92-93.

DOWBOR, Monika. Arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006). Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2012.

DURHAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP* (10), São Paulo, 1984.

FALQUET, Jules. *De la cama a la calle*: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha Lésbica. 2006.

_____. Romper o tabu de heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano VI, n 5, dez 2012. Recife: SOS Corpo, 2012.

FALS BORDA, entrevista. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa participante o saber da partilha*. Aparecida-SP: Ideias e Letras. 2006.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003, p. 623 a 632.

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo, Brasiliense, 1987.

FEMENÍAS, María Luisa (Org.) Perfiles del feminismo Iberoamericano. Buenos Aires: Catálogos, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Verônica [et all]. *Sistematização de Experiência*: Apitaço Contra a Violência. SOS CORPO, Recife, 2007.

FERREIRA, Verônica, [et all.] (Orgs). *O patriarcado desvendado* – teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. 2015.

FERREIRA, Verônica. Da mulher como objeto às mulheres como sujeito: uma análise da trajetória do movimento feminista nas lutas por saúde da mulher no Brasil. Dissertação (Mestrado). Mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade / UFC. Fortaleza: 2006.

FERREIRA, Verônica; TEIXEIRA, Analba (orgs). *Por mim, por nós e pelas outras*: mulheres resistindo à violência em diferentes contextos. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras, SOS corpo instituto Feminista, Coletivo Leila Diniz, 2010.

FIOCRUZ. Observatório Social – Mapa dos Conflitos 2015. Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=198>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

FISHER, Maria Clara Bueno. *Do agente ao educador popular* – Reflexões sobre um trabalho popular. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegr – RS: UFRGS, 1987.

FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: FORTES, Alexandre (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FOUGEYROLLAS-SCHHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena etti alli (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: editora UNESP. 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique, Lépinard, Éléonore, Varikas, Eleni. Introduction, in; Fougeyrollas-Schwebel, Dominique, Lépinard, Éléonore, Varikas, Eleni (coords.), *Féminisme(s) Penser la pluralité, Cahiers du Genre*, no. 39/2005, Paris, L´Harmattan,

FREITAS, Isabel; MORI, Natalia; FERREIRA, Verônica. *A seguridade social é um direito das mulheres* – vamos à luta! Brasília: CFemea: MDG3 Fund, 2010.

GARGALLO, Francesca. Feminismos desde Abya Yala. Buenos Aires: América Libre, 2013.

GIANNOTTI, José A. *Trabalho e reflexão*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres em movimento, movimento de mulheres. In: GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais.* São Paulo: Loyola. 2008.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 1997.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI***:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, Rj: vozes, 2012.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *cadernos pagu* (36), janeiro-junho de 2011:25-46.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

_____. Amefricanidade. Revista Humanidades, ano V, 1988. p. 23-25.

GUILLAUMIN, Colette. As relações de sexagem e a apropriação das mulheres (as mulheres e os homens como clases sociais) In: CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules. *El patriarcado al desnudo:* três feministas materialistas. Buenos Aires, Brecha lésbica, pg 19-56. 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Classes Sociais. In: *O que ler na Ciência Social brasileira* (1970-1995). Sociologia 2. Brasília, DF: ANPCS, CAPES, Editora Sumaré, p. 13-56. 1999.

GURGEL, Telma. *Feminismo e Liberdade*: Sujeito Total e Tardio na América Latina. Tese de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraiba, 2004.

HADDAD, Sergio. *Educação Não-Escolar de Adultos*. São Paulo: Ação Educativa. 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5) p. 07-41. Campinas: Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. Começando por vidas marginalizadas: uma conversa com Sandra Harding. 2014. Disponível em http://quecazzo.blogspot.com.br./2009/12/começando-por-vidas-marginalizadas-uma_20.html. Acesso em 12 de setembro de 2014

HERMIDA, Viviane. *Usos do corpo na expressão política dos feminismos: uma perspectiva histórica*. Salvador: NEIM/UFBA, 2014, mimeo.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Ed. Boitempo. 2002.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir* – a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

_____. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas,* ano 3, 2° SEMESTRE 1995.

_____. Feminist Theory: from margin to center. New York: South End Press, 2ª Ed. [1984] 2000.

HOUTART, François; POLET, François (orgs). O Outro Davos: mundialização das resistências e lutas. São Paulo: Cortês, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. Brasília 2010.

JELIN, Elizabeth; CALDERÓN, Fernando. Clases y movimentos sociales em Aérica Latina: perspectivas e realidades. Buenos Aires: CEDES, s/d.

JESUS, Jaqueline Gomes De...[et al.]. *Transfeminisno:* teorias e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et all]. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Daniéle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. 2010.

_____ . La rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: *LES RAPPORTS* socieux de sexe, Actuel Marx. n.30. Paris: Presses Universitaires de France, Dauxiéme semestre, p. 85 a 100. 2001.

_____. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. Philippe Cardon, e Roland Pfefferkorn (organização), *Chemins de l'émancipation et rapports sociaux de sexe*, La Dispute, Paris, 2009.

LANDER, Edgar (org). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Coleccion Sur Sur. Buenos Aires: Clacso. 2005.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de ... [et al.] (Orgs.). Mulheres na CUT: uma história de muitas faces. São Paulo: CUT, 2006.

LOBO, Elizabeth Souza. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). In: *Revista brasileira de ciências sociais*. Nº 17, ano 6, 1991.

LOVELL, Terry. Teoria social feminista. In: TURNER, Bryan S. *Teoria social*. Algés-Portugal: Difel. 1996.

LUDD, Ned (org). *Urgências das Ruas*: Black Block, Reclaim the streets e os dias de Ação Global. São Paulo: Conrad Editorado Brasil, 2002.

LUGONES, Maria. *Colonialidad y Género*. In: Tabula Rasa, n 09, jul-dez 2008, Bogotá, pg 73-101. 2008.

MACADAM, Doug; MACCARTHY, John; ZALD, Mayer (orgs.). *Movimientos Sociales*: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. 2.ed. São Paulo: Francis, 2010.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade* – caderno de texto de estudos e debates. 2015.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. *Marcha Mundial de las Mujeres* (1998-2008) – Uma década de lucha internacional feminista. São Paulo: 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. Sur e El Norte como experiências epistemológicas necessárias a la descolonialidad. In: *Estudos de Sociologia*, Revista do PPGS-UFPE, vol. 16. N 02, jul-dez 2011, p. 73-96. Recife PE: PPGS-UFPE. 2011.

MATHIEU, Nicole-Claude. *L'anatomie politique 2* – usage, déréliction et resilience des femmes. Paris: La Dispute, 2014.

MATIAS, Moisés. *A revolta da meia passagem* – a história de greve estudantil de 1979. São Luiz: Estação Produções, 2004.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se tornaram um campo novo de estudos para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 333 a 357.

MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Editora Fundação Perceu Abramo, 2006.

MAYER, R. &. JACCOUD, M. *A observação direta e pesquisa qualitativa*. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução Ana Cristina Nasser. Rio de Janeiro: Vozes, p. 254-29. 2008.

MCADAM, D; MCCARTHY, J.D.; ZALD, M. *Movimientos sociales*: perspectivas

comparadas. Madrid: Ediciones Istmo. 1999.

_____. Oportunidades, estructuras de movilización y procesos enmarcadores: hacia uma perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In.: McADAM, Dough; McCARTHY, Jonh D.; ZALD, Mayer N. (Org.*). Movimientos sociales: perspectivas comparadas.* Madrid: Edciones Istmo, 1999.

McADAM, Doug. "Canceptual origins, current problems, future directions". In: MCADAM, D; MCCARTHY, D.; ZALD, N. (orgs.). *Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Struture, and Cultural Framings*. Cambrige: Cambrige University Press, 2006.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Rev. Lua Nova.* São Paulo, nº 17, junho 1988, p. 49-66.

_____. Challenging codes: colective action in the formation age. Cambridge: University Press, 1996.

_____. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O jogo do eu – a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

_____. Movimentos sociais e sociedade complexa (Conferência). In.: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais. *Movimentos sociais na contemporaneidade.* São Paulo: Núcleo de Estudos Pós Graduados em Serviço Social/PUC, 1997, p. 11-32.

_____. *Por uma sociologia reflexiva*. Pesquisa qualitativa e cultura. Petropólis: Vozes, 2005.

_____. The processo f collective identity. In: JOHNSTON, H & KLANDERMANS, B. (eds.) *Social Movements and Culture*. Mineapolis: University of Monnesota.

MENEGUELLO, Raquel. *PT: a formação de um partido 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MEZZADRA, Sandro (Org.), Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Talpade Mohanty, Ella Shohat, Stuart Hall, Dipesh Chakrabarty, Achille Mbembe, Robert J. C. Young, Nirmal Puwar, Federico Rahola. *Estudios postcoloniales*: Ensayos fundamentales. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. *Teoria social hoje*. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo, editora UNESP, 1999.

MINOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad em los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de lãs hegemonias feministas em El espacio transnacional. Buenos Aires, Feminsmo latino americano, *Revista Venezoelana de Estudios de la Mujer*, vol. 14, n 33, jul-dec 2009.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In.: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (editoras). *Descolonizando el Feminismo*: Teorías y Prácticas desde los Márgenes, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

MOHANTY, Chandra Talpade; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (eds). Third word women and the politics of feminism. Bloomingtom: Indiana University Press. 1991.

MOLYNEUX, Maxine. ¿Movilización sin emancipación? intereses de la mujer, el Estado y la

Revolución: El caso de Nicaragua. Desarrollo y Sociedad, Bogotá, D.C, Universidad de los Andes, n. 13, p. 177-195, jan. 1984.

_____. Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003.

MORAES, M. L. Q. *O feminismo no Brasil Contemporâneo*. Coleção Textos da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Araraquara, 1990.

_____. Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias. Estudos de Gênero. *Estudos de Sociologia*, n 32, v 17. São Paulo: Gráfica Unesp, 2012.

MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas*: as mulheres na revolução francesa. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2013.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. Dossiê: Ciências e construção de conhecimento a partir da África. Sociedade e Estado. vol. 30 n. 2 Brasília May/Aug. 2015

_____. A Questão dos Movimentos Sociais na Atualidade. In: Carlos Benedito Martins e Heloísa T. de Souza Martins. (Org.). Horizontes das Ciencias Sociais no Brasil. 1 ed. São Paulo: ANPOCS/BARCAROLLA, 2010, v. 3, p. 405- 440.

_____. *Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NASCIMENTO, Euzeneia Carlos do. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. Tese de Doutorado em Ciência Política, USP. São Paulo, 2012.

NEVES, Magda de Almeida. Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho e a qualificação profissional. In: MACHADO, L; NEVES, M; FRIGOTTO, G. (orgs.). *Trabalho e Educação*. Campinas: Papyrus, 1994.

OIVLEIRA, Francisco de. *O elo perdido*. Classe e identidade de classe. São Paulo, Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Guacira Cesar De; SANT'ANA, Wânia. chega de saudade, a realidade é que... *ESTUDOS FEMINISTAS*, ANO 10, 1º SEMESTRE 2002.

PALUDO, Conceição (Org). *Mulheres resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.

_____. *Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo editorial / Camp, 2001.

PAOLI, Maria Celia. Movimentos sociais no Brasil: em um busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org). Movimentos sociais e democracia no Brasil: "sem a gente não tem jeito". São Paulo: Marco Zero. 1995.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro**.** In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro: paz e terra, 1986.

PAREDES, J.; GUZMAN, A. Que és el feminismo comunitário: Bases para la despatriarcalizacion. La paz: mujeres creando comunidade, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In:

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*,. Florianópolis: Editora Mulheres. 2010.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: podes e conflitos (1970-1978). In: *revista Brasileiras de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da História* – operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto. 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora FPA, 2003.

PISCETELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. Cadernos Pagu (11), p. 141-155. Campinas: Unicamp. 1998.

PISCITELLI, A; ALGANTI, l; GOLDANI, A.M. A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos didáticos*, nº 48. Campinas-SP: IFC/UNICAMP, 2002.

PITANGUY, Jaqueline. In: COSTA, Ana Alice A. e SARDENBERG, Cecila M. B. (orgs). *O Feminismo do Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 111 a 138.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A Colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. Coleción Sur Sur. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, pg 227-278. 2005.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. *labrys, estudos feministas*, número 3. Brasília: UNB.janeiro/ julho 2003.

RANGEL, Patrícia. Feminismo de estado e direitos políticos das mulheres: argentina e brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013.

REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010*. Madrid, Rio de Janeiro: Fundacion Mapfre, Objetiva, 2014.

_____ (org). *Modernização, ditadura e democracia* 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira (orgs). *Imagens da revolução* – Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971. São Paulo: Marco Zero, 1985.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457, 2. sem. 1995.

_____. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil* (1986- 2010). 1.ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já:* o grito preso na garganta. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUEZ, Graciela (org.). *Estratégias das Mulheres para a OMC*: Seminário Internacional 23 e 24 de junho de 2003- Rio de janeiro – Brasil. Rio de Janeiro: Fundação

Heinrich Boll, 2004.

ROVAI, Renato. O Movimento Passe Livre e a política na sociedade informacional. *Revista Fórum*. 19 de June de 2013. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/06/19/o-movimento-passe-livre-e-a-politica-na-era-informacional/. Acesso em 04.07.2013.

ROWBOTHAM, Sheila. O movimento de mulheres e a organização para o socialismo. In: Wairinght, Além dos fragmentos. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena*: Experiências, Falas, Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: DURHAM, Eunice et alli. *A aventura antropológica* – teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

SAFATLE, Vladimir. A política oxigenada das manifestações. In: *Carta Capital*, ano XVIII, n 754, 26 de julho de 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

_____. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo, Editora Perseu Abramos, 2004.

_____. *A mulher na sociedade de classes*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SAID, Magnólia; BARROS, Flávia; CAMURÇA, Silvia. *Iniciativa de Gênero* – Iniciativa de monitoramento das ações dass instituições financeiras multilaterais sob a perspectiva de Gênero – documento memória. Rede Brasil, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo* : para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto, SETÚBAL Mariana (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais*: diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005a. pp 174-189.

_____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso***.** São Paulo, Cortez, 2005b.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Campinas, Cadernos PAGU (16), p. 31-48. 2004a.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos feministas*, 12(2), Florianopólis. 2004b.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA Chicago, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Sarti.pdf

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América latina: caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, v.21; n. 54, Salvador, set-dez 2008.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
_____. Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América Latina.

Ciencias Sociais Unisinos, São Leopoldo, vol. 46, n 01, p. 18-27, jan-abr 2010.

_____. *Cidadania sem fronteiras*: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Redes Emancipatórias*: Nas Lutas contra a Exclusão e por Direitos Humanos. 1.ed. Curitiba: Aapris, 2012.

SCHUMAHER, Schuma. O lobby do batom para dar o nosso tom. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano II, n 1, dez 2008. Recife: SOS Corpo, 2008.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES (SPM) – Presidência da República – Brasil. *Plano nacional de Políticas para as mulheres*. Brasília, 2004

SILVA, C.; ANDRADE, P. Fomos capazes de chegar até aqui, somos capazes de andar mais. Entrevista com Lenira Carvalho. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano II, n 1, dez 2008. Recife: SOS Corpo, 2008.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. *O campo político dos movimentos sociais: as fronteiras entre movimento e organização no centro de cultura negra*. São Luís, UFMA, 2001, dissertação.

_____. *Contribuições a uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). São Paulo: PUC-SP, 1996, 140 p.

_____. *AMB um jeito de ser e fazer movimento feminista*. Recife, SOS Corpo, 2010a.

_____(Org.). *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para Democracia, 2010b.

_____. Pensar o futuro, bem viver o presente. In: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, n 4, dez 2011. Recife: SOS Corpo. 2011.

SILVA, Carmen; ALVES, Mércia; ARANTES, Rivane. *Participação Política das Mulheres*. Recife: edições SOS Corpo, 2014.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia 1964-2010*. Madrid, Rio de Janeiro: Fundacion Mapfre, Objetiva, 2014. P 183-232.

SKEGGS, Beverley. Context and Background. Pierre Boudieu's analysis of class, gender and sexuality. The Editorial Board of the Sociological Review, 2004.

_____. *Class, Self, Culture*. RRoutledge, Taylor & Francis Group, LO N DO N AND NEW YORK, 2004.

_____. Des femmes respectables: classe et genre em milieu populaire. Marseille: agone, 2015.

SNOW, David A.; ROCHFORD JR, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D.**.** Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, Vol. 51, No. 4. (Aug., 1986), pp. 464-481.

SNOW, David; BENFORD, Robert D.; Framing processes and social movements: na overview and assessement. Ann. Soiologico Revew, 26. 2000. P. 611-639.

SNOW, David; ROCHFORD Jr, E. Burke; WORDEN, Stevens K; BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, micromobilization and movement participation. *Amercian Sociological Review*, v. 51. N. 4, p. 464-481. 1986.

SOARES, Vera. Movimento feminista paradigmas e desafios. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, UFSC. 1994.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992.

SORJ, Bila; HEILBORN, Maria Luiza. Estudos de gênero no Brasil. In: O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). Sociologia 2. Brasilia, DF: ANPCS, CAPES, Editora Sumaré, p. 185-222. 1999.

SOUTO, Anna Luiza Sales e PAZ, Rosangela Dias Oliveira (orgs*). Novas lentes sobre a participação*: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Polis, 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth, 1943-1991. *A Classe operaria tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. 2.ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011 [1991].

SUDBURY, Julia. *Outros tipos de sonhos*: organizações de mulheres negras e políticas de transformação/ Julia Sudbury. - São Paulo: Summus, 2003.

TARROW, Sidney. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In.: McADAM, Dough; McCARTHY, Jonh D.; ZALD, Mayer N. (Org.). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Edciones Istmo, 1999 (1996). ok

_____. *O poder em movimento*: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petropólis RJ: Vozes. 2009.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios. 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. Coleção tudo é história. São Paulo, Brasiliense, 1999.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados. 1986.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria* – ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. A formação da classe operária inglesa. In: *a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records.1978.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. *Los movimientos sociales*, 1768-2008, desde sus origénes a facebock. Barcelona, Critica, 2008.

TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da UNICAMP/Trajetória Cultural, 1989, p. 107-178.

_____. *Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Regimes and repertoires. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TRAT, Josette. Movimentos Sociais. In: HIRATA, Helena et tialli (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, editora UNESP, 2009.

VALENTE, Virginia Vargas. Feminismos en América Latina – su aporte a la política y a la democracia. Lima: Universidad Nacional de San Marcos – fundo editorial de la faculdade de ciências sociales/ Programa democracia y transformación global / flora tristán – centro de la mujer peruana, 2008.

VENTURI, Gustavo...[ett all] (orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulos, Editora FPA e FES, 2004.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. *Governo Lula, pacto social e ação sindical*. In: Elísio Estanque; Leonardo Mello e Silva; Roberto Véras de Oliveira; António Casimiro Ferreira; Hermes Augusto Costa. (Org.). *Relações laborais e sindicalismo em mudança*: Portugal, Brasil e o contexto transnacional. Coimbra: Quarteto, 2004.

_____. *Encruzilhada do campo democrático e popular: entre ser movimento social, ser partido e ser governo*. In: Afonso Celso Scocuglia; Edineide Jezine. (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

_____. *Os trabalhadores e o campo democrático e popular: desafios do momento político atual*. Texto para coletânea organizada por Dari Krein (CESIT/UNICAMP). No prelo.

VIEIRA, Celia e CABRAL, Gilda. *Igualdade para ter fundamento tem que garantir orçamento.* Brasilia: Cfemea, 2011.

WAINWRIGHT, Hilary (coord.). *No olho do furacão – repensando o futuro da esquerda.* São Paulo: Xamã, 2006.

WALLERSTEIN, I. Que significa hoje ser um movimiento social anti-sistêmico. Observatório Social de America Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

WERNECK, Jurema. De ialodés y feministas, reflexiones sobre el accion de ls mujeres negras em America Latina y El Caribe. In: Nouvelles Questions Féministes, vol 24, n.02, Paris. 2005.

WHITAKER, Chico. *O desafio do Fórum Social Mundial* – um modo de ver. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo.* A renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

ZALD, Mayer N. Cultura, ideologia y creación de marcos estratégicos. In: McAdam, Dough; McCarthy, John e Zald, Mayer N. Movimientos sociales: perspectivas comparadas. Madrid: Ediciones Istmo. 1999.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS

1. Roteiro de Entrevista 332
2. Roteiro para ordenamento de dados das entrevistas..... 333
3. Quadro para organização dos dados sobre movimentos de mulheres..... 334
4. Formulário: Pesquisa “Movimentos de Mulheres e Classe Social”..... 354
5. Quadro: Perfil das integrantes da AMB..... 356
6. Roteiro para grupo focal..... 359
7. Lista de participantes grupo focal..... 360
8. Quadro: Entrevistadas da AMB..... 361

ANEXO 1 - Roteiro de entrevista
Pesquisa "Movimentos de Mulheres e Classe Social"

Objetivo:
- Identificar momentos e processos significativos de construção da subjetividade e da identidade coletiva (com *movimentos populares de mulheres feministas* ou *movimentos feministas populares* ou ainda *movimentos de mulheres populares e feministas*)

Inicio:
- Explicação geral da pesquisa e do termo de consentimento e assinatura. Explicar que, ao final, se quiser que alguma parte não fique pública deverá informar e isso será garantido.
- Recuperar / responder o questionário geral antes do roteiro.

Questões norteadoras do diálogo:

1. Origem: Quem eram seus pais, de onde vieram, o que faziam, como viviam...

2. Sua infância: onde morava, como era a vida em casa, na escola, como você se sentia...

3. Fatos significativos de sua infância, adolescência, juventude ou vida adulta que *marcaram quem você é hoje*...

4. Como você se aproximou do movimento de mulheres? O que lhe despertou / chamou atenção para isso? Você participava de outra coisa?

5. Fatos significativos que ocorreram depois que participa do movimento de mulheres que *tem impacto em quem você é hoje*?

6. Em relação as suas condições de vida, como você se descreve...quem é você?

7. Você se sente como pertencendo a uma classe? Que significado isso tem para você?

8. Suas condições de vida têm implicações para sua militância no movimento de mulheres? Que fatos são marcantes para você em relação a isso?

9. Você acha que suas condições de vida/condições de classe é considerada na ação do seu movimento? Por que e como?

10. Como você se sente como militante? Você pensa em si mesma como militante? Que significado tem isso para você?...sua identificação política....

11. Você se identifica com o movimento em que você está? Como se dá esse vínculo? Que elementos lhes leva a essa identificação?

ANEXO 2 – ROTEIRO PARA ORDENAMENTO DE DADOS DAS ENTREVISTAS

1. Situação de vida: classe e raça

- origem familiar *(questão 1,2,3)*
- situação atual *(questão 6,7)*

2. Identidade pessoal

- aproximação com movimento e relação com contexto *(questão 4)*
- fatos significativos e impactos na identidade pessoal *(questão 5)*
- relação condições de vida e participação no movimento (questão 6,7,8)

3. Projeto e/ou quadro de referência do movimento

- condições de vida e projeto do movimento *(questão 9)*

4. Identidade política e identidade coletiva

- considerar permanência e mudança
- considerar marcos de referência *(frame)*
- identificação política *(questão 10)*
- vínculo/identificação com o movimento AMB *(questão 11)*

ANEXO 3 - QUADRO PARA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS SOBRE MOVIMENTOS DE MULHERES

Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***
1. AMNB - ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	A Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) é uma rede de organizações de mulheres negras, constituída atualmente por 27 organizações distribuídas por todas as Regiões do Brasil. A AMNB tem como missão institucional promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à toda as as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil. Acesso em 19 de junho de 2015
	Breve histórico	A AMNB foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente constituída de 23 organizações provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de permitir o protagonismo das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2002), após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar ao monitoramento das recomendações e do Plano de Ação e a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo seja para o Brasil ou para a América Latina. Disponível em <https://amnbnasconferencias.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em 25 de novembro de 2014.
	Relação com campo de MS (articulações)	Relação com campo de direitos humanos e de movimentos de mulheres
Composição	**Classe**	Referencias sobre posição contrária à opressão de classe
	Raça e/ou Etnia	Mulheres negras
	Observações	Parece ter foco nas ações do sistema ONU e do governo brasileiro
Projeto político	**Elementos centrais**	Nós, mulheres negras brasileiras pertencentes a diversas organizações, reunidas no Seminário Nacional da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras "Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Brasil Afirmativo", realizado nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, discutindo o que entendemos e o que queremos da democracia e do modelo de desenvolvimento reafirmamos que sejam realmente includentes e que consigam dar conta da complexidade inerente à construção de uma sociedade saudável que respeite as mulheres negras. Nessa perspectiva construímos quatro eixos que consideramos inegociáveis e que são imprescindíveis para efetivação dos nossos direitos: direito a terra e território, contra o genocídio e pela vida, comunicação e politicas de ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo e a discriminação racial. Disponível em <http://www.amnb.org.br/site/noticias.php?idnot=100>. Acesso em 25 de novembro de 2014

Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***
Projeto político	**Campo político (Articulações)**	*Carta à Presidenta: "A AMNB manifesta-se publicamente em defesa da manutenção da Secretaria de Políticas Para as Mulheres – SPM -, do Ministério dos Direitos Humanos – MDH – e da Secretaria Especial de Políticas Para Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – a fim de que o Brasil possa cumprir todos os protocolos, todas as decisões, todos os acordos e todos os planos de ações das conferências que o país subscreveu, para efetivamente promover a equidade de gênero, de raça e respeitar os direitos humanos das mulheres negras brasileiras"* Disponível em <http://www.amnb.org.br/site/noticias.php?idnot=100>. Acesso em 25 de novembro de 2014.
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Não evidente
	Possíveis interpelações	*"A interseccionalidade do racismo, sexismo, das desigualdades econômicas e regionais produz em nossas vidas um quadro de destituição, injustiça e exclusão, aprofundados pela expansão mundial do neoliberalismo e suas formas de ataque à capacidade dos estados democráticos em nos oferecer as condições mínimas de bem estar."* *Carta aberta à Presidente Dilma Roussef* Disponível em <https://amnbnasconferencias.wordpress.com/2011/10/25/carta-aberta-da-articulacao-de-organizacoes-de-mulheres-negras-brasileiras-para-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff/#more-49>. Acesso em 25 de novembro de 2014.
2. BLOGUEIRAS FEMINISTAS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Fundada em em 19 de outubro de 2010 Somos muitas pessoas construindo um blog coletivo sobre feminismo. Mais de 70 pessoas já publicaram nesse espaço. Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/about/> . Acesso em 28 de novembro de 2014. **FacebocK** Fundada em em 19 de outubro de 2010 Descrição longa: Somos Mulheres e Homens. Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas.
	Breve histórico	Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas. Durante o primeiro turno das eleições de 2010, Maria Frô enviou um email para várias colegas feministas com o objetivo de colher opiniões sobre questões políticas relacionadas a mulher. As conversas por email foram tão produtivas que Cynthia Semiramis decidiu criar um grupo de discussão, onde feministas poderiam trocar informações e debater sobre assuntos diversos. O grupo cresceu e surgiu a necessidade de se criar um blog, para espalhar nossas ideias e mostrar o quanto o feminismo é um movimento plural. Como bem disse a Tica Moreno: *Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer videos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade.* *Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria/>. Acesso em 28 de novembro de 2014.*
	Relação com campo de MS (articulações)	Não Evidente
Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***

Composição	**Classe**	Majoritariamente classe média
	Raça e/ou Etnia	Majoritariamente branca (e jovem)
	Observações	Tudo que aqui está publicado é responsabilidade nossa, como coletivo. A proposta atual é fazer um espaço virtual mais amplo e democrático (...). Há também a questão da invisibilidade, na maioria de nossos textos damos voz a mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média. Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/editorial/>. Acesso em 28 de novembro de 2014.
Projeto político		Não Evidente
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Nosso objetivo é discutir feminismo. Em suas pluralidades e particularidades. Nas suas benesses e feridas. Além disso, queremos refletir sobre questões que cercam a formação de um mundo mais justo e igualitário para TODAS as pessoas. Este é um blog político, portanto, nos reservamos ao direito de não publicar textos que sejam contrários a nossos posicionamentos. Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas. Disponível em <http://blogueirasfeministas.com/editorial/>. Acesso em 28 de novembro de 2014.
	Possíveis interpelações	Não expresso
3. BLOGUEIRAS NEGRAS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Somos um instrumento de publicação que tem como principal objetivo aumentar visibilidade da produção de blogueiras negras. Somos também uma comunidade bastante diversa em suas opiniões e demandas, organizada através de: 1. Um grupo de discussão; 2. Um time dinâmico de autoras; 3. Uma equipe de facilitadoras. Facebock: Lançamento: 8 de março de 2013 Descrição curta: INFORMAÇÃO PRA FAZER A CABEÇA Descrição longa: Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com estórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria estória e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas estórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual.
	Breve histórico	Não por acaso, temos em nossa origem a Blogagem Coletiva Mulher Negra cujo objetivo foi a aproximação de discussões acerca do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa.. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em 03 de novembro de 2014 Em nosso primeiro momento, as blogueiras negras foram convidadas a publicar sobre aquilo que mais amam. Éramos uma ideia na cabeça e um endereço wordpress na mão. Passados seis meses de muito aprendizado, nossa proposta continua basicamente a mesma. Com um pequeno detalhe que marca nosso amadurecimento – ratificaremos aquilo que nossas autoras tem feito até aqui, privilegiando o feminismo negro e/ou assuntos que digam respeito à negritude e seus desdobramentos.
Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***

Identificação	**Relação com campo de MS (articulações)**	Não evidente
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Negra e afrodescendentes
	Observações	Inexistente
Projeto político	**Elementos centrais**	Fazemos de nossa escrita ferramenta de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e gordofobia. Porém, também pretendemos ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente. Acreditamos que a troca de vivências e opiniões em função da negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum. Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos Disponível em <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em 03 de novembro de 2014.
	Campo político (Articulações)	Primaremos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hieraquirzar qualquer opressão.
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	. Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com estórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo Disponível em <http://blogueirasnegras.org/manual-da-blogueira-negra/>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Possíveis interpelações	Não expresso
4. CONAMI Conselho Nacional de Mulheres Indígenas		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	No dia 23 de setembro de 1995, foi concretizado CONAMI - Conselho Nacional de Mulheres Indigenas, com a intenção de articular, apoiar, defender e apoiar a luta das mulheres indigenas. Somos uma organização itinerante, com propostas de empoderar as lideranças femininas e feministas, lutamos pela eqüidade de genero, buscando maior participação nos espaços de poder para que possamos ter acesso aos nossos direitos, somos a favor que as politicas publicas sejam feitas para e pelas mulheres indigenas. Disponível em <http://conamibrasil.blogspot.com.br/2011/01/inicio-do-conami.html>. Acesso em 27 de novembro de 2014. Missão: Articular, defender, promover e apoiar a luta pelos direitos das mulheres indígenas, instrumentalizando-as no conhecimento das leis para o enfrentamento da violência, do racismo, discriminação e o preconceito, para que as mulheres sejam respeitadas e valorizadas na sua forma de vida tradicional e cultural, para que atuem em espaços de diálogo junto aos gestores públicos, buscando uma melhoria na qualidade de vida

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Disponível em <http://www.novamerica.org.br/medh2/bg_news/msg_ler.asp?ID_MSG=337>. Acesso em 27 de novembro de 2014. FacebocK Informações de início: Criado em 22 de setembro de 1995 Descrição curta: Uma organização de Mulheres Indigenas criada em 23 de setembro de 1995, com a missão de articular, promover, apoiar e defender a luta pelos direitos das mulheres indigenas. Lutamos pelo empoderamento, autonomia e o protagonismo.
	Breve histórico	Não apresentado
	Relação com campo de MS (articulações)	Não Evidente
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Expresso no nome: indigenas
	Observações	O CONAMI Não representa ninguém e nenhuma etnia, mas, sim articula para que a voz a VOZ das Mulheres Indígenas seja, ouvidas e respeitadas. Disponível em <https://www.facebook.com/pages/CONAMI-Conselho-Nacional-de-Mulheres-Indigenas/245253462208582?sk=info&tab=page_info> e <https://www.facebook.com/pages/CONAMI-Conselho-Nacional-de-Mulheres-Indigenas/245253462208582?sk=timeline>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
Projeto político	**Elementos centrais**	Nós Mulheres Indígenas, Lutamos pela efetivação de construção as políticas públicas voltadas às mulheres indígenas, na demarcação das terras, na educação diferenciada, na saúde de qualidade para a mulher e a criança indígena, Entendemos que devemos ser incluídas nos espaços públicos do qual estamos excluídas há muitos séculos. Acreditamos sermos as verdadeiras agentes de transformação, contribuindo assim para a construção de um mundo mais justo e fraterno
	Campo político (Articulações)	Não apresentado
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Não evidente
	Possíveis interpelações	Não expresso
5. FENATRAD - FEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) é uma associação formada por 26 sindicatos e mais uma associação. Ela representa uma categoria formada por, aproximadamente, 7,2 milhões de pessoas no Brasil. As organizações filiadas à federação estão presentes em 15 Estados brasileiros.

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Facebock Descrição curta: A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) é uma associação formada por 26 sindicatos e mais uma associação. Descrição Longa: Ela representa uma categoria formada por, aproximadamente, 7,2 milhões de pessoas no Brasil. As organizações filiadas à federação estão presentes em 15 Estados brasileiros : Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe. Essa união entre as entidades é chamada de "organização de classe" . Essa organização é importante para que as mulheres e homens que desenvolvem trabalho doméstico tenham os mesmos direitos que outros trabalhadores: carteira assinada, férias remuneradas, FGTS, dentre outros.
	Breve histórico	Um marco dessa luta foi a fundação de uma associação das trabalhadoras domésticas em São Paulo. A idéia partiu de uma trabalhadora doméstica chamada Laudelina Campos de Melo. Laudelina criou a associação em 1936 e a partir daí muita coisa aconteceu. Um dos passos mais importantes foi a Lei 5.859 publicada em 1972. Essa lei reconheceu o trabalho doméstico como função, estabeleceu a assinatura da carteira profissional de quem desenvolve a profissão, além de outras conquistas. Em 1985 foi realizado em Recife um encontro onde as trabalhadoras domésticas decidiram criar um Conselho Nacional para reunir todos os sindicatos e associações que estavam batalhando pela mesma causa. A organização em conselho aconteceu porque o trabalho doméstico ainda não era reconhecido como categoria profissional. Três anos depois o Brasil ganhou uma nova Constituição e essa conquista chegou, embora com limitações. Nem todos os direitos que as demais categorias possuem foram dados aos trabalhadores domésticos
	Relação com campo de MS (articulações)	As mulheres são maioria no trabalho doméstico. Por isso, a Fenatrad usa mais frequentemente o termo "trabalhadoras domésticas" em seus documentos e material informativo. A Fenatrad caminha ao lado de outros movimentos e instituições que defendem a igualdade dos direitos para as mulheres e combatem o preconceito contra elas. A maioria das trabalhadoras e trabalhadores domésticos é formada por negras e negros. Daí que os sindicatos e as associações mantêm um diálogo muito forte com as organizações do movimento negro. Essas alianças são muito importantes para a troca de experiências e desenvolvimento de ações que ajudam todo mundo. Disponível em <http://www.fenatrad.org.br/site/institucional/>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
Composição	**Classe**	Trabalhadora
	Raça e/ou Etnia	Maioria mulheres negras
	Observações	Nenhuma
Projeto político	**Elementos centrais**	Defesa de direitos da categoria – percepção de si como mulheres e negras
	Campo político (Articulações)	Movimentos de mulheres, movimentos negros, movimento sindical.
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Parceria, apoio.
	Possíveis interpelações	Não expresso

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

6. LBL - LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	A Liga Brasileira de Lésbicas é uma expressão do movimento social, de âmbito nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anti-capitalista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual A LBL é uma articulação de grupos, entidades, movimentos, lésbicas e bissexuais autônomas / independentes que dela participem. Disponível em <http://lblnacional.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
	Breve histórico	A LBL foi criada e inspirada por mulheres lésbicas que ousaram e ousam falar do amor entre mulheres e da lesbianidade como uma das formas de orientação, expressão e identidade sexual e desta como um direito sexual e, portanto, um direito humano. A LBL foi fundada no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro, em uma Oficina de Visibilidade Lésbica, que contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil e com a presença de companheiras de outras partes do Mundo. No V SENALE, que aconteceu em junho de 2003, em São Paulo, foram realizadas reuniões e uma plenária da LBL, no dia 22 de junho, em que construímos alguns princípios e escolhemos uma representante de cada região do Brasil, para compor a primeira coordenação executiva provisória, até o XIV Encontro Nacional Feminista, que foi realizado entre 13 e 16 de novembro de 2003, em Porto Alegre, quando a Liga realizou uma plenária em que ficou definida sua primeira coordenação e responsabilizou algumas regiões pelo estabelecimento de contato nas regiões do país em que a LBL não estava articulada.
	Relação com campo de MS (articulações)	É um movimento que se soma a todos os movimentos sociais que lutam e acreditam que um outro mundo é possível, segundo os princípios listados nesta carta (DE PRINCÍPIOS) Disponível em <http://lblnacional.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 27 de novembro de 2014. **Solidariedade** – a Liga Brasileira de Lésbicas valoriza a justiça e a solidariedade, promovendo a adesão ou apoio às causas, princípios e ações de outrem, entendendo que a luta contra a discriminação e o preconceito constitui-se em uma luta maior contra a dominação de alguns indivíduos e grupos por outros. Portanto, tem a compreensão de que a solidariedade com o conjunto dos movimentos sociais é meio e fim em sua ação. (Carta de Princípios)
Composição	**Classe**	Anti-capitalista
	Raça e/ou Etnia	Antirracista
	Observações	A Carta de princípios foi aprovada no I ENLBL, em 2004 e atualizada no II Encontro Nacional da LBL, em julho de 2007
Projeto político	**Elementos centrais**	**Posição anti-racista.** Pressupõe reconhecer que a luta pela eliminação do racismo é cotidiana e é responsabilidade de todas as militantes da LBL. Para isso, é condição fundamental o processo permanente de formação política e de empoderamento das mulheres negras lésbicas e bissexuais da LBL, objetivando a desconstrução da cultura racista, preconceituosa e discriminatória na sociedade.
Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***

Projeto político	**Elementos centrais**	**Posição anti-capitalista (socialista, comunista, libertária, anarquista).** A LBL defende o fim da acumulação do capital e da mercantilização das relações e dos corpos das mulheres. Defende a construção de uma sociabilidade humanista e emancipada, sem exploração de classe e nenhuma forma de opressão; em que seja garantida a produção e a distribuição igualitária da riqueza e dos bens socialmente produzidos pela humanidade, respeitando o meio ambiente e valorizando as práticas justas e solidárias, em que todas as pessoas sejam livres, autônomas, autodeterminadas. Defende o trabalho enquanto espaço de realização e desenvolvimento das potencialidades e criação humanas. (Carta de Princípios)
	Campo político (Articulações)	Referências a movimentos sociais e fórum social mundial
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Não evidente
	Possíveis interpelações	Não expresso
7. MARCHA DAS VADIAS DF		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Lançado em 2011 (facebock) *A Marcha das Vadias é um movimento internacional de mulheres criado em abril de 2011 na cidade de Toronto, no Canadá, em resposta ao comentário de um policial que disse que, para evitar estupros em uma universidade, as mulheres deveriam parar de se vestir como "sluts" (vadias, em português). Assim, teve início a SlutWalk, em que mais de 3 mil mulheres canadenses foram às ruas para protestar contra o discurso de culpabilização das vítimas de violência sexual e de qualquer outro tipo de violência contra as mulheres. A partir daí, diversas manifestações semelhantes (SlutWalk, Marcha de las Putas, Marcha das Vadias) ocorreram em mais de 30 cidades, em diversos países – como Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Suécia, Nova Zelândia, Inglaterra, Israel, Estados Unidos, Argentina e Brasil.* Facebock Informações de início: Lançado em 2011 Descrição curta: Página da Marcha das Vadias do Distrito Federal. Mais informações no blog: http://www.marchadasvadiasdf.wordpress.com Mexeu com uma, mexeu com todas! Descrição longa: A Marcha das Vadias do Distrito Federal aconteceu pela primeira vez no dia 18 de junho de 2011. Cerca de 2 mil pessoas participaram. Mulheres, homens e crianças se manifestaram, se empenharam, se indignaram e gritaram junt@s por um mundo sem machismo. A segunda edição contou com cerca de 5 mil participantes, e a terceira, em 2013, teve aproximadamente 8 mil pessoas marchando junt@s mais uma vez pela não violência contra as mulheres... até que todas sejamos livres!
	Breve histórico	A organização da primeira Marcha começou no Facebook, a partir do contato de algumas meninas feministas que se conheciam, mas que ainda não formavam um coletivo. Fomos chamando outras amigas, criamos um evento de divulgação da primeira reunião de construção da Marcha no Facebook e, para nossa surpresa, cerca de 60 meninas compareceram à reunião. Criamos uma lista de e-mails que contava com aproximadamente 80 meninas, envolvidas de diversas formas na organização da Marcha. Hoje, desde a divulgação da nossa campanha "Feminista por quê?", o número de meninas interessadas em ajudar na construção da Marcha cresce a cada dia e somos mais de 150 meninas organizadas na lista.
Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***

Identificação	**Breve histórico**	A Marcha das Vadias do Distrito Federal aconteceu pela primeira vez no dia 18 de junho de 2011. Cerca de 2 mil pessoas participaram. Mulheres, homens e crianças se manifestaram, se empenharam, se indignaram e gritaram junt@s por um mundo sem machismo. A segunda edição contou com cerca de 5 mil participantes, e a terceira, em 2013, teve aproximadamente 8 mil pessoas marchando junt@s mais uma vez pela não violência contra as mulheres...até que todas sejamos livres!
	Relação com campo de MS (articulações)	O apoio de homens, coletivos, movimentos, organizações, instituições e partidos é bem-vindo à Marcha das Vadias DF. Incentivamos participação na Marcha, como: notas de apoio, participação no dia da marcha, desconstrução do machismo no dia a dia, troca de conhecimentos, com as vadias, realização de doações, entre outras
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Não apresentado
	Observações	**Identidade da Marcha das Vadias DF** Somos vadias: mulheres feministas, que lutamos em marcha contra as discriminações de raça, sexualidade, gênero, credo e classe. Temos direito a nossas vidas, e a vivê-las como quisermos, e livres de qualquer forma de violência. Acreditamos que o fim da violência contra a mulher está diretamente ligado à transformação dos valores conservadores e hegemônicos em nossa sociedade, assim como à superação do patriarcado, de todos os fundamentalismos, da lesbofobia, da bifobia, da transfobia, da homofobia, do machismo, do racismo e do capital. Defendemos que todas nós temos o direito de escolher sobre nossos corpos. (PARTE Da Carta de Princípios)
Projeto político		Não evidente
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	O mais legal da Marcha das Vadias é que ela agrega mulheres que nunca se entenderam feministas ou nunca tiveram contato com militância, discussões sobre gênero e machismo, mas que têm atitudes feministas na vida mesmo sem saber. Por isso, várias meninas que integram o coletivo passaram a se considerar feministas a partir da experiência na Marcha. Nós acreditamos que o feminismo na verdade são vários e múltiplos. Não abarcamos com a Marcha todos os feminismos que existem no Brasil e mundo, nem todas as pautas feministas. Entendemos que nossa ação feminista, através do coletivo heterogêneo que formamos, reside principalmente na luta por uma vida livre e digna para todas as mulheres em suas especificidades, com plena autonomia sobre nossos corpos. A nossa luta é por respeito, por um mundo mais igualitário entre homens e mulheres, entre negras/os, indígenas e brancas/os; por um mundo sem machismo, racismo e sem opressão de algumas pessoas sobre outras. Fonte: http://www.revistatag.com.br/web/index.php?option=com_content&view=article&id=729:entrevista-coletivo-marcha-das-vadias&catid=77:entrevista *Disponível em <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/sobre/>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.*
	Possíveis interpelações	Não expresso

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

8. MMC - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Somos um Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em dezoito estados brasileiros. Resistimos no campo às conseqüências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Breve histórico	Há mais de vinte anos construímos um Movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista. Nesse período, nos organizamos, lutamos e conquistamos o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, o salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. Continuamos lutando por saúde de qualidade, pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão. A luta pela libertação das mulheres é tarefa de todos. Mas acreditamos que nós mulheres, somos as principais responsáveis por esta conquista. (...Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria,...), participação política entre outras. Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.) (...) Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele. Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar e unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional. Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Relação com campo de MS (articulações)	MS no campo e feminismo

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

Composição	**Classe**	Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
Projeto político	**Elementos centrais**	Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade (...) Em nossa trajetória, temos reafirmado a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. Dessa forma, nos identificamos pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta pela libertação da mulher. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Campo político (Articulações)	Via Campesina
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Consolidar o MMC, a partir da ótica feminista e camponesa é fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Disponível em <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Possíveis interpelações	Não expresso
9. MMM – MARCHA MUNDIAL DE MULHERES		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	No Brasil, a MMM está organizada em núcleos e comitês nas cidades e estados, e há duas maneiras para participar. Os grupos e coletivos de mulheres que tenham identidade política com a MMM, podem aderir coletivamente. Mas, as mulheres que não são de nenhum grupo podem entrar em contato com os núcleos e comitês para se integrar na dinâmica da Marcha Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/> e <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 27 de novembro de 2014.

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	Facebock Informações de início: Fundada em em 2000 Descrição curta: Marcha Mundial das Mulheres - movimento feminista e anti-capitalista. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! Descrição longa: A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional que luta para mudar o mundo e a vida das mulheres, integrando a construção de igualdade e liberdade das mulheres às lutas por transformações globais na sociedade. As principais bandeiras do movimento são a luta contra a pobreza e a violência sexista, a luta contra mercantilização do corpo da mulher, pela legalização do aborto e outros.
	Breve histórico	A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, que surgiu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado "2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista". A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, "Pão e Rosas". A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Brasil A (terceira) ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil aconteceu entre os dias 8 e 18 de março, estruturada no formato de uma marcha que percorreu o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo. Cerca de 3 mil mulheres, organizadas em delegações de todos os estados em que a MMM está presente, reuniram-se em uma grande atividade de denúncia, reivindicação e formação, dando visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional, e buscando transformações reais para a vida das mulheres brasileiras. Foram dez dias de caminhada, com marchas pela manhã e atividades de formação durante à tarde. A marcha foi resultado de um grande processo de mobilização dos comitês estaduais da Marcha Mundial das Mulheres que contribuiu para sua organização e fortalecimento. Também estabelecemos um processo de diálogo com as mulheres das cidades pelas quais passaremos, promovendo atividades de sensibilização relacionadas à realidade de cada local. Reunindo mulheres rurais, urbanas, indígenas, negras, brancas, jovens, adultas, lésbicas, bissexuais e heterossexuais auto-organizadas, a 3ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres representou um marco definitivo para o movimento feminista no Brasil. Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/> e <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
	Relação com campo de MS (articulações)	Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/> e <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 27 de novembro de 2014. Nos somamos à luta dos movimentos do campo para que as prioridades do governo, hoje voltadas para o agronegócio se revertam para a reforma agrária, demarcação das terras indígenas e quilombolas como único caminho para garantia de soberania alimentar livre de transgenia, de veneno no ar, na água e na terra e nos alimentos que chegam a nossa mesa.

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Nenhuma
Projeto político	**Elementos centrais**	Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/> e <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 27 de novembro de 2014. Afirmamos que a auto-organização das mulheres é nossa estratégia de fortalecimento como sujeito político que constrói uma força mundial, em aliança com os movimentos sociais que compartilham da luta anti-capitalista, e por uma sociedade baseada nos valores de liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade. Marcha Mundial das Mulheres São Paulo, 31 de agosto de 2013 Disponível em <http://mmm-rs.blogspot.com.br/2013/09/feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo.html>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
	Campo político (Articulações)	Campo dos MS – ênfase no campo
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir. Disponível em <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/> e <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em 27 de novembro de 2014. Trecho da Nota pública no 8 de março de 2014 nós da Marcha Mundial das Mulheres reafirmamos, com nossa presença nas ruas, que o feminismo é um movimento popular que está e continuará em luta denunciando a opressão vivida por nós nesse sistema que combina o patriarcado com o capitalismo, a desigualdade, o racismo, a lesbofobia e a destruição da natureza. Conclamamos às mulheres para a auto-organização e afirmamos nossa estratégia de fortalecimento como sujeito político que constrói uma força mundial em aliança com os movimentos sociais. Nesse 8 de março de 2014 renovamos nosso compromisso na luta por um mundo anticapitalista, antirracista e antilesbofóbico, por uma sociedade baseada nos valores de liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade. Disponível em <http://mmm-rs.blogspot.com.br/2014/02/8-de-marco-de-2014.html>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
	Possíveis interpelações	Não expresso

Elementos de Caracterização	***Articulações Movimentistas***

10. RFSDSDR – REDE FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	A Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991. Tem abrangência nacional, estando composta por 12 Regionais organizadas no Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.
	Breve histórico	Não apresentado
	Relação com campo de MS (articulações)	Não Evidente
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Nenhuma
Projeto político	**Elementos centrais**	É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Está presente em cerca de 30 instâncias nacionais, governamentais e não-governamentais, que incidem sobre as políticas públicas de saúde. Integra relatorias nacionais e internacionais de saúde e direitos humanos das mulheres. (...) A ação política da Rede Feminista de Saúde está fundada nos seguintes princípios: • Fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres no âmbito local, regional, nacional e internacional, em torno da saúde e dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; • Reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos; • Reconhecimento da violência sexual, racial e doméstica como violações dos direitos humanos; • Defesa da implantação e da implementação de ações integrais de saúde da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde; • Legalização do aborto, cuja realização é decisão que deve competir à mulher como direito. Disponível em <http://www.redesaude.org.br/home/institucional.php>. Acesso em 27 de novembro de 2014.
	Campo político (Articulações)	Não evidente
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Declara-se feminista no nome
	Possíveis interpelações	Não expresso

Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***
11. SNMTR – CONTAG (Marcha das Margaridas)		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG tem como principais objetivos coordenar e implementar políticas e estratégias para a superação de todas as formas de discriminação e desigualdades de gênero existentes no meio rural, além de promover ações de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais para qualificar sua participação no MSTTR e nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural Disponível em <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=291&nw=1>. Acesso em 26 de novembro de 2014.
	Breve histórico	Esse processo político-organizativo tem garantido conquistas significativas dentre elas: implementação de políticas afirmativas que asseguram a participação qualificada das mulheres trabalhadoras rurais nos cargos de direção da CONTAG, Federações e Sindicatos, em atividades e programas de capacitação; representação da Secretaria e da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) em espaços de construção de ações estratégicas e políticas do MSTTR, como as comissões organizadoras dos Congressos, Conselho Deliberativo e Comissão de Ética da CONTAG; participação da CNMTR em espaços institucionais de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural; realização da Marcha das Margaridas com a articulação de organizações parceiras, para desencadear um processo massivo de denúncia das condições de vida das mulheres no campo, de qualificação, proposição e negociação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e solidário com igualdade de gênero. Disponível em <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=291&nw=1>. Acesso em 26 de novembro de 2014.
	Relação com campo de MS (articulações)	CONTAG, CUT Parceria com vários movimentos feministas na construção da Marcha das Margaridas
Composição	**Classe**	"A Marcha das Margaridas vem denunciar as condições de vulnerabilidade social das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais assalariados, expostos à intensa e desumana exploração de sua força de trabalho, com exposição aos agrotóxicos e outros riscos para sua saúde, destituídos dos direitos sociais e trabalhistas e em situações de trabalho escravo. As mulheres trabalhadoras querem seus direitos assegurados e suas conquistas ampliadas. Os direitos previdenciários das trabalhadoras rurais, resultado de uma trajetória de lutas e conquistas, como a idade diferenciada para aposentadoria, não podem ser comprometidos pelo falso debate em torno da sustentabilidade da Previdência Social. Esse debate não leva em consideração o texto constitucional, que prevê o orçamento unificado para a seguridade social". Pauta da Marcha das Margaridas 2007
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Nenhuma
Projeto político	**Elementos centrais**	Seguimos lutando para fazer o Brasil avançar no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia, sem homofobia e sem intolerância religiosa. Seguimos denunciando, reivindicando, propondo e negociando ações e políticas públicas, que contribuam na construção de um "Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade". (...) 2015. O cumprimento da função socioambiental da terra é incompatível com o modelo de desenvolvimento dominante, excludente, concentrador da terra e da renda, que tem como prioridade o agronegócio. Esse modelo expande as monoculturas, destrói a biodiversidade e o meio ambiente, compromete a agricultura familiar, gera fome e empobrecimento de mulheres e homens do campo, da floresta e da cidade. 2007

Elementos de Caracterização		*Articulações Movimentistas*
Pro.	Cargos Políticos	Assume a defesa da reeleição da presidenta Dilma no período eleitoral
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Parceria com organizações e movimento feministas – Pauta da Marcha das Margaridas 2007
	Possíveis interpelações	Não expresso
12. UBM – UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	**A UBM - União Brasileira de Mulheres é uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos e emancipação das mulheres, visando a construção de um mundo de igualdade contra toda opressão.** **A UBM é uma entidade ampla que não admite nas suas fileiras nenhum tipo de discriminação, seja a social, racial e étnica, religiosa, por orientação sexual.** **Facebook -** Informações de início: Início em 18 de junho de 2011 Descrição curta: Entidade que luta pelos direitos das mulheres, por um mundo de igualdade contra toda opressão. Disponível em <https://www.facebook.com/UbmUniaoBrasileiraDeMulheresFerraz/info?tab=page_info>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Breve histórico	**Fundada em 1988, a União Brasileira de Mulheres – UBM é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter nacional, que defende os direitos e reivindicações das mulheres em relação ao trabalho e à cidadania, buscando elevar o nível de consciência e atuação política das mulheres para que elas participem na defesa de seus direitos enquanto mulheres, cidadãs e trabalhadoras.** **A UBM desenvolve e executa projetos que promovem o conhecimento sobre a situação das mulheres brasileiras, capacitando-as para intervir como sujeitos no processo político, avançar nas conquistas democráticas e conquistar a igualdade de gênero. Atua também com projetos de formação profissional, elaborando material didático e teórico para cursos e seminários sobre temas diversos que possibilitem capacitar as mulheres para o mercado de trabalho e incentivar a sua organização na luta para superar a discriminação, enfrentar a violência cotidiana e conquistar sua autonomia e emancipação numa sociedade de igualdade, justiça social e de paz. (...)** **Além disso, oferece e promovem outros cursos livres nas áreas de saúde da mulher, políticas públicas, cursos artesanais de feitura de velas decorativas e cestas utilizando papel jornal, além de outras áreas de geração de trabalho e renda.** **Desenvolveu também trabalho de educação sindical, junto às costureiras, na cidade de João Pessoa - PB, visando fortalecer sua organização e consciência cidadã.** **A atuação da entidade está articulada com a busca do fortalecimento da cidadania das mulheres e em defesa de seus direitos. Nesse sentido, são desenvolvidos programas de orientação para o trabalho, seguro desemprego e educação profissional, entendida como direitos de todas as cidadãs e cidadãos. (...)**

Elementos de Caracterização	*Articulações Movimentistas*

Identificação	**Breve histórico**	**No seu 7º Congresso Nacional, onde participaram cerca de 500 delegadas representantes de 27 estados da federação, reafirmou o objetivo de contribuir para aumentar o protagonismo político das mulheres, bem como realizar campanha de estímulo às candidaturas femininas comprometidas com a luta emancipacionista, a luta pela valorização do trabalho da mulher e pela ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.** **Atualmente desenvolve em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dois projetos o "Mulher: Mais Política, Mais Poder" e o " Fortalecer o Controle Social nas Ações do 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres".** **Disponível em <http://www.ubmulheres.org.br/ubm/cons-gerais.html>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.**
	Relação com campo de MS (articulações)	Não Evidente
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Nenhuma
Projeto político	**Elementos centrais**	Queremos um Brasil que apague de sua face o sofrimento das operárias que não têm onde deixar seus filhos; o sofrimento das camponesas que sequer têm o seu trabalho reconhecido como produtivo; o sofrimento das trabalhadoras em geral, esgotadas pela dupla jornada. Um Brasil que não tenha funcionárias públicas desvalorizadas por governos reacionários, intelectuais cerceadas na sua criação e produção por uma cultura alienante e alienadora do papel da mulher; que não tenha donas de casa sufocadas pela rotina doméstica. Queremos um Brasil onde tenhamos acesso ao trabalho, salários justos e iguais aos de nossos companheiros. Um Brasil onde tenhamos uma rede de creches públicas, iniciativas de aperfeiçoamento profissional e um efetivo combate às discriminações contra a mãe trabalhadora. (...) Queremos um Brasil que assuma sua cor multi-racial e que condene a discriminação contra a negra como expressão maior de atraso de um povo que tem a negritude como traço histórico e cultural. (...) Mas não acreditamos na igualdade entre os sexos nos limites das desigualdades sociais. Por isso lutamos por um novo Brasil onde a democracia seja um bem do povo, para que ele possa, livremente, participar e escolher seu destino. Lutamos por um Brasil novo onde a soberania nacional e os direitos sociais sejam um primeiro passo no caminho do desenvolvimento independente voltado para o bem estar de seus habitantes. Lutamos por um Brasil onde a terra seja fonte de alimento e trabalho para os que nela trabalham e não fonte de especulação e lucro para os que a exploram. Por fim, lutamos por um novo Brasil onde a exploração e a opressão, hoje presentes, passem a ser apenas uma página do passado na história de um povo que viverá uma nova sociedade de iguais, uma sociedade socialista. Queremos um mundo de igualdade. Para nós e para os que virão depois. Salvador, 6 de agosto de 1988 Disponível em <http://www.ubmulheres.org.br/ubm/mani.html>. Acesso em 03 de dezembro de 2014.
	Campo político (Articulações)	Não evidente
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Não evidente
	Possíveis interpelações	Não expresso

Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***
13. MIQCB – MOVIMENTO INTERESTADUAL DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	As quebradeiras de coco babaçu são mulheres agroextrativistas, guerreiras forjadas na luta pela conservação das florestas de babaçu, pela terra, pela valorização do extrativismo e pela dignidade de ser mulher, as quebradeiras de coco babaçu ganham força política ao se descobrirem como sujeito coletivo a partir da própria atividade produtiva que desenvolvem, sempre realizada em rodas de conversas, em grupos de amizade e em parcerias por laços de família, compadrio e vizinhança. Disponível em <http://www.miqcb.org/#!miqcb/c1wfv>. Acesso em 28 de novembro de 2014. Facebock Descrição curta: Somos quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, donas de casa, mulheres, mães, avós, esposas, trabalhadoras rurais organizadas pelo MIQCB Site: http://www.miqcb.org.br/ Disponível em <https://www.facebook.com/MIQCBOficial/info?tab=page_info>. Acesso em 28 de novembro de 2014.
	Breve histórico	Os movimentos sociais que agrupam as quebradeiras de coco babaçu nascem de forma organizada a partir da segunda metade da década de 80, num processo de enfrentamento de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu, que haviam sido cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias a partir das políticas públicas federais e estaduais para as regiões Norte e Nordeste. Em 1991, com o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, cria-se a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, no III Encontro Interestadual o nome é mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. O MIQCB tem como missão "Organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defenderem as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo do babaçu". Organizado em 06 Regionais, com coordenação de 24 mulheres eleitas nos Encontros Interestaduais a cada triênio, quatro representantes por Regional. Destas coordenadoras interestaduais sete formam a coordenação executiva, sendo seis coordenadoras executivas regionais e uma coordenadora geral. Nos Encontros Trienais, 240 delegadas discutem e elaboram as políticas do Movimento num Plano de Ação Interestadual que é articulado e executado em cada Regional conforme especificidades locais. O MIQCB em cada Regional mantém pequenos escritórios e conta com o trabalho de uma assessora local. Em São Luís está o escritório central onde tem uma equipe de assessoria técnica e administrativa. Disponível em <http://www.miqcb.org/#!miqcb/c1wfv>. Acesso em 28 de novembro de 2014.
	Relação com campo de MS (articulações)	Não Evidente
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Nenhuma
Projeto político		Não evidente

Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	Não evidente
	Possíveis interpelações	Não expresso
14. MMNEPA – MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE		
Identificação	**Gênese e/ou Objetivo**	O MMNEPA é uma organização feminista aglutinadora dos grupos de mulheres do Nordeste Paraense. Tem como missão fortalecer as mulheres para superar as desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento humano, integrado, sustentável, buscando a justiça social, emancipação das mulheres e equidade de gênero através da organização, formação e articulação. Disponível em <https://www.blogger.com/profile/12748307796569194089>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.
	Breve histórico	O Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) foi criado em 1993, passando a ter formalidade jurídica em 1997. O MMNEPA caracteriza-se por promover a articulação e participação das mulheres e suas famílias através de ações nas áreas de formação política, capacitação em questões específicas das mulheres e em geração de emprego e renda, mobilizações de massa, incentivo às mulheres na busca de espaços políticos, lutando efetivamente contra práticas discriminatórias à mulher, construindo alianças para fortalecer a luta da classe trabalhadora; Suas estratégias de intervenção concentram–se na formação para a capacitação de lideranças feministas em questões específicas, profissionalizantes e gerais, para o fortalecimento das mulheres na política e na economia, possibilitando educação popular através de cursos, encontros, oficinas, seminários, congressos, debates, palestras, subsídios, arte popular, garantindo o debate sobre gênero, no interior dos movimentos e na sociedade.
	Relação com campo de MS (articulações)	Movimento feminista, movimento agroecológico, movimento pela economia popular e solidária
Composição	**Classe**	Não evidente
	Raça e/ou Etnia	Não expresso
	Observações	Nenhuma
Projeto político	**Elementos centrais**	O MMNEPA busca formular propostas políticas que contribuam para superar a pobreza, as desigualdades de gênero e a violência que afeta as mulheres do campo e dos centros urbanos. Para isso, potencializa a formação de multiplicadoras através de capacitações, assessorias e intercâmbios com o objetivo de munir com informações os grupos assistidos, incentivando a participação mais efetiva das mulheres nos espaços de decisão política e na resolução de problemas familiares. Neste processo, o MMNEPA considera as relações de gênero dentro de uma perspectiva do fortalecimento da *agroecologia, considerando a capacidade de aprender a viver melhor e em harmonia com a natureza sem agredir, respeitando o direito à vida e preservando o futuro para homens e mulheres*. Entretanto, somos conscientes que temos uma longa jornada para ser percorrida até que as mulheres tenham igualdade de direitos na sociedade.

Elementos de Caracterização		***Articulações Movimentistas***
Projeto político	**Elementos centrais**	(...)Os processos organizativos acionados por mulheres demandam um rompimento com estruturas machistas impostas pela sociedade e estruturadas nas relações de poder desigual entre homens e mulheres no seio familiar. Essa situação dificulta a participação das mulheres nas reuniões do movimento, pois "a sociedade não aceita que as mulheres sejam donas dos seus atos e quando participam das reuniões, são cobradas pelos maridos e filhos por darem maus exemplos". Isso justifica a necessidade do movimento estender o seu trabalho para todos os membros da família, inclusive os maridos. Dessa forma, a luta não se dá apenas em garantia de melhorias de vida para as mulheres e suas famílias, mas o de reproduzir valores e sustentabilidade das relações de gênero entre seus membros. Disponível em <http://mmnepablog.blogspot.com.br/p/historico-do-mmnepa.html>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.
	Campo político (Articulações)	Não evidente
Relação com o feminismo	**Auto declaração**	O MMNEPA é uma organização feminista aglutinadora dos grupos de mulheres do Nordeste Paraense. Disponível em <https://www.blogger.com/profile/12748307796569194089>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.
	Possíveis interpelações	Não expresso

ANEXO 4 – FORMULÁRIO

Pesquisa "Movimentos de Mulheres e Classe Social"

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

1. Idade: _____ **2. Raça e/ou cor**: _____

3. Classe social: _____

4. Estado civil:

[ ] Solteira [ ] Casada [ ]Viúva [ ]Separada [ ]Outra situação. Qual?

5. Local de Moradia (povoado ou bairro e cidade): _____

6. Estado: _____

7. Profissão: _____

8. Ocupação (trabalho que faz para ganhar dinheiro): _____

9. Em qual (quais) Movimento(s) de Mulheres você atua hoje:_____

10. Cargo(s), função ou espaço de militância que ocupa nesse movimento:_____

SITUAÇÃO DE VIDA

11. Seu lugar de residência é:

( ) Próprio ( ) Alugado ( ) Cedido por alguém ( ) Casa de familiares

( ) Outro: _____

12. Quantos quartos?

( ) Um ( ) Dois ( ) Três ( ) Acima de três

13. Como considera o bairro onde mora:

( ) De periferia ( ) De classe média ( ) Rico

( ) Outro: _____

14. Sua renda pessoal*:

( ) Não tem renda ( ) Menos de 1 salário mínimo

( ) 1 até 2 salários mínimos ( ) De 2 até 4 salários mínimos

( ) Acima de 04 salários mínimos

15. Renda do grupo doméstico (família)*:

( ) Não tem renda ( ) Menos de 1 salário mínimo

( ) 1 até 2 salários mínimos ( ) De 2 até 4 salários mínimos

( ) Acima de 04 salários mínimos

** Hoje o salário mínimo é de R$ 724,00.*

16. Sua renda é garantida por:

( ) Apoio familiar ( ) Aposentadoria ( ) Benefício
( ) Bolsa família ( ) Trabalho informal ( ) Trabalho formal
( ) Outra fonte:
_____

17. Seu lazer mais comum (pode marcar três opções)

( ) Praia ( ) Jogar cartas, dominó ou similar ( ) dançar
( ) bar ( ) shows ( ) teatro
( ) cinema ( ) galerias e museus ( ) pic nic
( ) jogos na internet ( ) navegação na internet ( ) leitura
( ) assistir tv ( ) ouvir música Outro:
_____

18. Sua educação formal

( ) Não estudei ( ) ensino fundamental ( ) ensino médio
( ) Ensino superior em universidade pública
( ) Ensino superior em instituição privada
4.1 Que curso superior fez:_____

PARTICIPAÇÃO

19. Desde quando você participa de movimento social, sindicato e/ou partido político? Ou seja, quando iniciou sua militância?

_____
_____

20. Qual movimento social você já participou ou participa hoje que não seja o movimento de mulheres?

_____

21. Participa atualmente de algum partido político? Se sim, qual?

_____

22. Participa em algum conselho de políticas públicas? Se sim, qual?

_____

23. Há quanto tempo participa do Movimento de Mulheres?

_____

24. Participou em outros momentos nacionais da AMB? Quais? _____
_____

IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA

25. Considerando a sua militância, quem é você? Ou seja, como você se identifica politicamente?

_____

Data do preenchimento: _____/_____/_____ ***Obrigada!***

ANEXO 5 – QUADRO: PERFIL DAS INTEGRANTES DA AMB

Total de respondentes: 61 – Número de Estados: 17

IDENTIFICAÇÃO	DADOS
Idade	**IDADE** **N** < 30 ANOS 9 30 - 39 16 40 - 49 20 50 - 59 10 60 E + 6 IGN 1
Classe Social	○ 14,80% não responderam. ○ 31,1% média; ○ média-baixa-c foi 19,40%; ○ pobre/periferia/baixa-periferia-pobre foi 14,&; ○ afirmação mais política como classe popular ou classe trabalhadora foi 19,60%.
Raça / Cor	○ 4,9% não responderam; ○ 24,6% se auto-declarou branca; ○ 1,6% indígena; mestiça também 1,6; ○ parda foram 19,7%; negra/preta/negra-parda foram 47,5%; ○ somando todas pretas, pardas ou negras foram 67,2%
Estado Civil	○ Solteiras/separadas foram 75,4%; ○ casada 16,4%; ○ outro, 6,6%; ○ não respondeu, 1,6%.
Profissão / Ocupação	○ Ver quadro de diversificação (ênfase em ocupações mal remuneradas)
Situação de vida	
Lugar de Residência / Quartos	○ 31% mora em casa alugada; ○ 45,9% casa própria ○ e outro, 3,3. Cedido/casa de familiares/alugado dá 50,8%. *Número de quartos:* ○ 1,6 não respondeu; ○ 1 a 2 quartos = 64%; ○ 3 quartos = 26,2%; ○ acima de 3 quartos, 8,2%.
Tipo de Bairro	○ 50,8% mora em bairro de classe média; ○ 48% de periferia; ○ 1,6% de rico; ○ 3,3 de outro; ○ 3,3 não responderam.
Renda Pessoal	○ Menos de 1 salário mínimo ou sem renda = 11,5%; ○ 1 a 2 salário mínimo = 23%; ○ 2 a 4 salário mínimo = 27,9%. ○ Acima de quatro salários mínimos = 32,8%.

Fonte da renda	**Fonte** **N** **%** *Apoio familiar* 4 6,56 *Aposentadoria* 2 3,28 *Benefício* 1 1,64 *Bolsa família* 1 1,64 *Trabalho informal* 18 29,51 *Trabalho formal* 36 59,02 *Outra fonte* 8 13,11
Lazer	**Lazer** **N** **%** *Galerias e museus* 8 13,11 *Pic_nic* 4 6,56 *Jogos na internet* 1 1,64 *Navegação na internet* 19 31,15 *Leitura* 35 57,38 *Assistir tv* 14 22,95 *Ouvir música* 30 49,18 *Outros* 10 16,39
Educação Formal	**Educação formal** **Frequência** **Percentagem** Missing 2 3,30% ENSINO FUNDAMENTAL 1 1,60% ENSINO MÉDIO 10 16,40% SUPERIOR PRIVADO 16 26,20% SUPERIOR PÚBLICO 32 52,50% Total 61 100,00%
Participação	
Tempo de militância	*Período em que entrou nos movimentos sociais:* **Período** **N** **%** 1964 a 1969 4 6,6 1970 a 1979 7 11,5 1980 a 1989 10 16,4 1990 a 1999 17 27,9 2000 a 2009 14 23,0 2010 a 2013 6 9,8 Missing 3 4,9 Total 61 100 *Há quanto tempo está no movimento de mulheres:* **Tempo** **N** **%** Há menos de 05 anos 14 23,0 De 05 a 10 15 24,6 De 11 a 15 14 23,0 De 16 a 20 1 1,6 De 21 a 25 8 13,1

		De 26 a 30	5	8,2
		De 31 a 35	1	1,6
		De 36 a 40	1	1,6
		De 41 a 45	0	0,0
		Há mais de 45 anos	1	1,6
		Missing	1	1,6
		Total	61	100
Partidos?	**Missing**	2	3,30%	
	NÃO	43	70,50%	
	SIM	16	26,20%	
	Total	61	100,00%	

ANEXO 6 – Roteiro para grupo focal

1. A partir de sua experiência de participação no movimento feminista, como você analisa a composição de classe no interior deste movimento e a relação entre as mulheres de distintas classes sociais?
2. Como se dá esta relação no interior da AMB?
3. Você acha que existe um feminismo popular? Que elementos da experiência cotidiana você pode apresentar que demonstre ou explique a sua afirmação?

ANEXO 7 – Lista de participantes grupo focal

PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL 1

1. Miriam Maria Florencio da Silva
2. Paula Sophia Branco de Lima
3. Pergentina de Alcantara Vilarim
4. Luizabeth de Araujo Amorim
5. Ediclea Maria Santos da Silva
6. Venuse Braga Pires
7. Cirene Ferreira
8. Edlene Alves dos Santos
9. Tatiane Santos da Silva
10. Verônica Pedro da Silva
11. Josefa S. Conceição
12. Camila de Melo Santana

PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL 2

1. Ana Cecilia Nascimento Cuentro
2. Camila de Melo Santana
3. Eloah Maria Martins Vieira
4. Agsa Gaige da Silva
5. Juliana Santos
6. Marilia G. Nascimento

ANEXO 8 - QUADRO: ENTREVISTADAS DA AMB

NOME	IDADE	LUGAR DE ATUAÇÃO	ELEMENTOS RELEVANTES
1.Ana Lucia da Rocha Conceição	46	Vitória – ES	Negra, solteira, professora da rede pública, moradora de periferia, formação universitária pública
2.Andrea Freitas de Vasconcelos	40	RO e SP	Bancária liberada para o sindicalismo, negra, casada, formação universitária pública (mestrado)
3.Maria das Graças Figueiredo Costa	60	Belém - PA	Trabalhadora de ONG mista quanto ao sexo, formação universitária.
4.Jomara Silva dos Passos Amaral	40	Manaus - AM	Indígena, trabalhadora autônoma, moradora de região central da cidade
5.Marliete (Lila) Bezerra da Silva	26	Fortaleza - CE	Negra, lésbica, solteira, rapper e educadora popular, trabalhos eventuais, moradora de periferia, formação ensino médio
6.Lucia Raimunda Alves Miranda	46	Belém - Pará	Negra (não preta), solteira, educadora popular, formação ensino médio, moradora de periferia
7.Maria de Jesus Bezerra Santos (Maria Gavião)	39	Imperatriz - MA	Indígena (de origem), solteira, moradora de cidade do interior, trabalhos eventuais, formação ensino médio
8.Jacinta Marta Tavares Leiro	46	Salvador - BA	Moradora de periferia, solteira, produtora e vendedora de salgados, cursando formação universitária privada
9.Verônica (Vera) Guedes	51	Ouricuri e Recife - PE	Trabalhadora em ONG mista quanto ao sexo, solteira, ex-moradora de periferia e atual de cidade do interior, formação universitária privada
10.Priscilla Caroline de Sousa Brito	23	Brasília – DF e Rio de Janeiro	Trabalhadora em ONG feminista, solteira, formação universitária pública, ex-moradora de periferia